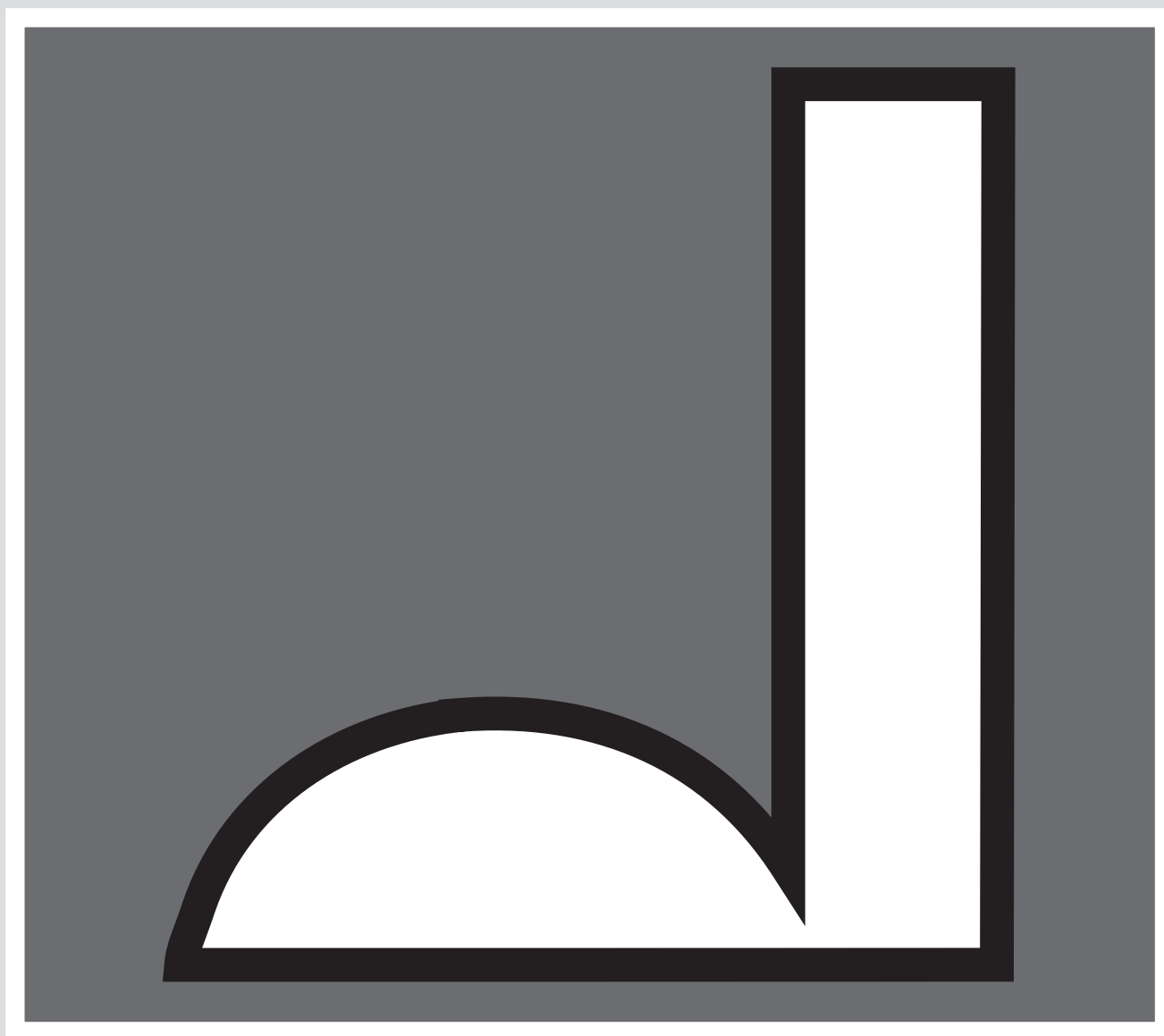




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 210 - SÁBADO, 25 DE NOVEMBRO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente

Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente

Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário

Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário

João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário

Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário

Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário

1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT

2º - Papaléo Paes – PSDB-AP

3º - Alvaro Dias – PSDB-PR

4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER EM EXERCÍCIO Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾ VICE-LÍDERES Wellington Salgado de Oliveira Garibaldi Alves Filho Gilberto Mestrinho Geovani Borges Amir Lando Ramez Tebet LÍDER EM EXERCÍCIO DO PMDB – 20 Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾ VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Luiz Otávio Valdir Raupp Alberto Silva	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB/PRB)- 19 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago) LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32 LÍDER Alvaro Dias– PSDB VICE-LÍDERES Juvêncio da Fonseca - PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres - PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres - PFL César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) ⁽¹⁾ LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Peres ⁽³⁾ VICE-LÍDER DO PDT (vago)	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO (vago) Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

CONGRESSO NACIONAL

RETIFICAÇÃO

**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Nº 200,
DE 10 DE NOVEMBRO DE 2006**

RETIFICAÇÃO

No início do Diário incluía-se, por omissão, a seguinte:

LEI Nº 11.366, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2006.

Abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS, no valor total de R\$ 14.875.000,00 (quatorze milhões, oitocentos e setenta e cinco mil reais), para os fins que especifica.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 310, de 2006, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006), em favor da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS, no valor total de R\$ 14.875.000,00 (quatorze milhões, oitocentos e setenta e cinco mil reais), para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 9 de novembro de 2006.
185º da Independência e 118º da República

Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00

QUADRO SINTESE POR FUNCOES	
10 SAÚDE	14.875.000
TOTAL - GERAL	14.875.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	575.000
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.300.000
303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPEÚTICO	13.000.000
TOTAL - GERAL	14.875.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES	
10 SAÚDE	14.875.000
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	575.000
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.300.000
303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPEÚTICO	13.000.000
TOTAL - GERAL	14.875.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	1.875.000
1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE	13.000.000
TOTAL - GERAL	14.875.000

QUADRO SINTESE POR ORGAO	
36000 MINISTÉRIO DA SAÚDE	14.875.000
TOTAL - GERAL	14.875.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	14.875.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	14.875.000
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	14.875.000
TOTAL DA RECEITA 14.875.000	RECEITAS CORRENTES 14.875.000
	RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE			
ANEXO		CREDITO EXTRAORDINARIO	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 14.875.000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
10 SAÚDE			14.875.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			575.000
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			1.300.000
303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPEÚTICO			13.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			1.875.000
1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE			13.000.000
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS			
36215 EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRAS			14.875.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			14.875.000
TOTAL			14.875.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			14.875.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS			14.875.000
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA			14.875.000
TOTAL DA RECEITA	14.875.000	RECEITAS CORRENTES	14.875.000
			RECEITAS DE CAPITAL
			0

ORGÃO : 36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE			
UNIDADE : 36215 - EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRAS			
ANEXO		CREDITO EXTRAORDINARIO	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 14.875.000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
10 SAÚDE		14.875.000	
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		575.000	
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		1.300.000	
303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO		13.000.000	
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		1.875.000	
1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE		13.000.000	
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		14.875.000	
TOTAL		14.875.000	
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		14.875.000	
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS		14.875.000	
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA		14.875.000	
TOTAL DA RECEITA	14.875.000	RECEITAS CORRENTES	14.875.000
		RECEITAS DE CAPITAL	0

ORGÃO : 36000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE
UNIDADE : 36215 - EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRAS

ANEXO	CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR

0807	INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	1.875.000

		ATIVIDADES							
10 122	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							75.000
10 122	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL							75.000
			I	4 - INV	N	90	0	495	75.000
10 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							1.300.000
10 126	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL							1.300.000
			I	4 - INV	N	90	0	495	1.300.000
		PROJETOS							
10 122	0807 3286	INSTALACAO DE BENS IMOVEIS							500.000
10 122	0807 3286 0001	INSTALACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL							500.000
		IMÓVEL INSTALADO (UNIDADE) 1	I	4 - INV	N	90	0	495	500.000

1291	SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE	13.000.000

		PROJETOS							
10 303	1291 1G99	IMPLANTACAO DO LABORATORIO PARA PRODUCAO DE HEMODERIVADOS, HEMOCOMPONENTES E BIOTECNOLOGIA							4.500.000
10 303	1291 1G99 0001	IMPLANTACAO DO LABORATORIO PARA PRODUCAO DE HEMODERIVADOS, HEMOCOMPONENTES E BIOTECNOLOGIA - NACIONAL							4.500.000
		LABORATORIO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 70	I	4 - INV	N	90	0	495	4.500.000
10 303	1291 1H01	AQUISICAO DE TECNOLOGIA NO AMBITO DA PRODUCAO DE HEMODERIVADOS, HEMOCOMPONENTES E BIOTECNOLOGIA							8.500.000
10 303	1291 1H01 0001	AQUISICAO DE TECNOLOGIA NO AMBITO DA PRODUCAO DE HEMODERIVADOS, HEMOCOMPONENTES E BIOTECNOLOGIA - NACIONAL							8.500.000
		TECNOLOGIA ADQUIRIDA (%) 1	I	4 - INV	N	90	0	495	8.500.000

TOTAL - INVESTIMENTO	14.875.000

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 193ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 24 DE NOVEMBRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2006 (nº 3.992/2000, na Casa de origem), que acrescenta § 3º ao art. 4º da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999..... 35428

Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos..... 35429

Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006 (nº 595/2003, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos Poderes da República, alterando o art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962..... 35430

Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2006 (nº 4.446/2004, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao *caput* do art. 116 do Decreto nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, dispondo sobre o impedimento da prescrição..... 35432

Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2006 (nº 6.164/2005, na Casa de origem), que altera os incisos I e III do *caput* do art. 1º da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, prorrogando, até 31 de dezembro de 2010, a obrigação de as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica aplicarem, no mínimo, 0,50% (cinquenta centésimos por cento) de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética no uso final..... 35433

Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2006 (nº 7.561/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente, e revoga dispositivos da Lei nº 10.405, de 9 de janeiro de 2002..... 35435

1.2.2 – Pareceres

Nº 1.220, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2006 (nº 2.042/2005, na Câmara dos Deputados),

que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Marco Zero Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Laranjal do Jari, Estado do Amapá..... 35438

Nº 1.221, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2006 (nº 2.150/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa e Cultural Itauense (Aceci) Itaú – RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaú, Estado do Rio Grande do Norte.... 35441

Nº 1.222, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2006 (nº 1.600/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Firminópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Firminópolis, Estado de Goiás..... 35444

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 344, 361 e 371, de 2006, sejam apreciados pelo Plenário, tendo em vista o recebimento do Ofício nº 134, de 2006, da Comissão de Educação..... 35448

1.2.4 – Ofício do Consulado da República Árabe da Síria em Mato Grosso do Sul-Mato Grosso

Nº 4.467, de 23 do corrente, subscrito pela Ministra dos Imigrados, encaminhando condolências pelo falecimento do Senador Ramez Tebet.... 35449

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Êxito da 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, realizada pelo Senado Federal. Análise de projeto de sua autoria, que trata da política do chamado corte das diferenças..... 35451

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Importância da 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Indignação diante da decisão de um juiz de São Paulo que permite a escolas particulares recusar matrícula de portadores da síndrome de down. Instituição do dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra. Aprovação,

pela Câmara dos Deputados, de projeto contra a homofobia..... 35456

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Comentários sobre declarações do Presidente Lula relativas ao diálogo com a Oposição..... 35461

SENADOR *JOÃO BATISTA MOTTA* – Desentendimento entre S. Ex^a e o Senador Sibá Machado, ocorrido na sessão de ontem. Considerações sobre a CPMF..... 35464

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS* – Trabalhos desenvolvidos pela CPI dos Sangues-sugas..... 35469

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão especial a realizar-se no dia 5 de dezembro próximo, às 11 horas, destinada a comemorar os vinte e cinco anos de atividades da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO-Brasil..... 35480

1.2.7 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR *GEOVANI BORGES* – Participação de S.Exa. nos trabalhos do Senado Federal... 35480

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Escândalos recentes da política nacional. Declarações do Presidente Lula quanto à atuação da Oposição. Questionamentos envolvendo dados relacionados ao programa bolsa-família. Atuação das ONGs. Crise do setor aéreo..... 35482

SENADORA *LÚCIA VÂNIA* – Homenagem póstuma ao Senador Ramez Tebet. Considerações sobre o Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2002, que define o ato médico e dá outras providências. 35485

1.2.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADORA *LÚCIA VÂNIA* – Registro da matéria intitulada “Incrá apóia líder do MST em briga com Judiciário”, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 20 de outubro do corrente..... 35486

SENADOR *LEONEL PAVAN* – Considerações sobre a matéria intitulada “Dinheiro carimbado”, publicada no jornal *Correio Braziliense*, edição de 28 de setembro do corrente..... 35488

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS* – Comentários a respeito da matéria intitulada “O destruidor de imagens”, publicada na revista *Época*, edição de 25 de setembro do corrente..... 35490

SENADOR *ALVARO DIAS* – Transcrição da matéria intitulada “Para oposição, oferta de Lula sobre entendimento não é para valer”, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 3 de novembro do corrente..... 35492

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Análise da matéria intitulada “O inimigo que funciona por dentro”, publicada na revista *Exame*, edição de 27 de setembro do corrente..... 35493

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Registro da matéria intitulada “Para Tasso, PF age com viés político no dossiê”, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 16 de outubro do corrente..... 35495

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Considerações acerca do editorial intitulado “Consagração da privatização”, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 25 de outubro do corrente..... 35496

SENADOR *JUVÊNCIO DA FONSECA* – Transcrição da matéria intitulada “ONG investigada por repasse federal é da filha do presidente, afirma pefelista”, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 10 de outubro do corrente..... 35497

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Atas circunstanciadas das 15^a a 18^a Reuniões, realizadas em 4 e 5 de outubro, e 8 de novembro de 2006..... 35498

3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Atas circunstanciadas das 6^a e 8^a Reuniões, realizadas em 7 de agosto e 9 de outubro de 2006, respectivamente. 35595

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52^a LEGISLATURA

5 – SECRETARIA DE COMISSÕES

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 193ª Sessão não Deliberativa, em 24 de novembro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência da Sra. Serys Slhessarenko e dos Srs. Tião Viana,
Paulo Paim e João Batista Motta*

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 107, DE 2006

(Nº 3.992/2000, na Casa de origem)

Acrescenta § 3º ao art. 4º da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 4º

.....

§ 3º O Conselho Deliberativo Federal é composto pelos seguintes membros, designados pelo Ministro de Estado da Justiça:

I – 1 (um) representante da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos;

II – 1 (um) representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública;

III – 1 (um) representante da Secretaria Nacional de Justiça;

IV – 1 (um) representante do Departamento de Polícia Federal;

V – 1 (um) representante do Ministério Público Federal;

VI – 1 (um) representante do Poder Judiciário Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;

VII – 1 (um) representante de entidade não-governamental com atuação na proteção de vítimas e testemunhas ameaçadas, indi-

cado pelo Secretário de Estado de Direitos Humanos;

VIII – 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;

IX – 1 (um) representante da Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais – ABONG;

X – 1 (um) representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e

XI – 1 (um) representante do Movimento Nacional dos Direitos Humanos.”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.992, DE 2000

Acrescenta parágrafo ao artigo 4º da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescenta parágrafo 3º ao artigo 4º da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.4º

.....

§ 3º O Conselho Deliberativo Federal é composto pelos seguintes membros, designados pelo Ministro de Estado da Justiça:

I – um representante da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos;

II – um representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública;

III – um representante da Secretaria Nacional de Justiça;

IV – um representante do Departamento de Polícia Federal;

V – um representante do Ministério Público Federal;

VI – um representante do Poder Judiciário Federal indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;

VII – um representante de entidade não-governamental com atuação na proteção de vi-

timas e testemunhas ameaçadas, indicado pelo Secretário de Estado de Direitos Humanos;

VIII – um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);

IX – um representante da Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais (ABONG);

X – um representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); e

XI – um representante do Movimento Nacional dos Direitos Humanos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 9.807/99 foi criada tendo como uma de suas finalidades a de instituir programas de assistência às vítimas e a testemunhas ameaçadas.

Estabeleceu a Lei, em seu artigo 4º, que estes programas serão organizados pela União, Estados e Distrito Federal, e serão dirigidos por um conselho deliberativo, em cuja composição deverão estar, necessariamente, representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário e de órgãos públicos e privados relacionados com a segurança pública e com a defesa dos direitos humanos.

É exatamente neste ponto que se apresenta como conveniente e oportuno o presente projeto de lei.

Com efeito, a partir desta propositura, pretende-se reforçar o espírito norteador do legislador ordinário, que previu a participação de entidades representativas da sociedade civil nos conselhos deliberativos dos programas especiais de proteção a vítimas e testemunhas.

De fato, embora a **mens legislatoris** privilegiasse a participação da sociedade civil, o texto legal não se preocupou em disciplinar qual seria a composição do Conselho Deliberativo Federal.

Desse modo, objetiva este projeto conferir concretude ao artigo 4º da Lei nº 9807/99, especificamente no que se refere à competência da União, discriminando os membros que deverão compor o aludido Conselho Deliberativo Federal, com especial ênfase aos representantes de entidades da sociedade civil, como a OAB, a CNBB, a Abong e o Movimento Nacional dos Direitos Humanos.

Assim, apresento esta propositura com o intuito de incentivar a participação popular na esfera administrativa, acreditando e confiando em sua aprovação pelos nobres pares.

Sala das Sessões, 27 de dezembro de 2000.
– **Luiza Erundina de Sousa**, PSB/SP.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

LEI Nº 9.807, DE 13 DE JULHO DE 1999

Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção às vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

Art. 4º Cada programa será dirigido por um conselho deliberativo em cuja composição haverá representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário e de órgãos públicos e privados relacionados com a segurança pública e a defesa dos direitos humanos.

§ 1º A execução das atividades necessárias ao programa ficará a cargo de um dos órgãos representados no conselho deliberativo, devendo os agentes dela incumbidos ter formação e capacitação profissional compatíveis com suas tarefas.

§ 2º Os órgãos policiais prestarão a colaboração e o apoio necessários à execução de cada programa.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006

(Nº 5150/2001, na Casa de Origem)

Institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.150, DE 2001

Institui o dia 27 de setembro de cada ano como “Dia Nacional dos Vicentinos”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 27 de setembro de cada ano como “Dia Nacional dos Vicentinos”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A Sociedade de São Vicente de Paulo, fundada em 1883, na França, por um grupo de jovens cristãs, preocupados em difundir e seguir os mandamentos bíblicos, chamados de os “Vicentinos”, por tomarem como o seu patrono o padre São Vicente de Paulo, conhecido na Igreja Católica como o Pai da Caridade, por sua obra totalmente voltada aos pobres.

O trabalho social e religioso dos Vicentinos, é conhecido no mundo todo, principalmente no Brasil, onde se organizaram em grupos de trabalhos, nas comunidades, paróquias ou bairros, levando ajuda a todos aqueles que deles necessitam, sejam doentes, idosos, desajustados sociais, enfim todos os carentes da palavra de Deus, levando conforto espiritual e ajuda material.

Diante de trabalho de tão alta relevância, quando vivenciamos uma realidade com tantos problemas sociais, econômicos, onde a população carente esta cada dia mais desamparada e totalmente sacrificada, a ação dos Vicentinos é como um bálsamo em suas vidas, e nada mais justo do que homenagearmos o fundados da Sociedade Vicentina, o Padre Antônio Frederico Ozanam, já beatificado pela Igreja Católica, escolhendo a data de 27 de setembro, quando se comemora a sua festa religiosa.

Face o exposto, encareço aos nobres pares a aprovação deste projeto

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2001. – **Salvador Zimbaldi**, Deputado Federal.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, DE 2006

(nº 595/2003, na Casa de Origem)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de, emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos Poderes da República, alterando o art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, de forma a flexibilizar o horário de transmissão da Voz do Brasil.

Art. 2º A alínea e do **caput** do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 38.
.....

e) as emissoras de radiodifusão sonora são obrigadas a retransmitir, diariamente, no

horário compreendido entre dezenove horas e vinte e duas horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República, ficando reservados sessenta minutos ininterruptos, assim distribuídos: vinte e cinco minutos para o Poder Executivo, cinco minutos para o Poder Judiciário, dez minutos para o Senado Federal e vinte minutos para a Câmara dos Deputados;

.....” (NR)

Art. 3º O art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“Art. 38.

§ 1º

§ 2º As emissoras de radiodifusão sonora são obrigadas a veicular, diariamente, às dezenove horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, inserção informativa sobre o horário de retransmissão do programa de que trata a alínea e do **caput** deste artigo.” (NR)

Art. 4º O poder público colocará à disposição das emissoras a programação elaborada pelos órgãos competentes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 595, DE 2003

Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos Poderes da República.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, de forma a estender a obrigatoriedade de transmissão da Voz do Brasil às emissoras de televisão.

Art. 2º A alínea e do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.38.

e) as emissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens são obrigadas a retransmitir, diariamente, no horário compreendido entre 19h30 e 00h30, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República, ficando reservados 20 (vinte) minutos para cada um dos Poderes transmitir seu programa noticioso.

Art. 3º O Poder Público colocará à disposição das emissoras a programação elaborada pelos órgãos competentes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Desde 1962, quando foi aprovado o Código Brasileiro de Telecomunicações, que o programa oficial dos Poderes da República, popularmente chamado de “Voz do Brasil”, é transmitido diariamente pelas rádios brasileiras, exceto aos sábados, domingos e feriados.

Referido programa, que possui duração de sessenta minutos, sofreu ao longo dos anos várias modificações em seu formato, sendo que, no momento, são divulgadas durante sua transmissão programações preparadas pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contendo informações sobre atividades consideradas relevantes para a sociedade brasileira.

Durante mais de quarenta anos de sua existência, a Voz do Brasil ficou restrita às emissoras de rádio, veículo de comunicação que atinge os mais distantes rincões de nosso País e que, há algum tempo atrás, era a única fonte de informação e lazer de muitas localidades brasileiras.

O projeto de lei, que ora apresentamos, pretende estender a obrigatoriedade de transmissão do programa às emissoras de televisão, uma vez que hoje a penetração desse meio é muito mais significativa, estando presente em mais de 40 milhões de lares brasileiros.

Para tanto, optamos por modificar a alínea e do art. 38, da Lei nº 4.117, de 12 de agosto de 1962, que estabelecia exceção para as emissoras de televisão para tornar mais factível a proposta, optamos por flexibilizar o horário de transmissão do programa que poderá ser transmitido no horário compreendido entre as 19h30 e 00h30. Incluímos também menção expressa à divisão do tempo de transmissão em partes iguais entre os três Poderes da República. Embora, na prática, a Radiobrás já se responsabilize pela transmissão dos programas, acrescentamos ainda dispositivo que obriga o Poder Público a colocá-los à disposição das emissoras.

Dada a importância de viabilizar a ampla disseminação de informações sobre as atividades realizadas pelo governo federal, pelo Legislativo e pelo Judiciário, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2003. – Deputada **Perpétua Almeida**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas: (Redação dada pela Lei nº 10.610, de 20-12-2002)

a) os administradores ou gerentes que detenham poder de gestão e de representação civil e judicial serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do órgão competente do Poder Executivo, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato; (Redação dada pela Lei nº 10.610, de 20/12/2002)

b) as alterações contratuais ou estatutárias que não impliquem alteração dos objetivos sociais ou modificação do quadro diretivo e as cessões de cotas ou ações ou aumento de capital social que não resultem em alteração de controle societário deverão ser informadas ao órgão do Poder Executivo expressamente definido pelo Presidente da República, no prazo de sessenta dias a contar da realização do ato; (Redação dada pela Lei nº 10.610, de 20/12/2002)

c) a alteração dos objetivos sociais, a modificação do quadro diretivo, a alteração do controle societário das empresas e a transferência da concessão, da permissão ou da autorização dependem, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 10.610, de 20/12/2002)

d) os serviços de informação, divertimento, propaganda e publicidade das empresas de radiodifusão estão subordinadas às finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão, visando aos superiores interesses do País;

e) as emissoras de radiodifusão, excluídas as de televisão, são obrigadas a retransmitir, diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República, ficando reservados 30 (trinta) minutos para divulgação de noticiário preparado pelas duas Casas do Congresso Nacional;

f) as empresas, não só através da seleção de seu pessoal, mas também das normas de trabalho observadas nas estações emissoras devem criar as condições

mais eficazes para que se evite a prática de qualquer das infrações previstas na presente lei;

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade (Redação dada pela Lei nº 10.610, de 20-12-2002)

h) as emissoras de radiodifusão, inclusive televisão, deverão cumprir sua finalidade informativa, destinando um mínimo de 5% (cinco por cento) de seu tempo para transmissão de serviço noticioso.

i) as concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão deverão apresentar, até o último dia útil de cada ano, ao órgão do Poder Executivo expressamente definido pelo Presidente da República e aos órgãos de registro comercial ou de registro civil de pessoas jurídicas, declaração com a composição de seu capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos titulares, direta ou indiretamente, de pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante. (Incluída pela Lei nº 10.610, de 20-12-2002)

Parágrafo único. Não poderá exercer a função de diretor ou gerente de concessionária, permissionária ou autorizada de serviço de radiodifusão quem esteja no gozo de imunidade parlamentar ou de foro especial. (Redação dada pela Lei nº 10.610, de 20-12-2002)

.....
(*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação.*)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2006

(Nº 4.446/2004, na casa de origem)

Acrescenta inciso ao caput do art. 116 do Decreto nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, dispondo sobre o impedimento da prescrição.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o impedimento da prescrição durante o período de julgamento do pedido de extradição solicitado à justiça estrangeira.

Art. 2º O **caput** do art. 116 do Decreto nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

“Art. 116.

.....

III – enquanto dure, no exterior, o julgamento do processo de extradição.

.....”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.446, DE 2004

Acrescenta dispositivo ao art. 116, do Código Penal Brasileiro Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – dispondo sobre o impedimento da prescrição;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre o impedimento da prescrição durante o período de julgamento do pedido de extradição solicitado à justiça estrangeira.

Art. 2º O art. 116 do Código Penal Brasileiro, Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

“Art. 116.

.....

III – enquanto dure, no exterior, o julgamento do processo de extradição.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A ousadia, a desconsideração de direitos fundamentais do ser humano, a determinação na execução de crimes e a utilização de atitudes habilidosas, algumas não proibidas pela lei vigente, para evitar punição, são comportamentos marcantes adotados pelos criminosos nos dias atuais.

Essas atitudes resultam, muitas vezes, na prescrição da punibilidade, em virtude da dificuldade na realização da instrução criminal e na apresentação de denúncia.

Evitando citações, notificações ou homiziando-se no estrangeiro, o pretendo criminoso vai ganhando tempo até ocorrer prescrição. Neste último caso, não existindo Tratado ou Convenção sobre extradição, o andamento de eventual processo fica a mercê do tribunal estrangeiro. A soberania dos países impossibilita a justiça do país solicitante de adotar qualquer medida cogente que assiste passivamente o transcurso do tempo e a aproximação do prazo fatal, tendo, muitas vezes, elementos probatórios convincentes que poderiam fazer prosperar a pretensão punitiva do Estado.

Dai, então, a nossa intenção de corrigir a distorção. Os expedientes para culminar na prescrição têm sido muito utilizados nos casos de crime do colarinho branco, que proporciona, devido ao geralmente alto poder aquisitivo do infrator, maior possibilidade de alimentar sofisticados e dispendiosos meios para furtar-se a ação da justiça.

São as nossas justificações ao Projeto, para o qual pedimos total apoio dos nobres colegas.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 2004.
– Deputado **Zé Geraldo**

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7
DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

Causas impeditivas da prescrição

Art. 116. Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984).

I – enquanto não resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984).

II – enquanto o agente cumpre pena no estrangeiro. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984).

Parágrafo único. Depois de passada em julgado a sentença condenatória, a prescrição não corre durante o tempo em que o condenado está preso por outro motivo. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984).

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 111, DE 2006

(Nº 6.164/2005, na Casa de Origem)

Altera os incisos I e III do caput do art. 1º da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, prorrogando, até 31 de dezembro de 2010, a obrigação de as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica aplicarem, no mínimo, 0,50% (cinquenta centésimos por cento) de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética no uso final.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os incisos I e III do caput do art. 1º da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º

I – até 31 de dezembro de 2010, os percentuais mínimos definidos no **caput** deste artigo serão de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), tanto para pesquisa e desenvolvimento como para programas de eficiência energética na oferta e no uso final da energia;

.....

III – a partir de 1º de janeiro de 2011, para as concessionárias e permissionárias cuja energia vendida seja inferior a 1.000 (mil) GWh por ano, o percentual mínimo a ser aplicado em programas de eficiência energética no uso final poderá ser ampliado de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) para até 0,50% (cinquenta, centésimos por cento);

.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 6.164, DE 2005

Altera o inciso I do art. 1º da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000 prorrogando até 31 de dezembro de 2010, a obrigação de as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica aplicarem, no mínimo, cinquenta centésimos por cento de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética no uso final.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 1º da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....

I – até 31 de dezembro de 2010, os percentuais mínimos definidos no **caput** deste artigo serão de cinquenta centésimos por cento, tanto para pesquisa e desenvolvimento, como para programas de eficiência energética na oferta e no uso final da energia:

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Tradicionalmente, o Governo Federal tem proposto e o Congresso Nacional tem apoiado a implantação de uma política de otimização da utilização da capacidade instalada do setor de energia elétrica brasileiro, fomentando o combate ao desperdício de energia elétrica e a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias.

A Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, dispõe sobre realização de investimentos em P&D e eficiência energética, e estabelece os percentuais de aplicação da nessas áreas.

De acordo com a redação atual da referida Lei, até 31 de dezembro de 2005, as distribuidoras de energia elétrica, devem aplicar 0,50% da sua Receita Operacional Líquida Anual em P&D, e 0,50% em programas de eficiência energética.

Porém, a Lei estabelece que, a partir de 1º de janeiro de 2006, o percentual a ser aplicado em programas de eficiência energética será reduzido para 0,25% da Receita Operacional Líquida Anual das concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Desde seu início, em 1988, os Programas de Eficiência Energética evoluíram de forma bastante significativa. As concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica já investiram aproximadamente R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), alcançando uma economia média estimada de 4.000 GWh/ano, e retirando uma carga da ponta de consumo da ordem de 1.140 MW.

No entanto, muito ainda resta a ser feito em programas de combate ao desperdício de energia elétrica no Brasil.

De acordo com a Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia – ABESCO, existe um potencial técnico de economia de energia que alcança cerca de 18.500 GWh/ano, ou seja, aproximadamente quatro vezes e meia os 4.000 GWh/ano alcançados até agora.

Investimentos em eficiência energética implicam a otimização do uso dos recursos técnicos, econômicos dos agentes do setor, sempre resultando em menores tarifas para os usuários e na redução do impacto ambiental associado à produção e uso da energia.

O setor elétrico brasileiro ainda não pode se dar ao luxo de reduzir os montantes que vem investindo em programas de eficiência energética. Muito ainda resta a ser feito.

Elaboramos, portanto, a presente Proposição que estende, até 31 de dezembro de 2010, o prazo de vigência da aplicação do percentual de 0,50% da Receita Operacional Líquida Anual das distribuidoras de energia elétrica em programas de eficiência energética.

Em razão do exposto, solicitamos o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 2005. –
Deputada **Maria Lúcia Cardoso**.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

LEI Nº 9.991, DE 24 DE JULHO DE 2000

Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, setenta e cinco centésimos por cento de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrica e, no mínimo, vinte e cinco centésimos por cento em programas de eficiência energética no uso final, observado o seguinte:

I – até 31 de dezembro de 2005, os percentuais mínimos definidos no **caput** deste artigo serão de cinquenta centésimos por cento, tanto para pesquisa e desenvolvimento, como para programas de eficiência energética na oferta e no uso final da energia;

II – os montantes originados da aplicação do disposto neste artigo serão deduzidos daquele destinado aos programas de conservação e combate ao desperdício de energia, bem como de pesquisa e desenvolvimento tecnológico do setor elétrico, estabelecidos nos contratos de concessão e permissão de distribuição de energia elétrica celebrados até a data de publicação desta Lei;

III – a partir de 1º de janeiro de 2006, para as concessionárias e permissionárias cuja energia vendida seja inferior a 1.000 GWh por ano, o percentual mínimo a ser aplicado em programas de eficiência energética no uso final poderá ser ampliado de vinte e cinco centésimos por cento para até cinquenta centésimos;

IV – para as concessionárias e permissionárias de que trata o inciso III, o percentual para aplicação em pesquisa e desenvolvimento será aquele necessário para complementar o montante total estabelecido no **caput** deste artigo, não devendo ser inferior a cinquenta centésimos por cento.

.....
(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 112, DE 2006**

(Nº 7.561/2006, Na Casa de Origem)
(De Iniciativa do Presidente da República)

Altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente, e revoga dispositivos da Lei nº 10.405, de 9 de janeiro de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Ao médico residente será assegurada bolsa no valor correspondente a R\$1.916,45 (mil novecentos e dezesseis reais e quarenta e cinco centavos), por regime especial de treinamento em serviço de 60 (sessenta) horas semanais.

..... “(NR)

Art. 2º Esta Lei produzirá efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2007.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas os arts. 1º e 2º da Lei nº 10.405, de 9 de janeiro de 2002.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL
Nº 7.561, DE 2006**

Altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe as atividades do médico residente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Ao médico residente será assegurada bolsa no valor correspondente a R\$1.916,45 (mil novecentos e dezesseis reais

e quarenta e cinco centavos), por regime especial de treinamento em serviço de sessenta horas semanais.

..... ” (NR)

Art. 2º Esta Lei não produzirá efeitos financeiros antes de 1º de janeiro de 2007.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogados os arts. 1º e 2º da Lei nº 10.405, de 9 de janeiro de 2002.

Brasília,

MENSAGEM Nº 945, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente”.

Brasília, 8 de novembro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EMI Nº 46/MEC/MS/MP

Brasília, 1º de novembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo anteprojeto de lei que “altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1921, que dispõe sobre as atividades do médico residente”.

O valor da bolsa de Residência Médica, foi alterado pela última vez por meio do artigo 1º da Lei nº 10.405. Por essa mudança, a referida bolsa passou a corresponder a 85% (oitenta e cinco por cento) do vencimento básico fixado para os cargos de nível superior posicionados no Padrão I da Classe A do anexo à Lei nº 10.302, de 31 de outubro de 2001 - de R\$782,26 (setecentos e oitenta e dois reais e vinte e seis centavos) -, em regime de 40 (quarenta) horas semanais, acrescido de um adicional de 112,09% (cento e doze vírgula zero nove por cento), por regime especial de treinamento em serviço de 60 (sessenta) horas semanais.

Em razão do acima exposto, a Associação Nacional dos Médicos Residentes (ANMR) iniciou um movimento pela correção desse valor em abril de 2005, encaminhando ao Ministério da Educação, por intermédio de ofício protocolado em setembro desse mesmo ano, uma minuta de anteprojeto de lei que majora a bolsa em 50% (cinquenta por cento). Pleito de igual teor foi levado ao conhecimento do Excelentíssimo Senhor

Vice-Presidente da República, por meio do Sindicato dos Médicos do Estado do Rio de Janeiro e do Senhor Senador Marcelo Crivella.

Ao ser apresentado pela ANMR para discussão em reunião Plenária da Comissão Nacional de Residência Médica, o Ministério da Saúde ressaltou ser necessária a participação do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS) em qualquer tentativa de entendimento que envolva o aumento do valor da bolsa, uma vez que parte dessas bolsas é financiada por Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.

Em 29 de junho de 2006, o Ministério da Educação apresentou ao Ministério da Saúde, ao Conass e ao Conasems a proposta de reajuste do valor da bolsa, tomando-se por referência a inflação registrada no período, do governo de Vossa Excelência, de aproximadamente 30% (trinta por cento).

A partir da avaliação da proposta retromencionada, realizada em 3 de julho de 2006, o Ministério da Saúde, representado pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), o Conass e o Conasems reconheceram a necessidade de se promover a majoração da bolsa, em face das seguintes ponderações:

a) o reajuste das bolsas de residência deveria estar atrelado ao reajuste dos médicos da rede e não necessariamente aos reajustes das bolsas de pós-graduação da CAPES; e

b) o aumento desproporcional do valor da bolsa de residência em relação ao salário dos médicos da rede pode gerar uma distorção no sistema de saúde.

Em decorrência desse citado entendimento, em 15 de agosto de 2006, em reunião realizada nas dependências do Ministério da Saúde, a SGTESIMS, a SESU/ME, a ANMR, o CONASS e o CONASEMS firmaram um Protocolo de Intenções prevendo o envio a Vossa Excelência de um projeto de lei que promove o aumento da bolsa de Residência Médica para R\$1.916,45 (mil oitocentos e noventa e seis reais e setenta centavos).

O impacto do aumento proposto para a pasta da Saúde é de R\$49.483.251,22 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, duzentos e cinquenta e um reais e vinte e dois centavos), já contemplados na proposta orçamentária de 2007. Com efeito, a ação 10.128.1311.6149.0001 – Residência

de Profissionais de Saúde conta com previsão orçamentária de R\$31.600.000,00 (trinta e um milhões e seiscentos mil reais), e a ação 10.364.1311.8541.0001 – Formação de Recursos Humanos em Educação Profissional e de Pós-Graduação **Stricto e Lato-Sensu** em Saúde, por sua vez, conta com previsão orçamentária de R\$108.900.000,00 (cento e oito milhões e novecentos mil reais).

Já para a pasta da Educação, o impacto monta a R\$27.314.499,93 (vinte e sete milhões, trezentos e quatorze mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos), a serem suportados pela ação 12.364.1073.4005 – Universidade do Século XXI – Funcionamento da Residência Médica, que conta com previsão orçamentária de R\$116.723.062,00 (cento e dezesseis milhões, setecentos e vinte e três mil e sessenta e dois reais).

Destarte, a presente proposta é perfeitamente compatível com a estrutura orçamentária dos Ministérios da Saúde e da Educação.

Esses são os motivos, Senhor Presidente, pelos quais temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo anteprojeto de lei.

Respeitosamente, **Fernando Haddad, Jarbas Barbosa da Silva Júnior e Paulo Bernardo Silva.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.932, DE 7 DE JULHO DE 1981

Dispõe sobre as Atividades do Médico Residente, e dá outras Providências.

.....
Art. 4º Ao médico residente será assegurada bolsa no valor correspondente a 85% (oitenta e cinco por cento) do vencimento básico fixado para os cargos de nível superior posicionados no padrão I da classe A do Anexo da Lei nº 10.302, de 31 de outubro de 2001, em regime de 40 (quarenta) horas semanais, acrescido de adicional no percentual de 112,09% (cento e doze vírgula zero nove por cento), por regime especial de treinamento em serviço de 60 (sessenta) horas semanais.

*Artigo, **caput**, com redação dada pela lei nº 10.405, de 9-1-2002.

§ 1º O médico residente é filiado ao Sistema Previdenciário na qualidade de segurado autônomo.

* § 1º com redação dada pela Lei nº 8.138, de 28-12-1990.

§ 2º Para efeito do reembolso previsto no art. 69 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, com redação dada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, combinada com § 1º do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, o valor da bolsa referida neste artigo será acrescido de 10% (dez por cento) sobre o salário-base ao qual está vinculada a contribuição do médico residente, em sua qualidade de segurado autônomo do Sistema Previdenciário.

* § 2º com redação dada pela Lei nº 8.138, de 28-12-1990.

§ 3º Para fazer jus ao acréscimo de que trata o § 2º deste artigo o médico residente deverá comprovar, mensalmente, os recolhimentos efetivados para a Previdência Social.

* § 3º com redação dada pela Lei nº 8.138, de 28-12-1990.

§ 4º As instituições de saúde responsáveis por programas de residência médica oferecerão aos residentes alimentação e moradia no decorrer do período de residência.

* § 4º com redação dada pela Lei nº 8.138, de 28-12-1990.

§ 5º Ao médico residente filiado ao Sistema Previdenciário na forma do § 1º deste artigo são assegurados os direitos previstos na Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 e suas alterações posteriores, bem como os decorrentes de acidentes de trabalho.

* § 5º com redação dada pela Lei nº 8.138, de 28-12-1990.

§ 6º À médica residente será assegurada a continuidade da bolsa de estudos durante o período de 4 (quatro) meses, quando gestante, devendo, porém, o período da bolsa ser prorrogado por igual tempo para fins de cumprimento das exigências constantes desta Lei.

* § 6º com redação dada pela Lei nº 8.138, de 28-12-1990.

Art. 5º Os programas dos cursos de Residência Médica respeitarão o máximo de 60 (sessenta) horas semanais, nelas incluídas um máximo de 24 (vinte e quatro) horas de plantão.

§ 1º O médico residente fará jus a 1 (um) dia de folga semanal e a 30 (trinta) dias consecutivos de repouso, por ano de atividade.

§ 2º Os programas dos cursos de Residência Médica compreenderão, no mínimo de 10% (dez por cento) e num máximo de 20% (vinte por cento) de sua carga horária, atividades teórico-práticas, sob a forma de sessões atualizadas, seminários, correlações clínico

patológicas ou outras, de acordo com os programas preestabelecidos.

LEI Nº 10.405, DE 9 DE JANEIRO DE 2002

Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, altera as tabelas de vencimento básico dos professores do ensino de 3º grau e dos professores de 1º e 2º graus, integrantes dos quadros de pessoal das instituições federais de ensino, e altera dispositivos da Lei nº 10.187, de 12 de fevereiro de 2001.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O **caput** do art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Ao médico residente será assegurada bolsa no valor correspondente a 85% (oitenta e cinco por cento) do vencimento básico fixado para os cargos de nível superior posicionados no padrão I da classe A do Anexo da Lei nº 10.302, de 31 de outubro de 2001, em regime de 40 (quarenta) horas semanais, acrescido de adicional no percentual de 112,09% (cento e doze vírgula zero nove por cento), por regime especial de treinamento em serviço de 60 (sessenta) horas semanais.

.....” (NR)

Art. 2º A alteração determinada pelo art. 1º terá efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2002, ficando assegurado ao médico residente, exclusivamente nos meses de dezembro de 2001 e janeiro de 2002, o pagamento da bolsa nos valores vigentes em 30 de novembro de 2001, acrescido de bolsa extraordinária nos valores de R\$400,00 e R\$100,00, respectivamente.

Art. 3º As tabelas de vencimento básico dos professores do ensino de 3º grau e dos professores de 1º e 2º graus integrantes dos quadros de pessoal das instituições federais de ensino passam a ser as constantes do Anexo I, a partir de 1º de fevereiro de 2002.

(À Comissão de Educação.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os projetos lidos vão às Comissões competentes.

Sobre a mesa. pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.220, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2006 (nº 2.042/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Marco Zero Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Laranjal do Jarí, Estado do Amapá.

Relator: Senador **Geovani Borges**

Relator *ad hoc*: Senador **Jonas Pinheiro**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 344, de 2006 (nº 2.042, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Marco Zero Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Laranjal do Jarí, Estado do Amapá. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão,

outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 344, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatou-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 344, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Marco Zero Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Laranjal do Jarí, Estado do Amapá, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 21 de novembro de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 344/06 NA REUNIÃO DE 21/11/06
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(sem. Wellington Salgado de
Oliveira)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
RELATOR:	3- (VAGO)
VALDIR RAUPP	4- GERALDO MESQUITA
ALMEIDA LIMA	5- MÃO SANTA
SÉRGIO CABRAL	6- LUIZ OTÁVIO
ROBERTO CAVALCANTI	7- ROMERO JUCÁ
NEY SUASSUNA	8- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 344106

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO	X			
JOSE JORGE					CESAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
MARCOS GUERRA					EDUARDO AZEREDO				
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO	X			
GEOVANI BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
ALMEIDA LIMA					GERALDO MESQUITA	X			
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI	X				LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				SIBA MACHADO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS					DELÍCIO AMARAL				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: -- ABS: -- AUTOR: -- PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 21/11/2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. é da competência exclusiva do Congresso Nacional

XII – apreciar os atos de concessão e renovação da concessão de emissoras de radio e Televisão;

CAPITULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, ante de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de radio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.221, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2006 (nº 2.150/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa e Cultural Itauense (ACECI) Itaú – RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaú, Estado do Rio Grande do Norte.

Relator: Senador **Garibaldi Alves Filho**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 361, de 2006 (nº 2.150, de 2006, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa e Cultural Itauense (ACECI) Itaú – RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaú, Estado do Rio Grande do Norte. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 361, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 361, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos

quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa e Cultural Itauense (ACECI) Itaú – RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaú, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 21 de novembro de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 361/06 NA REUNIÃO DE 21/11/06 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Sen. Wellington Salgado de Oliveira)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	RELATOR:
ALMEIDA LIMA	3- (VAGO)
SÉRGIO CABRAL	4- GERALDO MESQUITA
ROBERTO CAVALCANTI	5- MÃO SANTA
NEY SUASSUNA	6- LUIZ OTÁVIO
GILBERTO MESTRINHO	7- ROMERO JUCÁ
	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 361 106

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				ROSEANA SARNEY				
JORGÊ BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
MARCOS GUERRA					EDUARDO AZEREDO				
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP					VAGO				
ALMEIDA LIMA					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI	X				LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				SIBA MACHADO				
PAULO PAIM					ALOÍZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					DELÍDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: ~ ABS: ~ AUTOR: ~ PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 21/11/2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****SEÇÃO II****Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 1.222, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2006 (nº 1.600/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Firminópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Firminópolis, Estado de Goiás.

Relatora: Senadora **Lúcia Vânia**

Relator **ad hoc**: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 371, de 2006 (nº 1.600, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária de Firminópolis a execu-

tar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Firminópolis, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido Projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 371, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, tendo ocorrido, na Câmara dos Deputados, o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 371, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Firminópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Firminópolis, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 21 de novembro de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 371/06 NA REUNIÃO DE 21/11/06
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Sen. Wellington Salgado de Oliveira)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

JORGE BORNHAUSEN

JOSÉ JORGE

MARIA DO CARMO ALVES

EDISON LOBÃO

MARCELO CRIVELLA

MARCOS GUERRA

JUVÊNCIO DA FONSECA

LEONEL PAVAN

TEOTÔNIO VILELA FILHO

1- ROSEANA SARNEY

2- JONAS PINHEIRO

3- CÉSAR BORGES

4- CRISTOVAM BUARQUE

5- MARCO MACIEL

6- ROMEU TUMA

7- EDUARDO AZEREDO

8- SÉRGIO GUERRA

9- LÚCIA VÂNIA

RELATOR:

10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

GEOVANI BORGES

VALDIR RAUPP

ALMEIDA LIMA

SÉRGIO CABRAL

ROBERTO CAVALCANTI

NEY SUASSUNA

GILBERTO MESTRINHO

1- AMIR LANDO

2- GARIBALDI ALVES FILHO

3- (VAGO)

4- GERALDO MESQUITA

5- MÃO SANTA

6- LUIZ OTÁVIO

7- ROMERO JUCÁ

8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS

PAULO PAIM

FÁTIMA CLEIDE

FLÁVIO ARNS

IDELI SALVATTI

ROBERTO SATURNINO

MOZARILDO CAVALCANTI

SÉRGIO ZAMBIASI

1- SIBÁ MACHADO

2- ALOÍZIO MERCADANTE

3- FERNANDO BEZERRA

4- DELCÍDIO AMARAL

5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES

6- MAGNO MALTA

7- PATRÍCIA SABOYA GOMES

8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO

1- (VAGO)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 371 106

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
MARCOS GUERRA					EDUARDO AZEREDO				
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP					VAGO				
ALMEIDA LIMA					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI	X				LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO IUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				SIBA MACHADO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					DELÍCIO AMARAL				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: -- ABS: -- AUTOR: -- PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 21 / 11 / 2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

.....
SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional
.....

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:
.....

.....
XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
.....

.....
CAPÍTULO V
Da Comunicação Social
.....

.....
Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.
.....

.....
§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.
.....

.....
§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.
.....

.....
§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.
.....

.....
§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.
.....

.....
§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.
.....

.....
LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

.....
Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.
.....

.....
Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.
.....

.....
Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cum-

pridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)
.....

.....
DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

.....
Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
.....

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

.....
Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.
.....

.....
LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

.....
Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.
.....

.....
Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:
.....

.....
“Art. 6º

.....
Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)
.....

.....
A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

A Presidência recebeu o **Ofício nº 134, de 2006**, da Comissão de Educação, comunicando a aprovação em caráter terminativo dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 344, 361 e 371 de 2006**.

Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

É o seguinte o ofício recebido:

Of. nº CE/134/2006

Brasília, 21 de novembro de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada

nesta data, os Projetos de Decretos Legislativos de nºs 344, 361 e 371 de 2006.

Atenciosamente, – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Educação.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Consulado

Da Republica Arabe da Siria em

Mato Grosso do Sul-Mato Grosso

Brasil

القنصلية الفخرية

للجمهورية العربية السورية

في ولايتي ماتو غروسو و ماتو غروسو دو صول

البرازيل

República Árabe Síria
Ministério dos Imigrados
Número: 4467 / 1 / S. KH.
Data: 23 / 11 / 2006

Exmo. Senhor Renan Calheiros
Presidente do Senado do Brasil

Com muito pesar e tristeza recebemos a notícia do falecimento do Senador:

RAMEZ TEBET

O qual passou sua vida inteira servindo o povo brasileiro, bem como promovendo e fortalecendo as relações árabe-brasileiras.

Manifestamos, ao estimado Congresso e aos filhos da coletividade árabe no Brasil, nossas sinceras condolências e nossos profundos sentimentos, rogando a Deus Grandioso que o receba, com sua imensa bondade, reservando-lhe um lugar em seu infinito Paraíso.

Ao falecido a piedade, e a vós, longa vida.

Ministra dos Imigrados
Buthaina Shaaban

Syrian Arab Republic
Ministry of Expatriates

الجمهورية العربية السورية
وزارة المغتربين

الرقم: ١١/٢٤٦٢
التاريخ: ٢٠٠٦/١١/٢٤

المهندس هادي زياتي المصطفى
رئيس مجلس الشيوخ في البرازيل

ببالغ الحزن والأسى تلقينا نبأ رحيل المغفور له المرحوم السيناتور

رامز ثابت

الذي قضى حياته في خدمة الشعب البرازيلي وتعزيز العلاقات العربية - البرازيلية
نتقدم بأحر التعازي وصادق الواساة لمجلسكم الكريم ولأبناء الجالية العربية في البرازيل
سائلين الله عز وجل أن يتغمد الفقيد بواسع رحمته ويسكنه فسيح جناته.
له الوحدة ولكم جزيل التعزاء.

وزيرة المغتربين


المنظمة العامة للشؤون

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Paulo Paim, por 20 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, fiz questão de falar nesta manhã, porque concluímos ontem, com sucesso absoluto, a 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, no Senado da República.

O Brasil todo acompanhou o evento, que contou com delegações de praticamente todos os Estados.

Cumprimento de forma carinhosa e solidária todos os funcionários do Senado da República.

Cumprimento os funcionários da Gráfica. Teremos, agora, definitivamente, um parque moderno de impressão em braile para que as pessoas cegas possam fazer a leitura dos textos.

Cumprimento os funcionários da Biblioteca, a Diretora Simone. Participei da abertura de uma sala para pessoas com deficiência e idosos. Teremos o que há de mais moderno no mundo agora na nossa biblioteca.

Cumprimento todo o sistema de comunicação da Casa: TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, **Jornal do Senado** pelo brilhante trabalho que fizeram nesses dias.

Ontem à noite, no Auditório Petrônio Portela, fizemos um grande debate com o Dudu, filho do Roberto Carlos, que é cego. Um excelente apresentador. Tivemos a felicidade de apresentar o projeto Cantando as Diferenças.

Cumprimento também, Srª Presidente – por medo até de esquecer algum nome –, todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que esse grande momento acontecesse.

O Diretor Agaciel cumpriu um papel fundamental. Cumprimento os artistas globais Sheron, Isabel, Marcos Frota. Participei, inclusive, de um *show* com crianças e adultos deficientes que dançavam, cantavam, falavam, choravam, brincavam, riam. Enfim, foi um momento muito bonito.

O Marcos Frota, de fato, está fazendo um belíssimo, belíssimo trabalho. Comoveu-me, Senadora Serys, a história de Isabel e seu esposo, que estavam aqui, de seu filho deficiente e do trabalho que vêm fazendo em todo o Brasil. Eu queria citar todos. Parabenizo o trabalho da Fiesp, na figura de um deficiente visual, o Guilherme, que fez aqui uma belíssima palestra. Foi um grande momento.

Eu tinha preparado um pronunciamento sobre o corte das diferenças. Ouvindo tudo isso, adquirindo ex-

periência nessa caminhada, aprendendo muito, muito, muito com as pessoas com deficiência, apresentei um projeto propondo que qualquer verba da União só poderá ser destinada para aqueles setores da sociedade – e aqui vamos pegar principalmente as Prefeituras e os Estados – que adotem políticas do corte das diferenças, que tenham políticas voltadas para as pessoas com deficiência e para a inclusão de todos aqueles que, de uma forma e de outra, são discriminados. Espero que esse projeto seja aprovado com rapidez aqui na Casa e, com isso, asseguremos que todas as cidades deste País tenham o que chamo “corte das diferenças”. É como uma lei de responsabilidade social e de inclusão.

Estão saindo aqui neste momento os representantes dos corretores de todo o País. Quero informar a eles algo que já comuniquei ao Presidente e aos Representantes dos Estados aqui presentes. No projeto do Senador Ney Suassuna, conforme entendimento feito, será atendida, na íntegra, a reivindicação dos senhores. Então, fiquem tranquilos. Conversei com o Senador Ney Suassuna, e, em resumo: em relação à resolução do encontro que os senhores estão realizando hoje aqui em Brasília e, pelo entendimento que fiz com o Senador Suassuna, suas reivindicações serão atendidas na íntegra. Sei que estão retornando para seus Estados. Parabéns. Tenham um belo fim de Encontro Nacional.

Voltando a meu pronunciamento, Srª Presidente, eu queria começar, se me permitir, a fazer uma análise rápida do que entendo que seja o corte das diferenças. Isso está relacionado a um projeto de resolução já entregue nesta Casa que se chama “Cantando a diferença”.

Srª Presidente, sei que nem todos entendem quando venho à tribuna falar de deficiente, de idoso, de violência contra a mulher, de crianças de rua abandonadas, daqueles que se envolvem, de forma equivocada, errada e criminosa, com o narcotráfico, mas essas são bandeiras que norteiam a minha caminhada e a minha vida e não tenho como mudá-las.

Por isso, começo dizendo, Srª Presidente, que ainda carrego dentro de mim uma enorme vontade de ver os seres humanos interagindo de forma mais positiva. Gostaria muito que certos comportamentos simplesmente deixassem de existir e que todos se unissem em torno de uma causa maior: a construção de uma sociedade efetivamente pluralista.

Muitos, às vezes, riem ou dizem piadas, até mesmo desses nossos sonhos. Sonhos que, tenho certeza, não são só meus; são seus também e é de grande parte do povo brasileiro, de homens e mulheres de bem, como se fosse um sonho tolo. Mas acredito que

tolices assim é que permitirão a sobrevivência, a solidariedade da espécie humana. É por essa razão que venho aqui e faço discursos, pronunciamentos, batendo na mesma tecla: a mudança de atitude e políticas humanitárias para todos.

Nesta semana, quando vim a esta tribuna, comentei que vivemos um dos momentos mais bonitos, que fortalecem e fazem-me acreditar que viver de forma fraternal é possível. E é muito bom quando a vida nos reserva tais momentos. Foram integrados à Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, também o dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. Nessa estrada, podemos passar nossos olhos pelas questões da sensibilidade, das diferenças, do ideal para a construção de uma nova sociedade e, portanto, seres humanos de uma beleza interior tal que o mundo, certamente, se fará mais belo se adotarmos essa conduta. Se começarmos pela questão da sensibilidade, veremos que, entre outras definições, ela é a facilidade na aproximação.

Será que essa proximidade não pode existir de fato? Será que ela está sendo vivenciada por aqueles que não podem ver, que não podem ouvir, que não podem falar, ou que não podem locomover-se?

Segundo dados divulgados por grande parte do Instituto de Pesquisa, calcula-se que, no mundo inteiro, haja mais de 500 milhões de pessoas com alguma deficiência. Acredita-se que, ainda na América Latina, por volta de 10% das pessoas são afetadas por algum tipo de deficiência. No Brasil, já são quase 3 milhões de crianças com algum tipo de deficiência. Lamentavelmente, as pessoas com deficiência ainda são relegadas ao mundo em que a discriminação existe. Na verdade, essa discriminação não contribui em nada; só prejudica a todos. Muitos acreditam que as limitações de algumas pessoas impedem que elas vivam de forma inclusiva. Pergunto: quem não tem limitações de alguma natureza na vida? Eu tenho já um problema de coluna, de visão, de hipertensão. Enfim, quem não os tem? Então todos nós, no fundo, somos pessoas com algum tipo de deficiência. Ou será que alguns têm dificuldade de ser solidário, de abrir o coração?

Ontem, no último debate, uma doutora especializada na área de recuperação de pessoas com deficiência do nosso Sarah Kubitschek disse o seguinte: “Será que algumas pessoas têm dificuldade de dizer que amam o próximo? Têm dificuldade de dizer que amam uma pessoa com deficiência? Ou têm dificuldade de dizer que amam alguém pela cor da pele? Ou por idade? Ou pela livre opção sexual?”

O Senado Federal apresentou, na 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, no Salão Negro, uma série de projetos belíssimos. Por várias vezes,

discurssei desta tribuna sobre alguns desses projetos, em articulação com a sociedade civil.

Srª Presidente, a implementação de projetos como esses que vi aqui, no Senado, dar-se-á pela capacitação dos atores de políticas públicas para que, na execução dessas políticas, faça-se por aquilo que chamo, mediante projeto que apresentei, um corte transversal, que contemple todas as diferenças próprias da condição humana.

Sempre digo que a natureza respeita a diferença. Se olharmos a natureza, se não for a mão do homem, ela nos dá uma aula de vida e de solidariedade.

Srª Presidente, com relação a esse projeto que chamo de reflexão da diferença, já temos um grande entendimento de parceria na linha dos direitos humanos, com a aplicação dos Estatutos do Idoso, do Deficiente, da Criança e do Adolescente. Estão aqui em debate os povos indígenas, a política das mulheres, a igualdade racial. Caminhamos muito de lá para cá para aquilo que chamo de inclusão social por meio também da educação e da cultura.

Entendo, Srª Presidente, que juntos, sociedade, empresários, universidades, Poder Público, pelo reconhecimento da diversidade da sua gente, com certeza, poderemos apontar para esse novo caminho.

O Senador Heráclito Fortes esteve lá conosco ontem e fez um belíssimo depoimento.

Senador Heráclito Fortes, meu pronunciamento é longo, mas gostaria de dizer que aquele foi o dia em que vi V. Exª emocionado. V. Exª tem feito aqui um debate firme e duro defendendo as suas convicções. Vou contar isto aqui porque aquele evento foi gravado: penso que foi a primeira vez que eu vi – conheço V. Exª há mais de 20 anos – algumas lágrimas correndo do canto dos seus olhos. Eu acho isso muito bonito. Eu não tenho vergonha de dizer que inúmeras vezes isso aconteceu comigo. Ontem, aquele foi um momento bonito. Veja como as pessoas com deficiência nos aproximam tanto! V. Exª deu ontem um depoimento sobre a sua experiência com o Pitangui no Piauí, depois em Porto Alegre. Isso foi de fato comovente.

Srª Presidente, eu poderia lembrar de muita coisa aqui. Poderia lembrar-me de Ray Charles, que era filho de Bailey Robinson, mecânico e faz-tudo, e de Aretha Robinson. Na fase da Grande Depressão, mesmo após a mudança para Greenville, quando Ray Charles ainda era criança, não havia facilidades econômicas, ganhos financeiros para ninguém, em especial para as famílias negras – e aí, no caso, devido à segregação sulista naquele país. Aqui Ray Charles recorda a extrema pobreza de sua família, na autobiografia que escreveu, em que diz: “Éramos os mais pobres dentre os pobres, estávamos no fundo da escada olhando para cima, apenas

o chão nos pertencia”. A infância de Ray Charles não foi fácil: quando tinha cinco anos, viu seu irmão mais novo, George, afogar-se na grande tina, onde a mãe lavava roupa, trauma que o acompanhou por toda a vida. E ele foi perdendo a visão gradualmente.

O próprio autor que interpretou Ray Charles no cinema, ao ser perguntado sobre a experiência, disse: “A coragem. Não imaginava que ele era um cara tão corajoso. Esse filme conta a história da infância e da adolescência dele. A maioria das pessoas não tem a mínima idéia de como tudo foi tão difícil. Negro, pobre, órfão aos 15 anos. E querendo fazer música? Meu Deus! Ray Charles pegou um ônibus sozinho e foi para a costa oeste tocar, com 17 anos”. Era cego e teve uma vida de sucesso.

Outro exemplo é o do escritor Marcelo Rubens Paiva, que, entrevistado sobre o fato de alguém ter dito ser impossível ser feliz em uma cadeira de rodas, respondeu: “Isso é bobagem. Sou paraplégico há 23 anos, já viajei o mundo e conheci muito deficiente realizado. Tenho amigo instrutor de mergulho, alpinista, advogado, arquiteto, empresário”. São padeiros, mecânicos, trabalhadores da construção civil. Dêem-lhes somente oportunidades. “O dono do Unibanco é paraplégico. Eu, por exemplo, sou feliz. Meu problema não é a cadeira de rodas, mas os problemas de um cara de 44 anos. Uma vez, fui fazer terapia e disse logo: Não vim aqui para discutir a minha deficiência; vim discutir minha relação com a minha mãe, com a minha mulher, minhas frustrações”. Ou seja, como todo e qualquer cidadão.

Podemos ainda citar Evandro Haponiuk, 33 anos, que sofreu paralisia cerebral ao nascer, tem grandes dificuldades motoras, inclusive de articulação da fala, e está no 2º ano de Direito da Faculdade Dom Bosco. Ele disse: “Agradeço a Deus a oportunidade que me dá todos os dias. Tenho uma família maravilhosa. Minha vida não parou por causa da minha deficiência. Posso conversar com vocês. A única coisa que peço é que tenham um pouquinho de paciência”.

É muito bonito uma pessoa dizer isso. E são coisas que gravei nessa caminhada. Enfim, muitas foram as citações, as falas, que jamais vou esquecer.

Há uma outra de uma pessoa cega, que disse o seguinte: “Preciso agradecer, acima de tudo, a Deus a oportunidade da vida, as experiências que me levaram à compreensão de que não me faltam os olhos físicos, não me faltou a visão interior, a visão que me permite ver a beleza que é a criação, a energia de Deus, a beleza do ser humano, que traz em si a capacidade da superação dos limites”.

Mas todos dizem: o preconceito existe, e temos de combatê-los todos.

Sr. Presidente, eu poderia voltar a falar – hoje há até um artigo publicado no **Jornal do Brasil** – sobre a realidade desse corte da comunidade negra. Claro que não vou fazer a leitura desse enorme documento que está aqui, mas quero registrar, por exemplo, o trabalho que realiza o Grupo Olodum lá na Bahia. E sou do Rio Grande do Sul, não tenho nenhuma dúvida, nascido em Caxias do Sul, no interior do Estado. O Olodum fez uma marcha com mais de 100 mil pessoas.

Pelas informações que tenho, ele já arrecadou mais de um milhão de assinaturas para que o Estatuto da Igualdade Social seja efetivamente aprovado na Câmara dos Deputados.

A Câmara dos Deputados fez, ontem, uma sessão de homenagem à comunidade negra. Mas como seria bom se, em vez de ser uma sessão de homenagem, fosse uma sessão para aprovação de políticas públicas de combate ao racismo.

Recebo correspondências de todo o País. E o que eles pedem? Sessões de homenagem são muito boas. Claro que são muito boas! São lembranças, momentos de encontro, são reflexos sobre o combate a todo o tipo de discriminação. Mas como seria bom se a Câmara tivesse copiado o exemplo do Senado e já aprovado o Estatuto que nós já aprovamos aqui por unanimidade.

Enfim, Senadora Serys, eu poderia falar aqui de uma mulher, até em homenagem a V. Ex^a, chamada Agualtune, mãe de Ganga Zumba e avó de Zumbi. Ela era filha do rei do Congo e foi vendida como escrava para o Brasil em razão do tráfico negreiro da época. Quando os Javas invadiram o Congo, Agualtune foi à frente de batalha para defender o seu reino. E ela, uma mulher negra, comandou um exército de 10 mil guerreiros. Derrotada, foi trazida como escrava em um navio negreiro para o Brasil. Aqui engravidou. Nos últimos meses da sua gravidez, organizou sua fuga e a de alguns escravos para Palmares. Ela começou, então, ao lado de Ganga Zumba, a organização dos negros. E ali uma de suas filhas deu-lhe um grande presente, que foi um neto: Zumbi dos Palmares.

Eu poderia aqui falar de tantos homens, mulheres, brancos, negros e índios que se destacaram nessa grande caminhada. Poderia aqui falar de Martin Luther king, poderia falar de Nelson Mandela.

Lembro-me de uma citação de Martin Luther King: “E quando isso acontecer, quando nós permitirmos o sino da liberdade soar, quando nós deixarmos ele soar em toda moradia e todo vilarejo, em todo Estado e em toda cidade, nós poderemos acelerar aquele dia quando todas as crianças de Deus, homens pretos e homens brancos, judeus e gentios, protestantes e católicos, poderão unir mãos e cantar nas palavras do

velho spiritual negro: 'Livre, afinal; livre afinal.' Agradeço ao Deus todo-poderoso, nós somos livres afinal". Nós brancos, negros, deficientes, índios, todos, todos, somos livres.

Martin Luther King morreu pela luta em defesa das ações afirmativas, de todas elas. Lamento que o nome dele tenha sido destroçado por alguns segmentos que tentam dar a impressão de que ele era contra as ações afirmativas. Martin Luther King foi assassinado por defender exatamente aquilo que contempla hoje o Estatuto da Igualdade Racial. Não façam essa violência com a memória de Martin Luther King, por favor. Ele não está aqui para explicar. Não façam isso! Martin Luther King morreu, foi assassinado por defender as políticas afirmativas, para que houvesse a efetiva inclusão.

Senadora Serys, comentei desta tribuna tudo o que aconteceu. Os jornais publicaram no fim de semana a violência que é o preconceito não só contra negros, mas contra deficientes, mulheres, índios.

Eu poderia aqui lembrar rapidamente a história de Sepé-Tiarajú, que morreu para defender o solo pátrio, para defender brancos e negros, ele morreu lá. Falamos tanto aqui dos lanceiros, enfim. Eu poderia falar aqui do Maurício de Sousa, um homem sensível, com imensa consciência, que fez dos seus livros um marco nas histórias em quadrinhos contra as discriminações. Eu poderia aqui falar, por exemplo, de uma criança iraquiana. Recebi uma carta de Natal de um menino iraquiano em que, resumindo – não vou ler a carta, Senadora, pelo tempo, porque sei que V. Ex^a também tem que viajar –, ele pede de presente de Natal o silêncio. Ele não quer mais ver as bombas estourando em cima das casas, das escolas. Todo dia, quando ele sai, a mãe abraça-o e beija-o como se fosse a última vez, a última lágrima. Ele pede: "Eu, que já pedi tanto ao Papai Noel, queria que ele me desse no Natal somente o silêncio para que eu não ouça mais o barulho das bombas, para que eu não tenha de caminhar por cima de corpos e ver, em vez de águas nas ruas, o sangue de homens e mulheres, tanto americanos quanto iraquianos, mortos".

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a permite um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Heráclito Fortes, ouço com alegria o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Paulo Paim, é com muita alegria que interrompo o seu belo discurso para, com um modesto aparte, parabenizá-lo pelo que pude ver ontem. Na realidade, Senadora Serys, a culpa da minha ida ontem ao encontro que finalizava essa extraordinária iniciativa do Senado na

direção da valorização dos que têm alguma forma de deficiência foi do Senador Paim. Eu estava aqui, e ele me falou rapidamente do que havia acontecido e que, à noite, haveria o ato final. Ontem, o dia aqui foi muito movimentado. O fato me passou despercebido, e esqueci. Já estava na garagem, indo para minha casa, quando me lembrei do fato e de que havia visto a Sr^a Mara na sua cadeira de rodas, com uma fibra fantástica, circulando exatamente em direção do auditório Petrônio Portela cedo da noite. Infelizmente, quando lá cheguei, o encontro já estava adiantado, mas tive oportunidade de ver o depoimento de V. Ex^a. Se lágrimas correram ontem na reunião, pela maneira com que foi desenvolvida e pela simplicidade, quero dizer que V. Ex^a, de maneira muito justa, foi quem puxou esse cordão, no depoimento em que relatou as experiências que viveu, mas, acima de tudo, nos exemplos, trazendo para a sua equipe um deficiente visual e promovendo a sua integração na sociedade. O que mais me impressionou é que estávamos ali, e todos os integrantes da Mesa, comandada pelo Dudu, o filho do Roberto Carlos, eram pessoas com algum tipo de deficiência ou que carregam problemas com filho ou com outro ente querido. E não vi semblante de amargura em nenhuma delas, só otimismo. Nós, Senadora Serys, que somos sadios, vivemos reclamando da vida. Aquilo me tocou muito. Naquele momento, lembrei-me do nosso querido Tebet, que, já sabendo da irreversibilidade do seu problema, só falava de futuro e não admitia que interrompessem seu pensamento de otimismo, principalmente com relação ao Brasil. Dei alguns depoimentos do que vivi, de experiências que tive; sobre outras, não quis dar, calei-me. De fato, foi uma noite extraordinária. O mais incrível, Senador Paulo Paim, é que cheguei ali bastante cansado – eram 22 horas quando saí do meu gabinete. No entanto, após o encontro, estava lépido e fagueiro e fui, inclusive, jantar, num restaurante da cidade, com o Guilherme, deficiente visual.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ele representava a Fiesp no evento.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Representava a Fiesp. No jantar, ficamos conversando sobre a vida. E observei novamente que, em nenhum instante, esse rapaz mostrou amargura ou revolta. É algo que toca, Presidente Serys, a maneira otimista como ele enfrenta a vida. De repente, pediu-me permissão para usar o celular, ligou para a namorada e falou com ela com otimismo. Uma coisa fantástica! Perguntei-lhe: "Sua namorada está aqui?" Ele disse: "Não. Minha namorada trabalha em turismo e está no seu Estado, Mato Grosso, acompanhando uma missão".

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Ela acompanhava uma missão, um programa de turismo, algo assim, não me lembro dos detalhes. É uma lição, caro Senador Paulo Paim, fantástica! Mas fui até lá por outro problema. Quando cheguei ao meu gabinete, recebi, dentre as correspondências do dia, alguns *e-mails* de preocupação sincera, outros de má-fé, a respeito da CPI que solicitei para averiguar o desvio de recursos nas ONGs. Gosto de fazer – e minha vida pública pode mostrar – as coisas com muita responsabilidade. Se prestarem atenção, em nenhum momento fiz acusações a qualquer ONG, de quem quer que seja. No dia em que a imprensa noticiou o possível envolvimento de uma ONG com a mulher de um político do Nordeste, desmenti de imediato, até porque não sabia do fato. Sobre a questão da Unitrabalho, muito citada, sempre me pronuncio com cautela. Temos que ter muito cuidado com a investigação que, com certeza, vamos iniciar. Eu tinha que dar uma satisfação, Senador Paulo Paim – conto com sua compreensão para isso –, naquele momento. Até porque, em um gesto de confiança, todos os Senadores lá presentes tinham apostado assinaturas para a instalação da Comissão. Eu não estava presente, mas está aqui o Senador Tião Viana, que também o fez.

É preciso que todos saibam que não se trata de uma CPI política. Para evitar essa conotação não movi uma palha durante o período eleitoral. Seria até um prato muito bom para ser explorado, mas tive o cuidado, a ética, de não tratar desse assunto. Usei um termo muito gaúcho ao falar da separação do joio do trigo. É preciso, caro Senador Paulo Paim, que façamos isso. Se não tivermos cuidado, quando formos atentar de maneira mais detalhada para o fato só teremos o joio, o que não é possível. Fiquei muito feliz ontem quando vi a compreensão de todos que estavam no encontro e a necessidade que eles também têm de salvar as boas ONGs. Isabel Fillardis sabe bem disso porque tem ligações, participa de uma ONG que presta extraordinários serviços. Essas ONGs que protegem as pessoas com algum tipo de deficiência, além de uma necessidade de funcionamento pleno e de recursos, têm que estar protegidas. Senti-me, portanto, no dever de dar essa explicação. Fomos todos compreendidos. E peço ao Senador Paulo Paim, que é uma pessoa de influência na sociedade que me ajude, a partir de agora, a mostrar ao Brasil que não há nenhuma intenção de discriminar.

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – A nossa intenção é fazer a inclusão do sistema, de maneira correta, para ajudar uma sociedade que, muitas vezes,

não tem acesso a recursos, a gabinetes. Nós ouvimos o depoimento de um casal – Suplicy o trouxe – que vive na Praça da Sé e outros vários depoimentos. Aquilo me deu forças para dizer, Senadora Serys, com muita convicção: é bobagem discutir a oportunidade de instalação dessa CPI; o importante é que ela é fundamental para o País. Tanto prova, Senador Paim, que, ontem mesmo prisões foram feitas, em alguns Estados brasileiros, por mau uso de recursos dessas entidades. Portanto, Senador Paim, quero parabenizá-lo, não pelo que está dizendo na tribuna, mas pelo que V. Ex^a fez e vem fazendo, ao longo do tempo, para diminuir essas desigualdades, tentando a inclusão, de qualquer maneira e a qualquer custo, com gestos anônimos, sem necessidade de holofotes; um trabalho cujo resultado se vê pelos depoimentos de seus companheiros do Rio Grande do Sul que estiveram ontem aqui. Quero lhe dar parabéns. Parabéns ao Senado, ao Renan, à Mônica Freitas...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mônica... Muito bem lembrado. Eu estava fazendo um esforço para lembrar o nome, mas me dava uma falha... O trabalho da Mônica é excelente. Parabéns pela lembrança.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – A Mônica, quero parabenizá-la, simbolizando todos os funcionários do Senado. Que os funcionários perdoem a mim e a V. Ex^a, porque é impossível nomear todos, mas aquilo é um trabalho de equipe ao qual eles se dedicaram meses e meses para preparar essa semana que, tenho certeza, terá grande repercussão no País. Saí de lá, Senador Tião Viana, com uma convicção: a única deficiência incurável é a deficiência moral; as restantes, tenho certeza, com um trabalho daquela natureza, se não são superadas de todo, pelo menos são amenizadas e, acima de tudo, dá-se força e fé para que as pessoas lutem pela vida. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Senador Tião Viana, se V. Ex^a me permitir, vou tentar não improvisar para encerrar mais rapidamente este meu pronunciamento.

Nós todos queremos ser felizes e viver plenamente. É nosso dever fazer o melhor por todos nós, por nós mesmos, mas, principalmente, pelos outros. É nosso dever conviver de tal forma, que todos se sintam integrados, atuantes, plenos com aquilo que são, com suas diferenças que os tornam ímpares. Afinal, ninguém é igual. Mudanças internas precisam ser feitas, a fim de que as externas encontrem terreno fértil para avançar. Cada um de nós é único nesse universo. Conclamo todos a trabalhar na linha de uma política que tenha a inclusão como meta, como sentimento, como atitude.

Termino, Senador Tião Viana, com algo que falei quando, por delegação de V. Ex^a e do Presidente Renan Calheiros, fiz a abertura daquele espaço privilegiado lá na Biblioteca, espaço que, sem dúvida, foi uma conquista do deficiente. Senador Cristovam, V. Ex^a estava lá e deve se lembrar de um improviso que fiz e que aqui tento reproduzir. Disse que o homem que não descobriu uma causa pela qual ele poderia morrer ainda não entendeu o sentido da vida. Acho que estou pronto, pois descobri essa causa. É a causa da inclusão, da igualdade, da liberdade, da justiça e do meio ambiente. É a causa de nossa vida e por ela, com certeza, poderia morrer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko. A seguir, falará o Senador Cristovam Buarque.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT

– MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tema que o Senador Paim acaba de abordar é o mesmo de que vamos tratar hoje. Deveríamos ter feito isso antes – estava inscrita para fazer isso no dia da sessão especial de homenagem aos portadores de deficiência –, mas infelizmente não foi possível.

Eu diria que falar agora não faz diferença, talvez até seja melhor; é mais difícil, com certeza, falar depois do Senador Paulo Paim sobre a temática, mas, por outro lado, mais fácil, depois de ter assistido a vários eventos – não participei de todos, mas participei de uma parte significativa deles.

Gostaria de começar saudando todos os portadores de deficiência que participaram desse evento e que, com certeza, representaram todos os portadores de deficiência do Brasil. Tudo que o Senado fez ou vem fazendo e que culminou na Semana dos Portadores de Deficiência deveu-se à organização dessas pessoas pelo Brasil afora. Se elas estivessem encolhidas, cada uma no seu canto, sem participar, sem se organizar, sem se mobilizar junto à sociedade, com certeza estariam, apesar de todos os problemas que enfrentam, invisíveis e sofrendo todo tipo de discriminação. A sua organização e mobilização fazem com que elas estejam presentes e cada vez mais envolvidas na busca e na conquista do fim da discriminação.

Após a saudação aos portadores de deficiência, gostaria de saudar o Presidente Renan Calheiros, ele e sua esposa, Verônica – sei que, já na primeira sema-

na, ela participou efetivamente, de forma determinada, e, a partir daí, as coisas começaram a acontecer e se concretizar aqui no Senado da República.

O Senado precisa realmente ter esse tipo de participação, porque a atenção que conseguiu despertar para o problema a partir dessa última semana foi extremamente significativa para os portadores de deficiência e para a sociedade de um modo geral.

Eu costumo dizer que o envolvimento dos deficientes em ações, em atitudes, de forma profissional ou educacional, talvez seja mais importante para os chamados “sem deficiência” do que para os próprios deficientes. Isso porque a tolerância, a solidariedade e a fraternidade são conceitos, são valores que têm de ser desenvolvidos na sociedade para que ela possa realmente se transformar, mudar a questão da competitividade e outras coisas mais. É preciso mudar para uma sociedade em que haja respeito, em que haja realmente a propagação do entusiasmo, em que haja sentimentos como os da tolerância, da solidariedade e da generosidade. É de suma importância o envolvimento da sociedade com os chamados diferentes – e aí entram os deficientes, os negros, os que tem orientação sexual diferenciada, os índios, as mulheres, enfim, todos aqueles que a sociedade, ao longo dos tempos, muito discriminou.

Hoje isso está mudando. Estão começando a entender que somos diferentes. Digo “somos”, porque sou mulher e sofro discriminação com certeza. Somos diferentes, mas exigimos direitos absolutamente iguais.

O que discutimos é a igualdade de direitos, respeitadas as diferenças.

Saúdo o Presidente Renan por ter iniciado esse processo dentro do Senado, processo que está sendo desenvolvido de forma grandiosa. Saúdo também o Dr. Agaciel, Diretor do Senado, que, como sempre, em todas as atividades, está sempre presente e, de forma determinada, contribui para fazer as coisas acontecerem. E é óbvio e é claro que o fazer acontecer se dá concretamente no Senado por meio de todos os trabalhadores desta Casa, do mais graduado ao mais simples, todos que, com certeza, deram, estão dando e darão sempre a sua contribuição no sentido de fazer com que todas as ações que aqui acontecem aconteçam da melhor forma.

Quero também saudar Marcos Frota e, ao fazê-lo, saúdo todos os outros que aqui estiveram – os outros de que falo são aqueles de fora do Senado – e que vêm fazendo a coisa acontecer na sociedade, no dia-a-dia. A grandiosidade dessas pessoas é tocante, porque não se manifesta em uma semana ou em alguns dias, mas em todos os dias de sua vida. Daí também a extensão de nossa saudação: queremos que ela seja

muito grande para atingir todas essas pessoas que, citando Marcos Frota, agradeço e parabeno pela participação e pelo envolvimento em questões como essa Brasil afora.

Falei que iniciaria, como iniciei, saudando os portadores de deficiência e dizendo que tivemos a participação do nosso grande companheiro Bob, cadeirante, representando o Mato Grosso, que, de forma ativa, alegre, entusiástica, participou dessa Semana, assim como participa de todos os trabalhos do nosso gabinete.

Como eu disse, nada mais justo e correto do que valorizar essas pessoas que diferem de nós em alguns aspectos, mas que não significa nada quando levamos em conta suas capacidades produtivas.

Falarei de um caso que me deixou atônita. Não tenho outra forma de me referir a isso, senão expressando o meu espanto e – por que não? – minha revolta, com a decisão do Juiz Gustavo Santini Teodoro, da 23ª Vara Cível de São Paulo, de que escolas particulares podem recusar a matrícula de alunos com síndrome de Down. Isso é um absurdo, uma decisão carregada de preconceito e de desconhecimento da Lei de Diretrizes e Bases e da Constituição Federal.

Senador Cristovam Buarque, V. Exª que é um educador nato na história do Brasil, que já deixou sua marca eterna na educação do nosso País, um juiz, ao decidir que uma escola pode rejeitar um portador de síndrome de Down, cometeu um absurdo.

Nada justifica tamanha falta de sensibilidade e, vou mais além, de responsabilidade do representante de um dos Poderes que mais tem amadurecido e evoluído, acompanhando o desenvolvimento natural de nossa sociedade, como o Poder Judiciário.

A família da pequena Lívia Roncon, de apenas sete anos, entrou na Justiça contra uma escola de São Paulo, que recusou a matrícula da menina, sem nem fazer um dia de adaptação para ver o comportamento dela junto aos possíveis coleguinhas e à estrutura pedagógica da escola. A criança foi rejeitada com a alegação de que a escola estava impossibilitada de atender às demandas da criança.

Eu lhes pergunto, Srªs e Srs. Senadores: quais demandas poderiam inviabilizar a matrícula de uma criança com síndrome de Down? Eu lhes respondo: nenhuma. Elas não precisam de tratamento tão diferenciado, tão especial. Só precisam ser aceitas, respeitadas e estimuladas.

O que há de extraordinário nessas demandas que uma escola não poderia disponibilizar? Atenção? Respeito? Desempenhar sua função social? Cumprir seu dever de ensinar e formar cidadãos capazes de respeitar as diferenças é uma das funções primordiais

da escola, Sr. Presidente. Se ela não aceita uma criança por ela ser diferente, está deixando de cumprir sua função de escola.

Sou pedagoga de formação, com mestrado em educação, conheço bem o que é ensino, apesar de não ter trabalhado com educação infantil.

Sei que as necessidades pedagógicas de uma criança com síndrome de Down são semelhantes às de outras crianças, elas necessitam apenas de mais estímulo, o que qualquer profissional de qualidade e comprometido com a educação deve e sabe fazer.

O juiz entendeu que a escola tem o direito de recusar a matrícula de uma criança portadora da síndrome de Down. O esdrúxulo argumento do juiz foi o de que é dever do Estado, e não da rede particular, atender os estudantes portadores de necessidades especiais. Meu Deus, isso é um absurdo! Essas pessoas, cidadãos como qualquer outro, têm também o direito de escolher onde estudar.

Quando pensei neste discurso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, fui em busca de informações sobre o assunto, falar com pessoas que trabalham diretamente com crianças portadoras da síndrome de Down e, assim, falamos com a pedagoga Andréa Moraes, de Petrópolis, no Rio de Janeiro, que me ajudou a entender melhor o absurdo que foi o entendimento do juiz, Senador Tião Viana.

Segundo a professora, o trabalho com crianças com Down é maravilhoso, elas são amorosas, inteligentes e com potencial enorme, precisando apenas de estímulos. E aí se encontra a única exigência para a escola: a existência de um corpo docente qualificado. Mas não é o que se espera de qualquer escola? Professores qualificados? Portanto, falar que não tem estrutura é uma falácia. Este é o testemunho de uma pessoa que conhece de perto a realidade de trabalhar com essas crianças, Senador Heráclito Fortes.

Ela me contou ainda que a convivência com crianças com síndrome de Down é muito mais enriquecedora para as crianças ditas “normais” do que para as crianças que têm a síndrome, porque estas têm muito mais a ensinar do que a aprender, ajudam as crianças a entenderem o que é diferença e a serem menos resistentes à diversidade.

Ensinar a tolerância, a fraternidade e a solidariedade não é tarefa fácil, e as crianças portadoras dessa síndrome, envolvidas, trabalhando, estudando e desempenhando tarefas junto com as crianças chamadas “normais”, contribuem muito mais para a mudança de mentalidade da nossa sociedade do que as crianças “normais” contribuem para com elas. E fiquei convencida disso.

Concedo um aparte ao Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senadora Serys Slhessarenko, estava ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a, que vem do sentimento de uma figura pública muito sensível e socialmente muito preocupada com as questões de justiça para as minorias, para as pessoas que entendem e indicam, em suas expressões de vida, que é necessário viver em sociedades em que haja calor humano, solidariedade e sentimento de amor ao próximo. V. Ex^a faz um pronunciamento claríssimo sobre esses desafios humanistas que a sociedade brasileira tem de enfrentar e aperfeiçoar, como fez há pouco o eminente Senador Paulo Paim, que tem nisso uma causa de vida, assim como V. Ex^a.

Ouvi o aparte do Senador Heráclito Fortes, ilustrando um momento bonito de uma relação humana entre nós que achamos que somos absolutamente normais e alguém com dificuldade visual. Esse assunto tem tomado conta, de maneira mais positiva, da agenda política, da agenda de comunicação do Brasil, da imprensa brasileira, da vida institucional do País. Espero que possamos transformar todo esse sentimento de preocupação e solidariedade em resultados objetivos. O nome do resultado objetivo é política pública. Hoje, a riqueza da sociedade representa 60% dos gastos médios anuais do País. O Governo gasta 40% e a sociedade, 60%. A convergência de políticas entre sociedade e Governo, sem dúvida alguma, redundará em uma grande política para as pessoas portadoras de deficiência. Nós temos direito a apresentar emendas individuais ao Orçamento. No ano passado, apresentei uma emenda individual de R\$3 milhões. Se cada Parlamentar apresentar uma emenda individual de R\$3 milhões ao Orçamento da União, poderemos, só aí, destinar em torno de R\$1,8 bilhão para um núcleo de investimento nas políticas públicas que venham assegurar melhoria da qualidade das escolas para os portadores de deficiência, para as Apaes do Brasil, para a manutenção de aparelhos de qualidade. As pessoas sentem dor quando olham um portador de deficiência numa cadeira de rodas, mas poucas sabem que, se ele não tem cadeira de rodas adequada, em dois ou três anos, ele perderá a vida, porque aquilo vai levá-lo a doenças graves, anomalias do aparelho osteoarticular graves, com comprometimento de órgãos vitais e, depois, a perda da vida. E nós não conseguimos executar políticas efetivas de proteção ao portador de deficiência. Fica uma lembrança do belo pronunciamento que V. Ex^a faz para que o Parlamento assim proceda. Fiz assim o ano passado e espero ver, até o mês de dezembro, minha emenda de R\$3 milhões ser executada. Com ela poderemos atender 100% dos portadores de deficiência do Estado do Acre. Não quero que seja de minha autoria, mas do Governo Federal, do

Governo do Estado, dos órgãos públicos. Creio que é mais importante. Sei que será um desafio para V. Ex^a e o Senador Paulo Paim construírem, no ano de 2007, um orçamento da União, nas emendas individuais, com esse tipo de responsabilidade. Muito obrigado.

A SRA. SERYS SLHESARENKO (Bloco/PT – MT) – Perfeito, Senador Tião Viana. Muito nos honra o seu aparte, que enriquece totalmente a nossa fala.

São sugestões bastante claras de políticas públicas. Chegaremos, até lá, à necessidade de definição, com clareza, de políticas públicas e de ações concretas. Diria que deixo esta parte, pelo seu aparte, anexada à minha fala, pois já está totalmente contemplada.

Como dizia, essas crianças nos ensinam muito mais do que aprendem. Por isso, não podemos aceitar qualquer forma de discriminação contra pessoas tão especiais, tão cheias de alegria. Desafio qualquer um a me apresentar uma pessoa com síndrome de Down que não lhe dê um sorriso gostoso, que não esteja pronta a dar-lhe carinho, que não seja feliz. São muito felizes e só querem ser aceitas e ter o direito de ter uma vida normal.

Elas são normais e precisam ter vidas normais, dentro de suas limitações, que, no entanto, não as tornam inferiores, apenas diferentes.

Temos de privilegiar a diversidade, estimular a convivência com o diferente. Se queremos uma sociedade mais fraterna, mais sensível, temos de incluir todas as pessoas com suas particularidades e aceitá-las dessa forma. E nós, legisladores, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, precisamos garantir que essa situação ocorra, mesmo que em um primeiro momento seja obrigatória. Eu chamo de disciplina, quer dizer, temos de disciplinar as pessoas a conviver com as diferenças, de modo que elas passem a aceitá-las e ver que essas diferenças não são importantes, pois somos todos iguais com nossas diferenças.

Em nossa Constituição Federal, a lei maior de nosso País, está bem claro no art. 5º que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”... Logo, como podemos dizer que uma criança especial não tem o direito de estudar junto com as crianças da sua idade? A proibição fere o direito dela, resguardado pela Constituição.

Quando tomei conhecimento da decisão do juiz, resolvi, juntamente com a minha assessoria e a Consultoria Legislativa do Senado, elaborar um projeto para criminalizar situações como a ocorrida com a pequena Lívia. Refiro-me ao PLS 300, de 2006. A idéia do projeto é tornar obrigatória a preparação física e pedagógica de todas as escolas, sejam elas públicas ou particulares, para que toda criança possa ter acesso à educação, independentemente de qualquer

coisa, muito menos por suas limitações físicas. Toda escola deve estar preparada para receber crianças especiais, aliás, elas devem receber todo aluno que quiser se matricular!

A escola deve estar preparada não só no campo pedagógico, mas também com estruturas adequadas para promover a acessibilidade e propiciar a inclusão social de crianças que já possuem a dificuldade imposta pela vida. Nós precisamos minorar, o máximo possível, essa dificuldade com nossas ações, para que tais crianças tenham uma vida absolutamente normal. Se muitas pessoas não possuem esse entendimento, usaremos o poder coercitivo para garantir que elas entendam. É uma lei educativa. Precisamos educar para que no nosso futuro tenhamos uma sociedade igualitária livre de qualquer tipo de preconceito.

A idéia desse discurso ganhou mais força com a bela reportagem mostrada pelo Fantástico, na Rede Globo, há duas ou três semanas, quando ficou clara a necessidade de fazer algo contra o preconceito e impedir que essas crianças continuem a ser discriminadas por sua condição.

Devo parabenizar a Rede Globo por abordar esse problema na novela Páginas da Vida, principalmente pela forma leve com que mostra a vida da pequena Clara, uma linda menininha com síndrome de Down. A Globo está prestando enorme serviço à população, ao mostrar que essas crianças são como todas as outras, apenas com algumas peculiaridades. Bato mais uma vez nessa tecla, mas não me canso. Enquanto o preconceito estiver presente em nossa vida cotidiana, utilizarei este espaço para contestar, levantar a voz contra as injustiças. Sei que o povo de Mato Grosso e o do Brasil querem uma sociedade justa, igualitária. Por isso, ponho à disposição, mais uma vez, o meu mandato para ser a voz, Senador Paulo Paim, daqueles que sofrem com o preconceito e a discriminação, sejam eles portadores de deficiência, negros, índios, mulheres, ou tenham feito opção sexual diferente e por isso são fortemente discriminados. Por isso, congratulo-me com a Rede Globo e com a família da pequena Lívia, que não se calou ante a justiça e está lutando pela felicidade de sua filha. Podem, com certeza, contar com a minha participação.

Depois de falar da discriminação contra a mulher, o negro, o índio, os que têm a sua opção sexual diferenciada, enfim, contra todos aqueles que sofrem preconceito da sociedade, quero aproveitar a oportunidade para conclamar, desta tribuna, a Câmara Federal a aprovar o projeto de nossa autoria, já aprovado no Senado, que institui o dia 20 de novembro o Dia Nacional da Consciência Negra. Que ele seja, realmente, dia nacional. Em alguns Estados, já é comemorado,

mas desejo que também o seja em todo o país. Alguns dizem: um dia a mais um dia a menos... Não é apenas um dia a mais um dia a menos; é uma forma de combater o preconceito. É como o adágio: “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”. Que se use esse dia e tantos outros dias para o combate à discriminação contra o negro, porque ao lembrarmos a discriminação contra o negro nós estaremos dando visibilidade a essa discriminação e também a todo e qualquer tipo de preconceito que acontece na sociedade, como o existente contra nós mulheres.

Agora estamos nos dezoito dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher. No dia 30 haverá uma sessão especial do Congresso Nacional, pelo Dia Internacional de Combate pela Eliminação da Violência Contra a Mulher.

Alguns dizem: “Isso já não existe tanto, Senadora; a senhora já é até Senadora”. Sim, sou Senadora. Entre quase 200 milhões de pessoas neste País, há nove Senadoras. E daí? Queremos mais poder político, sim. Queremos 50% do Senado, da Câmara, queremos 50% das governorias, das prefeituras, das câmaras municipais, das assembleias legislativas, do Congresso Nacional. Queremos sim. Somos 52% da sociedade. Isso está andando muito lentamente, mas nós queremos, principalmente, o fim da violência contra a mulher na família, no trabalho, em todas as instâncias. Chega!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, 274 mulheres foram assassinadas este ano no Estado de Pernambuco. Não é em todo o Brasil, não. Repito: 274 mulheres foram assassinadas em Pernambuco. Felizmente o Estado de Pernambuco está organizado e pode divulgar esses dados estatísticos para o Brasil e para o mundo tomar conhecimento deles. Em outros Estados, a situação não é muito diferente, mas os dados não são divulgados. Eles precisam ser conhecidos, sim, a fim de que possamos realmente fazer mudanças para valer na sociedade para alterar esse estado de coisas.

Somos iguais aos companheiros homens, absolutamente iguais em termos de direito, e nós não podemos permitir que esse tipo de coisa aconteça. Que os nossos filhos, porque todos os homens – não me canso de dizer isso aqui – são nossos filhos, é óbvio, não é Senador Paulo Paim? Todos os homens são filhos de uma mulher, e temos que ser respeitadas, sim. E a violência contra a mulher não é só assassinato; é lesão corporal, é a humilhação, é a questão psicológica, é a questão cultural, porque nossos filhos crescem dentro de nossas casas nos vendo ser humilhadas e continuam, dali para frente, achando que podem humilhar suas companheiras, suas namoradas, suas esposas,

enfim, sua mãe, suas irmãs, as mulheres da sociedade de modo geral.

Conclamo todos os Senadores. Todos! Já convidei o Governador Eduardo Campos – porque muito nos honra ele ter sido eleito Governador de Pernambuco –, que prontamente se dispôs a fazer um grande pronunciamento, no dia 30, lá, na Câmara, contra a violência contra a mulher. Conclamamos aqui todos os Srs. Senadores para que escrevam artigos, que passem *e-mails*, que façam seus discursos aqui ou lá na Câmara, no dia 30, pelo fim da violência contra a mulher.

Mas o meu tempo está se esgotando e tenho outro assunto extremamente importante também sobre o qual quero falar rapidamente.

Aproveitando que estamos falando de aceitação, tolerância, respeito ao diferente, quero parabenizar a Câmara dos Deputados e em especial a nossa querida e tão comprometida Deputada Iara Bernardes, por ter aprovado o projeto que inclui no rol das práticas discriminatórias e puníveis pela lei a discriminação por orientação sexual, o chamado projeto contra a homofobia, de autoria desta brilhante Parlamentar, de quem vamos sentir muita falta na Câmara Federal.

É muito oportuna a aprovação desse projeto da Deputada Iara, quando nós estamos iniciando a campanha dos dezesseis dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher. Nós, mulheres, os negros, os índios, os deficientes e os chamados LGBTs. Várias minorias sofrem muito com a violência baseada na discriminação. É preciso que todos se unam pelo fim de qualquer tipo de discriminação. LGBTs significa Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Esse é um assunto muito tabu. As pessoas não gostam de falar nisso, mas nós temos que respeitar a opção de cada um. Nós temos a nossa, mas temos que respeitar a dos outros. Qualquer desrespeito tem nome: é discriminação e intolerância, e nós não aceitamos discriminação e intolerância.

Infelizmente, o Brasil é um dos países que possuem posição destacada em um *ranking* pouco meritório: somos campeões do número de crimes homofóbicos, quando, em muitos casos, a violência resulta em mortes. Segundo dados levantados pelo Grupo Gay da Bahia, entre 1963 e 2004, 2.367 homossexuais foram brutalmente assassinados no Brasil. O combate à homofobia deve ser uma bandeira de todos nós, e de todas nós, independentemente de crença religiosa, coloração partidária e posicionamento com relação à união civil de pessoas do mesmo sexo. Esta é uma questão de direitos humanos, por isso não é possível que nenhum Parlamentar aceite a violência contra nenhum cidadão ou cidadã, principalmente por razões de sexualidade. Aceito a idéia de que não podemos

obrigar ninguém a aceitar coisa alguma. Entretanto, respeito ao próximo, à diversidade, ao diferente, isso nós podemos exigir.

Senador Heráclito Fortes, um minuto só para seu aparte, para não deixá-lo sem falar, porque meu tempo já se esgotou. Desculpe-me, não vi que V. Ex^a estava pedindo um aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora, meu aparte se fez desnecessário porque V. Ex^a terminou preenchendo todas as dúvidas e tudo aquilo que eu gostaria de acrescentar, mas não resisto participar de seu pronunciamento, principalmente hoje que V. Ex^a vem de Rayovac. Portanto, eu gostaria de parabenizá-la pela oportunidade do seu pronunciamento e dizer que acho que esse é um dos grandes papéis, talvez o maior de todos, que esta Casa possa realizar, Senador Paim, neste momento difícil da sociedade brasileira: chamar a atenção, com ações isoladas ou coletivas, mostrando que realmente é possível melhorar ou pelo menos confortar pessoas. V. Ex^a disse uma coisa fundamental: existem os filhos sadios e os não sadios. A primeira impressão que temos é de que quem tem um filho com problema, seja síndrome de Down ou qualquer outra deficiência, carrega uma cruz. Na maioria das vezes, até carrega um troféu, e a cruz está exatamente com o que tem o filho sadio, pelo descaminho que a vida lhe fez seguir. De forma que V. Ex^a tem razão. Temos de ter também, Senador Paim, a preocupação com a inclusão na sociedade dos que têm algum tipo de deficiência, assim como dos que são sadios, para que não tenham problemas por omissão, por esquecimento e, às vezes até, por excesso de mimo. Muito obrigado.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Concordo totalmente com a posição de V. Ex^a.

Tenho dito muitas vezes, Senador Paim, que, às vezes, as pessoas olham e falam: essa família tem um portador de deficiência, deve ser muito difícil. Talvez seja até mais difícil pelos cuidados que são exigidos, mas, de jeito nenhum, nenhuma família, eu diria, pode sofrer por isso. Basta que a sociedade tenha o entendimento diferenciado de que somos absolutamente todos iguais, apesar das diferenças. E, tratando da questão como direitos humanos, teremos a possibilidade e o potencial de fazer com que essas pessoas, todas, indistintamente, sejam muito felizes. O importante é ser feliz. Não importa o tipo de deficiência, a cor da pele, se é índio, se é mulher, se tem orientação sexual diferenciada daquela que é considerada normal dentro da sociedade, todos, indistintamente, temos o direito de ser felizes. E, para isso, nós, sociedade como um todo, temos de contribuir de forma decisiva e determinada.

E aí a origem do meu projeto, que novamente coloco aqui: a escola não pode discriminar de jeito algum. Essas crianças e esses adolescentes têm de ser tratados de forma absolutamente igual, porque iguais eles são e precisam ser respeitados. Repito aqui: eles nos ensinam muito mais do que nós a eles – pelo menos na minha concepção – porque nos ensinam a tolerância, a solidariedade, o entusiasmo e, com certeza, a alegria de viver.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra, de imediato, ao nobre Senador Cristovam Buarque. Enquanto S. Ex^a vem à tribuna, por uma questão de justiça, queria dizer que estiveram conosco esta semana, num trabalho de apoio à Semana da Pessoa com Deficiência, os seguintes artistas: a Sharon; o Guilherme, que eu não havia citado porque os dois são Guilherme, o da Fiesp e o da Rede Globo; a Isabel, o Marcos Frota e, claro, o Dudu, que é, sem sombra de dúvida, um presente para todos nós do Rei Roberto Carlos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, claro, quero me juntar ao Senador Paim, à Senadora Serys, que falaram aqui sobre esta Semana, em que o Senado deu atenção especial a todas as formas e a todos aqueles que são portadores de deficiência. Estive presente em todos os momentos e vivi as emoções que todos vivemos ao conversar com pessoas portadoras de deficiência, mas que conseguem superar isso e, sobretudo, continuam lutando para que os outros possam superar também.

Parabéns, Senador Paim, pelo seu papel. Parabéns, Senadora Serys, pelo seu pronunciamento.

Mas eu vim falar aqui de outro assunto. Eu vim aqui tratar de um assunto que, ao meu ver, diz respeito bastante ao Brasil de hoje e ao nosso comportamento de políticos.

Lembro-me que, desta tribuna, há cerca de três anos, cheguei a fazer sugestão ao Presidente Lula para que ele abrisse um diálogo com a Oposição, que ele conversasse com os opositores, que chamasse os Partidos. Lembrei até que, durante os primeiros quatro anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, eu fui um intermediário do Presidente Fernando Henrique Cardoso em sucessivos convites para que

o companheiro Lula, Presidente do PT, fosse ao Palácio do Planalto.

Durante esses quatro anos, houve resistência, mas, no final, eu próprio acompanhei o Lula numa conversa que tivemos com o Presidente Fernando Henrique Cardoso em novembro de 1998, passadas as eleições de 1998.

Agora vemos, pelos pronunciamentos do Presidente Lula, o seu desejo de fazer o diálogo com a Oposição, Senador Paim. Eu acho que demorou demais, é verdade, mas sempre é tempo.

Então, longe de mim pretender que meu pronunciamento hoje aqui seja uma crítica à tentativa do Presidente Lula de dialogar. Vim fazer aqui um alerta sobre a maneira como ele está propondo o diálogo. Porque, ao ver na televisão hoje de manhã, ler nos jornais de hoje e ontem também pela televisão ele dizendo que a Oposição deveria guardar-se na Oposição até 2010, aí eu me assusto. Porque aí não significa mais dialogar com a Oposição, significa cooptar a Oposição. Aí não significa dizer que está aberto a falar com a Oposição, significa dizer “quero que a Oposição venha para o meu lado”, e isso é perigoso para o Brasil.

Não há bom governo sem uma boa oposição. Esse é o espírito da democracia, Senador. Sem oposição, não há bom governo. A meu ver, o que o Presidente Lula precisava dizer não é que a Oposição pare de ser oposição até 2010. Ele deveria fazer um apelo: “Continuem sendo Oposição, porque eu preciso de oposição. Agora, seja, obviamente uma Oposição responsável nas denúncias, seja uma Oposição propositiva nas sugestões, seja uma Oposição que cobre resultados do Governo, mas seja Oposição.”

Senador Antero Paes de Barros, se algum Partido não quiser ser Oposição, não tem problema. Se não quer ser Oposição, entre no Governo, mas querendo que todos deixem de ser Oposição para entrar no Governo é matar a democracia.

Já houve um período em que os militares diziam “esperem para ser oposição depois que vier a democracia, se um dia ela vier para o Brasil”. E havia um governo de situação e um faz-de-conta de oposição.

Apóio a idéia do Presidente de dialogar, mas quero registrar a minha preocupação com a tentativa do Presidente não de dialogar, mas de cooptar; não de ter diálogo com a Oposição, que esteja do outro lado, mas de dizer “venha para o meu lado”, porque, se todos forem para o lado do Governo, a democracia morreu. Não há democracia em que todos os partidos apoiem o governo, por mais santo, melhor e eficiente que seja o governo. Governo sem oposição é ditadura.

Temo que, em vez de estar querendo dialogar, o Presidente esteja querendo cooptar, anular, negar o

papel da Oposição. Se ele fizer isso, vai ser muito ruim para o Brasil e para o Governo dele também.

Imaginem um governo em que todos os partidos passem apenas a louvá-lo, em vez de alguns o louvarem – claro – e outros o criticarem – claro também, necessário também. Não é o que estamos vendo. Estamos vendo uma tentativa de universalizar a Base de Apoio ao Governo.

Trago aqui minha preocupação. Durante muitas vezes, eu disse que temo tentações autoritárias, que não se dão apenas com armas nas ruas ou fechamento de Congresso. Cooptar a integralidade de um Congresso é tão autoritário quanto fechar o Congresso, embora, no caso do fechamento, seja por formas violentas e, no caso da cooptação, por uma tolerância do próprio Congresso.

Há Congresso que se fecha a si próprio; há Congresso que se anula a si próprio e não precisa de um militar para fechá-lo; há partidos que se anulam a si próprios. Não é preciso calar na cadeia um político que opta pelo silêncio. Existe o autoritarismo do calar a boca, colocando político na cadeia e existe também a outra forma, a de calar pelo silêncio como opção do próprio político. Não temos o direito de silenciar.

Espero que o Presidente tenha sua base de apoio ampla para que possa governar, mas que restem, sim, partidos que digam: “A melhor contribuição que posso dar ao meu País é como opositor”.

Que alguns digam isso! Caso contrário, não teremos um futuro sadio para a democracia brasileira.

Ao mesmo tempo, quero recomendar que o Presidente, na hora do seu diálogo, reconheça algumas falhas. Não o vi ainda deixar isso claro. Por acaso disse a alguém que, nesses três últimos anos de Governo, a educação de base foi relegada? Que os compromissos de campanha não foram cumpridos? Por acaso reconheceu que fecharam uma secretaria que tinha por objetivo a erradicação do analfabetismo? Não é uma decisão que merece uma autocrítica? Pararam um programa como o Escola Ideal, que estava implantando o horário integral em cidades inteiras deste Brasil! Falo de cidades inteiras e não de escolas isoladas. Vinte e nove cidades estavam sendo revolucionadas. Fecharam esse programa! Não é, por acaso, algo que merece uma reflexão de reconhecimento de erro? Falar do erro na relação com a Oposição até aqui não é correto? Sobretudo o tratamento que recebeu Leonel Brizola, por parte do Governo, depois de ter dado apoio no segundo turno, depois de ter dado apoio entrando no Governo. Foi relegado, desprezado, isolado, ignorado. Não merece isso, do Presidente, uma reflexão?

Na próxima terça-feira, o Presidente do meu Partido vai encontrar-se com o Presidente Lula. Sou fran-

camente favorável a esse encontro. Creio que ninguém tem o direito de recusar um encontro com o Presidente da República. Trata-se do Presidente da República eleito. Quem Sua Excelência convidar deve ir conversar. No entanto, deve dizer as verdades. Entre as verdades é preciso dizer-lhe que ser oposição é uma necessidade de interesse do País, é uma necessidade de interesse do próprio governo do momento.

Se começarmos a dar um apoio tão grande ao Presidente que desapareça a Oposição – e ele diz que só volta em 2010, e esqueceu de dizer: 2010 antes ou depois de outubro? – não vai faltar quem proponha um terceiro mandato para o Presidente Lula. Hoje as pessoas acham que isso é impossível. Mudar a Constituição brasileira tem parecido impossível? Como é que algumas mudanças foram feitas, algumas que ninguém imaginava algum tempo atrás? É um perigo um Governo que procura ter a unanimidade do apoio de todos os Partidos, de todos os Parlamentares.

Eu espero que nenhum Partido continue fazendo oposição pela oposição, Senador Paim. Que faça uma oposição crítica, mas que faça uma oposição propositiva. Agora eu espero ainda mais que todos os Partidos não entrem no Governo, porque será a morte da democracia, uma morte consentida, um suicídio que a gente não pode tolerar que aconteça. Presidente, receba os Presidentes do Partido, mas diga a alguns: “Por favor, fiquem na Oposição e me tragam idéias boas”; “por favor, fiquem lá e me cobrem naquilo que eu estou demorando a fazer”; “por favor, fiquem lá e denunciem as falhas para que eu as corrija”.

Imaginem se não tivesse havido Oposição nesses três anos, quem é que estava ao redor do Presidente? Aqueles que ele diz que eram “aloprados”. O Presidente se livrou dos “aloprados” graças à Oposição, foi um serviço que a Oposição lhe prestou. O Presidente disse que estava se livrando de “traidores”. Livrou-se daqueles “traidores” – que ele disse, não sou eu que digo – graças à Oposição, que o alertou nas denúncias.

O diálogo é fundamental, a cooptação é perigosa. Por favor, Presidente, leve adiante esse seu bom comportamento de querer dialogar, mas pare esse mau comportamento de querer cooptar.

Unanimidade não é apenas burra, como dizia o grande teatrólogo; unanimidade é antidemocrática. Não há democracia quando há unanimidade. Por isso, vamos conversar com o Presidente, vamos dialogar com o Presidente, vamos oferecer propostas ao Presidente, mas vamos continuar cobrando aquilo que ele não faz e, ao mesmo tempo, denunciando aquilo que seu Governo faz de errado. Isso se chama Oposição séria, propositiva, mas Oposição. Isso se chama democracia, que é o que o Brasil parece estar vendo

tenuemente ainda, mas ameaçada com essa tentativa de unificar todo Congresso em uma só proposta: a do Presidente Lula.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, que pediu um aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Cristovam, felizmente nós temos as sextas-feiras, quando podemos, de maneira mais tranqüila, fazer pronunciamentos em que o raciocínio e o desenvolvimento de teses podem se aprofundar sem o tumulto de apartes e tampouco a preocupação com o tempo. Hoje é o dia em que o tempo é amigo. E V. Ex^a se aproveita muito bem dessa oportunidade e traça o perfil do que é a democracia que nós queremos, de que nós precisamos e que nós exigimos, e da democracia que é proposta por intermédio do monólogo. É inaceitável que um Presidente da República eleito com a maioria de votos, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o apoio, não só da sociedade, mas de um grande arco de Partidos Políticos, faça uma proposta dessa natureza. João Baptista Figueiredo foi mais democrático: apenas pediu que o esquecesse; ele está pedindo exatamente o contrário. Olha, fico pensando, às vezes, Senador Cristovam, naqueles que já não estão mais aqui na terra, mas que, como militantes e admiradores do PT, lutaram por anos e anos para quebrar os grilhões da ditadura e respirar a democracia, se lhes fosse concedido o dom de voltar à terra e vissem uma simples frase dessa natureza, seria uma decepção, uma frustração, uma vergonha. Eu, às vezes, me questiono se o Presidente está mal assessorado, se não tem assessoria nenhuma ou se tem assessoria demais. É incrível a rapidez com que S. Ex^a muda de discurso, de objetivo e de humor. Não sei em que circunstância a proposta foi feita, se no café, no almoço, após o almoço, como foi o almoço... Mas é euforia demais! Aliás, insisto: o Chávez disse algo parecido na Venezuela e o Morales na Colômbia. Aliás, na Colômbia, o Morales, além de dizer, está pressionando a imprensa, o parlamento e agora, por conta disso, houve uma ruptura de governadores com ele, exatamente por um comportamento dessa natureza. Senador Cristovam, a minha preocupação é que essa construção toda, a reconstrução democrática comece a definhar nos seus alicerces e que, daqui a pouco, os nossos eventos democráticos, por suspeita ou por insegurança, comecem a ter aqui os famosos observadores da ONU, os observadores internacionais, os Jimmy Carter da vida, por declarações alopradas. O Presidente fez muito bem em criticar os aloprados, mas não pode agir como tal. Essa é uma declaração aloprada! Digo isso, Senador Paim, com a tranqüilidade de que estou dizendo e que estou sendo entendido, porque ela não vem só, ela vem ao lado de um proje-

to que foi retirado, após a eleição, do fundo da gaveta para novamente bisbilhotar a atividade jornalística no Brasil. A esse projeto – bote o nome que quiser – mas, na realidade, é bisbilhotar. Senador Arthur Virgílio hoje repete frases de um juiz americano, que diz que a imprensa até pode não ser justa, mas tem que ser livre. Isso é inaceitável de um homem que subiu, que, no momento mais difícil de resistência, teve a solidariedade da imprensa nacional e internacional, venha, após a consagração de um segundo mandato, com idéias dessa natureza. Parabéns a V. Ex^a, que conhece Sua Excelência melhor do que eu. E tenho certeza que V. Ex^a está muito mais convicto, tem muito mais motivo de indignação para fazer esse discurso do que esse seu modesto aparteante. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço o seu pronunciamento e o seu aparte, Senador. E lembro que estou fazendo isso com a intenção de colaborar para evitar que se siga uma marcha, chegando-se a um ponto em que não é mais possível voltar.

Há diversos indicadores de uma tolerância com gestos que levam a uma forma discreta de autoritarismo, algum gesto em relação à imprensa... Uma coisa que eu, como professor universitário, professor Heráclito Fortes, faço questão de manifestar, que me deixou muito preocupado, foi quando vi o número grande de reitores apoiando o Presidente da República – candidato, não porque era presidente – reitores, que são o símbolo da autonomia em relação ao Estado e ao governo, sem nem consultar as suas comunidades, mas se consultassem – para isso estavam errados – eles assumem posição diante de um processo eleitoral ao lado do candidato, não como eleitor, porque como eleitor ele tem direito de dizer em quem vota, pois o voto é secreto para quem quer mantê-lo secreto, mas não como indivíduo eleitor, mas como representante de uma comunidade acadêmica. Quando ele manifesta apoio a um candidato... casos como esse aconteceram em regimes muito autoritários.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a quer um depoimento mais grave sobre isso? No dia seguinte ao fato, eu transitava no corredor com um Senador da base do Governo e encontramos um grupo de reitores, dois ou três reitores. Eu não sabia que um deles era reitor. E o colega Senador fez uma crítica: voto no candidato, voto no Lula, apoio o Governo Lula, mas ele não foi correto exatamente dentro da sua tese. Eu ouvi uma resposta pragmática: “Mas ele prometeu ajudar-me na expansão do meu campo, liberando verbas”. Não o Presidente, mas naturalmente quem o levou. Veja a degradação por que passamos!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – De gradação é o nome, V. Ex^a disse bem. Quando, para receber recursos, uma instituição universitária tem que apoiar o Presidente da República, isso significa a falência do ensino superior.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas, Senador Cristovam, é o exemplo! Quando vemos o Ministro da Justiça do Brasil num palanque, o que fazer?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Isso é fruto de uma concepção em que se mistura governo e partido, mas os dois não são a mesma coisa, e os dois com o Estado. Mas eles não são a mesma coisa. O que vemos agora é quererem misturar esses três e oposição. Oposição é oposição. Ela tem que existir. Oposição faz-de-conta só com governo faz-de-conta ou com democracia faz-de-conta. Ou o Governo vira autoritário – e aí não é faz-de-conta – mas também não é democrático, ou a democracia é faz-de-conta.

Temo que, até sem uma reflexão mais cuidadosa, ao propor que a Oposição se dilua até 2010 – isso está no inconsciente do Presidente –, estejamos diluindo a democracia, e não só a Oposição.

Concedo um aparte ao Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Senador João Batista vai permitir. Quero apenas registrar, Senador Paulo Paim, uma conspiração de Paulos que existe, neste instante, no Senado da República: um Paulo que preside, Paim, e outro Paulo Delgado, que está a seu lado; duas extraordinárias figuras do PT. Faço este registro e lamento profundamente que o povo de Minas Gerais tenha trocado Delgado por Juvenil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/ PT – RS) – Agora, se depender de nós, ele estará no Tribunal de Contas e será um grande representante do povo brasileiro lá.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Concedo um aparte ao Senador João Batista Motta.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Cristovam Buarque, eu só quero acrescentar algo a esse pronunciamento tão preciso, tão valioso, que V. Ex^a está fazendo nesta manhã: a exploração de obras de aeroportos de um sistema falido – e está provado aí –, aeroportos construídos com a contribuição de uma taxa do usuário, que não tem dinheiro do Orçamento; a exploração de obras da Petrobras, que é uma multinacional, usadas na campanha eleitoral; mais essa que V. Ex^a está denunciando agora; e tantas e tantas outras a que assistimos durante a campanha, não nos podemos esquecer de que a culpa de tudo isso é de uma excrescência chamada reeleição. Se para Presidente da República é essa vergonha, imagine V. Ex^a em alguns Estados, como foi o caso do Paraná, e na maioria dos Municípios brasileiros, com 10, 15, 20 mil

eleitores, onde o prefeito, em oito anos, com a reeleição, dizima por completo qualquer oposição que haja, porque lá não há profissionalismo político. Então, a reeleição é que tem de ser votada com urgência, para que tenhamos o fim, porque excrescência igual a essa jamais vimos neste País. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Concordo que a reeleição causa grande parte disso, mas existe hoje uma excrescência na excrescência, que é a tentativa de não ter oposição durante o funcionamento do regime democrático.

E vim aqui da mesma maneira que vim há três anos sugerir ao Presidente que chamasse a Oposição para conversar. Fiz isso, sugeri isso, e com a mesma lealdade, como político de Oposição, venho sugerir ao Presidente que converse, mas não se preocupe apenas em trazer para o lado dele. Converse, mesmo sabendo, pedindo e desejando que aquele político fique na Oposição. Mas mantenha o diálogo, mantenha aberta a maneira como conversa, sem querer que venham para o lado, porque, se todos forem para o lado do Governo, acabou a democracia brasileira.

Vim aqui, Senador Eurípedes, para dizer isso: é o respeito pelo funcionamento das instituições que me traz aqui,

Às vezes caminhamos para o autoritarismo não deliberadamente, mas por diversos equívocos e falta de alguém que o alerte. Espero que o Presidente tenha pessoas aqui, como eu estou fazendo hoje, para alertá-lo. Ele comete um grave erro na idéia de que não deve ter oposição até 2010. Deve ter oposição diária, sistemática e responsável a favor do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, de imediato, ao Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, como o Senador Heráclito Fortes tocou no nome do Senador Sibá Machado, com quem ontem tive um atrito, quero aproveitar, então, ainda que eu não fosse tocar nesse assunto hoje, para fazer um esclarecimento a quem viu a discussão. Naquele momento eu estava elogiando o Senador Sibá Machado, dizendo que eu até torcia para que a Ministra Marina Silva continuasse no Ministério do Meio Ambiente não por causa dela, mas sim para que o Sibá permanecesse neste Casa. O assunto era que neste País nada se pode fazer mais, porque os ambientalistas não querem o aumento da fronteira da soja, o plantio do eucalipto, a implantação de novas usinas de álcool. Não querem que se produza camarão marinho em cativeiro, não querem que o Brasil exporte, não querem que se naveguem os rios brasileiros. Isso

hoje é uma tônica, todos sabem disso. É claro que só quem não sabe é o Presidente Lula, porque ele não sabe de nada.

Mas, no momento em que eu até elogiava o Senador Sibá Machado, ele levantou a voz para dizer que eu não sabia e que tinha de aprender que a legislação deve ser cumprida. Eu, aí, fiquei contrariado, porque eu sei disso perfeitamente, inclusive porque minha formação acadêmica é no ramo de Direito e sei o quanto são necessárias neste País as instituições e o respeito à lei. Só que ele não sabe que o seu governo, o governo do PT, o governo do Presidente, muito embora o Presidente não saiba, passa por cima da lei; o governo trabalha ao arrepio da lei. O Congresso Nacional deu atribuições ao Presidente da República para que ele criasse reservas indígenas, reservas florestais, zonas de amortização. O Presidente da República está com credencial desta Casa, do Poder Legislativo, para tomar conta do espaço e fazer suas regulamentações. Esta Casa nunca deu poderes ao Ibama para criar uma área de reserva. Não, quem é o Presidente do Ibama para mexer com matéria constitucional? Porque, quando cria uma reserva, ele cria atribuições do Governo de indenizar áreas privadas que existam nessas zonas de amortização, nessas zonas que devem ser preservadas.

Ele, infelizmente, é que não sabe, assim como o Presidente, que o Ibama não pode fazer isso ao arrepio da lei. O Congresso Nacional não deu poderes ao Ibama para isso, é desafio quem diga que deu, desafio quem diga que existe essa autorização.

Foi o que aconteceu com a criação da Portaria nº 39, que inviabiliza 400 quilômetros de extensão entre o Espírito Santo e a Bahia, para que não se explore gás nem petróleo, sob a alegação de que podemos causar algum dano à zona preservada de Abrolhos, para a qual também queremos a preservação. Ninguém é contra isso.

O incidente foi com base nisso, mas estimo muito o Senador Sibá Machado, assim como a Ministra, contra quem não tenho nada. Eu disse, na hora, que o problema não é ela, mas a assessoria, representantes de ONGs que estão dentro do Ministério do Meio Ambiente. A Senadora Ana Júlia Carepa é testemunha do que estou falando. S. Ex^a sabe das restrições que temos, que ela tem e que todos que conhecem o assunto têm com relação ao Sr. Capobianco, representante de ONGs dentro do Ministério, que comete toda sorte de atrocidades com as pessoas envolvidas no assunto.

Sr. Presidente, quero deixar isso lá, porque hoje vim falar de outro assunto, que começou em 1990, 1991, quando falamos de imposto único. Fui contra batizar

com o nome de “imposto único” porque era pejorativo, já que ninguém pensou em um imposto só.

A tese era cobrar tributo sobre fontes insonegáveis e de forma invisível. Naquela oportunidade, quem assinou o projeto foi o Flávio Rocha porque era um homem da base e da confiança do ex-Presidente da República Fernando Collor.

Embora tenhamos viajado todo o Brasil no Le-arjet de propriedade do Senador Flávio Rocha, infelizmente, não conseguimos lograr êxito e implementar o projeto, que, até hoje, tramita nesta Casa, com a assinatura do Senador Paulo Octávio, e na Câmara dos Deputados.

Infelizmente, o Brasil se acostumou a um novo sistema, a uma nova cultura, em que o Legislativo trabalha quando acionado pelo Poder Executivo. Se vem uma medida provisória para cá, trabalhamos; se vem um projeto do Poder Executivo, trabalhamos. Nós do Poder Legislativo, Câmara dos Deputados e Senado Federal, não tivemos momento algum para criar uma lei, fazer uma reforma de grande profundidade, como aquelas propostas pelo Senador Paulo Paim com relação ao salário no Brasil, que é uma vergonha e que só existe pela incapacidade dos nossos administradores. Desejo de fazê-lo o Presidente Fernando Henrique tinha e o Presidente Lula tem, mas não tiveram coragem para implementá-lo. As medidas são fáceis, não são difíceis. Mas faltam coragem e experiência administrativa. São pessoas que nunca administraram nada, que, infelizmente, não têm currículo, mas que assumem a Presidência da República.

Voltando à questão do projeto, ele não foi à frente. Ao contrário, deu origem à criação de outro tributo: a CPMF. Mas Deus escreve certo por linhas tortas, e a CPMF está mostrando que é capaz de cobrar. Cobra bem, ninguém deixa de pagá-la. E ninguém está fazendo movimento contra a CPMF, que é automaticamente descontada na conta do cidadão. O que o cidadão brasileiro não suporta, Sr. Presidente Paulo Paim, é ter que preencher um monte de papéis e ter que ir declarar – seja à prefeitura, ao Estado, ao Governo Federal – que está devendo “x” ou “y” e que está recolhendo o respectivo imposto. Depois, vem um monte de fiscais em cima para verificar se ele fez certo, se fez errado, se deixou alguma coisa de lado, se sonegou isso ou aquilo. Para quê isso? Estamos em uma época em que a ciência permite que, a partir de um fio de cabelo do Senador Heráclito Fortes, se faça outro Heráclito Fortes. A ciência já o permite. O cidadão usa um telefone celular aqui, sem fio, e fala com o outro lado do mundo instantaneamente. As imagens vêm do outro lado do mundo para cá em tempo real. Vejam aonde chegou a tecnologia, aonde chegou a ciência! E para cobrarmos

tributo há essa vergonha de, em cada divisa, termos dois postos fiscais, um de cada Estado...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador João Batista Motta, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)
– Pois não.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Quero uma ajuda de V. Ex^a para poder ficar tranquilo. Se V. Ex^a quer mandar fazer uma clonagem da minha pessoa, diga-me quem vai fazê-la, porque quero saber com que intenção. Se forem me clonar com má intenção, quero tomar logo as providências. Vou chamar o Senador Sibá Machado para me defender aqui. Na realidade, estou brincando com V. Ex^a, mas quero até fazer justiça: creio que o Senador Sibá, no momento, estava estressado emocionalmente com o volume de fatos que todo dia chega contra seu Partido. Conheço a origem do Senador Sibá. Ele é um rapaz sério e não suporta, até por formação, o que viu ontem: a nova linha de montagem de furto estreada pelo PT, que, agora, começa a fazer que nem lançamento de automóvel. Antes do ano, a indústria automobilística já lança o carro por antecipação; o PT, antes da posse, já revela o vilão; não foi nem empossado, mas votado, e já está aí. É a nova safra, modelo 2007 lançado em 2006. A imaginação do PT é fertilíssima. Minha gente, o PT fazia uma triagem atrás do DNA dos candidatos. Um jornalista hoje de manhã me chamou a atenção e eu fiquei curioso: “Senador, não é só o Juvenil” – que podia ser Juvenal. “Veja quantos milionários entraram como candidatos pelo PT no Brasil afora.” Seria prudente que esse Partido fizesse já um levantamento prévio. O criminoso nisso tudo, Senador Paim, é que o PT constituiu uma CPI, chamada CPI do Banestado – e não foi por qualquer um, não, foi por gente importante dentro do Partido – para investigar a evasão de divisas. Enquanto íamos pelo Brasil afora, fazendo essa investigação – inclusive, fomos a Belo Horizonte –, esse escritório próspero funcionava a todo vapor. Espero até que esse Sr. Juvenil seja inocente. Mas o PT não tem segurança disso, porque foi omisso, silenciou... Quem tem segurança defende... O PT não defendeu aqui, com garra, o Waldomiro Diniz? Basta ver o elenco dos indefensáveis que o PT bancou. Quero fazer justiça ao Sibá, e até disse a ele que não entrasse nessa discussão porque dá a entender que ele o faz em causa própria, já que é primeiro suplente. Marina Silva é a titular. Eu nunca vi uma briga, Senador Paim, tão sem pé nem cabeça, porque os dois tinham razão. Faltou apenas um ponto de convergência. O que V. Ex^a está dizendo é fato. Uma jornalista me mostrou uma matéria aqui hoje, segundo a qual o Juvenil tinha uma ONG. O Lorenzetti, aquele que tem nome de chuveiro

– e os fabricantes estão com ódio, porque dizem que caiu a venda...

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)
– Ele também tem uma.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Ninguém quer comprar Lorenzetti; quem tem troca; na renovação, não quer mais esse nome... Tem medo! Senador, o homem foi atrás de investimentos no Pará, e há uma ONG multinacional envolvida. Vamos apurar isso. Vamos salvar, Senador Paim, as ONGs sérias. Quem não quer apuração tem culpa no cartório ou está ligado a alguém que tenha. Nós temos de salvar isso. Aliás, Senador, o erro começa na origem. Recursos de Governo para as ONGs devem ter caráter extraordinário e excepcional. O PT implantou a prática: só o Governo contribui para aquilo que foi criado para aliviar o seu próprio cofre. Muito obrigado.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)
– Agradeço o aparte ao Senador Heráclito Fortes e quero dizer que citei o seu nome como exemplo para uma possível clonagem porque, se a legislação nos permitisse e nós tivéssemos a possibilidade de clonar figuras como o Senador Heráclito Fortes, Senador Paim e outros, por certo este País seria outro, em breve, porque são pessoas que só enaltecem a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, eu estava falando aqui sobre um assunto – e também o Senador Heráclito Fortes se referiu a ele – e queria esclarecê-lo. Quando falamos em ONG, ficamos nos debatendo com o fato de que estão roubando, desviando dinheiro, de que estão passando dinheiro daqui para lá, aproveitando para enriquecer. Mas eu não tenho essa preocupação, não. Porque o dinheiro carregado na cueca por alguém, ou carregado em um aviãozinho – um dinheiro que pertencia a uns evangélicos em um jatinho (R\$12 milhões) –, esse dinheiro, geralmente, fica aqui, é reinvestido aqui. Esse dinheiro, eu não tenho muita preocupação com ele, não. Presidente Paulo Paim, o que me preocupa são aquelas ONGs de origem estrangeira; são aquelas que vieram para cá inibir nosso crescimento, para evitar que nosso produto possa fazer concorrência com os produtos americanos principalmente, ingleses, da Europa de uma maneira geral ou da Ásia. O que nos preocupa são exatamente esses maus brasileiros que, para ganhar dinheiro, pouco dinheiro para colocar em suas contas, servem a interesse escusos. Não é possível que tenha alguém que, em sã consciência, possa imaginar que este País não precisa de reflorestamento, quando nós, no passado, extirpamos nossas florestas. Quando houve aquele quebra-quebra no laboratório da Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul, uma senhora, a quem faltavam dentes, uma senhora que mostrava sua origem

pelo seu linguajar, disse, pela Rede Globo, no Jornal Nacional: “O Brasil não precisa reflorestar”.

Eu, que tenho formação acadêmica, eu, que sou Senador da República, não tenho autoridade profissional para dizer se este País precisa de reflorestamento ou não, mas salta aos olhos de todos que plantar árvores não pode ser crime, sejam elas eucaliptos ou qualquer outra.

No Espírito Santo, Senador Paulo Paim, um cidadão, vinte anos atrás, fez análise do solo e registrou em cartório. Vinte anos depois colheu eucalipto – ficou rico. Novamente, depois de tirado o eucalipto, ele fez a análise do solo e registrou em cartório novamente. Está lá para quem quiser ver: a terra dobrou suas qualidades, a terra melhorou, a terra foi adubada pelas folhas do eucalipto, foi adubada pelo cidadão que levou um pouco de adubo e colocou lá uma determinada época.

Portanto, quem diz que plantar eucalipto está errado é um idiota, é um trouxa, é um bobo, está falando pela boca dos outros. Quero que venha aqui um engenheiro agrônomo dizer que plantar eucalipto prejudica o solo. Não prejudica não, é conversa fiada. Não estou aqui defendendo a Aracruz Celulose nem nenhum plantador de eucalipto, estou defendendo o povo brasileiro, aquele que precisa plantar para termos uma pátria diferente da que temos hoje, para que tenhamos um País cada vez mais reflorestado, cada vez mais rico.

Quando venho aqui, venho malhar o Governo, reclamar do Governo pela exportação de nossas riquezas naturais, como o minério de ferro – saem comboios diariamente de duzentos e cinquenta vagões, cada vagão com cem toneladas. Esse tipo de exportação não agrega valor, não gera empregos; esse minério vai para a China para ser acumulado lá, para ser depositado lá. Sou contra esse tipo de procedimento, contra esse Governo que não enxerga esse crime que está sendo cometido.

Esse material todo sai sem pagar um tostão de tributo, isso é que é o pior. Além disso, esta Casa ainda aprovou isenção de impostos para essa gente, para essas empresas importarem maquinário pesado, para retirar essa riqueza com mais velocidade e com menos mão-de-obra. É isso que temos de condenar, porque está passando aqui, debaixo dos nossos olhos. Eu enxerguei e votei contra, Heloísa Helena votou contra, Pedro Simon votou contra, mas, infelizmente, a maioria votou a favor e tivemos um absurdo cometido.

Depois, nós vimos sair por entre os nossos dedos a Lei de Concessão de Florestas. Agora elas estão credenciadas e expostas, passíveis de pertencer ao capital milionário, ao capital estrangeiro. Qualquer

estrangeiro pode hoje fazer um contrato de concessão, pegar esse contrato e dá-lo em garantia a um banco internacional, pegar dinheiro, montar boate, comprar jato para passear ou fazer qualquer outra coisa com esse dinheiro. Daqui a quarenta anos, quando eu já estiver morto, quando o Presidente Lula já estiver morto, quando o Presidente Paim por certo também já estiver morto, vão chegar aqui para executar esse contrato, que é de quarenta anos e pode ser prorrogado por mais quarenta. Nós não vamos ver o resultado disso. Quem emprestou esse dinheiro vai chegar ao Brasil para executar esses contratos e nós não estaremos mais aqui. Nossos netos é que vão se envergonhar daquilo que nós fizemos no passado, ou seja, daquilo que estamos fazendo hoje.

É contra essas coisas que eu tenho me rebelado. Foi por causa dessas coisas que eu saí da Base do Governo e fui para a Oposição. Por causa dessas coisas deixei de retirar emendas, deixei de nomear qualquer pessoa – aliás, nunca nomeei –, preferi ficar na minha trincheira. Vou me despedir desta Casa e pretendo não pensar mais em política, Senador Paulo Paim, por causa da indignação e da vergonha que tenho diante do trabalho que temos feito, diante do mal que esta geração nossa está fazendo para o País.

Mas eu estava falando, Senador Paulo Paim, que, em um mundo onde a tecnologia e a ciência já alcançaram os avanços atuais, não podemos imaginar os atrasos verificados em nossa política tributária. Ela é arcaica, injusta e cruel. A brasileira, então, é inconfundível. Nunca se viu coisa parecida.

Aprovamos recentemente a lei que contempla as micro e pequenas empresas, por meio da qual foram reduzidos tributos de oito para um. Agora, leva-se um ano para aprovar a criação de uma empresa, com a nova lei, serão necessários quinze dias. Maravilhoso. Tributação menor: é esse caminho que temos de percorrer. Mas agora temos de estender isso a outras categorias, a outros produtores, e caminhar no sentido de facilitar a vida da população.

Não há como se sustentar mais com cobranças de impostos, taxas e contribuições declaratórios, aqueles em que o cidadão tem de ficar durante duas ou três horas em frente ao computador para dizer o que fez e o que não fez, talvez pensando no que fazer para enganar o Governo, em subtrair aqui e adicionar ali e, ao final, apresentá-los ao agente fiscal. Isso é uma estupidez e uma vergonha se levarmos em conta o nível que a tecnologia e a ciência alcançaram.

Não há mais necessidade que cidadãos, em nome de pessoas físicas e jurídicas, percam seu tempo para acomodar declarações do Imposto de Renda. Não há mais espaço para micro, pequenas, médias e

grandes empresas terem de preencher tantas notas fiscais, guias e formulários para recolher impostos, taxas e contribuições.

Não dá para conviver com mais de sessenta impostos e contribuições que geram a mais brutal burocracia e, conseqüentemente, a maior corrupção do planeta.

A figura do “lastro” contida na declaração do Imposto de Renda, por exemplo, força que os ganhos de caixa dois obtidos irregularmente por pessoas físicas e jurídicas sejam transferidos para o exterior, causando prejuízos incalculáveis para o País.

E a vergonhosa fiscalização que acontece nas barreiras existentes na divisa dos Estados brasileiros? Elas são entraves ao desenvolvimento do País. As empresas mais organizadas mantêm advogados e carros de plantão para socorrerem seus transportadores da ação corrupta de agentes fiscalizadores, que, inclusive, humilham pobres trabalhadores do transporte de cargas.

Para que Mercosul ou Alca se não há Mercosul?

Os tempos modernos de hoje exigem uma nova ordem tributária que dê um fim aos impostos, taxas e contribuições declaratórios e implante um novo sistema de cobrança, sistema que seja invisível e incida sobre fontes insonegáveis e no qual não haja altos custos na cobrança, burocracia e corrupção.

Para isso, basta manter a CPMF com a alíquota de 1% na entrada e saída das operações bancárias, criar uma outra alíquota que incida sobre o produto do petróleo, da telefonia, da energia elétrica, do tabaco, de bebidas alcoólicas e da importação.

Havendo necessidade de inclusão de outros produtos, poderá ser criada, por exemplo, uma alíquota para objetos de luxo, como os barcos de passeio e automóveis, cujos preços ultrapassem a quantia, digamos, de R\$50 mil, com recolhimento apenas na fonte. IPVA e outras taxas estariam embutidas na alíquota do petróleo.

Dessa maneira, os brasileiros pagariam seus impostos, taxas e contribuições na hora da movimentação bancária, quando abastecessem seus veículos ou os tanques de suas fábricas, quando pagassem suas contas telefônicas ou de energia, fumassem ou ingerissem bebidas alcoólicas, ou ainda quando importassem algo.

Pobre que não movimenta conta bancária, não possui automóvel, que não tem telefone ou energia elétrica em casa não pagará imposto. Não será justo isso, Senador Paulo Paim? Não haverá inclusão social?

Aqueles que se sentirem prejudicados com o fim da burocracia e da corrupção vão dizer que, com o novo

sistema, iremos prejudicar a indústria com o recolhimento na fonte e que vamos exportar tributos.

Essas argumentações são frágeis e inconsistentes porque o recolhimento na fonte poderá ser compensado com prazos mais longos, que permitirão repasses aos cofres públicos somente após a venda e o recolhimento do valor da venda.

Quanto à segunda argumentação, as exportações poderiam ser acompanhadas de valores tributários pagos e agregados durante a cadeia produtiva, a fim de serem restituídos no momento da conversão do dólar em real.

Na importação poderá acontecer o mesmo. A tributação deverá ser embutida no valor dos dólares adquiridos para pagamento dos bens importados.

As alíquotas a serem aplicadas deverão corresponder a todos os impostos, taxas e contribuições recolhidas hoje, inclusive os da seguridade social, para que as folhas de pagamento dos empregados contenham apenas o valor do salário e o Fundo de Garantia. Com certeza, serão gerados milhões e milhões de novos empregos no Brasil.

A arrecadação deverá ser depositada diretamente nos cofres da União, dos governos estaduais e das prefeituras nos seguintes percentuais: 32% para a seguridade social; 26% para o Governo Federal; 22% para os Estados e 20% para os Municípios.

No caso dos Estados e dos Municípios, a distribuição deverá ser feita de acordo com o número de habitantes de cada Estado e de cada Município. Nada mais justo, Senador Paulo Paim.

Com a aplicação dos percentuais mencionados, somente poderá ser permitido que a União execute obras quando estas forem do seu interesse e de mais de um Estado. Vamos colocar fim nessa história de o Presidente da República calçar uma ruazinha de uma cidadezinha do interior. Isso é um absurdo, é um erro, isso é para gerar corrupção, é para colocar dinheiro no cofre do Deputado, do Senador.

Que os Estados também só executem obras quando estas forem de interesse deles e de mais de um Município. E os Municípios, por sua vez, seriam responsáveis por suas próprias obras. Dessa forma, acabamos com o abuso de poder e as emendas parlamentares, que tanto têm ocupado as páginas dos jornais.

É um crime o Governo Federal destinar recursos para calçar uma rua ou para comprar...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)
– Obrigado, Sr. Presidente, pela compreensão.

É um crime o Governo Federal destinar recursos para calçar uma rua ou para comprar uma ambulância a pedido de um Deputado Federal ou de um Senador para beneficiar um Deputado Estadual ou um Vereador, em qualquer parte do território brasileiro. Isso corresponde sempre a abuso de poder ou a corrupção.

As empresas poderão se instalar nos Estados e nos Municípios, de acordo com seus reais interesses. Por exemplo, escolhendo São Paulo, sem prejuízo para o Piauí, ou Fortaleza, sem prejuízo para o Rio de Janeiro. Será o fim da guerra fiscal e da discriminação regional.

Os agricultores poderão comercializar sua produção em qualquer lugar de seu interesse.

Desempregados poderão produzir peça de vestuário ou qualquer outro produto e comercializá-los onde mais lhes interessar.

Isso, sim, será inclusão social, distribuição de renda e o fim da discriminação social.

Grande parte do aparato fiscalizador e de cobrança de impostos, taxas e contribuições poderá ser aproveitada no apoio ao homem do campo, aos micro e pequenos industriais e aos comerciantes, além de uma outra parte ser dirigida para contribuir com a segurança pública.

Senador Paulo Paim, agradeço, de coração, a compreensão de V. Ex^a pelo tempo que foi excedido.

Quero falar da grande admiração e do respeito que tenho pela figura do grande Senador Paulo Paim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Dr. João Batista Motta, nosso querido Senador, se V. Ex^a me permite, farei uma rápida consideração para dizer que esta Casa aprendeu a respeitá-lo ao longo desses anos em que esteve conosco. Lamentamos muito a decisão de V. Ex^a de não mais concorrer, mas tanto V. Ex^a quanto o Senador Sibá Machado, para mim, são grandes Senadores.

Ocorrem tensões de momento, cada um defendendo as suas convicções. Saiba V. Ex^a que o mesmo carinho que tenho pelo Senador Sibá Machado também tenho por V. Ex^a.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PFL – PE) – V. Ex^a pode estar certo que considero o Senador Sibá Machado um irmão de luta e de fé.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De imediato, passo a palavra, por permuta com o Senador Geovani Borges, ao Senador Antero Paes de Barros.

O Senador Antero Paes de Barros dispõe do tempo que assegurei aos outros Senadores, vinte minutos, com a devida tolerância.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, resolvi vir à tribuna porque, mais uma vez, passei esta semana acompanhando a CPI das Sanguessugas. O que me motiva mais a vir aqui é o comportamento de um signficante Parlamentar petista que, vira e mexe, lembra-se do meu nome lá. Assim, vou trazer a esta tribuna as verdades que precisam ser ditas sobre a CPI das Sanguessugas e sobre este Governo.

Seria de se supor que o tempo dos aloprados já tivesse passado. Terminou a eleição. Não é verdade! É que nem poeira, que deixa rastros. No caso dos aloprados, rastros muito visíveis que, ao contrário da nuvem passageira, ficarão para sempre como marca do primeiro Governo Lula. É o Governo do José Dirceu, do Delúbio, do Marcos Valério e é o Governo dos aloprados. Ao menos como cenário de fundo, não é à toa que o Presidente, ontem, resolveu se penitenciar – e deve ter feito mentalmente o sinal da cruz –, dizendo que chega de formar governo com amigos.

A marca registrada aloprada está ali, bem nítida, na antevéspera do final da CPMI que investiga as denúncias envolvendo a compra de ambulâncias no âmbito do Ministério da Saúde. Esse triste episódio caminha para o final juntamente com a Legislatura. Prevê-se, e tem sido noticiado, que terá um final melancólico, notadamente em função dos depoimentos ensaiados dos aloprados que compareceram à CPMI esta semana.

Não compartilho do entendimento, repito, não compartilho do entendimento de que o simples fato de a CPMI ter aprovado o relatório preliminar recomendando a cassação de dezenas de Parlamentares já constitui feito importante. Não, ao contrário! Acho que a CPMI não poderia ter abdicado dos poderes que tem para investigar melhor os Parlamentares.

A que assistimos depois disso? Na Câmara dos Deputados, os Vedoin's absolveram o grande parceiro deles em Mato Grosso, Pedro Henry, com um discurso completamente diferente do que havia dito quando de sua prisão, antes de começar a fazer negociata com os aloprados. A CPMI poderia ter investigado mais exaustivamente e, em vez de só indicar, de só recomendar a cassação, deveria também indiciar os Parlamentares.

Por que os Parlamentares não podem ser convocados para depor na CPMI? Está errado! Por isso, não concordo. Em um primeiro momento, até pode parecer que está tudo bem à opinião pública, mas, no momento seguinte, serve para a absolvição dos mensaleiros e dos sanguessugas.

Eu não tenho dúvidas de que o Governo não mexe com Pedro Henry na Câmara dos Deputados porque tem medo de que ele seja uma bomba de efeito retardado maior do que a de Roberto Jefferson. Mas não é só. E quanto ao Deputado Carlos Abicalil, uma das figuras exponenciais da CPI dos Correios, também do Mato Grosso? Apareceram mais de vinte ligações desse Deputado, e ele já deu explicações: “Não, mas eu estava conversando com o Expedito sobre o Banco do Brasil.” “Com o Bargas é sobre o Ministério do Trabalho?” “É.” “Naquele período da compra do dossiê?” “É”.

Mas e por que não se quebra o sigilo telefônico desde o início da Legislatura, para ver quantas vezes ele conversou com essa gente? A CPI não pode deixar de ouvir o Deputado Abicalil, de cobrar essas explicações. Em dúvida, **pro societate**; depois de apurados os fatos que a CPI se recusou a apurar, **in dubio pro reo**. Ao não apurar, pode causar o **in dubio pro reo** nas Comissões de Ética.

Os recentes telefonemas têm outra figura importante de Mato Grosso: o Sr. Alexandre César. E, impressionante: todos amigos de José Dirceu – Pedro Henry quase foi Ministro da República indicado por José Dirceu; Abicalil, homem de frente, lá, de defesa do José Dirceu; e Alexandre César, Presidente do PT, com José Dirceu. Há uma Senadora aqui do meu Estado, do PT, a Senadora Serys Slhessarenko, que sabe, no fundo de sua alma e de sua consciência, que essas pessoas, associadas criminosamente a outro importante petista de Mato Grosso, Sr. Valdebran Padilha, patrocinaram também situações contra a própria Senadora Serys. Não quero entrar nesse mérito agora, até porque, como membro do Conselho de Ética, vou ter de me pronunciar, efetivamente, a esse respeito.

Tenham certeza, Srs. Senadores: eu fui a primeira vítima desses aloprados, que tentaram fazer comigo a mesmíssima coisa – aliás, com a mesma documentação – do suposto dossiê que tentaram fazer contra José Serra e Geraldo Alckmin. Aqueles aloprados que orquestraram o dossiê contra as candidaturas do ex-Governador Geraldo Alckmin e do Governador eleito de São Paulo, José Serra, espero que sejam alcançados com penas compatíveis com o crime que cometeram, apesar do arremedo de uma orquestração permanente de órgãos do Poder Público para salvá-los da degola.

O ensaio para que os aloprados saiam ilesos da investigação ficou evidente em depoimentos prestados nesta semana na CPMI.

Vamos aos fatos. Recorro inicialmente ao texto do jornalista Reinaldo Azevedo. É o *blog* dele que diz – e com o que concordo:

Uma das mais esclarecedoras reportagens a respeito do assunto foi publicada pelo **O Globo**. E tinha como fundamento o depoimento à PF de Gedimar Passos, o petista que é advogado e policial aposentado. Gedimar foi preso em companhia de Valdebran com o dinheiro que pagaria a armação contra Serra e Geraldo Alckmin.

Segundo Gedimar, o pacote negociado com os Vedoin incluía supostas informações que também comprometiam o PT. Esse dado desapareceu dos jornais. Ele é importante porque justifica que petista se mobilizassem para obter a malandragem. A um só tempo, estariam se preservando e atacando os adversários. Se estava havendo chantagem, os chantageados, provavelmente, eram os petistas. “A família Vedoin se dispôs a vender informações graves que comprometiam não só políticos de outros Partidos, como políticos do PT”, disse Gedimar à PF.

E prossegue o **blog**:

E o que seria o dossiê contra Serra? Segundo Gedimar, naquela língua estranha dos depoimentos, “ocorre que a documentação mostrada aos jornalistas e aquela que foi protocolizada na Justiça se resumia aos fatos já conhecidos da sociedade em geral e que se tornaram de pouca importância ao PT e ao órgão de imprensa [leia-se a revista **ISTOÉ**]; que como os Vedoin estavam interessados em receber o restante do dinheiro, se apressaram e, ainda na cidade de Cuiabá, entregaram um CD-ROM que afirmavam que continha toda a documentação prometida; que os jornalistas, ao chegarem em sua base, verificaram que o CD nada continha”.

Na seqüência, ele diz que os Vedoin ficaram de entregar novos documentos e que ele os analisaria para liberar ou não outra parcela do dinheiro.

Prossegue o **blog**:

Hamilton Lacerda – Agora já sabemos que o órgão de imprensa é a ISTOÉ, e que foi Hamilton Lacerda, assessor de Mercadante, quem negociou com a revista. Isso significa que ele estava, claro, por dentro do caso, incluindo as ameaças que Vedoin fazia aos petistas. A quais petistas? Bom, o fato é que um assessor de Mercadante estava no rolo. Os outros são homens de Lula [Luiz Inácio Lula da Silva].

Se dossiê havia... Se havia mesmo um dossiê, parece que não era exatamente contra o candidato tucano. Afinal, o homem encarregado de analisar o material não viu nada além do que todo mundo já sabia: fotos do ex-Ministro da Saúde em cerimônia da entrega de ambulâncias [em uma solenidade pública].

Pois bem. Dois meses depois, em depoimentos que poderíamos dizer se tratar de uma “concertação” (com a devida licença de Tarso Genro, uma espécie de “dono”

da palavra), Expedito Veloso e Oswaldo Bargas decidiram se sair com uma versão que não haviam relatado à Polícia Federal: eles estariam interessados em supostas provas que ligariam Abel à campanha de José Serra em 2002.

Reparem que a versão dos homens que juraram jamais ter ouvido falar em dinheiro não combina com a de Gedimar. Já a de Abel Pereira, como vêem, confere com a de Gedimar.

Agora Mercadante: o Senador negou, claro, mais uma vez, que soubesse das ações de seu subordinado, Hamilton Lacerda, o homem da mala: é ele quem aparece nas fitas do Hotel Ibis carregando a dinheirama. Mercadante sustenta que só ficou sabendo de tudo depois da prisão dos aloprados.

Quer dizer que ele nunca o tinha visto antes esses moralistas? Não é bem assim. Ele confirmou ao delegado Diógenes Curado que se reuniu em seu gabinete no Senado com Expedito Veloso e Oswaldo Bargas no dia 4 de setembro: dez dias antes da prisão de Gedimar e de Valdebran Padilha. Ah, mas a reunião servia para quê? Veloso e Bargas teriam ido pedir que a Bancada petista [ressuscitem aí a velhinha de Taubaté] comparecesse em peso ao depoimento do Luiz Antonio Vedoim, marcado para o dia seguinte ao Conselho de Ética. A Senadora Ideli Salvatti (PT-SC) também estava presente. [Quem diz isso? Aloizio Mercadante.] Cabe a dois estafetas da campanha presidencial irem a Senadores da República pedir atenção na sessão no Congresso? Segundo Mercadante, isso é muito normal....

Como observador da cena, escrevo o óbvio: a posição de Mercadante, nessa história, é absolutamente inaceitável. Sua justificativa para alegar que nada tem a ver com o caso é frágil. Diz ele, com toda a carga de ambigüidade que a declaração pode ter, que jamais faria ataques pessoais a Serra. Dossiê é um ataque político, não é pessoal. Da forma como ele fala, até parece que, caso o tucano estivesse envolvido na falcatura, seria uma questão privada. Não seria. Assim como o caso do dossiê fajuto está longe de ser uma mera questão policial. Era uma tentativa de golpear a democracia.

Mercadante só tem uma saída: tem de indagar, caso não saiba, a Hamilton Lacerda [seu assessor]: “Quem lhe deu o dinheiro?”

Bem. Como já foi noticiado, Hamilton Lacerda foi funcionário do Gabinete do Senador Aloizio Mercadante, no Senado, além de permanecer fisicamente em São Paulo, foi coordenador da campanha do Senador petista ao Governo de São Paulo, e, a julgar pelas notícias da época, visando, com um falso e fajuta dossiê, o ex-Ministro José Serra, hoje Governador

eleito de São Paulo [aliás, historicamente, o primeiro Governador eleito em primeiro turno]. Eleito sem os arranjos assistenciais-eleicoeiros que caracterizaram a vitória de Lula, tendo à frente de tudo o dinheiro do povo como forma de Bolsa-Família.

Já que falamos em “aloprados” e como sei que a Nação pede um raio-X de toda essa lama, leio a seguir o depoimento que, a propósito, prestou à Polícia Federal o ex-Líder de Lula no Senado, nosso colega Aloizio Mercadante, em matéria publicada na **Agência Estado**, assinada pela jornalista Sônia Filgueiras, retratando o depoimento ontem do Senador:

Em depoimento dado à Polícia Federal nesta quinta-feira, o Senador Aloizio Mercadante (PT-SP) contradisse as declarações dadas por Oswaldo Bargas, ex-Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e envolvido na tentativa de compra do dossiê contra tucanos, à CPI dos Sanguessugas e à própria PF.

Mercadante depôs em sigilo ao Delegado Diógenes Curado em Brasília e disse que teve uma reunião com Bargas e Expedito Veloso, ex-Diretor do Banco do Brasil e também envolvido no caso, antes do início da negociação do caso do dossiê. Tal encontro foi omitido por Bargas em seu depoimento, que disse apenas que sua participação na negociação do dossiê resumiu-se a acompanhar a entrevista que a família Vedoin deu à revista ISTOÉ.

O Senador petista informou que, no início da noite de 4 de setembro, onze dias antes do estouro do escândalo, a reunião com Bargas e Expedito foi acompanhada pela Senadora Ideli Salvatti (PT-SC). [Tudo isso foi dito à Polícia Federal.]

Durante essa conversa, os dois informaram Mercadante de que os Vedoin, donos da Planam e acusados de chefiar a “máfia das ambulâncias”, estavam escondendo informações sobre a existência de irregularidades na administração tucana no Ministério da Saúde. Mencionaram a existência de Abel Pereira como intermediário na liberação de recursos para ambulâncias.

Segundo Mercadante, no encontro, Bargas sugeriu que o PT utilizasse a audiência no Conselho de Ética do Senado, marcada para o dia seguinte, para vincular José Serra, Barjas Negri e Abel Pereira ao esquema de superfaturamento de ambulâncias.

O empresário Luiz Antônio Vedoin deporia no Conselho, e a proposta era pressioná-lo durante a reunião para contar o que sabia a respeito das irregularidades contra os tucanos. “O encontro foi a pedido de Bargas. Eles estavam juntos, e Expedito Veloso, que eu não conhecia, estava mais informado sobre os detalhes”, disse Mercadante.

Bargas e Expedito também integravam o comitê de campanha à reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na CPI, Bargas afirmou que conhecia apenas muito superficialmente o conteúdo do dossiê, omitiu o encontro com Mercadante e afirmou sua única participação no caso foi acompanhar a entrevista concedida pelos Vedoin à revista ISTOÉ.

Além de complicar a situação dos “aloprados”, Mercadante também comprometeu seu ex-assessor, Hamilton Lacerda, que, segundo a Polícia Federal, seria o homem da mala, responsável pela entrega do dinheiro que pagaria o dossiê no Hotel Ibis. [Aliás, há imagens: entra com mala, sai sem mala.] Ele [Mercadante] informou ao delegado que não considerava “factível” [e não é mesmo] a versão apresentada por Lacerda de que levava biólitos de contribuição de campanha em uma das sacolas que deixou no Hotel Íbis. Entrou com a mala, saiu sem ela.

O Senador também afirmou que as funções de Lacerda eram supervisionar a elaboração de seus programas eleitorais veiculados na TV e coordenar a campanha na região do ABC paulista. Segundo Mercadante, Lacerda não tinha qualquer função financeira em sua campanha e desconhecia que ele fizesse arrecadação de fundos com boletos na campanha presidencial.

Ora, só faltava o Hamilton ter ido ao hotel levar boletos para receber contribuição do Valdebran para a campanha do Mercadante. Se o Hamilton está certo, essa é a versão; se o Mercadante está certo, isso não é factível. E ninguém do PT sabe de nada: o Lula não sabe, o Mercadante não sabe, o Hamilton não sabe, o Oswaldo Bargas não sabe, o Expedito Veloso não sabe, o Valdebran Padilha não sabe, o Abicalil não sabe. Ninguém sabe de nada.

Volto ao texto:

O Senador reafirmou em seu depoimento que jamais se associou à “iniciativa” de pagar pelo dossiê, que não teve qualquer participação no episódio e que não autorizou ninguém (inclusive seu ex-assessor Lacerda) a participar. Mercadante também afirmou que nunca conversou com Lacerda sobre o assunto e o demitiu no dia 20 de setembro por quebra de confiança.

Peço desculpas ao Senador Mercadante, mas sei que ele jamais concordaria em manter coisas desse tipo sob sigilo, apesar de que o depoimento dele foi sigiloso, mas já está publicado num jornal brasileiro. Como democrata que é, concordará que a Nação precisa saber de tudo. Como democrata que sou, penso que a CPI, que já teve a coragem – e bota coragem nisso! – de convidar para depor o ex-Ministro José Serra, vítima dos aloprados, deve ter a dignidade de exigir os esclarecimentos do Abicalil e do Mercadante,

para que isso ocorra. E ninguém mais do que eu torce para que dê certo essa CPI, até pelo esforço de uma parte de Parlamentares que lutam para que a CPI dê certo. Cito aqui os Deputados Jungmann, Carlos Sampaio, Gabeira, eu diria que até o próprio Presidente da CPI e tantos outros que, entretanto, precisam liderar o movimento para que essas providências também aconteçam.

Vamos a outros fatos:

O tal de Jorge Lorenzetti, nas quase três horas em que prestou depoimento, afirmou alto e bom som que se encontrara dezenas de vezes com seus subordinados acusados de participação no caso, mas que estranhamente, em nenhum momento, os questionou sobre a origem do dinheiro.

A CPMI quis saber por que, após o estouro do escândalo, algo pior do que o estouro da boiada, para usar um refrão muito comum no meu Estado, Mato Grosso, não perguntou aos seus comandados como eles conseguiram o dinheiro. Isso porque fora obtido sem a sua autorização, fez uma patética afirmação, e ainda aqui lembro outro ditado de Mato Grosso, para rotular essa afirmativa patética de “coisa para boi dormir”. Ninguém é idiota, não somos uma Nação de idiotas.

Atentem para o que Lorenzetti disse: “Não falei com eles sobre isso; é um trauma para mim”. Lorenzetti se recusou ainda a responder diversas perguntas e partiu para o ataque contra o Governador eleito de São Paulo, José Serra (PSDB), dizendo que o PT foi atrás do dossiê porque tinha informações consistentes de que a família Vedoin arcou com pagamento de dívidas da campanha presidencial do tucano, em 2002.

Expedito Veloso e Oswaldo Bargas, que ocuparam cargos no Governo Lula e participaram da campanha de reeleição do Presidente, também seguiram uma linha adotada no depoimento do Lorenzetti (o articulador da trama, segundo a PF) de levantar suspeitas sobre o PSDB.

Oswaldo Bargas, aquele do Ministério do Trabalho, disse que entrou na operação para desmontar a tese que ouvia quando ligava a tevê, a de que “os sanguessugas surgiram no Governo Lula”. Disse ainda que a revista **ISTOÉ** foi escolhida porque o PT estava “em guerra com a imprensa e não poderia escolher qualquer jornal”. Ele afirmou que sua tarefa era acompanhar a entrevista em setembro, para assegurar que “teria um tom de que os Vedoin estavam colaborando com a Justiça”. Questionado sobre como direcionaria a edição, respondeu que leu a reportagem antes de ser publicada, e que o jornalista trabalhou à noite e deixou que ele lesse. Essa afirmação por si já aponta todo o trabalho junto à revista, foi direcionada e orquestrada nos mínimos detalhes para que matéria prejudicasse

o PSDB, independente da preocupação com a veracidade das provas, que é um princípio basilar do jornalismo mundial.

O ex-diretor do Banco do Brasil, Expedito Veloso, envolvido na compra do dossiê contra políticos do PSDB, afirmou à CPI das Sanguessugas que Valdebran Padilha, outro petista que participou da operação, teria se comprometido a contribuir com R\$1 milhão, de um total de R\$1,7 milhão para o pagamento do material da família Vedoin. Apesar da declaração, disse não ter provas de que o dinheiro foi dado.

Além disso, fez ilações confusas de que os Vedoin tinham documentos que mostravam como a Planam pagou despesas da campanha do José Serra em 2002, através de cheques e transferências bancárias que somariam R\$1,5 milhão, dinheiro cuja origem Expedito não soube precisar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Eu pediria, Sr. Presidente, que V. Ex^a colocasse pelo menos mais cinco minutos para que pudesse concluir o meu pronunciamento.

Ao ser questionado pelos integrantes da CPI por que essa afirmação não fora feita à Polícia Federal, Expedito disse não se lembrar dos detalhes do depoimento e ponto final. A memória seletiva dos petistas realmente é impressionante.

Na verdade, a denúncia de Expedito Veloso limita-se a um subterfúgio, mais um dos diversos argumentos desenhados pela sua extensa banca de criminalistas, alguns até pagos pelo Erário.

Chamo atenção para os detalhes que vou ler, pois são detalhes verdadeiros, comprovados no Siafi.

O que a CPI deve realmente priorizar é a investigação dos dados concretos que demonstram a rede capitaneada por prefeitos, burocratas e parlamentares que se esbaldaram no recebimento de emenda em troca dos votos para o Governo petista.

Os dados até agora recolhidos desmontam todos os argumentos e mentiras que começam a ser espalhadas pela Bancada petista, disposta a colocar em descrédito a CPI. A última, pronunciada pelos aloprados da CPI e pelo Senador Aloizio Mercadante, no jornal **O Estado de S. Paulo** de ontem, em incrível sintonia difamatória, afirma que as investigações devem se concentrar no PSDB, pois 70% dos convênios com a Planam foram firmados no Governo FHC, segundo dados da Controladoria-Geral da União.

Desde a campanha eleitoral eles propalam essas mentiras!

Novamente a esperteza petista beira um nível de hipocrisia difícil de ser batido. Segundo a Contro-

ladoria-Geral da União, do total de convênios firmados com a Planam entre 2000 e 2004 (estranhamente não apresentou os contratos de 2005) 23,5% (210) foram firmados no Governo Lula e 76,5% (681) nos anos do mandato de FHC, dados que, para a Polícia Federal, são irrelevantes e meramente estatísticos para as investigações.

Vou provar. Prestem atenção!

O primordial, neste caso, é o montante de dinheiro repassado para a Planam, a empresa dos sanguessugas, no que ficou demonstrado um crescimento astronômico durante o Governo Lula.

Anotem:

Segundo a Polícia Federal, a Planam movimentou R\$229.126,00, em 2000; R\$196.584,00, em 2001; e R\$3.462.290,00, em 2002, último ano de Fernando Henrique no poder.

No ano seguinte, em 2003, já no Governo Lula (primeiro ano do Governo Lula), a movimentação foi de R\$3.199.878,00. A partir daí, os valores dispararam e chegaram, em 2004, a R\$21.220.249,18; e R\$14.465.448,00, em 2005, porque as investigações já estavam em andamento.

Vou repetir esses números porque são relevantes. No Governo Fernando Henrique, R\$229 mil mais R\$196 mil mais R\$3,400 milhões; no Governo Lula, R\$3,199 milhões mais R\$21 milhões mais R\$14,655 milhões. Foram esses os dados que a Polícia Federal usou para pedir a prisão de 54 pessoas em maio. A partir da Operação Sanguessuga, descobriu-se o envolvimento de congressistas que recebiam propina para apresentar emendas ao Orçamento destinadas à compra de ambulâncias.

Pelos dados da Polícia Federal, a Planam não foi a única empresa da família Vedoin que cresceu no Governo Lula. Segundo a Polícia, a Klass Comércio e Representação, aberta em nome de uma empregada doméstica de Darci Vedoin, movimentou R\$18,131 milhões, em 2003, contra R\$2 milhões no ano anterior. Em 2004, baixou para R\$3,458,83 milhões. A Klass também era usada para pagar propina a congressistas, segundo a Polícia Federal.

Outro indicador de que Vedoin tinha horizonte para expandir seus negócios em 2003 era o projeto de construção de uma fábrica de carrocerias de ônibus em Dias D'Ávila, na Bahia. Vedoin encarregou seu genro, Ivo Spínola, de cuidar do negócio e contou com ajuda – segundo a **Folha** revelou na terça-feira – do petista José Airton Cirilo, ex-Presidente do PT cearense e também ex-Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Cirilo ajudou Vedoin a tentar um empréstimo no Banco do Nordeste do Brasil para construir a fábrica.

O BNB, segundo Cirilo, avaliou o projeto da Planam, mas o rejeitou por problemas técnicos. Vedoin diz que conseguiu um empréstimo do ex-Deputado Bispo Rodrigues, então no PL do Rio de Janeiro. Acusado de receber mensalão, Rodrigues renunciou em 2005.

Isso demonstra o filão de investigações que a CPI tem que trilhar. Diante de diversos delitos praticamente comprovados, abrem-se outras linhas de investigação para que esses crimes se percam na imensidão dos fatos. Não foi por acaso que Lula levou para o Ministério da Justiça um dos mais brilhantes e conceituados criminalistas do País, o tranqüilo e consagrado advogado Marcio Thomas Bastos. Para o criminalista, nunca há o crime. Há o fato. O criminalista não nega o fato. Nega o crime. Nega a culpa.

Já tive oportunidade de dizer aqui que ele faz um dublê de Ministro da Justiça e defensor dos bandidos do Governo, ou de orientador dos defensores dos bandidos do Governo.

A CPI deve, portanto, cumprir seu dever constitucional, confirmar os responsáveis pelo superfaturamento das ambulâncias e deixar que o Ministério Público e a Justiça façam a persecução penal, amparados pelas conclusões colhidas pelo Legislativo.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, faço a leitura também do noticiário da Folha Online sobre esse triste episódio dos alopados do PT, o Partido do Presidente Lula, do dia 22 de setembro de 2006, assinado pelo jornalista Epaminondas Neto.

Em função do adiantado da hora, Sr. Presidente, eu vou pedir que V. Ex^a registre isso, até porque estou falando por concessão de horário de um colega. Vou pedir que V. Ex^a deixe registrados esses documentos nos Anais do Senado e vou encerrar pedindo que este noticiário se incorpore a meu pronunciamento. Quero que tudo seja registrado nos Anais do Senado da República. Também estou indo embora, mas amanhã, daqui a 50 anos mais ou menos, quem quiser analisar o que foi o triste quadriênio perdido do Presidente Lula vai ter, com este pronunciamento, parte do material, que eu tenho certeza que não é tudo, não é o suficiente, porque nem tudo foi apurado ainda.

Aliás, o quadriênio findante de Lula não é apenas o quadriênio perdido. É o quadriênio da corrupção, da lama, da sujeira, do fingimento, da alopração, do aparelhamento da máquina estatal com petistas incompetentes. Enfim, o tempo mais que sujo, mais que imundo da história política do Brasil. Esse título ninguém tira de Lula. É como o título de tetra do São Paulo Futebol Clube. O São Paulo mereceu o título porque é um time de raça, da organização gerencial, da competência administrativa. Lula merece outro tipo de título, exatamente porque não tem as coisas que sobram no São

Paulo – já que ele gosta tanto de fazer comparações futebolísticas. Lula merece o título de Governo que deixa mácula e corrupção sujando a História do Brasil. Também, como no caso do time de futebol, merecidamente. Esse título de mácula e corrupção é merecido para o Governo Lula, que vai terminar o seu primeiro quadriênio alopradamente.

Quero só, ao final, dizer que a minha esperança, apesar de não concordar com tudo da CPI, é a própria CPI. É fortalecer a CPI, torcer para que ela chegue a bom final; que se apure tudo; que não se omita; que chame o Parlamentar, por mais importante que seja. Por mais amigo que seja de José Dirceu e do Presidente Lula, o Sr. Abicalil deve satisfações à CPI e ao Brasil. Por mais Líder que tenha sido aqui o Senador Aloizio Mercadante, ele pode perfeitamente ser ouvido e convencer os seus Pares. Ou não convencer, porque parece que os argumentos não lhe dão razão, até porque nós estamos chegando em um momento em que o Brasil precisa prender titulares. A Polícia Federal prendeu um Juvenil lá em Minas. É preciso prender um titular. Já que Lula gosta tanto de futebol... E quem é esse Juvenil? É Deputado Federal pelo PT de Minas.

Lerei rapidamente essa notícia que saiu no Anselmo Gois:

“Em sua discretíssima visita no final da semana passada a Belo Horizonte, o ex-Ministro José Dirceu trocou figurinhas com Juvenil Alves, pré-candidato a Deputado Federal pelo PT”. [Isso, à época.] E mais: “Está em gestação uma dobradinha comercial, aliando os conhecimentos e a influência do ex-Ministro, que voltou a advogar, e a estrutura do petista mineiro, que possui um dos maiores escritórios de advocacia de Minas, com 180 funcionários em filiais em Londres e quatro Estados brasileiros.”

Aliás...

De um gaiato sobre Juvenil:

– O cara é juvenil. Imagine o que vai fazer quando for adulto.

Agora, o Juvenil tinha de ter o capitão do time por trás. É o Juvenil ao lado do capitão do time José Dirceu. Essa é mais uma parceria dos alopados. O Governo Lula é assim: continua tudo começando e tudo terminando em José Dirceu.

Concedo o aparte a V. Ex^a, se o Sr. Presidente o permitir.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Sr. Presidente, esse rapaz pode estar sendo vítima de calúnia nessa nota que V. Ex^a acaba de ler. Agora, o estranho é que o seu Partido não esteja aqui para defendê-lo

ou para acusá-lo. Ou o Juvenil é inocente, e precisa da solidariedade do partido, porque ele contribuiu de maneira efetiva para a eleição, com 120 mil votos, espontaneamente, dado pelo povo de Minas Gerais, ou ele é culpado e merece a condenação, o repúdio dos companheiros. Quero registrar, Senador Antero, para que fique nos Anais da Casa, que o Sr. Juvenil, com a expressiva votação que teve, colocou na Primeira Suplência um dos mais brilhantes Deputados Federais do País. Paulo Delgado, do PT, é o Primeiro Suplente, e o Sr. Juvenil, esse furacão eleitoral que se alastrou por todas as Minas Gerais, o primeiro mais votado. Segundo ponto: gostaria de solidarizar-me com V. Ex^a pela indignação, mas mais acima pela determinação de querer ver os fatos apurados. V. Ex^a, que foi vítima de denúncias caluniosas no seu Estado e pagou um preço alto na própria CPI, quer que ela continue apurando. Para tudo tem razão V. Ex^a. Senador Antero, participamos da CPI do Banestado, e este é um fato com o qual não me conformo de maneira alguma: proposta pelo PT para apurar evasão de divisas do País, caluniou conceitos, vidas públicas; segundo a imprensa, chantageou alguns; e, no exato momento em que viajávamos pelo Brasil afora, inclusive por Minas Gerais, esse escritório crescia. Senador Antero, se a polícia quebrar o sigilo telefônico desse conglomerado que se espalha em várias partes do Brasil: Santa Catarina, São Paulo, Paraná.... A coisa é grande, o negócio do Juvenil... Imagine esse escritório quando ficasse adulto. Tenho a impressão de que vamos ver muita assombração e muita visagem. Mas o que me deixa estarecido é que o PT não toma nenhuma medida preventiva. Já disse aqui para o Senador João Batista Motta e vou repetir: estão entrando na nova linha de produção, os modelos de 2007, e, por pressa, já está sendo lançada em 2006. A safra de 2007 já começa a fazer sucesso. No modelo novo: Juvenil. Imagine quando essa linha de produção começar a entrar no mercado... A Justiça é republicana! Quem diz isso é o PT; quem exalta são os líderes, mas é preciso que ela continue sendo republicana. É necessário e se faz urgente. Portanto, Senador Antero, o que dá para rir, dá para chorar. É questão de peso e de medida, problema de hora e de lugar. Salve o Billy Blanco por essa inspiração.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Agradeço o aparte de V. Ex^a e desejo sinceramente um bom final para a CPI. E que ela tome as providências de convocar essas pessoas, de convidar, mas com certa exigência. Não há por que o Parlamentar não ser ouvido na CPI. Não há, não existe nenhuma previsão legal de que o Parlamentar não possa ser ouvido. Existe, no máximo, a previsão legal de ele es-

colher o local. Mas os democratas escolhem o local da própria CPI.

Quero dizer que tenho muito receio desse projeto do PT de “democratizar”, entre aspas, a imprensa, porque a democratização da imprensa é para gerar algumas coisas: a isenção dos juvenis, a anistia do José Dirceu e a volta dos aloprados.

É isso, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) –É de se supor que o tempo dos *Aloprados* já passou. Que nem poeira, que deixa rastros. No caso, rastros muito visíveis que, aí, ao contrário da nuvem passageira, vão ficar para sempre, como marca do primeiro Governo Lula. Ao menos como cenário de fundo. Não é à-toa que o próprio Presidente ontem resolveu se penitenciar, fez mentalmente o sinal da cruz e disse que *formar Governo com amigos, jamais!*

A marca registrada “Aloprada” está ali, bem nítida, na antevéspera do final da CPMI que investiga as denúncias envolvendo a compra de ambulâncias no âmbito do Ministério da Saúde.

Esse triste episódio caminha para o final, juntamente com a Legislação. Prevê-se, e tem sido noticiado que ela terá um final melancólico, notadamente em função dos depoimentos ensaiados dos “aloprados” que compareceram à CPMI esta semana.

Não compartilho do entendimento de que o simples fato da CPMI ter aprovado um relatório preliminar, recomendando a cassação de dezenas de Parlamentares já constitui feito importante. Não. CPI tinha poderes para buscar as provas.

Tenham certeza, Srs. Senadores, que aqueles “aloprados” que orquestraram o dossiê contra as candidaturas do ex-Governador Geraldo Alckmin e o Governador eleito de São Paulo, José Serra, também serão alcançados com penas compatíveis com o crime que cometeram, apesar do arremedo de uma orquestração permanente de órgãos do Poder Público para salvá-los da degola.

Fui a primeira vítima dessa história.

O ensaio para que os aloprados saiam ilesos da investigação ficou evidente em depoimentos prestados esta semana na CPMI.

Vamos aos fatos. Recorro inicialmente ao texto do jornalista Reinaldo Azevedo:

“Uma das mais esclarecedoras reportagens a respeito do assunto foi publicada pelo **O Globo**. E tinha como fundamento o depoi-

mento à PF de Gedimar Passos, o petista que é advogado e policial aposentado. Gedimar foi preso em companhia de Valdebran com o dinheiro que pagaria a armação contra Serra e Alckmin.

Segundo Gedimar, o pacote negociado com os Vedoin incluía supostas informações que também comprometiam o PT. Esse dado desapareceu dos jornais. Ele é importante porque justifica que petistas se mobilizassem para obter a malandragem. A um só tempo, estariam se preservando e atacando os adversários. Se estava havendo chantagem, os chantageados, provavelmente, eram os petistas. “A família Vedoin se dispôs a vender informações graves que comprometiam não só políticos de outros partidos, como políticos do PT”, disse Gedimar à PF.

E o que seria o dossiê contra Serra?

– Segundo Gedimar, naquela língua estranha dos depoimentos, “ocorre que a documentação mostrada aos jornalistas e aquela que foi protocolizada na Justiça se resumia em fatos já conhecidos da sociedade em geral, que se tomaram de pouca importância ao PT e ao órgão de imprensa [*leia-se: a revista IstoÉ*]; que, como os Vedoin estavam interessados em receber o restante do dinheiro, se apressaram e, ainda na cidade de Cuiabá, entregaram um CD-ROM que afirmavam que continha toda a documentação prometida; que os jornalistas, ao chegarem em sua base, verificaram que o CD nada continha”.

Na seqüência, ele diz que os Vedoin ficaram de entregar novos documentos e que ele os analisaria para liberar ou não outra parcela do dinheiro.

Hamilton Lacerda – Agora já sabemos que o órgão de imprensa é a *IstoÉ* e que foi Hamilton Lacerda, assessor de Mercadante, quem negociou com a revista. Isso significa que ele estava, claro, por dentro do caso, incluindo as ameaças que Vedoin fazia aos petistas. A quais petistas? Bom, o fato é que um assessor de Mercadante estava no rolo. Os outros são homens de Lula.

Se dossiê havia... – Se havia mesmo um dossiê, parece que não era exatamente contra o candidato tucano. Afinal, o homem encarregado de analisar o material não viu nada além do que todo mundo já sabia: fotos do ex-Ministro da Saúde em cerimônia de entrega de ambulâncias.

Pois bem. Dois meses depois, em depoimentos que poderíamos dizer se tratar de uma “concertação” (com a devida licença de Tarso Genro, uma espécie de

“dono” da palavra), Expedito Veloso e Oswaldo Bargas decidiram se sair com uma versão que não haviam relatado à Polícia Federal: eles estariam interessados em supostas provas que ligariam Abel à campanha de José Serra em 2002.

Reparem que a versão dos homens que juram jamais ter ouvido falar em dinheiro não combina com a de Gedimar. Já a de Abel Pereira, como vêem, confere com a de Gedimar.

Agora Mercadante: o senador negou, claro, mais uma vez, que soubesse das ações de seu subordinado, Hamilton Lacerda, o homem da mala: é ele quem aparece nas fitas do, Hotel Íbis carregando a dinheirama. Mercadante sustenta que só ficou sabendo de tudo depois da prisão dos alopados.

Quer dizer que ele nunca tinha visto antes esses moralistas? Não é bem assim. Ele confirmou ao delegado Diógenes Curado que se reuniu em seu gabinete no Senado com Expedito Veloso e Oswaldo Bargas no dia 4 de setembro: dez dias antes da prisão de Gedimar e de Valdebran Padilha. Ah, mas a reunião servia para quê? Veloso e Bargas teriam ido pedir que a banca petista comparecesse em peso ao depoimento de Luiz Antonio Vedoim, marcado para o dia seguinte no Conselho de Ética. A senadora Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) também estava presente. Cabe a dois estafetas da campanha presidencial ir a Senadores da República pedir atenção a uma sessão no Congresso? Segundo Mercadante, isso é muito normal...

Como observador da cena, escrevo o óbvio: a posição de Mercadante, nessa história, é absolutamente inaceitável. Sua justificativa para alegar que nada tem a ver com o caso é frágil. Diz ele, com toda a carga de ambigüidade que a declaração pode ter, que jamais faria ataques pessoais a Serra. Dossiê é um ataque político, não é pessoal. Da forma como ele fala, até parece que, caso o tucano estivesse envolvido na falcatura, seria uma questão privada. Não seria.

Assim como o caso do dossiê fajuto está longe de ser uma mera questão policial. Era uma tentativa de golpear a democracia.

Mercadante só tem uma saída: tem de indagar, caso não saiba, a Hamilton Lacerda: “Quem lhe deu o dinheiro?”

Bem. Como já foi noticiado, Hamilton Lacerda, foi funcionário do Gabinete do Senador Aloizio Mercadante, no Senado, além de permanecer fisicamente em São Paulo, foi coordenador da campanha do senador petista ao Governo de São Paulo, e, a julgar pelas notícias da época, visando, com um falso e fajuto dossiê, o ex-Ministro José Serra, hoje Governador eleito de São Paulo. Eleito sem os *arranjos* assistenciais-eleiçoeiros

que caracterizaram a vitória de Lula, tendo à frente de tudo o dinheiro do povo em forma de bolsa-família.

Já que falamos em “alopradados” e como sei que a Nação pede um raio— X de toda essa lama, leio a seguir o depoimento que, a propósito, prestou à Polícia Federal o ex-Líder de Lula no Senado, nosso colega Aloizio Mercadante, em matéria publicada na Agência Estado, assinada pela jornalista Sônia Filgueiras:

“Em depoimento dado à Polícia Federal nesta quinta-feira, o senador Aloizio Mercadante (Bloco/PT-SP) **contradiisse** as declarações dadas por Oswaldo Bargas, ex-secretário-executivo do Ministério do Trabalho e envolvido na tentativa de compra do dossiê contra tucanos, à CPI dos Sanguessugas e à própria PF.

Mercadante depôs em sigilo ao delegado Diógenes Curado em Brasília e disse que teve uma reunião com Bargas e Expedito Veloso, ex-Diretor do Banco do Brasil e também envolvido no caso, antes do início da negociação do caso dossiê. Tal encontro foi omitido por Bargas em seu depoimento, que disse apenas que sua participação na negociação do dossiê resumiu-se a acompanhar a entrevista que a família Vedoin deu à revista IstoÉ.

O Senador petista informou que no início da noite de quatro de setembro, onze dias antes do estouro do escândalo, a reunião com Bargas e Expedito foi acompanhada pela senadora Ideli Salvatti (Bloco/PT-SC).

Durante essa conversa, os dois informaram Mercadante que os Vedoin, donos da Planam e acusados de chefiar a ‘máfia das ambulâncias’, estavam escondendo informações sobre a existência de irregularidades na administração tucana no Ministério da Saúde. Mencionaram a existência de Abel Pereira como intermediário na liberação de recursos para ambulâncias.

“Segundo Mercadante, no encontro, Bargas sugeriu que o PT utilizasse a audiência no Conselho de Ética do Senado, marcada para o dia seguinte, para vincular José Serra, Barjas Negri e Abel Pereira ao esquema de superfaturamento de ambulâncias.

O empresário Luiz Antônio Vedoin deporia no conselho e a proposta era pressioná-lo durante a reunião para que contasse o que sabia a respeito de irregularidades contra os tucanos. “O encontro foi a pedido de Bargas. Eles estavam juntos e Expedito Veloso, que eu não conhecia, estava mais informado sobre os detalhes”, disse Mercadante.

Bargas e Expedito também integravam o comitê de campanha à reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na CPI, Bargas afirmou que conhecia apenas muito superficialmente o conteúdo do dossiê,

omitiu o encontro com Mercadante e afirmou sua única participação no caso foi acompanhar a entrevista concedida pelos Vedoin à , Revista IstoÉ.

Além de complicar a situação dos “alopradados”, Mercadante também comprometeu seu ex-Assessor, Hamilton Lacerda, que segundo a PF, seria o “homem da mala” responsável pela entrega do dinheiro que pagaria o dossiê no Hotel Ibis.

Ele informou ao delegado que não considerava “factível” a versão apresentada por Lacerda de que levava boletos de contribuição de campanha em uma das sacolas que deixou no Hotel Ibis.

O Senador também afirmou que as funções de Lacerda eram supervisionar a elaboração de seus programas eleitorais veiculados na tevê e coordenar a campanha na região do ABC paulista. Segundo Mercadante, Lacerda não tinha qualquer função financeira em sua campanha e desconhecia que ele fizesse arrecadação de fundos com boletos na campanha presidencial.

O Senador reafirmou em seu depoimento que jamais se associou “à iniciativa” de pagar pelo dossiê, que não teve qualquer participação no episódio e que não autorizou ninguém (inclusive seu ex-Assessor Lacerda) a participar. Mercadante também afirmou que nunca conversou com Lacerda sobre o assunto e o demitiu no dia 20 de setembro por quebra de confiança.”

Peço desculpas ao Senador Mercadante. Mas sei que ele jamais concordaria em manter coisas desse tipo sob sigilo. Como democrata que é, concordará que a Nação precisa estar informada de tudo.

Mas vamos a outros fatos:

O tal de Jorge Lorenzetti, nas quase três horas em que prestou depoimento, afirmou alto e bom som que se encontrara dezenas de vezes com seus subordinados acusados de participação no caso, mas que estranhamente, em nenhum momento, os questionou sobre a origem do dinheiro.

A CPML quis saber porque, após o estouro do escândalo, algo pior do que o estouro da boiada, para usar um refrão muito comum no meu Estado, não perguntou aos seus comandados como eles conseguiram o dinheiro. Isso porque fora obtido sem a sua autorização, fez uma patética afirmação, e ainda aqui lembro outro ditado do Mato Grosso, para rotular essa afirmativa patética de “coisa para boi dormir.” Ninguém aqui é sonso, ó caras!

Atentem para o que ele disse: “Não falei com eles sobre isso; é um trauma para mim”. Lorenzetti se recusou ainda a responder diversas perguntas e partiu para o ataque contra o governador eleito de São Paulo, José Serra (PSDB), dizendo que o PT foi atrás do dossiê porque tinha informações “consistentes” de

que a família Vedoin arcou com pagamento de dívidas da campanha presidencial do tucano, em 2002.

Exedito Veloso e Oswaldo Bargas, que ocuparam cargos no governo Lula e participavam da campanha à reeleição do Presidente, também seguiram a linha adotada no depoimento de Jorge Lorenzetti (o articulador da trama, segundo a PF) de levantar suspeitas sobre o PSDB.

Oswaldo Bargas disse que entrou na operação para desmontar a tese que ouvia quando ligava a tevê, a de que “os sanguessugas surgiram no governo Lula”. Disse ainda que a revista “IstoÉ” foi escolhida porque o PT estava “em guerra com a imprensa e não poderia escolher qualquer jornal”. Ele afirmou que sua tarefa era acompanhar a entrevista, em setembro, para assegurar que “teria o tom de que os Vedoin estavam colaborando com a Justiça”. Questionado sobre como direcionaria a edição, respondeu que leu a reportagem antes de ser publicada, e que o jornalista trabalhou à noite e aí deixou que ele lesse. Essa afirmação por si já aponta todo o trabalho junto a revista foi direcionada e orquestrada nos mínimos detalhes para a revista prejudicar o PSDB, independente da preocupação com a veracidade das provas, o que é um princípio basilar do jornalismo.

O ex-Diretor do Banco do Brasil **Exedito Afonso Veloso**, envolvido na compra do dossiê contra políticos do PSDB, afirmou à CPI das Sanguessugas que Valdebran Padilha, outro petista que participou da operação, teria se comprometido a contribuir com R\$1 milhão – de um total de R\$1,7 milhão – para o pagamento do material da família Vedoin. Apesar da declaração, disse não ter provas de que o dinheiro foi dado.

Além disso fez ilações confusas de que os Vedoin tinham documentos que mostravam como a Planam pagou despesas da campanha do José Serra, em 2002, através de cheques e transferências bancárias que somariam R\$ 1,5 milhão, dinheiro cuja origem Exedito não soube precisar. Ao ser questionado pelos integrantes da CPI porque essa afirmação não foi feita à Polícia Federal, Exedito disse não lembrar dos detalhes do depoimento e ponto final. A memória seletiva dos petistas realmente impressiona.

Na verdade a denúncia de Exedito Veloso limita-se a um subterfúgio, mais um dos diversos argumentos desenhados pela sua extensa banca de criminalistas, alguns até pagos pelo erário. O que a CPI deve realmente priorizar é a investigação dos dados concretos que demonstram a rede capitaneada por prefeitos, burocratas e parlamentares que se esbaldaram no recebimento de emendas em troca dos votos para o governo petista.

Os dados até agora recolhidos desmontam todos os argumentos e mentiras que começam a ser espalhadas pela bancada petista disposta a colocar em descrédito a CPI. A última pronunciada pelos aloprados na CPI e pelo Senador Mercadante no Jornal **Estado de São Paulo** de ontem, em uma incrível sintonia difamatória, afirma que as investigações devem se concentrar no PSDB pois 70% dos convênios com a PLANAM foram firmados no governo do FHC, segundo dados da CGV.

Novamente a esperteza petista beira um nível de hipocrisia difícil de ser batido. Segundo a CGV, do total de convênios firmados com a PLANAM entre 2000 a 2004 (estranhamente não apresentou os de 2005) 23,5% (210) foram firmados no governo Lula e 76,5% (681) nos anos do mandato de FHC, dados que, para a Polícia Federal, são irrelevantes e meramente estatísticos para as investigações.

O primordial, neste caso, é o montante de dinheiro repassado para a PLANAM, no que ficou demonstrado um crescimento astronômico durante o governo Lula.

Segundo a PF a PLANAM movimentou R\$229.126,64, em 2000; R\$196.584,16, em 2001; e R\$3.462.290,32, em 2002, último ano de FHC no poder.

No ano seguinte, em 2003, já no Governo Lula, a movimentação foi de R\$3.199.878,62. A partir daí, os valores dispararam e chegaram a R\$21.220.249,18, em 2004, e a R\$14.465.448,62, em 2005, porque as investigações já estavam em andamento.

Foram esses dados que a PF usou para pedir as prisões de 54 pessoas ligadas em maio. A partir da Operação Sanguessuga, descobriu-se o envolvimento de congressistas que recebiam propina para apresentar emendas ao Orçamento destinadas à compra de ambulâncias.

Pelos dados da PF, a Planam não foi a única empresa da família Vedoin que cresceu no governo Lula. Segundo a polícia, a Klass Comércio e Representação, aberta em nome de uma empregada doméstica de Darci Vedoin, movimentou R\$18.131.339,41, em 2003, contra R\$2.037.060,50, no ano anterior. Em 2004, baixou a R\$ 3.458.813,10. A Klass também era usada para pagar propinas a congressistas, diz a PF.

Outro indicador de que Vedoin tinha horizonte para expandir seus negócios em 2003 era o projeto de construção de uma fábrica de carroceria de ônibus em Dias D'Ávila (BA).

Vedoin encarregou seu genro Ivo Spínola de cuidar do negócio e contou com ajuda, segundo a Folha revelou na terça-feira, do petista José Airton Cirilo, ex-Presidente do PT cearense e também ex-diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Cirilo ajudou Vedoin a tentar um empréstimo do BNB (Banco do Nordeste do Brasil) para construir a fábrica. O BNB, segundo Cirilo, avaliou o projeto da Planam, mas o rejeitou por problemas técnicos. Vedoin diz que conseguiu um empréstimo do ex-deputado Bispo Rodrigues, então no PL do RJ. Acusado de receber mensalão, Rodrigues renunciou em 2005.

Isso demonstra que o filão de investigações que a CPI tem que trilhar. Diante de diversos delitos praticamente comprovados, abrem-se outras linhas de investigação para que esses crimes se percam na imensidão dos fatos. Não foi por acaso que Lula levou para o Ministério da Justiça um dos mais brilhantes e conceituados criminalistas do País, o tranqüilo e consagrado advogado Mareio Thomaz Bastos. Para o criminalista, nunca há o crime. Há o fato. O criminalista não nega o fato. Nega o crime. Nega a culpa.

A CPI deve, portanto, cumprir seu dever constitucional, confirmar os responsáveis pelo superfaturamento das ambulâncias e deixar que o Ministério Público e a Justiça façam a persecução penal, amparados pelas conclusões colhidas pelo Legislativo.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, faço a leitura também do noticiário da **Folha Online** igualmente sobre esse triste episódio dos alopados do PT, o partido do Presidente Lula, do dia 22/09/06, assinada pelo Jornalista Epaminondas Neto:

“O delegado da Polícia Federal Edmilson Bruno afirmou hoje que o dossiê original que seria comprado por integrantes do com supostas denúncias contra adversários era muito maior e abrangia “partidos de A a Z”. Bruno foi o responsável pela prisão de **Gedimar** Pereira Passos e Valdebran Padilha em um hotel em São Paulo na sexta-feira passada.

“O Gedimar disse que o dossiê está envolvendo todos os partidos políticos e o próprio PT. Em nenhum momento, o Sr. Gedimar disse que era um dossiê contra o PSDB. Se vocês tiverem acesso aos meus autos, no futuro, verão que ele não fala do PSDB”, disse o delegado.

Na semana passada, a PF apreendeu uma fita de vídeo, um DVD e seis fotos – que formariam um suposto dossiê contra o ex-Ministro José Serra. O material, entretanto, mostrava apenas Serra em cerimônias de entrega de ambulâncias.

Bruno forneceu mais detalhes sobre a prisão dos dois na capital paulista. Primeiramente a PF prendeu Valdebran, que tentou negociar a entrega do restante do dossiê já sob a supervisão da Polícia, mas a operação para conseguir o restante dos documentos não

deu certo e foi interrompida. Logo depois, Valdebran teria indicado a presença de Gedimar, que foi detido no mesmo hotel.

De acordo com o delegado, os depoimentos indicam que o **dossiê** original teria cerca de 2.000 páginas e apontaria outras denúncias além do envolvimento com a máfia dos sanguessugas.

Ainda de acordo com ele, os documentos teriam sido vistos antes, em Cuiabá (MT). “Esta negociação [para comprar o dossiê], começou quando os Vedoin estavam presos na Polinter, em Cuiabá”, afirmou Bruno.

Na reconstituição do delegado, os Vedoin teriam avisado Valdebran que “alguém do PT” iria procurá-Lo. Este alguém seria **Gedimar**, com conhecimento de Jorge Lorenzetti.

Bruno afirmou também que o PT iria comprar uma espécie de “pacote de denúncias” que valeria em tomo de R\$2 milhões.

Intervenção branca

O delegado procurou contestar a tese de “intervenção branca” na investigação sobre o dossiê. Segundo Bruno, ele estava fora do caso e foi acionado pela PF de Mato Grosso para deter Valdebran em um hotel em São Paulo.

Ele alegou que pela hora avançada em que terminou a prisão de Valdebran e **Gedimar**, não tomou depoimentos, que ficaram a cargo de uma delegada assistente. “Eu não fui afastado, apenas eu não continuei no caso”, disse. Bruno acrescentou não saber se isto é normal, “eu apenas segui a minha chefia”, afirmou.

Segundo **a Folha** apurou, o delegado Bruno, que estava de plantão na madrugada de sexta-feira e prendeu Valdebran Padilha, foi afastado do caso e no lugar dele foram acionados policiais ligados ao superintendente em exercício da PF em São Paulo, Severino Alexandre, indicado para a diretoria executiva do órgão pelo diretor-executivo.

Por orientação do superintendente em exercício, todos os delegados e agentes foram proibidos de falar sobre o caso. Também foi vetada a divulgação de imagens do dinheiro apreendido no hotel.”

Encerro, pedindo que esse noticiário se incorpore a este pronunciamento. Vai tudo para os Anais do Senado da República. E aí, amanhã, daqui a 50 anos, ou mais ou menos, quem quiser analisar o que foi o triste quadriênio perdido do Presidente Lula vai ter posse do material suficiente.

Aliás, o quadriênio findante de Lula não é apenas o quadriênio perdido. É o quadriênio da corrupção, da lama, da sujeira, do fingimento, da alopração, do aparelhamento da máquina estatal com petistas incom-

petentes e, enfim, o tempo mais que sujo da história política do Brasil. Este título ninguém tira de Lula. É como o título de tetra do São Paulo F.C.

O São Paulo mereceu o título, porque é um time de raça, da organização gerencial, da competência administrativa, coisas que faltam ao governo petista do Presidente Lula.

Lula merece o título de Governo que deixa mácula e corrupção, sujando a História do Brasil. Também, como no caso do time de futebol, merecidamente. Ou, quem sabe, alopradamente!

Durante o discurso do Sr. Antero Paes de Barros, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Senador Antero de Barros, V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento, quanto àquilo que requereu. Eu gostaria também de parabenizá-lo pelo pronunciamento.

Quero ainda registrar que o Dr. José Fernandes Sardinha, Diretor da Rede Globo, também compareceu a esta Casa na Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Faço essa ressalva a pedido do Presidente que me antecedeu, Senador Paulo Paim, que, por um lapso, deixou de mencionar o nome do Dr. José Fernandes Sardinha, Diretor da Rede Globo.

Passo a palavra agora ao Senador Geovani Borges. S. Ex^a terá vinte minutos para seu pronunciamento.

Gostaria também de registrar o seguinte, com a colaboração do Senador Geovani: a Presidência convoca sessão especial a realizar-se no dia 5 de dezembro, às 11 horas, destinada a comemorar os 25 anos de atividades da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, tendo em vista que só haverá sessão deliberativa no próximo dia 28, para votação do Requerimento nº 1.164, de 2006.

Com a palavra o Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o metro que se usa para medir o significado das experiências humanas varia muito, pois depende em demasia daquilo que é medido e, fundamentalmente, da emoção que faz tremer em maior ou menor grau a mão que segura o metro.

Esta é a ocasião em que me disperso, ao menos por esta vez, da convivência que, desde o início do semestre legislativo, mantenho com as Sr^{as} e Srs. Senadores, meus colegas, nas Comissões e no Plenário desta Casa.

É forte, para mim, portanto, a emoção deste momento, tal como foi forte o sentido de realização política, cívica e pessoal, experimentado no decurso desses poucos, mas intensos meses. Foi especial, entre outras circunstâncias, substituir, ainda que por curto período, o Senador Gilvam Borges, figura a quem me acho ligado por laços que transcendem a comunhão e o alinhamento que pudemos construir em torno das questões políticas que movem a vida do nosso Partido, o PMDB, e em defesa da terra natal, nosso querido Estado do Amapá.

Gostaria também de poder refletir sobre a alegria que significou a convivência com figuras que engrandecem e enobrecem o Parlamento. Sob o risco de ser injusto, e apenas no sentido de representar de forma individualizada este fantástico coletivo, tomo por exemplo meu colega de Bancada partidária e estadual, o Senador reeleito pelo Amapá, José Sarney, personalidade única, inspirada, inspiradora e exemplar.

Representando o grupo da Oposição, exemplo insubstituível do seu espectro ético, vigilante e cívico, está a figura do Senador Marco Maciel, também ele um homem de cultura e um agente das mudanças e das tomadas de posição reclamadas pelo povo brasileiro, na esfera do Poder Legislativo.

Com esses e outros colegas, Senadoras e Senadores, reparti o privilégio de participar de importantes debates e de relevantes decisões colocadas sob o escrutínio do Senado, sempre tendo como foco e posicionamento a defesa intransigente do interesse nacional e as necessidades e anseios daquele Norte longínquo, que tenho o imenso orgulho de representar.

Considero particularmente importante, a título de balanço e prestação de contas ao eleitor amapaense, comentar, ainda que de forma seletiva, alguns dos posicionamentos que tomei no decurso dessa suplência, sempre e afortunadamente em matéria vitoriosas e bem-sucedidas.

O principal, segundo me parece, foi a PEC nº 22, de 2000, que altera a Constituição Federal – tenho a honra de ter sido um dos seus constituintes – para tornar obrigatória a execução do Orçamento aprovado pelo Congresso. Também conhecida como emenda do “orçamento impositivo”, a PEC nº 22, de 2000, dá regramento fundamental à programação financeira da União, conferindo grande transparência às diretrizes, aos programas e à destinação de recursos federais, sendo que, uma vez em vigor, restabelecerá, na forma desejável, o adequado equilíbrio entre Legislativo e Executivo no que diz respeito ao ordenamento das prioridades nacionais.

Cabe, ainda, citar o desenlace favorável quanto à aprovação dos Projetos de Lei do Senado de núme-

ros 86 e 216 de 2006, que tratam, respectivamente, da prorrogação dos prazos previstos quanto à apropriação dos créditos de ICMS – assunto relevante para os diversos setores envolvidos –; e de assegurar o direito ao Vale-Transporte aos estagiários estudantes de estabelecimentos de ensino superior e do ensino profissionalizante de 2º grau e supletivo, medida esta de importância de alcance social claro e inquestionável.

Na mesma linha, e mais recentemente, está a aprovação do projeto do Super Simples, iniciativa do Governo Federal que representa um significativo avanço no campo da simplicidade fiscal, do empreendedorismo popular e até mesmo das perspectivas de melhoria de nível de formalização do emprego.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muito mais poderia me estender em relação a mais de duas dezenas de itens que constam de minha ficha de votações individuais. Mas entendo que isso poderia representar, a partir de agora, uma fala de caráter excessivamente técnico, com pouca aderência à tradição oratória que resguarda o uso desta tribuna.

Prefiro, então, dirigir meus agradecimentos ao apoio e ao suporte, generoso e tempestivo, que pude usufruir no decurso deste período.

Em primeiro lugar, aos meus pares, à Bancada do meu Partido, o PMDB, e, em especial, à Bancada dos representantes do Norte do Brasil. É notável a sintonia e o espírito de colaboração que se construiu entre esses Parlamentares, cuja missão é lutar para que os princípios do desenvolvimento e da igualdade regionais sejam mais valorizados e efetivos no contexto das decisões governamentais.

Em segundo lugar, dirijo-me àqueles que, lá do Amapá, sustentaram e municiaram com seus dados, suas informações e suas sugestões a atuação deste mandato, de molde a fazê-lo mais próximo da realidade local, mais aberto e mais participativo. Saúdo também as forças políticas amapaenses, que aqui faço representar na pessoa do Governador do Amapá, Waldez Góes – neste momento, ele está em nosso gabinete trabalhando e zelando os interesses maiores quanto à participação do Orçamento do Governo Federal para com o Amapá –, cuja atenção e “responsividade” jamais falharam, sempre que estiveram em jogo os interesses legítimos de nossa terra e de nossa gente.

É ainda necessária menção especial aos servidores do meu gabinete, que, associados aos inúmeros outros profissionais que servem nesta Casa, tornaram mais leve o fardo da função parlamentar e mais efetivo o exercício da representação senatorial.

Por último, devo agradecer, e de modo particular, à minha família – minha esposa, Jucileide, ao Rafael, ao Júnior e à matriarca da família, D, Cícera – que

tão bem soube compreender o assoberbamento da minha agenda pessoal, assim como soube apoiar o atendimento a compromissos que, muitas vezes, nos privaram das preciosas horas de convivência no lar e, muitas outras, impuseram sacrifícios que de bom agrado aceitaram e liberalmente souberam cumprir.

Sr^{as} e Srs. Senadores, meço o impacto pessoal deste momento apenas pelo metro da emoção e da gratidão, o que permite lucidamente avaliar e reconhecer as benções com que Deus houve por bem me agraciar, ainda que imerecidas.

A todos os nobres colegas, minhas mais calorosas e cordiais saudações. Se não nos reencontrarmos brevemente em plenário, certamente não faltarão oportunidades para que – mais uma vez – possamos dar curso ao debate e às discussões dos grandes temas nacionais e, tal como nesses últimos meses, buscar os melhores caminhos para o País e as soluções mais convergentes com o interesse do Brasil: União, Estados e Municípios.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Ouço o aparte do Senador Heráclito Fortes com muita honra.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Agora há pouco, eu aparteava o Senador Antero Paes de Barros, Senador Geovani Borges, e repeti um refrão de uma música que marcou minha juventude, do Billy Blanco, em que dizia, Sr. Presidente:

O que dá pra rir dá pra chorar
Questão só de peso e medida
Problema de hora e lugar
Mas tudo são coisas da vida
O que dá pra rir dá pra chorar.

Lá atrás, quando o Senador Cristovam Buarque falava, citei o amigo tempo. Disse-lhe que, às sextas-feiras, nós temos a possibilidade de, sem pressa e com a companhia de um Presidente generoso como o Senador João Batista Motta, falar mais do que o Regimento permite. As sextas-feiras são chamadas por alguns de “sem lei” porque são usadas pela Oposição, sempre presente, para ataques ao Governo, sempre ausente. Hoje, no mesmo dia em que usei a figura do tempo como amigo – porque o Senador Cristovam, no início da sessão, teve o tempo que precisou para seu raciocínio –, digo que, de repente, ele se torna inimigo, porque o tempo passou muito rapidamente nessa sua investidura como Senador da República. Era a hora em que se poderia pedir ao tempo que parasse um pouco. Mas a vida é assim, tudo tem sua hora. O importante é que, durante o período de licença do Senador Gilvam Borges, V. Ex^a cumpriu com dignidade o manda-

to de Senador da República, honrando o seu Estado. Aliás, quero dizer-lhe, Senador Geovani, que o afeto e a simpatia que tenho por V. Ex^a – e V. Ex^a o sabe – foi produto de nossa convivência fraterna, desde a Câmara dos Deputados, que continua aqui. Mas esse afeto também é produto de um apreço muito grande que tenho ao Estado do Amapá. Vou poucas vezes lá, até devia ir mais, mas eu quero um bem grande a esse Estado, pela maneira carinhosa com que acolhe um contingente razoável de piauienses que moram ali. É incrível, Senador João Batista Motta, como os piauienses foram para o Amapá. É fácil saber: foram por água, nas pequenas embarcações, na atividade da pesca, no transporte marítimo, e, não sei por que razão, fizeram vida e carreira ali. Nas vezes em que fui a Macapá, tive a oportunidade de me encontrar com essa colônia e de conversar, trocar idéias com seus habitantes – alguns são de Parnaíba, outros de Luís Correia, a predominância é de piauienses do litoral. Quero dizer a V. Ex^a, que retorna a suas atividades profissionais, que deixa nesta Casa, nestes quatro meses, o exemplo de que não é um filho ingrato. Assisti a sua investidura, quando V. Ex^a falou da mãe, da mulher e da família, e agora se despede dizendo a mesma coisa, o que mostra que a família para V. Ex^a está acima de tudo. Este é o primeiro e mais importante traço que um homem pode mostrar do seu lado bom: o apreço e, acima de tudo, o respeito à família. Parabéns, meu caro Geovani. Em breve, tenho certeza, V. Ex^a estará aqui de volta.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Agradeço a generosidade das palavras de V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes. Tivemos a oportunidade de conviver na Câmara dos Deputados, onde estive por oito anos, e quero ter a honra de encerrar meu pronunciamento de despedida desta Casa com as palavras de V. Ex^a, apartando-me na chegada e na saída.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes, que falará como último orador nesta Sessão de sexta-feira.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – O tempo, hoje, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passou a ser o tema principal das minhas falas. Eu digo isso porque, com gestos desesperados, os funcionários e jornalistas invocam o inimigo tempo, pedindo que eu seja breve, porque querem aproveitar o restante da sexta-feira. Fiquem certos de que serei sucinto o suficiente para não cansá-los, mas saberei usar o tempo, contanto que não me cale.

Sr. Presidente, é preciso que se faça – e penso que isso cabe ao Governo e à Ministra Dilma Rousseff, a quem tenho respeito pela maneira séria com que trata as questões da sua Pasta, as questões do Governo – uma análise do que acontece no Senado da República e na Câmara dos Deputados no dia-a-dia.

Evidentemente, o Governo não pode tomar por base, nas suas decisões, o que diz um Senador da Oposição ou um Deputado da Oposição. Mas tem o dever, pelo menos, de ler, catalogar e guardar. Se o Governo tiver – qualquer um que seja – esse cuidado e ouvir os alertas que lhe fazem os oposicionistas, os governistas e aqueles que não são uma coisa ou outra, são apenas aqueles que se aproveitam do momento, vai chegar à conclusão de que, se não fizesse ouvido de mercador e nem tampouco a vaidade ou a soberba tomasse conta de quem tem o poder de deter a caneta, evitaria fatos graves ou a repetição deles.

Parece, Sr. Presidente, que o que estamos vendo, neste momento, no Governo do Presidente Lula, é a repetição de uma novela ou de um filme que fez sucesso. Isso parece até o pós-almoço dos brasileiros, quando, após o noticioso, a Globo apresenta um seriado chamado Vale a Pena Ver de Novo, em que as pessoas têm a oportunidade de rever, com nostalgia ou não, novelas ou seriados da sua preferência.

O que acontece hoje e estarrece o País, envolvendo um Deputado de Minas, não é novidade. O que acontece hoje, envolvendo escândalos e o Partido dos Trabalhadores – que quando oposicionista foi tão crítico com relação ao comportamento alheio –, mostra ou soberba ou, então, a determinação consciente de que se deve administrar este País não pelos caminhos da clareza, mas pelas linhas tortuosas dos atos pouco claros e da prática constante de jogar os fatos por baixo do tapete em vez de apurá-los.

O episódio inaugural de todo esse seriado triste ocorreu quatro anos atrás ou pouco menos, no caso chamado Waldomiro Diniz. Digo isso com a autoridade de quem se sente culpado, porque, dando um crédito de confiança a um Governo que se iniciava, achei por bem não assinar aquela CPI. Talvez esse tenha sido, durante este mandato, o meu grande erro – não digo único, porque não tenho soberba e sei que às vezes erramos no dia-a-dia, e os erros não têm a repercussão que lhe permita notar que praticou o ato. Dos erros que percebi haver cometido, penso que esse tenha sido único, e foi grave – menos para mim e mais para o Governo, que trabalhou muito para que aquela CPI não acontecesse. Se tivesse ocorrido o oposto, Senador João Batista Motta, ela teria sido pedagógica, teria mostrado providências imediatas do Governo e do Legislativo; o Legislativo apuraria, e o Governo

adotaria medidas imediatas diante dos fatos constatados. O que vimos foi que, ao se evitar que aqueles fatos fossem apurados, os que habitavam as cercanias do Palácio ou ele próprio perceberam que havia uma brecha para que se praticassem atos que combatiam num passado recente: a brecha da impunidade. E foi um mau começo.

Logo após, vimos uma seqüência de escândalos envolvendo Governo e Parlamentares que estremeceu a sociedade. O Governo, com a força da comunicação – área que agora quer dominar de maneira legal para diminuir o impacto do envolvimento dos seus –, preferiu dar manchete e focar uma crise num funcionário de terceiro escalão que foi fotografado com três mil reais na mão do que atacar o verdadeiro foco da corrupção, a origem da corrupção, que eram os agentes poderosos de um grupo de pessoas do Governo que se intitulava “núcleo duro do poder” e onde tinha origem tudo o que acontecia.

Digo isso, Senadora Lúcia Vânia, estarecido que fico quando vejo o Juvenil fazer sucesso no Brasil. O PT, por iniciativa de suas mais importantes lideranças, propôs a CPI do Banestado para cassar os que remetiam recursos para fora, mas não teve a cautela de separar os que faziam isso de maneira legal, baseados na lei, dos que faziam isso de forma clandestina. Começou a perseguir não os exportadores de divisas, mas aqueles que pisaram nos calos e nos calcanhares dos interesses partidários na eleição então recente. Tentou-se destruir reputações, acusar pessoas, jornalistas, empresários, e uma malha de chantagem e de extorsão tomou conta do País.

Fiz parte dessa Comissão. Com tristeza, ouvi depoimentos constrangidos de empresários como o Sr. Murilo Mendes Júnior.

Mineiro, com uma vida inteira dedicada às suas atividades, foi vítima de governos passados ao acreditar em suas supostas intenções e fazer investimentos de peso avalizados pelo Governo no Iraque, hoje tão na moda pela violência que ali reina. Vi suspeitarem de um homem. Senador João Batista, o meu constrangimento foi tão grande ao ver naquela situação esse homem de cabeça branca e uma história toda de vida, que sugeri que seu depoimento fosse feito a portas fechadas, mas ele, altaneiro, dispensou a oferta e disse: “Quero que seja feito de portas abertas, porque não tenho nada a esconder”.

Vi também ser trazido aqui para ser submetido a constrangimento um dos homens públicos mais sérios do País, o ex-Governador do Paraná Jayme Canet, que foi submetido a tortura moral por parte de pessoas que tinham contas a acertar de caráter político e que se

aproveitaram do mecanismo das CPIs mal conduzidas para conseguir, de maneira torpe, sua vingança.

Vieram aqui empresários, banqueiros, foi um festival de depoimentos. Só não se sabia, Senador João Batista, que, naquele mesmo instante, crescia no seio do Partido dos Trabalhadores um militante que se estruturava para, por meio de uma rede de escritórios espalhados por várias partes do País, especializar-se exatamente na remessa de recursos para o exterior.

Como somos cegos!

Santa Catarina, que foi tão fiscalizada, impiedosamente vista e revirada pela sanha de vingança, não alcançou e não enxergou que, nas suas barbas, o Sr. Juvenil montava um escritório, não sei eu com que objetivo. No momento em que investigávamos, eles, evidentemente se aproveitando dos exemplos, aperfeiçoavam as suas atividades.

E o que vemos hoje? O Deputado mais votado de Minas Gerais, 120 mil votos, foi denunciado e acusado. Quero dizer, de público, que não o conheço, não tenho juízo de valor para fazer dele, não sei de suas atividades, se são legais ou não, mas é inaceitável e inadmissível que o PT silencie sobre um fato dessa natureza. Ontem, até às 16h, nenhuma manifestação nesta Casa sobre o fato, nem de apoio nem de condenação.

Foi preciso que eu, num aparte provocante sim, mas provocante porque a Oposição tem de provocar, mencionasse o assunto.

O Presidente da República pode dizer que só quer que se lhe oponham em 2010, mas nós não podemos aceitar isso. O discurso do Senador Cristovam foi muito a propósito. Cabe ao Presidente querer conforto e conforto terá desde que dê ao Brasil os caminhos do crescimento e da moralidade administrativa, mas terá tormentas quando o seu Governo se desviar desse rumo. É a regra da vida, e foi assim que seus companheiros se comportaram na Oposição. Aí do País no qual as partes não entendam a sua missão, porque esse é o caminho mais próximo e ligeiro para uma ditadura.

Aliás, sobre ditaduras, quero pedir perdão publicamente ao povo da Colômbia. Já fui cobrado sobre isso e quero me redimir aqui. Troquei o nome do Presidente da Colômbia e aqui equivocadamente o chamei de Evo Morales. O povo da Colômbia vive um outro regime, uma outra perspectiva e eu não sairia daqui tranqüilo, após ter sido alertado para o erro cometido, se não fizesse essa correção.

Sr. Presidente, o Presidente Lula precisa, se verdadeira for a sua intenção, ouvir melhor não seus adversários, mas os seus aliados. Digo isso num dever de justiça.

Quando se começou a falar aqui, no Governo atual, sobre o biodiesel, a propaganda forte e poderosa passou

ao País a falsa impressão de que tudo estava começando naquele instante. Cometeu-se uma grave injustiça contra um homem com assento nesta Casa, Conselheiro da República, Senador de meu Estado, Alberto Silva, que, desde a década de 70, pesquisava alternativas para o combustível tradicional oriundo do petróleo, por ter a previsão e o senso, produto da sua longa experiência, de que uma grave crise no setor viria.

Colocou recursos para a Universidade do Ceará, para um professor citado em prosa e verso durante a propaganda eleitoral, o engenheiro cearense Expedito – lembrei o segundo nome dele e o remeterei à Taquigrafia, para não cometer injustiça, pois é um grande brasileiro. Falo de Expedito Parente. Esqueceu-se o Presidente da República de dizer que, por trás do Expedito, a lhe dar respaldo para conseguir fazer suas pesquisas, estava exatamente o engenheiro Alberto Silva, Senador da República. Mas Governo errar é difícil.

Hoje, talvez, quando os fatos ocorrem, eu já saiba por que o engenheiro Alberto Silva não foi citado pelo Presidente nem pela sua assessoria na propaganda eleitoral.

Anunciou-se no Piauí uma usina gigantesca de biodiesel, cuja matéria-prima seria a mamona. Alberto Silva, desta tribuna, alertou para os riscos, fez cálculos, com a capacidade que tem e com a agilidade mental de somar, dividir, multiplicar de cabeça, entre o preço de venda e o custo, que impressionaram os presentes. Ele mostrou que esse projeto não poderia se vincular apenas a uma fonte alternativa, porque não poderia correr riscos de fracasso.

Desce no Estado do Piauí, de pára-quedas, um empresário de São Paulo que também não conheço, não sei do seu passado, mas respaldado pelo Governo Federal, com a presença do Presidente da República, ali instala a empresa, sendo merecedor de discurso do Governador, do Presidente da República, e recebe as loas de tantos quantos presentes àquele ato.

Alberto Silva, persistentemente, voltou a alertar aqui, por algumas vezes, o risco da fonte que se estava usando. O Piauí, rico em solo, teria milhares e milhares de alternativas.

Aquela usina, inaugurada com tanta pompa, motivo da propaganda eleitoral, não foi usada no Estado nem Governo Federal. Estranhei, mas confesso que, na maioria das vezes, além de inocente, tenho boa-fé.

O Governo, na sua capacidade de colocar fatos debaixo do tapete, conseguiu omitir inclusive uma reunião ocorrida em Brasília, em setembro, na qual o Sr. Stédile alertava seus colegas de PT e da Base do Governo para o desastre daquele empreendimento no meu sofrido e penalizado Estado.

Esperaram passar a eleição, e agora o desastre está anunciado, o projeto está fracassado.

E os jornais estampam que a CVM toma providências porque o empresário, por motivos que desconheço, mas por erros cometidos no passado, estava, inclusive, proibido de atuar no mercado aberto. Os sócios, os que se envolveram e acreditaram no projeto, pedem na Justiça providências para o logro em que entraram. O Piauí passa pela falta de perspectiva de continuar o atual projeto, com a frustração dos trabalhadores que moravam na região e dos que para lá se deslocaram. Se não estão passando fome, é porque estão recebendo o Bolsa-Família. Para esses, creio até que o Bolsa-Família chegou em boa hora. Até porque a diferença no Programa Bolsa-Família do governo passado, que tanto combateram, era uma só: no Governo Fernando Henrique, era um programa de inclusão social em que havia a obrigatoriedade da contrapartida; o beneficiado tinha deveres e não só direitos. Agora, transformou-se em um programa de dependência social, em que o cidadão fica na dependência de receber a sua fatia no final do mês.

Senador João Batista Motta, chamou-me a atenção esta semana um fato que me deixou estarecido. No Estado do Piauí, segundo prestação de contas do Governo, há 1,5 milhão de beneficiados do Bolsa-Família, em uma população de menos de 4 milhões de habitantes. Creio que – e o caminho não poderá ser outro – seremos obrigados a solicitar uma auditoria nacional para que não haja com o Bolsa-Família o que já está se vendo no Brasil inteiro com relação às ONGs.

Mas estou fazendo este pronunciamento não só em homenagem a esse homem público que nos deixa ao final deste mandato e assume uma cadeira na Câmara dos Deputados, uma vez que, por decisão própria, desistiu de concorrer ao Senado e continuará defendendo suas teses e convicções naquela Casa. Com certeza, por mais boa vontade e otimismo que tenha com o Governo, não se calará e irá alertar, com os conhecimentos técnicos que tem, sobre erros dessa natureza.

Se o Governo não fizesse ouvidos moucos para o alerta de seus aliados, talvez não caísse em esparrelas como essa. Imaginem, Sr^{as} e Srs. Senadores, se o Governo desse ouvidos para os que o alertam todo dia contra os que malversam o dinheiro público, contra os que praticam desvio por meio dos sanguessugas, dos mensalões da vida ou de qualquer outro tipo de corrupção, não teria passado pelo que passou.

O alerta de agora é com relação às ONGs. A intenção da Oposição não é acabar nem punir ONGs, é separá-las como quem separa, no Sul do Brasil, o joio do trigo. E enquanto é tempo, porque, se providências não forem tomadas com urgência, será tarde, porque

nós encontraremos somente o joio em um processo social tão bem-intencionado, porque o trigo será sufocado pelos gatunos que assolam o País. Daí por que eu quero pedir à Ministra Dilma Rousseff que reflita, de maneira tranqüila e sensata, sobre dois fatos graves que rondam o Palácio responsável pelos destinos do País: ONGs e crise no setor aéreo, dois fatos de proporções graves, que envolvem recursos públicos e vidas humanas. É preciso que haja decisão, determinação e coragem. Uma vez tomadas essas providências, o Presidente Lula pode ficar tranqüilo que a Oposição não será tão implacável como tem sido até agora. Mas a Oposição não pode, e não deve, dormir tranqüila, até sob o perigo de drama de consciência. Oposição que cala não é Oposição. A Oposição que cala, ou concorda, por comodismo ou porque está no bolso, de maneira inconfessável, de quem malversa o dinheiro público, não quer a contestação; quer apenas o amém. E não é o nosso papel, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Embora esta Presidência tenha anunciado o Senador Heráclito Fortes como o último orador do dia, vamos conceder a palavra à Senadora Lúcia Vânia, por dez minutos, antes de encerrar a presente sessão.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Inicialmente, agradeço-lhe, Sr. Presidente, a sua boa vontade em aguardar mais um pronunciamento nesta manhã de sexta-feira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Início o meu pronunciamento, na manhã desta sexta-feira, com uma singela homenagem à memória de nosso inesquecível amigo e colega, Senador Ramez Tebet. Infelizmente, no dia em que esta Casa prestou homenagens ao Senador eu não me encontrava em Brasília.

Não quero, no entanto, que minhas palavras sejam marcadas pela tristeza, ao contrário.

Tenho a plena convicção de que ele gostaria de que eu estivesse aqui para lembrar de momentos desta Casa em que, ao seu lado, travamos embates importantes em nome de nosso País e de nosso povo, que ele tanto amava e tanto defendia.

Quero recordar, isso sim, aquele que foi, sem nenhuma dúvida, um dos mais brilhantes parlamentares que este Senado já abrigou.

Sua dignidade, sua correção de caráter, sua bondade, seu equilíbrio e o exemplo de homem público são a grande herança que o Senador Ramez Tebet deixa para cada um de nós.

Nos quatro anos que tive a honra de conviver com o Senador Tebet, aprendi a importância do ânimo

apaziguador, da conciliação e da concórdia quando parecia não haver solução para o impasse.

Nesses quatro anos, para mim, não houve nenhuma surpresa, porque já conhecia Ramez Tebet do Ministério da Integração Social e como representante da antiga Sudeco, representante da Região Centro-Oeste.

O Senador era a voz que dava o tom que precisávamos, o tom do equilíbrio, da garantia de que saberíamos encontrar a melhor solução a respostas aos anseios deste País.

Sua presença há de fazer falta, sua presença serena, amiga e tranqüila, mas suas lições de vida, com certeza, estarão gravadas para sempre em todos aqueles que fazem da vida pública um compromisso com a Nação.

Sr. Presidente, outro motivo que me traz a esta tribuna hoje é o desejo de falar com os nossos Pares sobre um trabalho que, há dois anos, venho realizando aqui no Senado da República, que é a relatoria de um projeto de lei que considero da maior importância para a vida da nossa população.

Trata-se do PL nº 25/2002, de autoria do ex-Senador Geraldo Althoff, também conhecido como Ato Médico, apensado ao PLS 268, também de 2002, de autoria do Senador Benício Sampaio.

Desde o início da tramitação desse projeto, vários pontos vinham causando polêmica entre os médicos e os demais profissionais da área de Saúde.

Eram eles: o exercício dos cargos de chefia e de ensino; a divisão de competência; o grau de autonomia entre as diferentes profissões; as expressões “atribuições privativa”, “formular diagnóstico” e “prescrever terapias”.

Na busca pelo consenso entre todos os setores, empenhei-me a fundo nessa questão.

Confesso, Sr. Presidente, que tive muito receio em pegar esse relatório, tal a polêmica que ele gerava não só no meu Estado, Estado de Goiás, mas também em todo o Brasil.

Realizei audiências com todos os setores da sociedade interessados no assunto, em assembleias, universidades, câmaras municipais.

Em meu gabinete, recebi associações profissionais de todas as áreas. Foram mais de trinta reuniões, nas quais ouvi mais de mil e oitocentas pessoas.

Com a equipe do meu gabinete e o inestimável apoio da Consultoria Técnica do Senado Federal e de uma voluntária e competente assessoria jurídica, encontramos alternativas com representantes dos médicos e dos demais profissionais, ouvindo as sugestões e aparando as arestas.

Promovi duas audiências públicas na Comissão de Assunto Sociais, sendo uma vídeo-conferência, transmitida para todas as assembleias legislativas do País. Por fim,

na fase decisiva, consegui, também, por intermédio do meu gabinete, colocar frente a frente as duas coordenações nacionais representativas das categorias de saúde. Foi o momento mais rico e produtivo, quando vimos as equipes técnicas se colocarem, no esforço comum para um consenso que, finalmente, chegou em reuniões ocorridas nos dias 31 de outubro e 1º de novembro.

Conseguimos o que quase ninguém acreditava que conseguiríamos: construir um substitutivo que representa o consenso entre as quatorze categorias profissionais de saúde.

Encaminhei ontem à Comissão de Assuntos Sociais o texto do Substitutivo e o meu parecer, que está agendado para votação na próxima quarta-feira, dia 29 deste mês.

Congratulo-me com todos os Conselhos Federais de Saúde por essa vitória, que não é minha.

Ela vem ao encontro do preceito constitucional de que a saúde é um direito de todos e dever do Estado. Mas, sabemos que os profissionais que atendem à população não estão mais divididos, mas atuando inter e multidisciplinarmente para o bem do cidadão usuário da saúde.

Na realidade, o cidadão é um ser humano integral que melhora a sua qualidade de vida com um atendimento digno à sua saúde.

É para ele que o sistema de saúde, público ou privado, deve funcionar de maneira efetiva, com qualidade e respeito ao indivíduo e à coletividade, de acordo com as normas da Organização Mundial da Saúde.

Integrantes desse sistema de saúde, médicos e demais profissionais estarão contemplados num novo projeto em que suas competências, atribuições e limites de atividades entre uns e outros estão definidos por eles mesmos, pelo trabalho que foi realizado.

O Projeto que vamos entregar à sociedade há de ser peça fundamental para o exercício diário de profissões que valorizem ainda mais o bem-estar geral de nossa população, e que se posicionem sempre e francamente ao lado de seus pacientes.

Encerro este breve pronunciamento, pedindo a todos os profissionais que integram a área da Saúde de nosso País que continuem a manter uma postura de diálogo e entendimento, pois, com certeza, isso é o que a população brasileira espera daqueles que zelam por seu bem-estar.

Aos Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras que integram a Comissão de Assuntos Sociais, peço o empenho na votação desse substitutivo, na certeza de que estarão aprovando um projeto que mudará a história do atendimento à saúde da nossa população.

Quero, por fim, Sr. Presidente, agradecendo mais uma vez a sua paciência, dizer que esse projeto, sem

dúvida nenhuma, representa um grande avanço e representa também muito para esta Casa, que, muitas das vezes, é injustiçada pela própria sociedade. Aqui existem Parlamentares que trabalham e que buscam o bem-estar da população. Infelizmente, isso não é mostrado com a frequência em que são mostrados desvios, mas esperamos que um dia um projeto como esse, que demorou um ano para que pudéssemos encontrar o consenso, seja admirado por todos aqueles que nos concedem o seu voto.

Portanto, agradeço a V. Ex^a, desejando um bom fim de semana a V. Ex^a e a todos aqueles que nos vêem neste momento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Esta Mesa parabeniza a Senadora Lúcia Vânia pelo pronunciamento, sobretudo no que diz respeito à homenagem prestada ao Senador Ramez Tebet, Senador que jamais deverá ser esquecido nesta Casa por sua grandeza, por seu espírito público e pelo que fez por nosso País.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – A Sr^a Senadora Lúcia Vânia e o Srs. Senadores Leonel Pavan, Antero Paes de Barros, Alvaro Dias, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, Papaléo Paes e Juvêncio da Fonseca enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Incrá apóia líder do MST em briga com Judiciário”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 20 de outubro do corrente.

Segundo a matéria, a superintendente do Incra no Recife, Maria de Oliveira, pregou uma reforma do Judiciário e uma ação radical do Governo Federal e do Estado com objetivo de fazer a reforma agrária na zona da mata pernambucana.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inc. I e §2º, do Regimento Interno.)

Inkra apóia líder do MST em briga com Judiciário

Ao lado de Amorim, dirigente do órgão em PE diz que a Justiça persegue os movimentos de luta pela terra

Angela Lacerda
RECIFE

A superintendente do Incra no Recife, Maria de Oliveira, pregou ontem uma reforma do Judiciário e uma ação radical do governo federal e do Estado com objetivo de fazer reforma agrária na zona da mata pernambucana, área tomada pela plantação da cana-de-açúcar.

As afirmações foram feitas em entrevista que Maria de Oliveira concedeu para comemorar a revogação da prisão preventiva do coordenador nacional do MST Jaime Amorim, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Na sede do Incra, ao lado de Amorim e dirigentes estaduais do MST, ela compartilhou a avaliação do movimento de que a Justiça persegue os movimentos sociais de luta pela terra.

“Não há lucro para o governo nem para a sociedade com a prisão de pessoas que estão trabalhando e resgatando o País”, afirmou. “Esse processo de perseguição é visivelmente contra os trabalhadores rurais organizados no País.”

Para Maria, houve maior cobrança da prisão de Amorim “pelo vínculo internacional” no processo que ele res-

ponde. O líder é acusado de invasão de prédio público e formação de quadrilha, por conta de protesto contra o governo Bush, em novembro do ano passado, quando comandou um grupo que apedrejou e pichou o consulado norte-americano no Recife. “Não sei por que ficam preferencialmente mais fortes as coisas internacionais, e não as coisas brasileiras”, comentou ela.

Em entrevista, Amorim reforçou a tese. “Foi exigência dos Estados Unidos para garantir no Brasil uma orientação que é

Áreas ocupadas por usinas são passíveis de retomada pela União, afirma ela

dada ao mundo inteiro, a de transformar os militantes que lutam pela causa social em terroristas.” E se preparado para tudo: para a prisão, para a vitória, para morrer.

Maria disse que é preciso modificar o comportamento do Judiciário. “O Brasil não mudará se não passar por uma reforma muito forte da postura e da forma como o Judiciário vem trabalhando no País”, afirmou. Ela avaliou como “ruim” e “simplório” o modelo de reforma agrá-

ria. “Já cobramos de Brasília o encaminhamento de processos mais radicais no campo da reforma agrária, um ato de governo de intervenção fundiária.”

Segundo a superintendente do Incra, a intervenção fundiária que defende envolve ações contra concentração da terra, crime ambiental, crime contra trabalhadores rurais e desrespeito aos direitos humanos. Ela citou a zona canavieira de Pernambuco como exemplo de área passível dessa intervenção. E ressaltou que pertence à União grande parte do território ocupado pelas usinas de cana, as quais têm débitos trabalhistas e passivos “impagáveis”. Nesse caso, caberia, segundo ela, a retomada das áreas da União e a intervenção do governo nos débitos.

“Pernambuco tem plantador de maconha, traficante, tem depósito de armas, tem cidades onde mais se mata no País, tudo por causa do processo fundiário”, argumentou. “Ou se passa por uma reestruturação apontada pela intervenção de governo, ou teremos muita dificuldade de manter a tranquilidade no Estado de Pernambuco.”

O Estado tem cerca de 33 mil famílias acampadas – entre sem-terra, índios e quilombolas – e seis movimentos de luta pela terra reconhecidos pelo Incra. ●

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Dinheiro carimbado”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 28 de setembro do corrente.

A matéria destaca que parte dos US\$ 248,8 mil apreendidos em poder de dois petistas e que seriam usados para negociar a compra de um dossiê contra candidatos tucanos entraram no País de São Paulo. Ainda segundo a matéria, a identificação da instituição foi possível as cédulas referentes a US\$110 mil estavam

em série, ainda organizadas da forma que deixaram a Casa da Moeda norte americana.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inc. I e §2º, do Regimento Interno.)

POLÍTICA

DECISÃO DA JUSTIÇA DETERMINA QUE O BANCO SOFISA REVELE A PF O NOME DE QUEM SACOU DÓLARES APREENDIDOS COM PETISTAS

DINHEIRO CARIMBADO

MANOEL ROCHA
DA EQUIPE DO CORREIO

Parte dos US\$ 248,8 mil apreendidos em poder de dois petistas e que seriam usados para negociar o dossiê contra o PSDB entraram no país pelo banco Sofisa, de São Paulo. A identificação da instituição financeira foi possível porque as cédulas referentes a US\$ 110 mil estavam em série, ainda organizadas da forma que deixaram a Casa da Moeda norte-americana. As notas chegaram ao Brasil em agosto — ou seja, pelo menos duas semanas antes de serem encontradas, no último dia 15, em

poder do empresário Valdebran Padilha e do advogado Gedimar Passos num hotel de São Paulo.

A pedido do delegado responsável pelo inquérito no Mato Grosso, Diógenes Curado, a Justiça Federal no estado autorizou o acesso às operações de câmbio realizadas pelo Sofisa nos dias que antecederam a apreensão do dinheiro. A PF investiga pelo menos dez clientes do banco. Desde o início da semana, quando a informação sobre os dólares chegou dos Estados Unidos, a PF tem procurado corretoras de valores, casas de câmbio e agências de viagem, todas elas operadores de câmbio, para identificar os intermediários da transação. Não se descarta a hipótese de que um laranja tenha entrado no circuito para fazer com que o dinheiro chegasse às mãos de Valdebran e Gedimar.

Os dois são acusados de tentar comprar do empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin informações que pudessem envolver os candidatos tucanos ao governo de São

Paulo e ao Palácio do Planalto, José Serra e Geraldo Alckmin, com a máfia dos sangessugas. Foram apreendidos com eles R\$ 1,1 milhão, além de US\$ 248,8 mil. Outros seis petistas foram apontados como suspeitos de intermediar a negociação: Ricardo Berzoini, afastado da presidência nacional do PT e da coordenação da campanha à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Freud Gotdy, Expedito Afonso Veloso, Hamilton Lacerda, Jorge Lorenzetti e Osvaldo Bargas. Todos chamados de “aloprados” por Lula (leia abaixo).

Embalagem

A identificação da procedência dos dólares foi facilitada porque as cédulas eram virgens, estavam em série numerada e os dois maços em que foram encontradas eram embalados em fitas da Casa da Moeda americana. As informações permitiram identificar apenas a operação legal entre duas instituições financeiras, uma nos EUA e outra em São Paulo, que viabilizou a entrada no Brasil dos US\$ 110 mil. Resta

saber a procedência de US\$ 138,8 mil, que a PF passou a admitir que podem ter entrado ilegalmente no país. Ontem, o Banco Central estranhou as informações, a partir da investigação da polícia, que têm sido veiculadas na imprensa sobre as operações cambiais (leia mais na página 4).

O banco Sofisa informou em nota oficial que todas as operações com moeda estrangeira realizadas pelo banco são registradas no Banco Central e identificadas obedecendo todas as prescrições legais. “Tais recursos são transacionados com outras instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central”, diz nota do banco. Quanto aos reais apreendidos (R\$ 1,16 milhão), o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) informou que só deverá esclarecer sua origem depois da eleição. Até agora só se sabe da origem de R\$ 25 mil, dos quais R\$ 15 mil foram sacados na agência do Bradesco no bairro da Barra Funda, em São Paulo; R\$ 5 mil na agência do BankBoston na Lapa e R\$ 5 mil no Banco Safra.

ATUAÇÃO REGIONAL

O Banco Sofisa S.A foi fundado em 1961 como Sofisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos, uma instituição especializada em operações de crédito ao consumidor. Em 1990 transformou-se em banco comercial, com um novo foco de negócios — as pessoas jurídicas. Atua com empréstimos, desconto de duplicatas, depósitos à vista e a prazo, investimentos, operações de câmbio e seguros.

No seu site na internet, o Sofisa define-se como “uma instituição com atuação regional e segmentada”, com apenas três agências, em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Campinas (SP). Os ativos totais do banco em 31 de dezembro de 2005 somavam R\$ 1,5 bilhão. O Banco Sofisa é parte do Grupo Financeiro Sofisa, que inclui ainda o Sofisa Bank of Florida e o Sofisa Bank Limited.

O Sofisa Bank Limited tem sede em Saint John's, em Antígua, uma ilha do Caribe considerada paraíso fiscal pela legislação brasileira. As três instituições são controladas por uma holding e não têm participações acionárias entre si.

■ OS "ALOPRADOS" E A MÁFIA

RICARDO BERZOINI — Presidente do PT, foi coordenador da campanha à reeleição do presidente Lula até o

dia 20, quando teve seu nome envolvido com o dossiê. Num desabafo, Lula chamou todos os petistas envolvidos nas

negociações do dossiê de "aloprados" ● **GEDIMAR PASSOS** — Agente da Polícia Federal aposentado, trabalhava na

campanha à reeleição de Lula. Ele e

Valdebran Padilha foram presos com R\$ 1,7 milhão (em dólares e em reais) que seriam usados para a compra do dossiê

● **FREUD GODOY** — Amigo

pessoal do presidente Lula e ex-assessor especial da Presidência da República, foi acusado de intermediação

na compra do dossiê nos

primeiros dias da crise. Nega qualquer envolvimento e se colocou à disposição

da Polícia Federal para esclarecimentos ● **VALDEBRAN PADILHA** —

Ex-militante do PT, foi preso com Gedimar Passos num hotel de

São Paulo com R\$ 1,7 milhão que seriam usados para a compra do dossiê

● **EXPEDITO VELOSO** — Ex-diretor de gestão de risco do Banco do Brasil,

licenciou-se do cargo para trabalhar na campanha de Lula. É

acusado de ter ido à Cuiabá analisar a veracidade dos documentos junto com

● **OSVALDO BARGAS** — Ex-secretário do Ministério

do Trabalho, foi também responsável pelo capítulo de trabalho

e emprego do programa de governo da campanha à

reeleição de Lula. Ele e Lorenzetti teriam participado de negociações com a revista Época para a compra do dossiê

● **HAMILTON LACERDA** — Ex-coordenador de

comunicação da campanha do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) ao governo de São Paulo. Segundo Lorenzetti, o dossiê seria entregue a ele

● **ABEL PEREIRA** — Empresário

de Piracicaba (SP), foi acusado de intermediar licitações do Ministério da Saúde na época que Barjas Negri era ministro, no governo de Fernando Henrique

Cardoso ● **PAULO ROBERTO TREVISAN** — Tio de Luiz Antônio Vedoim, também é acusado de participação nas negociações para a venda do dossiê

● **JORGE LORENZETTI** — Ex-chefe do núcleo de informações e inteligência da campanha à reeleição de Lula. Em depoimento à PF admitiu ter interesse

no dossiê, mas disse que se recusou a pagar por ele. Lorenzetti enviou Expedito Veloso e Gedimar Passos a Cuiabá para analisar a veracidade dos documentos

● **LUIZ ANTÔNIO VEDOIM** — Um dos sócios da Planam, empresa acusada de ser a responsável pelo esquema de venda superfaturada de

ambulâncias por meio de emendas ao Orçamento da União. Ele ainda é acusado de tentar vender a petistas um dossiê com fotos e gravações

envolvendo o candidato do PSDB ao governo de São Paulo, José Serra, à máfia. Do esquema, só ele continua preso em Cuiabá

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “O destruidor de imagens”, publicada pela revista **Época**, de 25 de setembro do corrente.

A matéria destaca que o ex-sindicalista Wagner Cinchetto se apresenta como um profissional do mundo clandestino das campanhas eleitorais, e afirma ter montado dossiês para ajudar Lula em 2002, contra o candidato tucano José Serra.

Sr. Presidente, requiero que a referida matéria seja considerada como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inc. I e §2º, do Regimento Interno.)

O destruidor de imagens

O veterano que afirma ter montado dossiês para ajudar Lula em 2002 diz que o ataque contra José Serra foi amador. E descreve como fazer denúncias “profissionais”

LEANDRO LOYOLA

O ex-sindicalista Wagner Cinchetto diz ser um profissional do mundo clandestino das campanhas eleitorais. Diz ter participado, em 2002, de um grupo secreto cuja missão era difamar adversários do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Entre seus companheiros estariam o atual presidente do PT, Ricardo Berzoini, o secretário licenciado do Ministério do Trabalho Osvaldo Bargas e Carlos Alberto Grana, presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, ligada à CUT. Ele afirma ter bisbilhotado gente ligada a Ciro Gomes e José Serra, candidatos que mais ameaçaram a eleição de Lula. Quando está à vontade, Cinchetto fala de si mesmo como “destruidor de imagem” e diz saber bem como fazer um dossiê. *Rompido com o PT desde 2003*, ele relata como teria agido para prejudicar os adversários políticos.

ÉPOCA – Você diz ter participado em 2002 de um grupo clandestino da campanha do então candidato Lula. Qual era sua função?

Wagner Cinchetto – Primeiro, ninguém constrói dossiê. Ele só existe porque tem alguma coisa, grave ou não, feita por determinada pessoa. Nas campanhas, você obtém informações contra os adversários. É produto de conversas com outras pessoas, de investigação, de pesquisa de documentos em cartórios. Dá para obter sem extrapolar os limites da lei.

ÉPOCA – Como se divulga uma denúncia?

Cinchetto – Uma das coisas que dão mais credibilidade é (o denunciante) não estar envolvido no comitê de campanha. Quando a informação vem do comitê, o jornalista já vê que é briga política. Por isso, é importante que esse

tipo de informação seja repassado à imprensa por setores e fontes de fora do partido. Agora, tentaram divulgar comprando gente, pagando, envolvendo investigados. Onde já se viu se envolver na compra de um dossiê com uma pessoa que está sob vigilância da Polícia Federal (Luiz Antônio Vedoin, apontado como chefe da quadrilha das sanguessugas)?

ÉPOCA – Como funciona um grupo encarregado desse trabalho numa campanha eleitoral?

Cinchetto – Tem de ter número reduzido de reuniões e não partilhar muito as informações, porque é perigoso. Tem de ser formado por pessoas de confiança. Não pode participar só porque é amigo, porque faz parte de círculo íntimo de amizade. Tem de ser quem entende, gosta e sabe atuar nessa área com responsabilidade. Tem de ter sigilo. Se você está numa operação, não pode compartilhar com todo mundo. Eu compartilhava no máximo com duas pessoas, o necessário para analisar se era importante ou não. Tem de saber se está sendo monitorado.

ÉPOCA – Fazer dossiê é prática generalizada?

Cinchetto – A maioria dos partidos faz disso um instrumento para ganhar eleições, mas não reconhece porque acha eticamente condenável. Quem entra numa eleição e sabe que precisa disputar e ter a vida como livro aberto tem de saber que esse tipo de ataque pode acontecer. E, vamos falar a verdade: quem tem passado limpo, dossiê nenhum destrói. No caso do Paulinho (Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical, contra quem Cinchetto diz ter espalhado denúncias que ►

tiraram pontos de Ciro na campanha de 2002), em 2002, quem o escolheu para vice foi o Ciro Gomes. Ele sabia que havia informações de irregularidades na gestão do Paulinho sobre o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) na Força Sindical.

ÉPOCA – Desde quando o PT tem um grupo desse tipo para produzir dossiês?

Cinchetto – Em 2002, nós montamos o grupo para defender o então candidato Lula de possíveis ataques. O grupo foi montado com autorização de Lula e trabalhou fora da estrutura partidária. Era composto do então secretário-geral da CUT, Carlos Alberto Grana, de Osvaldo Bargas (*ex-integrante da campanha de Lula envolvido na divulgação de denúncias contra Serra*), do deputado Ricardo Berzoini (*presidente do PT, afastado do comando da campanha de Lula*) e de uma série de outras pessoas. O grupo passou a se reunir para fazer uma blindagem ao candidato Lula e, ao mesmo tempo, para fazer ataques a adversários, porque o Lula tinha sofrido isso nas campanhas anteriores.

ÉPOCA – É o mesmo grupo que atua hoje?

Cinchetto – Fora algumas pessoas – como eu, que não estou nesse grupo de hoje –, sim. Eles acrescentaram o churrasqueiro, o (Jorge) Lorenzetti, como pessoa responsável pela inteligência, e o (assessor especial da Secretaria Particular da Presidência) Freud Godoy. É uma adaptação feita pelo Bargas, pelo Berzoini e pelo (ministro do Trabalho, Luiz) Marinho. Na realidade, o ministro Marinho está quieto, mas o Bargas é homem forte dele, é ex-secretário dele no ministério. Eles tentaram remontar o grupo agora de maneira confusa. Deu no que deu.

ÉPOCA – Por que deu errado?

Cinchetto – Eles não foram profissionais. Usaram dinheiro. Acho que eles se acostumaram com aquela vida estabelecida pelo ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, de colocar dinheiro em tudo. Eles colocaram alta soma de dinheiro para adquirir um dossiê que, se tivessem realmente um serviço de informação e inteligência, poderiam conseguir sem trabalho sujo. O que faltou para esse pessoal foi capacidade para obter informação. Foi um trabalho de amador. Eles acharam que informação tem de ser partilhada com gente da cozinha do presidente da República, os mais íntimos, os que fazem churrasco, jogam bola, frequentam a casa. É a maneira sindicalista de pensar. São pessoas com esse perfil que criaram o mensalão, negociaram milhões no valerioduto, a compra do dossiê... As pessoas que parecem íntimas do presidente são as que mais fazem trapalhadas. Enquanto o presidente Lula manteve esses sindicalistas dentro do Palácio do Planalto, esse tipo de coisa vai acontecer sempre.

ÉPOCA – Por quê?

Cinchetto – É o *modus operandi* dos sindicalistas. Trabalho há quase 20 anos no sindicalismo. Nos sindicatos, os dirigentes administram fortunas e ninguém fiscaliza nada. Eles não participam de eleições, que são montadas, contratam capangas, eliminam fisicamente os adversários. Todo tipo de irregularidade que você pode imaginar existe no sindicalismo. A República dos Sindicalistas levou esse know-how para dentro do Palácio do Planalto. É por isso que o Delúbio Soares, *originário do sindicalismo, fez o que fez na tesouraria do PT*. O Bargas está fazendo o que faz porque tem origem sindical. O Grana, origem sindical. O Berzoini, origem sindical. Lorenzetti, origem sindical. Eles administram o país como um sindicato.

ÉPOCA – Como vocês trabalhavam em 2002?

Cinchetto – Em 2002, os principais assessores do Lula sabiam de todas as nossas ações. Fazíamos poucas reuniões para evitar misturar com o PT. O grupo se reunia pouco, analisava o que tinha de fazer rapidamente. O que tinha de fazer era feito rápido. Então era feito contato com a imprensa e as notícias iam saindo. No caso do Serra, tínhamos a informação de que um parente dele havia contraído um empréstimo (no Banco do Brasil) e Serra não dava transparência a esse fato. Obtivemos os papéis que comprovavam o empréstimo, com uma combinação de informações e com fontes que tínhamos dentro do banco.

ÉPOCA – Por que o PT montou seu núcleo de dossiês em 2002?

Cinchetto – Eles foram muito atacados nas eleições anteriores. Em 1989, eu era assessor do hoje deputado Luiz Antônio de Medeiros e participei ativamente da campanha do Fernando Collor. Uma das informações que mais abalaram o Lula é que ele teria comprado um sofisticado aparelho de som nas Casas Bahia. O Leopoldo (*irmão de Collor*) acionou um esquema para ir atrás da nota fiscal. Que importância tinha aquilo? Sabia que o Collor ia apresentar isso no debate, com a questão da Lurian (*Collor vazou para a imprensa que Lula tinha uma filha de um relacionamento antes do casamento*). Em 2002, quando se preocupou em defender a retaguarda de ataques desse tipo e partiu para bater, Lula conseguiu ser eleito. Ele não foi eleito só pelo "Lulinha paz e amor". Se não tivesse sido feito o que foi feito em 2002, teria sofrido muito mais.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Para oposição, oferta de Lula sobre entendimento não é para valer”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 03 de novembro do corrente.

A matéria destaca que a oposição desconfia da iniciativa de Lula em conversar com todos os partidos, e cobra propostas “verdadeiras” para um diálogo no Legislativo.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inc. I e §2º, do Regimento Interno.)

Para oposição, oferta de Lula sobre entendimento não é para valer

Desconfiados da iniciativa e reticentes a uma trégua, líderes cobram propostas e sugerem diálogo no Legislativo

João Domingos
BRASÍLIA

Partidos de oposição desconfiam do convite do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o diálogo em torno de uma agenda de interesse geral. Achem que a defesa do entendimento feita pelo presidente eleito pode fazer parte de uma estratégia para diminuir a tensão política que restou da eleição, ou seja, a assinatura de uma trégua. Por isso, os dirigentes oposicionistas querem primeiro ver as propostas de Lula.

“Não queremos convalesce com o governo. A conversa tem que ser política. Ele que diga que reformas julga essenciais. A gente vai negociar os termos delas, verificar o interesse dos governadores. E o governo terá de provar que está, de fato, interessado numa proposta boa para o País, não só para ele ou para seu partido”, disse o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM). O diálogo, avisou, precisa ser sincero e Lula tem de provar que está disposto a exercê-lo.

“O presidente precisa provar que respeita o Congresso, a oposição, as liberdades no País”, prosseguiu Virgílio. “Ele já começou fazendo três coisas graves depois da eleição. Seu partido agrediu jornalistas na porta do Palácio da Alvorada, a Polícia Federal está fazendo coação aos jornalistas da *Veja* e o PT está tentando livrar a quadrilha dos sanguessugas.”

No último exemplo, Virgílio referia-se ao fato de o presidente da CPI dos Sanguessugas, o petista Antonio Carlos Biscaia (RJ), ter decidido ouvir três acusados de envolvimento no dossiê Vedoin – Jorge Lorenzetti, Valdebran Padilha e Gedimar Passos – mesmo sem quórum. A oposição decidiu não participar da audiência, porque tinha sido impedida por Biscaia de examinar os dados telefônicos e bancários dos três.

“Esse tipo de atitude não ajuda”, afirmou Virgílio. “Se o presidente quer fotos, estou fora; se quer o País crescendo, estou dentro. Se quer ganhar tempo, estou fora; se quer melhorar a situação, estou dentro. Se vier com atitudes chavistas, estou definitivamente fora.”

RADICAL
O líder da minoria na Câmara, José Carlos Aleluia (PFL-BA), tem uma posição mais radical. Para ele, Lula não precisa pregar o diálogo com a oposição, porque o País não está em crise política. “O grande problema do governo é no campo jurídico”, disse. “Não espere de nós nenhuma trégua, porque não a daremos. Não espere concertação, porque não a queremos. Nós representamos os 40 milhões que consideram o governo Lula o governo da farsa.”

À frente da minoria – formada pelos partidos de oposição, como PFL, PSDB, PDT, PV e PPS –, Aleluia diz que aceita diálogo, mas impõe condições e foro. “O governo tem seus representantes no Congresso. É lá que as conversas devem ocorrer. Nós não iremos ao palácio. Não adianta nos chamar.”

“Que faça uma pauta viável, boa para o País. Não venha com proposta de Constituinte, porque para ela não damos apoio. É golpe”, frisou o pefelista. Lula tem acenado com a idéia de convocar uma miniconstituinte para votar a reforma política.

Para Aleluia, todas as propostas de diálogo feitas até agora não pareceram sinceras. “Não confiamos no presidente, no seu projeto de governo.”

Outro líder da oposição, o presidente do PPS, deputado Roberto Freire (PE), é menos arredio ao diálogo, mas também vê motivos para desconfiar. “Como o Lula muito facilmente diz hoje uma coisa e amanhã outra, totalmente inversa, a gente tem de esperar um pouco para ver se a sua iniciativa de diálogo é verdadeira.”

FRASES

Arthur Virgílio
Líder do PSDB no Senado

“O presidente precisa provar que respeita o Congresso, a oposição, as liberdades no País”

José Carlos Aleluia
Líder da minoria

“Não espere de nós nenhuma trégua, porque não a daremos. Não espere concertação”

Roberto Freire
Presidente do PPS

“A gente tem de esperar um pouco para ver se a sua iniciativa de diálogo é verdadeira”

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “O inimigo que funciona por dentro”, publicada na revista **Exame**, de 27 de setembro de 2006.

A matéria destaca que os governos de hoje e de sempre vivem falando em criar empregos. Mas não percebem que nada age tão bem contra a criação de empregos quanto o próprio governo.

O inimigo que funciona por dentro

Os governos, de hoje e de sempre, vivem falando em criar empregos. Não percebem, ou não querem perceber, que nada age tão bem contra a criação de empregos quanto o próprio governo

FAZ PARTE DO FOLCLORE BRASILEIRO. JUNTO COM O Negrinho do Pastoreio e a Mula-sem-Cabeça, o presidente que cria empregos. É um ser que sempre aparece em campanhas eleitorais, qualquer que seja o quarto da lua, e desaparece sem deixar vestígio assim que as eleições terminam. O atual presidente que cria empregos, por exemplo, apareceu na campanha de 2002 prometendo arranjar trabalho para não menos que 10 milhões de brasileiros. Sumiu de cena assim que foi eleito e só está sendo visto de novo agora, na campanha para a sua reeleição, com a mesma promessa e sem o esforço de especificar exatamente o número de empregos que vai criar. Dá na mesma — já que não existe nenhuma relação entre as palavras que diz hoje e os atos que praticará amanhã, tanto faz que a cifra seja de 10 milhões, o dobro disso ou a metade. Também dá na mesma se o criador de empregos aparece encarnado no presidente que pretende se reeleger, como é o caso do atual, ou nos que pretendem ir para o lugar ocupado por ele. Todos dizem as mesmas coisas e nenhum tem a menor condição de fazer o que diz. Não por malvadeza, mas pelo fato de que, uma vez eleitos, ficam no comando de um aparelho que funciona, justamente, como o inimigo número 1 da criação de empregos: o Estado brasileiro, da maneira como funciona hoje e como sempre funcionou até agora.

É um caso clássico de situação em que se quer, ao mesmo tempo, uma coisa e seu exato contrário. Presidentes da República ou candidatos ao cargo, quando falam em gerar empregos, provavelmente querem mesmo que haja mais gente trabalhando. Mas

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a matéria acima citada seja considerada, na íntegra, como parte deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inc. I e §2º, do Regimento Interno.)

não querem, ou não sabem, alterar nenhuma das práticas dos governos que chegam — ou alteram tão pouco, tão devagar e tão mal que na verdade acaba não havendo diferença alguma. Empregos são a consequência direta de mais crescimento e de mais eficácia na economia: se o governo age de forma a não fazer nem uma coisa nem outra, as promessas permanecem na coleção dos mitos e lendas do nosso folclore. É o que tem acontecido. Nos últimos quatro anos o Brasil cresceu em média 2,5% ao ano, cerca de metade do crescimento registrado na economia mundial, quando teria de crescer três vezes isso, e por muito tempo, para conseguir algum avanço real. Criar empregos de que jeito, com as coisas estando assim? Todo mundo está cansado de saber que o país continuará andando de lado enquanto quase 40% de tudo o que produz for consumido em impostos, o investimento público ficar em menos de 1% do PIB e a máquina governamental mantiver sua atitude geral de travar o progresso com regras que desrespeitam a lógica, bloqueiam a eficácia e ofendem a ideia da produção. O próprio governo, aqui e ali, concorda que seria preciso reduzir a carga fiscal, investir mais e atrapalhar menos. Só que não admite mudar nada do que teria de ser mudado para obter qualquer dessas coisas. O resultado é que, enquanto o governo vai falando, os empregos vão sumindo — como acaba de ficar demonstrado de novo, e para ficar num exemplo só, com a demissão de 3 600 operários da Volkswagen.

Quando falam em criar empregos, presidentes da República e quem vive a seu lado acham que o governo é a solução; não percebem que, justamente ao contrário, o governo é o problema. O ministério e as autoridades ligadas ao meio ambiente, por exemplo, estão bloqueando, neste preciso momento em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reaparece como “criador de empregos”, a construção de mais de 20 usinas hidrelétricas. Entende-se que existam problemas ambientais legítimos com algumas delas, vá lá, mas 20? É o tipo de ação que impede de maneira direta, imediata e desas-

O mundo mental da Fazenda só pensa em duas coisas, e ambas são muito ruins

trosa a geração de vasto número de empregos, nas próprias obras de construção das usinas e nas atividades que elas vão gerar depois de prontas. Mas o mesmo governo que se diz empenhado em multiplicar postos de trabalho aceita que gente graduada de seus próprios quadros comande ações na direção oposta. A situação até que não estaria de todo ruim se a área ambiental fosse a única na qual houvesse inimigos da geração de empregos. Não é assim, infelizmente. Para qualquer lado que se olhe, dentro do governo, encontram-se pessoas, sistemas e hábitos que funcionam como exterminadores de empregos — por travarem investimentos, tomarem inviáveis novos projetos, aumentarem custos ou impedirem, pura e simplesmente, a atividade produtiva.

A ÁREA ECONÔMICA DE FORMA GERAL E O MINISTÉRIO da Fazenda em particular são estrelas de primeira grandeza no universo oficial de hostilidade ao emprego. É ali que mora a resistência à redução de impostos, quaisquer que sejam seus ocupantes do momento; nada mais parecido com o ex-ministro Pedro Malan do que o atual ministro, Guido Mantega, ou seu antecessor imediato, Antonio Palocci, quando se trata de não abrir mão da receita. As intenções de todos eles podem ser as melhores, e a sua obrigação funcional de fechar as contas do governo é indiscutível, mas o fato é que dali jamais sairá a menor idéia séria de reforma fiscal. O que se pode esperar de bom por parte de um setor que considera não apenas normal, mas indispensável, a existência de uma coisa como a CPMF? A CPMF é só uma parte no conjunto da obra, mas talvez seja a que mostra de forma mais clara a demência do sistema fiscal do Brasil. Trata-se de uma aberração de circo, como a mulher barbada ou o homem-cobra — uma “contribuição provisória” que não tem nada de contribuição, já que é obrigatória, e muito menos de provisória, já que está aí desde o remoto ano de 1993, tendo sido mantida durante os oito anos do governo FHC e os quatro do atual. De lá para cá só se mexeu nela para aumentar em 50% o seu valor e mudar o seu nome completo — que, acreditem ou não, é Contribuição Provisória sobre a Movimentação de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira. Pode?

Esse é o mundo mental em que operam as equipes econômicas brasileiras, com todo o seu aparato de Receitas Federais, Bancos Centrais, Tesouros Nacionais e por aí afora, entre tantos outros *ais*. Pensa-se ali, basicamente, em duas coisas, e as duas são muito ruins. A primeira é aumentar os impostos para cobrir os gastos do governo. A segunda é cortar, dentro desses gastos, a parte que poderia ser de investimento público produtivo — já que nas despesas do governo com ele mesmo, que comem qua-

se tudo o que se arrecada e não produzem nada, ninguém tem a mais pálida intenção de mexer. O resultado é essa situação realmente extraordinária que o Brasil vive hoje: um país em que só na esfera federal serão arrecadados cerca de 550 bilhões de reais em 2006, mas no qual o governo está sempre sem dinheiro. Não se sabe sequer o número exato de diferentes impostos que há no Brasil (a estimativa é que haja mais de 50), mas serviço, que é bom, não aparece. Sempre há dinheiro, como se vê agora, para pagar cartilhas de propaganda do governo, em operações em que só é certo o valor de 11,7 milhões pago por elas, mas são incertos tanto o seu destino como o próprio número de exemplares impressos e, sobretudo, o benefício que uma coisa dessa poderia ter para a população em geral. Para abastecer os hospitais com um rolo de esparadrapo já é um problemaço.

É duro criar empregos com esse tipo de situação — e os empregos que surgem atualmente no Brasil são gerados, em geral, não por ações do governo, mas apesar do governo. Mesmo setores do Estado brasileiro normalmente neutros em relação ao mercado de trabalho funcionam hoje, na prática, contra a criação de oportunidades. É o caso, por exemplo, do Itamaraty. Desde o início do atual governo a diplomacia brasileira tomou a opção de sacrificar as possibilidades mais eficazes e reais de expansão do comércio externo, uma das mais dinâmicas fontes de emprego de qualquer economia moderna. Faz isso, basicamente, ao conduzir uma política de hostilidade aos países que têm economias de primeira classe e, portanto, grandes mercados, e ao dedicar-se a causas do tipo “Viva o Mercosul, abaixo a Alca”. No mundo das abstrações, são projetos destinados a mudar o movimento de rotação da Terra. No mundo das realidades, o resultado é exportar menos para os Estados Unidos, num período em que o comércio mundial cresce à taxa de 10% ao ano, e ficar amigo da Bolívia — com o inconveniente extra de que o Brasil só apanha da Bolívia. Por sinal, acaba de levar a maior pancada de todas, com a expropriação das operações industriais da Petrobras pelo companheiro Evo Morales. O assessor internacional da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, disse que o episódio foi “desagradável”. É essa a reação do Brasil.

Periodicamente, é verdade, o governo toma medidas que podem gerar empregos, como este último pacote para incentivar o setor da construção civil; já fez coisas que deram certo, como a redução de alguns impostos na indústria de computadores, o que permitiu à área competir melhor com o contrabando e levar a produção para perto de 8 milhões de unidades em 2006. Mas isso é só de vez em quando, e só aqui e ali. Já o sistema antiemprego do governo funciona todos os dias, do começo ao fim do expediente. É fácil ver quem acaba ganhando. ■

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Para Tasso, PF age com viés político no dossiê”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 16 de outubro de 2006.

A matéria destaca que para o presidente do PSDB, senador Tasso Jereissati, a Polícia Federal age com viés político no caso do falto dossiê contra candidatos tucanos.

Para Tasso, PF age com viés político no dossiê

Tucano disse que País parece viver ‘filme de terror da era Stalin’

Carmen Pompeu
ESPECIAL PARA O ESTADO
FORTALEZA

Em viagem ao interior do Ceará no fim de semana, onde fez campanha pró-Geraldo Alckmin em Quixadá e Crateús, o presidente nacional do PSDB, senador Tasso Jereissati (CE), disse que o Brasil parece estar vivendo “um filme de terror da era Stalin”, ditador soviético. Tasso informou que se reunirá hoje, em Brasília, com os presidentes do PFL, Jorge Bornhausen, do PPS, Roberto Freire, e do PMDB, Michel Temer.

Os quatro vão discutir a denúncia apresentada pela revista *Veja* desta semana, na qual o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, é acusado de tentar blindar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição pelo PT, no caso do episódio da compra do dossiê Vedoin contra tucanos.

“Vamos fazer uma reunião com os presidentes de partidos para deliberar sobre essa reportagem que, evidentemente, traz à tona a manipulação que está sendo feita com a Polícia Federal, criminosamente, para esconder esse Freud Godoy das investigações”, disse Tasso.

O presidente do PSDB declarou que a suposta manipulação “encobre um crime e destrói a PF no afã de esconder todas as maracatuas do governo”.

Tasso considera o episódio “um absurdo”. Ele lamentou o fato de o delegado Edmilson Bruno, que divulgou as fotos do dinheiro, ser apontado pelo mi-

nistro da Justiça e pela PF como o único culpado. “Parece filme de terror da era Stalin e nós não podemos ficar calados. Os partidos políticos precisam tomar uma atitude.”

Em São Paulo, a PF negou que Freud, ex-guarda-costas de Lula, tenha se encontrado com Gedimar Passos nas dependências da corporação, no bairro da Lapa. Por meio de nota oficial, a polícia sustenta que as informações sobre a reunião entre Freud e Gedimar “são levianas e fantasiosas”.

A PF anotou que Gedimar e Valdebran Padilha, presos em 15 de setembro com o R\$ 1,75 milhão que seria usado para comprar o material contra os tucanos, foram retirados da custódia por volta das 20 horas do dia 18 e levados a Cuiabá, onde está sendo conduzido o inquérito.

Segundo assessoria do delegado Geraldo de Araújo, superintendente da PF em São Paulo, Gedimar saiu da cela só para acareação com Freud, que se apresentou “espontaneamente na tarde de 18, foi acareado com Gedimar por volta das 16h30 e deixou a PF, sob cobertura da imprensa, não mais retornando”. A PF sustenta que é “igualmente mentirosa” a versão de que Geraldo de Araújo teria recebido telefonema do ministro da Justiça indagando-o sobre eventual “respingo no presidente”. ●

COLABOROU FAUSTO MACEDO

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inc. I e §2º, do Regimento Interno.)

Polícia faz apreensão em casa de câmbio de S. Paulo

PF suspeita que parte dos dólares que seriam usados para comprar o dossiê Vedoin teria saído da instituição

Sônia Filgueiras
BRASÍLIA

A Polícia Federal realizou na última sexta-feira operação de busca e apreensão autorizada pela Justiça Federal do Mato Grosso em uma das casas de câmbio paulistas que receberam parte do lote de US\$ 15 milhões do qual saíram os US\$ 248 mil apreendidos no Hotel Ibis, em São Paulo, com dois petistas. O dinheiro seria usado para comprar o dossiê Vedoin, que traria acusações contra a administração tucana no Ministério da Saúde. O nome da instituição é mantido sob sigilo. De outras oito casas de câmbio no Estado teriam saído o dinheiro para a compra do material.

A diligência foi resultado da análise da quebra do sigilo bancário das operações de câmbio feitas pelas instituições autorizadas a operar no mercado de compra e venda de dólares. A PF examina ainda ligações telefônicas dos envolvidos na trama, em especial as de Hamilton Lacerda, ex-assessor de Aloizio Mercadante (PT-SP) e apontado como o “homem da mala”. Segundo a polícia, Lacerda levou a Gedimar Passos, preso com parte do dinheiro, o R\$ 1,75 milhão que pagaria o dossiê.

A busca não teve resultados relevantes, mas a PF fará mais diligências. Segundo uma autoridade que acompanha as investigações, a polícia está levantando antecedentes de todas as 24

casas que receberam dólares do lote de US\$ 15 milhões. Já se sabe que várias estão sob investigação da própria PF, do Ministério Público Federal e do Banco Central, por conta da suspeita de prática de irregularidades, como inscrever ações de compra e venda de dólar em nome de laranjas e fantasmas.

Não está descartada a hipótese de que tal prática tenha ocorrido no caso do dossiê.

A análise realizada até o momento também conduz para a suspeita de que parte desses dólares foi comprada em São Paulo. A lista das casas de câmbio inclui oito instituições sediadas no município de São Paulo, uma em Guarulhos (SP), seis no Rio de Janeiro (RJ), duas em Curitiba (PR), duas em Florianópolis (SC), duas em Porto Alegre (RS), uma em Joinville (SC), uma em Pelotas (RS) e uma em Camboriú (SC). A polícia busca identificar em qual foi feita a compra do montante apreendido. É certo que ao menos US\$ 109,8 mil foram adquiridos numa mesma instituição, pois apresentam números de série em seqüências próximas.

Amanhã, Curado recebe extenso relatório da Diretoria de Inteligência da PF contendo resultado do cruzamento dos dados obtidos a partir da quebra do sigilo telefônico dos envolvidos com nomes identificados na quebra de sigilo bancário. ●

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro o editorial intitulado “Consagração da privatização”, publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 25 de outubro do corrente.

O editorial enaltece a importância da privatização da Companhia Vale do Rio Doce para o processo que, recentemente, transformou a empresa na segunda maior mineradora do mundo.

Segundo o editorial, “ainda bem para a Vale, para seus acionistas, entre os quais um grande número de

brasileiros, e para o País que Lula não era presidente em 1997”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o editorial acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inc. I e §2º, do Regimento Interno.)

Consagração da privatização

A maior operação de compra de empresa estrangeira já feita por uma companhia brasileira não teria acontecido, nem a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) teria se tornado a segunda maior mineradora do mundo, se dependesse de Luiz Inácio Lula da Silva, que, em recente entrevista, afirmou que não teria privatizado a Vale. Se tivesse continuado a ser gerenciada por homens escolhidos pelo governo de plantão, e não por empresários privados responsáveis perante os controladores da companhia, a Vale não teria alcançado as condições que lhe permitiram concluir a operação de compra da mineradora canadense Inco, a segunda maior produtora de níquel do mundo.

O presidente-candidato continua preso a idéias do passado, como a de que, por seu papel “estratégico”, a CVRD precisava ser mantida como estatal. O que a experiência da privatização da Vale e de outras empresas cujo controle foi transferido para o setor privado mostra é que, mesmo aquelas que apresentavam um certo grau de eficiência quando estatais, passaram a produzir resultados muito melhores quando geridas por particulares.

Era notória a má qualidade da gestão da grande maioria das estatais, como demonstra a situação catastrófica da Siderbrás no momento da privatização das siderúrgicas brasileiras. Mas não era apenas a incompetência administrativa, decorrente do preenchimento por critérios políticos dos cargos de direção dessas empresas, que as tornavam deficitárias ou muito pouco rentáveis. Empresas estatais têm sua administração regida por regulamentos cujo objetivo é, antes de mais nada, estabelecer controles burocráticos para o uso do dinheiro público. De um lado, isso exige a montagem de um sistema de controle da gestão, com um custo para os contribuintes; de outro, cerceia a liberdade de ação gerencial. Há regras rigorosas para a contratação ou demissão de pessoal e para compras e investimentos.

Mesmo que a Vale tivesse crescido como estatal o que cresceu depois de privatizada, o que é quase inimaginável, é impossível imaginar a aquisição da Inco se a Vale ainda fosse uma estatal. A operação, como mostrou o **Estado**, começou a ser preparada há três meses

em reuniões sigilosas, pois, se a informação vazasse, o negócio poderia se tornar inviável, visto que outras empresas mineradoras também estavam interessadas no negócio.

Os dirigentes da Vale agiram de acordo com o interesse da empresa e de seus acionistas, sem as amarras que a legislação teria imposto aos dirigentes de uma estatal. Por isso, com o apoio de um grupo de bancos, puderam fazer uma proposta de compra com pagamento em dinheiro, que acabou sendo decisiva na disputa pela mineradora canadense.

Para os que, à época da privatização da empresa, há quase dez anos, se preocupavam com o caráter “estratégico” da Vale, a compra da Inco deve ter um significado especial. A operação consolida a estratégia da empresa de atuar com maior intensidade no exterior e permite a diversificação de sua produção, ainda fortemente associada ao minério de ferro. O níquel, de que a Inco é grande produtora, está com sua cotação muito alta, o que deve resultar em mais ganhos expressivos para a Vale.

Além disso, segundo especialistas, a Inco

utiliza uma tecnologia avançada de extração, o que pode resultar em ganhos de eficiência em projetos nos quais a Vale entrou há pouco tempo, como os de lavra de níquel nos Estados do Pará, Goiás e Piauí.

Pelo controle da mineradora canadense, a Vale ofereceu cerca de US\$ 18 bilhões, na maior compra já realizada por uma empresa latino-americana. Com a incorporação da Inco, a Vale se torna a segunda maior mineradora do mundo, superada apenas pela BHP Billiton.

O valor em bolsa da Vale deve passar de US\$ 59,8 bilhões para US\$ 77 bilhões. Suas vendas anuais passarão de US\$ 13,4 bilhões para US\$ 18 bilhões. O lucro líquido combinado da Vale e da Inco alcançou US\$ 5,6 bilhões em 2005.

São números impressionantes, sobretudo para uma empresa brasileira. Mas eles não seriam alcançados se a Vale continuasse uma empresa estatal, condição que a condenaria a manter-se nos limites em que atuava até 1997. Ainda bem para a Vale, para seus acionistas, entre os quais um grande número de brasileiros, e para o País que Lula não era presidente em 1997.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “ONG investigada por repasse federal é da filha do presidente, afirma pefelista”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 10 de outubro do corrente.

A matéria destaca que o Líder do PFL no Senado, Heráclito Fortes (PI), revelou que a ONG Amigos de Plutão, à qual foi atribuído repasse de verba pelo Governo Federal de R\$7,5 milhões, é o nome fictício que a oposição usa para se referir a outra ONG catarinense que teve como um de seus integrantes a filha do Presidente Lula, Lurian, e seu churrasqueiro pre-

ferido, Jorge Lorenzetti, hoje acusado no escândalo do dossiê Vedoin.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inc. I e §2º, do Regimento Interno.)

ONG investigada por repasse federal é da filha do presidente, afirma pefelista

Rosa Costa
BRASÍLIA

O líder do PFL no Senado, Heráclito Fortes (PI), revelou ontem que a ONG Amigos de Plutão, à qual foi atribuído repasse de verba pelo governo federal de R\$ 7,5 milhões, é nome fictício que a oposição usa para se referir a outra ONG, catarinense, que teve entre seus integrantes a filha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Lurian, e seu churrasqueiro preferido, Jorge Lorenzetti, hoje acusado no escândalo do dossiê Vedoin.

O senador justificou a senha da oposição como forma de contornar o segredo judicial que protege o processo de investigação sobre o repasse de verba federal para a ONG verdadeira.

Heráclito fez a revelação no meio de uma acalorada discussão com a líder do governo no Senado, Ideli Salvatti (SC), a quem acusou de esconder os delitos cometidos por ONGs de seu Estado, especificamente a que teve participação de Lurian e Lorenzetti. Ele não nominou essa ONG, mas trata-se da Rede 13, de Blumenau, cujo comando Lurian repassou a Lorenzetti antes de sua extinção.

A denúncia original de irregularidades foi feita pelo jornalista Fernando Bond, que trabalhou na Rede 13 por três meses. Ele contou que o órgão tinha um rombo de R\$ 70 mil, coberto por Lorenzetti – escalado pelo PT para intervir na entidade e

fechá-la, com receio de a história vir a público. A denúncia do jornalista vai mais longe e levanta suspeita de que a ONG servira de veículo para repasse de verbas públicas a petistas.

A revelação de Heráclito escapou num momento de irritação com Ideli, que o acusara de criar factóide justamente por fazer denúncia contra entidade fictícia. A senadora fez a acusação e se retirou do plenário.

“V.Exa. me deu oportunidade de explicar quem são os Amigos de Plutão. Os amigos de Plutão moram em Blumenau e a ONG é de Lorenzetti, a ONG é da senhora Lurian”, disse, dirigindo-se a Ideli, que já havia se retirado. Para o senador, ninguém melhor do que a líder petista sabe do que se trata. “Tanto é que sai desesperada do plenário.” A senadora alegou um vôo marcado para não dar apartes à oposição.

Heráclito disse que aguardava resposta. “Plutão existe e mora aqui. Eis o Plutão, Brasil! (...) Venha, senadora Ideli, prestar conta à Nação desse processo que corre em segredo de Justiça. Afinal, V.Exa. permitiu que o segredo fosse revelado. Eis o Plutão! Preste conta à Nação”. concluiu, aos berros. ●

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 51 minutos.)

(OS Nº 16128/2006)

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

ATA DA 15ª REUNIÃO DE 2006

Ata Circunstanciada da 15ª Reunião de 2006, realizada em 4 de outubro de 2006, quarta-feira, às 10h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apresentação do Relatório do Senador Jefferson Péres nos autos da Representação nº 1, de 2006, referente ao Senador Ney Suassuna.

Estiveram presentes os(as) Srs(as) Senadores(as):

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Demóstenes Torres
Sérgio Guerra
Heráclito Fortes
Juvêncio da Fonseca
Paulo Octávio
Antero Paes de Barros
Jonas Pinheiro – suplente
César Borges – suplente
Arthur Virgílio – suplente

PMDB

Wellington Salgado
João Alberto Souza
Luiz Otávio
Valdir Raupp
Leomar Quintanilha (PC do B) (cessão) – suplente

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PL/PSB)

Sibá Machado
Fátima Cleide
Eduardo Suplicy – suplente

PDT

Jefferson Peres

Corregedor do Senado

Romeu Tuma

Estiveram presentes, ainda, os Senadores não-membros do Conselho Roberto Cavalcanti, Ideli Salvatti e Ney Suassuna

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr^{as} e Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Submeto à aprovação do Plenário as Atas Circunstanciadas da 6ª a 14ª reuniões, realizadas nos dias 5, 6, 12 e 20 do corrente mês, respectivamente, cujas notas taquigráficas se encontram sobre a mesa.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Comunico que recebi o seguinte ofício do Senador Romeu Tuma, Corregedor do Senado Federal:

Ofício nº 49, de 2006.

Sr. Presidente,

Encaminho a V. Ex^a o Relatório de Atividades desta Corregedoria, nos autos da Petição nº 11, de 2006, que solicita ao Juiz Federal da 2ª Vara da Justiça Federal Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso documentação referente à chamada “Operação Sanguessuga”, cujo processado com 9 (nove) volumes lhe envio em anexo, que tem relação com a Representação nº 1, de 2006, bem com as de nºs 2 e 3, de 2006.

O Senador Romeu Tuma fez um relatório e os processados eu dei vista aos Srs. Senadores imediatamente.

Com referência ao ofício que acabei de ler, enviamos os Ofícios nºs 864, 865 e 866 ao Secretário-Geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, datados de 14 e 18 de setembro de 2006 respectivamente, que passo a ler:

Ofício nº 864/2006 – GSJAS

Brasília, 14 de setembro de 2006

Sr. Secretário-Geral,

Solicito a V. S^a sejam providenciadas as cópias de toda a documentação anexa, referente à chamada Operação Sanguessuga, citada no Ofício nº 049/2006-CSF, de autoria do Corregedor do Senado Federal, Senador Romeu Tuma.

As referidas cópias deverão ser encaminhadas ao Senador Ney Suassuna, para conhecimento.

Ofício nº 865/2006 – GSJAS

Brasília, 18 de setembro de 2006

Sr. Secretário-Geral,

Solicito de V. S^a seja dada ciência ao Senador Magno Malta da documentação encaminhada pelo Ofício nº 49/2006-CSF, de autoria do Corregedor-Geral do Senado, Senador Romeu Tuma.

Ofício nº 866/2006 – GSJAS

Brasília, 18 de setembro de 2006

Sr. Secretário-Geral,

Solicito a V. S^a seja dada ciência à Senadora Serys Slhessarenko da documentação encaminhada pelo Ofício nº 49/2006-CSF, de autoria do Corregedor do Senado Federal, Senador Romeu Tuma.

O Secretário-Geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, de imediato, notificou a Dr^a Sissi Santos Pereira, que na última reunião, como todos testemunharam, atuou como advogada do Senador Ney Suassuna, e, em seguida, o próprio Senador Ney Suassuna deu “ciente”, conforme documentação que se encontra sobre a mesa.

Quanto aos Ofícios nºs 865 e 866, foram fornecidas cópias do inteiro teor dos processos às pessoas indicadas pelos Gabinetes do Senador Magno Malta e da Senadora Serys Slhessarenko respectivamente.

Os processados foram encaminhados aos Relatores Senadores Demóstenes Torres e Paulo Octávio.

Informo também que o Senador Ney Suassuna constituiu como seu procurador, nos autos de Representação nº 1, de 2006, o Dr. Marcelo Leal de Lima Oliveira, inscrito na OAB/DF sob o nº 21.932, a quem dou as boas-vindas e convido a tomar assento à Mesa.

A presente reunião foi convocada para a apresentação do Relatório do Senador Jefferson Péres, nos autos da Representação nº 1, de 2006, referente ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem, só para fazer uma indagação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Primeiro, eu gostaria de fazer uma correção quanto à Sr^a Sissi Santos Pereira, ela é minha Assessora, ela não é advogada. Ela funcionou como Assessora. Advogado é o Dr. Marcelo Leal, que hoje está aqui.

A segunda coisa, eu gostaria de saber qual será o ritual. Vai ser lido o relatório?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Vai ser lido o relatório.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Após a leitura será efetivada a discussão. Ou eu ou meu advogado podemos pedir a palavra?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Tanto V. Ex^a como seu advogado podem pedir a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Então, muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A presente reunião foi convocada para a apresentação do Relatório do Senador Jefferson Péres, nos autos da Representação nº 1, de 2006, referente ao Senador Ney Suassuna.

Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar sobre a Representação no 01, de 2006, da Mesa do Senado Federal, movida em face do Senador Ney Suassuna por envolvimento nos fatos ilícitos investigados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das Ambulâncias.

1. Relatório

Tratam os autos de Representação movida pela Mesa do Senado Federal, mediante provocação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “das Ambulâncias”, em face do Senador Ney Suassuna, por suposto envolvimento nas atividades ilícitas investigadas por aquela CPMI.

No que se refere especificamente ao Senador Ney Suassuna, o relatório parcial daquela Comissão de Inquérito apontava diversas conversas telefônicas e excertos de depoimentos nos quais se imputava a funcionário de seu gabinete, o Sr. Marcelo Cardoso de Carvalho, intensa participação no esquema de direcionamento de licitações para aquisição de ambulâncias com verbas do Ministério da Saúde.

A CPMI, no entanto, embora tenha reunido as evidências existentes até o momento, não formou um juízo de valor sobre a participação ou efetivo conhecimento de S. Ex^a, o Senador, sobre as atividades do Sr. Marcelo Cardoso de Carvalho, matéria que foi delegada, por competência regimental, a este Conselho de Ética.

Recebida a representação, ocasião em que foram autuados os documentos e tombados como Representação nº 1, de 2006, fui designado pelo Exmo. Sr. Presidente para funcionar como Relator deste caso, a fim de orientar a consolidação dos elementos probatórios e oferecer, para deliberação deste Conselho, um juízo final sobre a conduta do Senador Ney Suassuna.

A falta de educação doméstica é terrível neste País.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador, é difícil eu exigir aos Srs. Senadores que desliguem seus celulares.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – É por isso que eu não uso celular, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu faria uma apelo aos Srs. Senadores, in-

clusive, já desliguei o meu, que só voltassem a ligar o celular após a leitura do relatório.

Por gentileza, Sr. Senador.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Durante a instrução deste processo, foram ouvidos, na qualidade de informantes (sem, portanto, compromisso de dizer a verdade) os senhores Darci Vedoin, Luiz Antônio Vedoin e Ronildo Medeiros. Na qualidade de testemunhas, depondo sob juramento, foram ouvidos S.Exa. o Deputado Antônio Carlos Biscaia, o sr. Marcelo Cardoso e as senhoras Maria da Penha Lino e Marilane Cavalcanti de Albuquerque. Finalmente, na qualidade de Representado, foi ouvido o Senador Ney Suassuna.

Documentalmente, este processo foi instruído com as investigações preliminares da CPMI “das Ambulâncias”, pela documentação trazida aos autos na defesa do Senador Ney Suassuna e, finalmente, pelos documentos, em especial notas taquigráficas, produzidas na Corregedoria Parlamentar deste Senado Federal, sob condução competente do Corregedor, S. Ex^a, o Senador Romeu Tuma.

Ainda, a pedido desta Relatoria, juntou-se aos autos página do jornal Folha de S. Paulo de..., entregue pelo próprio Senador Ney Suassuna por ocasião de seu depoimento a este Conselho. Nesta página consta fotografia de unidade móvel de saúde na qual lê-se a frase “APOIO: SEN. NEY SUASSUNA”

Ressalte-se, no que se refere à documentação final aportada aos autos pela Corregedoria, que seu apensamento ao processo deu-se após a oitiva do Senador Ney Suassuna. Assim, visando a evitar qualquer nulidade processual, e por aplicação analógica do art. 500 do Código de Processo Penal, foi-lhe concedido prazo de três dias para pronunciar-se, o que fez S. Ex^a na data de ontem, 19 de setembro de 2006.

Em suas alegações finais, o Senador Ney Suassuna alegou, em síntese, que não há nos autos qualquer prova de seu envolvimento com a quadrilha dos “sanguessugas” e que, segundo todos os envolvidos, os contatos davam-se exclusivamente com o Sr. Marcelo Cardoso. Ainda, segundo ele, seria tão-somente o Sr. Marcelo Cardoso o responsável pelos ofícios, pedidos e favorecimentos ilegais.

Em seguida, desenvolve extensa argumentação no sentido de demonstrar que o fato de que ele permitisse, como admitiu permitir, a falsificação de sua assinatura em seu gabinete não constituiria quebra de decoro parlamentar. Por fim, afirmou ter tomado as medidas que lhe competiriam para apurar os fatos e punir os culpados pelos incidentes ocorridos em seu gabinete.

É o que consta dos autos, passo à análise dos fatos.

2. Análise dos fatos

2.1. Da atuação do Sr. Marcelo Cardoso

A partir dos elementos compilados, verificou-se que o assessor do Senador Ney Suassuna, Marcelo Carvalho, operava um forte esquema de desvio de recursos públicos através do direcionamento de emendas a municípios que aceitavam fraudar as licitações em favor das empresas do Grupo Planam. São vários os depoimentos que corroboram essa afirmação: o de Luiz Antônio Vedoin, de Darci Vedoin, de Ronildo Medeiros e, dentre os colhidos na Corregedoria, os depoimentos das Sr^{as} Mônica Teixeira, ex-Chefe de Gabinete do Senador Ney Suassuna e Maria Angélica Batista Soares, Assistente Parlamentar, ainda lotada no mesmo gabinete.

Mas as evidências vão muito além: as gravações telefônicas, efetuadas em período anterior ao deslinde da quadrilha, evidencia que, efetivamente, Marcelo Cardoso era contato freqüente para dispor sobre as emendas do Senador Ney Suassuna ou para acioná-lo para que interferisse pessoalmente na liberação de emendas. De mais a mais, é o próprio Senador quem o afirma, em sua manifestação prévia, quando diz que:

“(...) 3. As tarefas rotineiras do gabinete para o atendimento dos Prefeitos eram executadas pelo meu Secretário Parlamentar, Sr. Marcelo Cardoso de Carvalho, que possuía total autonomia para o desempenho das suas funções, chefiando uma equipe composta por outros quatro funcionários comissionados, com as seguintes obrigações:

preparar emendas ao Orçamento e acompanhar as respectivas tramitações;

acompanhar os Prefeitos nas suas visitas aos Ministérios, buscando agilizar os convênios e auxiliar na resolução de pendências;

informar-me quando houvesse necessidade de intervenção pessoal minha junto ao Ministro da área.”

No entanto, o presente processo não versa sobre a conduta do Sr. Marcelo Cardoso, que está sendo apurada no foro competente. Aqui, o que se pretende buscar é a verdade quanto à extensão do conhecimento, da concordância e, conseqüentemente, da responsabilidade do Senador Ney Suassuna no que se refere às condutas ilícitas do Sr. Marcelo Cardoso.

Todos os participantes do esquema negam peremptoriamente haver realizado qualquer tratativa com S. Ex^a ou, mesmo, de haver se encontrado pessoalmente ou falado com S. Ex^a sobre qualquer assunto.

O Senador, por sua vez, nega sua condescendência com as atividades ilícitas de seu assessor; no entanto, os depoentes afirmam que os acordos celebrados por Marcelo eram sempre cumpridos pelo Senador.

2.2. Do redirecionamento de verbas para o IPPES

O episódio do final de 2005 é muito elucidativo. Em sua manifestação escrita, o próprio Senador confirma que agiu pessoalmente para conseguir os recursos de R\$1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), **in verbis**:

“13. No que tange à verba extra-orçamentária, a mesma teve origem em telefonema meu (pessoal) para o Ministro Saraiva Felipe para saber se havia sobra orçamentária em decorrência de inadimplências e outras restrições legais para o recebimento dos recursos e, dessa maneira, atender mais alguns municípios paraibanos. O próprio Ministro, após verificar as disponibilidades, autorizou-me a encaminhar solicitação no valor de R\$ 1.600 milhão.”

Essa solicitação foi recorrentemente debatida neste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e destinava-se à aquisição de ambulâncias em favor de municípios que não tinham pré-projeto aprovado. Ficamos sabendo pelo depoimento de Luiz Vedoin que ele próprio, um empresário que vendia ambulâncias, decidiu transferir tais emendas para o IPPES, no Rio de Janeiro, a fim de fazer em seguida um comodato para os municípios paraibanos. Transmitiu sua idéia para o Sr. Marcelo Cardoso e eis que surge em seguida um ofício do gabinete do Senador Ney Suassuna, supostamente assinado por ele, solicitando o direcionamento de tais recursos para a instituição carioca.

O redirecionamento teria chamado a atenção da Assessora Parlamentar do Ministério da Saúde, Sr^a Marilane Cavalcanti. Segundo depoimentos congruentes da Sr^a Maria da Penha Lino e, por sua vez, do próprio Senador Ney Suassuna, ela teria ligado pessoalmente para o Senador (e não para um assessor) e consultado S. Ex^a sobre o assunto, quando ele teria dito, num primeiro momento, que não teria assinado o ofício, e, num segundo momento, admitido a hipótese de tê-lo assinado sem ler. A Sr^a Marilane Cavalcanti, em seu depoimento, também confirma haver alertado pessoalmente o Senador quanto à irregularidade do ofício, embora tenha afirmado não se recordar de qual teria sido sua reação.

2.2.1. Da falsificação da assinatura do Senador

A falsidade da assinatura foi finalmente comprovada e reconhecida, num episódio kafkiano: quem teria assinado o referido ofício direcionando os recursos extra-orçamentários para o Rio de Janeiro foi a própria

ex-Chefe de Gabinete do Senador, a Sr^a Mônica Mucury Teixeira, que reconhece o fato e vai além: afirma que S. Ex^a tinha conhecimento de tal assinatura. Transcrevo pequeno excerto de seu depoimento à Corregedoria do Senado Federal:

O Sr. Corregedor (Romeu Tuma. PFL-SP) – Essa assinatura o Senador Ney Suassuna diz que não é dele.

A Sr^a Mônica Mucury Teixeira – É verdade. É minha.

O Sr. Corregedor (Romeu Tuma. PFL-SP) – A senhora reconhece como sua?

A Sr^a Mônica Mucury Teixeira – Reconheço. (...) esse documento, precisamente, o Marcelo levou na minha casa para eu assinar. (...) O que me entristeceu foi isso, porque, na verdade, eu errei. Eu assinei, mas porque eu assinava, às vezes, pelo Senador, a pedido dele.

O Sr. Corregedor (Romeu Tuma. PFL-SP) – Só um momento. Vamos ver até que ponto esse erro é espontâneo da senhora ou se foi com autorização que ele daria à senhora...

A Sr^a Mônica Mucury Teixeira – Senador, nunca assinei absolutamente nada sem autorização do Senador. Nunca fiz nada no gabinete dele sem autorização dele.

(...)

O Sr. Corregedor (Romeu Tuma. PFL-SP) – A senhora assinou isso com autorização do Senador?

A Sr^a Mônica Mucury Teixeira – Sim.

O Sr. Corregedor (Romeu Tuma. PFL-SP) – S. Exa. ficou ciente de que estava...

A Sr^a Mônica Mucury Teixeira – O Senador sabe dessa assinatura.

(...)

A Sr^a Mônica Mucury Teixeira – Eu fiquei muito triste de... assim... do Senador, no caso, sabendo que fui eu que assinei, ter dito que não sabia quem assinou, porque sabe que fui eu. Eu fiquei muito triste...

O Sr. Corregedor (Romeu Tuma. PFL-SP) – Ah, ele ficou sabendo que a senhora assinou.

A Sr^a Mônica Mucury Teixeira – O Senador sabe que esse ofício foi assinado por mim. Ele sabe. Então, eu fiquei muito chateada.

O Sr. Corregedor (Romeu Tuma. PFL-SP) – Sabia antes da perícia, de tudo isso?

A Sr^a Mônica Mucury Teixeira – Sim, todos sabiam que esse documento tinha sido assinado por mim, porque, você trabalha em um gabinete, as pessoas, tem pessoas que sabem, convivem...

O Sr. Corregedor (Romeu Tuma. PFL-SP) – Era mais ou menos quase uma rotina, não é?

A Sr^a Mônica Mucury Teixeira – É (...)

A Sr^a Mônica Teixeira é funcionária de carreira do Senado e continuou como Chefe de Gabinete de S. Ex^a até o estouro da Operação Sanguessuga, quando pediu exoneração da função comissionada juntamente com outros quatro funcionários da Casa. O ofício em questão teria sido digitado pela funcionária de confiança do Senador, Maria Angélica Soares que, mesmo tendo conhecimento da falsificação da assinatura à época dos fatos, não foi removida de suas funções.

Resta claro, portanto, que S. Ex^a não apenas delegava funções com amplo grau de autonomia, mas que verdadeiramente permitia diuturnamente que sua assinatura fosse fraudada, ainda que “de boa-fé”, como fez questão de frisar, dentro de seu gabinete.

2.2.2. Da ausência de providências

Ora, pois reflitamos sobre os fatos: o Senador Ney Suassuna reconhece ter sido alertado pela Assessoria Parlamentar do Ministério da Saúde sobre um ofício proveniente de seu gabinete que procedia ao remanejamento de recursos de seu Estado, a Paraíba, para o Rio de Janeiro. Afirmou à época que não tinha conhecimento disso, que não assinou tal ofício e que, se o fez, foi sem ler.

No entanto, não houve envio de outro ofício desmentindo o anterior. Tampouco, S. Ex^a demonstrou ter adotado providências para punir os responsáveis por tamanha violação da confiança que ele teria depositado nos funcionários de seu gabinete. Não se queixou às instâncias administrativas do Senado, não afastou os funcionários responsáveis, não chamou a Polícia Federal para que abrisse inquérito, sequer mudou a rotina em seu gabinete.

Especificamente em se tratando do Sr. Marcelo Cardoso, que segundo o próprio Senador era o responsável por todos os procedimentos relativos a emendas orçamentárias e do atendimento às prefeituras, deixou-o no exercício de suas funções no gabinete.

Saliente-se que tais fatos ocorreram no final de 2005 e, no entanto, somente em maio de 2006, após a prisão do Sr. Marcelo Cardoso, o Senador Suassuna solicitou sua exoneração do cargo e entrou com processo no Judiciário, processo de interposição.

Tal leniência parece no mínimo surpreendente diante de tão grave tentativa de lesão aos cofres públicos, eu diria mesmo espantosa, com a suposta utilização abusiva de sua confiança.

Observe-se ainda que, por ser o Senador Líder da Bancada do PMDB, o Sr. Marcelo Cardoso atuava também no que se referia ao direcionamento de emendas de outros Parlamentares da Bancada, como afirma ele próprio em seu depoimento. Ainda assim, o Senador

Ney Suassuna deixou que ele continuasse agindo sem promover a adequada apuração dos fatos.

Nesse ponto específico, vale a pena transcrever as duas passagens em que S. Ex^a faz referência a como encarou a explicação dada pelo Sr. Marcelo Cardoso quanto ao ofício destinado ao IPPES:

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – (...) Posteriormente, quando o Marcelo foi despachar comigo, eu perguntei: “Que história é essa lá do Ministério da Saúde?” Ele disse “Não, já foi resolvida. Foi um equívoco”. Acabou. Na minha correria e tal, foi um equívoco. Está encerrado.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Eu não o estou acusando de nada. Um milhão e seiscentos mil reais num ofício de V. Ex^a pedindo a transferência, que, aliás, seria ilegal, para um instituto no Rio de Janeiro, em outro Estado. Ao tomar conhecimento daquele fato grave, V. Ex^a diz: “Só se eu assinei sem ler”. Eu lhe pergunto, Senador Ney Suassuna – porque eu tenho o mau, ou o bom hábito, de julgar os outros por mim; eu me coloco na sua posição –: ao tomar conhecimento desse fato grave, V. Ex^a não procurou imediatamente pôr aquilo em pratos limpos? Como é que chega um ofício meu ao Ministério da Saúde tirando recursos do meu Estado para outro Estado e para uma entidade que nem conheço? Não era caso de pedir inquérito na Polícia Federal?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E eu afirmei a V. Ex^a que, depois disso “Se assinou, assinou sem ler”. Às vezes, acontece de vir levas de ofícios. Podia ter passado uma coisa dessas na correria do dia-a-dia. Mas eu depois inquiri o Sr. Marcelo “Marcelo, e a situação do Ministério da Saúde?” Repetindo o Senador. “Foi resolvido. Foi um equívoco”. Para mim, passou e se encerrou. Então, encerrou aí: tinha sido um equívoco.

Textual do Senador Ney Suassuna.

Ressalte-se, ainda, embora não seja este o foro adequado para esta discussão, que a ausência de tomada de providências para investigar e apurar o caso poderia configurar delito de condescendência criminosa, previsto no art. 320 do Código Penal, que assim reza:

Art. 320. Deixar o funcionário, (no caso seria um agente público) por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente:

Pena – detenção de 15 (quinze) dias a 1 (um) mês, ou multa.

2.3. Do benefício auferido pelo Senador Ney Suassuna a partir da conduta do Sr. Marcelo Cardoso

Em seu depoimento, o Senador Ney Suassuna por diversas ocasiões fez referência à competência do Sr. Marcelo Cardoso para desempenhar a missão que lhe houvera sido atribuída, em virtude do que S. Ex^a depositava nele integral confiança.

Verifica-se, pois, que o Senador auferia os frutos do trabalho do Sr. Marcelo, qual fosse, o atendimento realizado junto aos municípios. Mas não há nos autos qualquer referência ao efetivo aproveitamento financeiro, pelo Senador Suassuna, das propinas pagas ao Sr. Marcelo Cardoso. Pelo contrário, todos os envolvidos fizeram questão de, embora afirmando que todos os acordos celebrados com Marcelo eram cumpridos pelo Senador, negar taxativamente haver travado qualquer negociação direta ou conhecer qualquer repasse das “comissões” pagas, repassadas a S. Ex^a. Nunca souberam disso.

Salta aos olhos, entretanto, evidência do motivo de tal aprovação irrestrita: em matéria jornalística entregue, dentre outras tantas, pelo próprio Senador Ney Suassuna, publicada na página A14 do jornal Folha de S. Paulo, do dia 13 de maio de 2006, verifica-se fotografia na qual se pode ver uma ambulância do Município de Monteiro, na Paraíba, em cuja porta lê-se estampada a impressão: “APOIO: SEN. NEY SUASSUNA”.

É impossível que S. Ex^a desconhecesse esse fato, posto que tais ambulâncias, como é de conhecimento notório, circulavam em todo o Estado e, evidentemente, seria mesmo de se supor que ele tivesse participado da cerimônia de entrega ou mesmo, *a posteriori*, visitasse as unidades móveis de saúde.

Na verdade, o que se apresenta é que se trata de mais uma ocorrência, como tantas outras há Brasil afora, de ofensa ao princípio da impessoalidade na Administração Pública, previsto no art. 37 da Constituição da República.

Decerto a atuação de seu assessor tanto agradava o Senador Ney Suassuna também por esse tipo de frutos que lhe gerava: sua negociação com os prefeitos rendia ao Senador uma propaganda direta junto ao eleitorado utilizando-se como meio para tal bens de patrimônio público.

Pode ser que isso seja visto no Brasil como ato corriqueiro e até normal. Mas não é. O princípio da impessoalidade impõe a todo agente público a promoção de seus interesses pessoais por meio da coisa pública e o que se vê é o desrespeito frontal a esse preceito.

E não se fale que o princípio é genérico. O § 1º do mesmo art. 37 diz que:

Art. 37 (...)

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Ainda que não fosse o Senador Ney Suassuna responsável pela inscrição de seu nome na ambulância, o mero fato de permiti-la já seria suficiente para descumprir a norma constitucional de conduta pública.

De mais a mais, demonstra-se a absoluta naturalidade com que S. Ex^a via esse fato quando se constata que a referida matéria jornalística foi aportada aos autos justamente por ele, na ocasião de seu depoimento a este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

2.4. Da afirmação de que “90% dos Parlamentares tiram uma beirada das emendas.”

Este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ouviu também o S. Ex^a, o Deputado Federal, Antônio Carlos Biscaia, a fim de confirmar fato divulgado pela imprensa no sentido de que o Senador Ney Suassuna teria lhe afirmado, em conversa privada e sem testemunhas, ocorrida na sala de apoio às Comissões Parlamentares de Inquérito, no sub-solo do corredor de Comissões do Senado, que “90% dos parlamentares tiram uma beirada nas emendas que apresentam”.

Tal afirmação, se verdadeira fosse, além de extremamente comprometedora para o Senador Suassuna, diante das acusações que pesam sobre ele, serviriam, por si só, para iniciar procedimento por quebra de decoro parlamentar.

Ocorre que não há testemunhas do fato, restringindo-se os elementos de prova à afirmação proferida, sob juramento, do Deputado Federal Antônio Carlos Biscaia e sua negativa, oferecida pelo Senador Suassuna, ainda que falando sem celebração de termo de compromisso, em virtude de sua posição de Representado nestes autos.

O Senador Suassuna atribuiu ainda a motivação do Deputado Biscaia para conceder este testemunho à vaidade do Deputado, que teria se sentido atingido pelas críticas do Senador à condução dos trabalhos da CPMI.

Acreditamos que tão-somente o diferencial de que apenas uma declaração tenha sido prestada sob juramento não é suficiente para concluir por sua absoluta veracidade, motivo pelo qual deixamos de considerá-la como prova para a formação de nosso juízo neste processo.

2.5. Das alegações finais apresentadas pelo Senador Ney Suassuna

Havendo sido concedido ao Senador Ney Suassuna, por aplicação analógica do art. 500 do Código de Processo Penal, prazo de três dias para apresentação de alegações finais, utilizou-se S. Ex^a desta prerrogativa, apresentando na data de ontem, 19 de setembro, petição assinada por advogado legitimamente constituído.

Nessa peça de defesa, o Senador Ney Suassuna alegou, em síntese, que não há nos autos qualquer prova de seu envolvimento com a quadrilha dos “sanguessugas” e que, segundo todos os envolvidos, os contatos davam-se exclusivamente com o Sr. Marcelo Cardoso. Ainda segundo ele, seria tão-somente o Sr. Marcelo Cardoso o responsável pelos ofícios, pedidos e favorecimentos ilegais.

Transcreve diversos excertos de depoimentos a amparar sua posição, inclusive, a fim de demonstrar que os próprios líderes do esquema afirmavam desconhecer se os recursos seriam efetivamente repassados ao Senador.

Em seguida, desenvolve extensa argumentação no sentido de demonstrar que o fato de que ele permitisse, como admitiu permitir, a falsificação de sua assinatura em seu gabinete não constituiria quebra de decoro parlamentar. Salientou que isso se dava apenas eventualmente, em situações emergenciais e sempre com o aval direto de S. Ex^a para sua Chefe de Gabinete, mas que essa conduta não estaria vedada no Código de Ética do Senado.

Ainda, fez questão de afirmar que não pode ser condenado por fato desconhecido nos autos e que não tem como defender-se de cada nova denúncia que surge diuturnamente a seu respeito.

Por fim, afirmou ter tomado as medidas que lhe competiriam para apurar os fatos e punir os culpados pelos incidentes ocorridos em seu gabinete. Afastou os funcionários Marcelo Cardoso e Roberto Miranda quando eles foram presos pela Polícia Federal e, após surgimento do caso na imprensa, solicitou ao Corregedor do Senado abertura de investigação sobre os fatos. No que tange ao episódio da falsificação da assinatura, teria ensaiado a abertura de um processo de sindicância, mas que, após ter recebido a confissão da Sr^a Mônica Teixeira de que assinara em seu nome, entendeu que tal expediente perdera o objeto.

2.6. Do enquadramento legal

Após análise minuciosa dos autos, mesmo buscando a todo momento compreender as razões que levaram o Senador Suassuna a conduzir-se da forma verificada, não pude afastar-me do único juízo de valor que me parece coerente com a ordem legal deste

País e, em especial, com a ética que se espera, neste Parlamento, de seus integrantes.

Observe-se que não há nos autos uma única prova de efetivo envolvimento do Senador Ney Suassuna na quadrilha apelidada de “sanguessugas”. Não há sequer indícios de que o Senador houvesse se locupletado dos valores pagos a título de comissão a seu Assessor Marcelo Cardoso.

No entanto, o que macula a reputação do Senador Suassuna e, por consequência, deste Senado Federal, de maneira inaceitável, é a absoluta leniência, a negligência com que operou para evitar que o prestígio do cargo de Senador da República, especialmente de um Líder de Bancada, fosse utilizado para beneficiar interesses escusos com recursos públicos.

É pela ausência de controle demonstrada pelo Senador, por seu desleixo com a coisa pública e com a dignidade e respeitabilidade do cargo que ele está sendo julgado.

Por todo exposto, julgo ferido o inciso III do art. 2º do Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senador Federal, que imputa a todos nós, Senadores da República, como dever fundamental, exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública:

Art. 2º São deveres fundamentais do Senador:

(...)

III – exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular;

(...)

A infração a esse dever fundamental constitui grave irregularidade no desempenho do mandato e dos encargos dele decorrentes, assim previsto no art. 5º, inciso III do mesmo Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Não bastasse isso, o fato de solicitar ou permitir que seu nome fosse estampado em veículos adquiridos com recursos públicos configura ofensa ao princípio da impessoalidade administrativa, e, por via direta, abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional, previsto também no art. 5º do Código de Ética desta Casa, transcrevendo mandamento constitucional, **in verbis**:

Art. 5º Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar:

I – o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional (Constituição Federal, art. 55, §1º)

II – (...)

III – a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato e dos encargos decorrentes.

(...)

3. Voto

Entendo como emblemático o caso ora em apreciação por este Conselho, no qual, mais do que um parlamentar, individualmente, estará em julgamento um modelo político exaurido, porque em decomposição.

Este processo põe a nu, em toda a sua crueza, as relações promíscuas, de um lado, entre os Poderes Legislativo e Executivo e, de outro, entre parte da classe política e do empresariado, que tem como resultado a mal disfarçada privatização do Estado.

Nesse modelo, o relacionamento Governo x Congresso deixa de ser institucional, entre órgãos públicos, nos termos impessoais da lei, para se tornar uma ação entre pessoas, para favorecer amigos e correligionários. A distribuição de Ministérios é feita não com vista à execução de políticas públicas pré-definidas pelo partido, mas tão somente para privilegiá-lo nas ações ministeriais. Para tanto, faz-se a partidarização, com pessoas estranhas ao serviço público, dos cargos de direção dos ministérios, que deixam de ser tocados, como deveriam, por um corpo burocrático profissional, comprometido apenas com o Estado.

Paralelamente, ocorre promiscuidade também entre parlamentares e empresários, com vista à obtenção de vantagens indevidas dos órgãos públicos partidarizados. A via utilizada é o Orçamento da União, que deveria ser um plano anual de governo, no qual seriam definidos os recursos destinados à realização de políticas públicas igualmente pré-estabelecidas. Ao invés, passa a ser uma ferramenta de corrupção, manipulado durante sua tramitação no Congresso, com emendas direcionadas, e, mais tarde, na fase de execução, nos ministérios, mediante liberações de verbas que caracterizam favorecimento e tráfico de influência. No final do processo, a compra dos bens, a prestação dos serviços ou a contratação das obras com as empresas conluiadas, com superfaturamento, via licitações viciadas, num assalto continuado aos cofres públicos.

Mesmo quando não configuram ilícitos penais, essas práticas se constituem em desvios éticos, de caráter anti-republicano, ao tratarem a **res publica** como **res privada**, a serviço de partidos transformados em confrarias de amigos. Ainda que toleradas como faltas menores, pela nossa cultura patrimonialista, parecem-me inaceitáveis, impondo-se uma reação saneadora no sentido de bani-las dos costumes políticos do nosso País. Antes que a completa desmoralização da classe política ponha em risco a sobrevivência da própria democracia e do estado de direito em que vivemos.

A quem exerce um **munus** público, especialmente ao membro de um Poder, não se permitem falhas e desvios toleráveis num cidadão comum. Como disse há

poucos dias o Presidente da Câmara dos Deputados, mais do que nunca o momento atual exige dos nossos parlamentares uma conduta exemplar. Cada deputado ou senador deve principalmente ser, mas também parecer honesto. A perda de credibilidade do Congresso é tão grande que a recuperação só virá se as duas Casas fizerem uma ruptura com o passado e passarem a adotar uma postura autenticamente republicana de austeridade e nenhuma leniência com as práticas antes toleradas pelos nossos abastardados costumes políticos.

No caso em exame, não há dúvida que o senador não é um réu sem culpa, vitimado pela traição dos seus assessores, mas também e principalmente, como demonstrado, vítima dos seus próprios erros. Por isso, sai desse triste episódio com a reputação de tal modo trincada, que a sua permanência no Senado Federal contribuiria para fragilizar ainda mais o já abalado prestígio da Instituição.

Assim, em face do exposto, cumpro o dever, nada prazeroso, antes penoso, de, nos termos do projeto de resolução em anexo e por força do art. 11, inciso II, também do Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, votar pela procedência da representação, razão pela qual recomendo a aplicação da pena de perda do mandato ao Senador Ney Suassuna, por haver negligenciado as obrigações e encargos inerentes ao seu cargo de Senador da República, especialmente no que se refere ao zelo com a coisa pública, bem como ter abusado das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Consulto se algum dos Srs. Senadores deseja usar a palavra. *(Pausa)*

Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, está bonito o parecer, mas está subjetivo. O Relator quer arranjar um símbolo, e não me presto para esse símbolo.

O Relator procura fazer ligações que inexistem. A primeira delas é em relação a se eu sabia ou não o que era o IPPES. Eu nem sabia do IPPES, nem fui consultado quando fui consultado pelo Ministério, apenas fui consultado se tinha mudado o valor. Eram três mil e seiscentos... Era mil e seiscentos e passou para ser três mil e poucos.

Não vejo e não... Está fora do meu papel de Senador do meu Estado de procurar arranjar verbas para o meu Estado **(sic)**. Todos os Senadores, todos os Parlamentares fazem isso buscando pedidos extras. Quando fui Ministro recebi dezenas, centenas de Parlamentares que pediam emendas extras. Isso é uma normalidade dentro do nosso dia-a-dia. “O senhor botou

emenda?” “Não, estou pedindo extra.” Isso foi o que eu fiz. Pedi uma emenda extra de um mil, um milhão... e o Ministro disse que podia me dar um milhão e seiscentos. Não vejo nenhuma irregularidade nisso. Pelo contrário, vejo que quem não luta pelo seu Estado e vê os outros lutarem acha que isso é crime. Não vejo, não me sinto culpado com relação a isso.

Segunda coisa: eu não sabia hora nenhuma o que estava sendo feito. Estava sendo feito nas minhas costas. Como não foi empenhado, não pus em risco nenhuma, sequer... Disse: “Olha, não teve projeto, não deu.” Depois disse: “Olha, o senhor mandou três mil e seiscentos?” “Não, não mandei. Não fui eu que assinei. Se assinei, não vi.” Mas depois eu perguntei: “Foi?” “Não, não foi.” Então, não foi empenhado. Então o que é que tem de risco e o que é que tem... Daqui a pouco vamos ser condenados por pensamento. Pela tese do Senador Jefferson Péres, quem pensar vai estar... deve ser condenado porque pensou. Esse fato não aconteceu. Essa emenda não foi empenhada sequer. E a consulta, quando foi feita, foi feita...

E o Senador Jefferson deixou de ler logo adiante o que diz a Mônica. “A senhora acha que intenção da senhora assinar foi por iniciativa do Sr. Marcelo ou teria alguma outra?”, pergunta o Corregedor. A Dona Mônica diz: “Não acredito que tenha sido por iniciativa do Senador. A questão de ter levado o documento para assinar, talvez ele possa ter feito assim já intencionado, porque é claro que o Marcelo conhece o documento que ele fez.” A moça disse lá que foi transformado e aqui, logo em seguida, no depoimento dela, ela diz... O Relator tirou um pedaço, mas não olhou o restante, e no restante foi essa a afirmação dela, em que diz que foi o Marcelo que fez, da intenção dele, e não da do Relator.

Mais ainda, o Senador Relator, Sr. Presidente, faz subjetivamente uma interpretação de toda a República. Ele gostaria de reformular toda... É o nosso Catão, mas não posso eu levar a culpa do sistema. Aqui não tem irregularidade. Não foi empenhado. O dinheiro público não foi posto em risco. O que foi pedido foi uma extra, uma emenda extra, que não foi concedida porque não havia projetos e que foi adulterada para passar a mais e que só vim, e digo isso no meu depoimento logo mais, tomar conhecimento IPPES pela imprensa.

Hora nenhuma fui leniente. Hora nenhuma. Não sei como funciona o gabinete de V. Ex^a, mas o meu... Eu sempre fui um empresário de muitas empresas e sempre deleguei. Acho que V. Ex^a nunca foi empresário. V. Ex^a nunca delegou ou V. Ex^a não confia em ninguém. Eu confio. Fui traído, até Cristo foi. Agora, na hora em que tomei conhecimento de culpa, demiti imediatamente. Além de demitir, entrei na Justiça. Na

hora em que tomei conhecimento pela imprensa, comuniquei ao Corregedor oficialmente. Pedi que fosse aberta uma investigação e procurei ver no meu gabinete a formação da sindicância, mas a minha chefe de gabinete me disse: “Fui eu que fiz.” Então não havia razão para fazer sindicância. Quando soube que foi ela, também comuniquei ao Corregedor, a ele e ao Secretário-Executivo, aos dois, e disse: “Essa é uma moça que tem nível médio, trabalha no Senado há anos, tem uma filha que tem problemas sérios, é arrimo de família, se a gente pudesse evitar...”

Porque não sou como o senhor, Sr. Relator, sou uma pessoa humana. Sou uma pessoa que sabe das fraquezas humanas e por essa razão não quero punir... Pá, não é assim!... a República nas costas de uma pessoa. Eu procurei ser humano, procurei evitar que ela perdesse esse emprego, porque ela fez de boa-fé. Está aqui explicado quando ela diz, e ela disse isso ao Corregedor e disse isso a mim. Ela agiu de boa-fé. Ela não tinha autorização para assinar constantemente. Ela assinava circulares para os Vereadores, para os Prefeitos. Ela assinava quando era uma coisa sem importância e eu dizia: “Sim, rubrica aí, faça.” Agora, esse caso não era uma coisa simples. Ela deveria ter consultado. E diz claro quando o cidadão disse: “O Senador não está na cidade.” Então eu não sabia. Eu não sabia!

Não houve nenhuma lesão à área pública.

Quanto à ambulância, acho que V. Ex^a nunca arranhou uma ambulância ao seu Estado: a gente pede ao Ministro, é feito o documento, é feito o plano e, quando a ambulância chega, quem compra é o Prefeito.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Consegui muita coisa para o meu Estado, mas em nenhuma consta o meu nome.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas o meu também não. Vi pela imprensa, porque, quando... Quem compra é o Prefeito, quem faz a transformação é o Prefeito. Se o senhor me perguntasse, mal eu tomei o conhecimento que tinha, eu fiz uma circular para todos os Prefeitos dizendo: “Se tem o meu nome, tirem.” Isso foi uma gentileza do Prefeito erradamente.

Agora, Senador, passo o meu tempo todo, passei o meu tempo todo aqui em uma faina grande, muito ocupado. Eu não fui fiscalizar cada... Eu não fui sequer entregar ambulância na Paraíba. Nunca entreguei! Nem tomei conhecimento. Colocado... Isso é problema do Prefeito, que é quem faz a concorrência, é quem faz a transformação do carro em ambulância, é quem manda pintar. Se botou o nome, quando tomei conhecimento, pelo jornal... Tanto é boa-fé que cheguei e disse: “Está aqui.” E entreguei para o senhor. Se fosse

má-fé, o senhor acha que eu entregaria? Não sou uma pessoa de má-fé.

Se V. Ex^a quer me pegar para símbolo, é um direito de V. Ex^a. V. Ex^a quer vestir a roupa de Vestal e de Catão, e tem todo o direito de fazê-lo. Agora, não me ponha culpa que eu não tenho. V. Ex^a mesmo diz que hora nenhuma encontrou uma prova sequer. Não tem uma prova porque não existe, porque nunca entrei, porque seria até... Não é uma frase que deva ser dita, mas sou uma pessoa tão transparente que vou dizer: Duzentos mil reais, em dois anos, para ser dividido? Uma pessoa que tem o patrimônio que eu tenho, uma pessoa que tem o desprendimento que eu tenho, que dei oitenta e dois do meu bolso... V. Ex^a está menosprezando muito a mim. V. Ex^a tem todo o direito de fazer e tem todo o direito de procurar esse seu papel de Vestal. Agora, não me ponha culpa que eu não tenho.

O que eu queria dizer a V. Ex^a é exatamente isto: Eu não pedi para ninguém botar meu nome em lugar nenhum e, quando soube que tinha, fiz uma circular para todos os Prefeitos pedindo para que, se tivesse nome meu, tirassem, porque... Isso não é do meu feitio.

Por último, diria a V. Ex^a que eu não sou uma pessoa leniente. Sou uma pessoa que confia e que, lamentavelmente, fui traído, mais que isso: hora nenhuma fui conivente com recebimento de propina nenhuma, nunca na minha vida. Essa não é a minha formação. Pelo contrário, veja, na interpelação, o que o Sr. Marcelo diz: "Jamais recebi ordem para fazê-lo e a formação moral do Senador não permitiria." Mas isso ninguém alçou, ninguém tirou. Vejam o que ele disse na hora em que foi preso e que estava incomunicável. Ainda apavorado provavelmente pela prisão, perguntaram a ele: E o IPPES? Ele disse: "O Senador não sabe de nada." E o Senador não sabia de nada.

Para mim, V. Ex^a já me causou um prejuízo muito grande quando disse à TV Globo, de forma indireta, que o julgamento seria... O senhor não disse aqui para nós, Pares, mas V. Ex^a disse lá fora para a Delis Ortis. Eu liguei para V. Ex^a depois e perguntei: "V. Ex^a disse que iria pedir a minha cassação?" E V. Ex^a disse: "Não, eu disse que... Ela chegou para mim e disse que a pizza estava no forno..." E o senhor respondeu: "Eu não sou pizzaiolo." Eu liguei para o chefe do **Jornal Nacional** e disse: "Olha, o Senador não disse isso." Ligaram para o senhor depois e o senhor não desmentiu. Essa colocação foi exaustivamente colocada na Paraíba. No último dia de eleição, foram 20 (vinte) vezes no mesmo dia. Isso é quebra de decoro, Senador. Como o senhor não disse aqui para os seus Pares e diz lá fora para a imprensa. Isso foi repetido 20 (vinte) vezes. Isso me fez cair seis pontos. Perdi uma eleição. Não tem problema! Com essa declaração, V. Ex^a conseguiu trazer

para cá um cidadão que já roubou R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) da Prefeitura de João Pessoa, no que foi apurado. Falta apurar muito. Não entendo essa moralidade. Não entendo a moralidade que vale para mim, mas não vale para o senhor. O senhor pode dizer ali fora que não é pizzaiolo, ou outra frase qualquer, porque não sei, agora começo até ter dúvidas. Mas V. Ex^a foi duro demais ao não dizer aos Pares aqui e dizer lá fora.

V. Ex^a me surpreende porque quer mudar o sistema. Eu também quero, mas isso não pode ser nas minhas costas e eu não posso ser o Cristo a ser crucificado. Sou inocente, completamente inocente, e V. Ex^a sabe disso, porque V. Ex^a mesmo afirma, mas V. Ex^a procura "chifre na cabeça do cavalo". V. Ex^a quer encontrar uma utopia. Essa utopia não existe. Eu não conheço um país onde os Ministros não sejam colocados por Partidos, não conheço um país onde os Parlamentares do Estado não procurem verbas para o seu Estado. Sempre procurarei! Até o final desse meu mandato, cumprirei dia a dia essa rotina, porque essa é a minha obrigação. Meu Estado é pobre.

Agora, perdão! V. Ex^a me decepcionou com o seu relatório e me decepcionou porque V. Ex^a procura fazer uma crucificação e uma punição ao sistema. Não sou o sistema. V. Ex^a sabe que não recebi absolutamente nada, e jamais aceitaria, jamais permitiria. V. Ex^a sabe que tomei as providências, sim, porque fui eu quem pedi para abrir, no dia 05 de outubro. V. Ex^a sabe tudo isso, mas prefere representar esse papel de palmatória do mundo. Está bem! Faça! V. Ex^a tem todo o direito de fazê-lo, mas não conte comigo para achar que isso está certo. Aceito, não faz mal. V. Ex^a já me causou a perda do mandato. Vamos também ver se V. Ex^a consegue tirar esse resto de mandato que tenho e, assim, deixar a Paraíba mais sem assistência.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, comungo das idéias de mundo ideal do Senador Jefferson Péres...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Perdão, perdão, só para concluir.

A ética de V. Ex^a é engraçada. Eu não tenho nenhum parente meu no meu gabinete. V. Ex^a tem sua mulher. V. Ex^a é uma figura interessante. V. Ex^a já me pediu algumas vezes algumas passagens...

Eu não quero falar sobre isso. Deixa...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Permita-me, Senador Wellington Salgado?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Claro! À vontade.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Apenas para desmentir categoricamente. A minha mulher não é – nunca foi – funcionária do meu gabinete. Ela vai ao meu gabinete. Ela não é funcionária. Não recebe – nunca recebeu – um centavo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas é quem manda em tudo. Então, mais estranho ainda. É uma funcionária que manda em tudo.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – V. Ex^a é quem está dizendo que ela manda em tudo. Senador, não queira trazer para o lado pessoal. Estou dizendo que V. Ex^a faltou com a verdade, mentiu quando disse que a minha mulher é funcionária do meu gabinete. Não é – e nunca foi – funcionária do meu gabinete. Não leve para esse campo, Senador. Pedi a sua cassação porque acho que V. Ex^a feriu o decoro parlamentar. Quem vai decidir isso não sou eu, mas sim os Srs. Senadores. Se V. Ex^a quer levar para o lado pessoal...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Quero, tanto é que o caminho é a lei.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Tenho a palavra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Asseguro a palavra ao Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Veja bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o discurso do Senador Jefferson Péres, ao ler o relatório, é o mundo ideal, toda a sua apresentação. É um relatório muito bem feito. Senador Jefferson Péres, há mais ou menos um mês, V. Ex^a fez um discurso no plenário muito angustiado, muito triste. Falou inclusive que não queria saber mais de eleitor, que o povo votava errado e que iria abandonar a vida pública. Pedi a palavra e defendi V. Ex^a dizendo que V. Ex^a representa muito bem o Senado e que deveria repensar a sua posição. Vejo em V. Ex^a uma pessoa de bem, um símbolo desta Casa.

Também fiquei muito preocupado pela relatoria do caso do Senador Ney Suassuna ter sido distribuída para V. Ex^a, porque V. Ex^a está muito angustiado com todo o sistema e isso poderia influenciar sua decisão, mas, ao mesmo tempo, como o relatório de V. Ex^a deve ser votado pelos Pares aqui, não seria correto jogar toda a responsabilidade sobre o relatório aqui proferido. Porém, Sr. Presidente, o Senador

Jefferson Péres, por quem tenho o maior respeito e admiração, erra na dosagem da pena, o que muito sério nos julgamentos. Existem até estudos, e queria que o Senador Demóstenes estivesse presente porque é uma área específica dele, sobre dosimetria da pena, ou seja, sobre qual a pena a ser aplicada no caso concreto. Andei estudando esse tema. Nesse contexto, levando em conta também que ontem o Senador Jefferson Péres mudou um pouco a sua posição quanto à eleição, fez um novo discurso, um pouco mais ameno, queria dizer, Sr. Presidente, que S. Ex^a, diante do exposto, exagerou um pouco na dose. As suas palavras foram bem colocadas. O ideal de Brasil para todos nós, para o meu filho, talvez para o seu neto, para o seu filho, é o ideal de Brasil que o senhor quer.

Sr. Presidente, peço vista do processo do Senador Jefferson Péres para, analisando o relatório de S. Ex^a, elaborar um relatório em que a dose da pena não seja tão exagerada. Se V. Ex^a fosse um juiz em um país onde existisse pena de morte, todos seriam guilhotinados.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sou contra a pena de morte.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Ótimo! Iriam, então, todos para a prisão perpétua, digamos assim.

Sr. Presidente, peço vista para que os meus Pares tivessem duas opções, o relatório do Senador Jefferson Péres e um parecer meu. O Senador Jefferson Péres exagerou um pouco na dose.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Algum outro Senador deseja usar a palavra? *(Pausa)*

Concedo a palavra ao advogado do Senador Ney Suassuna.

O SR. MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA – Muito obrigado.

Sr. Presidente deste Conselho, Senador João Alberto Souza, Sr. Relator Jefferson Péres, demais Senadores, gostaria de iniciar estas palavras trazendo algo que me veio à memória no início do relatório do Senador Jefferson Péres. É uma história árabe – os árabes gostam muito de história – em que um mercador sai para comerciar os seus produtos e, quando regressava à casa, pára à beira de um oásis. Parando, abre o seu alforje e tira de lá água e algumas tâmaras. Come essas tâmaras e joga as tâmaras, as sementes das tâmaras, à direita e à esquerda, até que, quando já estava se preparando para apear em

seu cavalo, um gênio se aproxima e lhe diz: “Vou lhe matar!” E o mercador, assustado, fala: “Mas vai me matar por quê?” E o gênio diz: “Vou te matar como tu mataste meu filho.” E o mercador, então, mais assustado: “Mas como eu posso ter matado seu filho?” E o gênio então lhe diz: “Tu não chegaste, apeaste do cavalo, comeste as tâmaras e atiraste as sementes à direita e à esquerda?” E o mercador concorda: “Sim, fiz isso.” “Pois bem, vou te dizer como mataste meu filho. Quando fizeste isso, meu filho passava por aqui e uma das sementes da tâmara acertou seu olho. Foi assim que tu mataste meu filho.” E levantando a sua espada, ameaça cortar a cabeça daquele mercador. Parece-me que essa história árabe se encaixa muito bem ao relatório que foi apresentado, com todo o respeito a esta Casa, com todo o respeito que devemos ao Sr. Relator, e explico por quê.

Inicialmente, o Senador Ney Suassuna estava sendo acusado de envolvimento, de participação, na máfia das Sanguessugas. Dizia a imprensa, irresponsavelmente, que havia participação dele, dizia que havia depoimentos que o incriminavam, e não existe nada disso no processo. O Senador Jefferson Péres, nesse sentido, foi muito correto ao dizer que, fazendo uma análise percutiente do processo, em momento algum achou provas que pudessem incriminar o Senador Ney Suassuna. Nenhum dos envolvidos na chamada máfia das Sanguessugas aponta para qualquer relacionamento com o Senador Ney Suassuna. Foi ouvido Luiz Antônio Vedoin, Foi ouvido Darci Vedoin. Foi ouvido Ronildo Medeiros. Foi ouvida Maria da Penha Lino. Nenhuma dessas pessoas em momento algum aponta para a participação do Senador Ney Suassuna, aponta para a participação sim de Marcelo Cardoso, funcionário, assessor que trabalhava no gabinete do Senador. Dizem e apontam também que todo recebimento de eventual pagamento ou indicação de emendas ou pelo chamado esquema das Sanguessugas teria sido feito diretamente a seu assessor.

Vai-se até as contas de Marcelo e o que se verifica? Que Marcelo nesse período havia enriquecido. Possuía casa de luxo, automóvel, possuía barcos, o que demonstra cabalmente que todos os valores que foram destinados a Marcelo foram por ele utilizados. Não há nem uma única prova no processo de que o Senador Ney Suassuna tenha de qualquer forma se beneficiado com o chamado esquema das ambulâncias superfaturadas, mas, tal como aquele mercador que se vê acusado à pena de morte, a perder a sua cabeça por um fato que desconhecia, que não sabia, a acusação

começa a mudar, porque o processo começou com essa acusação. E aí se descobre pela imprensa que a acusação já não era mais essa, que a acusação seria o fato de o Senador ter permitido que uma assessora sua fizesse a sua assinatura num ofício.

O Senador já explicou, quando teve oportunidade de se manifestar.

O IPPES, que é a entidade beneficiada do Rio de Janeiro, nem sequer é de conhecimento do Senador.

Na verdade, o Sr. Marcelo Cardoso, aproveitando-se, dentro do seu engenho criminoso, havia pedido que o Senador assinasse alguns ofícios. Mas ele procura a Assessora Angélica, que prestou depoimento na Corregedoria, e diz a Angélica: “Olha, eu cometi um equívoco, um erro; precisa alterar este ofício”. É feita a alteração do ofício. E então o Marcelo, dentro do seu engenho criminoso, aproveitando que o Senador não se encontrava presente, procura a Assessora do Senador, a Sr^a Mônica, esta que, segundo foi reconhecido, assinava ofícios de menor importância e estritamente sob a autorização e sob os auspícios do Senador. E o que diz ele para justificar a pressa? Para justificar a assinatura, diz ele: “Olha, tenho muita pressa nisso, senão nós vamos perder o empenho. O Senador está viajando. Eu preciso que você assine”.

Mônica, então, agindo de boa-fé, repita-se, assina esse ofício.

E aqui, Senador Jefferson Peres, eu gostaria de fazer uma correção, se V. Ex^a me permite, naquilo que foi dito em relação ao relatório, com todo o respeito.

V. Ex^a afirmou que Mônica teria dito que seria do conhecimento do Senador essa assinatura.

Eu vou até o depoimento de Mônica.

Na verdade, Mônica diz o seguinte: “Senador, nunca assinei absolutamente nada sem a autorização do Senador”.

O que ela está confirmando? Ela está confirmando que todos os ofícios que lhe pediam que assinasse – ofício de menor importância – eram, sim, de conhecimento do Senador, para que não se diga que este é o motivo, que este é o fundamento para a cassação.

E diz mais: “Nunca fiz nada no gabinete dele sem autorização”. Mas está dizendo de maneira genérica.

Pergunta o Sr. Corregedor: “A senhora afirma, peremptoriamente, que sempre assinou com autorização?” E ela disse: “Sempre. Sempre. E tenho prova disso. Todos os colegas que saíram junto comigo agora

sabem que o Senador me dava essa autorização para assinar. Inclusive, eu assinava, mas não era... Para dizer a verdade, nunca me atentei para essa questão de que eu estava fazendo uma coisa errada. Sei que você não pode assinar para o outro, porque é crime, mas é porque em questão de viabilizar o trabalho... Por exemplo... Assim... A gente trabalhava muito. Às vezes, o Senador não podia assinar aquele documento. Era nessa questão, só. E uma coisa de um ofício assim, para viabilizar uma coisa de trabalho; nunca para me favorecer. Nunca. Nada sem autorização do Senador, absolutamente”.

De fato, ela disse isso. Mas, na seqüência do seu depoimento, a Mônica esclarece isso.

Pergunta o Sr. Corregedor: “A senhora acha que a intenção da senhora assinar foi por iniciativa do Sr. Marcelo ou teria uma outra?” Diz a Sr^a Mônica: “Não acredito que tenha sido por iniciativa do Senador”.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Desculpe-me, mas tenho que interrompê-lo para pedir que desliguem os celulares. Esse barulho está ocorrendo em função de celulares ligados. Solicito à Segurança que verifique os celulares que estão ligados, porque eles estão realmente interrompendo o nosso trabalho.

Por gentileza, continue.

O SR. MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA
– Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, ela confirma que assinava por autorização, de maneira genérica. Mas, especificamente em relação a este caso, Mônica disse: “Não acredito que tenha sido por iniciativa do Senador. A questão de ter levado o documento para eu assinar, talvez ele possa ter feito isso assim, já intencionado”, referindo-se a Marcelo, “porque é claro que o Marcelo conhece o documento que ele fez, não é, Senador? Então, eu não posso falar isso, porque, no tempo que eu convivi com o Senador, realmente, da parte dele, ele nunca me pediu nada”.

Continua Mônica: “De vez em quando, precisava assinar um documento. Nessas condições, eu assinei algumas vezes pelo Senador. Então não sei”. Pergunta o Sr. Corregedor: “Mas com autorização dele?” “Sim.” Pergunta o Sr. Corregedor: “Essa aqui, a senhora não tem certeza se ele autorizou ou não?” E aí responde Mônica: “Essa, exatamente, eu não tenho certeza”. “Porque, nesse caso”, pergunta o Sr. Corregedor, “o Sr. Marcelo levou na sua casa, e ele estava viajando, não é?” Diz a Sr^a Mônica: “Parece que ele tinha acabado de viajar. Não lembro, porque

ele estava em casa e ele me ligou no meu telefone da minha casa”.

Então, o que se percebe claramente é que ela disse, no início do depoimento, genericamente, que, quando assinava documentos, o fazia com o conhecimento do Senador. Mas, especificamente em relação a este caso, Mônica deixou claro no seu depoimento prestado na Corregedoria que ela não sabe se teria autorização do Senador, porque ela não falou com o Senador. Na verdade, ela foi procurada por Marcelo. E é preciso esclarecer mais um trecho do depoimento de Mônica.

Num dos depoimentos, ela chega a dizer... O depoimento é o princípio da oralidade e, muitas vezes, esses depoimentos... Nós sabemos que a forma como ele é tomado, como às vezes as pessoas se expressam, isso pode gerar alguma confusão. Mas é muito claro o depoimento dela.

Perguntada pelo Sr. Corregedor se foi o Sr. Marcelo, ela disse: “Foi”. E entre aspas o que Marcelo teria dito: “Mônica, o Senador acabou de viajar e pediu para eu assinar o documento”. “Falou que o Senador tinha pedido para eu assinar. Então, realmente, o Senador, às vezes, pedia para eu assinar. Às vezes, ele trazia para mim. Isso aconteceu muitas vezes.”

Ela continua, e eu vou mostrar o equívoco: “Eu liguei para o Senador, porque eu não conhecia o Marcelo. Senador, não tem problema eu assinar o documento para o Marcelo, Senador? Ele ainda falou: ‘Mas, mulher, por que você está perguntando isso? O que você tem contra o Marcelo?’ Não, quero saber se o senhor confia no Marcelo”.

Como ela disse isso logo depois daquilo que ela estava explicando sobre o momento do recebimento, pode-se dar a entender que esse telefonema teria sido quando o Marcelo a procurou. Mas, se nós observarmos a seqüência, a íntegra do depoimento, vamos verificar que, logo no início do depoimento dela, a Mônica disse o seguinte: “Agora, uma coisa que vou dizer para o senhor, por exemplo... Aconteceu o seguinte: eu estava na minha casa, o Marcelo me ligou, que o Senador tinha acabado de viajar. Ele me pediu outro documento, que tinha dado um problema no documento, que ele tinha que ser empenhado imediatamente, que o Senador tinha pedido para eu assinar, essa coisa toda. E eu assinei o documento para o Marcelo”. E aí diz ela: “Mas eu já tinha falado uma vez para o Senador: Senador, o senhor confia no Marcelo?”

É a mesma frase que ela havia dito anteriormente! Na verdade, esse diálogo, esse telefonema foi em

momento anterior. É muito claro: “Eu já tinha falado uma vez para o Senador”.

O fato é que, observando-se o depoimento de Mônica, em nenhum momento se percebe qualquer autorização que tenha eventualmente sido passada para a assinatura de tal documento.

Mas nós vamos adiante. Digo isso porque o mercador não sabe qual semente da tâmara acertou o olho do filho do gênio. E não se sabe exatamente do que se está defendendo, do que se está sendo acusado, porque a acusação inicial era uma, mas passa a ser a de permitir que a assessora assinasse documento.

A assessora foi estrita em dizer que apenas em casos específicos e com autorização do Senador. Errou! Errou nesse momento! Errou de boa-fé, induzida por Marcelo, porque, neste caso específico, deixou de obter a autorização do Senador.

E como se chama isso? Na verdade, existe um crime aqui, sim. O crime que existe aqui é o de tráfico de influência, praticado pelo Sr. Marcelo. Crime de tráfico de influência ocorre exatamente quando alguma autoridade é enganada na sua boa-fé, e um assessor ou terceira pessoa passa a ilusão. Dizem os doutrinadores de Direito Penal que é a fumaça de que ela pode influenciar alguém. E foi isso o que Marcelo fez. Marcelo vendia a “fumaça” de que poderia influenciar nas emendas do Senador. E, nesse sentido, o Senador é vítima! Mas, de vítima, S. Ex^a passa a ser acusado neste processo.

A acusação vai adiante, outra semente, a semente de que o Senador não teria tomado providência nenhuma.

Não, não é verdade! Marcelo foi exonerado no mesmo momento. Aliás, permita-me apresentar um depoimento pessoal: nesse mesmo dia, quando a imprensa anunciou a prisão de Marcelo, eu estava no apartamento do Senador. E o vi, por telefone, naquele mesmo momento, exonerar Marcelo.

Que outras providências tomou S. Ex^a?

Chamou o seu pessoal e disse que estava abrindo uma sindicância; abriu a sindicância para apurar a assinatura; solicitou o ofício e verificou que a assinatura não era sua; iniciou uma sindicância no seu gabinete, que não foi adiante. Por quê? Porque Mônica compareceu e falou: “Senador, a assinatura é minha”.

O que fez o Senador? Procurou a Corregedoria, relatou o fato ao Sr. Corregedor, relatou o fato ao Sr. Secretário e, mais do que isso, o processo na Corregedoria foi aberto a pedido do Senador! Como não tomou atitude nenhuma?! Tomou atitude, porque

o processo na Corregedoria foi pedido por S. Ex^a, foi aberto por S. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Assinei as duas CPIs e ainda fiz questão, na reunião de líderes, de exigir que fosse feita rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr. Marcelo, esta Presidência errou por não ter comunicado que V. Ex^a disporia de dez minutos. Assim sendo, concedo-lhe mais cinco minutos para concluir.

O SR. MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA – Obrigado, Excelência.

De maneira que pedir uma cassação porque não se tomou atitude nenhuma?! Tomou-se uma atitude, sim! E se fala: não, pelo princípio da impessoalidade, porque havia uma ambulância, foi juntado um documento e havia ambulância com o nome do Senador, um documento que foi juntado por ele mesmo.

Ora, todos nós sabemos como as emendas são produzidas. É indicada emenda ao orçamento. O projeto é apresentado pela prefeitura, então é liberado o dinheiro. Quem licita, quem arruma a ambulância, quem prepara tudo é o próprio prefeito. E, se há o princípio da impessoalidade na administração pública, há um outro princípio, uma garantia de Direito Penal que permeia todos os ramos do Direito. E, quando se fala em garantia, fala-se da garantia do cidadão. É aquela garantia que abrange desde o cidadão mais humilde deste País até o Senador da República; é a garantia da autoria, a garantia da personalidade: só pode ser condenado aquele que praticou o ato.

O Senador não é responsável pelas ambulâncias, não é ele quem licita, não é ele quem monta a ambulância, não é ele quem pinta a ambulância! E ele é responsabilizado, com violação a um princípio, uma garantia de Direito Constitucional, uma garantia individual de cada cidadão brasileiro, desde o mais humilde até o mais alto Senador da República.

Srs. Senadores, quero terminar lembrando talvez um outro escritor. Se, de certa forma, no início, eu me recordei de uma história árabe, finalizando lembrando um escritor tcheco, Kafka, que escreveu “O Processo”, em que o seu personagem principal, Joseph K. é acusado de um fato, e ele não sabe por que, com provas que ninguém viu e, no final, é condenado sem saber por quê. E é isso que eu acredito que não pode acontecer dentro do Senado da República. Por isso peço a V. Ex^a que votem pela absolvição do Senador.

Obrigado.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Corregedor, Senador Romeu Tuma.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Foi brilhante a defesa do seu Advogado, Senador Ney Suassuna, mas há algumas discordâncias em relação ao meu comportamento como Corregedor.

Falei com o Presidente, que pediu que eu me manifestasse quando da análise do pedido de vista do Senador Wellington Salgado. Então, eu me reservo o direito de esclarecer a minha posição no início das investigações, que foi interrompida assim que o procedimento veio para o Conselho de Ética e foi designado o Relator. Eu fiquei à disposição dos Relatores, se precisassem que a Corregedoria desse andamento. Havia algumas acareações que eu queria fazer, inclusive em decorrência das dúvidas que surgiram, mas o procedimento da Corregedoria foi aberto, porque era a obrigação, em razão da denúncia apresentada à CPMI. V. Ex^a pediu para ser ouvido rapidamente, e eu me recusei, porque seria, em tese... A não ser que V. Ex^a quisesse fazer uma confissão, porque ninguém é ouvido, como acusado, em primeiro lugar. Quando se faz um flagrante, o acusado é o último a depor. Eu falei que não poderia ouvi-lo em primeiro lugar, porque eu estaria ferindo o princípio da boa investigação.

Então eu vou me reservar, inclusive em relação ao depoimento da Mônica e da outra assessora e às contradições com o Marcelo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Corregedor, o meu ofício pedia que fossem abertas investigações.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Não importa o que V. Ex^a pediu.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu não

pedi para ser ouvido; eu pedi que fosse aberta a investigação.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a insistiu comigo, pessoalmente, várias vezes.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Mas no papel que eu lhe entreguei e, no dia 5 de outubro, o ofício foi...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Existe um documento e uma palavra. E eu acredito na sua. Se V. Ex^a mentiu para mim é outra coisa.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não, eu não menti em hora nenhuma. Eu estou dizendo a V. Ex^a que pedi, no dia 5 de outubro, que abrisse o procedimento de investigação. E V. Ex^a está...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Eu já havia aberto. Falei com o Presidente Renan Calheiros que teria que abrir contra os três acusados a apuração, para saber se havia base ou não para vir para o Conselho de Ética. Mas veio diretamente ao Conselho de Ética, então eu paralisei.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O que estou falando é o seguinte: eu pedi... Por favor me ouça.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a pediu.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – A denúncia sobre os outros dois apareceu muito depois. Quando V. Ex^a pediu... Eu pedi no dia 5 de junho. O que estou querendo dizer a V. Ex^a é que providências eu pedi.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Não desmenti V. Ex^a; disse que eu tomei providências de ofício. É diferente. Estou dizendo que agi de ofício, porque tenho a obrigação moral de fazê-lo enquanto o Congresso confiar na minha pessoa para continuar como Corregedor. Caso contrário, basta votarem contra. Eu deixarei de ser. Mas, enquanto eu for Corregedor, nada poderá passar despercebido, porque tenho a obrigação de verificar a ética e o comportamento dos Senadores. Não estou desmentindo V. Ex^a; estou dizendo que de ofício eu já havia convocado reuniões para ouvir as pessoas. Eu não podia ouvir V. Ex^a em primeiro lugar, sem saber que circunstâncias e fatos levaram o seu nome à CPI. E expliquei isso duas vezes, quando V. Ex^a foi à tribuna. E falei publicamente. Não há nada reservado.

Entendo que a Mônica deveria ser acareada com o Marcelo, o que a Polícia deverá fazer. Não acredito que eles deixarão de fazê-lo. E outras contrariedades existem no procedimento.

O Senador analisou um aspecto importante, que é o comportamento, e foi claro ao dizer que V. Ex^a não pactuou com a distribuição de propina – na Corregedoria, nenhuma vez foi falado isso. Agora, com respeito à Mônica, eu tenho que defendê-la, porque, pelo que eu senti de sinceridade, ela jamais traria qualquer problema a V. Ex^a. E, quando foi feita a perícia que V. Ex^a pediu particularmente, se é verdade que V. Ex^a sabia que ela assinou, isso é um pouco triste para ela.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nessa data, eu não sabia. Quando pedi a perícia, eu não sabia. Só depois, quando eu disse: vou abrir inquérito, solicitei a perícia e pedi para abrirem o inquérito no meu gabinete. Então, ela falou comigo. Houve uma distância de prazo entre uma coisa e outra.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Espere um pouquinho.

Quanto ao pedido de vista, já há uma decisão da Presidência nesse sentido, em função de processo anterior.

V. Ex^a pede vista. O Senador Valdir Raupp pede a palavra pela ordem. E V. Ex^a, Senador Juvêncio da Fonseca, pede pela ordem também. E o Senador Demóstenes Torres, depois da vista, não é isso?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu me inscrevi para defender o ponto de vista do Senador Jefferson Peres.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Ah, V. Ex^a que usar da palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Mas já que há um pedido de vista, tecnicamente, as manifestações de mérito terão que aguardar, porque, certamente, o Senador Wellington Salgado deverá trazer um voto divergente, um parecer contrário ou algo assim.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Pela ordem, Senador Juvêncio da Fonseca, que solicitou antes de V. Ex^a, Senador Leonel Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO)

– Leomar.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Leomar Quintanilha.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Sr. Presidente, em razão do pedido de vista, tudo o mais cessa. Nós temos que analisar o pedido de vista. Regimentalmente, se alguém pediu vista, pela nossa praxe, ela é obrigatória. E ninguém argumentou contra o pedido de vista do Senador Wellington Salgado.

Entendo ainda que a peça brilhante do Defensor do Senador Ney Suassuna foi apresentada a destempo também. Em razão de haver o pedido de vista, não discutir a vista nem entregar a vista dos autos ao seu requerente, produziu-se a peça de defesa a destempo, fora de hora. Certamente, na próxima reunião do Conselho de Ética, com um novo parecer, vai se pronunciar novamente a defesa do acusado.

Até, até certo ponto, dado o zelo de V. Ex^a, estamos tumultuando um pouco o procedimento do pedido de vista e da conclusão do julgamento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Pela ordem, Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO)

– Sr. Presidente, também faria um comentário a respeito do mérito. Naturalmente, para comentar o mérito, é importante que se ouça a manifestação do pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Srs. Senadores, esta Presidência, de acordo com a decisão anterior deste Conselho, em situação análoga, e menciono o Suplemento ao Diário do Senado Federal de 22 de junho de 2000, página 2.440, vai manifestar a sua decisão, que é a seguinte:

Dispõe o inciso II e o § 2º do art. 55 da Constituição Federal, **verbis**:

Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I –

II – cujo procedimento for incompatível com o decoro parlamentar;

(...)

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

Dispõe ainda o § 3º do art. 33 do Regimento Interno do Senado Federal:

Art. 33. Para falar sobre o parecer, será concedida vista do processo ao acusado, pelo prazo de dez dias úteis.

Em face das disposições constitucionais e regimentais que acabo de ler, concedo vista do processo ao representado, pelo prazo de dez dias úteis. Portanto, até o próximo dia 19 de outubro, quinta-feira.

Gostaria de marcar, logo após essa data, uma reunião do Conselho. Dia 19 vence o prazo. Acredito que teremos muitos problemas ainda com as eleições deste ano, até o domingo, dia 29. Portanto, gostaria de marcar essa reunião para a primeira quarta-feira após o dia 29. Não sei se V. Ex^a estariam de acordo. Demora muito?

Alguém pode dar uma sugestão?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Quando termina o prazo de dez dias?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – No dia 19, quinta-feira. E concedo vista coletiva.

Eu queria, então...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sem prejuízo dos dez dias.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – É claro. Será vista coletiva, sem prejuízo dos dez dias.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Desculpe, Sr. Presidente. Eu pedi vista. E V. Ex^a está concedendo vista para o Senador Ney Suassuna; agora concedeu vista coletiva. Explique, por favor, porque eu não captei bem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Vou conceder vista a S. Ex^a e vista coletiva.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – E o que acontece? Havendo vista coletiva, se eu resolver apresentar outro relatório, apresentarei quando?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – No prazo máximo de dez dias, porque, se eu não conceder vista coletiva...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – No dia que V. Ex^a marcar para a próxima...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – ...no dia em que ele voltar, outro poderá pedir vista. Então, concedo vista coletiva, porque não haverá mais pedido de vista.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Está certo, Presidente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – E a reunião do Conselho será em que dia?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Para tanto, preciso da concordância dos Srs. Senadores. Qual seria o dia melhor para essa reunião?

Até o dia 19 de outubro será o prazo de dez dias. Eu gostaria de marcá-la para depois das eleições.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A eleição será no dia 29, domingo, Sr. Presidente; o Dia de Fimados será quinta-feira, 2 de novembro.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO) – Dia 8 de novembro, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A semana mais plausível será a do dia 8 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Então, fica convocada a reunião

para o dia 8 de novembro, às dez horas, para a discussão e votação do relatório, ficando desde já notificados os Srs. Advogados, independentemente de intimação.

Comunico a todos que está convocada reunião deste Conselho para amanhã, dia 5 de outubro, às dez horas, para a análise da Representação nº 3, do Senador Magno Malta.

DOCUMENTOS PERTINENTES À 15ª REUNIÃO:

- 1) LISTA DE PRESENÇA;
- 2) LISTA DE PRESENÇA DOS PARLAMENTARES NÃO MEMBROS DO CONSELHO;
- 3) OFÍCIO Nº 49/2006-CSF, DO CORREGEDOR DO SENADO FEDERAL, SENADOR ROMEU TUMA, AO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR, SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA;
- 4) RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA CORREGEDORIA PARLAMENTAR RELACIONADAS À REPRESENTAÇÃO Nº 1, DE 2006;
- 5) OFÍCIO Nº 864/2006-GSJAS, DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR, SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA, AO SECRETÁRIO-GERAL DA MESA, RAIMUNDO CARREIRO SILVA, ACOMPANHADO DO RECIBO DA DOCUMENTAÇÃO CORRESPONDENTE ENTREGUE AO SENADOR NEY SUASSUNA;
- 6) OFÍCIO Nº 865/2006-GSJAS, DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR, SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA, AO SECRETÁRIO-GERAL DA MESA, RAIMUNDO CARREIRO SILVA, ACOMPANHADO DO RECIBO DA DOCUMENTAÇÃO CORRESPONDENTE ENTREGUE AO SENADOR MAGNO MALTA;
- 7) OFÍCIO Nº 866/2006-GSJAS, DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR, SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA, AO SECRETÁRIO-GERAL DA MESA, RAIMUNDO CARREIRO SILVA, ACOMPANHADO DO RECIBO DA DOCUMENTAÇÃO CORRESPONDENTE ENTREGUE À SENADORA SERYS SLHESSARENKO;
- 8) RELATÓRIO DO SENADOR JEFFERSON PÉRES;
- 9) PROCURAÇÃO OUTORGADA PELO SENADOR NEY SUASSUNA NOMEANDO SEU PROCURADOR O DR. MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
15ª REUNIÃO

Em 04 de outubro de 2006, quarta-feira, às 10h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: DEMÓSTENES TORRES

TITULARES	SUPLENTE
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
Demóstenes Torres	1. Jonas Pinheiro
Sérgio Guerra	2. César Borges
Heráclito Fortes	3. Mº do Carmo Alves
Juvêncio da Fonseca	4. Leonel Pavan
Paulo Octávio	5. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	6. Arthur Virgílio
PMDB	
Wellington Salgado	1. Geovani Borges
João Alberto Souza	2. Alberto Silva
Ramez Tebet	3. Valdir Raupp
Luiz Otávio	4. Leomar Quintanilha (PFL/PSB) (Cesário)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)	
Sibá Machado	1. Eduardo Suplicy
Ana Júlia Carepa	2. Vago
Fátima Cleide	3. Vago
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Valmir Amaral
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)	
Senador Romeu Tuma (Corregedor)	

Visto:

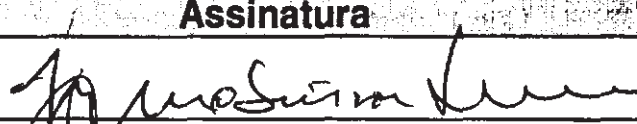
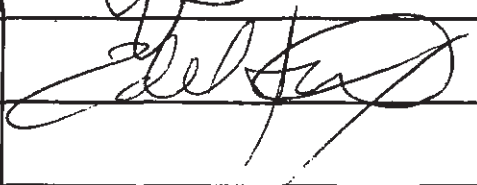
Brasília, 04 de outubro de 2006

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**15ª REUNIÃO**

Em 04 de outubro de 2006, quarta-feira, às 10h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE CONGRESSISTAS NÃO MEMBROS DO CONSELHO

Presidente: João Alberto Souza
Vice-Presidente: Demóstenes Torres

CONGRESSISTAS	Assinatura
Sen.	
ROBERTO CAMARGO	
Ideli Salvatto	

Visto: 

Brasília, 04 de outubro de 2006

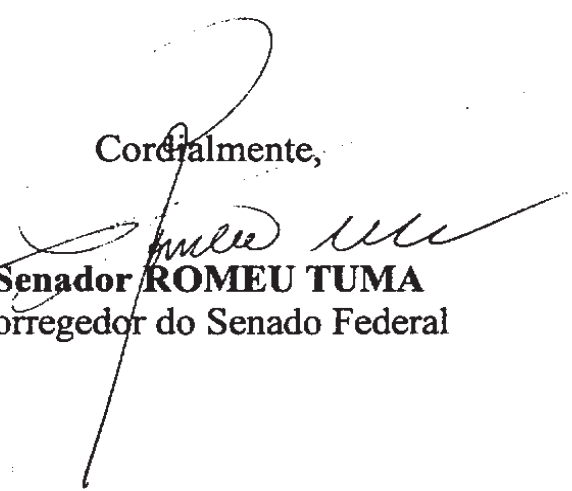
Ofício nº 049/2006-CSF

Brasília, 11 de setembro de 2006

Senhor Presidente,

Encaminho a V. Ex^a o Relatório de Atividades desta Corregedoria nos autos da Petição nº 11, de 2006, que *solicita, ao Juiz Federal da 2ª Vara da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso, documentação referente à chamada "Operação Sanguessuga"*, cujo processado com 9 (nove) volumes lhe envio em anexo, que tem relação com a Representação nº 1, de 2006, bem como com as de nºs 2 e 3, de 2006.

Cordialmente,



Senador ROMEU TUMA
Corregedor do Senado Federal

Exmº Sr.

Senador JOÃO ALBERTO SOUZA

Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Senado Federal

NESTA

Relatório de Atividades da Corregedoria Relacionadas à Representação nº 1, de 2006

No que diz respeito à matéria, ocorreram as seguintes atividades no âmbito da Corregedoria:

1) Por meio do Ofício nº 22/2006, de 10.5.2006, solicitei ao Juiz Federal da 2ª Vara da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, Dr. Jefferson Schneider, toda a documentação referente à chamada “Operação Sanguessuga”.

A solicitação foi atendida por meio do Ofício nº 715/2006-SECRI, de 12.5.2006, e a documentação recebida foi autuada como Petição nº 11, de 2006.

2) Foram juntadas, no Volume IV do processado da Petição nº 11, de 2006, o pronunciamento do Senador Ney Suassuna realizado na Sessão do dia 16 de maio de 2006, com os documentos pertinentes fornecidos por S. Exª.

3) Foi juntado, no Volume V do processado da Petição nº 11, de 2006, o Ofício nº 531/2006-SECRI, datado de 29.04.2006, do Juiz Federal da 2ª Vara da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, Dr. Jefferson Schneider, que encaminha ao Presidente do Senado Federal cópia da decisão proferida nos autos da Medida Cautelar/Quebra de Sigilo nº 2004.4760-6 e do auto circunstanciado referente ao Senador Ney Suassuna.

4) Solicitei ao Juiz Federal da 2ª Vara da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, Dr. Jefferson Schneider, por meio do Ofício nº 34/2006, de 12.07.2006, os depoimentos prestados pelo empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin, dono da Planam Comércio e Representações, e pela Srª Maria da Penha Lino, ex-assessora do Ministério da Saúde.

5) Solicitei ao Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 77, de 2006-CN, Deputado Antônio Carlos Biscaia, por meio do Ofício CSF nº 36/2006, de 25.7.2006, a documentação completa recebida do Supremo Tribunal Federal e da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso sobre as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal.

A solicitação foi respondida por meio do Ofício nº 222/2006-CPMI “Ambulâncias”, de 27.7.2006, que encaminhou cópia das partes do depoimento prestado pelo Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin à 2ª Vara da Justiça Federal do Estado de Mato Grosso, bem como documentação concernente aos senadores citados.

6) Por meio do Ofício CSF nº 40/2006, de 3.8.2006, solicitei ao Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 77, de 2006-CN, Deputado Antônio Carlos Biscaia, cópia em meio magnético do depoimento prestado naquele mesmo dia pelo Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin perante a CPMI, nos recintos do Instituto Nacional de Identificação do Departamento de Polícia Federal, e demais depoimentos de pessoas citadas pelo depoente.

A solicitação foi respondida por meio do Ofício nº 249/2006-CPMI “Ambulâncias”, datado de 4.8.2006 e recebido em 9.8.2006. Na mesma data, foi anexada a respectiva gravação.

7) Em 26.7.2006, o Senador Ney Suassuna encaminhou à Corregedoria pasta contendo Memorial Explicativo referente ao suposto envolvimento de S.EXª. nos episódios que resultaram na CPMI “Ambulâncias” (cópia de documentos enviados à CPMI em resposta ao Ofício nº 144/06-“CPMI Ambulâncias”).

8) Em 21.8.2006, foi recebida cópia de laudo pericial, elaborado pelo Sr. José Cândido Neto, Perito Criminal Oficial e Perito Autônomo, por solicitação do Senador Ney Suassuna, relativo à análise grafoscópica referente ao Ofício nº 375/2005-GSNS-PREF, datado de 20 de dezembro de 2005 e destinado ao Ministério da Saúde.

9) Em 5.5.2006, foi autuada a Portaria nº 1, de 2006, que instaura Sindicância para apurar os fatos envolvendo o ex-Secretário Parlamentar Marcelo Cardoso de Carvalho. Neste procedimento, foram ocorreram as seguintes atividades:

- a) Em 17.5.2006, foi solicitada ao Diretor-Geral do Senado Federal a documentação pessoal do ex-Secretário Parlamentar.

A solicitação foi atendida e a documentação, prestada por meio do Processo Administrativo nº 007510/06-3, foi juntada ao processado da Portaria nº 1, de 2006, em 26.5.2006.

- b) Em 3 de agosto, a convite, o Sr. Marcelo Cardoso de Carvalho compareceu à Corregedoria acompanhado de seus advogados, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga e Dr. Roberto Baptista, e foi inquirido nos autos da Portaria nº 1, de 2006. As notas taquigráficas encontram-se lacradas e presentes no processado.
- c) Em 22 de agosto, a convite, a Srª. Maria Angélica Batista Soares compareceu à Corregedoria e foi inquirida nos autos da Portaria nº 1, de 2006. As notas taquigráficas encontram-se lacradas e presentes no processado.
- d) Em 23 de agosto, a convite, a Srª. Mônica Mucury Teixeira compareceu à Corregedoria e foi inquirida nos autos da Portaria nº 1, de 2006. As notas taquigráficas foram requeridas pelo Corregedor, Senador Romeu Tuma, para consulta, e encontram-se em poder do mesmo.
- e) Em 29 de agosto, a convite, a Srª. Maria Angélica Batista Soares, novamente compareceu à Corregedoria e foi inquirida nos autos da Portaria nº 1, de 2006. As notas taquigráficas encontram-se lacradas e presentes no processado. Para o mesmo dia, foi convidado o Senhor Marcelo Cardoso de Carvalho a prestar novo depoimento, ao qual não compareceu por motivos particulares (Certidão no processado).
- f) Em 04 de setembro, a convite, o Sr. Marcelo Cardoso de Carvalho, novamente compareceu à Corregedoria e foi inquirido nos autos da Portaria nº 1, de 2006. As notas taquigráficas encontram-se lacradas e presentes no processado.

Estas as informações registradas nesta Secretaria.

Brasília, 11 de setembro de 2006.


Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Ofício nº 00864/2006 - GSJAS

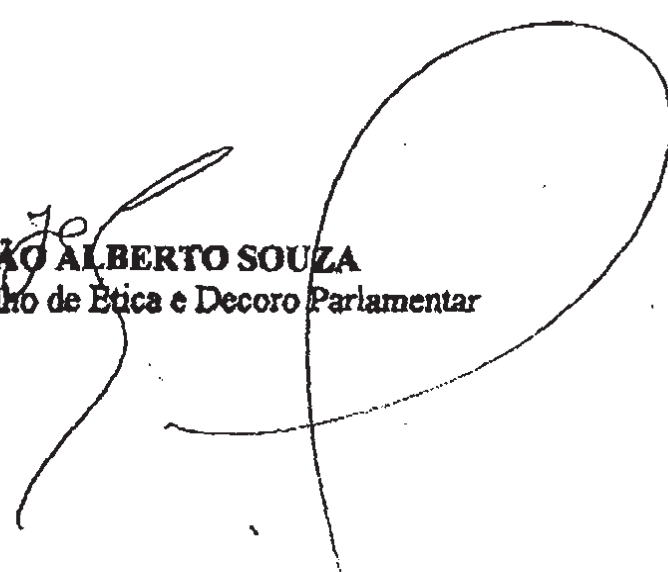
Brasília, 14 de setembro de 2006

Senhor Secretário-Geral:

Solicito a Vossa Senhoria sejam providenciadas as cópias de toda a documentação anexa, referente à chamada Operação Sanguessuga, citada no Ofício nº 049/2006-CSF, de autoria do Corregedor do Senado Federal, Senador Romeu Tuma.

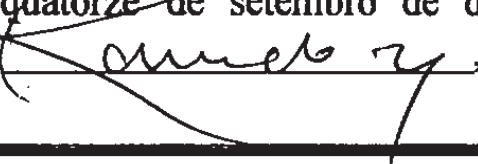
As referidas cópias deverão ser encaminhadas ao Senador Ney Suassuna, para conhecimento.

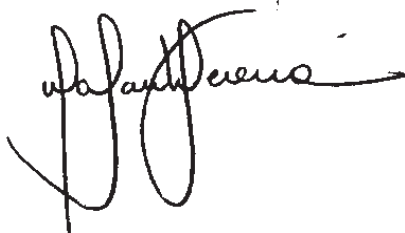
Atenciosamente,


Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Ilustríssimo Senhor
RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa Diretora do Senado Federal
Nesta

CERTIDÃO

Certifico, em cumprimento à determinação do Sr. Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Senador João Alberto Souza, constante do Ofício nº 00864/2006-GSJAS, de 14 de setembro de 2006, que contatei a Dr^a Sissi Santos Pereira, Assessora do Sr. Senador Ney Suassuna, que compareceu à Secretaria-Geral da Mesa, e lhe disponibilizei os nove volumes da documentação citada no Ofício nº 049/06-CSF, de 11 de setembro de 2006, do Sr. Corregedor do Senado Federal, Senador Romeu Tuma. Certifico, ainda, que me coloquei à disposição da referida assessora para copiar qualquer peça dos volumes mencionados que ela julgar necessárias à defesa do Sr. Senador Ney Suassuna. E, por ser verdade, eu, Raimundo Carreiro Silva, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente Certidão. Em quatorze de setembro de dois mil e seis. **Raimundo Carreiro Silva** , Secretário-Geral da Mesa.



Ofício nº 00864/2006 - GSJAS

Brasília, 14 de setembro de 2006

Ciente
17/09/2006

Senhor Secretário-Geral:

Solicito a Vossa Senhoria sejam providenciadas as cópias de toda a documentação anexa, referente à chamada Operação Sanguesuga, citada no Ofício nº 049/2006-CSF, de autoria do Corregedor do Senado Federal, Senador Romeu Tuma.

As referidas cópias deverão ser encaminhadas ao Senador Ney Suassuna, para conhecimento.

Atenciosamente,

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Ilustríssimo Senhor
RAIMUNDO CAVALHEIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa Diretora do Senado Federal
Nesta

Ofício nº 865/2006-GSJAS

Brasília, 18 de setembro de 2006

Senhor Secretário-Geral,

Solicito a Vossa Senhoria seja dada ciência ao Senador Magno Malta da documentação encaminhada pelo Ofício nº 49/2006-CSF, de autoria do Corregedor do Senado Federal, Senador Romeu Tuma.

Atenciosamente,

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Ilustríssimo Senhor
RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa Diretora do Senado Federal

Recebido 19/9/2006
Raimundo

Certifico que em
cumprimento à presente re-
tífica, extraí cópias do
antecedente do presente
processo e entreguei ao
servidor Glauco Ribeiro de
Araújo, Matr. 4398-1.
Brasília, 19.9.2006
Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa
Senado Federal

Ofício nº 866/2006-GSJAS

Brasília, 18 de setembro de 2006

Senhor Secretário-Geral,

Solicito a Vossa Senhoria seja dada ciência à Senadora Serys Slhessarenko da documentação encaminhada pelo Ofício nº 49/2006-CSF, de autoria do Corregedor do Senado Federal, Senador Romeu Tuma.

Atenciosamente,

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Ilustríssimo Senhor
RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa Diretora do Senado Federal

*Certifico que em
cumprimento a esta petição,
extraí cópia do processo
para como e entreguei a
Sra. Betânia Cruz Dias, med.
194.855-Assistente Parlamentar
em 19.9.2006
Raimundo*

Raimundo Carreiro Silva
Secretário
Senado Federal

PARECER Nº , DE 2006

Do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, sobre a Representação nº 1, de 2006, da Mesa do Senado Federal, movida em face do Senador Ney Suassuna por envolvimento nos fatos ilícitos investigados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “das Ambulâncias”.

Relator: Senador **Jefferson Péres**

I – Relatório

Tratam os autos de Representação movida pela Mesa do Senado Federal, mediante provocação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “das Ambulâncias”, em face do Senador Ney Suassuna, por suposto envolvimento nas atividades ilícitas investigadas por aquela CPMI.

No que se refere especificamente ao Senador Ney Suassuna, o relatório parcial daquela Comissão de Inquérito apontava diversas conversas telefônicas e excertos de depoimentos nos quais se imputava a funcionário de seu gabinete, o Sr. Marcelo Cardoso de Carvalho, intensa participação no esquema de direcionamento de licitações para aquisição de ambulâncias com verbas do Ministério da Saúde.

A CPMI, no entanto, embora tenha reunido as evidências existentes até o momento, não firmou um juízo de valor sobre a participação ou efetivo conhecimento de S. Ex^a sobre as atividades do Sr. Marcelo Cardoso de Carvalho, matéria que foi delegada, por competência regimental, a este Conselho de Ética.

Recebida a representação, ocasião em que foram autuados os documentos e tombados como Representação nº 1, de 2006, fui designado pelo Exmo. Sr. Presidente para funcionar como Relator deste caso, a fim de orientar a consolidação dos elementos probatórios e oferecer, para deliberação deste Conselho, um juízo final sobre a conduta do Senador Ney Suassuna.

Durante a instrução deste processo, foram ouvidos, na qualidade de informantes (sem, portanto, compromisso de dizer a verdade), os senhores Darci Vedoin, Luiz Antônio Vedoin e Ronildo Medeiros. Na qualidade de testemunhas, depondo sob juramento, foram ouvidos S. Ex^a o Deputado Antônio Carlos Biscaia, o Sr. Marcelo Cardoso e as senhoras Maria da Penha Lino e Marilane Cavalcanti de Albuquerque. Finalmente, na qualidade de Representado, foi ouvido o Senador Ney Suassuna.

Documentalmente, este processo foi instruído com as investigações preliminares da CPMI “das Ambulâncias”, pela documentação trazida aos autos na defesa do Senador Ney Suassuna e, finalmente, pe-

los documentos, em especial notas taquigráficas, produzidas na Corregedoria Parlamentar deste Senado Federal, sob condução competente do Corregedor, S. Ex^a o Senador Romeu Tuma.

Ainda, a pedido desta Relatoria, juntou-se aos autos página do jornal **Folha de S. Paulo** de, entregue pelo próprio Senador Ney Suassuna por ocasião de seu depoimento a este

Conselho. Nesta página consta fotografia de unidade móvel de saúde na qual lê-se a frase “Apoio: Sen. Ney Suassuna”.

Ressalte-se, no que se refere a documentação final aportada aos autos pela Corregedoria, que seu apensamento ao processo deu-se após a oitiva do Senador Ney Suassuna. Assim, visando a evitar qualquer nulidade processual, e por aplicação analógica do art. 500 do Código de Processo Penal, foi-lhe concedido prazo de três dias para pronunciar-se, o que fez S. Ex^a. na data de ontem, 19 de setembro de 2006.

Em suas alegações finais, o Senador Ney Suassuna alegou, em síntese, que não há nos autos qualquer prova de seu envolvimento com a quadrilha dos “sanguessugas” e que, segundo todos os envolvidos, os contatos davam-se exclusivamente com o Sr. Marcelo Cardoso. Ainda segundo ele, seria tão-somente o Sr. Marcelo Cardoso o responsável pelos ofícios, pedidos e favorecimentos ilegais.

Em seguida, desenvolve extensa argumentação no sentido de demonstrar que o fato de que ele permitisse, como admitiu permitir, a falsificação de sua assinatura em seu gabinete não constituiria quebra de decoro parlamentar. Por fim, afirmou ter tomado as medidas que lhe competiriam para apurar os fatos e punir os culpados pelos incidentes ocorridos em seu gabinete.

É o que consta dos autos, passo à análise dos fatos.

2. Análise dos Fatos**2.1. Da atuação do Sr. Marcelo Cardoso**

A partir dos elementos compilados, verificou-se que o assessor do Senador Ney Suassuna, Marcelo Carvalho, operava um forte esquema de desvio de recursos públicos através do direcionamento de emendas a municípios que aceitavam fraudar as licitações em favor das empresas do grupo Planam. São vários os depoimentos que corroboram essa afirmação: o de Luiz Antônio Vedoin, de Darci Vedoin, de Ronildo Medeiros e, dentre os colhidos na Corregedoria, os depoimentos das Senhoras Mônica Teixeira, ex-chefe de gabinete do Senador Ney Suassuna e Maria Angélica Batista Soares, assistente parlamentar ainda lotada no mesmo gabinete.

Mas as evidências vão muito além: as gravações telefônicas, efetuadas em período anterior ao deslinde da quadrilha, evidencia que, efetivamente, Marcelo Cardoso era contato freqüente para dispor sobre as emendas do Senador Ney Suassuna ou para acioná-lo para que interferisse pessoalmente na liberação de emendas. De mais a mais, é o próprio Senador quem o afirma, em sua manifestação prévia, quando diz que:

“(...) 3. As tarefas rotineiras do gabinete para o atendimento dos Prefeitos eram executadas pelo meu Secretário Parlamentar, Senhor Marcelo Cardoso Carvalho, que possuía total autonomia para o desempenho das suas funções, chefiando uma equipe composta por outros quatro funcionários comissionados, com as seguintes obrigações:

a) preparar emendas ao Orçamento e acompanhar as respectivas tramitações;

b) acompanhar os Prefeitos nas suas visitas aos Ministérios, buscando agilizar os convênios e auxiliar na resolução de pendências;

c) informar-me quando houvesse necessidade de intervenção pessoal minha junto ao Ministro da área.”

No entanto, o presente processo não versa sobre a conduta do Sr. Marcelo Cardoso, que está sendo apurada no foro competente. Aqui, o que se pretende buscar é a verdade quanto à extensão do conhecimento, da concordância e, conseqüentemente, da responsabilidade do Senador Ney Suassuna no que se refere as condutas ilícitas do Sr. Marcelo Cardoso.

Todos os participantes do esquema negam peremptoriamente haver realizado qualquer tratativa com S. Ex^a ou, mesmo, de haver se encontrado pessoalmente ou falado com S. Ex^a sobre qualquer assunto. O Senador, por sua vez, nega sua condescendência com as atividades ilícitas de seu assessor; no entanto, os depoentes afirmam que os acordos celebrados por Marcelo eram sempre cumpridos pelo Senador.

2.2. Do redirecionamento de verbas para o IPPES

O episódio do final de 2005 é muito elucidativo. Em sua manifestação escrita, o próprio Senador confirma que agiu pessoalmente para conseguir os recursos de 1,6 milhão de reais, **in verbis**:

“13. No que tange à verba extra-orçamentária, a mesma teve origem em telefonema meu (pessoal), para o Ministro Saraiva Felipe para saber se havia sobra orçamentária em decorrência de inadimplências e outras restrições legais para o recebimento dos recursos e, dessa maneira, atender mais alguns municípios

paraibanos. O próprio Ministro, após verificar as disponibilidades, autorizou-me a encaminhar solicitação no valor de R\$1,600 milhão.”

Essa solicitação foi recorrentemente debatida neste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e destinava-se à aquisição de ambulâncias em favor de municípios que não tinham pré-projeto aprovado. Ficamos sabendo pelo depoimento de Luiz Vedoin que ele próprio, um empresário que vendia ambulâncias, decidiu transferir tais emendas para o JPES, no Rio de Janeiro, a fim de fazer em seguida um comodato para os municípios paraibanos. Transmitiu sua idéia para o Sr. Marcelo Cardoso e eis que surge em seguida um ofício do gabinete do Senador Ney Suassuna, supostamente assinado por ele, solicitando o direcionamento de tais recursos para a instituição carioca.

O redirecionamento teria chamado a atenção da assessora parlamentar do Ministério da Saúde, Sr^a Marilane Cavalcanti. Segundo depoimentos congruentes da Sr^a Maria da Penha Lino e, por sua vez, do próprio Senador Ney Suassuna, ela teria ligado pessoalmente para o Senador (e não para um assessor)

e consultado S. Ex^a sobre o assunto, quando ele teria dito, num primeiro momento, que não teria assinado o ofício, e, num segundo momento, admitido a hipótese de tê-lo assinado sem ler. A Sr^a Marilane Cavalcanti, em seu depoimento, também confirma haver alertado pessoalmente o Senador quanto à irregularidade do ofício, embora tenha afirmado não se recordar de qual teria sido sua reação.

2.2.1. Da falsificação da assinatura do Senador

A falsidade da assinatura foi finalmente comprovada e reconhecida, num episódio kafkiano: quem teria assinado o referido ofício direcionando os recursos extra-orçamentários para o Rio de Janeiro foi a própria ex-chefe de gabinete do Senador, a Sr^a Monica Mucury Teixeira, que reconhece o fato e vai além: afirma que S. Ex^a tinha conhecimento de tal assinatura. Transcrevo pequeno exceto de seu depoimento a Corregedoria do Senado Federal:

“O Sr. Corregedor (Romeu Tuma PFL – SP) – Essa assinatura o Senador Ney Suassuna diz que não é dele.

A Sr^a Mônica Mucury Teixeira – É verdade. É minha.

O Sr. Corregedor (Romeu Tuma PFL – SP) – A senhora reconhece como sua?

A Sr^a Mônica Mucury Teixeira –Reconheço. (...) esse documento, precisamente, o Marcelo levou na minha casa para eu assinar.

(...) O que me entristeceu foi isso, porque, na verdade, eu errei. Eu assinei, mas porque eu assinava, as vezes, pelo Senador, a pedido dele.

O Sr. Corregedor (Romeu Tuma PFL – SP) – Só um momento. vamos ver até que ponto esse erro é espontâneo da senhora ou se foi com autorização que ele daria à senhora...

A Srª Mônica Mucury Teixeira – Senador, nunca assinei absolutamente nada sem autorização do Senador. Nunca fiz nada no gabinete dele sem autorização dele. (...)

O Sr. Corregedor (Romeu Tuma. PFL – SP) – A senhora assinou isso com autorização do Senador?

A Srª Mônica Mucury Teixeira – Sim.

O Sr. Corregedor (Romeu Tuma, PFL – SP) – S. Exª ficou ciente de que estava...

A Srª Mônica Mucury Teixeira – O Senador sabe dessa assinatura. (...)

A Srª Mônica Mucury Teixeira – Eu fiquei muito triste de... assim... do Senador, no caso, sabendo que fui eu que assinei, ter dito que não sabia quem assinou, porque sabe que fui eu. Eu fiquei muito triste...

O Sr. Corregedor (Romeu Tuma PFL – SP) – Ah, ele ficou sabendo que a senhora assinou.

A Srª Mônica Mucury Teixeira – O Senador sabe que esse ofício foi assinado por mim. Ele sabe. Então, eu fiquei muito chateada.

O Sr. Corregedor (Romeu Tuma PFL – SP) – Sabia antes da perícia, de tudo Isso?

A Srª Mônica Mucury Teixeira – Sim, todos sabiam que esse documento tinha sido assinado por mim, porque, você trabalha em um gabinete, as pessoas, tem pessoas que sabem, convivem...

O Sr. Corregedor (Romeu Tuma PFL – SP) – Em mais ou menos quase uma rotina, não é?

A Srª Mônica Mucury Teixeira – É (...)

A Srª Mônica Teixeira é funcionária de carreira do Senado e continuou como chefe de gabinete de S. Exª até o estouro da Operação Sanguessuga, quando pediu exoneração da função comissionada juntamente com outros quatro funcionários da Casa. O ofício em questão teria sido digitado pela funcionária de confiança do Senador, Maria Angélica Soares que, mesmo tendo

conhecimento da falsificação da assinatura à época dos fatos, não foi removida de suas funções.

Resta claro, portanto, que S. Exª não apenas delegava funções com amplo grau de autonomia, mas que verdadeiramente permitia diuturnamente que sua assinatura fosse fraudada, ainda que “de boa-fé”, como fez questão de frisar, dentro de seu gabinete.

2.2.2. Da ausência de providências

Ora, pois reflatamos sobre os fatos: o Senador Ney Suassuna reconhece ter sido alertado pela assessoria parlamentar do Ministério da Saúde sobre um ofício proveniente de seu gabinete que procedia ao remanejamento de recursos de seu estado, a Paraíba, para o Rio de Janeiro. Afirmou à **Época** que não tinha conhecimento disso, que não assinou tal ofício e que, se o fez, foi sem ler.

No entanto, não houve envio de outro ofício desmentindo o anterior. Tampouco, S. Exª. demonstrou ter adotado providências para punir os responsáveis por tamanha violação da confiança que ele teria depositado nos funcionários de seu gabinete. Não se queixou às instâncias administrativas do Senado, não afastou os funcionários responsáveis, não chamou a Polícia Federal para que abrisse inquérito, sequer mudou a rotina em seu gabinete.

Especificamente em se tratando do sr. Marcelo Cardoso, que segundo o próprio Senador era o responsável por todos os procedimentos relativos a emendas orçamentárias e do atendimento às prefeituras, deixou-o no exercício de suas funções no gabinete.

Saliente-se que tais fatos ocorreram no final de 2005 e, no entanto, somente em maio de 2006, após a prisão do sr. Marcelo Cardoso, o Senador Suassuna solicitou sua exoneração do cargo e entrou com processo no Judiciário.

Tal leniência parece no mínimo espantosa diante de tão grave tentativa de lesão aos cofres públicos, com a suposta utilização abusiva de sua confiança.

Observe-se ainda que, por ser o Senador líder da bancada do PMDB, o sr. Marcelo Cardoso atuava também no que se referia ao direcionamento de emendas de outros parlamentares da bancada, como afirma ele próprio em seu depoimento. Ainda assim, o Senador Ney Suassuna deixou que ele continuasse agindo sem promover a adequada apuração dos fatos.

Nesse ponto específico, vale a pena transcrever as duas passagens em que S. Exª. faz referência a como encarou a explicação dada pelo sr. Marcelo Cardoso quanto ao ofício destinado ao IPPES:

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB — PB)

– (...) Posteriormente, quando o Marcelo foi despachar comigo, eu perguntei: “Que história

é essa lá do Ministério da Saúde?” Ele disse “Não, já foi resolvida. Foi um equívoco”. Acabou. Na minha correria e tal, foi um equívoco. Está encerrado. (...)

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT - AM) - Eu não o estou acusando de nada. Um milhão e seiscentos mil reais num ofício de V. Ex^a pedindo a transferência, que, aliás, seria ilegal, para um instituto no Rio de Janeiro, em outro Estado. Ao tomar conhecimento daquele fato grave. V. Ex^a diz “Só se eu assinei sem ler”. Eu lhe pergunto, Senador Ney Suassuna — porque eu tenho o mau, ou o bom hábito, de julgar os outros por mim; eu me coloco na sua posição ao tomar conhecimento desse fato grave, V. Ex^a não procurou imediatamente pôr aquilo em pratos limpos? como é que chega um ofício meu ao Ministério da Saúde tirando recursos do meu Estado para outro Estado e para uma entidade que nem conheço? Não era caso de pedir inquérito na Polícia Federal?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB - PB) - E eu afirmei a V. Ex^a que, depois disso “Se assinou, assinou sem ler”. Às vezes, acontece de vir levas de ofício. Podia ter passado uma coisa dessas na correria do dia-a-dia. Mas eu depois inquiri o Sr. Marcelo “Marcelo, e a situação do Ministério da Saúde?” “Foi resolvido. Foi um equívoco”. Para mim, passou e se encerrou. Então, encerrou aí: tinha sido um equívoco.

Ressalte-se, ainda, embora não seja este o foro adequado para esta discussão, que a ausência de tomada de providências para investigar e apurar o caso poderia configurar delito de condescendência criminosa, previsto no art. 320 do Código Penal, que assim reza:

“Art. 320. Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente:

Pena – detenção de 15 (quinze) dias a 1 (um) mês, ou multa.”

2.3. Do benefício aderido pelo Senador Ney Suassuna a partir da conduta do Sr. Marcelo Cardoso

Em seu depoimento, o Senador Ney Suassuna por diversas ocasiões fez referência à competência do Sr. Marcelo Cardoso para desempenhar a missão que lhe houvera sido atribuída, em virtude do que S. Ex^a. depositava nele integral confiança.

Verifica-se, pois, que o Senador gostava dos frutos do trabalho do Sr. Marcelo, qual fosse, o atendimento

realizado junto aos municípios. Mas não há nos autos qualquer referência ao efetivo aproveitamento financeiro, pelo Senador Suassuna, das propinas pagas ao Sr. Marcelo Cardoso. Pelo contrário, todos os envolvidos fizeram questão de, embora afirmando que todos os acordos celebrados com Marcelo eram cumpridos pelo Senador, negar taxativamente haver travado qualquer negociação direta ou conhecer qualquer repasse das “comissões” pagas a S. Ex^a.

Salta aos olhos, entretanto, evidência do motivo de tal aprovação irrestrita: em matéria jornalística entregue, dentre outras tantas, pelo próprio Senador Ney Suassuna, publicada na página A14 do jornal **Folha de S. Paulo**, do dia 13 de maio de 2006, verifica-se fotografia na qual se pode ver uma ambulância do Município de Monteiro, na Paraíba, em cuja porta lê-se estampada a impressão: “Apoio: Sen. Ney Suassuna”.

É impossível que S. Ex^a. desconhecesse esse fato, posto que tais ambulâncias, como é de conhecimento notório, circulavam em todo o Estado e, evidentemente, seria mesmo de se supor que ele tivesse participado da cerimônia de entrega ou mesmo, **a posteriori**, visitasse as unidades móveis de saúde.

Na verdade, o que se apresenta é que se trata de mais uma ocorrência, como tantas outras há Brasil afora, de ofensa ao princípio da impessoalidade na Administração Pública, previsto no art. 37 da Constituição da República.

Decerto a atuação de seu assessor tanto agravava o Senador Ney Suassuna também por esse tipo de frutos que lhe gerava: sua negociação com os prefeitos rendia ao senador uma propaganda direta junto ao eleitorado utilizando-se como meio para tal bens de patrimônio público.

Pode ser que isso seja visto no Brasil como ato corriqueiro e até normal. Mas não é. O princípio da impessoalidade impõe a todo agente público a promoção de seus interesses pessoais por meio da coisa pública e o que se vê é o desrespeito frontal a esse preceito.

E não se fale que o princípio é genérico. O § 1º do mesmo art. 37 diz que:

“Art. 37 (...)

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.”

Ainda que não fosse o Senador Ney Suassuna responsável pela inscrição de seu nome na ambulância,

o mero fato de permiti-la já seria suficiente para descumprir a norma constitucional de conduta pública.

De mais a mais, demonstra-se a absoluta naturalidade com que S.Ex^a via esse fato quando se constata que a referida matéria jornalística foi aportada aos autos justamente por ele, na ocasião de seu depoimento a este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

2.4. Da afirmação de que “90% dos parlamentares tiram uma beirada das emendas”

Este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ouviu também o S.Ex^a o Deputado Federal Antônio Carlos Biscaia, a fim de confirmar fato divulgado pela imprensa no sentido de que o Senador Ney Suassuna teria lhe afirmado, em conversa privada e sem testemunhas, ocorrida na sala de apoio às Comissões Parlamentares de Inquérito, no sub-solo do corredor de Comissões do Senado, que “90% dos parlamentares tiram uma beirada nas emendas que apresentam”.

Tal afirmação, se verdadeira fosse, além de extremamente comprometedora para o Senador Suassuna, diante das acusações que pesam sobre ele, serviriam, por si só, para iniciar procedimento por quebra de decoro parlamentar.

Ocorre que não há testemunhas do fato, restringindo-se os elementos de prova à afirmação proferida, sob juramento, do Deputado Federal Antônio Carlos Biscaia e sua negativa, oferecida pelo Senador Suassuna, ainda que falando sem celebração de termo de compromisso, em virtude de sua posição de Representado nestes autos.

O Senador Suassuna atribuiu ainda a motivação do Deputado Biscaia para conceder este testemunho à vaidade do deputado, que teria se sentido atingido pelas críticas do Senador à condução dos trabalhos da CPMI.

Acreditamos que tão-somente o diferencial de que apenas uma declaração tenha sido prestada sob juramento não é suficiente para concluir por sua absoluta veracidade, motivo pelo qual deixamos de considerá-la como prova para a formação de nosso juízo neste processo.

2.5. Das alegações finais apresentadas pelo Senador Ney Suassuna

Havendo sido concedido ao Senador Ney Suassuna, por aplicação analógica do art. 500 do Código de Processo Penal, prazo de três dias para, apresentação de alegações finais, utilizou-se S.Ex^a desta prerrogativa, apresentando na data de ontem, 19 de setembro, petição assinada por advogado legitimamente constituído.

Nessa peça de defesa, o Senador Ney Suassuna alegou, em síntese, que não há nos autos qualquer

prova de seu envolvimento com a quadrilha dos “sanguessugas” e que, segundo todos os envolvidos, os contatos davam-se exclusivamente com o sr. Marcelo Cardoso. Ainda segundo ele, seria tão-somente o sr. Marcelo Cardoso o responsável pelos ofícios, pedidos e favorecimentos ilegais.

Transcreve diversos excertos de depoimentos a amparar sua posição, inclusive a fim de demonstrar que os próprios líderes do esquema afirmavam desconhecer se os recursos seriam efetivamente repassados ao Senador.

Em seguida, desenvolve extensa argumentação no sentido de demonstrar que o fato de que ele permitisse, como admitiu permitir, a falsificação de sua assinatura em seu gabinete não constituiria quebra de decoro parlamentar. Salientou que isso se dava apenas eventualmente, em situações emergenciais e sempre com o aval direto de S.Ex^a para sua chefe de gabinete, mas que essa conduta não estaria vedada no Código de Ética do Senado.

Ainda, fez questão de afirmar que não pode ser condenado por fato desconhecido nos autos e que não tem como defender-se de cada nova denúncia que surge diuturnamente a seu respeito.

Por fim, afirmou ter tomado as medidas que lhe competiriam para apurar os fatos e punir os culpados pelos incidentes ocorridos em seu gabinete. Afastou os funcionários Marcelo Cardoso e Roberto Miranda quando eles foram presos pela Polícia Federal e, após surgimento do caso na imprensa, solicitou ao Corregedor do Senado abertura de investigação sobre os fatos. No que tange ao episódio da falsificação da assinatura, teria ensaiado a abertura de um processo de sindicância, mas que, após ter recebido a confissão da sr^a Mônica Teixeira de que assinara em seu nome, entendeu que tal expediente perdera o objeto.

2.6. Do enquadramento legal

Após análise minuciosa dos autos, mesmo buscando a todo momento compreender as razões que levaram o Senador Suassuna a conduzir-se da forma verificada, não pude afastar-me do único juízo de valor que me parece coerente com a ordem legal deste País e, em especial, com a ética que se espera, neste Parlamento, de seus integrantes.

Observe-se que não há nos autos uma única prova de efetivo envolvimento do Senador Ney Suassuna na quadrilha apelidada de “sanguessugas”. Não há sequer indícios de que o Senador houvesse se locupletado dos valores pagos a título de comissão a seu assessor Marcelo Cardoso.

No entanto, o que macula a reputação do Senador Suassuna e, por consequência, deste Senado Federal, de maneira inaceitável, é a absoluta leni-

ência, a negligência com que operou para evitar que o prestígio do cargo de Senador da República, especialmente de um líder de bancada, fosse utilizado para beneficiar interesses escusos com recursos públicos.

É pela ausência de controle demonstrada pelo Senador, por seu desleixo com a coisa pública e com a dignidade e respeitabilidade do cargo que ele está sendo julgado.

Por todo exposto, julgo ferido o inciso III do art. 2º do Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, que imputa a todos nós, Senadores da República, como dever fundamental, exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública:

“Art. 2º São deveres fundamentais do Senador:

(...)

III – exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular;

A infração a esse dever fundamental constitui grave irregularidade no desempenho do mandato e dos encargos dele decorrentes, assim previsto no art. 59, inciso III do mesmo Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Não bastasse isso, o fato de solicitar ou permitir que seu nome fosse estampado em veículos adquiridos com recursos públicos configura ofensa ao princípio da impessoalidade administrativa, e, por via direta, abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional, previsto também no art. 5º do Código de Ética desta Casa, transcrevendo mandamento constitucional, **in verbis**:

“Art. 5º Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar:

I – o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional (Constituição Federal, art. 55, § 1º)

II – (...)

III – a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato e dos encargos decorrentes.

3. Voto

Entendo como emblemático o caso ora em apreciação por este Conselho, no qual, mais do que um parlamentar, individualmente, estará em julgamento um modelo político exaurido, porque em decomposição.

Este processo põe a nu, em toda a sua crueza, as relações promíscuas, de um lado, entre os poderes Legislativo e Executivo e, de outro, entre parte da clas-

se política e do empresariado, que tem como resultado a mal disfarçada privatização do Estado.

Nesse modelo, o relacionamento Governo x Congresso deixa de ser institucional, entre órgãos públicos, nos termos impessoais da lei, para se tomar uma ação entre pessoas, para favorecer amigos e correligionários. A distribuição de ministérios é feita não com vista à execução de políticas públicas pré-definidas pelo partido, mas tão somente para privilegiá-lo nas ações ministeriais. Para tanto, faz-se a partidarização, com pessoas estranhas ao serviço público, dos cargos de direção dos ministérios, que deixam de ser tocados, como deveriam, por um corpo burocrático profissional, comprometido apenas com o Estado.

Paralelamente, ocorre promiscuidade também entre parlamentares e empresários, com vista à obtenção de vantagens indevidas dos órgãos públicos partidarizados. A via utilizada é o Orçamento da União, que deveria ser um plano anual de governo, no qual seriam definidos os recursos destinados à realização de políticas públicas igualmente pré-estabelecidas. Ao invés, passa a ser uma ferramenta de corrupção, manipulado durante sua tramitação no Congresso, com emendas direcionadas, e, mais tarde, na fase de execução, nos ministérios, mediante liberações de verbas que caracterizam favorecimento e tráfico de influência. No final do processo, a compra dos bens, a prestação dos serviços ou a contratação das obras com as empresas conluiadas, com superfaturamento, via licitações viciadas, num assalto continuado aos cofres públicos.

Mesmo quando não configuram ilícitos penais, essas práticas se constituem em desvios éticos, de caráter anti-republicano, ao tratarem a “**res publica**” como “**res privata**”, a serviço de partidos transformados em confrarias de amigos. Ainda que toleradas como faltas menores, pela nossa cultura patrimonialista, parecem-me inaceitáveis, impondo-se uma reação saneadora no sentido de bani-las dos costumes políticos do nosso país. Antes que a completa desmoralização da classe política ponha em risco a sobrevivência da própria democracia e do estado de direito em que vivemos.

A quem exerce um **munus** público, especialmente ao membro de um Poder, não se permitem falhas e desvios toleráveis num cidadão comum. Como disse há poucos dias o Presidente da Câmara dos Deputados, mais do que nunca o momento atual exige dos nossos parlamentares uma conduta exemplar. Cada deputado ou senador deve principalmente ser, mas também parecer honesto. A perda de credibilidade do Congresso é tão grande que a recuperação só virá se as duas casas fizerem uma ruptura com o passado e

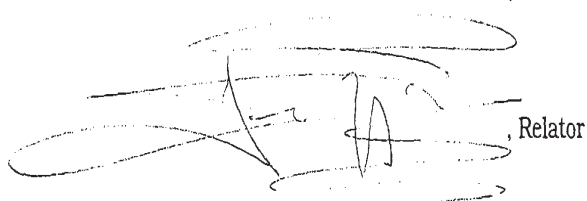
passarem a adotar uma postura autenticamente republicana de austeridade e nenhuma leniência com as práticas antes toleradas pelos nossos abastardados costumes políticos.

No caso em exame, não há dúvida que o senador não é um réu sem culpa, vitimado pela traição dos seus assessores, mas também e principalmente, como demonstrado, vítima dos seus próprios erros. Por isso, sai desse triste episódio com a reputação de tal modo trincada que a sua permanência no Senado Federal contribuiria para fragilizar ainda mais o já abalado prestígio da instituição.

Assim, em face do exposto, cumpro o dever, nada prazeroso, antes penoso, de, nos termos do projeto de resolução em anexo e por força do art. 11, inciso II, também do Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, votar pela procedência da representação, razão pela qual recomendo a aplicação da pena de perda do mandato ao Senador Ney Suassuna por haver negligenciado as obrigações e encargos inerentes ao seu cargo de Senador da República, especialmente no que se refere ao zelo com a coisa pública, bem como abusado das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões,

, Presidente



, Relator

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº, DE 2006

Determina aplicação da pena de perda do mandato ao Senador Ney Suassuna, pelos fatos apurados nos autos da Representação nº 1, de 2006, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Considerando o que consta nos autos da Representação nº 1, de 2006, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar deste Senado Federal;

Considerando a deliberação daquele Conselho no sentido de aplicar a pena de perda do mandato ao Senador Ney Suassuna por descumprimento do art. 2º, inciso III combinado com o art. 5º, incisos I e III, ambos da Resolução nº 20, de 1993, deste Senado Federal, que instituiu o Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal;

Considerando o que dispõe o inciso II do art. 11 do mesmo Código de Ética e Decoro Parlamentar do

Senado Federal, à vista da norma contida no art. 55, inciso II, da Constituição da República,

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Aplica-se ao Senador Ney Suassuna a pena de perda do mandato de Senador da República, prevista no art. 55, inciso II da Constituição Federal, por infração ao art. 2º, inciso III, combinado com o art. 5º, incisos I e III, ambos da Resolução nº 20, de 1993, deste Senado Federal, que instituiu o Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Senador Ney Suassuna foi incluído no Relatório Parcial da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “das Ambulâncias” em virtude de terem sido encontrados indícios de sua participação no esquema de aquisição fraudulenta de ambulâncias para diversos municípios do país, desviando assim recursos públicos do Ministério da Saúde.

Provocada pela CPMI, a Mesa do Senado Federal formulou representação perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal que, após procedimento onde foi assegurada ampla defesa e cumpridos todos os ritos procedimentais necessários, concluiu-se pela responsabilidade de S.E^{xa}. por negligência no que tange à apuração e controle de fatos ilícitos praticados por funcionários sob sua responsabilidade.

Entendeu, assim, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal que houve violação do art. 2º, inciso III combinado com o art. 50, incisos I e III, ambos da Resolução nº 20, de 1993, deste Senado Federal.

Em virtude desses fatos, cabe ao Plenário do Senado Federal adotar a presente medida, com o viés de moralizar e devolver a dignidade a esta instituição que vem sendo tão vilipendiada hodiernamente.

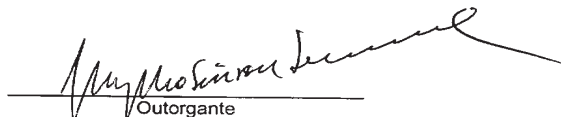
Sala das Sessões,

PROCURAÇÃO

Ney Robinson Suassuna, Brasileiro, Senador da República, portador da Carteira de Identidade RG no 03.249.998-0 SSP/RJ e do CPF/MF no 038.480.517-53, com endereço em Brasília, na Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Ala Rui Carneiro, Gabinete 2, nomeia e constitui seu bastante procurador o Dr. Marcelo Leal De Lima Oliveira, brasileiro, casado, inscrito na OAB/DF sob nº 21.932, com escritório profissional sito no SHIS QL 14, Conj. 05, Casa 17, Brasília — DF., ao qual confere poderes da cláusula “ad juditia” e os poderes especiais ressalvados no artigo 38 do Código

de Processo Civil, em especial para apresentar defesa escrita perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado.

Brasília – DF, 18 de setembro de 2006



Outorgante

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h55min)

ATA DA 16ª REUNIÃO DE 2006

Ata Circunstanciada da 16ª Reunião de 2006, realizada em 5 de outubro de 2006, quinta-feira, às 10h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência dos Senadores Demóstenes Torres e Leomar Quintanilha, destinada à oitiva do Deputado WALTER PINHEIRO e dos Senhores WYLERSON MOREIRA DA COSTA, VALDIR AGOSTINHO PIRAN e VALCIR JOSÉ PIRAN nos autos da Representação nº 3, de 2006, referente ao Senador Magno Malta.

Estiveram presentes os(as) Srs(as) Senadores(as):

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

Demóstenes Torres

PMDB

Leomar Quintanilha (PC do B)(cessão) – suplente

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)

Eduardo Suplicy – suplente

PDT

Jefferson Péres

CORREGEDOR DO SENADO FEDERAL

Romeu Tuma

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sr^{as} e Srs. Senadores, declaro aberta a 16ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Comunico que recebi o seguinte expediente do Sr. Valdir Agostinho Piran:

Exmº Senador,

Em atenção ao Ofício nº 108/2006, CEDP, através do qual fui convidado a comparecer à 16ª Reunião do

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 5 de outubro de 2006, quinta-feira, às 10 horas, na sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho, venho através dessa, respeitosamente, declinar do referido convite, haja vista que, em face de compromissos empresariais anteriormente assumidos, não terei condições de comparecer à reunião acima mencionada. Aproveito a oportunidade, outrossim, para também informar que, no dia 20 de setembro de 2006, atendendo a convite de V. Ex^a, compareci e prestei esclarecimentos que se fizeram necessários sobre o assunto referente ao Senador Magno Malta. Naquela oportunidade, assinei termo de compromisso em dizer a verdade, sendo desnecessário afirmar que assumo inteiramente o que foi dito por mim naquela ocasião, nada tendo a acrescentar àquele assunto.

Sendo o que me apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente, – **Valdir Agostinho Piran.**

A presente reunião foi convocada para a oitiva do Deputado Walter Pinheiro e dos Srs. Wylerson Moreira da Costa, Valdir Agostinho Piran e Valcir José Piran nos autos da Representação nº 3, de 2006, referente ao Senador Magno Malta.

O Sr. Wylerson Moreira da Costa está presente e já assinou o termo de compromisso.

Sendo eu Relator da matéria referente ao Senador Magno Malta, transiro a Presidência ao nobre Senador Leomar Quintanilha.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – O advogado do Senador Magno Malta se encontra presente? S.S^a está vindo.

Já à Mesa o Sr. Wylerson Moreira da Costa. S.S^a já assinou o termo de compromisso.

Passo então a palavra ao Relator, eminente Senador Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs., eu perguntaria ao Sr. Wylerson: O senhor é Chefe de Gabinete do Deputado Lino Rossi? Se for, há quanto tempo?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Não. Não sou Chefe de Gabinete não. Sou Assessor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor é Assessor encarregado desses assuntos particulares do Deputado Lino Rossi ou tem outras tarefas e outras atribuições?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – A gente faz atendimento do pessoal de Mato Grosso, não é?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor é encarregado também de verificar automóveis de propriedade do Deputado?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA –

Quando ele me faz um pedido, eu verifico.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor sabe quantos automóveis atualmente tem o Deputado?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Ele

tem 2 (dois) carros.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Pode descrevê-los?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Uma

Mitsubishi e uma S10, de cor prata.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Esse automóvel...o senhor se encontra com ele há quanto tempo mesmo?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Eu

trabalho com ele faz 5 anos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor participou dessa operação que acabou, ou teve conhecimento dessa operação em relação a esse automóvel Ducato?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Em

que sentido o senhor quer dizer?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor conhece como é que o Deputado adquiriu esse automóvel?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Ah,

sei, sim senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Pode descrever?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA –

Posso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Pois não.

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – É...

quem repassou o Ducato para o Deputado foi a Firma Planam, janeiro de 2002, para ajuda de campanha.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor pode detalhar como é que foi feito? O senhor foi pegar esse automóvel?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Não.

Não. Não. Já chegou, estava no escritório lá da coordenação, já estava programado para a campanha.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL –

GO) – Entregou no escritório da coordenação que fica onde?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Fi-

cava lá em Várzea Grande.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Em Várzea Grande. E a partir daí, o que que aconteceu com esse automóvel? Como é que ele foi parar na mão do Deputado, como é que ele voltou para o Senador Magno Malta? Como é que ele voltou para as mãos do Deputado Lino Rossi. O senhor pode descre-

ver o que que aconteceu com esse automóvel. O que o senhor conhece a respeito disso?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Ele foi para a campanha. Ele o usou na campanha. Depois da campanha, ele perdeu a eleição. E final de 2002, novembro, ele vendeu o carro para o Cuque.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Ele vendeu para quem?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – O Cuque.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O que é Cuque?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – É o rapaz que comprou o carro dele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor pode descrever o nome completo, quem é?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – É Valdir o nome dele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– É Valdir ou Valcir Piran?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – É Valcir.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Vendeu?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Vendeu para ele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Vendeu e recebeu?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Aí eu não sei. É ele que foi lá fazer a venda, não é?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Certo. Isso aí o senhor sabe.

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Sei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Ele disse para o senhor? Ou o senhor participou disso?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Não. Não. Ele falou que estava vendendo. Acabou a campanha e ele estava precisando de dinheiro.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor é lá de Mato Grosso?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Sou.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor conhece o Cookie?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Conheço.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Deputado tinha um relacionamento grande com ele?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Ele ia direto lá no Sr. Valdir.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pronto. Valdir ou Valcir?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Valcir.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E aí?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Aí ele vendeu o carro. Depois de 4 ou 5 meses mais ou menos, ele pegou esse carro de volta de volta. Aí...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Por que ele pegou esse carro de volta?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Ele chegou com lá...ele pegou o carro de volta. Agora...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Por quê, o senhor não sabe.

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Não sei. Por quê, eu não sei. Aí ele falou que estava emprestando para o Senador Magno Malta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Isso em 2002 ou 2003?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Não, isso foi em 2003. Foi abril de 2003.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Por que o senhor se lembra assim, com precisão, dessa data, abril de 2003? O que é que marcou o senhor?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Não. Não. É... começou a parecer na imprensa, eu comecei a puxar para ver como que foram as coisas, não é?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Está bom. Então o senhor sabe da data porque o senhor agora que a data foi essa?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Não. Mais ou menos a data que eu sabia. Que era mais ou menos essa data. E eu fui tirando as informações.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor não tem precisão?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Não senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Se brincar, o senhor não sabe o que que o senhor comeu num jantar há um mês.Como todo mundo.

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Ah, não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A pessoa se lembrar que foi abril de 2003, entregou lá, é difícil, não é? Pode ser que o senhor não se lembre de um cheque que o senhor deu em abril de 2003, não é verdade?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Isso é verdade.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Bom. O senhor sabe dessa data. O senhor sabe que foi feita a negociação.

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Foi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas essa data lhe veio à memória, porque o senhor leu no jornal que foi essa data.

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Mais ou menos essa data.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Bom, então aí ele apareceu e disse que ia emprestar para o Magno Malta.

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Magno Malta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor se lembra do Magno Malta no Gabinete dele, conversando sobre esse assunto? O senhor presenciou?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Não senhor, eu não presenciei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele só falou que ia emprestar para o...

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Só falou que ia emprestar para o Senador Magno Malta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Certo. E aí? A partir daí?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Emprestou e aí, em 2005, ele devolveu.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Devolveu quando, o senhor sabe?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Devolveu no final do ano, agosto, setembro de 2005.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Por que o senhor se lembra dessa data? O senhor que foi buscar esse carro?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Não. No dia que foi buscar, fui eu que foi buscar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ah, foi o senhor que foi buscar?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Fui eu que fui buscar o carro quando chegou.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor foi buscar aonde?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Na Grancap. Porque ele despachado pela Grancap.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O que é a Grancap?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – É uma transportadora de veículos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – De onde é essa transportadora?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Lá de Cuiabá.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Grancap?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Grancap.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas o carro estava aonde? Veio de onde para onde?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Veio de Vitória.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Veio de Vitória e foi entregue em que lugar?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Em Cuiabá, lá na Grancap.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Em Cuiabá. Ok. E o senhor foi buscar esse carro lá?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Eu busquei o carro e entreguei para o Deputado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor tem o recibo lá, tem o recibo de que o carro foi entregue para o senhor, ou o senhor chegou e falou: “Eu sou o fulano de tal.” E eles lhe entregaram o carro?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Não. Foi pago lá, eu que paguei, e o recibo eu entreguei para o Deputado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor entregou o recibo para o Deputado?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Para o Deputado. Quando chegou, eles cobraram 1.600,00 reais. Quando despachou, que o Senador Magno Malta pagou 800, e era para nós pagar 800 reais. Só que como tinha sumido uma roda, eu paguei 750,00 reais, porque descontou a roda.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E esses documentos estão de posse do Deputado Lino Rossi?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Os recibos, eu passei para o Deputado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Bom. E aí o que mais que aconteceu com esse carro?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – E aí eu passei para ele esse carro, não é?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Passou para o Lino Rossi? Certo. Entregou direto para o Lino Rossi?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Entreguei direto para o Deputado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor não esteve conversando com o José Luiz

Cardoso não? Porque esse carro estava em nome de José Luiz Cardoso.

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Estava. Ele me ligou para poder...como o Deputado tinha pegado o carro, ele ligou para poder transferir, porque ele disse que estava chegando muita multa. Aí eu comuniquei para o Deputado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – José Luiz Cardoso ligou para o senhor?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Ligou.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Como é que ele descobriu o número do senhor?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Ele disse que ligou para o Gabinete do Deputado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E como é que ele descobriu que o Deputado estava de posse desse carro?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Não, porque ele viu ele andando lá em Várzea Grande. Várzea Grande é pequena.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então o Deputado recebeu o carro e começou a andar com ele?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Ele estava andando lá. Eu não sei de onde que ele viu. Ele me ligou e aí ele entrou em contato com a pessoa que tinha vendido, falou que estava chegando muita multa. Eu avisei para o Deputado, e o Deputado mandou eu ir atrás dele para fazer a transferência. Aí eu fui atrás dele, ele ligou para o Deputado e transferiu para o nome...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Deputado também, em seguida, esteve com ele? Com o José Luiz Cardoso?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Que eu saiba, não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E o Deputado mandou o senhor transferir o documento para quem?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Para a Querli Batistello.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quem é Querli?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – É a esposa do Deputado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Isso. E por que o carro, valendo, em valor de mercado, R\$40.000,00 (quarenta mil reais) ou R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), foi transferido pelo valor de 20?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Eu fui falar com ele o que precisava, e ele trouxe o recibo preenchido.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Já trouxe o recibo preenchido, o senhor só foi ao Detran?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Não. Não. Teve que pagar um despachante lá. Daí ele levou para o despachante. Foi o despachante que fez, não fui eu que fiz. Foi o despachante.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor só transferiu o recibo...

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Eu fui atrás dele...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas me diz uma coisa, esse recibo foi apreendido pela Polícia Federal. Ele não existia. Ele foi apreendido quando teve a Operação lá com o Vedoin. Então ele está na Polícia Federal. Como é que foi feita a transferência desse carro? O senhor disse que pegou o recibo preenchido.

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – É. Eu fui procurar ele lá, e ele falou que não estava com o recibo. Ele pediu uma segunda via, o José Luiz pediu uma segunda via e preencheu.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O José Luiz pediu uma segunda via?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – É.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então o senhor combinou com o José Luiz, ele foi lá e pediu uma segunda via?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Eu falei que ele queria que transferisse porque estava chegando muita multa do carro e ia prejudicar os pontos dele. E aí ele pediu “para mim transferir”. Eu falei para o Deputado, o Deputado falou para transferir em nome da Querli. Aí eu fui atrás dele e ele providenciou e falou que o recibo não estava com ele. E aí ele providenciou a segunda via e transferiu.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor consegue explicar porque que esse recibo...o Vedoin não tinha nada a ver com isso. Como é que esse recibo estava com o Vedoin?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Isso eu não sei falar com o senhor. Porque eu não sei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O documento do carro de transferência em branco, o que o senhor está contando aí, o Vedoin não tem nada com isso. Mas ele estava com esse documento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Isso eu não sei a respeito disso.

Sr. Presidente, eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Se algum eminente Senador manifestar interesse em fazer qualquer pergunta ao Sr. Wylerson, o momento é esse.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, permita-me primeiro perguntar ao Relator, Senador Demóstenes Torres. Quando cheguei ao Conselho, a pergunta já estava feita, só queria saber o que efetivamente aconteceu. Por que o Sr. Wylerson Moreira da Costa está explicando que transferiu um carro, o recibo, e o que é que tem a ver isso com o objeto principal que estamos averiguando, relacionado, salvo engano, ao Senador Magno Malta? Eu só quero compreender bem, por favor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Farei um breve relato a V. Ex^a que estava como eu, em campanha, V. Ex^a merecidamente vitorioso, e eu injustamente perdi a eleição.

Mas eu quero lhe fazer um relato. A acusação que pesa sobre o Senador Magno Malta é a de que ele teria se utilizado – vou usar inclusive termos mais... – de um carro Ducato durante um longo período e que esse carro lhe teria sido dado pelos Vedoin, pai e filho, em troca de uma emenda que ele não apresentou. Então, a partir daí nós estamos nesse novelão mexicano aí para descobrir como é que...não é? Sempre aparece uma nova personagem na história. Agora, esse carro foi da Planam, foi entregue a Lino Rossi, foi de propriedade dele, foi transferido para José Luiz Cardoso que nunca tinha aparecido na história, veio aqui. José Luiz Cardoso, por sua vez, veio, fez o depoimento, e lá ele disse que o Sr. Wylerson representando o Deputado Lino Rossi, posteriormente Lino Rossi, tinha estado com ele pedindo para transferir para Querli Batistello. Depois descobrimos que Querli Batistello é a mulher, a esposa do Deputado Lino Rossi. Até nós dispensamos a oitiva porque não queremos entrar na vida particular de ninguém. Já descobrimos quem é, não tem qualquer importância mais.

E o Sr. Wylerson está aqui para explicar essa história. Uma história, que era de uma simplicidade muito grande, foi ganhando uns contornos porque foram apresentados alguns recibos em branco. Mandamos checar o Vedoin que apresenta um cheque que teria pago esse carro para entregar ao Senador Magno Malta. Só que o cheque só vem com a frente, o verso está em branco. Como o Conselho tem poderes limitados, não pode convocar, não pode determinar quebra de sigilo, nós estamos lutando aí para tentar esclarecer essa história.

Então, o Sr. Wylerson é esse funcionário que operacionalizou. Agora, ninguém consegue explicar... é o seguinte, para todas as versões que foram dadas aqui, o Vedoin não tem nada a ver com a história. Mas quando a Polícia Federal apreendeu toda a documentação do Vedoin, está lá o documento de transferência

do automóvel está entre a documentação do Vedoin. Então estamos buscando, a todo o instante, esclarecer essa situação. Não para condenar e nem para absolver o Senador, mas esclarecer. Então, o Wylerson é essa personagem mencionada aí no último depoimento como tendo sido a pessoa que operacionalizou essa transferência. Nós estamos tentando como é que ele fez. Mas ele mesmo está dizendo que foi o próprio José Luiz Cardoso que pediu a segunda via, e que isso já foi entregue diretamente ao Lino Rossi. Só que ele disse que o Lino Rossi não teve contato com ele. Já o José Luiz Cardoso disse que teve com o Lino Rossi. É um poço de contradições aí. Mas...

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Então o senhor me permite?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E ele é funcionário do Lino Rossi.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – O Wylerson é funcionário do Lino Rossi?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Exatamente.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Então, eu tenho uma pergunta, Sr. Presidente, ao Sr. Wylerson Moreira da Costa.

Em sendo o senhor funcionário do Deputado Lino Rossi, que, objetivamente, em relação ao que aconteceu com o Senador Magno Malta, conhece o senhor alguma informação relevante? Pôde o senhor fazer uma avaliação do procedimento em relação às obrigações éticas do Senador Magno Malta nesse evento, que, de alguma forma, se relaciona à amizade, às atividades com o Deputado Lino Rossi, com o qual o senhor trabalha? De alguma maneira o senhor tomou conhecimento de alguma ação que pudesse ser considerado como ferindo o decoro parlamentar no que diz respeito àquilo que estamos averiguando as ações do Senador Magno Malta? É a pergunta que tenho ao senhor se puder contribuir aqui junto ao Conselho de Ética é muito importante, já que o senhor trabalha com o Deputado Lino Rossi, soube e porque viveu aspectos relacionados à questão do empréstimo ou da cessão do automóvel, primeiro para o Deputado Lino Rossi, e, salvo engano, depois para...o que depois se tornou o Senador Magno Malta. Não foi isso? Que ele depois acabou tendo um carro à sua disposição por um tempo e que está no centro dessa história.

A minha pergunta é essa, por tudo o que tomou conhecimento, se considera que houve um procedimento que se relaciona à questão de emendas, um procedimento que na sua avaliação possa ser considerado como contrário ao decoro parlamentar da parte do Senador Magno Malta, uma vez que nós estamos

aqui exatamente examinando se ele teve algum procedimento inadequado. É a pergunta que eu faço.

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – O que eu posso falar para o senhor é o seguinte, que me pediram lá para, por exemplo, o carro foi emprestado para o Senador, não é? Aí pegamos de volta. Mas eu não sei o relacionamento do Deputado Lino Rossi com o Senador referente a isso. Para mim, não tem nada a ver, não é? Agora, eu não sei se teve alguma conversa entre eles. Eu não posso falar para o senhor que eu não presenciei conversa nenhuma do Deputado Lino Rossi com o Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas o senhor ouviu falar: “Vou emprestar para o Magno, por isso?”

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Não. Ele falou só que ia emprestar. Não falou nada, nada, nada.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E não foi o senhor que entregou carro para o Magno não, não é?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Senador Demóstenes, eu gostaria de esclarecer uma coisa, também como Senador Suplicy, cheguei atrasado.

Para tomar emprestado uma expressão do Código Civil referente a bens imóveis. Qual foi a cadeia informal dominial desse carro? Desse misterioso carro?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Olha, agora nós conseguimos esclarecer. Mas, aparentemente, aconteceu da seguinte forma. Inclusive, o próximo depoente é que vai esclarecer se foi dessa forma mesmo. O carro foi dado à Planam, a Planam deu esse carro para Lino Rossi.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Formalmente ou não?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Formalmente. Agora...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Transferiu?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Transferiu. Já saiu direto da propriedade da concessionária para Lino Rossi.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Zero quilômetro?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Exatamente. Só que o Lino Rossi, aqui ele deu explicações para isso. Por fim, chegou a ajuda de cam-

panha. Ele disse que tinha um relacionamento, bom... O Lino Rossi vai ser apurado por lá, e me parece que está bastante enrolado mesmo.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Foi doação?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A última versão é doação de campanha. Só que isso também não formalizado. Mas ele admite que Caixa 2...agora Caixa 2 virou panacéia, virou até remédio, não é? Então ele recebeu. Em seguida, ele disse que precisava de um dinheiro e foi a essa *factoring* de Valcir Piran e lá ele entregou o carro e pegou o dinheiro. E esse carro foi vendido a José Luiz Cardoso pela *factoring*. O José Luiz Cardoso, por sua vez, andou com o carro algum tempo e viu que era um carro inadequado para as condições que ele precisava, devolveu. E a *factoring* entregou para o Deputado Lino Rossi. Essa é a versão dada até agora.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Entregou por quê?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A troco de nada.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – A troco de nada?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E o Lino Rossi até admite que deu o “cano na Factoring” (entre aspas). É um negócio complicado. Vamos até esclarecer isso agora. Depois ele teria emprestado esse carro para o Senador Magno Malta. O Vedoin disse que comprou o carro e deu para o Magno Malta em troca de emendas, e que essas emendas, o Magno Malta ficou também inadimplente com os Vedoin, não apresentou as emendas.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – E onde que entra o depoente?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Aí o José Luiz Cardoso começou a receber uma série de multas e ligava para o Valcir Piran pedindo para transferir. Em 2005, esgotado o objeto que o Senador Magno Malta teria

utilizado para apresentação de shows e tal, ele resolveu, voluntariamente, devolver esse carro ao Lino Rossi. E sempre a pessoa ligando pedindo a transferência. Quando estoura o escândalo, aí o Lino Rossi resolve transferir e o transfere para a Querli Batistello, e nós descobrimos que é a mulher dele. E quem operacionalizou a transferência foi o Sr. Wylerson, que teve o contato com o José Luiz Cardoso e tal. O José Luiz Cardoso não tem nada a ver com a história. Só teve o carro em nome dele por um determinado período. Voltou e vendeu esse carro de novo para a empresa, mas o carro ficou em nome dele. Então, como nós não sabíamos...e ele até disse:” Olha, só tomei conheci-

mento que eu estava na história quando eu vi o senhor dizendo no Jornal Nacional que queria saber quem eu era.” E aí, felizmente, nós descobrimos, e até... me parece, que esse carro já nem está em nome de Querli Batistello mais. Porque o Deputado Lino Rossi disse que fez já uma transferência posterior.

Então, nós estamos pedindo, já solicitamos ao Detran, e estamos aguardando a resposta dessa documentação. Por isso é que eu digo que a história ainda...é aquele negócio, e sempre com um detalhe novo, alguém que participou de um...O Lino Rossi foi mais uma testemunha de acusação do que de defesa. Em um minuto ele muda de opinião três, ele dá três versões para o mesmo fato. Quem participou do suposto jantar também se contradisse muito.

Agora, nós precisamos esclarecer essa situação. O que que aconteceu realmente, até para fazer um juízo de condenação ou de absolvição em cima do Deputado. Mas, estamos nessa luta aí, querendo trazer sempre novas testemunhas, buscando a prova definitiva. Esse cheque, eu acho que vai ser imprescindível, ver onde é que ele entrou, qual foi a movimentação desse cheque, por onde ele passou.

Agora, o Conselho tem as limitações de não poder requisitar testemunhas. Por exemplo, esse Valdir Piran, que é o irmão do Valcir, que esteve aqui, declinou do nosso convite, de não vir aqui. Quer dizer, então, eu acho até que é uma questão de fazer uma alteração constitucional para dar poderes de investigação ao Conselho de Ética. Porque os nossos poderes acabam sendo quase que simbólicos. Não podemos quebrar sigilo bancário. Nós não podemos requisitar documento. Nós não podemos convocar as pessoas. E aí ficamos Tateando, mas vamos à luta.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – O advogado do Senador Magno Malta, Dr. Luiz Carlos da Silva Neto já encontra presente. Se desejar fazer alguma pergunta? O senhor quer se manifestar?

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Exmº Sr. Presidente, mui digno Presidente, é uma honra poder estar aqui diante deste Conselho pedindo desculpas pelo pequeno atraso.

Respeitadíssimo Relator, eminentes Senadores aqui presentes, aos conspícuos Assessores aqui presentes, a todos presentes, não me assusta o fato do Deputado Lino Rossi ter, de alguma forma aqui, apresentado algumas versões. Afinal de contas, ele está se defendendo de uma acusação que ele também sofre no Conselho da Câmara Federal.

A pergunta à testemunha é se alguma vez ele esteve com o Senador Magno Malta?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Eu estive uma vez com ele em Rondonópolis, quando foi fazer uma apresentação do negócio de drogados. Eu estive uma vez só com ele lá.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Dr. Luiz Carlos, a pergunta deve ser endereçada à Presidência da Mesa, e a Mesa assim fará a pergunta ao depoente.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Perfeitamente.

A pergunta é se ele esteve alguma vez com o Senador Magno Malta, se ele pode esclarecer como é que foi esse encontro com o Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Se puder responder.

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Eu estive uma vez com ele, como falei para você, em Rondonópolis, porque ele esteve lá, numa apresentação daqueles livros de drogado. Cheguei e “cumprimentei ele”. Eu tinha levado uma pessoa lá e automaticamente fui embora. Conversei com ele mais ou menos cinco minutos simplesmente.

Aqui em Brasília, nunca conversei com ele; em outro lugar, nunca conversei, nem por telefone nem nada. O único contato mesmo que eu tive foi essa vez lá, porque levei uma pessoa lá. Ele estava fazendo a apresentação dos livros dele, que ele tem. Deixei lá, conversei com ele cinco minutos, me apresentei, que era Assessor do Deputado Lino Rossi, e fui embora. Só isso.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Presidente, se alguma vez ele já viu ou ouviu comentários de que o Senador Magno Malta estivesse com algum dos Vedoin.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – O senhor pode responder.

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Não, senhor.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Ainda quanto à questão do empréstimo, o Senador Demóstenes Torres já deixou bem claro que o carro teria sido emprestado, e ele não sabe por que motivo. Mas nem por comentário ouviu dizer por que razão o carro foi emprestado ao Senador Magno Malta?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Não, senhor.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Há quanto tempo o carro foi devolvido para o Deputado Lino Rossi?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – O senhor pode responder.

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Foi devolvido ano passado, mês... setembro.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Setembro de 2005?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Setembro de 2005.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – A testemunha sabe informar, Excelência, por que razão o carro teria sido devolvido em setembro de 2005, muito antes dos fatos que são hoje perseguidos por este Conselho?

O SR. WYLERSON MOREIRA DA COSTA – Não sei, não.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Obrigado, Excelência.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Se fosse um fusca, ele poderia falar do carro, não é? Então nós saberíamos.

Vamos dispensá-lo e chamar a próxima testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Agradeço a participação do Sr. Wylerson Moreira da Costa.

Convidamos o Sr. Valcir José Piran, acompanhado do seu Advogado, Dr. Paulo Budoia.

Com a palavra o Relator, Senador Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sr. Valcir Piran, o senhor foi mencionado no depoimento do seu irmão. Todas as outras testemunhas disseram que era Valdir Piran, e não Valcir Piran. Mas o irmão do senhor disse que quem trabalha em Mato Grosso é o senhor; ele trabalha em Brasília. Então, quem tem detalhes sobre esse caso é o senhor.

O senhor confirma?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Confirmo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eu perguntaria ao senhor: a Planam é cliente do senhor, não é?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E também o Deputado Lino Rossi é cliente do senhor?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não. Cliente de...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Comprou, negocia, disse que vai sempre com o senhor... Disse que tem negócios com o senhor.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Do carro, sim. Se ele fez outros tipos de negócio, eu não me recordo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Perfeito.

Muito bem. A Planam, que é cliente do senhor, apresentou uma versão. O Deputado Lino Rossi apre-

sentou uma outra versão. Quem mentiu: Lino Rossi ou a Planam? É o senhor que pode esclarecer.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Eu preciso saber o que os dois falaram.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A Planam disse que comprou esse carro e deu de presente para o Deputado Lino Rossi. E o Deputado Lino Rossi disse que comprou do senhor.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Eu comprei do Lino Rossi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ah, então o Lino nunca comprou do senhor?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não, não. Eu comprei do Lino e vendi para o José Luiz Cardoso. Comprei de volta do José Luiz Cardoso e vendi para a Planam, de volta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não para o Lino?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ah, muito bem! Então vendeu mesmo para a Planam. O Lino...

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – O Lino, de mim ele não comprou; eu que comprei dele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ah, muito bem!

Esse carro, então, ficou pertencendo à Planam, em nome de José Luiz Cardoso.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Exato.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Só para lembrar, quando a Planam comprou pela primeira vez e deu para o Deputado Lino Rossi, o senhor teve alguma participação nesse negócio?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Ah, aí eu não sei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quero saber se o senhor teve alguma participação nesse negócio.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não, não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O que aconteceu? O Deputado Lino Rossi procurou o senhor para vender esse carro?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Após a campanha dele, no final de 2002, ele me procurou para vender o carro.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Qual era o valor?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Eu não me recordo muito bem. Foi de 40, 40 e poucos. Essa é a média de preço.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor se lembra que foi no final da campanha, mas não se lembra do valor.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Eu lembro da campanha, porque, na época em que ele acabou a campanha, perdeu a eleição e precisava vender o carro. Então, foi nessa época que eu comprei dele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O carro estava em nome dele?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Eu acho que estava em nome dele, sim, mas isso aí eu tinha que ver com o José Luiz, porque eu passei direto para ele; ele é que transferiu para o nome dele. Mas devia estar em nome do Lino, né? Eu não tenho certeza disso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E o que aconteceu? O senhor vendeu esse carro para o José Luiz Cardoso.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – José Luiz Cardoso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Como foi essa venda? O senhor se lembra? O senhor é dono de uma *factoring*?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Também.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E é dono também de uma concessionária de automóveis?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não. O meu irmão é dono de uma concessionária lá. Não o Valdir; um outro irmão meu. Então, muitas vezes, eu pego carro, ele vende para mim, eu compro dele, entendeu?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Certo. E o Lino disse que tem um relacionamento muito próximo com o senhor. Visitava sempre o senhor.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Teve outros negócios?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Relacionamento íntimo assim, de ele ir na minha empresa direto, não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Lino, inclusive, disse que deve para o senhor; deu um depoimento aqui, falando que deve para o senhor. E, em relação a esse carro, como ele... O senhor comprou... Ele vendeu... É um negócio complicado.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Está meio complicado, sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele negociou com o senhor e ficou devendo. Quer dizer, ele pegou um dinheiro com o senhor, e ficou devendo.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não. O negócio com o Lino foi o carro, que eu estou lembrado. Não me lembro de outros negócios que fiz com ele.

Isso foi em 2002 que ele está falando?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Foi em 2002.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – É, faz tempo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Conte a versão do senhor. É mais fácil assim.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – O carro, na época em que acabou a campanha, ele me procurou – acho que deve ter procurado outras pessoas e acabou chegando em mim – para comprar o carro dele, uma Ducato preta. Aí eu comprei dele. Passou uns dias, acho que foi um mês, dois meses, e eu vendi para esse Luiz Antônio.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– José Luiz Cardoso.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – José Luiz Cardoso.

O José Luiz Cardoso usou uns três, quatro, cinco meses e me devolveu ela.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Por que ele devolveu?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Ele devia uma parte, não tinha... E não gostou do carro. Ele falou: “É mais fácil para você vender, porque o seu irmão mexe com carro; para mim está difícil”. E me devolveu.

Eu procurei o Luiz Antônio e ofereci o carro, o Sr. Darci, lá para o Luiz Antônio. Eles se interessaram e compraram o carro.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Então foi o senhor que procurou o Luiz Vedoin para vender o carro.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Para vender o carro, sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Por que o senhor o procurou?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Porque eles mexiam com isso, com ambulância, com o troço, e eu pensei que poderia ser útil para ele. Eles usavam Ducato para fazer esse tipo de...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– De ambulância?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – É.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas a Ducato não é um carro muito diferente de uma ambulância?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Parece que é um carro todo confortável...

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Mas ele foi mudado. Ele foi mudado para executivo, com poltronas e... Era tipo um escritório, mas era só tirar e usava tranqüilo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas a lembrança do senhor era de procurá-lo porque ele mexia com ambulância e tal.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – E tinha a empresa que mexia com isso. Para eu vender um carro daquele, todo fechado, para quem eu ia vender? E eu conhecia eles; ofereci para eles, que se interessaram em comprar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E eles compraram?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Compraram.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Pagaram quanto?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Eu não estou... Na época...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Eles apresentaram um cheque, dizendo que pagaram realmente para o senhor isso aí.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Me pagaram.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor conhecia a empresa EPP? Eles tinham várias empresas ou compravam só em nome da Planam?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não, acho que eles tinham várias empresas. Eu não lembro o nome das empresas, mas acho que era mais do que uma.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Se esse cheque foi dado ao senhor... Eles pagaram com cheque, claro, ou pagaram em dinheiro vivo?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não estou lembrado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas eles costumavam pagar em dinheiro vivo?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Pagavam também em dinheiro alguma coisa. Por exemplo: eu operava com eles lá. Voltava um cheque. Muitas vezes, eles pagavam em dinheiro, muitas vezes, eles faziam outra operação, quitavam o débito e pegavam o troco. Esse tipo de negociação de compra de ativo, né?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Certo. Deixe-me tentar achar esse cheque, para mostrar ao senhor o cheque que eles apresentaram como tendo sido o cheque que pagou.

Peço à assessoria que localize o cheque no processo.

Quero mostrar ao senhor porque ele disse que foi o cheque pagou ao senhor, no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

O senhor comentava com ele ou ele chegou a comentar com o senhor que esse carro seria dado para alguém?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não. A conversa minha com ele era mais negócio de... e mais com a irmã dele do que com ele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Qual o nome da irmã dele?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Alessandra. Mais assim, o negócio que eu tinha com ele de ativo era mais com ela. Era negócio como o do carro. Eu oferecia. Eu “conhecia eles” e tal... mas...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então o Lino Rossi não ficou devendo para o senhor.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não. Eu não fiz...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, a única operação feita foi que o senhor comprou o carro dele?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Que eu me lembre, sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Depois...

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Foi em 2002, não é? Eu faço “muitas operação”. Não tem como eu lembrar assim: olha, eu fiz tal operação com ele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Tudo bem. Mas, se ele devesse para o senhor, o senhor iria se lembrar, não é?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Sim. Hoje ele não me deve nada.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele não deve nada para o senhor?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Hoje, não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Em relação a esse carro ele jamais ficou devendo. Foi o senhor que comprou e pagou, não é?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Eu que comprei dele o carro. Eu que comprei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor confirma isso então?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Com toda a certeza.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse carro, então, foi entregue para os Vedoin...

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Primeiro...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas ficou em nome de José Luiz Cardoso?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Ficou, mas era para eles terem transferido urgente, que eu pedi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Imediatamente.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – E eles ficaram muito tempo. Acho que mais de ano no nome do José Luiz. O José Luiz me procurava, eu “procurava eles” e eles não... “Não, vai transferir, vai transferir...” Parece

que vinha multa desse carro. Ele vinha com “uns papel” na mão, o José Luiz, falando: “Olha, eu quero que você transfere porque a minha carteira está indo para o pau, está indo... os pontos... Eu vou perder a minha carteira.” Vinha “umas multa” de São Paulo, acho que era “as multa” que ele me falava, várias multas. Eu não vi “as multa” na mão dele...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas o senhor procurava os Vedoin, não o Deputado Lino Rossi?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor não sabia que o Lino Rossi estava, então, no meio disso?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não. O Lino Rossi, eu comprei dele. Depois da compra do Lino, eu não conversei mais com o Lino sobre...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – ...esse carro.

Esse é o cheque que ele disse ter dado ao senhor, é claro que pagando, não é? Está em nome dessa empresa...

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não. Não lembro desse cheque, não. Foi depositado na minha conta, alguma coisa?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas, se ele pagou ao senhor, ele deve ter sido depositado na conta do senhor.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Pode ser que...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Se foi depositado na conta do senhor, o senhor tem como levantar isso?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Mas isso aqui não foi depositado na minha conta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Como o senhor sabe que não?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Porque não está nominal. Não tem depósito nenhum. Pode ser que ele deu esse cheque e depois pagou em dinheiro. Falou: “Olha, não deposita. Vou te pagar em dinheiro.” ou “Não deposita. Vou fazer uma operação aí de um cheque...”

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não, mas o cheque, o verso do cheque não está aí para comprovar se houve ou não.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Mas é...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, com certeza... O senhor pode...

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Eu não te dou certeza...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– ...de nada.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não posso dar certeza, mas, olha, aqui 90%, 99%, esse cheque não foi na minha conta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor autoriza... O senhor apresentaria para o Conselho extratos de sua conta para ver se esse cheque entrou em uma das contas da empresas do senhor?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Puxo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor se compromete conosco?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Assinaria um termo de compromisso em relação a isso?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Assino.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Até semana que vem o senhor nos enviaria essa documentação?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Se foi depositado em minha conta, eu mando.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– É um cheque pré-datado para 15 de novembro de 2003. Ele pagou em primeiro de setembro.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Qual é o valor do cheque?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Cinquenta mil reais. É o valor que ele diz que pagou e que o Senador Magno Malta teria se comprometido a apresentar emendas, até em outros valores, depois receberia mais. Então, ele apresenta esse cheque.

Essa empresa, o senhor confirma que é uma das empresas do Vedoin?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – É.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Enir Rodrigues de Jesus, o senhor sabe quem é essa senhora?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas o senhor recebeu cheques dessa empresa.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Já operei cheque dessa empresa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Era comum também o senhor receber cheques pré-datados deles?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Eu fazia operação. Era “cheque pré-datados”.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Eram sempre pré-datados. Quando estava para 15

de novembro de 2003, nesse dia, o senhor depositava ou nesse dia ele pagava em dinheiro...

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – ...ou a irmã dele ligava e falava: “Olha, não deposita que eu vou levar um outro cheque para você operar e você desconta esse cheque.”

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas da forma como foi pago o senhor vai ter, como foi o senhor que vendeu, a documentação de como isso entrou na contabilidade do senhor, não vai?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Eu vendi esse carro dentro do ano. Então, não sei... Vou procurar meu contador e vou ver isso, mas esse cheque aí provavelmente não foi depositado, não. Isso aí deve ter sido pago em dinheiro ou, como eu falei, eles...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas o senhor vai ter como comprovar se isso entrou em cheque ou em dinheiro, porque o senhor vendeu.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Vendi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Quem vendeu recebe. Concorde?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Recebe.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor recebeu?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Então, precisamos saber como o senhor...

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Vou procurar, vou levantar como foi pago esse carro.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor se compromete, então, a apresentar o cheque ou...

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – O que eu encontrar sobre isso...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– ...o que o senhor encontrar sobre o pagamento disso? O senhor acha que em quanto tempo o senhor recebe...

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Aí, eu teria que ver com o contador. No máximo, em 15 (quinze) dias eu levanto isso, acho.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Então, vamos aguardar por 15 (quinze) dias.

Peço à assessoria que providencie a documentação para que o Sr. Valcir José Piran assuma o compromisso de entregar o comprovante do recebimento.

Então, o José Luiz Cardoso começou a azucrinar o senhor para transferir o carro, porque ele deixou lá, o senhor vendeu, e o senhor ia atrás dos Vedoin. O Deputado Lino Rossi nunca esteve na história.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não. A hora que o José Luiz chegava reclamando, eu já pegava o telefone e ligava para o... Quando eu “encontrava eles”, porque o José Luiz é difícil de encontrar... o Luiz Antônio... na cidade, eu já cobrava: “Olha, o rapaz está aqui na minha frente e quer que transfere o carro.” E ele: “Não, vai ser transferido. Essa semana vou mexer, vou ver.” Mas nunca foi transferido.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E quando houve a transferência? Agora, por fim, foi transferido, não é?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Foi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Foi após estourar o escândalo?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não, acho que foi antes.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Será?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Acho que foi antes.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Vou consultar a documentação referente.

Quando ele foi transferido para Querli Batistello, esposa do Deputado Lino Rossi?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – A Querli é a mulher do Lino?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A Querli é a mulher do Lino. O senhor... Bom, disso aí também o senhor...

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A transferência o senhor não as... Mas por que o senhor disse que foi transferido antes de estourar o escândalo?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não, tô... Não sei, não tenho certeza, mas deve ser, porque, se não, não iria transferir o carro.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Peça à assessoria que localize o documento do Detran. *(Pausa)*

Solicitamos ao Detran, mas, como é uma solicitação, ainda não chegou.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – A transferência do carro para o José Luiz?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não, do José Luiz o senhor já disse que foi em 2003.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Foi em 2003. Esse aí foi há uns quatro ou cinco meses atrás. O José Luiz me ligou falando que o Lino procurou ele...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então foi logo depois do escândalo que ele pediu para transferir, há quatro ou cinco meses.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não tenho a data certa, porque isso eu não anotei, porque ele me ligou... Mas faz mais ou menos isso que eu falo, quatro meses, por aí.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Deputado Lino Rossi ligou...

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não conversou comigo. Foi procurar o José Luiz Cardoso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas nesse período todo o senhor continuou tendo um relacionamento com o Deputado Lino Rossi. Ele disse que freqüentava muito a *factoring* do senhor.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não, não, não. Olha, se...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor ficou muito tempo sem encontrar o Deputado Lino Rossi?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Muito tempo. Agora mesmo fazia anos que eu não conversava com ele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas o senhor voltou a falar com ele agora?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Há muito tempo, então, o senhor não vê o Deputado Lino Rossi?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Muito tempo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O documento aqui juntado é de 04 de maio de 2006, quer dizer, o recibo foi assinado nessa data. A transferência do Detran não chegou ainda às nossas mãos.

Senador Suplicy, o senhor viu que a história hoje mudou um pouco. A versão do Sr. Valcir José Piran corrobora a versão do Sr. Vedoin. O Deputado Lino Rossi disse que comprou o carro e que inclusive ficou devendo, que hoje ele é um devedor.

Se o Deputado Lino Rossi estivesse devendo o senhor naturalmente iria cobrar, não é?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Se ele tivesse devendo, eu não teria autorizado o José Luiz Cardoso transferir o carro para ele. “Ah, é o Lino que está aí. Então, eu quero conversar com ele que ele me deve o carro.”

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E o senhor não teria ficado tanto tempo sem conversar com ele também. O senhor iria querer receber, não é verdade?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – É. Eu ia atrás dele para receber o carro.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor vendeu o carro para o Vedoin de volta, não foi isso?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Para o Vedoin de volta, para o Luiz Antônio. O Luiz Antônio, o pai dele, foi com eles dois que eu negocieei o carro.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Os Srs. Senadores Eduardo Suplicy e Jefferson Péres gostariam de formular algumas perguntas? *(Pausa)*

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Valcir José Piran, ao fazer essa transação com o automóvel citado, de alguma forma, o senhor teve a informação de que isso estaria relacionado a alguma atividade, a alguma ação do Senador Magno Malta aqui no Congresso Nacional? Refiro-me às empresas dos Srs. Vedoin. Pelo seu conhecimento, essa transação com o automóvel que o senhor descreveu agora, estava relacionada a qualquer ação, por exemplo, à apresentação de emendas do Senador Magno Malta aqui no Congresso Nacional? O senhor percebeu ou foi transmitido ou mencionado ao senhor pelo Sr. Vedoin, pai ou filho, o nome do Senador Magno Malta? Em caso afirmativo, em que qualificação, qual foi a descrição transmitida ao senhor, estava relacionada a qualquer ação do Senador Magno Malta aqui no Congresso Nacional? Essa é a pergunta.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Quando eles me compraram o carro, eu não... depois dali eu não sei para quem eles passaram, se eles venderam. Eu não acompanhei nada. Eles não me falaram para quem que iam vender, para quem iam dar. Não foi... Essa informação eu não tive. Fico de...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas o senhor cobrava deles. Eles não justificavam que o carro estava em nome alguém, por que eles não transferiam?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não, não falavam “está...”, “o fulano de tal tem que transferir”. Não. Falaram que iam falar com a pessoa e iam transferir o carro.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas não falavam quem era a pessoa?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Encerrada a participação dos Srs. Senadores...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eu só faria mais uma pergunta. O senhor já esteve preso alguma vez? Em caso afirmativo, qual foi o motivo?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não. Eu nunca fui preso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Nem o irmão do senhor, o Sr. Valdir?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – O meu irmão foi.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E o senhor sabe por quê?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Na época, foi acusado de sonegação fiscal, alguma coisa nesse sentido. Ele estava... foi fiscalizado, é... Acho que foi isso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Comendador Arcanjo tem alguma participação na empresa de **factoring** do senhor, alguma negociação feita lá?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não. Nem minha, nem do meu irmão.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – O Dr. Luiz Carlos da Silva Neto, advogado do Senador Magno Malta, deseja formular alguma pergunta?

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Sr. Presidente, o Sr. Valcir Piran conhecia o Senador Magno Malta?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Conhecia?

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não. Só pela imprensa. Pessoalmente nunca tive com ele.

O SR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO – Se ouviu dizer que, nesse imbróglio do carro, alguma vez, o Senador Magno Malta estivesse relacionado com qualquer tipo de apresentação, de requerimento, de alguma coisa que o relacionasse ao carro.

O SR. VALCIR JOSÉ PIRAN – Não.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Senador Demóstenes Torres, V. Ex^a deseja fazer algumas considerações?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eu estava programando para que já pudéssemos ouvir as testemunhas de defesa. Qual a testemunha não veio? *(Pausa)*

Só falta o Deputado Walter Pinheiro.

Então, temos que ouvir o Deputado Walter Pinheiro e também o Senador Magno Malta, mas considero imprescindível que tenhamos os documentos do De-

tran, que já requeremos, mas o Detran não os forneceu. Talvez tenhamos que utilizar o Plenário da Casa para que isso aconteça. Precisamos desse cheque, da tramitação dele. Talvez o Sr. Valcir Piran possa nos ajudar. Também vamos precisar da documentação de como ele teve esse débito solvido, quer dizer, como ele recebeu esse dinheiro. Se não foi por meio desse cheque, como foi? Se foi em cheque, em que conta entrou? Precisamos disso.

Em vez de requerer que ouçamos agora o Senador Magno Malta e sua testemunha de defesa, vamos esperar essa documentação. Mais imprescindível, parece-me, é a documentação que o Sr. Valcir vai apresentar. O que conseguirmos, já fazemos de imediato; se não conseguirmos, se houver algum contratempo, vamos requisitar por intermédio do Plenário da Casa ou da CPI que está acontecendo.

Vou solicitar que seja formalizada essa diligência.

Peço à Secretaria que prepare o compromisso da entrega da documentação.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sr. Presidente, V. Ex^a me permitiria?

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB

– TO) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a deseja fazer perguntas ao depoente?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Não. Quero apenas me dirigir ao Relator sobre um pedido feito por S. Ex^a.

Não sei se V. Ex^a, Senador Demóstenes Torres, falou sobre o cheque...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Sim, falamos sobre o cheque.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Ontem, estive com o Diretor da Polícia Federal, o Dr. Paulo, que me informou que eles não têm esse documento, mas que, lendo o ofício, considera que o Banco Central não teria nenhuma dificuldade em fornecê-lo, porque foi requerido corretamente, os dados estão dentro da legislação. Estava, então, querendo marcar uma audiência com o Diretor de Fiscalização do Banco Central para, com base no seu requerimento, conseguirmos cópia do cheque, inclusive com o endosso. Assim, V. Ex^a poderia proceder à análise necessária.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Seria muito bom que delegássemos, Sr. Presidente, ao nobre Senador Romeu Tuma essa tarefa, então, uma vez que S. Ex^a se dispõe. Para nós seria imprescindível.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Eu já falei, já conversei, já procurei meios, porque V.

Ex^a tinha me pedido ontem, com a preocupação natural de buscar a clareza e a verdade dos fatos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– V. Ex^a, então, pode se incumbir disso?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Posso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Perfeitamente.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Eu tenho obrigação de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB

– TO) – Agradecendo o interesse do Senador Tuma, fica, então, S. Ex^a incumbido dessa tarefa junto ao Banco Central.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL –

GO) – Como o Banco Real pede o contrato social da empresa, se o Banco Central insistir nessa diligência, que o Senador também fique autorizado a diligenciar em Mato Grosso, para obter toda essa documentação. Quer dizer, daremos amplos poderes a S. Ex^a para agir em nome do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB

– TO) – Fica autorizado o eminente Senador Romeu Tuma a adotar as providências sugeridas.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado pela confiança.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB

– TO) – Não havendo mais nada a tratar, como teremos outra oitiva hoje à tarde, agradeço a participação dos presentes.

Fica o Conselho convocado para a reunião às 14h30min, relativa ao processo da Senadora Serys Slhessarenko.

DOCUMENTOS PERTINENTES À 16ª REUNIÃO:

- 1) LISTA DE PRESENÇA;
- 2) OFÍCIO DO SR. VALDIR AGOSTINHO PIRAN AO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR, SENADOR JOÃO ALBETO SOUZA;
- 3) TERMO DE COMPARECIMENTO ASSINADO PELO DEPOENTE WYLERSON MOREIRA DA COSTA;
- 4) TERMO DE COMPARECIMENTO ASSINADO PELO DEPOENTE VALCIR JOSÉ PIRAN E PELO SEU ADVOGADO, DR. PAULO HUMBERTO BU-DOIA;
- 5) TERMO DE COMPROMISSO ASSINADO PELO SR. VALCIR JOSÉ PIRAN.

16ª REUNIÃO

Em 05 de outubro de 2006, quinta-feira, às 10h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: DEMÓSTENES TORRES

TITULARES	SUPLENTE
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
Demóstenes Torres	1. Jonas Pinheiro
Sérgio Guerra	2. César Borges
Heráclito Fortes	3. Mº do Carmo Alves
Juvêncio da Fonseca	4. Leonel Pavan
Paulo Octávio	5. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	6. Arthur Virgílio
PMDB	
Wellington Salgado	1. Geovani Borges
João Alberto Souza	2. Alberto Silva
Ramez Tebet	3. Valdir Raupp
Luiz Otávio	4. Leomar Quintanilha
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)	
Sibá Machado	1. Eduardo Suplicy
Ana Júlia Carepa	2. Vago
Fátima Cleide	3. Vago
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Valmir Amaral
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)	
Senador Romeu Tuma (Corregedor)	

Visto:

Brasília, 05 de outubro de 2006

Brasília, 04 de outubro de 2006.

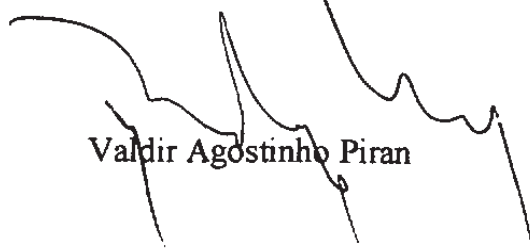
Exmo. Sr.
Senador João Alberto Souza
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

Excelentíssimo Senador,

Em atenção ao Ofício n. 108/2006-CEDP, através do qual fui convidado a comparecer à 16ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia 5 de outubro de 2006, quinta-feira às 10 horas na sala n. 06 da Ala Senador Nilo Coelho, venho através desta, respeitosamente, declinar do referido convite, haja vista que, em face de compromissos empresariais anteriormente assumidos não terei condições de comparecer à reunião acima mencionada. Aproveito a oportunidade, outrossim, para também informar que, no dia 20 de setembro de 2006, atendendo convite de Vossa Excelência, compareci e prestei os esclarecimentos que se fizeram necessários sobre o assunto referente ao Senador Magno Malta. Naquela oportunidade, assinei termo de compromisso em dizer a verdade, sendo desnecessário afirmar que assumo integralmente o que fora dito por mim naquela ocasião, nada tendo a acrescentar àquele assunto.

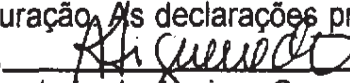
Sendo o que me apresenta para o momento, subscrevo-me.

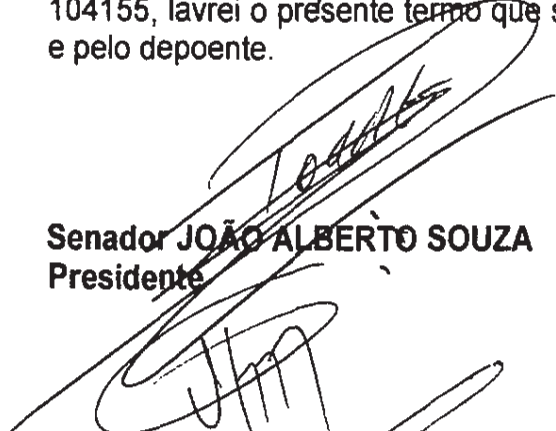
Atenciosamente,



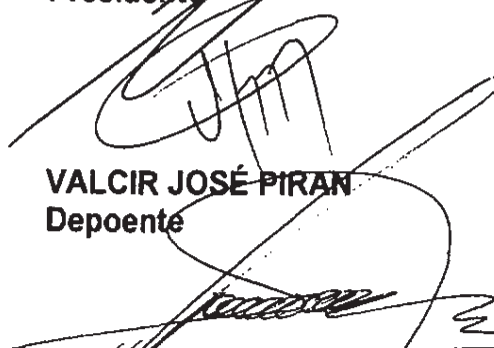
Valdir Agostinho Piran

16ª Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir o Sr. VALCIR JOSÉ PIRAN, nos autos da Representação nº 3, de 2006

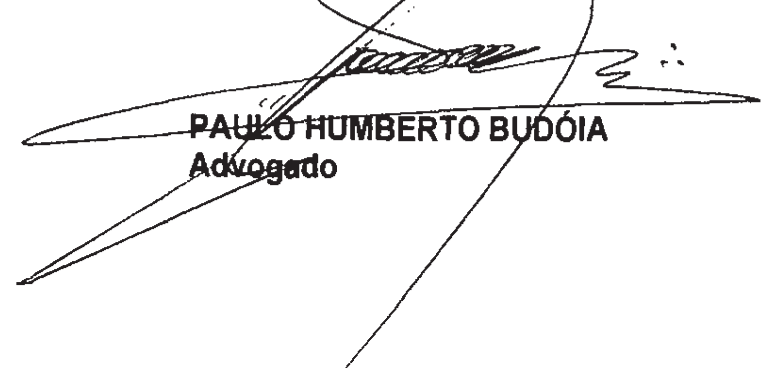
Aos 5(cinco) dias do mês de outubro do ano de dois mil e seis, às 10 horas, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, o Senhor VALCIR JOSÉ PIRAN, acompanhado de seu Advogado, Dr. PAULO HUMBERTO BUDÓIA, OAB-MT 3339-A, que prestou declarações sobre os fatos em apuração. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião. Eu,  MARIA AMALIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho e pelo depoente.



Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente

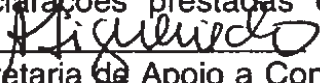


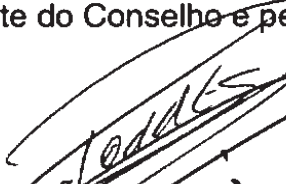
VALCIR JOSÉ PIRAN
Depoente

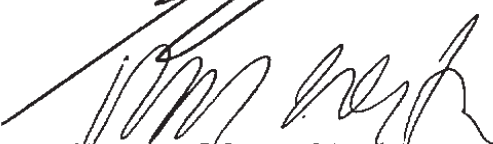


PAULO HUMBERTO BUDÓIA
Advogado

16ª Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir o Sr. WYLERSON MOREIRA DA COSTA, nos autos da Representação nº 3, de 2006

Aos 5 (cinco) dias do mês de outubro do ano de dois mil e seis, às 10 horas, na sala n. 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, o Senhor WYLERSON MOREIRA DA COSTA, que prestou declarações sobre os fatos em apuração. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião. Eu,  MARIA AMALIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho e pelo depoente.


Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente


WYLERSON MOREIRA DA COSTA
Depoente

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, VALCIR JOSÉ PIRAN, ratificando declaração hoje feita perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, comprometo-me a apresentar a este Conselho, no prazo de 15 (quinze) dias, os esclarecimentos possíveis, acompanhado da documentação, se existente, referentes à venda do automóvel FIAT DUCATO, Placa KAM 4467.

Por ser verdade, firmo o presente Termo.

Brasília-DF, 5 de outubro de 2006.



VALCIR JOSÉ PIRAN

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PCdoB – TO) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 21 minutos.)

ATA DA 17ª REUNIÃO DE 2006

Ata Circunstanciada da 17ª Reunião de 2006, realizada em 5 de outubro de 2006, quinta-feira, às 14h30, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à oitiva da Senadora Serys Slhessarenko nos autos da Representação nº 2, de 2006. Estiveram presentes os(as) Srs(as) Senadores(as):

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

Demóstenes Torres
Paulo Octávio

PMDB

Leomar Quintanilha (PC do B) (Cessão) – suplente

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)

Eduardo Suplicy

PDT

Jefferson Péres

CORREGEDOR DO SENADO FEDERAL

Romeu Tuma

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Temos a honra de receber o Vice-Governador eleito pelo Distrito Federal, Dr. Paulo Octávio, com as nossas palmas e o desejo de sucesso na sua administração juntamente com o Governador eleito.

Declaro aberta a 17ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, comunicando que a diligência requerida pelo Sr. Relator, Senador Paulo Octávio, aprovada em reunião deste Conselho, realizada em 20 de setembro, no sentido de que fosse ouvida a Srª Maria Regina Borela, foi realizada no dia 25 de setembro, na cidade de Cuiabá, pelos Advogados Roberto Sampaio Contreiras de Almeida e Paulo Henrique Soares, Consultores desta Casa, acompanhados da Srª Cláudia Valéria Padilha Homar, Taquígrafa, na presença do Dr. Alexandre Slhessarenko, cuja transcrição encontra-se nos autos.

Comunico ainda que a Secretaria deste Conselho recebeu requerimento do Sr. Paulo Roberto Ribeiro, através do seu Advogado, Paulo Cesar Zamar Taques, datado de 18 de setembro de 2006, no sentido de que este Conselho, para agilizar os procedimentos, envie ofício diretamente à Caixa Econômica Federal, requisitando os microfimes de todos os cheques sacados

contra o Sr. Ivo Marcelo Spínola da Rosa, no período de 10.09.2003 a 20.09.2003.

Esta Presidência comunica que o requerimento foi encaminhado ao Relator, Senador Paulo Octávio.

A presente reunião foi convocada para ouvirmos a ilustre Senadora Serys Slhessarenko, nos autos da Representação nº 2, por solicitação do Relator, Senador Paulo Octávio.

Encontra-se presente a nossa Senadora e também o Sr. Relator, mas eu queria, preliminarmente, comunicar que recebemos o ofício do Sr. Paulo Roberto Ribeiro, dirigido a V. Exª, do Sr. Advogado Paulo Cesar Zamar Taques, que vou encaminhar para a análise de V. Exª. Trata-se de informação sobre o valor do material, com o pagamento de fornecimento do Sr. Ivo Marcelo.

Com a palavra o Sr. Paulo Octávio, ilustre Relator desta Representação.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Presidente, Senadora Serys, Dr. Reginaldo Oscar de Castro, Senador Jefferson Peres, em primeiro lugar queria saber, até para eliminar algumas perguntas, se a Senadora gostaria de fazer uma explanação inicial, porque é a primeira vez que S. Exª vem a este Conselho. Sei que S. Exª até antecipou a sua vinda, pelo que fico muito grato.

Solicito, então, que S. Exª faça considerações sobre tudo o que viveu, o que passou, o que viu nos últimos dias. Não sei se S. Exª acompanhou os depoimentos que foram aqui prestados, mas é importante ouvi-la com muita clareza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Vou passar a palavra para a Senadora Serys Slhessarenko, que está, de toda forma, tentando contribuir para o rápido esclarecimento sobre o fato do qual é acusada, em razão do que se chamou de quadrilha dos sanguessugas.

Então, V. Exª tem a palavra para atender ao requerimento do Sr. Relator, Senador Paulo Octávio.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Sr. Senador Romeu Tuma, que preside esta reunião, Sr. Vice-Governador, Senador Paulo Octávio, Relator, a quem dou os parabéns, cumprimentando-o publicamente, Sr. Dr. Reginaldo de Castro, senhores...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com licença, Senadora. Anuncio que o Dr. Reginaldo Oscar de Castro é o Advogado da Senadora Serys Slhessarenko, um nome ilustre da Advocacia brasileira. Sempre que houver necessidade de intervir, V. Exª poderá se dirigir à Presidência.

Devolvo a palavra à Senadora.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Faço uma saudação muito especial à presença do

Senador Jefferson Peres. Para nós é muito importante a sua presença, para ouvir realmente o que nós temos a dizer.

Saúdo os dois advogados auxiliares do Dr. Reginaldo, Dr. Davi Evangelista e Dr. Alexandre Silhesarenko.

Saúdo a imprensa e a todos os presentes, especialmente aos funcionários do nosso Senado.

Sr. Relator, começo dizendo que agradeço por finalmente poder falar e ser ouvida após mais de 120 dias de linchamento público que sofri – mais de 120 dias. Em nenhum momento eu consegui ser ouvida, em nenhum lugar: CPMI, lugar algum. Mas, felizmente, chegamos ao Conselho de Ética e temos essa possibilidade agora. Então, agradeço. Este é um grande momento para a minha pessoa, pelo tanto que eu experimentei de sofrimento durante esse tempo todo.

Gostaria também de dizer, Srs. Senadores, Sr. Senador Romeu Tuma, Sr. Senador Paulo Octávio, Sr. Senador Jefferson Peres, que estou aqui em respeito à sociedade brasileira e matogrossense e, em especial, ao nosso Senado da República, que não pode carregar uma mácula dessa envergadura em um de seus membros.

Exerço o meu direito-dever dizendo que é muito difícil, Srs. Senadores, fazer uma defesa quando não há uma acusação. Não há uma acusação sobre a minha pessoa.

Lembro que a acusação que existe contra mim é totalmente indireta e em instante algum me envolve diretamente, com as versões ditas neste Conselho de Ética, no Ministério Público Federal, na Polícia Federal.

Também já deixo claro que não vou usar o mesmo expediente daqueles que tentaram me envolver nesse escândalo por meio de acusações sem provas, combinações prévias na surdina, ilações irresponsáveis. Não vou usar esse tipo de coisa, mesmo porque todos os envolvidos são unânimes em dizer que eu não tenho nada a ver com tudo isso, depois de fazer um estardalhaço sem tamanho.

Quando as investigações se aprofundam, diante de tantas contradições – e temos mais de vinte páginas coletadas de contradições – acabam por admitir que eu nunca estive envolvida com esse escândalo todo, inclusive aqueles que em determinado momento mencionaram o meu nome, como “talvez”, “pode ser que ela soubesse do fato”.

Quando chamados ao Conselho de Ética, eles tiveram a responsabilidade e assumiram, dizendo que realmente nós não tínhamos nada com isso. Inclusive, quando interpelado o Sr. Luiz Antônio Vedoin sobre se eu teria algum tipo de envolvimento, a resposta dele foi: “Não.” Ele disse que não, nunca falou que estava

a serviço da Senadora. Se Paulo Roberto teria falado em algum momento que estava a serviço da Senadora, o Sr. Luiz Antônio Vedoin disse: “Não. Nunca falou que estava a serviço da Senadora”.

Sr. Relator, Senador Paulo Octávio, como uma breve introdução, gostaria de ressaltar alguns pontos da minha trajetória política, do início da minha vida política.

Fui professora na Universidade Federal de Mato Grosso, por vinte e seis anos, em sala de aula, corredos. Sou formada em Direito e em Pedagogia, tenho mestrado em Educação, na PUC do Rio de Janeiro, defendi tese na área de Educação Rural. Ocupei o cargo de Chefe do Departamento de Educação na Universidade Federal e fui Coordenadora do Centro de Letras e Ciências Humanas, que envolvia, na época – agora mudou a estrutura –, quatro departamentos. Todos os cargos que ocupei na Universidade Federal, onde entrei por concurso e dei aula por vinte e seis anos, foram através de eleição. Eu nunca ocupei um cargo comissionado na minha profissão.

Por um ano, em 1986, fui Secretária de Educação e Cultura do Município de Cuiabá. Em 1987 e 1988, fui Secretária de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso, por um ano e meio. De 1990 a 1994, tive o meu primeiro mandato eletivo de Deputada Estadual; de 1994 a 1998, o segundo mandato eletivo; de 1998 a 2001, comecinho de 2002, o meu terceiro mandato de Deputada Estadual. E em 2002 fui eleita Senadora da República. Todos esses mandatos pelo Partido dos Trabalhadores de Mato Grosso.

Como Deputada Estadual, tive, é claro, muitos enfrentamentos, muitos mesmo. Em primeiro lugar, eu fui a única mulher no Parlamento, durante esse tempo. E, em alguns momentos, a única pessoa de oposição praticamente. Às vezes, éramos dois ou três.

Sou uma Parlamentar que construiu toda a sua história política em cima de seus ideais políticos e ideológicos, calcada realmente em todo um trabalho junto aos movimentos sociais, especialmente, é óbvio, do meu Estado. Mas, pelo trabalho que eu sempre fiz junto à questão da mulher e de vários movimentos, fui sempre chamada em muitos Estados. E hoje, como Senadora, sou chamada em muitos Estados e em muitos países também para discutir determinadas questões.

Disse tudo isso porque dependo exclusivamente da minha credibilidade, construída especialmente ao longo desses dezesseis anos de vida parlamentar. Dependendo exclusivamente da minha credibilidade para continuar na política. O meu jogo na política é realmente aquele sempre da disputa dos ideais que eu comungo, que eu compartilho. E quero dizer aqui, ao saudar o Senador Quintanilha – obrigada pela sua

presença –, que me tirem a vida, mas não me tirem a dignidade.

Participei, na Assembléia Legislativa de Mato Grosso, de muitas, mas muitas ações mesmo, ações de todo tipo, mas vou elencar as CPIs de que participei, até para valorizar o trabalho da CPMI aqui, porque, mesmo com a dor da injustiça que venho sofrendo, eu digo que ela teve o maior valor. E ela precisa ser respeitada e valorizada, porque está conseguindo apurar muita coisa séria que vinha acontecendo e precisa parar de acontecer. O nosso Parlamento está acima de tudo isso e precisa ser salvaguardado, o Senado da República e a Câmara Federal.

Durante os meus doze anos de Assembléia Legislativa, eu requeri quatro CPIs, mas trabalhei em cinco e três delas eu presidi. Vou citar algumas. Uma das que eu pedi e presidi foi a CPI da Compra de Votos.

Eu fui massacrada. Tentaram, fizeram chantagem de todo tamanho contra a minha pessoa. Foram chantagens horríveis, às vésperas... Foi a última CPI que eu presidi. Às vésperas da minha eleição para o Senado, fui acusada de mandante de homicídio em manchetes deste tamanho, de uma coisa que eu nunca tinha ouvido falar em termos de possibilidade de eu ter qualquer coisa.

Estou dizendo isso para os senhores porque a minha fala é no sentido de dizer que a minha vida, a minha história política não se coaduna com esse tipo de coisa que estão dizendo da minha pessoa.

Presidi essa CPI, que levamos às últimas consequências, apesar de toda a pressão e chantagem que fizeram contra a minha pessoa.

Participei da CPI da Terra, que resgatou mais de um milhão de hectares de terra que estavam na mão de três pessoas, de forma irregular, e eram para fins de reforma agrária. Nós conseguimos resgatar. Dessa eu participei, não presidi.

Presidi a CPI do Trabalho Escravo. Milhares de trabalhadores ligados à cana-de-açúcar de Mato Grosso estavam lá no trabalho escravo, trabalhadores especialmente dos Estados da Bahia e de Pernambuco. E nós conseguimos, através da CPI, devolver esses milhares de trabalhadores que lá estavam totalmente impossibilitados até de fugir, Sr. Presidente, porque estavam com os documentos presos, apreendidos, e não podiam sair. Até se fugissem seriam presos.

Essa CPI fez o resgate e eles voltaram para os seus Estados.

Pedi, consegui aprovar e participei da CPI da Máfia do Fisco. Mais de 40 fiscais do Estado de Mato Grosso foram presos e punidos pelo papel fraudulento que vinham fazendo no Fisco de Mato Grosso.

E, por último, pedi, consegui aprovar e presidi a CPI do Combate ao Narcotráfico e ao Crime Organizado. Essa foi muito difícil, Sr. Relator. Nos trinta primeiros dias desta CPI, quatro Deputados Estaduais foram designados para presidi-la; aquele que a presidiu por mais tempo presidiu por cinco dias. Então, o Presidente da Assembléia Legislativa designou, de pronto e da Mesa, que eu deveria presidir, porque todo mundo achava que aquilo não ia para a frente. Não tinha jeito, porque ninguém conseguia segurar.

Segurei por seis meses, ouvi quase 70 pessoas. E, infelizmente, cinco, logo depois de ouvidos, foram assassinados. Houve duas tentativas contra a minha pessoa, mas felizmente eu consegui terminar o relatório, que foi entregue à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal e a quem mais interessava.

É claro que com isso nós adquirimos muita credibilidade no Estado de Mato Grosso, mas também criamos algumas arestas muito pesadas.

Como eu disse, comprei várias brigas políticas, mas nunca arredei o pé delas e não me arrependo em instante sequer das denúncias que fiz para as autoridades de Mato Grosso e para o Ministério Público nem mesmo das várias ações populares que propus. Mas os adversários e os criminosos nunca se cansaram de tentar promover escândalos, como se isso fosse me vergar. O absurdo é tamanho que, às vésperas da minha eleição para o Senado, como já disse aqui, fui acusada de ser mandante de homicídio. E, por uma carta anônima e fita de vídeo grampeada e grosseiramente editada. Essa moda de vender e comprar esse tipo de coisa já é antiga pelo jeito. Uma fita de vídeo grampeada e grosseiramente editada, sem que sequer fosse ouvida previamente. Mas um órgão de imprensa local fez questão de reproduzir por semanas a fio. Então, os senhores sabem que o jogo da política em Mato Grosso é muito pesado.

Agora, Sr. Relator, Sr. Presidente, às vésperas desta última eleição, na qual concorri ao Governo do Estado, aparece, Srs. Senadores, esse tal de Luiz Antônio Vedoin, cada hora falando uma coisa, Sr. Relator, absurdos atrás de outros. E, simplesmente do dia para a noite, me envolveram nesse lamentável episódio. Até a eclosão desse escândalo, nunca tinha ouvido falar desses senhores. Eu não conhecia a palavra que é o sobrenome deles, nunca tinha ouvido falar no nome dessa empresa Planam. Nunca! E, aliás, não sei onde ela fica, lá em Cuiabá, até hoje. Talvez seja até falta de curiosidade minha, depois de tudo isso, não ter tentado passar pela frente, para saber onde era o endereço. Não sei! Desconheço totalmente.

A CPMI das Ambulâncias de repente me notifica para apresentar defesa. Eu a faço, juntando uma série

de documentos e disponibilizando todos os meus sigilos. Na época, quando apareceu o meu nome, disponibilizei todos os meus sigilos: bancário, fiscal e telefônico. Já anexe ao processo o sigilo bancário quebrado daquele período, mas está disponível toda a história da minha vida: sigilo bancário, fiscal e telefônico. Aliás, se os meus telefones fossem grampeados, a história da minha vida inteira, eu não teria esse problema, porque todos saberiam que eu jamais discutiria qualquer coisa nesse sentido, nem pessoalmente nem por telefone, em hipótese alguma, porque abomino qualquer tipo de corrupção em qualquer sentido, mas especialmente com recurso público.

Quebrei todos os meus sigilos de imediato e quem vê o meu sigilo fiscal vê a história da minha vida. Nunca amealhei nenhuma riqueza, nem nos meus dezesseis anos de política nem antes. Tudo foi fruto de trabalho, muito trabalho meu e do pai dos meus filhos. Eu tenho quatro filhos: uma médica, um advogado, uma psicóloga e um engenheiro, todos pós-graduados, absolutamente independentes economicamente, que nunca se envolveram com o meu mandato. Costumo dizer que nem passam na porta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Votaram em V. Ex^a.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Votaram, mas, Senador, sabe que eles não vieram nem na minha posse no Senado? De tanto medo que eles têm de se ver envolvidos com o mandato, porque todos nós sempre criticamos tanta coisa que acontece que os meus filhos ficaram meio avessos à questão política. Mas, infelizmente para eles, a mãe deles se tornou Senadora.

A partir do momento em que eu quebrei todos os sigilos e entreguei toda a documentação que eu tenho de propriedades, que são uma casa e um carro, e uma caminhonete, ano 99, que comprei em 2003, paga em 60 meses... Anexe até o carnê, para que não haja dúvidas sobre o meu poder econômico, que poderia ser adquirido de uma forma indevida na minha história de vida inteira.

Infelizmente, falando ainda da CPMI, na sessão de leitura do relatório parcial, em 10.08.2006, um de seus membros admite expressamente, diante da imprensa nacional, que não leu a minha defesa. E me mandaram para o cadafalso.

Não estou reclamando de os Srs. Senadores estarem aqui, porque é uma obrigação. Nós temos que ter um Conselho de Ética, etc., mas esta é a instância máxima para a punição de um erro de um Parlamentar, e de um erro que eu não cometi. Mas estou aqui prontamente, porque a sociedade brasileira, o povo brasileiro precisa saber de quem está aqui, se quem

está aqui tem uma postura realmente digna de estar aqui ou não. Por isso estou trazendo todas as...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora, está aqui o seu advogado. V. Ex^a está exercendo o seu amplo direito de defesa, que é sagrado no Direito brasileiro. Essa é a grande preocupação do Senador Paulo Octávio. E V. Ex^a, com coragem, está expondo o seu ponto de vista de defesa. Se alguém leu ou não leu, é uma segunda questão. O importante é a liberdade que V. Ex^a tem e disporá do tempo que precisar – falei sobre isso agora, com o Senador –, para que não reste dúvida na sua exposição.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Agradeço ao Senador Tuma e ao Senador Paulo Octávio, Relator, pessoas extremamente sérias que têm conduzido essa questão com muita seriedade neste Conselho de Ética. Só temos ouvido elogios ao trabalho do Conselho de Ética por parte de todos os Srs. Senadores que fazem parte dele e de seus Relatores.

Mandaram-me para o cadafalso, enquanto outros Parlamentares eram sumariamente absolvidos, mesmo com inquéritos abertos no Supremo Tribunal Federal. Isso me causa estranheza. O que não é o meu caso, já que não tenho inquérito sequer requerido ao Supremo. E outros que têm inquérito requerido ao Supremo foram absolvidos. Mas a história vai se encarregar de mostrar quem é culpado e quem é inocente.

Eu queria, aqui, antes de passar à segunda parte da minha fala, Sr. Relator e Sr. Presidente, fazer um agradecimento muito especial aos meus advogados. Um agradecimento especial e sincero ao Dr. Reginaldo de Castro. Ele disse que não era para eu fazer, não. E eu disse que ia fazer e estou fazendo. Ao Dr. Reginaldo de Castro, ao Dr. Davi Evangelista e ao Dr. Alexandre Slhessarenko, meu filho. Mas, os meninos ali que me perdoem, um agradecimento muito especial ao Dr. Reginaldo, porque, por convicção íntima, eles estão nessa empreitada. Eles estão nesta defesa por convicção, e não porque pegaram uma causa. Isso para mim é da maior relevância e me honra grandemente. Já cuidaram da minha defesa técnica. Quanto a isso, estou totalmente tranqüila. Mas eu gostaria, Sr. Relator, de abordar aqui algumas poucas e rápidas questões.

Tudo isso, Sr. Relator, começou uns quinze dias depois da deflagração exitosa e de um trabalho brilhante do Ministério Público Federal e da Polícia Federal de Mato Grosso, quando foram presos os donos da Planam e várias outras pessoas e foi apreendida uma série de documentos da empresa.

Nesse período, tinha vindo a público o envolvimento de dezenas e dezenas de Parlamentares, mas o meu nome, não. A primeira notícia que saiu contra mim foi no Jornal “O Globo”, do Rio de Janeiro, em

17.05.2006, dando conta de que o meu nome estaria envolvido no esquema em 2001. O próprio jornal que dizia isso ressaltava que nessa época eu nem pensava em ser candidata a Senadora. E não era Deputada Federal. Portanto, não havia como ter emenda.

Nos dias seguintes, a partir dessa notícia-bomba em Mato Grosso, apesar de o Jornal “O Globo” – e aqui eu reverencio o jornal – ter dito que apareceu o meu nome lá, com emenda em 2001, mas que em 2001 eu não era nem candidata a Senadora – fui candidata em 2002 e me tornei Senadora em 2003 –, mesmo o Jornal “O Globo” dizendo isso, os jornais regionais foram assim implacáveis, dizendo que eu era partícipe do esquema. E chegaram até a dizer, Senador Relator, que o meu nome constava do livro-caixa, coisa que nunca se ouviu falar, não existe. E estão aí todas as provas.

Curioso também é que já fiz dois ou três pedidos à CPMI, para que me fornecesse uma certidão sobre o que há, se é que há alguma prova material contra a minha pessoa. E até hoje, passado tanto tempo, nada me foi fornecido nesse sentido. Sempre dizem que não tem nada, mas nada me foi fornecido por escrito.

Senhoras e senhores, isso tudo é de uma insanidade brutal. Toda a minha trajetória política é absolutamente incompatível com o que me acusam.

Aí a gente se pergunta: tem alguma razão para tudo isso ocorrer?

Como já disse, não vou usar o mesmo expediente dos delinqüentes que me acusam sem prova, mas posso intuir algumas coisas. Por exemplo: depois de se comprovar que Vedoin negociava denúncias, é no mínimo estranho que, quatro dias depois de ser lançada oficialmente a minha candidatura para o Governo do Estado de Mato Grosso, Vedoin faça acusação contra a minha pessoa. Aliás, é muito estranho. É estranho demais, pois o primeiro Parlamentar que ele acusa da quase centena de Parlamentares, nominando e fazendo acusação, sou eu. No mínimo esquisito. Dá impressão de que ele entrou para fazer o depoimento e lhe disseram: não esqueça, primeiro ela, porque foi imediato e não há uma prova. Ele não tinha uma prova contra mim. E ele, inclusive, disse: “Pode ser que ela saiba de alguma coisa”. Ele não acusou; ele disse que podia ser que ela soubesse de alguma coisa. Mas mesmo isso ele falou em primeira mão, num depoimento de nove dias e 153 laudas. Realmente é muito estranho, mas não estou fazendo nenhuma acusação. Compete à Justiça e à Polícia Federal investigar. E eu espero que tudo seja investigado da forma mais profunda e que as punições sejam as mais rigorosas.

O depoimento do Sr. Vedoin à Justiça Federal do Mato Grosso, um depoimento em delação premiada,

onde as informações prestadas pelo delator e demonstradas com provas materiais poderiam beneficiá-lo, e, contudo, o primeiro Parlamentar que ele denomina e acusa sou eu, quando ele tinha outros, com provas fartas, inclusive de recursos repassados, comprovantes de recursos repassados. Isso nos causa muita estranheza, porque ele acusa a mim, e ele não tinha absolutamente nada, nenhuma prova. Eu fui escolhida para estreitar o depoimento, o rol das acusações, enquanto vários outros Parlamentares contra os quais, como eu já disse aqui, existe prova documental robusta ou foram simplesmente esquecidos ou foram relegados a segundo plano. É tudo muito estranho. São coisas que não fecham, as contradições são muitas.

É muito claro que Luiz Antônio Vedoin era muito organizado, tinha o controle rígido de seu esquema, registrava todas as suas operações, anotava tudo, no entanto não sabe sequer precisar o mês, às vezes o ano em que diz ter dado o dinheiro. Aliás, nem diz que o dinheiro foi dado para mim. Tem depoimento em que ele fala que foi em setembro/outubro de 2003; tem depoimento em que ele fala que foi no ano de 2004; tem depoimento que ele fala que foi uns quinze dias depois de setembro/outubro de 2003. Seu pai, Sr. Darci, já chegou a dizer que foi durante o ano de 2002 que foi repassado. É muita contradição. Eles não conseguem, apesar de tanta organização... Tinham lá, escrito em seus computadores, até R\$500,00 que deram para alguém. Agora, toda essa dinheirama que disseram que foi repassada para alguém próximo a mim, disso não tinha nenhuma anotação, não existe em lugar nenhum.

Uma hora é o filho, Luiz Antônio, quem teria entregue o dinheiro, outra hora é o pai, Darci, que disse que entregou, e depois disse que nem na cidade estava nessa data.

Os depoimentos são uma contradição só. Nós temos 23 páginas que colocam as contradições, mas não vou ler para não cansá-los.

Um outro aspecto, Sr. Presidente, Sr. Relator: sempre a minha conduta no trato das emendas foi muito clara. Já alertei, inclusive em várias ocasiões, quer seja dentro do meu gabinete, na relação com prefeitos, enfim, várias vezes, que não toleraria nenhuma forma de desvio ou malversação das minhas emendas, dizendo reiteradas vezes que, se soubesse de qualquer notícia nesse sentido, mandaria apurar com rigor, exigiria profunda investigação e botaria na cadeia, fosse lá quem fosse. Que jamais fizessem, era a minha recomendação sempre. Emenda... Aliás, todo dinheiro público é dinheiro sagrado. O dinheiro privado, o dono do dinheiro privado faz dele o que bem entender. Como costume brincar, se quiser, joga no rio. Mas o dinheiro público é

sagrado! E eu não admito, não aceito! E sempre cantei e decantei essa pedra dentro do meu gabinete, em reuniões com prefeitos, em reuniões com quem quer que seja. Eu era tida como a chata impertinente, dito por alguns. Eu sempre dizia: recurso de emenda é sagrado! A única exigência que eu faço, porque a gente acompanha só até o empenho – depois do empenho, eu não tinha mais nada com isso –, é que todo o dinheiro liberado para uma emenda seja usado exclusivamente para o fim devido. E, se eu souber que houve qualquer pessoa usando o meu nome ou, mesmo não usando o meu nome, querendo tirar alguma vantagem... “Me contem, me passem”, eu implorava, eu pedia às pessoas envolvidas, porque havia muita gente envolvida: aquele que vai fazer a obra, o prefeito, etc., etc.

É inadmissível. Portanto se cuidem, porque eu não titubeio. Com a corrupção, eu não titubeio. A minha posição é reta; ela não tem nenhum desvio com relação a essa questão. Sempre foi assim e sempre será.

Ainda, Sr. Presidente, nosso Relator, é importante dizer que minhas emendas para a saúde, no orçamento de 2004, observaram rigorosamente o mínimo obrigatório: 30% do total. Poderia, se tivesse qualquer coisa mal-feita, se quisesse, ter destinado integralmente R\$2,5 milhões para esse fim. Mas não fiz aqueles R\$2,5 milhões; fiz aquele mínimo de 30%, R\$750 mil, que depois sofreram um corte de 20%, sendo liberados, portanto, R\$600 mil em seis emendas para a saúde. Foi um posto de saúde para Campo Novo do Parecis e cinco aquisições de ambulâncias, das quais duas foram vencidas pela Planam. Duas, infelizmente. E eu não fiquei sabendo. Fiquei sabendo, Sr. Relator, que foram vencidas pela Planam depois que estourou o escândalo. Eu corri e pedi à minha assessoria: vejam junto às prefeituras de quem elas compraram essas ambulâncias. Eu fiquei desesperada: de repente alguma tinha comprado. E realmente tinha duas. Agora, se houve problema, que se investiguem as prefeituras. Que se investigue, que se apure e se puna, porque eu não sei, eu não entro. Depois que é feito o empenho, eu não sei o nome do prefeito, eu não sei qual é o partido do prefeito; não me interessa.

Os pedidos de emendas chegam para mim através de ofícios e telefonemas para o meu escritório em Cuiabá ou para o meu gabinete aqui em Brasília. A gente vai coletando e tem alguns critérios, é óbvio, como aqueles municípios que não têm nenhuma ambulância, que foi o caso aí, e outras coisas mais.

É óbvio que, se nós tivéssemos interesse nessa questão de ambulâncias, teríamos, nos anos subseqüentes, destinado dinheiro para isso. E não destinamos. Destinamos para duas, em 2005 para 2006, mas não foram compradas. Então, eles nunca mais tiveram

chance de mexer com ambulâncias nos outros anos, conosco, até porque priorizamos outras questões: patrulha mecanizada e uma série de outros pedidos.

Eu diria que vários, aliás, todos os Parlamentares que fizeram emendas tiveram emendas para a saúde, porque são obrigatórias. Foi comprada ambulância, material hospitalar, foi construído posto de saúde, enfim, os mais variados, mamógrafo, etc. E eu diria que realmente esse escândalo, essa máfia das ambulâncias, foi muito importante ter sido desvelada, fundamental. Já disse aqui: mesmo com a dor da injustiça cometida contra mim, eu defenderei até as últimas conseqüências essa CPML, porque ela realmente conseguiu descobrir, desbaratar uma máfia grandiosa e perniciosa para o dinheiro público e para o País como um todo. Mas, por outro lado, não se pode colocar, Sr. Presidente, em jogo um mandato de Senador da República simplesmente porque um delinqüente diz, sem prova alguma, que alguém está envolvido.

Aliás, como já disse aqui também, Luiz Antônio Vedoin nem me acusa diretamente. Ainda que se admitisse essa história maluca e cheia de contradições, Luiz Antônio já disse, inclusive aqui, no seu último depoimento, que em instante algum dessa trama toda se falou no meu nome. Portanto é uma armação absolutamente insustentável contra o meu mandato e a minha pessoa.

Como eu disse aqui, não tenho como fazer defesa, não há acusação contra a minha pessoa. Tenho que mostrar a minha história política, a minha história de vida, que não se coaduna com esse tipo de coisa que aconteceu. É só isso que eu posso fazer, em primeiro lugar, porque não há uma acusação, nenhuma acusação direta contra mim. E os próprios que ventilaram a possibilidade de eu saber – foi mais ou menos nesse sentido o depoimento – vieram aqui e disseram que nunca estiveram comigo. Eu nunca ouvi palavra sobre o nome deles. Como já disse aqui, nunca ouvi falar no nome da empresa deles. Nunca ouvi falar que se montava ambulância em Mato Grosso. E de repente me vejo envolvida.

Mas, como eu disse aqui, procede, por alguns outros motivos que a gente espera que a Polícia Federal, o Ministério Público e outros consigam desvelar de uma vez por todas, para saber quem armou.

Eu gostaria, já finalizando, Sr. Relator, Sr. Presidente, de deixar muito claro que eu não tenho nenhum compromisso, que eu não tenho compromisso com ninguém. Sr. Senador Jefferson Peres, Sr. Senador Eduardo Suplicy, gostaria de deixar muito claro que não tenho compromisso com ninguém que eventualmente tenha se aproveitado da minha atividade parlamentar, seja quem for. Caso se comprove qualquer participação

daqueles que me cercam ou que estiveram ou não a meu serviço, que respondam eles integralmente por seus atos e sejam severamente responsabilizados.

Desde o início desta loucura, sempre afirmei o meu completo e total interesse no esclarecimento dos fatos, disponibilizando toda espécie de sigilo meu: bancário, fiscal e telefônico. Eu digo na brincadeira, Senador Relator: desde criancinha, porque não é o meu sigilo fiscal do ano de 2003 para 2004 nem de 2004 para 2005. Não! Eu abri todo o meu sigilo fiscal, desde a primeira declaração da minha vida, e todo o meu sigilo bancário e todo o meu sigilo telefônico.

Alguns até dizem: “Isso é um exagero, Senadora! Para que tudo isso?” Eu digo que não, não é exagero, não, Senador Quintanilha, porque o único patrimônio que eu tenho é este; o meu patrimônio político é a minha dignidade e a minha honra. E eles não podem ser vilipendiados dessa maneira.

Ainda não será demais assinalar que todas as entrevistas já concedidas por mim quando da divulgação dos fatos foram categóricas quanto à condenação de todos os envolvidos com tal situação. E eu condenei tanto, em todas as entrevistas, especialmente lá no Estado, essa máfia que o Sr. Luiz Antônio Vedoin chegou a declarar, Sr. Relator, e anunciar que já teve vontade de ir embora de Mato Grosso por causa desta Senadora, porque, segundo ele, “ela combate com muita tenacidade a questão da corrupção”. Está na declaração dele, em um dos depoimentos dele, não sei se na Polícia Federal, diante do juiz ou de quem. Ele já anunciou que teve vontade de ir embora de Mato Grosso, deixar o Estado de Mato Grosso por causa da Senadora, porque ela combate, ela bate muito forte contra qualquer tipo de malfeitor, de irregularidades ou de crimes nesse sentido da corrupção.

Eu seria no mínimo ingênua, para não dizer insana, se tivesse tal comportamento de denunciar permanentemente essa máfia, mesmo depois de o meu nome ter sido colocado na boca deles, pronunciado por eles. Eu seria insana se continuasse combatendo. E eu continuei, sem receio. Não tenho receio de nenhuma investigação. Aliás, busco e peço sempre que se investigue tudo e que os culpados sejam punidos até as últimas consequências.

Quero fazer ainda o meu agradecimento especial para a solidariedade e apoio que recebi em dois pronunciamentos que fiz, na tribuna do Senado, logo no começo. Eu fiz dois pronunciamentos e fui aparteadada por praticamente todos os Senadores em Plenário. Eu quero agradecer. Inclusive, houve um momento em que um Senador de Oposição iniciou, sem eu estar falando ainda, a solidariedade.

Quero dizer por fim que, apesar de tudo isso ter acontecido comigo, vou continuar não me vergando a tal tipo de torpeza, ao contrário. Quando os fatos por si só demonstram minha total inocência com tudo isso, só reafirmo os meus propósitos de continuar essa luta. E dizer que eu sempre combati a corrupção em linha reta, sem tergiversar. E continuarei. Ou é por aí ou eu estou fora da política. Sempre combati a corrupção, mas também digo que precisamos tomar, finalizando, Sr. Relator, Sr. Presidente, medidas importantes, fazendo realmente a reforma política, uma reforma política profunda.

Outro aspecto que trago aqui também é o fim das emendas individuais. Aliás, quero até registrar aqui, no primeiro ano de Senado, deve estar gravado em muitos lugares por aí porque falei para as rádios, para a imprensa de um modo geral: sempre fui contra as emendas individuais. Alguns podem dizer: “Mas a senhora faz?” Faço! Porque, enquanto não acabar, não posso deixar o meu Estado de Mato Grosso perder essa possibilidade de recurso.

Quero agradecer, Sr. Senador Romeu Tuma, a sua Presidência nesse momento. Quero agradecer, Sr. Senador Paulo Octávio, nosso Relator, pela paciência de nos ouvir. Quero agradecer muito a presença do Senador Jefferson Péres, do Senador Eduardo Suplicy, do Senador Leomar Quintanilha. Quero agradecer também a presença de todos aqui presentes, mas muito especialmente aos funcionários nesta Casa.

Quero dizer que minha fala foi nessa linha porque não existe uma acusação e, se não existe uma acusação contra mim, eu só poderia fazer a minha história de vida, tentar mostrar, relatar como foi construída a minha história política, e dizer que não tem jeito de ela se sustentar diante disso que está posto contra a minha pessoa, ou melhor, isso que está contra a minha pessoa colocado não se sustenta diante da história da minha trajetória política.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Dr. Reginaldo, antes de passar a palavra para o Sr. Relator, pergunto a V. S^a se deseja acrescentar ou seu houve algum obstáculo ao amplo direito de defesa da Senadora.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Em absoluto, Sr. Presidente. Na verdade, parece-me que houve um mal entendido no começo. A Senadora se referia à Comissão da CPMI, ao problema da não-leitura da sua defesa. Não a este.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não houve mal entendido. Eu queria que ela não levasse a mesma imagem daqui.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Por isso, pergunto a V. S^a.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Ela exerceu com amplitude adequada o direito de defesa. Portanto, nenhuma restrição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Ficamos à disposição para qualquer questionamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Por motivo de força maior, não pude estar aqui desde o início da reunião. Agradeceria, então, se a Senadora Serys Slhessarenko pudesse disponibilizar cópias do seu pronunciamento para os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – S. Ex^a deixará com o Relator, que...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Mas se V. Ex^a puder providenciar de pronto a cópia...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pergunto ao Relator se S. Ex^a concorda.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – É matéria de defesa e está gravada. Acho que não há nenhum constrangimento nisso.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – A defesa está com o Relator. Tenho aqui apenas alguns pontos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu também gostaria de ter uma cópia.

O Senador Paulo Octávio, V. Ex^a, como Relator, para os questionamentos que restam ainda como dúvida depois da exposição da Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Senadora, em seu pronunciamento inicial, muitas das perguntas que estou aqui apresentando já foram respondidas, mas, de qualquer forma, para que possamos ter um procedimento aqui de acordo com as normas do Conselho, peço que V. Ex^a responda novamente, se possível, de forma mais objetiva, mais direta.

Tenho algumas perguntas e até elenquei as perguntas de acordo com os depoimentos que tivemos aqui anteriormente. No caso dos Vedoins, a senhora teve algum contato pessoal, telefônico, com intermediários, com Prefeitos, alguma ligação com a família Vedoin ou com a empresa Planam?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Nunca.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – V. Ex^a acredita que Valdebran Padilha está por trás dos Vedoins ao envolver o seu nome com os Sanguessugas?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Disse, Sr. Relator, que eu não iria usar os mesmos instrumentos que eles usaram contra a minha pessoa. Espero, acredito, desejo, quero e exijo, e sei que a Polícia Federal e o Ministério Público irão investigar, e tudo isso será esclarecido. Não posso fazer nenhuma afirmação.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Existiria algum interesse pessoal dele nisso? Vingança pessoal?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Possibilidade existe.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O que é o “campo majoritário do PT”?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Todos os Partidos, eu diria, têm as suas divergências internas e acabam tendo grupos. Isso todos nós, que somos partidários, sabemos. Nosso Partido não é diferente. Existem algumas contradições de postura política dentro do nosso Partido.

Campo majoritário é aquele que é o maior, em termos de bloco.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Há alguma participação dessa facção nesse episódio?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Não posso dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – É o “fogo amigo”.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Não posso dizer. *(Pausa)*

Não acredito que não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Em relação ao seu assessor Policena, V. Ex^a o conhece há muito tempo?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Conheci Policena quando fui eleita Senadora e cheguei ao Senado buscando até um gabinete, em um primeiro momento. Fui ao gabinete do Senador Carlos Bezerra, que era de Mato Grosso. O Senador Jefferson Péres já tinha chegado primeiro pedindo o gabinete.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Se soubesse que era para V. Ex^a teria cedido.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Não, de jeito nenhum. A gente admira tanto o senhor.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – V. Ex^a queria um especialista em orçamento?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Exatamente. E fui ao gabinete do Senador Bezerra e falei das várias dificuldades que a gente tinha de buscar pessoas aqui dentro do Senado, porque a gente desconhecia, não é? Aí, na conversa com o próprio Senador, ali fiquei sabendo que o gabinete dele já estava cedido ao Senador Jefferson Péres. Eu falei: “Não tem problema, não. Vou para outro aqui. Tudo bem.” E aí ele falou: “Tem excelentes técnicos no Senado, e a gente tem que pedir a disponibilidade de um tanto deles, um número ‘x’.” E aí eu pedi a disponibilidade. Ele me informou que era um técnico extremamente experimentado no assunto e que entendia muito de orçamento, e eu realmente não entendo essa área, e convidei-o para trabalhar conosco.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Então, essa indicação foi do Senador Carlos Bezerra.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– É. Por informação, não é? Eu poderia ter convidado ou não. Ele me informou que tinha uma pessoa competente.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – O Sr. Policena é funcionário do Senado?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– É funcionário do Senado concursado tem quatorze anos. Se não me engano, quatorze anos.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – É que ele já era, Senador Jefferson Péres, funcionário do Senador Carlos Bezerra.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Ele poderia ser assessor comissionado.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele é funcionário do Senado.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Ele é efetivo do quadro do Senado.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Qual era a função dele no seu gabinete?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Questão orçamentária exclusivamente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele só cuidava do orçamento?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Só do orçamento.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – V. Ex^a aceitava todas as sugestões dele?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Não. A gente sempre discutia e ele também nunca trazia nada pronto. Ele trazia opções e a gente discutia e eu tomava a decisão.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – V.

Ex^a tinha algum conhecimento que tanto ele quanto Sérgio Henrique eram amigos dos Vedoin?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Não. Eu nunca tinha ouvido falar a palavra Vedoin.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – V.

Ex^a não sabe que eles tinham contato?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Não. Não. Não. Desconhecia totalmente.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – V.

Ex^a mantém a confiança em Policena e em Sérgio Henrique?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– No momento em que fui informada, depois dos depoimentos – eu não me lembro de data, me perdoem, mas foi no mês de julho... Eu fui informada do depoimento do Vedoin, de que o Policena teria encontrado com ele, etc. Está no depoimento. Policena estava fora – estava não sei se de férias ou licença – uns dias. No momento que ele chegou, no mesmo dia que ele chegou, chamei ao meu gabinete e perguntei: “Isso que o Vedoin disse procede, é verdade?” Ele disse: “É.” Encontrei com ele e ele me fez essa colocação. Eu falei: “Então, o senhor está devolvido para o Departamento Pessoal imediatamente, por quebra de confiança.” “Ah, mas eu sabia que eu não tinha que falar para a senhora porque a senhora jamais aceitaria isso.” Eu falei: “Mas você teria a obrigação de ter me dito porque eu teria tomado as providências.” Talvez não tivesse acontecido todo esse tipo de coisa.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – V.

Ex^a mantém a confiança em Policena e em Sérgio Henrique?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Quebrou a confiança.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não seriam readmitidos pela senhora?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Só se ficar muito claro que toda essa trama foi armada e eles sejam absolutamente inocentes, a gente pode até... Mas, por princípio, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – V.

Ex^a aceitou ou aceitaria alguma indicação do Paulo Roberto para algum assessor seu?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Não, porque a minha família... Tenho quatro filhos, Senador. E a minha família nunca se envolveu no meu mandato.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Nunca houve indicação, ele nunca indicou. E se indicasse?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Se

indicasse, também eu não aceitaria, porque não...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Mesmo sendo uma pessoa...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Ele nunca tocou nesse assunto comigo, de indicar alguém, e eu não aceitaria. Com certeza, não aceitaria.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O

Sr. Sérgio, V.Ex^a conheceu o Sr. Sérgio?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) –

Conheci. Conheci o Sérgio. Ele esteve várias vezes em meu gabinete antes de... Ele trabalhou comigo de...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – An-

tes ele esteve como empresário?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Como empresário, não. Ele esteve já como assessor de Prefeituras, etc. Sempre uma pessoa muito atenta, muito prestimosa no sentido no sentido de ajudar, de contribuir, de verificar uma série de coisas, de auxílio técnico mesmo, e, no começo de 2005, ele pediu trabalho no gabinete. Eu estava realmente desprovida dessa parte e aí, em julho de 2005, eu o contratei. No momento que eu fiquei sabendo que o tal Sérgio, de Pontes e Lacerda, era ele, eu chamei... aliás, ele veio até mim e falou, quando apareceu o burburinho de Sérgio, de Pontes e Lacerda, no depoimento do Vedoin, ele veio e falou: “Senadora, eu sou o Sérgio, de Pontes e Lacerda.” Eu falei: “Você está demitido.” Ele não teve... Ele falou: “Mas eu não tive nem tempo de dizer alguma coisa.” “Não! Você está demitido!” E mandei o chefe de departamento, de...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Houve a recomendação de alguém para V. Ex^a contratá-lo?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Não. Ele deixou currículo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – V.

Ex^a acha que ele era amigo do Policena?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Não sei.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não

foi indicado pelo Policena?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– V. Ex^a sabia que ele estava em dificuldades financeiras?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) –

Ele disse várias vezes. Quando ele pediu emprego...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – An-

tes da contratação?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Quando ele pediu emprego, ele sempre dizia que

estava em dificuldade, que o que ele sabia fazer ele podia me ajudar, etc., etc.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – V.

Ex^a acredita que ele possa ter sido infiltrado por alguém?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Acredito que não. Espero que não, mas não sei.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Pelo

Sr. Paulo Roberto de maneira nenhuma?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Não. Bom, Senador, é muito difícil a gente dizer de maneira nenhuma, não é? Eu não tenho essa informação.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele

trouxe algum Prefeito de Mato Grosso para falar com a senhora?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Muitas vezes eu conversei com Prefeito junto com ele, muitas vezes, mas conversas absolutamente... O meu gabinete, Senador Paulo Octávio, é um gabinete de portas absolutamente abertas. Todo Prefeito e Vereador que chega conversa comigo, independente da coloração partidária, e entram com assessores, independente. Então não posso dizer se entrou uma vez, duas vezes, três vezes.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Qual

era a função do Sr. Sérgio no seu gabinete?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) –

No meu gabinete, era de encaminhar, ver essa questão do... como é que fala... inadimplência de Prefeituras, porque a gente libera a emenda e, se a Prefeitura está inadimplente, perde o recurso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele

mexia no orçamento?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Não. Orçamento era o Policena.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Ele fazia contatos com os Prefeitos, com empresários para V. Ex^a?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) –

Com empresários, não. Para mim, não. Fazia contatos com Prefeitos no sentido: “Olha, avisa o Prefeito que o recurso foi liberado e ele está inadimplente”. Esse tipo de coisa ele fez alguns telefonemas, sim, mas para avisar que estava inadimplente, que tinha que se regularizar porque iria perder o dinheiro. Isso aí, acho que é uma coisa normal dentro dos nossos gabinetes.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O

Sr. Paulo Roberto tem um bom relacionamento com V. Ex^a?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Tem. É meu genro.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele freqüenta o seu gabinete?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Não, muito pouco, muito pouco. Durante os doze anos de Deputada, nunca freqüentou nem... Acho... Acredito que nem uma vez entrou no meu gabinete.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – E como Senadora?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Como Senadora, pouquíssimas vezes porque aí ele se desloca para cá, às vezes vem com a minha, com os meus netos...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Duas ou três vezes ao ano?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Não mais do que isso.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele pediu alguma vez que a senhora recebesse alguém?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Jamais!

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Prefeitos? Empresários?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Não, não, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ele sugeriu a nomeação do Sérgio Henrique?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O que V. Ex^a acha desse episódio dos Vedoins? V. Ex^a tem convicção de que ele não recebeu nada dos Vedoins?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Olha, por princípio, tenho convicção que não, mas essas coisas, não é? Cada um é dono do seu destino. Portanto, não me responsabilizo por ninguém. Só por minha pessoa, é óbvio!

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – V. Ex^a conhece a empresa dele, do Sr. Paulo Roberto? V. Ex^a esteve lá alguma vez?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Para dizer que nunca estive lá, eu passei duas vezes lá, rapidamente, há bastante tempo.

Os meus filhos, eu não tenho nenhuma... Os meus filhos não têm, os meus parentes mais próximos não têm nenhuma ingerência sobre meu mandato. Ali tem um que costuma dizer que ele não passa nem na porta para evitar qualquer coisa, mas agora tem que estar aqui, que é advogado. Eu também não faço ne-

nhuma intervenção na vida dos meus filhos. Não me meto de jeito nenhum nem na vida profissional... na vida profissional, óbvio, porque na afetiva temos um relacionamento extremamente profundo.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Há quantos anos o Sr. Paulo Roberto é seu genro.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Acho que há uns 10 anos... Dez anos... Noventa e seis, dez anos.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nesses dez anos, V. Ex^a nunca teve problema nenhum com ele?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Não. Nunca.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Qual é a atividade do Sr. Paulo Roberto em Cuiabá?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Ele tem essa empresa de representação. Para falar a verdade, eu não sei...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – De aparelhos médicos?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Eu não sei lhe dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Isso foi falado aqui na acareação.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – É também. Ele sempre diz, ele brinca até, ele diz que vende de tudo. Eu não saberia lhe dizer. Não sei lhe dizer. Eu passei por lá duas vezes na minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Desculpe estar perguntando isso, mas a dúvida é que ele teria recebido dinheiro por venda de material hospitalar. Queria, então, saber se ele tinha ou não essa atividade, porque apareceu aqui um depoente que tem uma empresa de aparelhamento hospitalar ligado aos Vedoins. Como tinha muita firma fria, é só para esclarecer.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Qual a diferença entre o comportamento ético de V. Ex^a, e V. Ex^a falou sobre isso em seu pronunciamento, e do Sr. Paulo Roberto?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Qual a diferença? O meu, eu tenho convicção do meu comportamento ético, mas não posso ter convicção do comportamento ético de ninguém, mas acredito que ele tenha.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – V. Ex^a acha que os Vedoins queriam prejudicá-la?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Se era por parte deles, espontaneamente, ou por parte de alguém, eu não sei, mas, que prejudicaram, prejudicaram, grandemente!

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Por quê?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Uma campanha, Senador. Eu era candidata. Eu fui candidata ao Governo do Estado. Sofri um linchamento de mais de 120 (cento e vinte), 150 (cento e cinquenta) dias pela imprensa nacional e regional. Esse linchamento é óbvio que me prejudicou, e quem deu origem a esse linchamento foi a fala dele.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – V.

Exª acredita que eles tenham usado o Sr. Paulo Roberto como instrumento?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Não sei lhe dizer. Não sei. Acredito que é possível. Por que citaram o Paulo Roberto? Não conseguiram achar alguma coisa talvez direta a mim e tentaram por essa via indireta, talvez.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – V.

Exª sabe muito bem que sem sua participação não haveria as emendas. Sem o Policena ter feito e V. Exª ter assinado, as emendas não existiriam. As emendas, de qualquer forma, foram feitas e o Paulo Roberto esteve efetivamente na Planam. No depoimento ele...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– É, ele disse que esteve sim. Se não me engano, três vezes. Eu vi o depoimento.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Quais os critérios que V. Exª adotou para, em 2003, apresentar emendas ao orçamento?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Os que costume adotar até hoje, eu diria.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Em

2003, foi o primeiro ano de V. Exª como Senadora.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– O primeiro ano que a gente fez emendas – não é? – para 2004.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – V.

Exª chegou no Senado, como todos nós chegamos, sem experiência muitas vezes na preparação dessas emendas. O Sr. Policena era responsável por essas emendas, não é isso?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Hum, hum.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Es-

sas cidades foram escolhidas por V. Exª?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Foram. Como já disse durante a minha fala, essas solicitações chegavam geralmente por escrito, um ofício, ou por telefonemas de Prefeitos ao meu escritório em Cuiabá ou ao meu gabinete em Brasília. Mas chegam muitas e a gente tentava estabelecer critérios, porque é muito difícil, não é?... Município de Cana Brava do Norte, por exemplo. Um Município que eu sei que é ex-

tremamente pobre, não tem um carro lá na Prefeitura, tanto é que fiz uma emenda de ambulância para Cana Brava do Norte. Eles compraram de outra empresa, não é? Não foi da Planam. Então, um dos critérios era os Municípios mais carentes daqueles que chegavam, porque, quando chegavam, eu falava: “Mas esse aqui é um Município mais rico...” A gente sabe, não é? Ele já tem ambulância. A gente ligava: “Você já tem uma? Calma, tem uns que não tem nenhuma.” Então, era mais ou menos esse o critério.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – V.

Exª tinha conhecimento de que as emendas eram para compra de ambulância?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Sim, sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Os

Prefeitos pediram?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Pediram.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – En-

ão houve um pedido?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Houve. Estão todos... Tenho uns ofícios anexados, vários ofícios anexados. Alguns eram feitos por telefone, não é? Até um dos últimos... De última hora, foi trocado um deles, por conta de que estava inadimplente, e a gente tentou trocar.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Então essas emendas todas foram de pedidos de Prefeitos?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Pedidos dos Prefeitos.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Alguns ofícios, inclusive, encontram-se no gabinete de V. Exª?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Sim, sim. Eu acredito que se encontram já aí no processo que eu apresentei para o Senador Romeu Tuma. Eu já apresentei todos os ofícios.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Os

que não estão foram por telefone?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Tenho impressão que todos têm. Desculpe, mas vou buscar essa informação para o senhor. Mas tenho impressão, não tenho certeza, que todos têm.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) –

Depois de 2003, V. Exª voltou a apresentar emendas para ambulâncias?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Isto que é estranho: um compromisso tão grande em fazer emendas, eu teria que ter feito emendas nos 30% de saúde posteriormente. Só fiz agora em 2005 duas, e não foram compradas. Quer dizer, depois... Não fiz...

Em 2004 para 2005, eu não fiz. Em 2005 para 2006, eu fiz duas, se não me engano.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nessas demandas todas, V. Ex^a sempre passou para a assessoria?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Sim. Como assim?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Todas as demandas de emendas, os Prefeitos que lhe visitam V. Ex^a sempre passava...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Todas chegavam à assessoria, e aquelas que chegavam a mim eu passava para a assessoria. Na hora de fazer as emendas para ir para o orçamento, eu sentava com a assessoria, e a gente fazia as listagens. Com aqueles critérios que a gente mais ou menos estabelecia, ia selecionando duas, três ou quatro. Mas não aí no caso de ambulâncias. Era patrulha mecanizada; é asfalto, pequenos trechos de asfalto; é centro para idosos; enfim, todos os tipos de emendas que a gente...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – No caso das emendas para ambulâncias, houve alguma ingerência no Ministério da Saúde para liberação?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – V. Ex^a pediu para alguém...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – V. Ex^a procurou alguém para...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Nada?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Não, não, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não tinha ninguém do gabinete?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – S. Ex^a disse que não foi...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não, foram liberadas.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Não. As duas últimas, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – As duas últimas, não. Mas as de 2003 foram.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – As outras foram, mas não fiz...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Não houve nenhuma ingerência?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Não, não, não, não.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sr. Paulo Roberto não tem nenhuma participação no seu trabalho?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Não. Nenhuma participação no meu trabalho.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Só um comentário no que se refere às emendas, que é o foco principal do nosso trabalho.

Embora sempre ressaltando que nunca tratou com V. Ex^a, e Paulo Roberto jamais disse que falava em seu nome, vamos deixar bem claro isso... Em todos os depoimentos aqui, jamais ele disse que falava em seu nome. O Luiz Antônio Vedoin disse, em diversos depoimentos, inclusive neste Conselho, que seu genro Paulo Roberto falou para ele, em encontro na Planam, que estava precisando de R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para pagar conta de campanha de V. Ex^a e que ele, Luiz Antônio, entregou pessoalmente ao Paulo Roberto, em outra oportunidade, quantia em espécie nesse valor em troca da apresentação, por V. Ex^a, de emenda genérica, para unidade móvel de saúde, em valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ao orçamento da União.

Isso aqui é cópia do depoimento do Sr. Luiz Antônio Vedoin.

O Sr. Luiz Antônio disse também que foi apresentado emenda genérica, em dezembro de 2003, não no valor de um milhão, mas sim no valor de R\$700.000,00 (setecentos mil reais). Ele disse que sugeriu ao Sr. Paulo Roberto que fossem beneficiados 7 (sete) Municípios, com R\$100.000,00 (cem mil reais) cada um, e que foram apresentadas 6 (seis) emendas de R\$104.000,00 (cento e quatro mil reais) e o restante no valor de uma obra no Município de Campo Novo.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Um posto de saúde.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sempre de acordo com o depoimento de Luiz Antônio neste Conselho, foram executadas duas emendas de R\$104.000,00 (cento e quatro mil) nos Municípios de Poxoréo e Colíder. União do Sul, ele disse que o dinheiro está na conta e que não chegou a entregar o veículo.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Está na conta da Prefeitura. Foi cancelada.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Esse dinheiro o Prefeito já devolveu.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Não sei.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – O Sr. Luiz Antônio disse também que os Municípios a

serem favorecidos foram escolhidos pelo próprio Sr. Paulo Roberto.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– De jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sr. Relator, apenas um minuto para a Senadora Ideli Salvatti cumprimentar a Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – No depoimento no Conselho de Ética, o Sr. Luiz Antônio disse que os Municípios a serem favorecidos foram escolhidos pelo próprio Paulo Roberto. Isso consta no depoimento dele.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Posso responder ou o Sr. Relator prefere...

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Vou fazer a pergunta agora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – DF)

– Está apenas comentando.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Estou comentando o depoimento dele.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Sim.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Em face dessa afirmação que o Sr. Luiz Antônio prestou aqui a este Conselho, V. Ex^a poderia esclarecer se o seu genro tinha atuação no seu trabalho parlamentar, se representava V. Ex^a, em especial no que se refere à definição de emendas em favor de Municípios no Mato Grosso?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Não tinha atuação e não me representava. Se fez isso alguma vez, tem que ser apurado. É problema da Justiça com ele. Não tinha minha autorização para me representar. E a emenda dos dois Municípios – um deles é Poxoréo, que V. Ex^a citou, e o outro é Colíder... Sou meio difícil de memória, mas Poxoréo é uma das coisas que me lembro, que era de outro Município. Se não me engano, era Santa Terezinha. Santa Terezinha estava inadimplente e aí se passou para Poxoréo, porque havia um pedido. Ela não tinha nenhuma ambulância lá, etc. Inclusive tem ofício de Deputado me pedindo para mandar para esse Município para não perder o recurso. Aí eu olhei e falei: “Perdi o recurso para Santa Terezinha. Vou perder o recurso para Santa Terezinha, porque está inadimplente? Então, passa para Poxoréo.” Porque realmente é extrema necessidade, inclusive com o ofício de um Deputado que eu digo que é da maior idoneidade, que é da maior honradez. Não tive a nenhuma preocupação com isso. Acompanhava um ofício do Deputado. Falei: “Passa para Poxoréo.” Não sei de que Partido era o Prefeito. Não sei o nome do

Prefeito. Não sei de nada. E que se investigue junto à Prefeitura. Isso aí é importante.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) –

Então V. Ex^a afirma que o Sr. Paulo Roberto não teve nenhuma ingerência em seu gabinete, nunca lhe pediu emendas, nunca apresentou Prefeito e que essa afirmação dos Vedoins é mentirosa.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Com certeza. No meu gabinete, nenhuma ingerência.

Senador Relator, a gente tem que deixar muito claro essa questão. No meu gabinete nunca teve nenhuma ingerência, nunca me pediu nenhuma emenda, nunca exerceu nenhum tráfico de influência nesse sentido. Agora, fora do meu gabinete, eu disse aqui, e fiz questão de ler um parágrafo com bastante clareza, com bastante ênfase: “Eu não me responsabilizo pela atitude de ninguém, nem das minhas proximidades, nem funcionários, nem ninguém. Mas se alguém cometer qualquer erro nesse sentido, sou a primeira a combater pedindo investigação profunda e punição rigorosa.”

(O Senador Jefferson Péres cumprimenta a Senadora Serys Slhessarenko.)

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Para finalizar, acabamos de assistir, pelos últimos acontecimentos, que o Luiz Vedoin estava recebendo dinheiro para vender um dossiê. V. Ex^a considera possível tudo isso ter sido também... alguém ter comprado para que pudesse difamar o seu nome?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT)

– Senador, eu diria que possível tudo é, mas prefiro esperar as investigações da Polícia Federal, as interações do Ministério Público, as investigações da Polícia Federal. V. Ex^a não imagina a ansiedade com que aguardo essas investigações. V. Ex^a não faz idéia do tamanho da ansiedade que me assola esperando essas investigações. Espero que elas cheguem realmente a esclarecer todos esses fatos.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Sr. Presidente, de minha parte está concluído.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Pergunto ao Dr. Reginaldo se deseja se manifestar.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Nenhuma, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Suplicy, V. Ex^a deseja se manifestar?

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr. Presidente Romeu Tuma, Sr. Relator Paulo Octávio, querida Senadora Serys Slhessarenko, Dr. Reginaldo Oscar de Castro, o depoimento da Senadora confirma toda

a impressão que tenho de S. Ex^a desde o primeiro dia em que nos conhecemos.

Em todos os momentos da minha vida em que interagi com S. Ex^a, seja quando a visitei em Mato Grosso, em Cuiabá, em outras cidades, ao tempo que S. Ex^a era Deputada Estadual, nos encontros do Partido dos Trabalhadores, fosse em São Paulo, ou em Olinda, ou em Recife, ou no Rio de Janeiro, ao longo desses anos todos de nossa vida, também em especial durante esses nossos anos de convivência desde que S. Ex^a aqui assumiu seu mandato de Senadora, no seu dia a dia, no cotidiano, em todas as suas atitudes, sempre só percebi em S. Ex^a palavras e ações de muita seriedade e de afinidade comigo. Sempre a exigir da parte de cada pessoa que esteja realizando trabalhos aqui um sentido ético, de correção no trato da coisa pública, o mais rigoroso possível.

Pude também acompanhar a angústia, a tristeza, a aflição de S. Ex^a quando surgiram essas denúncias, que, de maneira alguma, combinavam com todo o seu procedimento. É claro que, diante das informações, é natural que ficássemos nos perguntando: “Como será que poderia ter ocorrido uma situação como essa?” Até fico feliz de poder estar aqui nesta reunião.

Quero, Senadora Serys, cumprimentar o Relator, Senador Paulo Octávio, porque, primeiro, não é fácil ser o Relator em uma situação de uma pessoa que aqui é nosso colega. V. Ex^a está em uma situação extremamente difícil, assim como os Senadores Jefferson Péres e Demóstenes Torres, nos casos respectivos dos Senadores Ney Suassuna e Magno Malta. S. Ex^{as} também procederam com muita precisão no estudo de tudo que aconteceu e nas indagações. No que diz respeito ao Senador Magno, a sessão equivalente está ainda por ocorrer, salvo engano.

Pude perceber que V. Ex^a, Senador Paulo Octávio, estudou o assunto. Fez praticamente todas as perguntas relevantes que poderíamos ter. O Senador Jefferson Péres, que aqui esteve, avaliou que as perguntas que V. Ex^a fez são praticamente todas as que poderíamos estar fazendo. Mas, para completar um pouco, eu ainda teria uma pergunta no sentido de auxiliar a sua linha de indagação, até porque V. Ex^a entrou de fato na intimidade da Senadora Serys, no que diz respeito a suas relações familiares. Nesta ocasião, isso foi correto e oportuno. V. Ex^a perguntou à Senadora quão bem S. Ex^a se dava com os seus filhos, com os seus genros, ou genro, e ela nos respondeu: “Eu me dou bem com eles.” Mas eu queria fazer uma pergunta adicional.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Senador, V. Ex^a só enriquece esse relatório.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Senadora Serys, diante de tudo que aconteceu, imagino que,

como V. Ex^a se dá muito bem com a sua filha, com o seu genro Paulo Roberto, tendo ficado surpreendida com o assunto, V. Ex^a teve uma ou mais conversas com o Sr. Paulo Roberto. Poderá ser importante para nós, para o Conselho de Ética, se V. Ex^a puder descrever como foram essas conversas. Imagino V. Ex^a, chegando à casa, telefonando para o Sr. Paulo Roberto e dizendo: “Mas, Paulo Roberto, o que aconteceu de fato? Me diga. Me ajude a esclarecer esse ponto. Como esse Sr. Vedoin disse que teria feito um pagamento a você, esse pagamento ocorreu, por que aconteceu? Isso é importante.”

Esta é a questão que pode ser importante para completar. Qual foi a natureza do diálogo que a Senadora teve com o genro Paulo Roberto sobre os fatos sobre os quais o Sr. Relator perguntou? Se a Senadora puder nos dizer abertamente como foi, porque isso será relevante.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Não tem nem conversa comprida. Em primeiro lugar, temos pouco contato. Eu estava em campanha, etc., etc. Nossos contatos são poucos e parcos. Desde o primeiro momento – é óbvio, ninguém aqui vai achar ao contrário –, eu perguntei: “O que é que há?” Ele falou: “Não existe nada.” Eu ainda falei: “Não existe propina?” Ele falou: “De jeito nenhum! Quem disse que prove. Não existe.” Eu não podia mais discutir esse assunto. Não tinha mais o que conversar com ele a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Entre a palavra do Sr. Vedoin e do seu genro, em quem V. Ex^a acredita?

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) –
A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Ele foi categórico em dizer “Não!”. Eu não posso ficar insistindo com ele. Eu não pude mais abrir esse diálogo com ele, e nem abri, nem achei conveniente, porque não posso ficar insistindo com uma pessoa que me diz taxativamente: “Não! Que provem. Jamais eu faria isso com a senhora!” Ponto final. Eu não abri mais esse diálogo com ele.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Muito obrigado, Senadora Serys.

Quero cumprimentar a maneira como procedeu o Senador Paulo Octávio e cumprimentar também o Dr. Reginaldo Oscar de Castro, porque acredito que, em sendo um advogado dos mais brilhantes do Brasil, aqui nos traz uma presença de grande peso, mas S. Sr^a, neste caso, estará tendo relativamente pouco trabalho, pelas qualidades da Senadora Serys, pela história da Senadora Serys.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – Só finalizando, V. Ex^a me permite, Sr. Presidente? É apenas um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Pois não.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT – MT) – O

Senador Suplicy não estava aqui quando anunciei a presença do nosso advogado, do Dr. Davi Evangelista e do Dr. Alexandre Slhessarenko, meu filho. Fiz uma homenagem muito especial ao Dr. Reginaldo de Castro dizendo que ele é meu advogado por convicção.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Só

quero comentar que o Dr. Reginaldo Oscar de Castro, Senador Eduardo Suplicy, é ex-Presidente da OAB, um dos advogados mais conceituados de Brasília. É bom vê-lo aqui no Senado, Dr. Reginaldo Oscar de Castro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex^a pôs, com a alma e com todo o coração, o drama por que tem passado. Vejo com os olhos de pai a presença do Sr. Alexandre Slhessarenko, que deve estar aqui muito mais pelo fato de ser filho do que por ser advogado, porque jamais interviria, tendo o Dr. Reginaldo aqui como titular da defesa.

Desejo que Deus permaneça sempre ao seu lado para ver a força da sua mãe enfrentar um dos obstáculos mais difíceis que temos na vida, que são quando as acusações surgem e as provas não aparecem, e isso dificulta. Se houvesse materialidade seria mais fácil. A materialidade ajuda até a defesa. Quando não existe, é fantasma. Isso que é difícil comprovar. É a palavra de um contra o outro. V. Sr^a, como advogado, sabe disso. Eu fui policial e sei o que isso representa.

A única dúvida que ficou, Senadora Serys Slhessarenko, não no seu depoimento, mas no depoimento do Sr. Paulo Roberto e dos Vedoin, é o problema dos 35 (trinta e cinco) e de um cheque que não apareceu, pelo menos até agora. Não sei se o Senador já obteve cópia do cheque dos outros 36 e alguns quebrados. O problema são os quebrados.

O SR. RELATOR (Paulo Octávio. PFL – DF) – Ainda não. São os documentos que faltam ainda.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Esse documento ou é obtido através de uma ordem judicial ou pelo próprio Ivo, e, aliás, seria mais fácil se viesse através dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Ele que tem que apresentar.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Ele

disse que não deu esse cheque, então...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Ele disse que não deu o cheque e ficou a dúvida dos valores.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – É muito simples. É só ele autorizar isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A prova-fantasma é a pior que tem.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Acho que caberia a ele...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Desculpe, Sr. Reginaldo. Não sei se existe prova-fantasma.

O SR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO – Eu

diria mais, Sr. Presidente, eu diria que não há defesa pior do que aquela em que temos que enfrentar o óbvio, porque não há como enfrentar o óbvio. Defender aquilo que não tem acusação é difícil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado, Dr. Reginaldo.

Informo aos Srs. Senadores que temos marcado para o dia 08 de novembro a apresentação, se houver, de voto em separado pelo pedido de vista coletivo que foi concedido pelo Presidente. Há ainda o prazo de 10 dias para que o Senador Ney Suassuna possa analisar o voto de acusação feito pelo Senador Jefferson Péres.

Sobre o Senador Magno Malta, hoje houve depoimento de testemunhas ainda, e V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, estava presente. Com relação a essa Representação o único ponto pendente também diz respeito a um cheque. O Senador Demóstenes Torres solicitou, eu inclusive intervim junto ao Banco Central, a cópia do cheque que comprou pela segunda vez o carro de uma *factoring*, empresas que atualmente descontam cheque e que ainda não são legalizadas. Esse carro foi citado pelo Deputado Lino Rossi. S. Ex^a afirmou ter emprestado esse carro para o Senador Magno Malta, provavelmente com essa documentação possamos encerrar.

Com relação à Representação nº 2, da Senadora Serys Slhessarenko, informo que ela ainda está em apuração. O Sr. Relator anunciará oportunamente a leitura do parecer.

Percebi a preocupação do Senador Eduardo Suplicy. Por isso, estou prestando esses esclarecimentos ao público e a V. Ex^a.

Lembro que no dia 08 de novembro teremos reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

DOCUMENTOS PERTINENTES À 17ª REUNIÃO:

- 1) LISTA DE PRESENÇA;
- 2) TERMO DE COMPARECIMENTO ASSINADO PELA SENADORA SERYS SLHESSARENKO E PELO SEU ADVOGADO, DR. REGINALDO OSCAR DE CASTRO;
- 3) OFÍCIO DO DR. PAULO CÉSAR ZAMAR TAQUES DIRIGIDO AO SENADOR PAULO OCTÁVIO;
- 4) NOTAS TAQUIGRÁFICAS REFERENTES AO DEPOIMENTO COLHIDO EM CUIABÁ-MT DA SRA. MARIA REGINA BORELA.

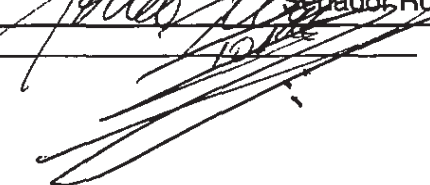
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**17ª REUNIÃO**

Em 05 de outubro de 2006, quinta-feira, às 14:30h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE PRESENÇA

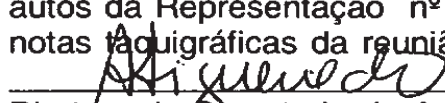
Presidente: JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: DEMÓSTENES TORRES

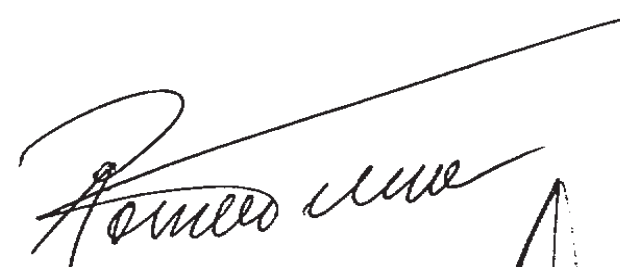
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
Demóstenes Torres 	1. Jonas Pinheiro
Sérgio Guerra 	2. César Borges
Heráclito Fortes 	3. Mº do Carmo Alves
Juvêncio da Fonseca 	4. Leonel Pavan
Paulo Octávio 	5. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros 	6. Arthur Virgílio
PMDB	
Wellington Salgado	1. Geovani Borges
João Alberto Souza	2. Alberto Silva
Ramez Tebet	3. Valdir Raupp
Luiz Otávio	4. Leomar Quintanilha 
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)	
Sibá Machado	1. Eduardo Suplicy 
Ana Júlia Carepa	2. Vago
Fátima Cleide	3. Vago
PDT	
Jefferson Péres 	1. Augusto Botelho
PTB	
Mozarildo Cavalcanti 	1. Valmir Amaral
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)	
Senador Romeu Tuma (Corregedor)	

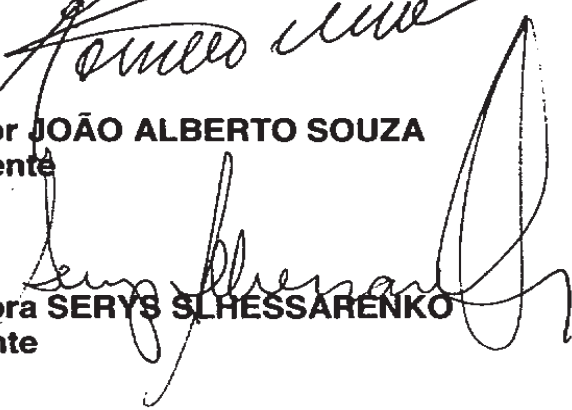
Visto: 

Brasília, 05 de outubro de 2006

**Reunião do Conselho de Ética destinada a ouvir a
Senadora SERYS SLHESSARENKO**

Aos 05 (cinco) dias do mês de outubro do ano de dois mil e seis, às 14h30, na sala n.º 6 da Ala Senador Nilo Coelho, compareceu ao Conselho de Ética, presidido pelo Senador JOÃO ALBERTO SOUZA, a Senadora SERYS SLHESSARENKO, acompanhada de seu(s) advogado(s), que foi inquirida nos autos da Representação nº 2, de 2006. As declarações prestadas constam das notas taquigráficas da reunião, que integram o presente termo de audiência. Eu,  MARIA AMÁLIA FIGUEIREDO DA LUZ, Diretora da Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, matrícula 104155, lavrei o presente termo que segue assinado pelo Presidente do Conselho de Ética do Senado, pela depoente e seu advogado.


Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Presidente


Senadora SERYS SLHESSARENKO
Depoente

Representação nº 02/2006.

PAULO ROBERTO RIBEIRO

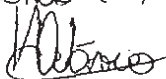
Brasileiro, casado, comerciante, portador do RG nº 532.045 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 486.808.001-63, vem perante Vossa Excelência, por intermédio de seu advogado, expor o quanto segue para, ao final, requerer.

Conforme evidenciado dos depoimentos e acareações realizadas, a *pedra de toque* da controvérsia resumiu-se, exclusivamente, ao cheque emitido pelo senhor IVO MARCELO ao ora peticionante, a fim de efetivar o pagamento dos materiais fornecidos.

Referido cheque, no valor aproximado de R\$ 37.200,00, sacado contra a Caixa Econômica Federal, foi descontado na agência da instituição bancária que funciona na avenida Historiador Rubens de Mendonça, nas dependências da Justiça Federal de Cuiabá-MT, em 15/09/2003, sendo pertinente informar que o cheque foi nominal a PAULO ROBERTO RIBEIRO, pois ele próprio escreveu seu nome no campo destinado ao favorecido.

Ato contínuo, o valor foi enviado, via TED, para a conta corrente nº 5838-6, agência 3643-9, Banco do Brasil, de titularidade da empresa São Benedito Comércio e Representações LTDA. O extrato da conta da São Benedito foi entregue à esse Conselho em 06/09/2006, quando do depoimento do peticionante.

Recebido em 20/9/2006



MT. 193675

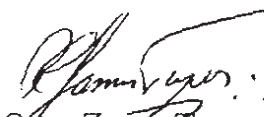
Rua C, 216, bairro Const, Cuiabá-MT fone(65) 3642 1345 fax 3642 3129
z.taques@terra.com.br

Não obstante, e como o peticionante não pode excepcionar, sozinho, o sigilo bancário do senhor IVO MARCELO, a fim de entregar o microfilme do referido cheque à Vossa Excelência, foi determinada a expedição de ofício ao Banco Central do Brasil, para que a microfilmagem aporte nos autos.

Não obstante, e para agilizar o processo e solucionar o entrave de maneira mais imediata, requer-se o envio de ofício diretamente à Caixa Econômica Federal, requisitando os microfilmes de todos os cheques sacados contra a conta do senhor IVO MARCELO no período de 10/09/2003 até 20/09/2003.

Pede deferimento.

De Cuiabá para Brasília, 18 de setembro de 2006.



Paulo César Zamar Taques
OAB-MT 4.659

A oitiva iniciou-se às 13h50min, com a presença dos Srs. Consultores Roberto Sampaio Contreiras de Almeida e Paulo Henrique Soares, da Srª Maria Regina Borela e de seu Advogado, o Sr. Alexandre Silhessarenko.

A Srª Maria Regina Borela preencheu e assinou o Termo de Compromisso, a pedido do Sr. Roberto Sampaio Contreiras de Almeida, e lhe entregou atestado médico.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Boa tarde, Srª Regina.

Estamos aqui, em nome do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, para tomar o depoimento da senhora no âmbito da Representação nº 2, de 2006, envolvendo a Senadora Serys Silhessarenko.

Primeiramente, gostaria que a senhora, por favor, dissesse o seu nome completo e informasse o seu domicílio e a sua profissão.

A SRª MARIA REGINA BORELA – Meu nome é Maria Regina Borela. Sou advogada e assessora parlamentar da Senadora Serys. Minha residência é na Rua São Paulo, Quadra 7, casa 12, Bairro Jardim Europa, em Cuiabá. E o meu endereço profissional é aqui, na Rua Manoel Ferreira de Mendonça, nº 223, Bairro Bandeirantes, Cuiabá.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – A senhora trabalha aqui no escritório político da Senadora?

A SRª MARIA REGINA BORELA – No escritório de apoio parlamentar e tenho, digamos assim, a tarefa informal de coordenar este escritório de apoio. É informal porque sou assessora como qualquer outro assessor da Senadora. Exerço uma coordenação aqui, para ela, no escritório de apoio, em Cuiabá.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – No âmbito dessa coordenação, quais são as funções que a senhora desempenha aqui no escritório? Que tipo de tarefas a senhora realiza?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Todas as tarefas inerentes a um escritório de apoio.

É bem verdade que todos os assessores que estão aqui em Mato Grosso, no escritório de apoio, acabam fazendo as mesmas funções. Quando eu digo que informalmente coordeno é porque acabo sendo eu quem mais relata à Senadora alguma coisa que ela precisa saber, tenho uma interlocução maior.

Então, o que a gente faz aqui?

Todas essas coisas inerentes a um escritório parlamentar: as tarefas do mandato em Mato Grosso, os contatos com todas as pessoas que nos procuram pelas mais diversas razões, desde contatos institucionais com prefeitos e vereadores, mas também com os movimentos sociais. Participamos dos movimentos sociais onde a Senadora sempre esteve muito inserida, acompanhamos a Senadora quando ela está aqui, em todas essas atividades.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Desde quando a senhora trabalha com a Senadora?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Eu trabalho com a Serys...

Antes de ela ser Parlamentar, eu fui assessora de gabinete dela como Secretária de Educação.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Quando foi isso?

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Antes de ser Deputada, a Senadora foi Secretária de Educação?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Ela foi Secretária de Educação do Estado de Mato Grosso quando o Governador era Carlos Bezerra, do PMDB. Isso foi de 87 a 88.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – A senhora começou a trabalhar com a Senadora nessa época, entre 87 e 88?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Exatamente.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Mas não sabe exatamente o ano.

A SRª MARIA REGINA BORELA – Em 87. No começo de 87 até meados de 88.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Nessa época, a Senadora já era filiada ao PT?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Não, ela não era do PT.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – E era filiada ao PMDB?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Eu não saberia lhe dizer, não. Mas depois é que ela se filiou ao PT. Não sei a data de filiação.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – A senhora é filiada ao PT?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Sou filiada ao Partido desde 89, por aí.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Praticamente desde o começo do Partido, não é?

A SRª MARIA REGINA BORELA – É.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – A senhora começou a trabalhar com a Senadora, então, em 87, fazendo o quê?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Eu prestava assessoria para ela também na Secretaria de Educação.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – A senhora era assessora pessoal da Senadora?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Assessora de gabinete, como nós chamávamos os assessores diretamente ligados ao gabinete da Secretária.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Mas a senhora nunca foi servidora efetiva do Estado, não é?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Não, não.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Era um cargo de confiança.

A SRª MARIA REGINA BORELA – Cargo de confiança. Era um cargo comissionado.

Depois eu fui assessora jurídica dela no primeiro mandato e, nos outros dois mandatos de Deputada, eu fui chefe de gabinete. A Serys teve três mandatos de Deputada Estadual. No primeiro mandato, eu fiz assessoria jurídica e, nos dois mandatos, eu fui... Havia um chefe de gabinete. Depois, nos dois outros mandatos, eu fui chefe de gabinete, na Assembléia Legislativa.

Ela teve três mandatos, depois se elegeu Senadora, e eu continuei sendo assessora parlamentar no Senado.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Quem mais integra a equipe da Senadora aqui no escritório, além da senhora?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Aqui nós temos o Wilson Messias Aguiar, o Jairo Pereira Rocha...

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Ele faz o quê?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Ele... Basicamente nós fazemos as mesmas coisas. Vamos dizer assim, dividimos as tarefas. Mas as tarefas são mais ou menos as mesmas: acompanhar as atividades da Senadora quando ela está ausente, representando-a nas diversas atividades para as quais ela é chamada – e são “n” atividades. Então a gente mais ou menos se divide.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Mas há um assessor mais próximo da Senadora, com quem S. Exª resolve os assuntos mais...?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Eu diria que sou eu a pessoa mais próxima.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – A senhora estava dizendo que havia a senhora...

A SRª MARIA REGINA BORELA – O Wilson Messias Aguiar, o Jairo Pereira Rocha, a Raquel Santana Perrot, que é essa moça que faz o atendimento das pessoas, de telefone, etc. Ela é mais, digamos assim, uma recepcionista nossa aqui, embora, lá no Senado, você não encontre um contrato com esse tipo de... Todos nós somos assessores parlamentares, nível 1, 2, 3, sei lá.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Todos são integrantes do gabinete da Senadora, não é isso?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Isso. Somos todos integrantes do gabinete da Senadora.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – São quatro pessoas aqui?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Não. É o Gustavo Minomia...

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Gustavo...?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Minomia.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Ele faz a mesma coisa também?

A SRª MARIA REGINA BORELA – A mesma coisa. É basicamente isso.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Não há especialização aqui no gabinete.

A SRª MARIA REGINA BORELA – Não. Às vezes, por exemplo, receber pessoas. Os que estão aqui recebem as pessoas. E eu, geralmente, recebo as maiores especificidades. Mas todos eles recebem as pessoas que vêm para uma demanda, para uma reclamação de alguma coisa, para uma...

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – A Senadora demora muito tempo aqui no escritório, quando está em Cuiabá?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Ela faz aqui todos os atendimentos que a gente agenda. Isso também é uma tarefa nossa. Nós fazemos todos os agendamentos das pessoas que ela vai receber aqui, nos dias em que ela fica aqui. E isso demanda, por exemplo... Eu sempre digo que nós trabalhamos durante a semana, porque a gente a representa aqui em todas as coisas, e trabalhamos no final de semana, porque temos que ficar com ela em todos esses atendimentos, ou aqui ou fora daqui. Então eu sempre digo que a gente... Eu brinco com o pessoal do gabinete lá em Brasília; eu falo que a gente trabalha mais, porque trabalha durante a semana, na ausência dela, e trabalha no final de semana, com a presença dela.

Nós agendamos, então ela faz os atendimentos aqui mesmo, onde nós estamos, para as pessoas que a procuram. São as tais audiências.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – São sempre pessoas humildes ou autoridades também?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Ah, tem de tudo. Autoridades também, prefeitos. Ela recebe prefeitos, ela recebe...

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – E o pessoal do escritório participa das reuniões?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Sempre um de nós acompanha as audiências – um ou dois de nós acompanhamos as audiências –, até porque a gente precisa anotar tudo, para ela depois fazer os encaminhamentos.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Como é a rotina de trabalho da senhora? A senhora poderia descrevê-la?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Eu venho ao escritório todos os dias. Estou um pouco desacelerada agora, nesse período do tratamento, porque uma boa parte... Por exemplo: quando eu estava fazendo quimioterapia, às vezes, logo após a quimio, eu tinha...

Eu, na verdade, tinha uma licença de seis meses para o tratamento desse câncer, mas acabei não usando nem um dia, porque eu sempre achei que enfrentaria melhor continuando a minha rotina, desde que eu conseguisse fazer. Então, mais ou menos, a minha rotina continuou.

Eu venho aqui, atendo as pessoas, atendo os telefonemas...

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – As pessoas que procuram a Senadora...

A SRª MARIA REGINA BORELA – No escritório.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – A senhora fala com elas primeiro; a senhora faz essa introdução.

A SRª MARIA REGINA BORELA – É porque elas procuram aqui... Tem aquelas que nos procuram para agendar com a Senadora, para vir falar com ela, e tem outras que não, que vêm para falar com a assessoria, para que a assessoria passe para ela. A gente sempre dá essa opção, porque, muitas vezes, a Senadora fica muito cheia, você tem uma lista de audiência assim... Então, a gente informa às pessoas: esse final de semana já está cheio. O senhor quer vir para falar com a assessoria? Muita gente quer expor a sua questão, e a gente recebe.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – E, geralmente, qual é o tipo de demanda que existe aqui, nessa procura pela Senadora? São eleitores? São eventos?

A SRª MARIA REGINA BORELA – São basicamente as demandas dos problemas...

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – De políticos ou de eleitores?

A SRª MARIA REGINA BORELA – São pessoas que procuram o Parlamentar na busca de solução de problemas, geralmente problemas políticos dos seus municípios. Problemas políticos que eu digo englobando, por exemplo, infra-estrutura... É gente que vem atrás porque lá a estrada é isso, porque o assentamento é aquilo, porque está faltando aquilo outro.

Embora eu tenha feito parte do gabinete dela em três mandatos na Assembléia Legislativa, e ela sempre foi da oposição, nós tínhamos muita demanda também desse tipo, reclamação que ela encaminhava aos órgãos competentes como forma de reclamação, de reivindicações.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Principalmente da administração estadual, não é?

A SRª MARIA REGINA BORELA – É, quando era administração estadual.

Agora, isso ganhou até maior vulto, porque, além de ela continuar como Parlamentar, o Governo é do Partido dela. Então essa gama de reivindicações dos municípios até aumentou. E isso é muito grande; é todo tipo de problema. É problema fundiário, é problema de infra-estrutura, problema de estrada, problema disso, problema daquilo, para ela ajudar a encaminhar as reivindicações. E ela sempre fez isso, tanto quando era da oposição, quando ela enviava “Vai conversar com o Secretário”, problema de segurança pública não sei aonde, enfim.

E a Senadora sempre foi muito identificada com os problemas da luta pela terra. A vida pública dela, a vida política dela é muito ligada aos problemas das reivindicações pela reforma agrária. E este é um Estado essencialmente agrário, onde a luta pela terra é muito grande. Essa demanda também acontece muito fortemente através dela.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – O seu trabalho se realiza basicamente aqui no escritório ou a senhora também despacha com a Senadora na residência dela?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Raramente.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – A senhora leva pessoas lá?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Não. É basicamente aqui, até porque ela recebe as pessoas aqui. Ela não costuma receber gente na casa dela, não. Que eu saiba, não, a não ser a família dela.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Não existem dois tratamentos? Pessoas recebidas aqui e pessoas recebidas na residência da Senadora?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Não; que eu saiba, não. Ela deve receber na residência dela pessoas da convivência pessoal dela, porque, dos

que procuram o gabinete, a gente sempre marcou aqui. Todas as audiências são feitas aqui.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Como é que a senhora foi trabalhar com a Senadora? Em que circunstâncias? Alguém indicou a senhora?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Como eu disse, quando ela foi Secretária de Educação...

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Foi quando a senhora conheceu a Senadora.

A SRª MARIA REGINA BORELA – Eu morava na região do Araguaia, trabalhava lá com D. Pedro Casaldágua e, nessa oportunidade, minha filha mais velha tinha terminado o primeiro grau, eu precisava mudar para uma cidade maior, para ela ter oportunidade de fazer o segundo grau, porque lá não tinha, e eu vim para cá. E a Serys já era uma pessoa conhecida de todo o pessoal do Araguaia que labutava nessa área de problemas de terra, problemas sociais...

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Nessa época, qual era a atividade da Senadora?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Ela era professora na Universidade Federal de Mato Grosso. E ela participava de vários projetos nessa questão de assentamentos, projetos da Universidade.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – A Senadora se candidatou e ganhou logo a primeira eleição?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Foi, logo na primeira eleição.

Então, “ela tinha” uma participação grande nesses movimentos. E, por conhecê-la do Araguaia, quando eu vim para Cuiabá, o pessoal da região do Araguaia me recomendou para ela. E “a gente tinha” referência dela também. E eu fui trabalhar com ela, primeiro porque eu precisava trabalhar – estava mudando para cá e precisava trabalhar; segundo, trabalhar com uma pessoa que achava que ia fazer o que a gente sempre labutou por aí, sempre foi a nossa luta, principalmente na região do Araguaia, que era a questão fundiária, melhores condições de educação... E ela foi Secretária de Educação, que era uma pasta que a gente achava que era da maior relevância.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Qual é a orientação da Senadora em relação ao funcionamento do escritório? Quais são as recomendações da Senadora para atender pessoas ou entidades?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Sempre como nós fizemos com ela aqui. Quando ela estava aqui, era Deputada, ela estava muito presente. Então, os atendimentos dela se espelham na mesma coisa. A gente atende todo mundo, atende bem. É lógico que a gente quer saber antes o que é, então a gente agenda com o assunto...

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Fazem uma triagem.

A SRª MARIA REGINA BORELA – E basicamente a gente atende esse tipo de demanda: prefeitos, vereadores, a maior parte dos movimentos sociais, presidente de associação de bairros, presidente de associação de pequenos produtores rurais, muita gente de assentamentos...

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Em relação aos prefeitos, há alguma recomendação?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Não. Geralmente os prefeitos, o que eles vêm buscar? Em geral, eles vêm buscar pleitos das suas cidades.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Mas a Senadora, sendo da oposição, quais seriam...

A SRª MARIA REGINA BORELA – Isso quando ela era Deputada. Agora não; agora ela é da situação, do Governo Federal.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Mas ela era Deputada sempre pelo mesmo partido ou por outros partidos também?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Não. Até porque todos os prefeitos procuram os parlamentares federais principalmente, porque é lá no Governo Federal que está, vamos dizer assim, o grosso dos recursos que vão para os municípios. Eu sempre digo que o município é “um pedinte com o pires na mão”, porque em tudo ele depende... Para investimento, ele depende demais do Governo Federal. O que eles têm no município de recursos próprios basicamente dá para eles manterem a máquina, pagamentos... Quando se fala em investimento, o governo do Estado tem muito menor capacidade. Então eles procuram muito os parlamentares federais.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – A senhora ou o escritório é muito procurado por pessoas que desejam a elaboração de emendas, que a Senadora elabore alguma emenda ao orçamento? Na época da elaboração do orçamento, aumenta muito o número de demandas?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Olha, eu diria que não aumenta muito, na época, não. O pessoal procura ao longo mesmo do ano.

Em 2003, por exemplo, que foi o primeiro ano do mandato, este escritório, até porque era pouco conhecido o local, o endereço, as pessoas se referenciavam muito por Brasília... Então, em 2003, foi muito pouca a demanda de pessoas, até para receber documentos aqui, ofício do Prefeito, da Câmara de Vereadores ou da associação de pequenos agricultores, o pessoal que geralmente reivindica. Em 2003 era para formular o orçamento de 2004, o primeiro que a Senadora participa. Foi pequeno o que eu recebi aqui.

Geralmente eu recebo; se é ofício, eu mando para Brasília. Dificilmente chegam aqui esses ofícios via correio. Geralmente eles chegam lá...

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – E, no caso de um contato pessoal, o que a senhora faz?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Quando é um contato pessoal, eles vêm, a grande maioria já traz por escrito a reivindicação...

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Em papel timbrado...

A SRª MARIA REGINA BORELA – ...com papel timbrado da prefeitura ou da associação, enfim. E eu encaminho, então, para Brasília. Semanalmente, a gente manda um pacote de correspondência.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Manda pelo correio ou entrega para a Senadora?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Mandamos por Sedex. Geralmente a gente manda pelo correio, quando tem uma certa urgência. Se não, a gente espera por ela e manda, muitas vezes, em mãos.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – E esses pedidos vão diretamente para a Senadora; eles vão lá para o gabinete...

A SRª MARIA REGINA BORELA – Vão lá para o gabinete.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – ...e a Senadora depois os analisa com a assessoria de lá, para saber de que forma poderá atender.

A SRª MARIA REGINA BORELA – É, exatamente.

Na assessoria de lá, na questão específica de orçamento... Porque também tem outras demandas que não têm nada a ver com orçamento. Então, muitas vezes a gente trata questões de diferentes assessores da Senadora lá. Por exemplo: um problema que gerou uma demanda muito grande aqui foi essa coisa de rádio comunitária. A Polícia Federal fechava rádio comunitária, apreendia o material de rádio comunitária; o pessoal vinha pedir para legalizar. Então, por exemplo, legalização de rádio comunitária. Geralmente tinha um assessor da Senadora com quem eu falava, que era a pessoa que ia ao Ministério das Comunicações para ver em que pé estava aquele processo.

Agora, nas questões de orçamento, eu falava geralmente com o João Policena. Era com quem eu tratava mais diretamente coisas de orçamento.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Como é o estilo de trabalho da Senadora? É centralizado ou ela delega muito?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Ela delega muito.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Não fica preocupada com detalhes?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Ela é muito assim; ela delega bastante.

No orçamento mesmo, o Policena me consultava muitas vezes. E, muitas vezes, tinha que fazer um leque de opções, porque as prefeituras entram em inadimplência assim... Elas estão adimplentes hoje, amanhã, elas estão inadimplentes. Então, é muito rápido, porque basta uma dívida lá no INSS, pronto, entrou em inadimplência, ou um convênio que não prestou conta. Então, muitas vezes você consulta Siafi... Policena consultava o Siafi porque só ele tinha uma senha. Então, ele consultava, e as prefeituras estavam bem. Uma semana depois, duas, três estavam inadimplentes. Então, você tinha que fazer um arco grande de opções, geralmente... Geralmente, não; sempre com base nos pedidos que a gente tinha aqui.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Então, essas demandas orçamentárias eram tratadas com o Policena; não diretamente com a Senadora.

A SRª MARIA REGINA BORELA – No meu âmbito, porque ele era quem apresentava tudo para a Senadora.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Aquelas que a senhora recebia, não é? Mandava para ele, e ele tratava com a Senadora. Era ele quem fazia as minutas de emendas ao orçamento?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Exatamente. Que eu saiba, é ele. É claro que o funcionamento mesmo de Brasília, eu não tenho muito conhecimento.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Ele é daqui?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Não, não. Parece que ele é goiano.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Nessa questão orçamentária, o gabinete da Senadora aqui, no Mato Grosso, era procurado por prefeitos, ex-políticos e empresários também?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Não, empresários... Eu nunca recebi um empresário aqui.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Entidades, só dos movimentos sociais?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Sempre de movimentos sociais. E os prefeitos, vereadores, presidente de câmara, presidentes do PT que vinham reivindicar coisas para o seu município. Empresários, eu nunca atendi ninguém aqui. Ninguém nunca veio reivindicar.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – A senhora sabe se a Senadora já atendeu empresários aqui, pessoalmente ou por telefone?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Ela já atendeu empresário, mas, que eu saiba, que eu tenha acompanhado, nunca com negócio de orçamento. Por exemplo: ela já atendeu um grupo de empresários da Aprosoja, que é a Associação dos Produtores de Soja, nesse evento do Grito do Ipiranga, as várias reivindicações deles, o pessoal de algodão e as várias reivindicações deles; na época daquela minirreforma tributária que acabou sendo “mini”... Sempre nessa área de reivindicações da categoria.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – O pessoal do gabinete da Senadora em Brasília costumava acompanhá-la aqui ou vinha sozinho de Brasília, como o Policena, por exemplo? Ele vinha para prestar assessoria à Senadora aqui?

A SRª MARIA REGINA BORELA – O Policena veio aqui. Agora, deixe eu me lembrar em que situação ele veio aqui.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Ele veio com a Senadora ou veio sozinho?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Ele gosta muito de pescar. Então, as duas vezes que ele veio aqui, ele veio para pescar na região do Pantanal. Passou por aqui, “nos saudou” e foi pescar. Acompanhando a Senadora em alguma atividade, eu vou dizer para você que não me lembro, não.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Ele já veio aqui a serviço? Já recebeu alguém aqui?

A SRª MARIA REGINA BORELA – No escritório, a serviço, não.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Além dele, mais alguém do gabinete em Brasília costuma ou costumava vir aqui?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Quem já veio com a Senadora aqui? O Dinarte Campos veio com a Senadora umas duas vezes nas questões... porque ele era – ele é, aliás – o assessor que acompanha muito

essa coisa das estradas, no Ministério dos Transportes. E tinha um problema seriíssimo das estradas daqui. São estradas são muito mal preservadas, as estradas federais. E ele veio com a Senadora umas duas vezes, quando ela veio para ver o problema das estradas daqui.

E o assessor de imprensa da Senadora, também, um dos assessores de imprensa que é daqui. De vez em quando ele vinha, mas era mais raramente, o Enock Cavalcanti.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – O seu contato em Brasília era sempre com a Senadora ou havia alguns servidores no gabinete com quem a senhora falava com frequência?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Não. Com a Senadora; sobre questão de orçamento, falava muito com o Policena; com o Dinarte também, nessas coisas aí que a gente... nessas demandas de outros Ministérios, um problema acolá, uma coisa que está lá e o pessoal estava demandando aqui. E a gente precisava dar uma resposta.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – O Sérgio tinha algum papel nesse trabalho de contato?

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Sérgio Henrique Ribeiro Dias. A senhora conhece?

A SRª MARIA REGINA BORELA – O Sérgio, eu “conheço ele” muito pouco, até porque eu acho que ele é bem recente. Eu acho que ele é do ano passado. Eu tive muito pouco contato com ele, pouquíssimo.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – A senhora sabe o que ele fazia lá no gabinete?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Olha, eu sei o que a Serys, na época, me disse: que tinha alguns assessores com esse mesmo tipo de tarefa que precisava ser feita pelos assessores, coisas que eles precisavam demandar: saber o que estava acontecendo com o problema “x” ou “y” num Ministério ou outro. Mas, com ele especificamente, eu nunca tive nenhum assim... Vamos dizer assim, eu nunca precisei de coisas que ele estivesse vendo. Não sei bem assim lhe dizer.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – A senhora tinha contato com ele por telefone ou pessoalmente?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Por telefone, às vezes. Às vezes eu tinha. Ele, por exemplo, deu... Nas últimas vezes que eu... Porque tem a execução orçamentária. E, a execução orçamentária, muitas vezes, a gente não tem muita possibilidade de acompanhar. Então, o Policena sempre me dava a execução orçamentária.

Teve uma vez que ele me ligou, porque o Policena pediu para ele me ligar, dando essa... em que situação estava...

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Ele fazia o acompanhamento orçamentário?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Não sei se ele fazia isso. Uma vez eu falei com ele sobre isso; ele me ligou sobre isso, a pedido do Policena, segundo ele me falou. Eu estou me lembrando.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – A senhora se lembra do assunto?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Era sobre... Se não me engano, eram essas patrulhas mecanizadas nesse orçamento desse ano; patrulhas mecanizadas do Ministério da Agricultura, que são feitas todas através da Caixa Econômica Federal. Se não me engano era isso.

A Senadora, nos orçamentos últimos dela, ela deu... Porque a demanda maior que nós temos aqui no Estado são os assentamentos. E os assentamentos precisam muito de estrutura para tocar a agricultura familiar.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Aqui no escritório, qual é a autonomia para decidir se é melhor alocar recursos para a prefeitura tal ou para a entidade tal, sugerindo à Senadora o que deveria ser, quem deveria ser atendido, quais prefeitos ou entidades?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Não sei se a gente tinha autonomia. O que a gente fazia era o seguinte: Serys, a grande demanda está aqui. Como a gente tinha os pedidos tanto pessoais, das pessoas que nos visitavam, como os ofícios que eram recebidos basicamente lá no gabinete, você tinha assim: a grande demanda é agricultura familiar, patrulha mecanizada para a agricultura familiar. Essa, ultimamente, tem sido a grande demanda. Então, sugerir para ela, acho que todos nós sugerimos: o que está pegando mesmo é isso aí. É o que o pessoal está mais pedindo, é o que o pessoal está mais desesperadamente atrás e tal.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – E essa procura por ambulâncias?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Olha, essa procura por ambulâncias é uma coisa assim que... Como eu estava dizendo, naquele orçamento de 2003, eu tive pouca participação, porque a gente estava chegando. Era gente sem a menor experiência disso, porque aqui no Estado não existe isso, parlamentar fazer emenda. Esse Governador agora, neste mandato, tentou instituir isso, e parece até que não deu certo. Parece que ele já acabou com isso também. Mas o tempo todo em que eu fui assessora da Senadora na Assembléia Legislativa não existia isso. Então eu não tinha a menor... Eu costumava dizer que orçamento eu acho muito complicado; não tinha assim conhecimento mesmo.

Quando a Senadora ficou com... O Policena passou a ser essa pessoa de orçamento, e, segundo ela, tinha uma grande experiência, tinha trabalhado nessa coisa de orçamento por muito tempo, porque ele é um funcionário de carreira do Senado, ele estava nisso há muitos anos, então eu praticamente, em 2003, participei muito pouco. E, em 2003, no exercício de 2004, aconteceu uma coisa assim: a grande maioria das emendas, elas não foram aproveitadas, elas não foram executadas, entendeu? E muito porque os prefeitos, segundo o que a gente soube depois e tal, os prefeitos têm muita... não sei se é dificuldade ou se é lerdeza, não sei o que é, mas eles não correm muito atrás. E aquele ano em especial foi o ano da eleição de prefeitos. Então, a grande maioria das emendas saiu depois das eleições, em 2004, uma parte conveniada durante o período eleitoral, aquela coisa toda. Então, as emendas parlamentares – pelo menos com a Senadora aconteceu isso – saíram depois das eleições de 2004. E aí prefeito já não era prefeito, tinha perdido as eleições, às vezes ele era um desafeto do que tinha ganho ou, mesmo que

tenha ganho um amigo ou correligionário dele, era outra pessoa. E aí ninguém correu atrás.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Mas havia um movimento atípico de procura por esse tipo de direcionamento de recursos para a campanha?

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – A senhora já recebeu alguém aqui pedindo?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Pedindo, sim. Pedido de ambulância, em 2003, como eu lhe digo, eu não fiz praticamente nenhum ofício. Os ofícios chegavam lá. As pessoas aqui... Eu tinha recebido uns dois ou três prefeitos falando de ambulância, mas o Policena me disse – e eu volto a repetir: eu tive muito pouca participação naquele ano – que havia uma grande demanda de ambulâncias nos ofícios. E como...

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Ele recebia diretamente lá?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Diretamente lá. Aqui, geralmente, havia pouca correspondência.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – E esses dois ou três que a senhora recebeu eram de quais municípios? A senhora lembra?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Rapaz, vai ser difícil. De um eu me lembro bem, porque foi um município em que eu morei muitos anos, que se chama Santa Terezinha; um Prefeito do PMDB que foi até meu aluno de ginásio lá. Eu me lembro bem, porque era da região do Araguaia. Eu me lembro dele; de outros, não me lembro.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Qual é o conhecimento da senhora a respeito do Darci Vedoin e do Luiz Antônio Vedoin?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Rapaz, eu ouvi falar nessa Planam e nessas criaturas no dia em que a Polícia Federal estourou a sede aqui, porque saiu em todos os jornais. Nunca tinha ouvido falar na minha vida dessas criaturas nem do nome dessa empresa.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Eles nunca estiveram aqui? Nunca telefonaram?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Nunca, nunca, nunca!

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – O Policena, em Brasília, já falou deles?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Nunca. Eu nunca tinha ouvido falar. Juro para você. Eu vi nos jornais e fiquei sabendo dessa...

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Nem a Alessandra Vedoin, filha do Darci?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Nunca ouvi falar dessas pessoas nem do nome dessa empresa.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – E o Ivo Marcelo?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Nunca.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Não são pessoas conhecidas aqui em Cuiabá?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Eu acho que não, porque, juro para você, eu nunca tinha ouvido falar nessas criaturas. E digo mais: os nossos contatos aqui, dos assessores da Serys, pelo menos desses que estão aqui... Nós não temos contato com empresários, até porque a Serys foi, durante três mandatos de Deputada Estadual, Deputada do PT, da ala mais radical do PT, sempre de oposição aos governos estaduais que estavam aqui. Então, não havia a menor chance de ser procurada por um empresário para qualquer coisa, porque ela não tinha nenhum fluxo para nada. E não faz parte das minhas relações, porque eu sou uma pessoa que tenho uma vida...

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Mas a Senadora deixou de ser da oposição ao passar para a situação, não é?

A SRª MARIA REGINA BORELA – É verdade.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Então, logicamente, o interesse dos empresários deve ter aumentado para procurar pessoas do Governo ou ligadas ao Governo. E a Senadora não é da oposição neste momento.

A SRª MARIA REGINA BORELA – Exatamente. Mas como a gente não conhecia... A partir do momento em que a gente veio para cá, principalmente quando eu vim para este escritório, e eu estive aqui desde o primeiro dia – aliás, fui eu que procurei esta casa para alugar, etc. –, nunca fomos procurados por essas pessoas e nunca fomos procurados por empresários para dizer assim... Sei lá, qualquer coisa, “a gente existe; tome aqui o meu cartão; eu existo aqui para qualquer coisa”. Jamais!

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Paulo Roberto Ribeiro, que é o genro da Senadora, costumava vir ao escritório? Ou costuma?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Outro dia, eu estava comentando com o meu marido: durante doze anos, eu trabalhei com a Serys no gabinete dela, como Deputada, e nunca vi o Paulo Ribeiro adentrar ao gabinete da Deputada Serys. Nunca ele fez uma visita. Eu o conheci no casamento dele, porque eu fui convidada pela Serys; depois, nunca mais tive contato com o Paulo, porque ele não fazia parte.

Eu até achei muito engraçado, se não fosse triste, quando os Vedoin disseram que ele teria pedido dinheiro para pagar conta de campanha, porque, na época, eu participei da coordenação da campanha da Senadora, e o ex-marido dela era o financeiro da campanha. E sei que foi pago assim... Aliás, ela gastou muito pouco naquela campanha. Foi tudo pago. Com quinze dias que ela terminou, estava tudo absolutamente pago, não tinha nada. E eu até, na época, ainda falei: engraçado, porque às vezes eu cobrava da Serys maior participação da família dela nas campanhas. Falava: “Serys, esse seu povo tem que comparecer mais, pedir voto”. Está aqui um na minha frente. E eu sempre falava: “Esses meninos não vêm pedir voto; ficam lá em São Paulo...” “Não, mas eles têm a vida deles.” Eu até cobrava uma maior participação assim, sabe? Não do ex-marido dela, porque esse é um cabo eleitoral assim de primeira. Então, nem em campanha ele participou, na campanha para senadora.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Ele nunca veio aqui no escritório?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Então, continuando a história, em 2003, praticamente, se ele veio aqui, eu não me lembro. Deve ter vindo... Eu não me lembro de ele ter vindo aqui em 2003.

A partir de 2004, quando a Senadora se separou do Sr. Leonardo, em fevereiro de 2004, ele passou a cuidar de muitas coisas da casa dela. Então, eventualmente ele vinha aqui; algumas vezes ele veio.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Assuntos pessoais da casa dela?

A SRª MARIA REGINA BORELA – É porque a casa dela ficou praticamente sozinha. Com a separação, o Professor Leonardo se mudou, e a casa ficou aí, porque ela vem eventualmente para a casa. A casa ficou meio... Sabe? Então, ele ia lá... Ele veio aqui, por exemplo, trazer para mim IPTU que ele achou lá e precisava mandar, porque estava em cima do vencimento, porque ela não estava vindo aqui naqueles dias, para a gente mandar para ela, junto com as coisas que a gente mandava. Então, ele veio algumas vezes. E, sempre que ele vinha aqui, ele tratou comigo simplesmente coisas desse tipo. Ele nunca me perguntou... Sabe? Qualquer coisa assim, nunca me deu uma sugestão. Ele nunca tratou de questões políticas da Senadora aqui. Aqui, não.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – A senhora sabe se ele tinha contato com o Policena, no gabinete da Senadora?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Não sei. Pelo menos o Policena nunca me disse que tinha. Isso eu não sei lhe dizer.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Durante a campanha, qual era a sua participação? O seu trabalho se diferenciava em alguma coisa durante a campanha?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Nas campanhas eleitorais da Senadora?

Geralmente, a gente pegava o nosso horário disponível e ajudava na campanha dela.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – E esses recursos da campanha?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Os recursos da campanha estão todos discriminados na prestação de contas dela. Eu nunca participei de arrecadação para ela. Quem sempre participou, quem fez, na última campanha pelo menos, para senadora, as arrecadações foi o Professor Leonardo mesmo.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Ele centralizava tudo?

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Era o responsável formal?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Era o responsável formal, mas eu sei porque o ajudei.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Ele não fazia nenhum contato com... Eu não conheço bem a realização de uma campanha eleitoral, mas como se arrecadam recursos? Existe alguém que dê muito dinheiro, e a pessoa vai lá buscar?

A SRª MARIA REGINA BORELA – É, geralmente é assim, mas nunca foi o que eu fiz. Eu nunca fiz esse tipo de trabalho de arrecadação. Na campanha da Senadora, era sempre o Sr. Leonardo.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Dizem que numa campanha para senador se gasta muito mais, porque ele deve levar dinheiro para ajudar os municípios, os cabos eleitorais...

A SRª MARIA REGINA BORELA – Esse não foi o caso da Senadora. Ela fez uma campanha para senadora... Muitas vezes a gente conta isso... Eu nem gosto de contar isso, porque as pessoas ficam olhando e achando que é conversa fiada, entendeu? Mas foi exatamente assim que aconteceu: nós fizemos uma campanha aqui em que ela gastou... não chegou a gastar R\$300 mil, e teve 600 mil votos. Ela andou este Estado... O que ela teve foram algumas horas de avião, porque ela andou por este Estado com duas pessoas, e essas pessoas e ela panfletavam a cidade – ela pessoalmente com mais duas pessoas. E não tivemos nenhum cabo eleitoral contratado, não tivemos... É como eu costumo dizer: tem algumas coisas...

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Não deixa de haver alguém pedindo alguma coisa, não é? Isso é inevitável, não é?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Mas é que sempre também, e infelizmente a gente não vai ver mais, depois de toda essa confusão aí, porque se perdeu a essência da nossa história, nós não vamos ver mais aquela coisa aguerrida da militância do PT fazendo campanha. É o que eu sempre digo: tem coisas... Não tem como você computar como gasto de campanha e, na verdade, se você fosse computar, dava um preço alto, sabe? É como a Senadora chegar, por exemplo, lá no Alto Araguaia, numa cidade a 300 quilômetros, e o pessoal já estar lá, esperando para sair com ela, panfletar. Eles já arrumavam um carrinho de som. Eram contribuições absolutamente espontâneas. Se eu fosse computar isso na ponta do lápis ia dar... Mas isso não saiu dela, não foi um gasto de campanha dela. Essa doação espontânea do seu próprio Partido, como militante, e o PT sempre teve isso muito forte, fazia a diferença. Infelizmente, acho que agora vai ser difícil nós termos isso de novo.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Então, com relação à elaboração de orçamento, a sua participação na época... Não havia grande diferenciação de trabalho.

A SRª MARIA REGINA BORELA – Mas depois, nos outros anos, continuou a mesma coisa: eu sempre recebia aqui os pleitos, as coisas que eu recebia por escrito mandava para lá, quando eu recebia por telefone, eu sempre pedia para as pessoas formalizarem e mandarem formalmente para o gabinete da Senadora. Recebíamos também algumas demandas de organizações não-governamentais. A Senadora chegou a fazer duas ou três emendas para organizações não-governamentais, porque é possível fazer isso no orçamento. E é isso.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – O Paulo Roberto Ribeiro usou este escritório alguma vez?

A SRª MARIA REGINA BORELA – De jeito nenhum; ele nunca usou.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – E o que a senhora sabe sobre esse... A senhora teve notícia da versão de que ele teria recebido R\$35 mil do Luiz Antônio Vedoin. O que a senhora acha que os Vedoin pretendem com essa história?

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Eles afirmaram isso em vários momentos.

A SRª MARIA REGINA BORELA – Olha, sinceramente, eu fiquei muito pasma com isso, primeiro porque eu tinha certeza absoluta, depois de quase 17 anos em que eu convivo com a Serys, eu tinha certeza absolutíssima de que com ela isso não tinha nada a ver, absolutamente nada a ver. Como eu não conheço muito o Paulo... Quando você não conhece as pessoas, você fica meio estupefato. Mas, no correr de todas essas coisas aí, de tanta barbaridade que eu já vi esses Vedoin fazendo, primeiro me chamou a atenção uma coisa assim brutal. E eu sou advogada, então você fica assim, pensando.

No começo de maio, a PF adentra a sede da Planam, pega todos os documentos e um livro-caixa. Foram publicadas aí as coisas do livro-caixa da Planam. Ele chegava assim a alguns detalhes: R\$200,00 para tal coisa; R\$1.250, passagem para filho do Ricardo de Freitas. Era assim o livro-caixa deles, pelo que a gente pôde ver na imprensa. E não aparecem os R\$35 mil para Paulo Roberto, genro.

Então, quando eles falaram isso, um mês e meio depois, no dia 4 de julho, quando foi o depoimento deles, já com a delação premiada, a primeira coisa que eu falei para a Serys: "Serys, é a maior contradição que eu vejo nesse caso todo: um livro-caixa tão detalhista que anota R\$200,00, e não anota R\$35 mil para fulano?" Porque, nos documentos, não existia o nome da Serys nem o nome do Paulo Roberto, nada. O nome da Serys aparece no depoimento do dia 4 de julho, um mês e meio depois que os documentos foram apreendidos. Isso, para mim, sempre foi a maior contradição nesse imbróglio.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Ele é empresário? O que a senhora sabe sobre as atividades dele?

A SRª MARIA REGINA BORELA – De quem?

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Do Paulo Roberto.

A SRª MARIA REGINA BORELA – Eu sei que ele é empresário; não sei nada das atividades dele.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – No que ele trabalha? A senhora sabe se ele tem negócios com a Planam?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Eu não sei. Sei o que ele disse depois, no depoimento dele: que teria vendido algumas coisas para a Planam.

Antes de saber disso por ele, pelo depoimento que ele deu, eu nunca tinha ouvido falar que ele tivesse...

Sabia, porque ele sempre me disse, que ele era empresário aqui em Cuiabá e que ele fazia ou tinha serviços com a Sanecap, a empresa de saneamento da capital.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Ele participava de licitações?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Não. Eu não sei o que ele fazia lá. A única coisa que eu sabia é que ele era empresário e fazia serviço para a Sanecap. Esse foi o único comentário que ele já fez comigo sobre a vida dele, assim, a vida particular, empresarial. E outra coisa, eu não sabia que ele fizesse. Nunca soube se ele tinha empreiteira, se ele não tinha, se ele construía alguma coisa, se ele vendia ou não vendia.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Algum prefeito ou alguma pessoa do interior chegava aqui dizendo que por intermédio de Paulo Roberto...

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Alguém usava o nome dele?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Para mim, nunca.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Nunca procuraram o gabinete usando o nome dele?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Não, nunca ninguém veio me procurar. Em nome do Paulo, não.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – E a senhora tem conhecimento de algum atrito entre os Vedoin e alguém ligado à Senadora Serys ou ao Paulo Roberto?

A SRª MARIA REGINA BORELA – O único atrito, a única coisa que eu sei assim de... mas não tem nada a ver com atrito é essa coisa que aconteceu agora com esse povo desse dossiê aí, esse negócio de um milhão e setecentos.

Para a nossa surpresa – para a minha enorme surpresa –, foi preso lá em São Paulo um rapaz daqui, empresário daqui, que era filiado ao PT daqui de Cuiabá, Valdebran Padilha.

Eu conheci esse cidadão na seguinte circunstância: em 2002, Serys eleita Senadora, Lula eleito Presidente, período de transição do Governo Lula. O PT do Mato Grosso, do qual a Serys participava como Líder da Minoria, indica esse Valdebran para um cargo do Governo lá. E, nesse meio-tempo, a Serys, já então eleita Senadora – eu não estava aqui nesse período, porque saí de férias no mês de janeiro –, recebeu um dossiê que foi encaminhado à equipe de transição. E esse rapaz acabou não sendo nomeado para esse cargo.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Na Eletronorte?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Eletronorte.

Depois, nesse meio-tempo aí, eu encontrei com ele outras vezes, porque ele participou da campanha de Cuiabá para prefeito. E encontrei com ele assim, comício de bairro... Aqui ele nunca pisou. E ele, para a nossa surpresa, aparece como emissário dos Vedoin.

Eu não sei – não posso fazer essa ilação – se ele tem alguma coisa a ver com esse Vedoin ter botado a Serys nesse imbróglio. Isso eu não posso dizer, mas me chama muito a atenção ele ter sido tão desafeto da Senadora, por ter atrapalhado a vida dele com essa indicação de cargo, e depois ele aparecer com esse grau de intimidade com os Vedoin.

Eu não sabia, não conhecia Vedoin. Portanto, sei lá com quem Valdebran Padilha se dá, não é? Eu fiquei sabendo agora e, pelo que eu vi, ele

devia ser de muita confiança, porque era o cara que estava lá para buscar o dinheiro. Mas aí já é uma coisa da minha cabeça. Eu fiz essa ligação porque achei muita coincidência, digamos assim.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Só para deixar bem clara uma coisa: a senhora tem conhecimento de participação do Paulo Roberto, genro da Senadora, nas atividades políticas da Senadora, ligadas ao exercício do mandato dela?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Não tenho conhecimento. Pelo menos que passasse por mim, jamais. Ele nunca chegou para mim para tratar de nada de mandato da Senadora. Comigo, ele nunca chegou aqui para tratar de nada que dissesse respeito a isso.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Nem a senhora ouviu falar que ele prestava algum tipo de colaboração, que fazia alguma coisa, que ele atendia prefeito ou levava reivindicações à Senadora?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Que eu tenha ouvido falar, não. Nenhum prefeito que veio aqui nunca chegou dizendo o nome de Paulo Roberto.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – E o escritório tem sido procurado, depois desses problemas com ambulâncias e os Vedoin, para informar a respeito desse assunto? Qual é a orientação da Senadora no sentido de esclarecer o assunto? O escritório deve ter sido procurado pela imprensa...

A SRª MARIA REGINA BORELA – Ah, sim. Pela imprensa, sim. A imprensa está aí direto, mas eles não procuram muito a assessoria; procuram diretamente a Senadora. Agora, os prefeitos... É mais o pessoal do próprio PT que liga, querendo saber o que está acontecendo com isso, por que saiu aquilo...

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Para prestar solidariedade?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Para prestar solidariedade, muita gente. Porque quem conhece a Serys sabe que isso é uma coisa assim horrível que está acontecendo na vida dela, porque ela realmente se pautou sempre por uma lisura absoluta nas relações dela. E, aliás, é o motivo pelo qual eu trabalho com ela há tanto tempo, porque eu também sou uma pessoa desse tipo. A minha vida inteira eu me pautei por uma história assim. A gente não tem nada economicamente, mas é bom sair que pode ter a santa paz na consciência. E eu também tenho muita ligação com os movimentos sociais. Por isso, quando vocês me perguntam se alguém nos procurava aqui, com a gente, quem nos procura mesmo, além de prefeitos e vereadores, são os movimentos sociais. Empresário mesmo, aqui, nunca nos procurou.

Eu sempre digo que tenho uma grande felicidade na minha vida: nunca me deram a chance de fazer uma proposta indecorosa. Felizmente, eu nunca tive a chance de recusar, porque ninguém nunca teve coragem de chegar para mim, para fazer qualquer tipo de... Então, eu nunca tive contato com... A gente

recebe aqui basicamente os movimentos sociais e os prefeitos, os presidentes de partido do interior que têm relação com o PT... É isso.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Essas construtoras Dinâmica e Dismafe, a senhora conhece ou ouviu falar?

A SRª MARIA REGINA BORELA – A Dismafe eu conheço, porque ela tem uma loja ali na Fernando Correia, onde eu passo todo dia para ir para a minha casa. Ela tem uma loja de vender coisas assim, comércio varejista de ferro, de coisa de construção. É uma loja muito conhecida aqui no Estado.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – É a São Benedito?

A SRª MARIA REGINA BORELA – A São Benedito tem uma construtora... Ah, a São Benedito que você fala é do Paulo Roberto?

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Do Paulo Roberto.

A SRª MARIA REGINA BORELA – Eu soube que se chama São Benedito também.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Mas a senhora sabe onde ela funciona? Onde é a sede dela?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Sei porque ele me disse que é lá na avenida... Sei mais ou menos o rumo; nunca estive lá. Não sei se é na Ipiranga... Nunca estive lá. Sei mais ou menos onde é; sou capaz de chegar lá.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Mas ela é conhecida aqui em termos de realizar obras?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Aqui tem uma empresa São Benedito muito conhecida, porque ela faz esses apartamentos todos.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – É outra São Benedito.

A SRª MARIA REGINA BORELA – É outra São Benedito, é imobiliária. Imobiliária, não; é incorporadora, coisa assim, de vender apartamento.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Essa São Benedito do Paulo Roberto trabalha com equipamento médico-hospitalar?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Não sei. O que eu sei é exatamente o que eu lhe falei, do comentário dele de que ele fazia trabalho para a Prefeitura de Cuiabá.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Nunca tomou conhecimento de que ele trabalha com equipamento médico-hospitalar?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Nunca tive conhecimento.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – O Policena costuma andar com o Sérgio aqui em Cuiabá? Eles vieram juntos a trabalho ou vieram juntos porque ele gosta de pescar?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Não. Nunca os vi juntos, não. O Policena já veio várias vezes aqui, indo pescar. Umas duas ou três vezes. Um dia antes da pescaria, eles iam almoçar em algum lugar e me chamaram. Eu os vi, mas estava o Policena...

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Onde eles costumavam pescar?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Eu não sei. Eles sempre falavam que iam para o Pantanal. O Pantanal tem “n” municípios.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Pontes e Lacerda fica onde?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Pontes e Lacerda fica quase na divisa com a Bolívia. É uma região do Pantanal.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Parece que o Sérgio é daquela região, não é? Ou tem alguma ligação.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – É o Sérgio que trabalha no gabinete da Senadora, Sérgio Henrique.

A SRª MARIA REGINA BORELA – Eu vi isso também escrito. Eu nem sabia de onde ele era. Não tenho conhecimento da vida dele.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Qual é o critério para se admitir pessoal no escritório?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Rapaz, isso é com a Senadora.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – O Sérgio não me parece ser ligado à política da Senadora. O Policena foi herdado do gabinete anterior, não é? Ele é especialista em orçamento.

A SRª MARIA REGINA BORELA – Olha, eu sei lhe dizer do pessoal daqui, porque sempre trabalhou junto com a gente, do pessoal daqui que foi para Brasília também, que era dos nossos aqui. Desses eu sei lhe dizer como chegaram, porque eu os conheci na época. Agora, dessas contratações recentes da Senadora neste mandato, eu não sei dizer. E também não era uma coisa que me dizia respeito, entendeu? Eu nunca perguntei para ela: por que você contratou fulano?

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Havia algum compromisso da Senadora de ficar com o pessoal do Senador Carlos Bezerra ou alguma coisa assim?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Que eu saiba, não. Na época em que ela contratou o Policena, eu lembro que ela comentava comigo que precisava de alguém que entendesse de orçamento e que o Policena tinha sido muito bem recomendado para ela como uma das pessoas do Senado que mais entendiam de orçamento.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Ele sempre trabalhou com o pessoal do Mato Grosso, não é? Pelo menos nos últimos doze anos.

A SRª MARIA REGINA BORELA – Eu vi no depoimento dele...

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Ele trabalhou com o Senador Carlos Bezerra.

A SRª MARIA REGINA BORELA – Eu sabia que ele tinha trabalhado com o Senador Carlos Bezerra. Agora, eu vi no depoimento dele, porque a

“Folha do Estado” reproduziu parte do depoimento dele, ele falando que trabalhou com o Senador Márcio Lacerda. Eu nem sabia disso. Eu sabia que ele tinha trabalhado com o Carlos Bezerra.

Eu fui com a Senadora logo no primeiro dia que ela foi a Brasília. E ela, inclusive, tentou ficar com o gabinete do Senador Bezerra, um gabinete bem localizado e tal, aquelas brigas por gabinetes lá quando chegam os Senadores novos. E, nesse dia, ele nos apresentou ao Policena como sendo uma pessoa muito...

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – E assessores de gabinetes de outros Senadores, a senhora chegou a conhecer?

A SRª MARIA REGINA BORELA – Não.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – O Marcelo...

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Do gabinete do Senador Ney Suassuna.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Parece que o Marcelo é amigo do Policena.

A SRª MARIA REGINA BORELA – Eu conheci lá, dessa vez que eu fui com a Senadora, e só fui essa vez, o Policena e um outro rapaz que é também do Mato Grosso, era assessor do Carlos Bezerra, mas não ficou trabalhando com a Senadora. Essas foram as duas únicas pessoas que eu conheci. Não conheci mais ninguém. E também nunca mais fui a Brasília para... Não tive a chance de conhecer mais nenhuma outra pessoa. Com muita gente lá do gabinete eu já conversei por telefone, mas não sei quem é, porque não conheço.

O SR. PAULO HENRIQUE SOARES – Eu estou satisfeito.

O SR. ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Também não tenho nenhuma outra pergunta.

Podemos encerrar esta oitiva, agradecendo a sua atenção.

A SRª MARIA REGINA BORELA – Sou eu que agradeço por vocês terem vindo aqui. Isso para mim foi maravilhoso. Se eu tivesse que me deslocar, haveria um problema sério.

(Levanta-se a reunião às 15 horas)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Não havendo mais nenhum Senador que queira usar a palavra, encerro a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 30 minutos.)

ATA DA 18ª REUNIÃO DE 2006

Ata Circunstanciada da 18ª Reunião de 2006, realizada em 8 de novembro de 2006, quarta-feira, às 10h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à discussão e votação do Relatório do Senador Jefferson Péres nos autos da Representação nº 1, de 2006, referente ao Senador Ney Suassuna.

Estiveram presentes os(as) Srs(as) Senadores(as):

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

Demóstenes Torres

PMDB

Wellington Salgado

João Alberto Souza – Presidente

PDT

Jefferson Péres

CORREGEDOR DO SENADO FEDERAL

Romeu Tuma

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Dou por aberta a 18ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Não existe quórum regimental. Precisaríamos da presença de 08 (oito) Senadores. Até o momento não temos **quórum**.

Eu gostaria de definir com os senhores outra data para a reunião do Conselho. Na próxima quarta-feira teremos um feriado. Eu queria que os senhores propusessem uma data.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A primeira, depois da próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Seria o dia 22 deste mês.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Concordo, Sr. Presidente. A primeira quarta-feira, depois do feriado, é o dia 22.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM) – Dia 22 de dezembro?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB

– MA) – Não, agora, dia 22 novembro, quarta-feira. O Conselho sempre se reúne às quartas-feiras.

Pergunto se todos os Senadores presentes estão de acordo.

O SR. RELATOR (Jefferson Péres. PDT – AM)

– Estou de acordo. Eu só pediria, Sr. Presidente, que não apenas marcasse a reunião para o dia 22 de novembro, mas também fizesse um apelo a todos os Srs. Senadores para que compareçam a essa reunião.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu vou fazer um apelo pessoal. Ontem, inclusive, quando eu presidi a sessão do Senado, eu fiz questão de ler o nome de todos os Srs. Senadores que já tinham sido contatados para que comparecessem hoje a esta reunião do Conselho. Nós estamos cumprindo a nossa obrigação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Sr. Presidente, também em relação ao caso do Senador que estou investigando, Magno Malta, eu pediria a V. Ex^a, se fosse possível, que marcasse também a oitiva de S. Ex^a para o dia 22, porque até lá eu e o Senador Tuma já estaríamos com a diligência cumprida junto ao Banco Central. Então, ouvindo por último o Senador, eu já me sinto em condição de fazer o meu relatório em relação a S. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, ontem a Senadora falou comigo que está com depressão, bastante aflita. Se pudéssemos marcar logo a oitiva de S. Ex^a, creio que o Senador Paulo Octávio também concordaria com esta decisão.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Nós marcaríamos também o relatório referente à Senadora Serys Slhessarenko para o dia 22. Há necessidade da oitiva do Senador?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Há necessidade.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas é complementar, não é, Senador?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – É a última diligência a respeito daquele cheque que temos que conferir no Banco Central.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu tenho insistido, está havendo dificuldade. Ainda hoje eu falei com seu assistente que vou pressionar...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Vou pedir uma audiência com o Presidente do Ban-

co Central, Henrique Meirelles, para conseguirmos o cheque.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu acompanharei o senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então vamos fazer isso e até o dia 22 termos condições de ouvir o Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Marcaríamos para o dia 22, uma quarta-feira. Não seria melhor marcarmos a reunião para o dia 20, segunda-feira?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não. Em seguida à votação do relatório do Senador Jefferson Péres, e com outros votos que devem aparecer, fazemos a votação do Senador e, em seguida, até para adiantar, podemos ouvir o Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A votação referente ao Senador Magno Malta não seria nesse mesmo dia também?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não seria. Nós o ouviríamos e, na semana seguinte, eu apresentaria o meu relatório.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Talvez a idéia do Presidente fosse a mais razoável, ou seja, ouvirmos o depoimento para que o senhor tenha tempo para fazer o seu relato.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eu até prefiro que seja nessa data, porque, até lá, teremos condições de obter o cheque.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sim, mas todos os relatórios no mesmo dia e mais uma oitiva!

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não, eu não farei o relatório.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas os outros dois.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor quer fazer a oitiva na segunda-feira? Para mim, poderá fazer na segunda-feira, no dia 20, ou na terça-feira, no dia 21.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – E, se fosse possível, votaríamos também no dia 22.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Acho difícil fazer o relatório no mesmo dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Faremos a oitiva na segunda-feira e o relatório ficaria pronto na quarta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não. Vamos ouvi-lo. Eu me comprometo a apresentar o relatório em seguida. Se for possível na quarta, eu o apresento na quarta; se não, na semana seguinte.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Nós marcaríamos uma reunião para segunda-feira, dia 20, às 10 horas, para a oitiva do Senador Magno Malta. E se o relatório estiver pronto, ele seria lido nesse dia.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Para a oitiva não há necessidade de quórum, não há problema, a reunião pode ser feita. Seria melhor fazermos a reunião no dia 20, porque nós teríamos duas semanas para tentar obter esse cheque no Banco Central, o cheque que pagou o carro.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Todos os Senadores estão de acordo?

Na segunda-feira será feita a oitiva, para o que não há necessidade de quórum.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Se o senhor quiser fazer no dia 20, eu faço.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não, eu queria dar um prazo maior ao Senador Demóstenes para que, se possível, no dia 22, já tivéssemos resolvido tudo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Tudo bem. Dia 20, para mim, está bom. O senhor precisa estar aqui, porque eu preciso ter pelo menos um Presidente para eu poder relatar.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Exato.

Senador Wellington, V. Ex^a está de acordo?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim, eu estou de acordo com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Então, como todos os Srs. Senadores estão de acordo, solicito à Secretária que providencie as devidas comunicações a todos os membros deste Conselho.

Documentos pertinentes à 18ª Reunião de 2006 do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar:

1– Lista de Presença (1 folha). **O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 35 minutos.)

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**18ª REUNIÃO**

Em 08 de novembro de 2006, quarta-feira, às 10h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: DEMÓSTENES TORRES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
Demóstenes Torres	1. Jonas Pinheiro
Sérgio Guerra	2. César Borges
Heráclito Fortes	3. Mº do Carmo Alves
Juvêncio da Fonseca	4. Leonel Pavan
Paulo Octávio	5. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	6. Arthur Virgílio
PMDB	
Wellington Salgado	1. Geovani Borges
João Alberto Souza	2. Alberto Silva
Ramez Tebet	3. Valdir Raupp
Luiz Otávio	4. Leomar Quintanilha (PC do B) (Cessão)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)	
Sibá Machado	1. Eduardo Suplicy
Ana Júlia Carepa	2. Vago
Fátima Cleide	3. Vago
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Valmir Amaral
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)	
Senador Romeu Tuma (Corregedor)	

Visto: _____

Brasília, 08 de novembro de 2006

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 6ª REUNIÃO DE 2006

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 7 de agosto de 2006, segunda-feira, às 10h30min, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Conselheiro Arnaldo Niskier, destinada a: ITEM I – Discussão e votação do Relatório da Conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra sobre o PL nº 5.040, de 2001, que “tipifica como crime a exibição, por emissora de televisão, de cena de nudismo ou de relações sexuais”; ITEM II – Discussão: “Os passos futuros da escolha do modelo nipo-brasileiro de TV Digital” sob a coordenação do Conselheiro Fernando Bittencourt; ITEM III – Audiência Pública: “As virtualidades da educação à distância no Brasil”, com o palestrante Fredric Michael Litto, Presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED; ITEM IV – Audiência Pública: “Os rumos da televisão educativa”, com os palestrantes Beth Carmona, Diretora Presidente da TVE Rede Brasil, e Marco Antônio Coelho Filho, Diretor da TV Cultura de São Paulo. Es-tiveram presentes os Srs. Conselheiros:

ARNALDO NISKIER

Presidente

JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO

Vive-Presidente

PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO

Representante das empresas de rádio

GILBERTO CARLOS LEIFERT

Representante das empresas de televisão

ROBERTO WAGNER MONTEIRO

Representante da Sociedade Civil

FERNANDO BITTENCOURT

Engenheiro com notórios conhecimentos na área de Comunicação Social

PAULO RICARDO TONET CAMARGO

Representante de empresas da imprensa escrita

EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO

Representante da categoria profissional dos radialistas

BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA

Representante da categoria profissional dos artistas

GERALDO PEREIRA DOS SANTOS

Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo

DOM ORANI JOÃO TEMPESTA

Representante da Sociedade Civil

PHELIPPE DAOU

Representante da Sociedade Civil (Suplente)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Declaro a aberta a 6ª Reunião, de 2006, do Conselho de Comunicação Social.

Início nossas atividades saudando os Conselheiros presentes e os visitantes.

A Secretaria recebeu comunicação dos Conselheiros Luiz Flávio Borges D’Urso e Celso Augusto Schröder que não poderiam participar da reunião.

Nos termos do artigo 15 do Regimento Interno, foi convocado o Conselheiro Phelippe Daou, que aqui se encontra, com muito prazer, suplente do Conselheiro Luiz Flávio Borges D’Urso.

Como é do conhecimento de todos, no dia 30 de maio do corrente veio a falecer nosso Conselheiro Daniel Koslowsky Herz, da representação da categoria profissional dos jornalistas (artigo 4º, inciso V, da Lei nº 8.389/1991).

Nos termos do inciso I do artigo 10 do Regimento Interno do Colegiado, e usando das atribuições que me são conferidas pelo inciso VII do artigo 20 do mesmo Regimento, convoco o Sr. Celso Augusto Schröder para retornar ao exercício do mandato, agora na condição de titular.

Essa é a providência que deveríamos tomar, e, mesmo ausente, o Schröder passa, a partir de agora, a ser membro efetivo do nosso Conselho.

Informo que o nosso colega Conselheiro tomou posse no dia 4 de abril de 2005, razão por que, com base no parágrafo 2º do artigo 5º, **in fine**, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência apenas comunica a sua volta ao exercício do mandato, já agora nessa condição honrosa de titular.

Nos termos do inciso VIII do artigo 20 do Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social, esta Presidência comunicará ao Sr. Presidente do Congresso Nacional a existência da vaga de suplente.

Lembro aos presentes que as reuniões do nosso Conselho são transmitidas pela **TV Senado**, com muita repercussão, às sextas-feiras à tarde e às segundas-feiras pela manhã.

As atas já aprovadas estão à disposição da sociedade civil na página eletrônica do Conselho e são publicadas no **Diário do Senado Federal**.

Informo que as notas taquigráficas relativas à 5ª Reunião, realizada no dia 4 de julho de 2006, foram enviadas por meio eletrônico aos senhores Conselheiros.

Indago aos colegas se haveria algum registro ou correção a ser feita. *(Pausa)*

Não havendo nenhuma manifestação nesse sentido, a ata está aprovada.

Autorizo a publicação no **Diário do Senado Federal** e solicito que sejam tomadas as providências necessárias para que esteja disponível na página eletrônica do Conselho.

Abro um parêntese para dizer que, felizmente para nós, há um número enorme de mensagens dos mais variados calibres sempre elogiando o lançamento do nosso livro “Desafios da Comunicação Social”, o que me levou a crer que talvez ainda temos tempo para fazer, até o final do ano, o nº 2. Faremos uma seleção do que ficou e uma previsão do que está entrando, para que se possa deixar o espaço necessário. Eu visitarei o Dr. Carreiro daqui a pouco para saber de S. Sª se isso é viável. Aceitam-se sugestões. E isso é importante. O livro não é o trabalho de uma pessoa; é um trabalho de equipe, da nossa equipe e assistência técnica, mas também, e principalmente, do Plenário do Conselho.

Com a palavra o Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS – Obrigado, Presidente. A respeito desse tema, indago se ainda há disponibilidade de alguns exemplares desse nº 2, da publicação feita nessa gestão, porque recebemos para algumas entidades, e agradecemos aqui de público uma remessa de 10, se não me engano, ou 12 exemplares...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Foram dez para cada Conselheiro.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS – Ainda há disponibilidade? Porque para algumas entidades não conseguimos remeter...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Solicito a relação porque a nossa intenção é agilizar o lançamento.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – E louve-se o Secretário Paulo Tominaga porque ele fez o levantamento de todos os cursos de Comunicação Social existentes no País. Eu mesmo fiquei impressionado porque são mais de quinhentos.

Então, determinei que enviássemos, com uma mensagem carinhosa, um para cada – são 500 – escola de comunicação, porque essa é uma forma – para as

bibliotecas, etc – de desenvolver estudos atualizados, assim como ofereci 50 para os alunos de comunicação do ex-Conselheiro Carlos Chagas, porque ele é professor desse curso e saberá, melhor do que ninguém, explorar os valiosos ensinamentos que se encontram em nosso primeiro livro.

Então, eu pediria – aliás, reiterando o pedido – que todo aquele que tiver uma relação para ser enviada que o faça o mais breve possível para que possamos também enviar com a brevidade devida.

Com a palavra o Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, eu gostaria que fosse consignado em ata um voto de congratulações aos companheiros Gilberto Leifert, que foi reeleito Presidente do Conar – Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária.

Desnecessário dizer da importância do Conar para sociedade brasileira, o que representa no controle, no acompanhamento, e, principalmente, na normatização, pelo meio civil, pelo meio democrático, com a participação de veículos, empresas anunciantes, agentes, no setor da propaganda.

Então, eu gostaria que fosse consignado em ata o nosso voto de congratulações ao Conselheiro Gilberto Leifert.

Era isso, Sr. Presidente. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Feito o merecido registro, está aprovado.

O Presidente do Conselho já havia se manifestado, numa mensagem carinhosa, ao nosso Conselheiro Gilberto Leifert. Mas agora é todo Conselho que se manifesta na palavra do Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto.

Concedo a palavra ao Conselheiro Eurípedes Corrêa Conceição.

O SR. EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO – Sr. Presidente, demais companheiros do Conselho, é importante que – eu falo em nome da Fitert – o órgão tivesse acesso a essa relação dessas instituições que têm os cursos de Comunicação Social porque entendo que isso é de extrema relevância para nós, inclusive como trabalhador da área, ter acesso a essa documentação e a essa relação dessas instituições, Professor Arnaldo Niskier.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Perfeito. Então, vamos exatamente oferecer. O Paulo fica autorizado a enviar uma cópia para o Conselheiro Eurípedes e para os demais que desejarem.

Comunico que a **TV Senado** está, neste momento, televisionando ao vivo.

Comunico que foram recebidos na Secretaria do Conselho os seguintes expedientes.

Recebemos, em 14 de junho de 2006, despacho do Conselheiro Gilberto Carlos Leifert relativo ao Ofício nº 73/2006/SCM-Anatel, de 29/05/06, sobre o Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, lembrando que o CCS já se manifestou sobre essa matéria na Reunião Ordinária realizada em 5 de dezembro de 2005 (Parecer nº 05/2005, da autoria do Conselheiro Gilberto Leifert, aprovado aqui por unanimidade).

Assim, propõe o Conselheiro que o CCS não conheça, por ora, a matéria encaminhada através do ofício em epígrafe, devendo aguardar a oportunidade para sua manifestação após a aprovação, pelo Conselho Diretor da Anatel, do Regulamento em sua forma e conteúdo definitivos.

Esta Presidência concorda com o entendimento do Relator e, se não houver objeção do Plenário, irá aprovar a solicitação do Conselheiro Leifert.

Com a palavra a Conselheira Berenice Isabel.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA – Bom dia, Presidente, bom dia, Srs. Conselheiros, pelo que entendi do ofício, concordo que se aguarde resultado da consulta.

No entanto, tenho a impressão – e estou sem a legislação aqui, a nossa Assessoria está providenciando para que eu possa ver exatamente o artigo – que a existe um equívoco na visão do Conselheiro Leifert quando diz que deveremos aguardar oportunidade de manifestação para após a aprovação pelo Conselho Diretor da Anatel.

Eu tenho quase certeza absoluta que o artigo que determina que seja ouvido o Conselho de Comunicação Social diz que isso deve ser feito antes da análise definitiva pelo Conselho da Anatel.

Então, podemos aguardar o resultado da consulta pública, mas não, obviamente, a reunião da Diretoria da Anatel, porque se não, a nossa opinião aqui seria letra morta, não teria sentido, que dizer, parece-me – e estou só aguardando a legislação – que a nossa análise é para embasar aquele Conselho.

Assim que eu tiver a legislação, eu poderei confirmar para o Conselheiro.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Com a palavra o Conselheiro Gilberto Leifert.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Bom dia, Presidente, bom dia, Conselheiros. Aproveito a oportunidade para agradecer ao Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto a gentileza do voto de congratulações que apresentou.

Conselheira Berenice, a legislação está indicada no documento no meu despacho endereçado ao Pre-

sidente: é exatamente a Lei nº 8.977, mais conhecida como ou Lei do Cabo, em seu artigo 4º, parágrafo 2º, e também no Regulamento do Serviço de TV a Cabo, art. 5º, anexo ao Decreto 2.206, de 97, e no artigo 3º, inciso XII do Regimento Interno deste Conselho.

A minha proposta, Presidente, tem em vista o seguinte: o Conselho já se pronunciou a respeito de um projeto de regulamento, o parecer do Conselho foi aprovado por unanimidade e encaminhado à Anatel. Posteriormente, a Anatel modifica novamente o texto, coloca em nova consulta pública e o envia ao Conselho de Comunicação Social. Isto significa que, em igualdade de condições com a sociedade, estaríamos aqui para formular sugestões em consulta pública.

Entendo que não é o caso. Tão logo a Anatel tenha formatado o documento que pretende editar como resolução de sua Diretoria Colegiada, após o encerramento da consulta pública, deverá a Agência enviar ao Conselho de Comunicação Social, que se manifestará em caráter definitivo sobre um documento que terá condição de viabilidade como resolução da Diretoria Colegiada.

De outra forma, ficaremos aqui eternamente a examinar o documento. O Conselho examina, vai para consulta pública, a Anatel edita uma minuta, manda para o Conselho, o Conselho se pronuncia, abre-se nova consulta pública...

Entendo que não é o caso: o Conselho deverá examinar o documento que tiver configuração definitiva.

A Conselheira entendeu, provavelmente, de forma equivocada, a minha sugestão. Eu não disse que o documento editado como resolução deverá vir para o Conselho, e, sim, o documento que a Diretoria Colegiada da Anatel considera apto a se transformar em resolução de Diretoria Colegiada.

Resumindo a idéia: entendo que por economia processual o Conselho deve aguardar que a Anatel encerre a consulta pública, faça as alterações no documento que pretende editar, e, este, sim, deverá vir ao Conselho.

Em homenagem aos senhores é que entendo que devemos aguardar essa futura oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Se concorda a Conselheira Berenice, nós concluímos o assunto.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA – Presidente, eu não estou discordando. Não é uma questão de discordar do mérito da proposta: é apenas uma questão técnico-formal. Se a lei disser o contrário – estou só tentando checar aqui, Presidente, não quero atrapalhar –, não poderemos fazê-lo.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – A lei não diz, conselheira, que o Conselho de Comunica-

ção Social se pronunciará durante a consulta pública. Consulta pública não é a instância em que deve ocorrer interveniência, o aconselhamento, o assessoramento, do Conselho de Comunicação Social. Isso significaria um aviltamento das atribuições do Conselho.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA – Eu concordo, tanto que estou dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – O Conselheiro Geraldo pediu a palavra.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA – ... que seria o caso de aguardarmos a consulta pública. Só penso que não poderemos aguardar o resultado do Conselho Diretor da Anatel.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Com a palavra o Conselheiro Geraldo.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS – Obrigado, Presidente. Tentando contribuir de modo a clarificar talvez uma dúvida que está no ar, entendo que tanto a Conselheira Berenice quanto o Conselheiro Leifert estão falando a mesma coisa, mas a forma está um pouco confusa.

O fato é, segundo entendi do relatório do parecer do despacho do nosso Conselheiro Leifert, que vamos nos debruçar e avaliar algo que já esteja pronto para ser definitivo, e não definitivo, ou seja, após as consultas e a formatação preliminar do Conselho Diretor da Anatel, esse documento vem para cá, e aí nós nos manifestaremos em relação a esse documento, e não após algo já definitivo e fato consumado.

É isso, Conselheiro?

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Agora, invocando a justiça salomônica, penso que devemos aprovar a sugestão do Conselheiro Leifert, deixando um espaço registrado em ata para que, se houver algo contrário que dê razão à conselheira Berenice, volte-mos ao assunto.

Está certo?

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – A solicitação está aprovada. Solicito à Secretaria a expedição de ofício à Anatel comunicando esta decisão.

Recebido, via fax, o Ofício nº 121/2006, de 20 de julho de 2006, do Superintendente do Serviço de Comunicação de Massa da Anatel, Dr. Ara Apkarian [nosso amigo que hoje não está aqui não sei por quê], encaminhando cópia de ofício dirigido à Abetelmim, relacionado à solenidade de celebração do primeiro contrato do Projeto do Anexo III dos Plano Geral de Metas de Qualidade para os Serviços de Televisão por Assinatura – PGMQ, a ser implementado em ca-

ráter experimental na comunidade de Vila Canoas, na cidade do Rio de Janeiro.

Lembro aos colegas que o Plano Geral de Metas de Qualidade para os serviços de televisão por assinatura (PGMQ) foi objeto de debates em nossa colegiada, que resultaram no Parecer Nº 1, de 2005, cujo relator foi o saudoso Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

Já agradecemos, por Ofício nº 58/2006-CCS, a atenção do Dr. Ara em nos comunicar esse primeiro contrato, e o faço novamente, agora de viva voz.

No dia 3 de agosto, recebemos o Of. 391/2006, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que formula convite para participarmos de Audiência Pública “para discussão acerca das normas e procedimentos para apreciação dos atos de outorga e de renovação de concessão de emissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens, bem como da legislação que rege a matéria”. A Audiência Pública decorre da aprovação, pela Comissão, do Requerimento nº 275/06, da Deputada Luiza Erundina, e está marcada para o dia 6 de setembro próximo, às 9h30min.

Então, já existe data: 06 de setembro próximo, às 19h30min.

Louve-se a preocupação da Comissão em prestigiar o Conselho de Comunicação Social.

Designo, em razão disso, o Conselheiro Paulo Tonet Camargo para a gentileza de nos representar nessa importante questão da concessão de canais.

Tenho a impressão de que V. Ex^a representará muito bem o nosso Conselho em relação à importante matéria.

Reitero que, para nós, é motivo de honra que o Congresso esteja se acostumando à idéia de nos chamar para essas decisões de relevo de uma área em que estamos atuando.

Em resposta ao nosso Ofício nº 48/2006, que enviamos a várias entidades atendendo a uma solicitação do Coordenador da Comissão do Marco Regulatório, Conselheiro Roberto Wagner Monteiro, recebemos diversas contribuições da ABTA, da Telebrasil (CT 292/06), da Acel (CT-Acel nº 92/2006), da Abrafix (CT. 022/2006), e do Ministério das Comunicações (Of. nº 307/2006/DAAS/SSCE/MC).

À exceção do último, que foi recebido somente em 3 de agosto, todos foram encaminhados pela Secretaria da Comissão do Marco Regulatório imediatamente após seu recebimento, segundo orientação desta Presidência à nossa Secretaria.

O Conselheiro Roberto Wagner solicitou que houvesse um espaço hoje para tratar do posicionamento da Comissão firmado em sua última reunião, realizada no dia 1º de agosto.

Atendendo a essa solicitação, passo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Conselheiros, Sr^{as} Conselheiras, em razão desse tema que envolveu a criação da Comissão do Marco Regulatório, a Comissão se reuniu várias vezes, em duas sessões muito concorridas de audiência pública, e solicitamos às entidades que representam as empresas de radiodifusão, de telecomunicações, de *Internet* e informática, que, sobre dez ou doze temas constitucionais que elencamos, que se pronunciassem.

A maioria delas se pronunciou, à exceção do setor de informática ou de *Internet*.

Dos membros da Comissão três são ligados a empresas de radiodifusão, apesar de não falarem especificamente sobre essas empresas, mas eles estavam presentes dando contribuições.

Na última reunião, que foi realizada na semana próxima passada, a Comissão se reuniu para tentar adiantar os seus trabalhos. Estávamos parados e paralizados porque tínhamos que enfrentar um tema que, no meu entendimento, e creio que no da Comissão também, é a mãe de todas as questões que envolvem a comunicação social no nosso País.

Todos sabemos que, com o novo paradigma tecnológico comercial, a Constituição Federal e as leis que têm base na Constituição sobre o tema da comunicação social estão defasadas, caducas; precisam urgentemente ser atualizadas. E a atualização, nosso entendimento, e no da Comissão também, passa por uma reforma da própria Constituição.

Então, sugeri, Sr. Presidente, que esse assunto, por ser, no entendimento da Comissão, um assunto talvez o mais importante tema de um Conselho de Comunicação Social, saísse da órbita da Comissão e viesse para a órbita do Conselho. E aqui no Conselho, se V. Ex^a entender e o Conselho aprovar, a idéia é que as audiências públicas fossem realizadas no âmbito do Conselho e que uma próxima reunião do Conselho fosse marcada para, quem sabe, encaminharmos uma posição, não digo final, mas próxima da conclusiva, do Conselho sobre esse tema.

Qual é a mãe de todos os temas no entendimento da Comissão? É dizer, definitivamente, quais são os serviços que integram o Capítulo V da Constituição Federal, que trata dos meios de comunicação social.

A Constituição, nos artigos desse Capítulo, às vezes, fala em meios de comunicação; às vezes, fala em radiodifusão, rádio e televisão. E, às vezes, volta a falar em meios de comunicação.

Entendi, e creio que a Comissão está caminhando para entendimento semelhante, que o Conselho

deveria ajudar o Congresso Nacional encaminhando ao Congresso a opinião do Conselho sobre o que são, na verdade, as empresas que integram os meios de comunicação social – se *Internet*, telecomunicações, radiodifusão, integram –, separando radiodifusão, telecomunicações e *Internet* como meios diferenciados, mas esses todos integrando os meios de comunicação social.

Se isso for verdade, quer dizer, se essa for a opinião aprovada no Conselho, teremos que propor ao Presidente do Senado alterações em alguns artigos da Constituição, porque alguns desses artigos, quando falam em meios de comunicação, criam alguns embargos; e, quando fala em radiodifusão, criam outro tipo de embargo.

Ficando assim, Sr. Presidente, no meu entendimento e creio que no da Comissão também, carente de um estudo atualizado sobre o que são, na verdade, as empresas de meios de comunicação: se *Internet*, quando transmitir conteúdo audiovisual, se torna um meio de comunicação social; se as empresas de telecomunicações, ao transmitirem conteúdo audiovisual, passam a integrar também as empresas constantes dos meios de comunicação social.

Se isso for aprovado no Conselho, como acredito que talvez seja, teremos que alterar a Constituição e as leis que estão vinculadas a esses princípios constitucionais.

Então, em razão disso, aprovamos na Comissão, por unanimidade, que esse tema fosse trazido ao Conselho com a sugestão de, num prazo razoável, haver mais uma nova audiência pública no âmbito do Conselho, em que essas empresas, as associações de radiodifusão, de telecomunicações, de tecnologia e *Internet*, fossem convocadas para, de vez, falarem o que pensam sobre esse tema.

Assim, em seguida, numa próxima reunião do Conselho, se possível for, o Conselho encaminharia ao Sr. Presidente do Senado aquilo que o Conselho pensa sobre essa questão, porque estão vinculadas uma série de outras questões, como, por exemplo, monopólio, oligopólio.

A Constituição diz que estão proibidos monopólios, oligopólios, nos meios de comunicação social, e que os meios de comunicação social, independentemente da tecnologia utilizada, deverão observar os princípios enunciados no art. 221, como, preferência a finalidades educativas, promoção da cultura nacional, regionalização e respeito aos valores éticos.

Ora, se o Conselho entender que a *Internet*, por exemplo, quando transmite conteúdo audiovisual, está vinculada a esses princípios constitucionais, as transmissões de *Internet* terão que seguir os princípios do

art. 221 e obedecer ao parágrafo 5º do art. 220: “Os meios de comunicação não podem, direta ou indiretamente, ser objetos de monopólio”.

Então, é isso, Sr. Presidente: a Comissão entendeu que o assunto era polêmico demais, expressivo demais, e recomendou, por unanimidade, que fosse trazido ao Conselho, solicitando uma audiência pública e, depois, uma reunião específica do Conselho sobre esse tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Agradeço, vivamente, a contribuição que o Conselheiro Roberto Wagner Monteiro tem dado à discussão em torno do Marco Regulatório.

Tenho a sensação de que estamos acumulando um material extremamente precioso a respeito da indiscutível confusão existente entre leis, Constituição, regulamentos. Desde o primeiro momento, lembro que esse assunto do Marco Regulatório foi colocado.

A única dúvida que tenho, como Presidente, é sobre a dinâmica desse processo: se podemos encaminhar ao Congresso sugestões que não nos foram pedidas. Somos um órgão auxiliar do Congresso Nacional. Ainda há pouco, a Comissão de Ciência e Tecnologia nos solicitou uma participação, o que será feito.

Porém, tenho que me acostumar com a idéia de que estaremos pretendendo inverter essa dinâmica: não tendo sido o Conselho provocado pelo Senado, ou pela Câmara, como vamos oferecer uma contribuição que não nos foi solicitada.

Ainda não tenho juízo definitivo sobre essa matéria, com a qual me preocupo, sobretudo em homenagem ao trabalho do Conselheiro, que é um trabalho de fôlego.

Com a palavra o Conselheiro Paulo Tonet.

O SR. PAULO R. TONET CAMARGO – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, secundando a colocação que faz o nosso Coordenador, o Conselheiro Roberto Wagner, na última reunião, inclusive por uma ponderação minha, vimos que o assunto é de extraordinária complexidade e de vital importância, porque, como bem disse o Conselheiro Roberto Wagner, o estudo sobre essa definição ou resolverá efetivamente ou dará um norte para tudo que daí advier.

Eu ainda ressaltei que, na condição de Relator, recebi uma série de contribuições que me foram enviadas, mas creio que ainda precisamos aprofundar o tema.

Então, o eminente Conselheiro Roberto Wagner, sensível com isso, entendeu que, pela transcendente importância, o assunto deveria vir ao Plenário e que, neste Conselho, fosse realizada mais uma audiência

pública para que se tivesse a representatividade de todos.

Naquela reunião, eu ainda ressaltei, e isso está consignado em ata, que precisamos ouvir – os Conselheiros Eurípedes e Paulo Machado de Carvalho estavam presentes – alguns setores de que ainda não temos manifestação formal, que são os setores ligados à *Internet*, à radiodifusão, e também ligados à categoria dos trabalhadores. O Conselheiro Eurípedes é do Sindicato dos Radialistas; existe o Fórum Nacional da Democratização das Comunicações. Precisamos fazer com que todas essas pessoas tenham oportunidade de se manifestar.

Eu, pelo menos, como Relator, ficaria mais confortável de ter todas as manifestações formalmente antes de trazer, vamos dizer, uma proposta de voto ao Conselho.

Então, mais uma vez enalteço essa condição dada pelo nosso Coordenador, Conselheiro Roberto Wagner, para que consigamos obter um documento aqui que seja efetivamente um documento que venha de uma discussão do tema e que ninguém fique de fora.

Esse é objetivo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Com a palavra a Conselheira Berenice Isabel.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA – Presidente, ocorre-me que dada a importância dessa discussão e a riqueza das opiniões, dos posicionamentos, que, acredito, já devem estar surgindo na Subcomissão e que, com certeza, irão aflorar na medida em que essas audiências se concretizarem, talvez este pudesse ser o motivo do seu segundo livro: se podemos apresentar sugestões sem terem sido solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – O livro não é meu: é nosso.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA – Não, digo o segundo que o senhor propôs: o nosso segundo livro. Esta é uma questão candente, do momento, e, se formos trazer todos esses segmentos para se posicionarem, estaremos cumprindo as nossas atribuições.

É apenas uma sugestão que me ocorreu agora ouvindo o posicionamento dos Conselheiros.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – É prudente que façamos agora uma votação a respeito da necessidade de uma audiência pública na próxima reunião. Não quero ser discricionário em relação à definição dos temas do nosso próximo encontro, que será no dia 4 de setembro.

Pergunto ao Plenário se considera maduro o assunto para ser discutido em audiência pública na próxi-

ma reunião. Nesse meio tempo, haverá a possibilidade de atender o que diz, com bastante critério também, o Conselheiro Paulo Tonet: convocar os demais Conselheiros para discutir ainda no âmbito da Comissão e só então trazer para o Plenário.

Tenho impressão de que há necessidade da Comissão ter uma idéia clara e definitiva sobre o assunto. O tema virá para o Plenário ainda faltando uma série de depoimentos, que devem ser discutidos na Comissão, não aqui. É o meu pensamento, mas vou submeter a voto.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO – Sr. Presidente, só queria insistir. O tema é abrangente e desperta o interesse de todos os membros do Conselho, inclusive dos que não fazem parte da Comissão.

Esse assunto, pelo menos foi o que entendemos na Comissão, seria muito melhor debatido no âmbito do Conselho. Se promovermos um debate na Comissão, quando o tema vier para o Conselho, teríamos que recomeçar do zero, pois os Conselheiros que não integram a Comissão do Marco Regulatório não teriam participado dos debates, que já se prolongam há mais de 60 dias. Estaríamos sendo prudentes.

O assunto é realmente muito importante, Sr. Presidente. Enriquece o Conselho trazer para o Plenário todos esses debates.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Não tenho dúvida. A Ata da última reunião do Marco Regulatório é muito rica. Já há contribuições preciosas. Nessas condições, inclusive com muito prazer, liberei para publicação.

O assunto continua em discussão.

Pediu a palavra o Conselheiro Eurípedes Corrêa Conceição.

O SR. EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO – Sr. Presidente, é de extrema relevância, para a próxima reunião do dia 4 de setembro, que segmentos que ainda não se manifestaram, apesar de já terem sido convidados, que o façam. Gostaríamos de contar com a presença dessas entidades. Não queremos incorrer no mesmo problema anterior: a Comissão se fazia presente, mas os segmentos, não. É de suma importância termos claro que esses segmentos participarão. Caso contrário, assim como agora, haverá um esvaziamento da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Como não temos tempo, pergunto se os que solicitaram a palavra concordam que encerremos a discussão. *(Pausa)*

Com a palavra o Conselheiro Geraldo.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS – Sr. Presidente, é apenas um minuto.

Solidarizamo-nos com a sua preocupação e somos, pelo que estou entendendo, a maioria do Plenário, a favor da realização de não só mais uma única audiência pública. Há outros atores importantes que também precisam ser ouvidos sobre esse tema que interessa a toda sociedade brasileira, e não só a nós, profissionais e empresários da área de cinema, rádio e televisão. Há educadores, alunos, estudantes, movimentos populares com muito a contribuir para esse chamado Marco Regulatório da Comunicação no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Em votação a proposta do Conselheiro Roberto Wagner Monteiro: realização de audiência pública sobre a matéria na próxima reunião, dia 4 de setembro.

Os Conselheiros que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovada por unanimidade.

Solicito à Secretaria se sejam tomadas as providências pertinentes.

O Conselheiro Fernando Bittencourt entrou em contato com a Secretaria do Conselho informando que não poderia estar presente nesta manhã. S. Sr^a e seu respectivo suplente foram convidados para uma reunião, na Casa Civil, sobre a TV digital no Brasil.

Considerando a presença do Professor Fredric Michael Litto entre nós, faremos a inversão da ordem dos trabalhos de nossa pauta entre os itens II e III.

Dessa forma, iniciaremos nossos trabalhos, conforme o programado, com a discussão e a votação do Relatório da Conselheira Berenice sobre o PL nº 5.040, de 2001, e teremos, logo a seguir, a audiência pública sobre “As virtualidades da educação a distância no Brasil”, cujo palestrante convidado é o Prof. Fredric Michael Litto.

Os debates sobre os passos futuros da escolha do modelo de TV digital serão realizados à tarde, a partir das 14h30min.

Item 1. Discussão e votação do Relatório da Conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra sobre o PL nº 5.040, de 2001, que “tipifica como crime a exibição, por emissora de televisão, de cena de nudismo ou de relações sexuais”.

Com a palavra a Conselheira.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA – Em função do lançamento do nosso livro na última reunião, apresentei o relatório, expus o nosso parecer sobre o Projeto de Lei nº 5.040, de autoria do ex-Deputado Severino Cavalcanti, mas a discussão acabou ficando para hoje.

Em suma, talvez só lembrando aos nossos Conselheiros, posicionamo-nos contrariamente à aprovação do projeto, sugerindo o seu arquivamento.

No que pesem as boas intenções do Parlamentar no sentido de elevar, aprimorar a programação das nossas TV's, o projeto é tremendamente equivocado e mal embasado e propõe a alteração do Código Penal Brasileiro, um estatuto de 1940, justamente em um capítulo que não é de aplicação imediata. Os crimes contra os costumes, esses delitos, correm em segredo e por iniciativa expressa do ofendido. Trata-se de ação penal exclusivamente privada. Em sendo assim, mesmo que fosse alterado o Código Penal nesse particular, isso não bastaria para que, a cada cena de nudismo ou de relações sexuais na TV, o proprietário da emissora ou o diretor daquele programa fosse preso, como prevê o projeto do ex-Deputado Severino Cavalcanti. Para que isso pudesse acontecer, dependeria ainda de algum espectador ou grupo de espectadores se sentir ofendido e ir à Justiça, jogando novamente todo o ônus dessa defesa da família, que é prevista constitucionalmente, no cidadão comum.

Por outro lado, não é a prisão do proprietário da emissora ou do diretor do programa que fará com que a programação das televisões seja mais qualificada. O projeto é feliz quando capta o anseio da população no sentido de uma melhoria – genérica também, o projeto não explicita – da programação televisiva. Essa melhoria se daria com a regulamentação do art. 221, da Constituição Federal, e com a criação e o estabelecimento de mecanismos de controle público. Se no Conar, por exemplo, além de empresários e anunciantes, houvesse a possibilidade de participação – não sei se há, Conselheiro – dos espectadores e dos consumidores e de debates sobre a programação, estaríamos fornecendo à população mecanismos para interferir. Não basta a lei para que a situação não mais aconteça. Se isso bastasse, estaríamos com a Constituição totalmente regulamentada, pelo menos no que diz respeito à Comunicação Social.

Existe um projeto para regulamentação do art. 221 que foi aprovado pela Câmara dos Deputados e há dois anos se encontra no Senado. Há um parecer desse Conselho sugerindo os Senadores a aprovarem o projeto, ainda que careça de aperfeiçoamento, mas esse Conselho entende que, em um primeiro momento, é melhor ter alguma regulamentação do que nenhuma. Até hoje, no entanto, dois anos depois do parecer do Conselho e 14 anos depois de sua propositura, esse artigo ainda está sem regulamentação, o que seria, sim, um remédio eficaz para este objetivo perseguido pelo ex-Deputado Severino Cavalcanti: melhorar a qualidade da programação.

No caso da TV por assinatura, não há como sequer prevalecer essa pretensão do ex-Deputado. Trata-se de um serviço regulado diretamente entre as

partes: compra quem quer; paga, previamente, e escolhe o serviço a que quer assistir. Em senso assim, não há o que se falar, em termos de regulação, na TV por assinatura.

No caso da TV aberta, volto a dizer, no que pese a boa intenção do ex-Deputado, o caminho é outro.

Nossa análise e nossa sugestão ao Conselho é que repudiemos esse projeto e encaminhe-mos ao Senado uma proposta de não-aprovação e arquivamento do Projeto de Lei nº 5.040, de 2001.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Já discutimos esse assunto na reunião passada, mas concederei a palavra a quem a estiver solicitando.

A prevalecer o judicioso trabalho da nossa Conselheira Berenice Isabel M. Bezerra, só gostaria que S. Sr^a nos concedesse a prerrogativa de não considerar que devamos repudiar qualquer coisa. Trata-se, sobretudo, da opinião de um ex-Parlamentar. Vamos recusar, se for o caso, mas sem a manifestação de repúdio, que é forte demais.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Conselheiro Gilberto Leifert.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Acompanho a Conselheira Berenice em sua proposta de arquivamento e rejeição do projeto. Apenas gostaria de acrescentar dois pontos.

Recordando: em tese, a censura pode resultar de ato do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, por intermédio de uma sentença. Todas estas hipóteses conflitam com a Constituição atual, que banuiu a censura sobre os meios de comunicação, em todas as suas formas. Do ponto de vista constitucional, a Conselheira está absolutamente correta.

Em relação à alusão que a nobre Conselheira fez ao Conar, apenas a título de esclarecimento, e a oportunidade é valiosa, além de representantes de empresas anunciantes, agências de propaganda e veículos de comunicação, representantes esses designados por entidades representativas dessas empresas em âmbito nacional, integram o Conselho de Ética do Conar e julgam as reclamações representantes da sociedade civil – médicos, advogados, jornalistas especializados em defesa do consumidor –, que, voluntariamente, assim como os demais membros, examinam as infrações éticas à luz do Código de Auto-Regulamentação, um código voluntário.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Conselheiro Geraldo.

Peço apenas brevidade para que possamos passar ao item seguinte.

O SR. GERALDO PREIRA DOS SANTOS – Sr. Presidente, acabamos de avaliar algo que, a meu ver, irá atender essa demanda: a apreciação do marco regulatório de forma mais abrangente, mais detalhada, mais trabalhada, mais embasada. Por isso, também votamos a favor do relatório da Conselheira Berenice.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Conselheiro Paulo Tonet, para concluir.

O SR. PAULO R. TONET CAMARGO – Sr. Presidente, como já havia colocado na reunião anterior, concordo integralmente com a conclusão do parecer, mas queria apenas sugerir à relatora, como emenda, duas questões.

Consta na penúltima página do relatório o seguinte texto: “Nossa Constituição já apresenta os rumos a serem tomados. É preciso regulamentar o art. 221, determinação negligenciada pelo Congresso Nacional há 18 anos”. Como órgão auxiliar, não é de bom tom julgar o Congresso Nacional – até pode ser, não estou discutindo o mérito. Talvez fosse interessante, Conselheira, suprimir essa expressão “negligenciada”. Apresento essa reflexão.

Na página anterior há uma referência a “uma semana de programação de qualquer rede de televisão para se perceber a resistência concreta à regulamentação do art. 221”. Não sei se “qualquer rede” é o termo adequado. Não acredito que todas as redes apresentem resistência. Não sei se é o caso, por exemplo, das redes de TVs educativas, da própria **TV Senado**, da **TV Câmara**, da **Redevidá**. Apenas gostaria de observar a questão da generalização. É apenas isso.

Proponho essas duas emendas em relação à justificativa, não ao mérito.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA – Conselheiro, quando coloco que as redes não atendem, refiro-me, por exemplo, à questão da regionalização. Parece-me que, com relação a esse aspecto, todas as redes apresentam falhas, porque não há nada regulamentado.

O SR. PAULO R. TONET CAMARGO – Proponho, então, que não se coloque que as redes de televisão não cumprem o art. 221, mas que haja a especificação, na avaliação de V. Sr^a, evidentemente, em relação à regionalização. Da forma como está, parece que todas as redes de televisão não cumprem.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA – Não faço objeção às alterações. Concorde com a relativização porque podemos passar a impressão de que todas as redes possuem uma programação mais pesada. Não há problema. Com relação à negligência, é exatamente isso que acontece, no mínimo, mas também concordo, se o Conselho entender que a expressão não deva constar do texto.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Se V. Sr^a está de acordo, vou proceder à votação.

Em votação o parecer da Conselheira Berenice Mendes Bezerra.

Os Srs. Conselheiros que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

Considerando a inversão de pauta, passemos ao item 3.

Item 3. Audiência pública sobre: “As Virtualidades da Educação a Distância no Brasil”. O palestrante é o Sr. Fredric Michael Litto, Presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância – Abed.

Com muita honra, convido a tomar assento à mesa o Dr. Fredric Michael Litto. *(Pausa)*

O Sr. Fredric Michael nasceu na cidade de Nova Iorque. Graduiu-se, em 1960, Bacharel em Rádio e Televisão pela UCLA (Universidade da Califórnia, Los Angeles) e, em 1969, Ph.D. em Comunicações pela Universidade de Indiana. É, desde 1977, Livre Docente pela Universidade de São Paulo. Lecionou nas Universidades de Indiana (1960-1964), Bowdoin (1964-1965) e Kansas (1965-1971). Desde 1971, é Professor-Titular da Escola de Comunicações e Artes da USP, atuando no Departamento de Cinema, Rádio e Televisão. Foi consultor da Capes (1974-1980), do CNPq (1980-1985) e da FAPESP (1990-atual). Trabalhou em rádio educativa, em Los Angeles, (Pacifica Foundation KPFF-FM e UCLA Rádio, 1958-1960), e em televisão educativa (UCLA TV, 1959-1960). Foi consultor, em 1972, do Projeto Saci (Inpe, São José dos Campos) e, em 1977-1978, da Fundação Padre Anchieta, São Paulo, e membro do Comitê Assessor de Informática em Educação do Ministério da Educação (1985-1992). Participou de reuniões internacionais de educação a distância em Moscou (1994), Saratoga Springs (1995), Lisboa (1996), Toronto (1997), University Park, Pennsylvania (1998), Vancouver (1998), Tel Aviv (1998), Viena (1999), Berlim (1999), Cincinnati (2000), Washington (2000), Dusseldorf (2001), Madrid (2001), Calmet-Recife (2001), Itec-Montevideo (2001), Montreal (2002), Valência (2002) e Beijing (2002), além de outros conclave relacionados às novas tecnologias de comunicação. Desde 1989, é Fundador-Cordenador Científico da Escola do Futuro, laboratório interdisciplinar de pesquisa da Universidade de São Paulo que investiga as aplicações educativas das novas tecnologias de Comunicação. Foi eleito, em 1995, Presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed) e reeleito, em 1999.

Passo a palavra ao Dr. Fredric Michael Litto, solicitando apenas que, ao final de sua apresentação, S.

Sr^a reserve alguns minutos para indagações do Plenário, se for o caso.

O SR. FREDRIC MICHAEL LITTO – Sr. Presidente, Conselheiros, demais presentes, muito obrigado pelo convite para apresentar um panorama da área mais volátil e que mais se expande no mundo da educação: a educação a distância. Espero que, ao terminar minha apresentação, os senhores cheguem à conclusão de que, em um futuro próximo, seria oportuno a criação de uma comissão, dentro deste Conselho, relacionada à educação e aos meios de comunicação.

Temos os **logos** das duas casas onde milito: Associação de Educação a Distância e Escola do Futuro, da USP, laboratório que ajudei a criar e que realiza muitos trabalhos na área de educação a distância.

O título “as virtualidades” tem duplo sentido. Um deles é a virtualidade no sentido de potencialidade, o grande potencial para o Brasil da educação a distância. O Brasil era um dos líderes da educação a distância no mundo na década de 70, mas, devido à descontinuidade governamental na década de 80, perdemos essa capacidade. A partir dos anos 90, estamos tentando reativar essa nossa grande competência. Certamente, com o advento da universidade aberta a distância, um esforço do Ministério da Educação para estender o ensino superior a novas camadas da população, como se faz em outros países, e falarei um pouco mais sobre isso a seguir, acredito que estamos indo para novos patamares de democratização, de acesso ao conhecimento e de certificação desse conhecimento.

A Abed é uma sociedade científica, sem fins lucrativos, que foi fundada em 1995. Tem atualmente 2.600 associados, entre pessoas físicas e jurídicas, e integra o SBPC. Quando a Abed foi fundada, a educação a distância não tinha muito boa reputação no Brasil. Muitas entidades de qualidade questionável davam um mau nome para a prática da educação a distância como um todo. Hoje em dia, devido aos esforços de educadores que militam nessa área, a associação de educação a distância brasileira é uma sociedade constituinte da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que é onde estão os físicos, os matemáticos, os biólogos, etc, ou seja, tem respeitabilidade acadêmica.

Temos pólos em 22 cidades brasileiras e um pólo em Londres, com aproximadamente 20 brasileiros estudando, fazendo pós-graduação em como se faz educação a distância em universidades inglesas. Temos um *site* com bastante informação, incluindo um catálogo com 700 cursos a distância oferecidos por universidades públicas e privadas, ONGs, ONGs, bibliotecas públicas, etc.

Temos um código de ética que sugere um bom relacionamento entre a entidade que está oferecendo

cursos, docentes, entidades, alunos, etc. Temos uma publicação chamada **Galáxia**, que, se não me engano, faz parte das pastas que foram entregues para os senhores, e uma revista científica *on line*, **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**.

Além disso, nas suas pastas, os senhores vão encontrar a segunda edição do nosso **Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância**, que contém dados por Estado a respeito da educação a distância no Brasil.

Os nossos associados refletem bem o que está acontecendo em educação a distância no País: 50% são de universidades; 50% do setor produtivo, as empresas, Petrobrás, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Accor, etc. [As empresas hoje em dia não podem deixar de atualizar seu pessoal. Elas estão usando educação a distância para capacitar desde altos executivos até os operários das fábricas.]; Sistema S – Senai, Sesi, Senac, Sebrae, 10% dos associados; 5% de colégios; e, finalmente, ONGs, museus, bibliotecas públicas e privadas também usam educação a distância.

Quais são os números da educação a distância no Brasil? Por incrível que pareça, temos mais ou menos 3 milhões de pessoas no País fazendo uso da educação a distância: 1,5 milhão nas empresas; 600 mil no **Telecurso 2000**, que utiliza TV aberta e material impresso, que pode ser comprado em qualquer banca de jornal; 300 mil no Sistema S, que usa a educação a distância há mais de 30 anos; 200 mil em cursos universitários, tanto nos aprovados pelo Ministério da Educação como nos cursos livres; e 100 mil pessoas em cursos por correspondência.

Alvin Toffler esteve no Brasil há alguns anos e observou que vivemos simultaneamente nas três economias: agrícola, industrial e de informática. As pessoas que vivem na área rural, as pessoas que estão longe dos centros de conhecimento, ainda querem e precisam fazer os seus cursos por correspondências. Nas próximas décadas, temos que continuar respeitando esse direito. Quem estuda via televisão, rádio ou videocassete quer economizar.

Voltando para o título da apresentação, já citei o primeiro sentido da palavra “virtualidade”, a potencialidade. O segundo é “via redes de internet”. Quando estou falando com um dos senhores, por exemplo, pelo telefone, a conversa está no espaço virtual, representado atualmente pela internet, que está criando uma grande e positiva revolução em educação a distância. Há por volta de 300 mil pessoas aprendendo na internet em estruturas que não as de cursos.

A Abed promove três eventos anuais que estimulam a atitude científica e a alta qualidade em educação – os números que citarei são aproximados: em

setembro, durante três dias, com 1000 participantes, um congresso internacional, com a apresentação de 300 experiências; em abril, durante dois dias, com 500 participantes, um seminário nacional, com a apresentação de 200 trabalhos; e finalmente uma festa móvel, na terceira semana de novembro, o dia nacional de educação a distância, que não está ligado a nenhuma data histórica. É uma festa de um dia nas 23 cidades onde existem pólos da Abed. São duas horas de vídeo-conferência ligando todos os pólos, incluindo uma palestra do Ministro da Educação ou do Diretor-Geral da Unesco no Brasil.

Como se aprende a distância? Por intermédio de cursos de 30 min, duas horas, duas semanas ou dois meses. Há um início, um meio e um fim, e um certo conteúdo a ser transmitido. É possível também uma aprendizagem a distância sem cursos, por exemplo, através de acesso a *sites* com cavernas de realidade virtual. Na Usp e na Escola Politécnica temos cavernas de realidade virtual, que, ligadas à rede de internet 2 permite que a pessoa visite o Maranhão, o Rio Grande do Sul, etc. As pessoas entram nesses espaços virtuais baseados nas cavernas da Escola Politécnica. Também é possível controlar a distância sofisticados equipamentos científicos. Temos também os acervos digitais, bibliotecas digitais, museus digitais. É possível visitar, pela internet, o Louvre e o Museu Britânico sem sair de casa. É possível consultar arquivos históricos e especializados.

Atualmente, estamos investigando como colocar um frontal, um computador na frente de um servidor, em que estão esses acervos digitais, que oferece um guia personalizado. A distância, será possível perguntar sobre determinado assunto e ter acesso à matéria-prima do acervo digital. Será uma educação sob medida.

Quais são as tecnologias utilizadas no ensino a distância? Cursos por correspondência, rádio, televisão. Os senhores devem lembrar do Projeto Minerva, da década de 70, que, utilizando o rádio e a televisão, teve grande sucesso. Hoje em dia, temos o **Telecurso 2000**, vídeos, DVDs, vídeo-conferências e, finalmente, a internet, que nos possibilita fazer tudo o que as tecnologias anteriores fizeram, áudio, vídeo e texto, com um novo ingrediente: a interatividade.

Não se considera que a educação pela internet seja robotizada, mecanizada, do tipo perguntas e respostas, ou seja, algo desinteressante e pouco humano. Não é nada disso! É possível promover educação para todos os níveis, primeiro, segundo, terceiro e quarto graus, utilizando estratégias apropriadas e interativas: seminários assíncronos, estudos de caso, avaliação de portfólios dos alunos e também atividades tutoriais e individuais.

Quais são as vantagens do aprendizado virtual? É possível um estudo em qualquer lugar e em qualquer hora. A pessoa que tem um *laptop* pode levá-lo para a praia, para o escritório, para a sua casa, e estudar em qualquer hora do dia, porque a comunicação é assíncrona. Não é preciso estar em determinado lugar, em determinada hora para aprender. Além disso, há compatibilidade entre plataformas diferentes. Não importa se é Macintosh, IBM ou outro qualquer. Não importa de quem é o **software**. Isso se chama **cross-platform**. Não importa a plataforma, desde que seja compatível com a emissora do curso, do material.

A internet, como falei, combina todas as possibilidades de tecnologias educacionais anteriores: imagens, textos e sons. Além disso, permite:

1. ajuda adicional ao aluno com dificuldades, não importando onde ele esteja. Em um lugar extremamente remoto – no Mato Grosso, no interior do Amazonas – ou na periferia de São Paulo, o aluno pode ter uma educação customizada.

2. acesso a acervos distantes. Com um clique é possível visitar o Museu Britânico ou a Biblioteca Britânica. É possível também visitar acervos em Moscou, Alemanha, França, Chile, etc.

3. discussão entre alunos sobre os tópicos da matéria, síncrona ou assincronamente. Permite que alunos submetam com facilidade e rapidez, seus trabalhos ao professor ou a outros participantes do curso, e recebam um *feedback* disso.

4. uso de tutores configuráveis, que é um **software** baseado em inteligência artificial que visa otimizar a aprendizagem baseado nos interesses e estilos de aprendizagem específicos de cada aluno. Do mesmo jeito que cada um de nós tem uma impressão digital diferente, uma íris diferente, um timbre de voz diferente, cada um de nós tem uma organização diferente dos neurônios, o que determina um estilo absolutamente individual de aprendizagem. Um tamanho só não serve para todos os aprendizes, e o vestibular das universidades brasileiras vai contra essa sabedoria científica. Usando a **web**, usando a inteligência artificial, é possível fornecer uma educação sob medida para cada aluno. Os tutores configuráveis levam em conta os conhecimentos anteriores. O melhor determinante de sucesso na aprendizagem é aquilo que o aluno já sabe sobre o assunto. Não é possível construir sobre o nada. Frequentemente, o sistema educacional

se constrói sobre a presunção de que o aluno não sabe nada. Ele não aproveita o conhecimento já adquirido pelo aluno.

Quais são as tendências mundiais? Educação continuada permanente. Estamos em uma sociedade de conhecimento. O trabalho braçal está sendo feito pelos robôs. O ser humano está reservado para situações mais nobres, que utilizam a inteligência, o que significa que temos que atualizar nosso conhecimento constantemente, porque as coisas estão mudando. Ninguém, daqui para frente, poderá passar seis meses ou um ano sem fazer um curso de atualização, um novo *software*, um novo método de trabalho. A questão é: como parar o trabalho para se atualizar? Não é preciso isso. Basta fazer um curso de **web** a distância, não importando a origem do curso, Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Londres, Vancouver, Nova Iorque, etc. Isso é possível sem sair de casa. A educação permanente continuada é uma exigência da sociedade moderna. O Brasil está bem entrosado nas tendências mundiais.

Universidades cooperativas. O Brasil possui 200 universidades cooperativas, porque as convencionais não estavam atendendo adequadamente as mudanças necessárias dentro das empresas, que devem mudar com grande rapidez para serem competitivas e sobreviverem. As universidades tradicionais são lentas demais.

Educação sob medida para cada aluno. Já falei sobre isso.

Escolha de tecnologia pelo aluno. A previsão é que, daqui a alguns anos, será necessário para cada universidade séria e de certo porte, como por exemplo a Universidade de Brasília ou a Universidade de São Paulo, oferecer todos os seus cursos presencialmente, via vídeo cassete, via internet, via videoconferência e, talvez, por televisão. O aluno terá a opção de escolha por uma delas ou por uma mistura dessas tecnologias.

O gerenciamento da aprendizagem seria feito pelo aluno. Não há mais a idéia de semestre. Em educação a distância é possível esquecermos a estrutura semestral. O curso pode começar quando tem um número suficiente de alunos. O mesmo curso pode iniciar a cada duas semanas, a cada três semanas ou quando houver uma nova demanda de, por exemplo, 30 ou 35 alunos. A velocidade da aprendizagem é determinada mais pelo aluno do que pela instituição. As regras do jogo estão mudando.

Tele-trabalho. Os Estados Unidos têm, se não me engano, 30 milhões de pessoas trabalhando em casa; o Brasil, se não me engano, 3 milhões de pessoas. Essas pessoas possuem fax, internet, família perto. As pessoas que trabalham dessa forma representam um

mercado perfeito, uma clientela perfeita para atualizar seus conhecimentos via educação a distância.

Educação na hora certa. Todos nós aprendemos para um dia usarmos. Os professores nos forneceram conhecimentos para utilizarmos se, por acaso, um dia, precisássemos. Estudamos trigonometria em determinado momento porque um dia será útil para nós. Não me pergunte quando, mas vai ser. Esse tipo de educação não funciona mais. As coisas estão mudando rapidamente. Educação a distância representa a possibilidade de fazer educação *just in time*, na hora certa, quando o conhecimento é preciso. Tudo é bem pragmático.

Existe a possibilidade de começar a qualquer hora. Quando há uma turma formada, pode começar a aprendizagem.

Globalização. Nesse ponto surge um problema que provavelmente os senhores vão enfrentar nos seus debates aqui: a globalização da educação, tanto no setor público quanto no privado, devido à facilidade da internet. As universidades do exterior estão querendo vender seus cursos aqui no Brasil. Isso, por um lado, é muito bom, porque vai oferecer uma variedade de assuntos que aqui não são oferecidos, mas, por outro lado, representa uma certa mudança de postura, porque vai significar a perda de monopólios geográficos dentro do Brasil. Um dos perigos é surgir uma nova colonização. Quem está muito interessado entrar no Brasil com seus cursos a distância, são as universidades da Espanha, da Inglaterra, do Canadá. Por um lado, isso é bom, porque vai oferecer mais cursos, mais oportunidades para os brasileiros; por outro lado, vai fazer com que as universidades brasileiras se tornem mais competitivas. É um problema com duas visões. Outro perigo é transformar a educação em uma *commodity*. O aspecto sagrado de educação, aquela relação especial entre professor e aluno, começa a ser ameaçado, até certo ponto, porque estamos lidando com grandes números. É preciso ter cuidado com isso.

Universidades mega, universidades com mais de 500 mil alunos. John Daniel, um dos reitores de uma universidade aberta do Reino Unido, há cinco anos escreveu um livro chamado "Mega University". Ele diz que uma mega universidade é uma universidade com mais de 100 mil alunos. Isso já está ultrapassado. Agora, é um mínimo de 500 mil alunos. No Reino Unido, a primeira universidade aberta recebe 200 mil alunos, atualmente, por ano; a Universidade Indira Gandhi, na Índia, recebe 1,5 milhão de alunos por ano. Essa é a maior taxa do mundo. A universidade aberta a distância que foi inaugurada esse ano vai ser a única maneira do Brasil sair da barreira dos 9% dos seus jovens cursando nível superior. Temos 4 milhões de jovens nas

universidades, o que representa menos de 10% da faixa etária de 18 a 24 anos. O Chile e a Argentina têm 30% dos seus jovens estudando; os Estados Unidos, 30%; o Canadá, 60%; a Coreia do Sul, 85% dos seus jovens no ensino superior. A única maneira do Brasil competir com esses países é com a educação a distância. Por isso, nós, da Abed, aplaudimos muito a universidade aberta que está começando no Brasil.

Além disso, ninguém sabe para onde irá o plano, que já está em funcionamento, do **Google** e da Microsoft de digitalizar e disponibilizar o conteúdo de todos os 30 milhões de títulos de livros das bibliotecas do mundo nos próximos 10 anos. Isso vai alterar a educação.

Tenho um artigo do **The New York Times** de 14 de maio sobre esse assunto. Posso disponibilizá-lo para o Conselho, se os senhores desejarem.

Isso vai alterar quem é o professor, quem é o aluno, onde está a informação. Não sabemos as consequências disso em longo prazo.

Internet da terceira geração. Estamos tentando implantar a internet da segunda geração no Brasil agora. O Canadá já está trabalhando em terceira geração, 40gb em cada direção por segundo. Não sabemos para onde isso irá. Essa velocidade pode transferir de um lugar do mundo para outro todo o conteúdo da Biblioteca do Congresso Norte-Americano, que possui 18 milhões de livros, em alguns minutos. Em uma outra ocasião, possamos falar mais sobre isso. Posso também enviar escritos nossos sobre a internet de terceira geração e suas implicações para a educação.

Comunidade de prática. A *Internet* está permitindo educação continuada de adultos. As pessoas já estão trabalhando na possibilidade de formar comunidades de prática e de aprendizagem. Será como os *guilds*, na época medieval, os médicos, os astrólogos, etc. É possível fazer isso agora, de modo que uma base local não seja mais tão importante.

Existe também o *blended-learning*, que é um aprendizado misturado: sala de aula presencial juntamente com o *e-learning*. É possível para os alunos começar o curso com encontros face a face apenas no primeiro e no último dia. Todo o resto do curso é feito virtualmente, porque eles já se conhecem, têm confiança, ou seja, existe a confiabilidade nos participantes, etc.

A Universidade Estadual de Nova York está fazendo uma coisa fantástica: se o aluno estudou um semestre em uma universidade em Bruxelas, outro em Moscou, outro no Rio de Janeiro, etc, ele pode pegar seus históricos escolares desses lugares diferentes, mandá-los para a Universidade Estadual de Nova York e dizer que deseja completar o bacharelado.

Eles vão exigir mais três ou quatro cursos nessa universidade, os quais poderão ser feitos a distância, e a universidade outorga o diploma de bacharelado ou de mestrado. Essa é uma coisa realmente fascinante e globalizante.

As universidades cooperativas, como em muitos outros lugares, ainda estão focalizadas em cursos e classes. Elas não estão percebendo que as pessoas podem aprender tudo sem precisar de classes. Temos que modernizar isso.

Muitos desses cursos de que falei são heranças de modelos antigos de aprendizagem, mas estamos em uma coisa extremamente nova: a educação via *web* existe apenas há dez anos. Não temos um modelo padrão aceito por todo mundo. Estamos crescendo bem na área.

No novo esquema, é possível identificar em que área o aluno é muito bom e sugerir que ele aprofunde seus conhecimentos nessa área em que ele é forte, porque as pesquisas mostram que, se o aluno se sente seguro em determinada área, em um domínio, ele trabalha bem em outras áreas também, porque aumenta sua auto-estima. E educação a distância pode ajudar nisso.

Há modelos diferentes, por exemplo, a Universidade Estadual da Pensilvânia faz educação a distância há 150 anos, desde que começou, em meados do século XIX, com cursos por correspondência para pessoas na área rural. E continuam até hoje sem parcerias com ninguém.

A Universidade de South Queensland, na Austrália, tem cursos de bacharelado, mestrado e doutorado totalmente automatizados via *Internet* sem a interferência de um professor ao vivo, a não ser que o aluno, especificamente, diga que quer falar com um professor para esclarecer uma dúvida. É o único lugar do mundo que sabemos que isso está funcionando, mas é um sucesso: os alunos gostam porque eles podem estudar a qualquer hora do dia.

Trata-se de uma base de dados com o conteúdo de todas as disciplinas de universidades em um único servidor, quer dizer, o aluno de ciências políticas tem acesso a todo o conteúdo que o aluno de estudos urbanos, por exemplo, tem direito, assim como o aluno de arquitetura, meio ambiente, etc. É uma mistura multidisciplinar extremamente rica. Os professores também gostam porque eles têm mais tempo livre para suas pesquisas. E o mais importante: a Assembléia Legislativa de Queensland está feliz porque, em palavras deles: "Os custos vão na direção de zero." Os custos de ensino superior vão na direção de zero, quer dizer, eles podem oferecer ensino superior quase gratuitamente.

para quem quiser. Isso é democracia funcionando em educação a distância.

A Universidade de Fênix é uma empresa na Bolsa Nova York que já está no Brasil por meio de uma parceria com a Faculdade Pitágoras, em Belo Horizonte. Eles são sócios da Pitágoras. Sabem quanto valem as ações na Bolsa de Nova York? É uma universidade, mas é organizada como uma empresa: suas ações valem US\$ 7 bilhões. Os acionistas entendem que isso “vai dar samba”, vai dar lucros para eles.

John's International University é outra universidade feita por empresários credenciada para bacharelado, mestrado e doutorado, de excelente qualidade.

E também uma grande editora, uma das maiores editoras norte-americanas, a Record Learning está oferecendo mestrado e bacharelado – uma editora! – tudo via *Internet*.

Outros modelos: a National Technologic University, no Colorado – não tem **campus**, não tem corpo docente fixo –, oferece cursos de pós-graduação em engenharia e em administração de empresas só a distância. O corpo docente é formando tomando de empréstimo os melhores elementos do corpo docente de Harvard, MIT, Texas, e de outros lugares. No fim de cada curso, entrevistam os alunos “O curso foi bom? Se não foi bom, por quê?” E os professores mal avaliados não são convidados de novo.

Universidade de Maryland, cujo presidente está vindo para nosso evento daqui a três semanas, no Rio de Janeiro.

Da Open University, eu já falei um pouquinho: é uma universidade de segunda chance, é uma universidade aberta, uma universidade que não tem vestibular. Qualquer pessoa de 18 anos ou mais pode entrar, mas tem que sobreviver, tem que passar em todas as disciplinas. É muito democrático. Normalmente, é para pessoas já com 30, 35 ou 40 anos que não puderam fazer a universidade na idade certa. Então eles querem uma segunda chance e são muito motivados. É uma universidade bem-sucedida.

O Open College – tipo Senai, Senac –, no Reino Unido, é totalmente a distância. É uma universidade para indústrias com cursos bem pragmáticos, tipo Senai.

Outros modelos. No Brasil, os mais celebrados casos de sucesso são o Cederj – Centro de Educação a Distância do Estado do Rio. Por quê? Porque o ensino superior, no Estado do Rio, foi concentrado, por décadas e décadas, na cidade do Rio e em Niterói. E isso não é justo porque espalharam o efeito em todo Estado. Então foram criados doze centros de atendimento a alunos; todo o resto é feito a distância. É um grande sucesso.

Existe ainda a Rede de universidades de instituições católicas de nível superior, em Pelotas, Porto Alegre, Curitiba; e aqui em Brasília, a Católica de Brasília. Eles intercambiam, ou seja, fazem intercâmbio dos cursos: o aluno de uma pode estudar na outra a distância. É um grande sucesso.

Existe também a FGV, os cursos da Fundação Getúlio Vargas. Há um grupo no Rio, outro em São Paulo. E são bem-sucedidos.

E ainda a Universidade Virtual Carioca do Rio de Janeiro, que dá cursos tanto para alunos e estudantes de faculdades, como também para alunos que trabalham em empresas, para que eles possam atualizar seus conhecimentos.

Porém, temos que ter cuidado com os fracassos. Eu falei dos sucessos, mas, como bom acadêmico, não estou aqui para fazer oba-oba. Eu tenho que dizer o outro lado da história. Muito cuidado! Muitas instituições foram com muita sede ao pote e os senhores não queiram saber quantas centenas de milhões de dólares já foram perdidos de insucessos.

O mais famoso é o Western Government University. Os senhores podem achar na *Internet*: WGU, em 16 estados do noroeste dos EUA, aqueles estados que têm mais gado do que pessoas. Todos eles já estavam fazendo educação a distância, mas resolveram fazer um consórcio: catálogo em comum, transferência de crédito, essa coisa toda.

Em 2001, setembro, novo ano letivo, eles esperavam ter dois mil alunos matriculados. Sabem quantos alunos efetivamente se inscreveram no curso em setembro de 2001? Dez.

O que deu errado? Esqueceram duas coisas: esqueceram de fazer *endo marketing*, ou seja, fazer o *marketing* interno, nas suas instituições, para convencer o corpo docente de que a educação a distância era uma coisa viável, boa, etc. Os professores falaram mal, e os alunos não se inscreveram.

Segunda coisa que eles esqueceram: vaidade institucional. “O quê? O meu departamento vai ter que reconhecer os créditos daquele outro grupo de outro Estado? Nem morto!” E a coisa morreu. Vaidade institucional; fracasso.

O Reino Unido gastou e perdeu cem milhões de dólares tentando criar uma frente única para vender os seus cursos a distância do Oxford, Cambridge, Sucex, Essex, etc. Não deu certo. Quer dizer, dinheiro absolutamente perdido. Gastaram 30 milhões só para criar a plataforma tecnológica para gerenciar os cursos, uma coisa absurda, porque temos isso já como *freeware* aqui no Brasil, como *open source* ou fonte aberta aqui no Brasil. Então tem que ter muito cuidado.

Uma universidade aberta com sucesso na Inglaterra criou um escritório em Washington DC. para vender para os americanos. Perderam. O público americano simplesmente não aceitou nem o currículo nem os cursos. Foram perdidos pelo menos 30 ou 40 milhões de dólares durante três anos, tentando estabelecer o padrão inglês dentro dos Estados Unidos.

Um caso que eu citei durante anos nas minhas palestras ocorreu em instituições de grande prestígio, como a Universidade Columbia, em Nova York, o Museu Britânico, a Editora de Cambridge, New York Public Library, etc., instituições de primeiríssima linha não fizeram o plano de negócios certo; foi por água abaixo. Tem que ter muito cuidado e não ir com muita sede ao pote.

Outras que começaram suas atividades a distância, como New York University, Temple, California, todas fracassaram, fecharam; estão reagrupando agora para tentar de novo.

Para terminar, devo dizer que daqui a três semanas o Rio de Janeiro será a sede do evento mais importante do mundo, este ano, em termos de educação a distância. O ICDE – Conselho Internacional de Educação a Distância vai realizar a sua 22ª Conferência Mundial sobre Educação a Distância. A nossa Abed será a anfitriã.

O ICDE nasceu em 1938, com sede em Oslo, Noruega. É reconhecido pela ONU como a voz da educação a distância no mundo. E tem como missão disseminar e apoiar a cooperação internacional de educação aberta e a distância.

Será uma oportunidade para os brasileiros conhecerem o que se faz de melhor em educação a distância no mundo e, inversamente, oferecer ao mundo uma visão do que se faz de melhor em educação a distância no Brasil.

A conferência é realizada a cada dois anos. Nós levamos seis anos para convencer os dirigentes da organização a realizar a reunião no Rio de Janeiro. É uma honra para o Brasil, porque significa que estamos fazendo algumas coisas boas em educação a distância, para justificar a realização desse evento aqui.

O seu objetivo é promover qualidade em educação aberta, flexível e a distância, que é outro tema para a educação a distância.

A comissão do programa contava com mais de cem autoridades do mundo todo e foram recebidos mais de 550 trabalhos de 58 países. Esperamos, no Rio de Janeiro, 1.200 participantes.

Nas suas pastas, há um folheto sobre o assunto. Os palestrantes *keynote* Abdul Khan, que era Reitor da Universidade de Indira Gandhi, na Índia, antes de ir para a Unesco, é o número dois em educação da Unes-

co agora e estará lá; a Reitor da Universidade Aberta da Indonésia; professores de Melbourne; a Presidente da Universidade de Maryland; o pessoal do Canadá; Henrik Hansson é interessante, da Universidade de Estocolmo, vai falar sobre universidades falsas e diplomas falsos em educação a distância. Os senhores pensam que só o Brasil tem esse problema? De jeito nenhum. É um problema mundial, tanto de universidades a distância quanto de universidades presenciais. Instituições que oferecem cursos que não deviam oferecer, porque não é um trabalho honesto. Então ele vai fazer uma apresentação sobre isso. John Tiffin, que fala português, era consultor da Telebrás há muitos anos, estará aqui, conosco; o Reitor da Universidade Virtual Africana estará lá, assim como o editor da revista norte-americana de educação a distância Michael Moore; do Reino Unido, Peter Knight, da universidade aberta; Professor Bielchowski, do Cederj, do Rio; e Cláudio de Moura e Castro, da Fundação Pitágoras.

Eu não vou detalhar os temas. Se alguém quiser uma cópia disso, basta acessar o *site*. Eu terei o máximo prazer de mostrar isso.

A conferência será no Sofitel, Praia de Copacabana, Rio de Janeiro, e terá como patrocinadores: Sebrae, CNPq, Finep, Senac, SunGard, Pearson Education, etc.

Se os senhores quiserem mais informações, o endereço é ICDE 22 org. E os telefones estão aí.

Muito obrigado pela atenção. Estou a sua disposição para responder a perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Depois dessa aula extraordinária sobre a situação em que se encontra a educação a distância no nosso país e no mundo todo, está aí o currículo coerente do Professor Litto. Ele percorreu o mundo e conhece, está atualizado a respeito do que se passa lá fora. Enfim, eu sou um grande admirador dele e acredito que agora esse número deve ter aumentado, com a exposição que ele fez no nosso Conselho de Comunicação Social.

Com a palavra, o Conselheiro Eurípedes Conceição. Depois, Paulo Machado de Carvalho Neto.

O SR. EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO – Professor, parabéns pela brilhante exposição.

Eu queria lhe fazer duas perguntas.

O senhor diz que, no Brasil, no ensino a distância, o aluno pode escolher o curso que quer fazer e que nós temos condições estruturais. Mas, no Brasil, nós temos, por exemplo, 98% dos lares com televisão e só 9% com computadores. O senhor não acredita que isso vai limitar a escolha do aluno?

A segunda pergunta é a seguinte: no Brasil, a população, na sua maioria, ainda não é alfabetizada e não tem acesso a essas informações que o senhor

expôs, a respeito do ensino a distância. Falo isso particularmente tendo em conta o meu Estado, que é Goiás. E a maioria das universidades são privadas e extremamente mercantilistas.

O senhor disse que essa questão vai dar “samba”. Com relação a essa questão do mercantilismo, o senhor não acha que isso vai “atravessar o samba”?

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Professor Litto com a palavra.

O SR. FREDRIC MICHAEL LITTO – Boas perguntas.

Está aqui na platéia o Alexandre Annenberg, da ABTA, que foi colega meu nos tempos de videotexto. Não sei de quanto os senhores lembram de videotexto, o antecessor da *Internet*.

Uma das coisas que nós aprendemos, os veteranos do uso de recursos de redes de telefonia para educação, comércio e comunicação em geral, é que o público não quer tecnologia. O público não quer comprar videotexto nem *Internet*. O que ele quer são os benefícios que essas tecnologias trazem para as suas casas e escritórios.

A literatura está mostrando claramente que o que vai dirigir ou fazer crescer o uso da *Internet* e a demanda das pessoas que não a possuem ainda nas suas casas são três coisas principalmente: *e-mail*, correspondência, mensagens; *e-commers* e aprendizagem, porque, como eu falei, estamos numa sociedade de conhecimento. E quem não se atualiza constantemente no curso de duas horas, dois dias, duas semanas, na sua casa, vai escorregar para trás.

Então, Conselheiro, não são 9%. Se não me engano, esse percentual está mais próximo de 14%. Mas, mesmo assim, é bem inferior ao que deveria ser.

Educação a distância. Há anos, Cláudio de Moura e Castro diz isso: temos que investir mais em educação a distância via televisão, devido a sua penetração de 93%, 94% nos lares brasileiros.

O Governo brasileiro teria que fazer mais do que já está fazendo. Existe o **TV Escola**, que é um projeto muito bom, mas o setor privado está fazendo o Telecurso 2000, que se estende ainda mais do que a **TV Escola**. E os senhores têm que convencer os seus amigos, seus correligionários de que é necessário termos mais educação a distância para democratizar o acesso ao conhecimento.

Para mim, as faculdades particulares têm um papel importante na sociedade brasileiras. Talvez possamos dizer que elas são mercantilistas, isso e aquilo, mas, sem elas, onde nós estaríamos? Não há dinheiro nos cofres públicos para atender todas as demandas para a educação. Então o setor público faz a sua par-

te e devemos ter a parte complementar por parte da iniciativa privada ou de fundações, etc.

Quero ver educação a distância no setor público e no setor privado e de boa qualidade. E com o máximo de auto-regulamentação.

Apesar do meu forte sotaque “pernambucano”, eu não sou daqui originalmente. Eu sou de um país que acredita em auto-regulamentação, sou de um país que não tem um Ministério da Educação. E toda a fiscalização de qualidade é feita pelos próprios participantes da educação daquela região.

Para a reunião da Abed, há dois anos, na Bahia, convidamos uma das diretoras da associação sem fins lucrativos que faz o reconhecimento na Nova Inglaterra, área de Boston. A organização dela avalia Harvard, MIT, Boston University, Brown, etc., o que é uma grande responsabilidade. É um processo pedagógico não-policialesco.

Não é fazendo um trabalho policial que se melhora a educação. Trata-se de um processo de educar os educadores e de avaliar o que eles estão fazendo, se a sua missão está sendo cumprida ou não.

A diretora nos disse que a associação dela de reconhecimento de universidades existe há 102 anos. Nesses 102 anos, sabe quantas faculdades, universidades e fóruns foram desclassificados? Dois, porque simplesmente não quiseram fazer as modificações que deveriam fazer.

Então, acredito que estamos crescendo, em resposta à sua pergunta. Sim, o número de pessoas no Brasil com computadores e acesso à *Internet* é baixo, mas vai crescer, por causa da necessidade.

Temos uma biblioteca virtual na Escola do Futuro. Trata-se da biblioteca virtual do estudante da Língua Portuguesa. O maior número de usuários vem do interior do Estado de São Paulo. São pessoas das classes B e C e, em alguns casos, da classe D. Quer dizer, no interior do Estado de São Paulo, os pais estão reconhecendo a necessidade de terem computadores e *Internet* nas suas casas. Eventualmente, isso vai se espalhar para o resto do Brasil. Mas deve haver um bom conteúdo em Português para que isso ocorra.

Português na *Internet* corresponde a menos de 1% de todo o seu conteúdo; 0,7% de todo o conteúdo da *Internet* está disponível na Língua Portuguesa.

Como justificar a compra de computadores para as escolas se não há bom material de História, Matemática, Geografia, Filosofia em bom Português? Então devemos não apenas investir na compra de computadores e *Internet*, mas em conteúdo, criar um bom conteúdo. Assim vai haver uma demanda. É muito

melhor que a demanda surja de baixo para cima do que o inverso.

Não sei se respondi a todas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO – Também gostaria, Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, de cumprimentar pela magnífica apresentação, mas gostaria de fazer a seguinte pergunta: já é possível, no Brasil, fazer um curso de graduação virtual com reconhecimento do Ministério da Educação?

O SR. FREDRIC MICHAEL LITTO – Sim, senhor. E como! Existem 82 instituições de ensino superior no Brasil, credenciadas pelo MEC, exatamente para isso. A grande maioria desses cursos é de licenciatura, preparação de professores, porque temos muitos professores leigos no país, professores do primeiro grau que não terminaram a faculdade. Então devemos qualificar esse pessoal. Portanto a educação a distância está sendo muito usada para isso.

Na Universidade Federal do Pará, pode-se fazer o curso de Licenciatura em Matemática a distância, mas o exame final deve ser presencial. O aluno tem que ir para a faculdade para prestar o exame por escrito, etc. Mas todo o resto é virtual.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos. Depois, Conselheiro Gilberto.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS – Professor, obrigado pela sua palestra, pela sua apresentação que nos faz refletir bastante sobre algo que não é um problema brasileiro. A educação é um direito universal garantido por vários textos e cartas.

Ficamos felizes em saber da sua importante participação na USP, num curso que é referência.

O que ocorre, Professor – e aí vai a minha pergunta –, é se nós temos dados científicos concretos dos resultados desses cursos a distância. Enfim, há realmente novos profissionais que freqüentaram, de alguma maneira, parte aulas *on line*, parte aulas presenciais, que tenham condições de disputar e de se apresentar ao mercado e de exercer de forma razoável aquilo que eles pretendem exercer? Quer dizer, dispomos de dados concretos dos resultados práticos desses cursos a distância hoje, no Brasil?

E, fazendo uma referência à expressão “vai dar samba”, como o nosso colega brincou, a educação no Brasil “já deu samba” há muito tempo. Empresários e investidores entenderam que é um meio importantíssimo do qual não podemos abdicar, que é o conhecimento. Então a educação privada no Brasil “deu samba” há muito tempo. E pode-se dizer que, em alguns casos, já “atravessou o samba” também há muito tempo. E

não se trata de existir ou não o Ministério da Educação, mas por uma questão de consciência nossa, do brasileiro, em relação a outros países exemplificados na sua apresentação que já entenderam a importância de educar as suas crianças, o seu povo, como Índia, China, Canadá, Estados Unidos, o que não ocorre, infelizmente, no nosso país.

Temos um educador como Presidente deste Conselho, o Professor Arnaldo Niskier, que tem muito conhecimento disso, do quanto ainda temos que percorrer concretamente para que neste país se entenda o que representa a educação para o nosso futuro. Hoje, parece que ainda não se entende isso, Professor. Por isso, algumas distorções, como universidades que prometem o que não podem cumprir, enganam as pessoas.

Minha irmã sofreu isso no Município de Itaboraí. Do nada, de repente, o curso foi interrompido depois de quase cinco semestres. E, se não fosse uma atuação nossa, de amigos da UNE, de algumas pessoas que ajudaram, ela e os colegas dela... Alunos e alunas que se organizaram já terminaram – ainda bem – porque houve uma mobilização.

Esse é um fato que não é isolado. No Brasil inteiro ocorre esse tipo de golpe que é repugnante: ludibriar aquele que está pagando e se sacrificando para ter uma educação, para se formar e ter condições de disputar um espaço para sobreviver dignamente neste país. Então é isso que nós temos que mudar: a concepção de como se está tratando a educação hoje, no país.

E a pergunta é esta: é louvável qualquer tipo de iniciativa que venha a melhorar a educação, a fomentar o conhecimento neste país? É louvável. A educação a distância já demonstrou bons resultados e é louvável. Agora, como o meu colega já informou, a questão da exclusão digital, a questão financeira, porque boa parte das instituições de ensino são privadas...

Concretamente, Professor, qual é a perspectiva, no quadro atual que temos hoje no Brasil, de que essa educação a distância atinja os resultados que pretende?

O SR. FREDRIC MICHAEL LITTO – Existem pesquisas que comprovam a eficácia da educação a distância? Sim, muitas. Por isso existem revistas dedicadas ao assunto educação a distância. As melhores pesquisas que comprovam isso, à exceção da Inglaterra, onde começou a revolução industrial. Quer dizer, os ingleses são mestres em preparação de pessoas para trabalhar em fábricas, escritórios, serviços, etc. Eles foram precursores inclusive de videotexto, que nós usávamos no início da década de 80. E, hoje em dia, com as suas universidades abertas e colégio aberto, eles estão descobrindo que, quando o curso universitário é transformado de presencial para a *Internet*, tudo muda.

E a eficácia do curso a distancia, se for bem feito, é maior no virtual do que no presencial. Por quê?

Na sala de aula presencial, mais ou menos como nós estamos agora, face a face, quem domina a comunicação é o professor. Para ele, é uma ótima “viagem de ego” ser o dono da verdade. Ele fala e fala, escreve na lousa, de vez em quando um aluno faz uma pergunta, mas, para as conversações sobre a matéria entre os alunos, não há tempo, e o professor, normalmente, não cede o seu espaço para isso. Quando o curso é formatado para a *Internet*, como mostram as pesquisas, o professor continua sendo o arquiteto do curso, é ele quem determina os tópicos que serão estudados, as monografias que os alunos poderiam desenvolver, as leituras. Mas, uma vez iniciado o curso, o professor não é o elemento mais importante. As leituras servem como plataforma ou trampolim para a discussão entre os alunos. E a grande aprendizagem ocorre através do fórum de discussão entre os alunos.

Interatividade. Esse era o elemento que estava faltando na educação. Na educação que nós tivemos, a comunicação era unidirecional. Hoje em dia, a *Internet* está facilitando a conversa entre os alunos. Um aluno pode dizer: eu não concordo com aquela idéia do capítulo dois. O outro vai dizer: eu concordo, sim. E eles brigam. E todos acompanham a discussão, aprofundando os seus conhecimentos. “Eu não entendi o ponto tal.” “Deixe-me explicar...” Um aluno ajuda os outros. Isso é interatividade.

Então, o sucesso é enorme. E, na Inglaterra, há outro aspecto interessante: um ministério somente dedicado à educação e ao trabalho, zelando pelas inter-relações entre emprego e formação. Tudo isso é feito num lugar só. Então, realmente eles fazem muita pesquisa.

Eu teria muito prazer, Professor, em preparar uma bibliografia sobre essa questão: o que dizem os estudos científicos sobre educação a distância, o que podemos conhecer sobre a sua eficácia para a preparação para o mercado, se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – É interessante que o Professor Litto, que não acompanha os nossos trabalhos, fale a respeito da interatividade, que é uma das qualidades maiores, como o Conselheiro Fernando Bittencourt nos disse aqui, da vinda próxima da TV digital. É a alta definição e a interatividade.

Agora os senhores sentiram que importância tem a interatividade para mudar a qualidade do ensino em nosso País.

Pela ordem, concedo a palavra agora ao Conselheiro Dom Orani Tempesta.

O SR. DOM ORANI JOÃO TEMPESTA – Sr. Presidente, foi muito importante verificar a ligação entre

comunicação e educação, porque, de uma certa forma, a educação é comunicação, mas agora ela é feita através dos meios de comunicação.

Tenho algumas questões para apresentar.

Eu soube que o preço da mensalidade ou anuidade não é muito diferente da educação presencial. Até que ponto esse tipo de trabalho que está começando a existir seria mais um negócio do que uma preocupação com a educação? Essa seria a primeira pergunta, para saber se se trata de uma questão de lucro, e não de uma preocupação efetiva com a educação.

Parece-me que nas universidades virtuais realmente sérias as dificuldades de aprendizagem são maiores. É muito mais difícil vencer as provas, desenvolver os trabalhos, etc. do que na educação presencial, mas nem todas são assim. Haveria uma fiscalização para aferir a qualidade daquilo que é apresentado pela universidade virtual?

Terceiro, embora exista a convivência virtual entre os alunos, através de contatos virtuais, não existe a convivência presencial. Isso seria um dado negativo ou positivo?

Por último, qual é o meio mais utilizado no Brasil? Contamos, no Brasil, com a questão de correspondência, televisão com canal exclusivo – não sei se haveria muito disso – e *Internet*. Qual é o meio mais utilizado em relação à universidade virtual atualmente? Correspondência, televisão, *Internet*?

O SR. FREDRIC MICHAEL LITTO – Obrigado, Dom Orani.

Vou começar respondendo a sua última pergunta.

É difícil responder, porque 1,5 milhões de pessoas nas empresas estão usando uma forma ou outra de educação a distância. Se não me engano, mais ou menos dois terços daquele número usam *Internet*, executivos e pessoal de chão de fábrica. Mas o **Telecurso 2000** e a **TV Escola** usam a televisão.

Então eu diria que, em termos de números, *Internet* e televisão são mais ou menos equiparadas. Não sei, mas acredito que os dois vão crescer na mesma velocidade.

Sabem o que falta no Brasil? Uma televisão educativa que seja verdadeiramente educativa, e não cultural. TV 2, Fundação Padre Anchieta, em São Paulo, é uma ótima emissora, mas não é educativa. Não tem conteúdo mais organizado para entregar conhecimento. A aprendizagem é indireta, através de programação extremamente sofisticada. Mas, quando visito a minha filha, que mora na Califórnia, eu ligo a televisão, no circuito aberto, e lá está um professor da Stanford University apresentando uma aula sobre Antropologia ou Ciências Políticas. E eu fico babando. É tão bom!

Não há nada de interatividade – eu gostaria que fosse interativo –, mas o discurso elevado de um bom professor é algo magnífico.

E por que a nossa televisão não tem isso? Por que o Governo brasileiro não facilita, não cria emisoras verdadeiramente educativas, com cursos que penetrem em todos os lares brasileiros? Mesmo que as pessoas não queiram um diploma desse curso, o pessoal quer aprender. Quer dizer, seriam aprendizes acidentais, entende?

A legislação que vigorava no Brasil sobre educação a distância até dezembro do ano passado, quando a nova lei de educação a distância foi promulgada, era muito esquisita. Um de seus mandamentos dizia: é proibido reconhecer diplomas outorgados no exterior através de educação a distância. Quer dizer, todos são culpados até que se prove o contrário.

Isso violou quase mil anos de tradição de reciprocidade entre universidades. Quer dizer, se a Universidade de São Paulo ou a Universidade de Brasília querem que os seus títulos sejam reconhecidos pela Sorbonne, pela Oxford ou pela Harvard, nós temos que reconhecer os títulos delas, é óbvio. Só que, na Universidade de Berkeley ou em Harvard, eles não fazem distinção, no histórico escolar do aluno, entre cursos feitos à distância e cursos feitos presencialmente. Se o corpo docente aprovou esse curso, é da universidade. Não importa o sistema de entrega. Entendem?

Então não podemos tratar educação a distância diferentemente do restante da educação. Em outros países, não há legislação sobre a educação a distância. O que vigora é a legislação sobre educação, seja a distância, seja presencial.

Em muitos casos, um curso feito a distância é bem mais difícil do que um curso presencial, especialmente se for pela *Internet*, porque ali o professor pode observar quem está contribuindo ou quem está espreitando. Em inglês, o termo seria *looking* para quem deixa os outros participarem, apresentar as suas idéias, sem que ele se comprometa com algo. Isso fica documentado. E, na sala de aula, é difícil para o professor anotar quem está participando e quem não está; ele está envolvido na discussão. Na *Internet*, não; fica registrado. O professor pode, dois meses depois, verificar quem participou, em que porcentagem do período de duração do curso o aluno fulano de tal participou.

Anti-social? Não, senhor. Novamente, as pesquisas mostram que há mais sociabilidade no curso virtual entre os alunos do que na sala de aula presencial, porque ali é o professor quem domina. É claro que, se dois alunos quiserem tomar cafezinho depois do curso, tudo bem, mas isso não está previsto no curso, enquanto o curso *on line* permite grande sociabilidade.

de. As pessoas se conhecem até mais. Normalmente, são 25 a 30 alunos no máximo em cada turma num curso **on line** e há muita sociabilidade entre eles, mas em torno da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Meus amigos, vejam quanta coisa ficou faltando. Há várias inscrições. Peço perdão aos que não puderam ser contemplados porque o nosso tempo está superado. Mas eu queria perguntar ao Professor Litto se ele se disporia, brevemente, a voltar aqui para dar uma aula sobre interatividade. Esse é um fator muito importante do que virá por aí, com a TV digital e a inclusão digital. E nós gostaríamos muito de conhecer a sua experiência a respeito desse tema. Ao mesmo tempo, todas as curiosidades suscitadas agora que não pudemos atender poderiam ser complementadas nessa próxima vinda do Professor Litto, a nosso convite, ao Plenário do Conselho de Comunicação Social.

Agradeço muito a sua vinda, os esclarecimentos e a aula presencial – hoje foi mista: presencial e virtual –, porque nós aprendemos muito aqui, no contato com o professor que ele é e com os seus conhecimentos atualizadíssimos. É importante registrar que ele não está falando de uma realidade superada, mas do futuro.

Destaco – se posso – a sua preocupação com a qualidade dos serviços que são prestados pelas TVs educativas do nosso país. Que confusão! Que perda! Existem algumas que funcionam em parte, mas, na verdade, as TVs educativas não têm nada a ver com a política nacional de educação. Só isso já seria uma razão para provocar ou promover ou estimular uma profunda modificação nesses recursos de um país pobre que os está colocando num sistema que ainda é deficitário.

Professor Litto, muito obrigado. O senhor é nosso convidado para o almoço. E é evidente que a Conselheira Berenice, que ficou triste, poderá complementar a pergunta que pretende lhe fazer, assim como os demais.

Está suspensa a sessão. Nós voltaremos às 14h30min.

(*Suspende-se a reunião*)

(*Reabre-se a reunião*)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Meus amigos, boa tarde. Vamos retornando aos nossos trabalhos de hoje.

Tenho a impressão, já na ausência do orador, que tivemos uma manhã muito bonita com o que se pôde aprender e apreender da conferência do Professor Frederic Litto. Ele prometeu que enviaria tudo por escrito posteriormente, o que será distribuído para o Plenário.

Antes de dar prosseguimento, concedo a palavra ao Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Netto.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, o jornal **O Estado de S. Paulo** do dia de hoje, 7 de agosto, na sua página Notas/Informações, A-3, publica um editorial referindo-se às emissoras de rádio clandestinas. Nesse editorial ele diz que a Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações, por determinação do Juiz da 9ª Vara Criminal Federal da Cidade de São Paulo, promoveu o fechamento de 16 emissoras de rádio ilegais, operando de forma contrária à legislação vigente.

Esse mesmo texto, que, repito, é um editorial do jornal, não é uma reportagem, cita, num determinado momento, que o Governo criou uma comissão interministerial para discutir “a legislação da radiodifusão”.

“A Anatel, apesar de ser um órgão independente, aceitou a recomendação do Executivo de não tomar providências quanto a emissoras clandestinas enquanto durassem os trabalhos desse grupo.”

O jornal levanta o problema de que a Anatel deixou de fiscalizar, aguardando a discussão de uma comissão interministerial. E, mais do que isso, um pouco mais à frente, cita o seguinte, referindo-se especificamente a uma emissora chamada “Rádio Heliópolis”: “esta rádio funcionava na cidade de São Paulo e contou, numa determinada época, com um programa musical apresentado por uma vereadora do PT e, no ano passado, foi o local escolhido para o lançamento do Programa “Pontos de Cultura”, do Ministério da Cultura, com a presença do Presidente Lula. Um dos equipamentos apreendidos pela Polícia Federal pertence a esse projeto”.

Esse, no meu ponto de vista, é um assunto muito sério.

E, mais adiante, vem um assunto que me preocupa sobremaneira, até na qualidade de representante do setor de rádio perante este Conselho, sobre o qual se diz o seguinte: “Numa iniciativa sem precedentes, a Agência [referindo-se à Anatel], explorando as brechas da legislação, procurou uma alternativa que permitisse à emissora, a citada Rádio Heliópolis, contornar a determinação judicial.

Pela saída sugerida pela Anatel, uma universidade ou instituto de pesquisa poderia solicitar à Agência, para fins científicos e experimentais, o funcionamento de uma emissora num canal vago. E a Rádio Heliópolis poderia ocupá-lo, firmando uma parceria com a instituição de ensino superior.

A proposta foi apresentada há duas semanas numa reunião da Agência com representantes de rádios comunitárias e da Universidade Metodista de São Bernardo, a escolhida para fazer a parceria”.

Então, entendo, Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, que este é um assunto, da forma como foi aqui exposto, extremamente grave, porque diz respeito a algo em que o nosso setor tem se envolvido de forma bastante intensa.

É nosso entendimento que as rádios comunitárias têm uma participação fundamental na sociedade, mas é evidente que nenhum de nós, de forma objetiva, pode concordar com a ilegalidade, ainda mais no momento em que, de alguma forma, se leva a crer que existe um certo “conluio” – e agora as aspas são minhas – para possibilitar o funcionamento de uma emissora flagrada na ilegalidade, mas conduzida a uma situação legal.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Dada a gravidade do assunto e a citação da Anatel, atendo ao apelo do Dr. Ara Minassian, para que ele preste os esclarecimentos que puder. E o assunto voltará posteriormente ao Plenário, porque alguma providência deve ser tomada.

Com a palavra o Dr. Ara Minassian.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – Obrigado, Sr. Presidente.

Hoje, ao chegar a esta sessão, tomei conhecimento pelo nosso prezado Conselheiro Paulo Machado de Carvalho dessa nota do jornal. Imediatamente, acionei a nossa equipe de fiscalização para saber se alguma emissora, como foi citado aqui, mas especificamente a emissora Heliópolis – depois nós vamos comentar sobre o restante – estaria operando.

Eu gostaria de ratificar que 16 emissoras foram fechadas no final de semana passado, numa operação realizada pela Polícia Federal, que normalmente requer a presença da Anatel para se certificar de que os equipamentos que estão sendo lacrados são aqueles usados na operação. E todas essas emissoras estão fora do ar, inclusive a Rádio Heliópolis nessa frequência que está mencionada aqui, a 90.9.

É do conhecimento deste Conselho, conforme algumas apresentações que a Anatel fez, que hoje, pela Lei nº 9.612, existe uma frequência que foi determinada para fins de uso das rádios comunitárias. É o canal 200, que corresponde à frequência 87.9.

Como em São Paulo, 32 municípios não tinham condições de dispor do serviço de radiodifusão comunitária, a Anatel realizou estudos e verificou que mundialmente a faixa de FM começava pelo canal 198, que corresponde à frequência 87.5.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Uma exposição de V. Sª mostrou isso.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – Inclusive havia um delegado da Polícia Federal presente quando dis-

semos que estávamos criando essas duas frequências exatamente para possibilitar a esses 32 municípios do Estado de São Paulo que até então não dispunham de rádio comunitária essa oportunidade.

Isso foi realizado, depois de ampla consulta pública, que não esboçou nenhuma reação contrária.

Alguns radiodifusores comunitários reagiram. Aqui na Plenária, o próprio Conselho teve essa oportunidade.

E eu queria apenas ressaltar que, no Rio de Janeiro, no ano passado, nós fizemos um teste com o canal 198 e o canal 200, na Baixada Fluminense, e deu certo. Uma emissora de rádio comunitária, depois disso, prosseguiu com todos os trâmites para obter a outorga junto ao poder concedente, que é o Ministério das Comunicações, porque a Anatel não tem poder para outorgar absolutamente nada.

E, no caso de São Paulo, havia uma outra dificuldade. É que o raio de alcance dessas emissoras radiocomunitárias – não sei se o Conselho se lembra – abrangia um quilômetro. Porém, no caso de cidades planas, como Brasília e outras, esse alcance passa para cinco ou sete quilômetros.

No Estado de São Paulo, como o espectro está congestionado e há mais do que uma rádio comunitária outorgada, esse raio cairá para 500 metros se instalarmos emissoras a cada quatro quilômetros.

Recentemente, nos Estados Unidos, o FCC está realizando algumas experiências com emissoras de baixa potência, que são exatamente as emissoras radiocomunitárias. Por favor, não vamos confundir rádio comunitária com rádios comerciais, cujas potências são muito mais elevadas do que os 25 watts permitidos para a rádio comunitária.

Então, para que nós não restringíssemos a cidade de São Paulo a apenas duas emissoras radiocomunitárias, tomamos conhecimento de que existe o interesse ou da Universidade Metodista, que foi mencionada aqui – e os assuntos estão sendo misturados – ou da USP, nós não sabemos ainda quem vai fazer esse pedido, para testar a frequência 199, que é a 87.7, o que, portanto, não tem nada a ver com essa frequência que está sendo citada aqui, para verificar se, no Estado de São Paulo, é possível a convivência duas frequências: o canal 199 e o canal 198, permitindo a instalação de mais uma ou duas rádios comunitárias.

Essa experiência será autorizada. Não tem absolutamente nada a ver com o que a matéria alegou, ao dizer que estão tentando vincular uma coisa com a outra. Eu ainda não sei quem vai fazer esse pedido de teste. Nós queremos intensificar, porque a nossa posição... Inclusive, de acordo com a Constituição, eu não posso dizer que a rádio comunitária está limitada

a apenas duas ou três estações; elas têm que conviver dentro dos limites estabelecidos pela lei. E a lei diz que quando uma frequência não puder ser usada deve-se gerar uma alternativa. E a alternativa seria ou o canal 198 ou o canal 199, e não uma frequência da faixa de FM correspondente ao 90.9, como mencionou a matéria. Esse 90.9 deve ser o canal 200 e alguma coisa, muito acima do canal 200.

Essa é a realidade. Mas até agora ninguém pleiteou a realização desses testes, portanto eu não posso afirmar se é a Universidade Metodista ou a Universidade de São Paulo que vai entrar. Nós dissemos que isso seria viável.

Os radiodifusores que militam nesse meio sabem que testes para fins experimentais não querem dizer outorga de canal. São duas coisas totalmente distintas. Isso serve apenas para saber se funciona e, se funcionar, quais são as condicionantes. Conforme os resultados obtidos, nós avisamos o Ministério de que é possível alocar mais rádios comunitárias, desde que seja nessa frequência.

Portanto houve aqui a mistura de dois assuntos.

Ratifico que, no final de semana passado, 16 estações foram lacradas. Essas emissoras continuam lacradas. A fiscalização da Anatel ratifica que nada disso está operando.

Eu mandei fazerem outro teste sobre a frequência 90.9, para saber se estava operando. E me foi garantido que ela está fora do ar.

Portanto eu pediria àqueles que estão em São Paulo, se acreditarem que a informação que nós estamos prestando aqui não é verdadeira, por favor me telefonem. Os senhores sabem o meu telefone e o meu *e-mail*, então me contatem ou formalizem isso por escrito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Agradeço os esclarecimentos prestados pelo Dr. Ara Minassian e faço uma solicitação respeitosa: seria de toda conveniência que pelo menos a Presidência do Conselho de Comunicação Social conhecesse as 16 emissoras que estão fora do ar. E V. S^a garante que uma delas é a Rádio Heliópolis, no que estamos acreditando. Como uma operação que envolve 16 emissoras é algo fora do comum, se V. S^a não tivesse nada contra, eu lhe pediria que solicitasse, quem sabe até por telefone, que enviassem um *e-mail* ou um fax para esta Casa, para sabermos quais são essas emissoras e cada um de nós, oportunamente, consideraria essa notícia como uma informação equivocada de um jornal sério e respeitável.

E se adiciona um outro problema: se, por acaso, a informação não estiver correta, a Rádio Heliópolis não poderá fazer programa político nessa época, o que já seria um outro departamento. Então expediríamos um ofício nosso ao Ministro Marco Aurélio Mello, Presidente do TSE, denunciando o descumprimento da lei eleitoral, que proíbe, a partir de agora, esse tipo de exploração não interessa por quem. Não estamos preocupados em saber se se trata de fulano ou beltrano, este ou aquele partido. Nós temos que respeitar a lei acima de tudo.

Então, se V. S^a estiver de acordo, eu lhe pedirei essa lista.

Concedo a palavra ao Dr. Ara, nosso Conselheiro **ad hoc**.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Há momentos em que prefiro seguir as regras. O senhor me conhece bem. Tudo o que se refere a TV por assinatura, eu tomo a liberdade de informar ao próprio Presidente do Conselho tudo o que ocorre, a exemplo do que fiz numa inauguração, recentemente, da Vila Canoas.

Com relação à seara da radiodifusão, posso dizer-lhe apenas o seguinte: quando uma emissora funciona de forma irregular e se trata de assunto pertinente a frequências, a Anatel... Quando há o funcionamento irregular por problemas de frequência de uma outorgada, a Anatel intervém, mas os assuntos referentes à outorga... Por exemplo: se uma emissora está no ar, ou porque já recebeu autorização para operar uma rádio comunitária...

A rádio comunitária tem uma nuance que requer muita cautela, porque o documento final vem do Congresso, que aprecia e aprova. Então a TV ou a rádio, a partir daquele instante, está apta a iniciar a sua operação.

No caso da rádio comunitária, quando o Ministério encaminha ao Congresso Nacional, se, após 90 dias, o Congresso não se pronuncia, essa outorga é dada. E a Anatel não precisa tomar conhecimento, porque a frequência é aquela usada. Como as rádios comunitárias usam a mesma frequência, não é necessária a autorização de uso da rádio-frequência.

Então eu apenas pediria que... Parece uma burocracia, mas esse pedido tem que ser feito ao Ministério, para quem eu vou responder. Então o Ministério vai responder. Por quê? Pode ser que eu... Aqui, nós temos fechado junto com a Polícia Federal. E, daqui a pouco, recebemos um documento do Ministério dizendo: o que fechou está errado.

Então eu quero apenas mostrar o seguinte: eu não poderia me antecipar ao enviar um documento

para o Conselho de Comunicação, porque não tenho um vínculo com este órgão. Poderia fazer isso em consideração, mas pediria que pelo menos alguém enviasse algum pedido.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Perfeito. Assim será.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN – Eu me comprometo a responder imediatamente, independente dos meios formais, em consideração ao próprio Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Peço ao Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto que minute o ofício que deveremos enviar hoje ainda ao Ministério, solicitando o conhecimento disso. É nossa obrigação ter conhecimento disso.

Com a palavra, o Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos. Depois, o Conselheiro Eurípedes.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS – Presidente, recebemos um vídeo pela *web* com um relato do que aconteceu nessa Rádio Heliópolis. É um vídeo que foi encaminhado pelas entidades para que se tomasse conhecimento do que ocorreu lá. Infelizmente nós não trouxemos esse vídeo com relatos de autoridades, de várias pessoas; relatos de comunicadores que têm interesse nessa questão.

Pedi a palavra porque, na última reunião, quando do lançamento do livro, não houve tempo para comentarmos este assunto.

Naquela ocasião, foi publicado pela imprensa escrita, se não me engano **Folha de S.Paulo** ou **Estadão**, um jornal de grande circulação, um fato que talvez seja mais grave do que este, Presidente.

Estavam na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara alguns processos contra várias emissoras de rádio e televisão comerciais. E não eram 16 nem 20 nem 50; era bem mais do que isso. Alguns com prazo ultrapassado de autorização para funcionamento de concessão por mais de dez anos, alguns, quinze anos. E as empresas, legitimamente, tentaram resolver a questão via Ministério, por intermédio de seus advogados. Enfim, a Comissão continuou com os processos para resolver essa situação irregular de todas elas, porque, por vários anos, os processos de renovação e de adequação de documentação estavam todos superados. A exemplo do que se diz em relação às rádios comunitárias, que não cumprem exigências formais, documentais, o mesmo ocorria com tantas emissoras de rádio e televisão comerciais do Brasil. E só um expediente poderia retirar esses processos da Comissão para que se resolvesse de forma externa, e não **interna corporis** o assunto, que seria da Presidência da República. E o gabinete da Presidência da República pediu esses processos para que, de alguma

maneira da qual não temos exatamente conhecimento, as coisas se resolvessem sem os trâmites a que a comissão pertinente da Casa estava dando curso.

Daí a pergunta, Presidente: por que a diferença de tratamento? Por que a forma completamente desproporcional de tratamento?

Está ilegal por problemas na estrutura do Ministério das Comunicações?

Existe um trabalho que está lá, parado. Tenho pedido à Dr^a Amália o resultado do grupo interministerial que foi desenvolvido, e até agora isso não foi disponibilizado. Até a última correspondência que encaminhei à Dr^a Amália, o documento ainda estava no âmbito da Casa Civil; não foi disponibilizado para que nós continuássemos os trabalhos.

Então a minha solicitação a este Conselho é de que o mesmo se faça neste caso: que se oficie, apesar do convite para a audiência pública pela comissão específica ao Conselho, para a qual foi indicado o nosso colega Tonet – e considero importante que compareça mais um Conselheiro, dada a relevância dessa audiência pública... Como o Conselho vai agir a respeito desse caso, que também peça para à comissão a relação de todas as emissoras e verifique o que aconteceu para que se resolvesse isso de outra maneira, e não dentro dessa comissão.

Segundo informações que não podemos aqui... Informações como estão aqui têm que ser verificadas, apuradas. E há no vídeo alguns detalhes que não foram mencionados aqui.

Segundo foi notificado, isso ocorreu para impedir processos contra a União. Por isso esse expediente foi aplicado.

Então, a rádio comunitária, não há problema se ela acionar a União, mas o problema existe em relação à rádio e à TV comercial?

Esta é a pergunta. Solicitamos à Presidência deste Conselho que oficie, solicitando informações sobre o que está acontecendo nos processos de renovação de rádio e televisão deste país, enquanto se vêem essas posturas em relação às rádios comunitárias ou aquela postura que relatamos aqui, que teve como consequência a morte de uma senhora dentro da sua rádio comunitária.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Isso foi comentado aqui.

Está entendida a argumentação do Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

Uma observação: nós fomos instados a indicar um representante. Creio que não há cabimento em pedirmos que vá um outro. Naturalmente, o outro seria V. Ex^a. Mas fica V. Ex^a à espreita, porque, se por qual-

quer razão o Conselheiro Tonet não puder ir, V. Ex^a irá em nosso nome.

E vou lhe pedir que, da mesma forma, faça uma minuta esclarecendo os dados técnicos, para que depois a Secretaria-Geral possa preparar o documento que eu assinarei, solicitando.

Entendo que é do nosso dever. Não estamos extrapolando, não é nosso hábito, mas é nosso dever saber o que está acontecendo, ainda mais quando a própria imprensa divulga, e nós ficamos sem saber direito.

Então vamos pedir essa gentileza ao amigo em relação à minuta. Se ela pudesse ser feita hoje, eu agradeceria.

Conselheiro Eurípedes.

Eu pediria que agora nós abreviássemos as intervenções, porque já se encontra conosco o Conselheiro Fernando Bittencourt, que está sendo prejudicado no seu tempo.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO

– Eu só gostaria de ressaltar, Sr. Presidente, que isso ocorreu por determinação judicial do Juiz titular da 9^a Vara Criminal Federal da Cidade de São Paulo.

O segundo ponto, Sr. Presidente, é que se trata de um editorial do jornal **O Estado de S. Paulo**. Não se trata de uma notícia nem de uma reportagem ou de uma entrevista, mas de um editorial da Sociedade Anônima Estado de S. Paulo.

Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Que, como foi dito pelo Presidente, merece todo o nosso respeito e fé. De sorte que vamos apurar, mediante as atitudes que foram aqui combinadas.

Agradeço a compreensão do Conselheiro Eurípedes e peço ao nosso querido Fernando Bittencourt que venha à Mesa, para prestar os esclarecimentos relativos ao Item 2 – Os Passos Futuros da Escolha do Modelo Nipobrasileiro de TV Digital.

Com a palavra, Fernando Bittencourt.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT – Boa tarde, Sr. Presidente, meus colegas Conselheiros. Desculpem o atraso, mas foi exatamente em função desse tema de que vou falar agora. Eu estava na Casa Civil, discutindo os próximos passos.

Então, vou passar para os senhores informações bastante atualizadas do assunto relativo à TV digital.

Como sabem, no dia 29 de junho, o Presidente da República assinou um decreto estabelecendo as diretrizes para a implantação da TV digital no Brasil. Depois de muitos anos de debates, de idas e vindas e diversos grupos de trabalho, finalmente a Presidência da República assinou um documento que dá uma diretriz para a implantação da TV digital terrestre. É bom deixar isso muito claro. Estamos falando de TV aberta

terrestre; não estamos falando de TV a cabo nem por satélite nem de *Internet*; nenhuma tecnologia, a não ser a transmissão pelo ar. TV digital é um termo muito genérico, mas a sua tecnologia existe no cabo, no satélite, no DVD. Tudo isso é digital. O assunto específico que vou abordar aqui, que foi tema do decreto, se refere à transmissão de TV aberta, pelo ar. Transmissão digital terrestre.

A minha proposta, Sr. Presidente, é fazer uma análise dos principais itens desse decreto, que é o que interessa a todos nós, para saber o que o decreto definiu e o que ele não definiu também. É interessante comentar.

O primeiro grande ponto que o decreto definiu é que o padrão tecnológico do sistema brasileiro será o japonês, com inovações introduzidas nesse padrão, as quais não foram definidas. Elas serão definidas por um fórum que está sendo criado agora, para decidir que inovações serão essas.

Por que isso? Porque o padrão japonês, assim como todos os outros, foi definido há mais de dez anos.

Nós, no Brasil, fizemos uma série de estudos para diversas universidades e grupos de trabalho, adquirimos um *know how* a respeito do tema TV digital e entendemos que é possível propor inovações tecnológicas a um padrão que foi estabelecido há dez anos. Como a tecnologia evolui muito rapidamente, não haveria sentido implantar algo que foi criado há dez anos, sendo que podemos iniciar esse processo de uma maneira mais atualizada.

Então o grande ponto é o padrão japonês com inovações que serão definidas por um fórum.

Eu acabei de sair de uma reunião desse fórum que está sendo formado com a indústria de consumo – os fabricantes de aparelhos de consumo –, as emissoras de radiodifusão, a academia brasileira, que estudou diversos aspectos da tecnologia, e alguns elementos do Governo.

Então esse fórum que foi criado hoje é formado pela radiodifusão, pela indústria que fabrica equipamentos de consumo, pela indústria que fabrica equipamentos de transmissão, porque o Brasil tem uma indústria que produz transmissores e uma série de equipamentos profissionais, a qual também está presente nesse fórum que vai decidir que inovações tecnológicas serão introduzidas no padrão japonês.

E, depois desse trabalho, esse fórum será responsável pela manutenção do sistema.

Atualmente, o sistema tecnológico é algo vivo, que precisa de permanente atualização tecnológica. Então nós entendemos que esse fórum não servirá apenas para definir o padrão, mas também para mantê-lo **ad**

eternum. Quer dizer, agora teremos que, seguidamente, discutir as inovações tecnológicas e as mudanças que poderão ser introduzidas permanentemente, para que ele se mantenha atualizado, além de outros aspectos, como o financiamento para a indústria, aspectos de promoção, porque há interesse, evidentemente, de que esse sistema brasileiro, talvez com outro título, seja difundido na América do Sul, para que outros países o adotem. Então nesse fórum há um subgrupo que será encarregado de promover o padrão, de maneira que outros países da América do Sul o sigam ou adotem, já que nenhum país deste continente decidiu o padrão a ser adotado. Portanto teremos a oportunidade, e há interesse de todos, tanto da radiodifusão quanto da indústria de consumo quanto do próprio Governo e da academia, que esse padrão seja adotado em outros países da América do Sul. Então uma das atividades do fórum é a promoção do padrão.

O decreto define que a emissora que transmitir o padrão digital o faça em alta definição ou em definição padrão. O decreto não obriga nem uma coisa nem outra. Então a transmissão padrão, que é a atual, poderá ser mantida, se a emissora quiser. Se ela preferir transmitir a programação atual em alta definição, também poderá fazê-lo. Isso é algo que o decreto deixa para o mercado decidir.

O que o decreto obriga vem na linha seguinte, no sentido de que a programação transmitida no canal digital seja a mesma do canal analógico.

Então, se uma emissora transmitir um único programa em alta definição, ele terá que ser o mesmo programa atualmente transmitido no canal analógico.

Como os senhores sabem, a transmissão digital será feita em um segundo canal. Quer dizer, cada emissora terá um segundo canal no qual ela fará a transmissão digital. A analógica continuará como é hoje, até que esse ciclo termine.

Então, nesse canal digital, se a transmissão for de um programa único, o conteúdo terá que ser o mesmo do canal analógico.

Se por algum motivo a emissora transmitir mais de um programa, aí sim, o segundo ou o terceiro poderão ser outros programas que não aquele do analógico.

E a tecnologia adotada poderá ser transmitida para receptores fixos, em casa, como ocorre hoje, e haverá duas novidades para a recepção fora de casa: a recepção em elementos móveis, como carros, ônibus, trens, e portáteis, no caso de aparelhos celulares. E o decreto define que a programação transmitida para o fixo deverá ser a mesma para o móvel e para o portátil.

Será permitida a interatividade como uma novidade. E, evidentemente, não se estabelece qual será o

tipo de interatividade, que poderá ser local ou remota. Mas o decreto não entra em detalhes quanto a isso.

O decreto estabelece que cada emissora de televisão receberá um canal de 6MH, que é igual ao atual, para a sua transmissão digital. E o Ministério das Comunicações terá um prazo até o dia 29 de agosto para definir o cronograma de implantação desses canais, começando, evidentemente, nas principais capitais, depois vai decrescendo, até abranger as retransmissoras.

Sobre o **simulcast** eu já falei, que é a transmissão simultânea.

O decreto prevê que essa simultaneidade de transmissão analógica e digital vai ocorrer durante dez anos. Ou seja, espera-se que daqui a dez anos não haja mais transmissão analógica. Os canais analógicos serão apagados. Esse é um fato importantíssimo, porque todo esse espectro ocupado pelos atuais *broadcasts* ou radiodifusores será liberado, o que significa uma outra revolução em termos de oferta de espectro para outros serviços. E diria que com canais **premium**, porque o canal de televisão tem uma penetração muito boa. Então esse espectro que será liberado daqui a dez anos... eu não diria daqui a dez anos, mas ao longo de dez anos. É evidente que haverá cidades que provavelmente ficarão sem transmissão analógica antes dessa data, porque, a medida que toda a população assistir ao canal digital, não haverá mais razão para manter o canal analógico no ar. Então, nas cidades onde houver um poder econômico maior, que vão entrar primeiro, como São Paulo, por exemplo, provavelmente, antes dessa data, os canais analógicos serão apagados. Então haverá uma outra discussão sobre o que fazer com esses canais: se haverá outros radiodifusores, se serão destinados aos serviços de telecomunicações, que tipo de serviços poderão ser utilizados com esse espectro que será liberado dos canais analógicos.

Então, a partir dessa data, as emissoras que receberem os canais digitais serão obrigadas a devolver o canal analógico. Evidentemente, o Estado definirá o uso que for adequado.

Uma coisa interessante que o decreto definiu é que em cada cidade... Isso é muito importante para ser comentado, porque tem muito a ver conosco, do Conselho. Não se trata de uma definição macro, mas é preciso entendê-la.

Em cada cidade do Brasil, vão surgir mais quatro canais digitais além dos que existem hoje. Quer dizer, além das emissoras que existem hoje, que vão ganhar os seus canais digitais, vão surgir mais quatro, que serão alocados da forma que está aí: um para o Poder Executivo, um canal de educação, um canal de cultura e um canal de cidadania.

Então cada cidade terá – e o Ministério terá que regular; a Anatel também deverá se envolver – quatro canais a mais para atender a esses serviços públicos que serão distribuídos com essas finalidades. Para cada item desse haverá um canal inteiro de 6MH.

Como, num canal de 6MH, pode-se fazer mais de um programa, significa que o canal de educação, por exemplo, poderá ter vários programas. É evidente que o compromisso aqui é o mesmo da TV comercial: quanto mais programas, menos qualidade. Quer dizer, quem quiser fazer mais de um programa não terá alta definição. Eu diria que, a longo prazo, é algo que não tem sustentação, mas, no período de transição, pode-se pensar em vários canais.

Este termo “canal” tem que ser bem cuidadoso, porque, no mundo analógico, nós temos um canal, um programa. Então misturamos canal com programa. No caso do digital, isso muda, porque um canal pode ter vários programas. Um canal não significa mais um programa só.

Então o canal de educação poderá ter mais de um programa, o de cultura, idem, o de cidadania, idem. Ou seja, eles poderão ter muitos programas, conforme a decisão dos órgãos que vão gerenciá-los.

Esses pontos que eu citei são os mais importantes do decreto que acabou de ser assinado. Além disso, como comentei, está sendo formado um fórum cuja primeira reunião se realizou hoje. Ele vai definir um prazo... A indústria terá um prazo. Como nós vamos introduzir tecnologias novas no sistema japonês, devemos definir que tecnologias serão essas para que tanto a radiodifusão quanto a indústria de consumo possam trabalhar e produzir os seus produtos de mercado. Então eu diria que ainda vai demorar um ano ou um ano e meio até que estejamos prontos para operar nas primeiras cidades com transmissão digital.

Eram basicamente esses os pontos que eu queria atualizar a respeito do assunto TV digital, ficando à disposição para alguma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Obrigado, Conselheiro Fernando Bittencourt. Foi ótima a sua apresentação, porque as notícias são de hoje.

Decidiu bem o Plenário quando decidiu que na reunião de hoje nós deveríamos ouvir o Conselheiro, especialista e amigo Fernando Bittencourt, para que ele nos trouxesse essas informações de última hora.

Conselheiro Roberto Wagner.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO – Fernando, tenho duas indagações.

Pela sua experiência, a diferença de imagem entre um canal digital de alta definição e um canal digital será muito expressiva? Digamos que a empresa “x” opte, em vez de um canal digital de alta definição, por

quatro canais digitais sem alta definição. A diferença técnica será relevante?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT – Na minha opinião, sim. Se o senhor se colocar na frente de um televisor de alta definição durante um dia talvez, dificilmente o senhor vai aceitar assistir a um programa com a definição *standard*. E isso vai acontecer. Quer dizer, no início, quando fizerem o *zapper* no seu televisor, haverá emissoras transmitindo em alta definição, com a programação em alta resolução, *widescreen*, quer dizer, tela de cinema, e, passando para o canal seguinte, cai para três por quatro, com uma resolução menor. A diferença é brutal.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO – Mas entre a analógica de hoje e a digital de amanhã, sem ser de alta definição, o sinal da digital será melhor do que o da analógica? Será muito melhor?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT – A TV digital sem ser de alta definição será ter a qualidade parecida com a de um DVD. Isso do ar. Alguém que receber hoje do ar, com a tela interna, quando receber a TV digital, terá no seu televisor uma qualidade de DVD. Então a melhoria será imediata, muito grande, porque a programação atual é feita digitalmente. Qual ela for transmitida em digital e alguém comprar o receptor, ou uma caixinha ou um televisor, mesmo que não seja em alta definição, ele terá uma qualidade equivalente à de um DVD.

Então, se o senhor imaginar que grande parte da população recebe sinal de televisão pelo ar, não em cabo, para elas já haverá um salto de qualidade incrível. Mesmo quem recebe pelo cabo... Hoje, o cabo é analógico. Quando você ligar o televisor e receber a transmissão digital pelo ar, a qualidade será melhor do que a do cabo, mesmo não sendo em alta definição. Se for em alta definição, evidentemente será muito melhor. Mas, comparando laranja com laranja, a programação em digital significará um salto em qualidade muito grande.

Então eu diria que as pessoas vão se motivar ou a comprar um *setup box*, que é a caixinha, ou um televisor... Quer dizer, haverá basicamente três níveis de produtos de consumo: o aparelho *setup box*, a caixinha, onde você recebe a programação digital e a assiste no televisor atual, nesse modelo que é o equivalente a um DVD; o televisor já integrado, de *standard definition*; ou o televisor de alta definição. Quer dizer, haverá três etapas ou níveis de qualidade e de preços, evidentemente.

É claro que as emissoras terão que transmitir em alta definição. Se elas não o fizerem, você não terá como receber. No início, haverá poucos programas em alta definição, que depois vão aumentando. Ima-

gino que será mais ou menos como foi a transmissão em preto-e-branco para a transmissão a cores. Quem viveu essa época... Eu diria que a transmissão será mais rápida do que na conversão de preto-e-branco para a cores, mas é uma aposta pessoal.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO – O decreto foi assinado hoje?

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Conselheiro Wagner, há vários inscritos.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO – Eu só queria saber isso: o decreto foi assinado hoje?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT – Foi assinado no dia 29 de junho.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO – E o que você disse que foi assinado hoje?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT – Hoje se realizou a primeira reunião do chamado fórum, que é um grupo de trabalho criado para implementar a implantação da TV digital.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS – O Fernando, como sempre, apresentou, de forma bem sucinta e objetiva, as últimas informações sobre o processo de digitalização da TV aberta terrestre.

Duas perguntas para nos ajudar a todos.

Caso os países do nosso Cone Sul, América Latina e América do Sul, optem por outro tipo de padrão para a implantação do seu sistema de TV aberta digital, o que isso poderá concretamente representar para o Brasil?

E a segunda pergunta é sobre o fórum, porque, lendo o decreto, considerei muito interessante. Então pergunto: de que maneira atores importantes da sociedade, que representariam um outro olhar que não o tecnológico, porque temos total consciência da capacidade dos nossos engenheiros como você e dos pesquisadores de todas as universidades e centros de pesquisa do Brasil... Não temos dúvida da capacidade desses profissionais. Radiodifusores, empresários, não temos dúvida quanto à importância da presença desses atores. Mas a sociedade terá espaço nesse fórum para se manifestar, participar e ser ouvida?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT – Muito interessante a pergunta.

Se você considerar o universo de receptores de aparelhos de televisão na América do Sul, o Brasil terá mais do que a metade. Então o Brasil já tem um volume de mercado que por si só se garante. É claro que, se forem agregados outros países, quanto mais massificado o padrão, melhor será para a indústria e para o custo do aparelho. Então há o interesse de todos no sentido de divulgar isso para aumentar a nos-

sa massa de receptores, mas eu diria que isso não é vital. Nós temos um volume de consumo que garante o Brasil. Nós temos um exemplo típico, que é o Palm-M. E nem por isso os aparelhos no Brasil se tornaram mais caros do que no resto do mundo. Fala-se muito nisso, mas historicamente nunca tivemos o custo do televisor no Brasil mais caro do mundo. Pelo contrário. Se compararem no mercado, o custo dos televisores brasileiros é mais baixo do que em muitos lugares do mundo. Então não foi o Palm-M que tornou isso mais caro. Mesmo porque a tecnologia tende a se convergir e, como ocorre hoje, os aparelhos são fabricados em Palm-M ou TSC. E eu diria que o futuro caminha para isso também; os aparelhos tendem a ser os mesmos no mundo inteiro.

Em relação ao fórum, ele teve que começar. Convocaram-se algumas entidades, algumas pessoas para participar desse fórum.

Esse grupo de trabalho que se formou agora tem a incumbência de criar um estatuto e uma forma de trabalho de maneira a permitir a participação de todas as entidades, evidentemente, por intermédio de representantes.

Então será, sim, um fórum com a participação de todos. Neste momento, não, porque foi necessário formar um grupo pequeno para viabilizar. Mas esse grupo tem um período de quatro meses para propor, aí sim, a criação de um fórum no qual haverá a participação de todas as entidades relacionadas ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Conselheira Berenice Bezerra.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA – Fernando, boa tarde.

Eu queria saber se esse fórum vai discutir também questões relativas à produção de conteúdo e se nessa instância também serão debatidas – e como você vê hoje – as questões relativas ao financiamento da digitalização da transmissão. E, por fim, sobretudo considerando aquele estudo do comitê do qual você já fazia parte, que dá origem a esse fórum, o qual discutiu os diferentes graus de interatividade que poderia ter o sistema, na sua opinião, qual cenário daqueles foi adotado e o que isso representa concretamente em termos de possibilidade de inovação para a população?

Então seria o financiamento, a produção de conteúdos e a interatividade, por favor.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT – Esse fórum terá vários subgrupos. E existe um subgrupo que vai cuidar exatamente de financiamentos de incentivo à produção e também de financiamentos para a indústria e para a radiodifusão.

Então haverá um subgrupo nesse fórum que está sendo formado para discutir a produção de conteúdo,

seja ela em que instância for, dentro ou fora da radiodifusão, e o financiamento para a indústria e talvez a renúncia fiscal de algumas coisas para facilitar, agilizar e baixar o custo dos primeiros aparelhos que surgirão no mercado.

Portanto serão formados vários subgrupos e um deles terá exatamente esse objetivo de cuidar do financiamento e da produção de conteúdo.

Teremos o subgrupo de tecnologia, o subgrupo de promoções... Serão vários subgrupos que ainda estão sendo discutidos para atender exatamente a isso que você mencionou.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Conselheiro Eurípedes.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT – Faltou falar sobre a interatividade.

Teremos aí um longo caminho, porque se decidiu, e com todo o sentido, que a tecnologia de interatividade será desenvolvida no Brasil – vamos adotar o que foi desenvolvido no Brasil. É o chamado *middleware* que foi desenvolvido por várias universidades brasileiras. Agora, vamos afinar esse *middleware* e decidir como implementá-lo.

Não há dúvida de que é através dessa interatividade que vai surgir uma série de oportunidades para agregar não apenas som e imagem; você poderá interagir com o aparelho, com o programa que está sendo transmitido. Isso, em termos de educação, significará uma oportunidade incrível, porque o programa educativo poderá vir com informações adicionais às que aparecerão no vídeo, à disposição do telespectador, de uma maneira muito rica. Então, a interatividade será algo que... Todos aqueles que produzem conteúdo terão um desafio enorme; o céu será o limite.

Na realidade, há dois níveis de interatividade: aquele em que você interage com a caixinha, no qual há uma certa limitação, porque será somente aquilo que for transmitido pelo ar; mas há um segundo nível, quando a caixinha estiver interligada, através da rede de telecomunicações, ao mundo da *Internet*. Nesse caso, o céu é o limite. Você poderá induzir o telespectador a um caminho de informação fantástico, motivado pelo vídeo.

Então, a interatividade, para quem trabalha em educação, para todos nós, que trabalhamos com geração de conteúdo, será uma oportunidade incrível em termos de inclusão e de motivação, porque sabemos que o programa motiva. E, através da motivação, o telespectador é induzido a buscar informações adicionais onde elas existirem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Conselheiro Eurípedes, com a boa notícia de que a educação será bem atendida.

O SR. EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO – Isso é verdade.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT – Ela será bem atendida, mas teremos que trabalhar muito para isso. Terá que se pensar em como utilizar essa ferramenta, adequá-la e produzir para isso.

O SR. EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO – Fernando, eu queria lhe fazer duas perguntas.

Como é do seu conhecimento, temos aqui a Comissão do Marco Regulatório. Esse fórum terá um intercâmbio, em termos de informação, com a Comissão, tendo em vista que estamos trabalhando com alguns fundamentos extremamente importantes, relativos ao próprio mecanismo de transmissão do sistema digital?

Você mencionou que a indústria eletrônica também faz parte da comissão, não é isso?

O SR. FERNANDO BITTENCOURT – É claro.

O SR. EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO – Ela vai encaminhar, por exemplo...

Os Procons estaduais estão entrando com uma ação na Justiça em decorrência da TV de plasma, porque o sistema de transmissão é analógico, e as indústrias estão dizendo aos consumidores que, comprando a televisão hoje, eles terão o sistema de DVD, como você mesmo disse.

Essa discussão já está sendo feita dentro do fórum também? É claro que ele começou hoje, mas o povo tem conhecimento desses assuntos, porque eles são inerentes, inclusive a ação contra a indústria eletrônica brasileira.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT – Essa é a preocupação que vai existir nas especificações do fórum.

Quando se pensarem nas especificações mínimas dos receptores, terá que ser de maneira a proteger o consumidor e esclarecer. Aliás, terá que haver uma campanha para que as pessoas entendam como funciona a TV digital. Esse é um item que será tratado dentro do fórum, sim.

Primeiro, deve-se garantir que não haverá picareta no mercado lançando produtos de segunda categoria para confundir-lo. Essa é uma preocupação. E, segundo, uma campanha de comunicação ao consumidor, para que ele possa entender o que significa essa nova tecnologia, que não é simples. Eu simplifiquei. Na verdade, haverá muito mais do que três opções. Simplificadamente, são três. É preciso entender o que é alta definição, para que o consumidor não compre alguma coisa e seja enganado. Então existe essa preocupação, sim.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Agradeço vivamente a contribuição, mais uma vez valiosa,

do nosso companheiro e amigo Fernando Bittencourt. O Conselho está sendo atualizado a cada momento a respeito desse andamento inexorável, em função da existência da TV digital. Considero que este tema se encerra com brilho.

Gostaria de chamar a Dr^a Beth Carmona, Diretora-Presidente da **TVE Brasil**, e o Jornalista Marco Antônio Coelho Filho, Diretor de Expansão da **TV Cultura de São Paulo**.

Beth Carmona é Diretora-Presidente da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, organização social vinculada ao Governo Federal, responsável por dois canais geradores de televisão educativa: **TVE Rio** e **TVE Maranhão**, que compõem a **TVE Brasil**, e de três emissoras de rádio: **Rádio MEC AM Rio**, **Rádio MEC FM Rio** e **Rádio MEC 800 AM Brasília**.

Na **TVE Brasil**, implementou uma política de televisão educativa compromissada com sua missão social e uma estratégia que privilegia os conteúdos educativos, culturais e de cidadania.

Beth Carmona formou-se em Jornalismo, Rádio e Televisão pela USP. Iniciou sua carreira profissional na **TV Cultura de São Paulo**, onde foi Diretora de Programação e responsável pelo desenvolvimento de um raciocínio de responsabilidade na programação infanto-juvenil.

Profissional de experiência nacional e internacional no desenvolvimento de uma televisão de qualidade, tem participado ativamente de eventos organizados pelo Unicef e pela Fundação Prix Jeunesse.

Organizou, juntamente com a Multirio, a 4^a Cúpula Mundial de Mídia para Crianças e Adolescentes, realizada no Rio, em 2004, através da ONG Mídia Ativa – Centro Brasileiro de Mídia para Crianças e Adolescentes.

Ela coordena a Aliança Latino-Americana – ALA, responsável pelo intercâmbio de programas para o público infantil entre países latino-americanos e os membros da European Broadcasting Union.

Vice-Presidente da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais, faz parte do Conselho da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão e participou do Comitê Gestor para a implantação do Sistema Brasileiro de TV Digital.

Com a palavra, Beth Carmona.

A SRA. BETH CARMONA – Boa tarde a todos os Conselheiros. É com prazer que venho a este fórum, falar um pouco sobre TV educativa.

Na verdade, eu sei que disponho de vinte minutos e, de uma certa forma, são tantos os aspectos e assuntos de que deveríamos falar e discutir que eu

tentei agrupar alguns assuntos principais. Espero falar um pouco sobre esses temas que estão ali na tela e, de alguma forma, assim como o tema anterior, TV digital, chegar lá.

A minha proposta é rever alguns conceitos, trabalhar um pouco no significado de TV pública e TV educativa, mostrar o potencial que esse tipo de TV pode ter na nossa sociedade e falar um pouco sobre como isso, nesse momento, até em função do novo modelo de TV digital, deveria ser aproveitado. Estou pulando vários assuntos, mas é o que posso dizer durante esse tempo.

Quem trabalha na TV educativa – já trabalhei também na TV privada – e persegue essa idéia de TV pública tem se perguntado muito sobre, afinal, o que é uma TV pública. E, a esse respeito, temos pesquisado outros modelos em outros países, para saber como as coisas se formaram.

Basicamente, hoje, nós trabalhamos – eu posso responder sobre isso à frente da **TVE** – com a idéia de que a TV pública é um serviço público não-comercial. Uma TV pública deve ter uma abrangência geográfica, portanto ela deve atingir a maioria da população, deve ter compromisso com a informação isenta, incentivar a busca do conhecimento, apoiar a educação, a cultura, a saúde, a ciência e a tecnologia, promover a cidadania, abrangendo todos os públicos, sem discriminações, construir a identidade, transmitir valores éticos.

É a comunicação pública ou a TV pública responsável por traçar uma linha divisória entre o interesse público e o interesse privado. Ainda lhe cabe fomentar o aperfeiçoamento profissional, experimentando novas formas e idéias e dar suporte para a indústria do audiovisual como um todo, porque essa indústria é importante para o país e pode ter um desenvolvimento maior do que experimenta hoje.

Por que nós precisamos de uma TV pública?

Essa é uma pergunta que muitas vezes nós, que estamos à frente dessas TVs, temos que responder, em função até do histórico.

Acreditamos que uma TV pública é necessária, porque é estratégica, trata-se de um instrumento vital para a promoção da ética e para debater os valores da sociedade. Na TV pública, nós temos um espaço de pluralidade de idéias.

O profissional que se forma dentro de uma TV pública trabalha com o espírito público e social, porque essa TV tem o foco no cidadão, e não no consumidor. É uma TV a serviço do cidadão.

Nesse sentido, consideramos da maior importância a existência da TV pública no Brasil.

No mundo, nós conhecemos várias, mas considere importante citar exemplos de TV pública de tradição

na Europa, como a **BBC**, **NHK**, no Japão, **PBS**, nos Estados Unidos, **CBC**, no Canadá, e, na Alemanha, **RD** e **ZDF**. Aliás, a Alemanha não tem apenas uma TV pública; ela tem duas, para promover competição saudável entre elas.

Creio que esses são bons exemplos, porque têm histórico, tradição e continuidade tanto de gestão como de propostas. Por mais que a **BBC** inove, por mais que ela se movimente, é sempre a **BBC**, e os seus funcionários sabem exatamente como devem se comportar e com que tipo de produto estão trabalhando.

Na América Latina, se buscarmos o histórico de TV pública – e estou falando pública para não dizer estatal, porque, na verdade, o exemplo mais claro que existe é de TV estatal, mas insistimos na idéia de TV pública –, na Argentina, por exemplo, acabou de se formar a **TV Nacional**, ligada ao Ministério da Educação, no dia 9 de julho. E fomos convidados para a inauguração. Até então, não existia uma televisão com esse sentido; no Brasil, nós temos uma tradição de pelo menos 30 anos com TVs educativas e TVs públicas; na Colômbia, o sistema se formou todo diferente; no Chile, existe a **TV Nacional**, mas ela se comporta mais como uma TV comercial do que pública; o Uruguai tem uma TV nacional também, que pegou fogo e nunca mais foi ativada. Agora ela passa a ser ativada e também vive um momento difícil. E, na Venezuela, estamos ouvindo falar de uma série de movimentos em relação à comunicação pública.

Mas a verdade é que os exemplos da América Latina não são muito inspiradores. E o Brasil, com todos os seus problemas, tem sido até inspirador para alguns desses países.

Quem são as emissoras de caráter público no Brasil?

Se analisarmos as outorgas de TV educativa e as emissoras educativas espalhadas pelo Brasil, chegaremos à conclusão de que elas são completamente diferentes. Elas têm finalidades e características diferentes. Nunca existiu uma política de comunicação pública comum que pudesse reunir... Quer dizer, houve algumas tentativas. E é sobre isso que eu gostaria de falar um pouco.

Listei aqui as principais emissoras que consideramos como de caráter público. Mesmo naquelas pertencentes a fundações privadas, estamos apontando o caráter público.

Então, hoje, nós temos esse conjunto de emissoras que estão abaixo da Abepec – Associação Brasileira de Emissoras Educativas, que antigamente era denominada Sinred – Sistema de Rede Educativa. Elas se apresentam como TVs educativas culturais. Temos as TVs universitárias, que hoje estão reunidas na As-

sociação Brasileira de TV Universitária; a **TV Escola**, que é ligada ao MEC; a STV, que está dentro do ambiente da TV por assinatura e do cabo, que é ligada ao SESC; a **TV Futura**, da Fundação Roberto Marinho; e todas as outras emissoras de caráter público que hoje realizam trabalhos, como **TV Câmara**, **TV Senado** e **TV Justiça**, a NBR, da **Radiobrás**, as TVs Legislativas locais e as TVs comunitárias. Enfim, quando se entra nesse capítulo, sabe-se que a confusão aumenta.

Como vocês me pediram para falar sobre as emissoras educativas, eu resolvi separá-las e mostrar quais são as emissoras que, pelo menos na minha visão, têm esse caráter educativo, com o compromisso do ensino, de levar conhecimento, independente das informativas ou da NBR, da Câmara ou do Senado. Enfim, são aquelas que têm uma proposta que eu considero mais próxima do caráter educativo.

Olhando esse quadro, eu separaria agora as educativas e culturais, entre as quais a TVE se insere, para abordar as outorgas educativas, porque, na verdade, ao conceder uma outorga, a Anatel trabalha com o nome de outorga comercial, outorga educativa e outorga institucional, que está por se regulamentar, que é mais ligada às TVs institucionais, como **TV Câmara**, **TV Senado**, etc.

As emissoras educativas começaram no final dos anos 60, início dos anos 70 e surgiram mais ou menos nesta ordem: a primeira foi a **TV Universitária de Pernambuco**, vinculada ao MEC, e depois, de 1967 a 1974, uma série de Estados adotaram TVs educativas e, se vocês olharem bem, já começa uma situação um pouco confusa, porque três emissoras são fundações públicas ou, enfim, têm uma ligação direta com o Ministério da Educação e Cultura, portanto, são federais, e outras emissoras estaduais, ligadas à Secretaria de Comunicação ou à Secretaria de Educação ou à Secretaria de Cultura do seu Estado. Essa situação permanece mais ou menos assim até hoje, mas eu queria analisar a história para mostrar que essas TVs já nasceram com problemas. Nos anos 70, a TV comercial tinha os seus vinte anos e, no primeiro momento, existia a idéia de uma salvação para a educação, porque o Brasil não tinha professor nem escola suficiente. Chegou aquele aparelho que era uma maravilha, podia ensinar a todos. Então uma série delas funcionou como telescola, como no caso do Maranhão e do Ceará, que, até recentemente, trabalhavam com esse tipo de conceito em TV aberta.

Entre esse *mix* de salvação e instrumento político, precisamos observar a história para saber como, em cada lugar, essas TVs foram dirigidas ou coordenadas. Na verdade, elas sempre enfrentaram problemas de sustentabilidade e de gestão, principalmente de des-

continuidade de proposta, em função de uma legislação que até hoje é pouco objetiva e direta. E, de uma certa forma, sempre faltou credibilidade e reconhecimento para essas emissoras. Creio que elas formaram muito mais gente do que imaginamos.

Estou focalizando a TVE, porque essa é a emissora que hoje eu dirijo. Trata-se de uma educativa vinculada ao Governo Federal, então podemos ter uma idéia do que aconteceu.

A **TVE** nasceu como um centro de produção. Era o Centro Brasileiro de **TV Educativa**, ligado ao MEC. Ela apenas produzia teleaulas, programas e *flashes* educativos. É dessa época também a primeira portaria do Ministério das Comunicações, até hoje o famoso “MEC Abert”, que reservava um tempo para a veiculação de programas educativos nas emissoras comerciais.

Em dois ou três anos, as emissoras educativas conquistaram o seu canal e a **TVE**, no Rio de Janeiro, vinculada ao MEC, recebeu, então, a concessão do Canal 2, a antiga **TV Excelsior**.

Nesse momento, quando já existiam aquelas oito ou nove emissoras que eu listei, foi criado o Sistema Nacional de Televisão Educativa, no qual se juntavam nove emissoras. A **TVE** gerava a programação educativa para o Brasil inteiro e, localmente, alguma coisa se produzia de um modo bem geral, na década de 70.

Na década de 80, houve uma mudança. A **TVE** ainda era do MEC, e o Sinted se transformou no Sinred, Sistema Nacional de Rede Educativa, que abrangia essas nove emissoras mais as emissoras de rádio. E, aqui, sim, havia uma intensa produção de programas complementares à educação, e não teleaulas.

A **TVE**, nesse caso, era a cabeça de uma rede, porque era a única educativa que tinha acesso ao satélite. Ela coordenava esse sistema não apenas gerando programação; o Governo Federal dava apoio técnico às demais emissoras estaduais, contribuindo inclusive financeiramente com antenas, conserto de transmissores e suporte técnico. Realizavam-se reuniões regularmente. Essas emissoras trocavam programação e as outorgas educativas precisavam do aval da **TVE** para serem concedidas. Depois elas iam para o Ministério das Comunicações e para a Anatel, mas era necessária uma opinião ou parecer da **TVE** sobre cada outorga concedida.

No final dos anos 80, a Fundação Roquette Pinto enfrentava uma série de problemas administrativos. Num período de quinze anos, passaram pela Fundação Roquette Pinto quinze presidentes. Que instituição consegue sobreviver, ter alguma continuidade numa situação como essa?

Então, além da defasagem tecnológica, o Sinred foi esvaziado. Em 1995, a **TVE** saiu do MEC e pas-

sou para a Secom, da Presidência da República. E, paralelamente, no final dos anos 80, início dos anos 90, a **TV Cultura de São Paulo**, emissora estadual, teve acesso ao satélite e passou a fazer transmissão nacional. Naquele momento, a **TV Cultura** tinha uma estratégia clara, uma gestão consistente, vinha de um incêndio, recuperando-se com uma proposta e passou a distribuir a sua programação nacionalmente às outras emissoras.

Também é dessa época a criação da **TV Escola**, um canal fechado, dirigido às escolas, e a criação da Abepec, que foi a tentativa de reunir essas emissoras educativas num grupo, sem o mesmo peso do Sinred, até porque sempre houve uma certa liderança da **TV Cultura de São Paulo**.

Aqui está o mapa das geradoras educativas. Todas elas trabalham com retransmissoras. São Paulo tem 200, Minas Gerais, 300, Rio de Janeiro, 80.

De uma certa forma, esses números não são completos, mas acreditamos que emissoras de outorgas educativas totalizem mais ou menos mil espalhadas pelo país. Hoje, ou elas produzem localmente ou fazem uma combinação, repetindo a programação da **TVE** e da **TV Cultura**, pegando do satélite e fazendo um certo *mix*, sem uma coordenação. Apesar de a Abepec tentar fazer uma coordenação desse trabalho, temos nos deparado com uma série de dificuldades, inclusive políticas, dentro dessa organização.

O que essas emissoras fazem hoje, em termos de conteúdo?

Assim como a educação no Brasil adquiriu um sentido muito mais amplo do que o simples conteúdo curricular, hoje se espera da escola noções de identidade, de civilidade, de família, de sociedade, valores. Então, de uma certa forma, mal comparando ou trabalhando em paralelo, a TV educativa, com essa outorga recebida para trabalhar no conceito de educação, lida com um conceito amplo, que envolve cultura, informação, reflexão, escola, família e sociedade. E, principalmente no nosso caso, tendo como enfoque jovens, crianças, família, que consideramos um público bastante estratégico.

Nesse momento, eu chamaria a atenção deste Conselho para a importância da TV educativa, qual seria o seu papel, por que ela deve existir e o que ela deveria fazer.

Fizemos, na **TVE**, uma pesquisa qualitativa, para saber o que a população pensava dessa TV educativa, apesar de todos os seus problemas, que eram muito grandes.

Verificamos que a importância dessa TV é sentida pela população, que considera a TV educativa, não apenas no caso do Rio de Janeiro, mas em São Pau-

lo ou em qualquer Estado, relevante conforme esses itens listados aqui: ausência de enfoque comercial, qualidade no seu conteúdo, seriedade, confiabilidade, comprometimento.

Creio que estamos no momento certo para definir com clareza os direitos e os deveres das TVs educativas. Em termos de legislação e de controle das outorgas, para saber quem receberá uma outorga de TV educativa digital, teremos que rever esses critérios. Precisamos pensar num projeto único, numa coordenação nacional isenta de interesses políticos, garantindo o financiamento e o investimento na estrutura dessas TVs para assegurar a presença da TV educativa no ambiente digital. As oportunidades para isso existem. Os novos canais públicos poderão trabalhar com multiprogramação, o que significa diversificar os seus conteúdos, potencializar a produção regional, educacional e cultural e pensar em inclusão, com a TV digital nas escolas.

Para nós, a alta definição talvez seja um exagero. Nesse momento, o País precisa muito mais de diversidade de conteúdos, então teremos todo esse trabalho para desenvolver, desde a digitalização dos conteúdos, que poderão estar nas bibliotecas, a formação a distância e a produção de conteúdos digitais, feita por produtores formados nas TVs educativas que hoje compõem uma massa de trabalho.

Creio que era isso. Apresentei uma série de problemas e questões. Espero que tenha contribuído para o Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Muito obrigado à Beth Carmona, que dirige a nossa TVE, pela sua apresentação, que foi muito esclarecedora.

Convido o Jornalista Marco Antônio Coelho Filho, dizendo algumas palavras sobre a sua biografia.

É jornalista profissional desde 1978. Começou a sua carreira na Abril, como redator de textos promocionais e matérias para diversas publicações do grupo. Participou do projeto “Diário da Manhã”, como repórter geral: polícia, variedades e política.

Foi Assessor de Imprensa do Secretário de Justiça do Governo Montoro, José Carlos Dias, em São Paulo. Trabalhou, em seguida, na **Gazeta Mercantil**, como repórter das editorias de trabalho e política. E trabalhou também no **Jornal do Brasil**.

Na Fundação Cásper Líbero, **TV Gazeta**, atuou como redator-chefe e como diretor de jornalismo da emissora paulista, função que exerceu durante dez anos, contribuindo com a criação dos programas “TV Mix”, “Vamos Sair da Crise”, “Opinião”, “Fogo Cruzado”, “Jornal da Gazeta”, “Mix News”, “Gazeta Paulista”, “Gazeta Meio-Dia”, “Dinheiro Vivo”, “Questão de Ordem”, etc.

Em maio de 1998, assumiu a direção de jornalismo da **TV Cultura**, onde criou o programa jornalístico mais premiado desta televisão, “Caminhos e Parcerias”.

Sob sua direção, passaram os programas “Jornal da Cultura”, “Diário Paulista”, “Hora do Esporte”, “Edição de Sábado”, “Repórter Eco”, “Cartão Verde” e o famoso “Roda Viva”.

Recentemente, foi nomeado Diretor de Expansão e de Comentários, com o desafio de ampliar a rede Cultura tanto nacional como internacionalmente e trocar conteúdos educativos e culturais com outras emissoras.

Concederei a palavra ao Marco Antônio, porque assim se forma uma unidade, e depois faremos os debates durante o tempo de que dispusermos até as cinco horas.

Marco Antônio.

O SR. MARCO ANTÔNIO COELHO FILHO –

Muito obrigado.

Boa tarde a todos os Conselheiros. É um prazer estar aqui.

A exposição da Beth foi muito clara e enriquecedora, mostrando, de uma forma límpida, a importância que uma TV pública tem para uma nação. Coitada de uma nação que não tem uma TV pública forte. E coitado do Brasil, porque não tem uma TV pública forte, uma vez que a história da TV pública no Brasil acompanha a história da falta de financiamento da TV pública.

E, talvez porque a TV pública tenha vindo depois da TV privada na história do país, ela é completamente diferente da história das TVs européias, parte das quais se privatizou recentemente, nos últimos quinze anos. No Brasil, como disse a Beth, a primeira TV pública nasceu em 1967, em plena ditadura. E talvez seja esse um dos motivos principais da sua fraqueza, porque os militares pensavam que a TV pública poderia suprir uma necessidade ou uma deficiência educacional do povo brasileiro. E uma TV analógica não consegue fazer isso, ela não consegue dar aulas, cursos e palestras com a mesma competência de um professor na sala de aula, porque, na sala de aulas pelo menos, há interação. E, na TV analógica, isso ainda não existe.

Talvez agora, com a TV digital, possamos fazer uma TV educacional competente neste país. E este momento é importantíssimo para isso, porque é o momento de se corrigir o *gap*. Na verdade, houve um *gap* de financiamento absurdo e abissal entre a TV pública e a TV comercial no país. Quer dizer, não existe um financiamento adequado para essa TV que é destinada à sociedade, uma vez que a missão da TV pública não é vender mercadoria. Uma tem como missão ajudar na formação crítica do homem, para

que ele exerça a cidadania. Deve ser essa a missão da TV pública, que não visa ao lucro, como é o caso da TV comercial. E está tudo certo, pois vivemos no mundo do capitalismo.

Como esta nação não percebeu que estava criando um abismo entre os dois tipos de TV e concessões foram dadas, a partir de 1967, ao Governo Federal e a governos estaduais, projeto que não deu certo logo de cara, porque o tal objetivo de dar cursos, palestras e tal fracassou, rapidamente as TVs começaram a produzir entretenimento quando perceberam que o importante para o brasileiro...

Como o Bittencourt observou muito bem, 50% da produção de televisores da América Latina são do Brasil. Isso significa o quê? Talvez sejamos, proporcionalmente – não sei se estou fazendo uma afirmação completamente despropositada – o país com o maior número de televisões abertas do mundo. Não sei como é isso na China. Nos Estados Unidos, é cabo, tudo é cabeado. E eles têm uma grande população. Talvez sejamos o povo que mais gosta de televisão. Talvez por isso tenhamos a quarta rede mundial, que é a **Rede Globo**, num país considerado a décima terceira potência em termos de PIB.

Então a televisão pública deve ter para o Poder Público uma importância maior do que tem hoje. E o descaso com relação ao financiamento dessa TV pública, desse tipo de televisão que deveria ter apenas a missão de ajudar na formação crítica da criança, do adolescente e do adulto, para que ele exerça o seu papel de cidadão, porque ele passa no mínimo três ou quatro horas na frente de uma televisão, oito ou dez trabalhando, seis ou sete dormindo, duas, não sei fazendo o que, talvez alguma coisa prazerosa, mas é isso. Quer dizer, a vida do brasileiro hoje é esta: a fruição dele é televisão. Então ele precisa ter um outro tipo de televisão que o ajude nessa empreitada como cidadão. E a TV pública tem esse objetivo.

Para que ela exerça esse objetivo com competência...

Feliz ou infelizmente, o que aconteceu neste país é que hoje qualquer pessoa sabe o que é uma boa luz, o que é uma dramaturgia competente, por causa da **Rede Globo**, que levou para todos os lares uma competência em termos de técnica de televisão muito boa, num padrão maior do que o europeu. Isso significa que quem não tem financiamento...

Para a TV pública, isso é um desastre, ao mesmo tempo em que há o desafio de tentar atingir esse padrão. Se um capítulo de novela custa R\$200 mil, um capítulo de uma minissérie como “O Menino Maluquinho” também tem que custar isso, porque esse é o padrão que o brasileiro gosta. E, para invertermos

esse dilema macabro no Brasil de que quem faz TV para pobre é rico e quem faz TV para rico é pobre, a televisão pública brasileira precisa de um melhor financiamento. Senão o que acontece? Ela se desvia.

Como a ditadura deu a cada governo estadual uma outorga para fazer uma TV educativa barata na época, e isso não deu certo, eles não aportaram o dinheiro necessário para cada uma dessas televisões produzir aquilo que o brasileiro conseguia absorver. E gostava de absorver.

Então a TV pública, a TV educativa ficou, na maioria dos Estados, com exceções, num *gap* muito complicado. E hoje, se não melhorar o financiamento dessa TV, se ele não mudar... A Lei Geral de Comunicações Eletrônicas de Massa é de 1967 ou 1969 e não mudou até hoje; é uma lei morta. Na verdade, as TVs educativas e públicas não poderiam fazer, segundo a legislação das outorgas, o eu fazem hoje nem no que diz respeito a comercial nem no que se refere a conteúdo. Também não poderia fazer “Ra-tim-bum” ou jornalismo, pela legislação, nem poderia flertar com o mercado publicitário, que é o vem ocorrendo, infelizmente. Mas, como as TVs têm que buscar uma qualidade maior para a sua produção, senão não adianta fazer um “programa lavado”, como se diz, para uma “tela lavada”, porque o outro troca de canal, ela precisa fazer um bom produto. E, para isso, precisa de financiamento. E, se o Poder Público não percebe essa importância, não vamos corrigir essa questão.

Na verdade, eu vim aqui para fazer este alerta: se há necessidade...

A importância da TV pública é uma questão óbvia. Não há o que se discutir quanto a isso. Trata-se de um espaço de ajuda descompromissada ao cidadão, no qual deveria existir a total imparcialidade dos poderes que dão recursos e não deveriam querer mandar nas televisões.

A Beth passou por alto em relação a isso, que é uma questão complicada, porque cada TV tem um estatuto jurídico institucional diferente: uma é autarquia, a outra é fundação de direito privado, a outra é fundação de direito público, outra é OS, outra é OSCIP. Há uma confusão, um grande embaralhamento que precisa ser ordenado. E só poderá ser reordenado se o Governo e o Parlamento, se o Senado da República tiver disposição de ajudar, porque precisa haver um reordenamento legislativo. Precisa haver uma lei geral de comunicação eletrônica de massa que corrija esse problema e adapte esse *gap* à Constituição brasileira, que estabeleceu que o Brasil deve ter três tipos de televisão: a pública, a comercial e a estatal. Pelo menos na pública, nós precisamos de uma correção, definir o que é o espaço público. Se é o espaço

público grego ou o espaço público republicano, eu não sei. O que é o espaço público? O que é esse interesse público? O que é essa TV pública? Isso precisa ser ordenado direito. Há vários caminhos. A Beth mostrou que existem alguns tipos de modelo, mas tudo está por ser construído.

É isso que eu tenho a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Muito obrigado ao Jornalista Marco Antônio Coelho Filho, filho de um Deputado combativo que fez história em nosso País.

A primeira inscrição é do Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto. Depois, a Conselheira Benenice Isabel.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO

– Sr. Presidente, ilustres palestrantes, Sr^{as} Beth Carmo- na, preciso fazer uma correção porque a senhora fez uma citação de que trabalhou em vários lugares, mas registro que trabalhamos juntos, de calça curta, o que foi ontem, e fizemos uma série muito boa juntos. Tenho um respeito profissional muito grande pela senhora.

O Marco Antônio é alguém que aprendemos a conhecer com a nossa convivência, com quem temos uma participação grande também.

Fiquei um pouco surpreso quando vi aqui um dos quadros apresentados pela Beth, no qual se registram 21 geradoras de televisão e cinco retransmissoras. Ao que me parece, existem, salvo engano, mais de 200 emissoras educativas concedidas.

O que fazem essas outras além dessas 21?

Essa é a minha primeira pergunta, já que elas são efetivamente emissoras educativas, foram concedidas com essa finalidade, ao que me consta, não se sujeitaram, inclusive, a todas às normas pelas quais as comerciais passam – de licitação pública, etc –, e, salvo engano, se são duzentas e poucas, temos pelo menos duzentas emissoras “voando”.

A segunda pergunta é a seguinte: muitas dessas emissoras comerciais são, direta ou indiretamente, ligadas ao Estado. Em razão disso, acabam recebendo dotação para o seu funcionamento. Para surpresa, algumas delas recorrem ao mercado comercial tendo, de alguma forma, que enfrentar a concorrência das emissoras comerciais para buscar recursos para sua própria sustentação.

Pergunto: por que isso acontece? Onde está o erro desse processo? É falta de dotação ou má gerência dessa dotação? Esses são fatos que acabaram levando a uma situação que faz com que essa a tevê educativa, no instante em que tenha que concorrer, quase em igualdade em condições, com as comerciais, com certeza, perde muito, no meu ponto de vista pelo menos, do seu aspecto educativo e cultural.

Eu queria ouvir sobre isso.

A SRA. BETH CARMONA – Como disse, essa era uma apresentação rápida. Realmente alguns pontos não foram tocados. Por esse mapa, eu estava me referindo às emissoras que hoje estão agrupadas na Abepec. Nesse momento – até o Ara estava presente; a Anatel não está –, não sabemos se uma série de concessões que foram outorgas educativas de retransmissoras nos últimos seis ou sete anos, se não me engano, tinham um prazo para retransmitir as emissoras educativas até se estabelecerem para então se tornarem geradoras e comecem a ter vida própria, etc. Isso está acontecendo todo dia agora.

Então, muitas retransmissoras educativas originais... hoje, enfim, não sei se a Anatel tem essa informação, mas existe, da nossa parte, uma total falta de controle, não sabemos mais o que aconteceu, não temos uma organização para controlar, ou seja, não existe estrutura para esse tipo de controle.

Hoje nos surpreendemos em cada viagem que fazemos porque, quando chegamos a alguma cidadezinha, Município ou Estado, vemos, às vezes, a nossa programação interrompida ou por um pronunciamento político ou por um programa religioso ou por um comercial. Realmente sabemos disso. Dentro da competência da Anatel, não sei como essa questão tem sido tratada.

Já abordei essa questão. O máximo que fazemos é dizer: “Olha, recebi um telefonema em que um telespectador informou que, na cidade tal, está acontecendo isso, isso e isso, o programa está sendo interrompido, etc”.

Na verdade, é por isso mesmo que falamos um pouco de revisão, reordenação, reorganização e tudo mais, quer dizer, existe muita gente falando em nome de TV, que, de educativa não tem nada. Se formos entender direito o que significa esse termo “educativo”, veremos que temos que rever tudo.

Esse era um ponto. Qual foi a outra questão abordada?

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO

– A outra é o porquê da comercialização já que alguns recebem dotação pública.

A SRA. BETH CARMONA – Assumi a **TVE** há quase quatro anos e tive uma surpresa, ou melhor, não foi uma surpresa porque eu já sabia mais ou menos de todo problema que eu ia enfrentar: no momento em que ela se transformou em uma organização social – que, aliás, é uma pergunta do Eurípedes, a qual aproveito para responder –, mais ou menos em 1998, em razão de uma decisão do Governo de transformar a emissora em organização social, houve uma revisão em seu orçamento e foi feito um contrato de gestão

com a União, pelo qual um orçamento de cem milhões passou para quinze.

Quando cheguei efetivamente à **TVE**, no primeiro ano da minha administração, trabalhávamos com dezoito, porque esse contrato de gestão é por quatro anos.

Hoje com todas as conversas dentro dos Ministérios, dentro da Secom, onde temos a nossa Coordenação, conseguimos levar esse orçamento para 38, 40, e hoje, com 50 ou 60 mil, estamos, mais ou menos, conseguindo fazer televisão. Creio que conseguimos progressos incríveis. A **TVE**, para mim, renasceu, aliás, não só para mim, mas também para um grupo de funcionários e para todo mundo que está lá.

Entendo que, às vezes, não precisamos tanto de dinheiro assim. É claro que precisamos de dinheiro, de investimento, mas nem de longe queremos nos equiparar a um orçamento, a um investimento, de emissora comercial, que trabalha com outro tipo de expectativa e de entrega.

Por isso mesmo, para nós, a alta definição poderia até ser uma coisa interessante um dia, mas não é esse o caminho por onde devemos ir. Temos muitas contas a acertar, mas muito a produzir e a contribuir.

Se, pelo menos, se repensasse essa questão orçamentária de uma forma que considero até singela, creio que a televisão poderia contribuir muito mais para o desenvolvimento da população do que hoje contribui.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Sei que o tempo é curtíssimo, mas eu gostaria muito de prestar alguns acréscimos, sem refutar nenhum dado apresentado pela Beth Carmona, uma profissional muito reconhecida no País. Como, pessoalmente, participei ativamente da criação da **TVE** do Rio de Janeiro, eu teria um testemunho muito importante pelas lembranças do fechamento da **TV Excelsior**, da ação do Ministro Jarbas Passarinho para que isso acontecesse, do lacre na **TV Excelsior**, porque tinha uma dívida enorme, e não quiseram ceder nada.

Então, o Governo teve que lacrar a **TV Excelsior** e, assim, nasceu a possibilidade de existir um Canal 2 no Rio de Janeiro, que seria, de início, do Governo do Estado, mas, depois, por interferência do então Ministro Higinio Corsetti, passou para o Ministério da Educação. Era o Gilson Amado que dirigia o Centro Brasileiro de **TV Educativa** – não foram ações concomitantes –, cujos equipamentos foram totalmente cedidos pela Fundação Conrado, que exigia que ele não operasse um canal de televisão. Mas quando foi anunciada a passagem do canal para o MEC, imediatamente, contrariando essa orientação, ele fez uma entrevista coletiva, às 5 horas

da tarde, e disse o que faria da TV, que ainda nem era dele. Essa é uma história longa.

Particpei também do Prontel nos primeiros tempos da utilização desse mecanismo de teleeducação.

Eu queria apenas desafiar a Beth Carmona, um dia, para que façamos aqui, ou onde for, uma discussão sobre isso, porque vale a pena do ponto de vista histórico. Apenas do ponto de vista histórico.

Pergunto se o Conselheiro Eurípedes se dá por satisfeito com a resposta da Sr^a Beth Carmona ou se gostaria que eu lesse o trecho sobre a partidização das tevês educativas. *(Pausa)*

A exposição da Sr^a Beth poderá ser complementada pelo Marco Antônio.

O SR. MARCO ANTÔNIO COELHO FILHO – O problema da partidização das tevês educativas é muito simples. Na sua maioria, quem dá o dinheiro é o Estado, é o Governo Estadual. Na sua maioria. Então, o Governo de Minas, por exemplo, escolhe o Presidente.

O que determina o poder? Quem contrata e quem demite. O resto é conversa fiada. Então, quem contrata e quem demite determina o poder de uma televisão.

Quem contrata e quem demite o Presidente de uma TV de Minas? O Governador de Estado; da TV do Paraná, o Governador do Estado; da TV do Amazonas, o Governador do Estado; da TV da Bahia, o Governador do Estado.

Da TV de São Paulo não é o Governador do Estado: a **TVE** tem um conselho. Em São Paulo também existe um conselho curador em que o Governo tem uma participação pequena perto do número total: são 44 votos, e o Governo tem cinco votos reais. O Governo pode fazer política dentro do Conselho para determinar o Presidente. Pode e faz e, às vezes, até ganha; às vezes, perde. Em São Paulo é assim.

E quem determina o poder? Quem escolhe o Presidente. É evidente que o Governo Estadual, pelo menos na questão da informação, tem um dedo. E só vai tirar o dedo no momento em que essa TV for realmente pública. Se ela não for pública de fato, se ela não for da sociedade, e não do poder de então, o Governo vai meter o dedo. Talvez o Governo só meta o dedo no jornalismo porque, na verdade, isso ocorre apenas às vezes, e somente no último momento. Normalmente eles não fazem isso porque não consideram nem a própria TV como um instrumento de política. O que é pior. Se formos olhar desse ponto de vista é até pior. Talvez o Requião entenda isso melhor do que os outros, mas, de um modo geral, nem os Governadores que dão dinheiro, que põem e tiram o Presidente da TV, utilizam essas TVs direito, em razão de serem tão

fracas, tão pequenas, e de já terem sido, no tempo, tão esgarçadas.

Precisamos, sim, fazer dramaturgia em **TV Educativa**. Para fazermos isso, precisamos de recurso, sim, o que é complicado. Não podemos ficar com uma TV que gasta dois bilhões e meio em produção, sendo que algumas gastam dez, quinze, dezoito e até trinta e cinco milhões. É complicado. É preciso haver um pouco da diferença. Qualquer *network* hoje neste País necessita de 220 milhões para operar no ano. Qualquer uma: **Rede TV!**, **Bandeirantes**, etc. Se a TV de Minas tivesse cinquenta ou setenta por ano, ela faria um belo serviço. E, para isso, o poder público precisa apenas entender que isso é necessário. Mas é preciso ter muito altruísmo, o que está em falta.

A SRA. BETH CARMONA – Eu queria apenas dar um depoimento porque já trabalhei na **TV Cultura** por dez ou doze anos; depois, em emissora privada, e agora volto para a **TVE**, que é vinculada ao Governo Federal. Sinceramente, nunca trabalhei com tanta liberdade. Trabalho com muita liberdade. Temos problemas financeiros enormes, mas fazemos dramaturgia. Fizemos, por exemplo, “O Menino Maluquinho”.

No âmbito do Governo Federal, com o apoio do Ministério da Cultura, do Ministério da Educação, e até da Petrobras, que é uma estatal, conseguimos fazer uma série que considero que não deixa nada a perder. Creio que a nossa consciência profissional e o momento em que nos encontramos acabam fazendo também as coisas acontecerem.

Então, é importante, para mim, dar este depoimento neste momento porque, sinceramente, conseguimos, com muito pouco, dar uma virada e estamos fazendo alguma coisa bastante isenta, com liberdade, com informação, com jornalismo. Mas penso que, cada vez mais, essas TVs têm que estar nas mãos dos técnicos, dos profissionais. E temos que batalhar para que isso aconteça.

O SR. MARCO ANTÔNIO COELHO FILHO – A **TVE** e a **TV Cultura** são exceções dentro do bolo geral.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Com a palavra agora a Conselheira Berenice Isabel; depois, o Conselheiro Dr. Fernando Bittencourt.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA – Na realidade, das exposições, sentimos todos os problemas que ocorrem com toda a imprecisão que vemos com relação à falta de regulamentação da Constituição – fico até cansada de falar da ausência dessa regulamentação – no que diz respeito à comunicação social. Essa é outra questão.

Apesar de todos esses pesares, vimos o surgimento da TV Brasil e que começa a se configurar o que é TV pública no País.

Creio que, por mais que a Beth tenha acenado, em dois breves momentos, ainda que sutilmente, com algumas pequenas diferenças – quando fala da Abepec, da liderança da **TV Cultura**, que eles estavam na era da **TVE** –, nós, que vivemos a TV pública com mais intensidade, percebemos que, ainda assim – se há, como ela disse, uma liderança da **TV Cultura** dentro da Abepec –, é inegável que a representação institucional do sistema ocorre por intermédio da **TVE** e da **Radiobrás**, na medida em reconhecemos que tanto a Beth quanto o Eugênio Bucci foram muito festejados, com toda razão, quando convidados, porque eles têm efetivamente uma interlocução privilegiada dentro do Governo Federal.

O que eu gostaria de saber, Beth, é, na medida em que a **TVE** esteja ligada à Casa Civil – hoje é ligada à Secom e à Presidência da República –, em algum momento, na escolha do processo do padrão da TV digital, a **TVE** ou a senhora, em especial, foi chamada para opinar, para dizer o que pensava: se refletiam, se teriam necessidades, se sobraria alguma coisa dessas negociações todas para garantir o que se chama de um desafio grande, talvez um dos maiores, que é assegurar a **TV Educativa** no ambiente digital.

Então, eu gostaria de saber se houve esse chamado, esse espaço, em algum momento.

Em segundo lugar, como a senhora pensa em garantir, não falo nem na produção de conteúdo, a digitalização da transmissão pública educativa em nosso País. Sei que não é a senhora quem vai garantir, mas, sim, vai trabalhar nesse sentido.

A SRA. BETH CARMONA – Eu participei do processo, sim; eu fazia parte do grupo gestor. Eu representava a Secom nesse grupo e participei da maioria das reuniões, que eram realizadas por um grupo mais técnico que reunia os materiais e os passava para o Comitê de Desenvolvimento, onde estavam os Ministros.

Para mim, foi uma maravilha porque eu realmente pude estudar. O CPQD, que foi contratado, elaborou um trabalho, o qual foi debatido. Dentro desse grupo gestor, não só eu, não representando as TVs Educativas, mas, sim, a comunicação social e a Secom, como a própria representação do MEC, do MinC, formávamos um grupo bastante forte na discussão dos assuntos desse tipo de TV pública, cultural, da posição do conteúdo, etc.

Na medida do possível, como tudo caminhou, creio que, em algum ponto, fomos mais ouvidos; em outros, menos. Ali estavam muitos interesses. Sabemos

a quantidade de interesses de pessoas, de indústria, comércio, etc, ou seja, havia várias representações. Era um grupo grande, de 15 a 20 pessoas.

Em um certo sentido, quando podíamos argumentar, o que tínhamos para colocar nós colocamos. Agora, nesse momento da formação dos fóruns, eu já me coloquei à disposição, já conversei com a Casa Civil e com todas as áreas que estão coordenando, dizendo que eu gostaria de participar desses fóruns.

De certa maneira, quando foi anunciado o padrão nipo-brasileiro, até fui chamada para fazer o discurso em nome das TVs públicas. A minha boa surpresa é que, em algum sentido, vi que a questão da criação dos quatro canais públicos foi, numa certa medida, em atenção àquilo que esse grupo, de certa forma, estava o tempo inteiro falando. Podemos não ter sido 100% contemplados, mas, de alguma maneira, a existência desses canais pode trazer coisas muito importantes que vão ser discutidas agora. A discussão para valer começa agora, quando se vai caracterizar não só essa legislação, mas a maneira como isso vai ser distribuído, financiado.

Creio que a “briga” ainda continua e todo mundo está participando.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Concedo a palavra ao Conselheiro Fernando Bittencourt.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT – Tenho uma pergunta para os dois palestrantes, para a Beth e para o Marco Antônio.

Essas emissoras públicas européias, que são claramente um sucesso – como a **BBC** e outras na Espanha, a **NHK**, no Japão, que também é uma empresa pública extremamente forte –, vivem de uma participação mensal?

O SR. MARCO ANTÔNIO COELHO FILHO – Taxa.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT – Taxas?

A SRA. BETH CARMONA – Contribuição...

O SR. FERNANDO BITTENCOURT – Isso me parece que foi o que garantiu a elas a sobrevivência e o sucesso desde o início. De alguma maneira, imagino que eles não dependam do Governo porque têm o dinheiro que vem do consumidor e há uma entidade que comanda essas empresas ou entidades públicas.

Eu tenho ouvido falar que existe hoje muita contestação na Inglaterra, no Japão. Eles vivem ainda dessa forma, mas existe muita contestação.

Os senhores entendem que essa seria uma solução para o Brasil ou isso não tem nenhum sentido aqui e mesmo lá isso tem que acabar? Como está esse modelo para a televisão pública?

A SRA. BETH CARMONA – É difícil comparar porque são situações completamente diferentes. Lá a

televisão nasceu pública; aqui, nasceu comercial. Então, já nasceu dessa forma, com a contribuição.

Aliás, creio que a rádio sociedade no Brasil, quando foi formada originalmente, tinha essa essência, mas rapidamente a rádio sociedade se diluiu e virou comercial, tanto que o Roquette Pinto entregou a rádio dele.

Então, considero difícil esse tipo de raciocínio caber no Brasil. Aliás, a **TV Cultura** fez uma tentativa de proposta de uma contribuição que viria, creio, na conta de luz, uma coisa assim, e foi um escândalo.

De certa forma, as pessoas pensam que já pagam impostos suficientes a ponto de ter uma televisão pública, quer dizer, não querem ser taxadas mais uma vez para ter esse serviço.

Eu também sei que na Europa e nos Estados Unidos essa questão da TV pública, apesar de parecer que tudo é lindo e maravilhoso, também não é tão maravilhosa assim. Essa TV pública hoje está questionada nos Estados Unidos mais do que na Europa, mas, mesmo assim, luta da maneira que pode e tem, sim, a contribuição. Porém, nos Estados Unidos, eles têm um fundo, ou seja, existe o CPB, que é um fundo de dinheiro...

O SR. MARCO ANTÔNIO COELHO FILHO –

Sim, mas é do Governo. Um terço é do Governo, vem do orçamento.

A SRA. BETH CARMONA – É um dinheiro do Governo. Existe uma coordenação, e esse dinheiro é para produção de programas que vão sustentar todas essas emissoras. Projetos chegam de vários lados e está assim: é o mínimo para uma parte da sobrevivência; para a outra parte, elas fazem campanhas públicas. Qualquer um que já foi aos Estados Unidos viu a campanha pública para a rádio pública: eles passam o dia inteiro pedindo dinheiro, as pessoas contribuem, enfim, é mais descentralizado. Aqui existe muita coisa... Mas é bom sabermos o que acontece na Europa, nos Estados Unidos.

Porém, entendo que precisamos montar alguma coisa completamente diferente.

O SR. MARCO ANTÔNIO COELHO FILHO –

Sim, igual ao Sistema Brasileiro de Televisão, que ninguém esperava que fizesse o que fez apenas com R\$60 milhões, e tudo o mais. Precisamos também botar a criatividade brasileira para encontrar uma solução para isso.

Evidentemente, nos Estados Unidos, é um terço, um terço e um terço, quer dizer, existe o mercenato, o fundo e essas contribuições, que é a campanha, quer dizer, eles têm a campanha para todo mundo doar. Lembrem-se de que eles são um país anglo-saxão protestante, onde o sucesso não é motivo de culpa,

como é o nosso caso aqui. É bem diferente. Eles são um país ibérico-cristão. É outro papo. Esse negócio de contribuir é mais complicado aqui.

Vejo exemplos aqui com a **Rede Globo** fazendo o “Criança Esperança”. Eles sofrem para levantar treze, quatorze, vinte milhões. E é a **Rede Globo**! Isso é pouco para nós. Na verdade, cada TV precisa disso, ou seja, trinta ou cinquenta milhões por ano para poder fazer produção. Isso é o mínimo.

A história da Europa é diferente: a democracia lá não é igual à nossa. A nossa democracia é uma criança, tem apenas 25 anos. É uma bobagem perto da europeia. O Estado europeu é diferente. O Governo passa pelo Estado; o Estado fica. A TV estatal europeia é pública porque o Estado tem aquela visão do interesse público, da coisa republicana de 800 anos.

Então, ninguém quer manietar uma TV estatal na Europa; mas aqui, não. Na verdade, só depois da redemocratização de 82 – antes tudo era ditadura – é que os Governos começaram a entrar. Aí a idéia do ajuste neoliberal passou a existir ao mesmo tempo: no momento em que tinha que ter orçamento para essas televisões já era a hora de enxugar o Estado. A história foi contra a história das TVs, que deviam ser sustentadas pelo Estado.

Então, nós precisamos encontrar uma forma que não ofenda mais a população com nenhuma taxa para nos culpar: “Ah, ainda vem agora essa TV pública tirar mais alguma coisa!”.

No momento da TV digital pode ser pensada alguma coisa como um financiamento. Se a TV pública não tiver financiamento agora, para mudar as transmissões de cada município, o *gap* vai embora. Daqui a doze meses, a **Rede Globo** já está em São Paulo com a TV digital. Quantos anos vai demorar para a **TV Cultura** ter uma TV digital no Município de São Paulo? Não sei. Pode ser que a **TV Cultura** consiga, mas e lá em Minas? Então o *gap* vai aumentar mais ainda.

O Parlamento brasileiro precisa atentar para isso, porque TV pública é algo importante, a nação precisa dela. Se tivermos essa consciência, encontraremos uma saída de financiamento.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT – Outro aspecto que eu queria mencionar é que, apesar de...

Realmente houve um decreto, foi válida a discussão, mas, de certa forma, essa quantidade de canais oferecidos pelo Governo, no meu entender, não vai resolver este assunto. Pelo contrário, vai dramatizar mais ainda, porque, se você já não tem programa para veicular hoje nos canais que existem, imagine com mais canais. Então, não se trata de dispor de mais canais;

tem que haver mais programas com qualidade. Concorro com você.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – E, se permitirem a intervenção não prevista do Presidente, que apenas coordena a reunião, eu gostaria de fazer uma observação que considero cabível.

As TVs educativas como tal não dependem do orçamento do Ministério da Educação, que dispõe de R\$30 e tantos bilhões por ano para compor o quadro das suas necessidades. Comete equívocos, como hoje se discute, ao destinar 75% desses recursos para o ensino superior, quando a maior necessidade, em geral, se encontra exatamente na educação básica, área em que opera a TV educativa. Mas nós somos assim.

Se vale a pena uma referência e insistir nisso, como muita gente pretende, jogar para o povo mais um tributo... Nós já somos, provavelmente, o país onde há a maior tributação no mundo, 38%.

Não é que a população não queira ajudar a TV educativa, mas ninguém agüenta mais. Não será prioridade de um chefe de família ajudar a TV pública, porque ele já se dá muito mal com o que ganha e, ainda por cima, é submetido a uma tributação injusta e desumana.

Eu queria apenas sugerir, para que não se diga que não houve uma contribuição, que, em reuniões internas ou fóruns, o que seja, se aventasse a hipótese, que é da origem da TV educativa, de vincular um pouco da sua programação à Política Nacional de Educação.

Um Ministro de Estado convidou parte do Conselho Federal de Educação, já então Conselho Nacional de Educação, para assistir à maravilha que era a programação de História da TV educativa. E essa programação era feita de filmes de embaixada, mostrando como havia nascido o Paquistão e como ele se desenvolveu. Naturalmente, os nossos alunos estão interessadíssimos nisso, mas filmes de embaixada, como o da Embaixada do Canadá... É quase uma pouca vergonha dizer que isso é uma TV educativa. O leigo pensa: deve haver lá um diretor de programação que fez isso. Mas foi o próprio Ministro que se responsabilizou por uma barbaridade dessas.

Outro dia, acordei mais cedo e falei para o Monteiro que assisti, na **Rede Vida**, às cinco e meia da manhã, o Telecurso, que deu aulas com conceitos que, **data venia**, já estão superados.

Vamos falar muito de interatividade, é claro. A garotada está sabendo hoje, às vezes, mais do que os professores. Ou pelo menos a meninada está mais atualizada. Então, vai haver uma interação maior entre os estudantes. O professor vai ficar superado, porque

não tem tempo nem dinheiro para fazer outros curso, etc. e tal.

Então, como disse o meu Conselheiro, esse é um problema que se agravará enormemente se houver uma plethora de canais, como se prevê. Considero saudável, mas não temos consciência de nos preocupar com a programação, com o chamado software pedagógico.

Outros países brilharam, e brilham, como a Índia, a Irlanda, a Coreia do Sul, e nós, aqui, não estamos preocupados em produzir esses softwares, de tal maneira que se ofereça efetivamente ao público...

Nós temos 60 milhões de estudantes! Quantos países importantes que nós conhecemos não têm essa população? Esse é o público da TV educativa. E qual é a ligação que a TV educativa faz entre esse público, a Política Nacional de Educação e a sua programação?

Não se trata de uma crítica. A TV educativa não faz isso porque não pode, porque não tem recursos, porque também não foi cobrada nesse sentido. Mas eu gostaria de ouvir uma última palavra dos dois debatedores a respeito disso, pelo menos dessa reivindicação de um velho educador, no sentido de que a Política Nacional de Educação, que se expressa também através do Plano Nacional de Educação, que está em vigor... Se não poderia haver um pouco mais de ligação entre uma coisa e outra.

A SRA. BETH CARMONA – Na apresentação que eu fiz, uma das questões dizia respeito ao interesse efetivo da TV educativa em produzir esses conteúdos pedagógicos interativos. E talvez tenhamos os profissionais mais qualificados para fazer isso. Já estamos em conversação com o Ministério da Educação, no sentido de... Não se trata de mais programas. Nós precisamos de mais programas aplicados a algumas destinações que a própria TV digital, dentro de um contexto mais social, educativo e cultural, poderá fazer. Para isso, existem vários caminhos e há quem faça.

Nas associações entre os planos de cultura e educação, num pacto maior da sociedade, essa TV terá muito a contribuir.

Mas ela já contribui. Em relação à pré-escola, nós, que trabalhamos no “Castelo Ra-Tim-Bum” e agora no “Menino Maluquinho”, sabemos o quanto temos contribuído para a educação dentro da sala de aula, por incrível que pareça.

A TV Escola usa parte desses materiais, que são trabalhados dentro de sala de aula. Nós temos o retorno dos professores sobre como têm feito uso desse tipo de material, numa abordagem mais pedagógica.

Então, a televisão educativa pode não contribuir em tempo integral, mas ela já contribui muito para a discussão dentro da sala de aula e para uma série de conteúdos.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Muito bem. Que haja uma avaliação continuada desse procedimento, para estimular que isso seja feito de um modo geral, e não apenas na educação infantil, que considero prioritíssima.

Marco Antônio.

O SR. MARCO ANTÔNIO COELHO FILHO – Concordo com a Beth.

O ser humano, principalmente o brasileiro, é educado pelo método audiovisual. Ele recebe a informação audiovisual e a processa muito melhor do que antigamente, no tempo dos meus pais ou dos meus avós. Ele está mais acostumado com isso.

Então, um bom produto, como é o caso do “Menino Maluquinho” e do “Ra-Tim-Bum”, “Escove os dentes direitinho”, que fica na cabeça da criança...

Eu tenho uma filha de cinco anos e sei como é importante uma programação infantil de qualidade, que ensina a jogar o lixo no lugar certo, o cuidado com o meio ambiente... Isso é importante, porque os neurônios de uma pessoa são formados até os sete anos de idade. Depois disso, é sorte.

Se a TV pública consegue ajudar, ela compra muito... Na verdade, hoje ela não produz tanto isso. A produção continua, a fábrica de pãozinho de “Menino Maluquinho”, de “Ra-Tim-Bum” e de “Castelo Ra-Tim-Bum” é muito pequena e precisa ser contínua. Cada produto desse custa US\$5 milhões na ponta final. Esse é o problema. Então é complicado.

Mas talvez você tenha dado a pista certa: Ministério da Educação. Talvez seja pela educação, com essa montanha de recursos que existem na Educação, e que às vezes sobram, porque ela sofre um contingenciamento de 30% ou 40% no Orçamento da União, e às vezes eu vejo o Governo desesperado no final do ano, não só o federal, mas os estaduais, para gastar o dinheiro do Orçamento, porque a arrecadação foi alta, e as TVs públicas sem nada. Então talvez esteja aí a pista para obtermos um financiamento mais adequado, em vez de taxar o cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Meus amigos, o tempo está chegando.

Agradeço sincera e vivamente a contribuição que tanto a Beth Carmona quanto o Marco Antônio Coelho Filho deram aos nossos estudos sobre comunicação social em nosso País.

Anuncio a próxima reunião para o dia 4 de setembro, segunda-feira, com os seguintes temas, se houver a aprovação do Plenário: de manhã, discutiremos, em

audiência pública, o marco regulatório. Será Relator da matéria o mesmo Relator na Comissão, Conselheiro Paulo Tonet Camargo. Então usaremos toda a manhã para discutir o marco regulatório. À tarde, sugiro trabalharmos com o tema “Educação e os Meios de Comunicação no Brasil”, sugerido pelo Professor Fredric Litto, hoje pela manhã. Então, eu convidarei o Ronaldo Mota, do MEC, Secretário de Educação a Distância, para estar presente. E, em seguida, “Ética na Sociedade do Conhecimento”, com o ex-Secretário de Educação de São Paulo, Gabriel Chalita, que é um brilhante orador. Ele é Professor de Filosofia, então o tema se casa com a sua figura.

Se estiverem de acordo, esse será o temário da próxima reunião, no dia 4 de setembro.

Obrigado pela presença de todos.

DOCUMENTOS PERTINENTES À REUNIÃO:

Lista de Presença; (1 folha);

Lista de Presença dos convidados (1 folha);

Listas de votação (2 folhas);

Ofício nº 73/2006/SCM-ANATEL, de 29/5/06 – Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão Por Assinatura (1 folha);

Ofício nº 121/2006-SCM-ANATEL – Ofício dirigido à ABETELMIM (1 folha);

Ofício nº 391/2006-CCI CI/P, 2 de agosto de 2006 – Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados (1 folha);

Ofício nº 48/2006-CCS, de 30 de junho de 2006, do Presidente do CCS, Arnaldo Niskier; (1 folha)

Documento da Associação Brasileira de Televisão Por Assinatura – ABTA (2 folhas);

Ofício nº 92/2006, de 31 de julho de 2006, da Associação Nacional das Operadoras Celulares – ACEL (2 folhas);

Ofício nº 292/2006, de 31 de janeiro de 2006, da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL (11 folhas);

Ofício nº 22/2006, de 28 de julho de 2006, da Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado (12 folhas);

Ofício nº 307/2006/DAAS/SSCE/MC, de 26 de julho de 2006, da Secretaria de Serviços de Comunicação eletrônica do Ministério das Comunicações (2 folhas);

Parecer nº 2, de 2006 – CCS (5 folhas).

Está encerrada a reunião.

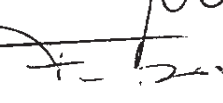
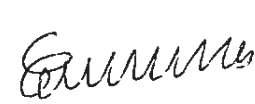
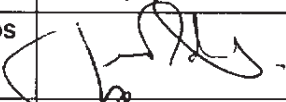
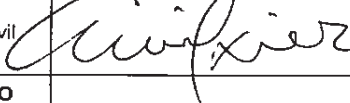
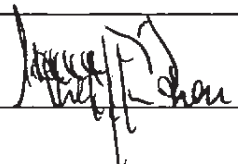
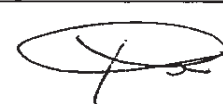
(Levanta-se a reunião às 16h58min.)

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
6ª REUNIÃO DE 2006
EM 7 DE AGOSTO DE 2006, ÀS 10H30,
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: ARNALDO NISKIER

Vice-Presidente: JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO

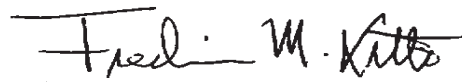
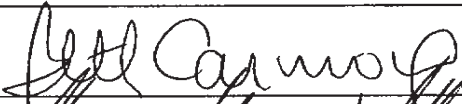
	TITULARES	ASSINATURA	SUPLENTE	ASSINATURA
I -	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO Representante das empresas de rádio		EMANUEL SOARES CARNEIRO	
II -	GILBERTO CARLOS LEIFERT Representante das empresas de televisão		ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO	
III -	PAULO RICARDO TONET CAMARGO Representante de empresas da imprensa escrita		SIDNEI BASILE	
IV -	FERNANDO BITTENCOURT Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social		ROBERTO DIAS LIMA FRANCO	
V -	(Vago) Representante da categoria profissional dos jornalistas		CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	
VI -	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO Representante da categoria profissional dos radialistas		MARCIO CÂMARA LEAL	
VII -	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA Representante da categoria profissional dos artistas		STEPAN NERCESSIAN	
VIII -	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo		ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO	
IX -	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA Representante da Sociedade Civil		SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR	
X -	ARNALDO NISKIER Representante da Sociedade Civil		GABRIEL PRIOLLI NETO	
XI -	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO Representante da Sociedade Civil		PHÉLIPPE DAOU	
XII -	ROBERTO WAGNER MONTEIRO Representante da Sociedade Civil		FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ	
XIII -	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da Sociedade Civil		PAULO ROBERTO FRANCO MARINHO	

VISTO:  ,
 Presidente

, EM 7 DE AGOSTO DE 2006

LISTA DE PRESENÇA PARA CONVIDADOS

Presidente: ARNALDO NISKIER
Vice-Presidente: JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO

	TITULARES	ASSINATURA
I -	Fredric Michael Litto , Presidente da Associação Brasileira de Educação à Distância – ABED	
II -	Elysabeth Carmona Leite , Diretora-Presidente da TVE Brasil	
III -	Marco Antonio Coelho Filho , Diretor de Expansão, Rede e Documentários da Rede Cultura	

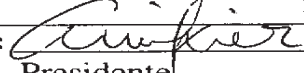
VISTO:  , em 7 de agosto de 2006
Presidente

LISTA DE VOTAÇÃO

Presidente: ARNALDO NISKIER
Vice-Presidente: JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO

Apresentação do relatório da Conselheira BERENICE MENDES BEZERRA, sobre o PL nº 5.040, de 2001, que “tipifica como crime a exibição, por emissora de televisão, de cena de nudismo ou de relações sexuais”.

	TITULARES	VOTO		SUPLENTE	VOTO
I -	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO Representante das empresas de rádio	S	I -	EMANUEL SOARES CARNEIRO	
II -	GILBERTO CARLOS LEIFERT Representante das empresas de televisão	S	II -	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO	
III -	PAULO RICARDO TONET CAMARGO Representante de empresas da imprensa escrita	S	III -	SIDNEI BASILE	
IV -	FERNANDO BITTENCOURT Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social		IV -	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO	
V -	VAGO Representante da categoria profissional dos jornalistas		V -	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	
VI -	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO Representante da categoria profissional dos radialistas	S	VI -	MARCIO CÂMARA LEAL	
VII -	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA Representante da categoria profissional dos artistas	S	VII -	STEPAN NERCESSIAN	
VIII -	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo	S	VIII -	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO	
IX -	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA Representante da Sociedade Civil	S	IX -	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR	
IX -	ARNALDO NISKIER Representante da Sociedade Civil		IX -	GABRIEL PRIOLLI NETO	
IX -	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO Representante da Sociedade Civil		IX -	PHÉLIPPE DAOU	S
IX -	ROBERTO WAGNER MONTEIRO Representante da Sociedade Civil	S	IX -	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ	
IX -	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da Sociedade Civil	S	IX -	PAULO ROBERTO FRANCO MARINHO	

VISTO:  , em 7 de agosto de 2006
Presidente

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
6ª REUNIÃO DE 2006
EM 7 DE AGOSTO DE 2006, ÀS 10H30,
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

LISTA DE VOTAÇÃO

Presidente: ARNALDO NISKIER

Vice-Presidente: JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO

*Proposta do Cons. Roberto Wagner: audiência pública em 4/9/2006
 para complementar matéria do Marco Regulatório*

	TITULARES	VOTO		SUPLENTE	VOTO
I -	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO Representante das empresas de rádio	5	I -	EMANUEL SOARES CARNEIRO	
II -	GILBERTO CARLOS LEIFERT Representante das empresas de televisão	5	II -	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO	
III -	PAULO RICARDO TONET CAMARGO Representante de empresas da imprensa escrita	5	III -	SIDNEI BASILE	
IV -	FERNANDO BITTENCOURT Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social		IV -	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO	
V -	VAGO Representante da categoria profissional dos jornalistas		V -	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	
VI -	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO Representante da categoria profissional dos radialistas	5	VI -	MARCIO CÂMARA LEAL	
VII -	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA Representante da categoria profissional dos artistas	5	VII -	STEPAN NERCESSIAN	
VIII -	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo	5	VIII -	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO	
IX -	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA Representante da Sociedade Civil	5	IX -	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR	
IX -	ARNALDO NISKIER Representante da Sociedade Civil		IX -	GABRIEL PRIOLLI NETO	
IX -	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO Representante da Sociedade Civil		IX -	PHELIPPE DAOU	5
IX -	ROBERTO WAGNER MONTEIRO Representante da Sociedade Civil	5	IX -	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ	
IX -	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da Sociedade Civil	5	IX -	PAULO ROBERTO FRANCO MARINHO	

VISTO: Arnaldo Niskier, em 7 de agosto de 2006
 Presidente

SCOP - Secretaria Apoio Conselhos e Órgãos do Parlamento

De: Gilberto Leifert [leifert@tvglobos.com.br]
Enviado em: quarta-feira, 14 de junho de 2006 16:49
Para: SCOP - Secretaria Apoio Conselhos e Órgãos do Parlamento
Assunto: Ofício ANATEL nº 073/2006/SCM, de 29.5.06

**CONGRESSO NACIONAL
 CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 CONSº GILBERTO C. LEIFERT**

Ref.: Ofício n.º 073/2006/SCM-ANATEL, de 29/5/06
**Assunto: REGULAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DOS ASSINANTES DOS
 SERVIÇOS DE TELEVISÃO POR ASSINATURA**

Senhor Presidente,

DESPACHO DO RELATOR

Em atenção ao r. despacho do Senhor Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, exarado em 05/6/06, este Conselheiro recebeu para examinar e emitir parecer a proposta de **REGULAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DOS ASSINANTES DOS SERVIÇOS DE TELEVISÃO POR ASSINATURA** originária da ANATEL, capeada pelo ofício em epígrafe, firmado por seu ilustre Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa, Dr. Ara Apkarian Minassian.

O CCS já se manifestara sobre esta matéria na reunião ordinária realizada em 05/12/05 (Parecer nº 05/2005, da lavra deste Relator, aprovado por votação unânime.)

Ocorre, porém, que posteriormente àquela manifestação deste Colegiado, a proposta de Regulamento examinada recebeu emendas no âmbito do e. Conselho Diretor da ANATEL e, em função delas, está neste momento submetido a nova consulta pública.

Portanto, Senhor Presidente, o documento remetido ao CCS para manifestação poderá, ainda, vir a ser novamente alterado pelo órgão de origem, em face de emendas que este venha a acolher como resultado da mencionada consulta.

Assim, em homenagem a V. Exa. e aos meus pares, e como medida de economia processual, **proponho que o CCS não conheça, por ora, a matéria encaminhada pelo ofício em epígrafe. A meu juízo, data vênica, este CCS deverá guardar a oportunidade para sua manifestação após a aprovação, pelo e. Conselho Diretor da ANATEL, do Regulamento em sua forma e conteúdo definitivos.** De outro modo, o exame do CCS seria meramente burocrático e deixaria de atender aos fins colimados na Lei nº 8.977/95 (mais conhecida como Lei do Cabo) em seu art. 4º § 2º, no Regulamento do Serviço de TV a Cabo (art. 5º), anexo ao Decreto nº 2206/97 e no art. 3º, inciso XII do Regimento Interno do CCS.

Caso V. Exa. acolha o presente despacho, requeiro, respeitosamente, a expedição de ofício à ANATEL.

É o meu entendimento, s.m.j.

ANATEL Agência Nacional
de Telecomunicações

SAUS Quadra 6 – Bloco H – Ed. Ministro Sérgio Motta – Brasília/DF – CEP. 70.070-940
(61) 2312-2093/2094e (Fax) 61-2312-2210

Ofício n.º 121 /2006-SCM-Anatel

Brasília, 20 de julho de 2006.

A Sua Excelência o Senhor
ARNALDO NISKIER
Presidente do Conselho de Comunicação Social
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Edifício Principal – Senado Federal
Ala Senador Dinarte Mariz – Térreo – sala nº 6
70165-900 – Brasília/DF

Assunto: **Ofício dirigido a ABETELMIM.**

Senhor Presidente,

Para conhecimento de Vossa Excelência, encaminho cópia de Ofício dirigido a ABETELMIM, o qual versa sobre celebração do Primeiro Contrato do Projeto do Anexo III do Plano Geral de Metas de Qualidade para os serviços de televisão por assinatura – PGMQ - serviços de televisão por assinatura, a ser implementado, nesse primeiro momento, na comunidade de Vila Canoas, na cidade do Rio de Janeiro.

Atenciosamente,


ARAPKAR MINASSIAN
Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
Of. 391/2006-CCTCI/P

Brasília, 2 de agosto de 2006.

A Sua Senhoria o Senhor

ARNALDO NISKIER

Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional

Brasília - DF

Assunto: **Audiência pública**

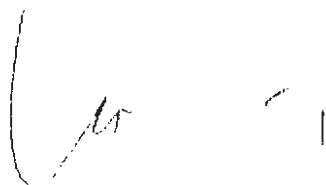
Senhor Presidente,

Em 12 de julho, esta comissão aprovou o **Requerimento nº 275/06**, anexo por cópia, da deputada Luiza Erundina, no sentido da realização de **audiência pública** para discussão acerca das normas e procedimentos para apreciação dos atos de outorga e de renovação de concessão de emissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens, bem como da legislação que rege a matéria.

2. Assim, é com satisfação que convido V. Sª para proferir palestra sobre o tema, dia ~~02 de agosto de 2006, às 14h30min, no Auditório do Senado Federal, Brasília, DF.~~

3. A presença poderá ser confirmada diretamente na secretaria da comissão, pelo fax (61) 3216-6465, telefones 3216-6454/6456 ou pelo e-mail cctci.decom@camara.gov.br.

Atenciosamente,



Deputado VIC PIRES FRANCO

Ofício nº 48/2006-CCS

Brasília, 30 de junho de 2006

Prezado Senhor,

Por solicitação do Coordenador da Comissão do Marco Regulatório do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, Conselheiro Roberto Wagner Monteiro, solicito a V. S^a que remeta a esse Colegiado, até o dia 31 de julho de 2006, o inteiro teor do entendimento desta associação sobre o seguinte tema:

“As empresas de telecomunicações, as de tecnologia e internet, de televisão por satélite, de televisão a cabo e de televisão de sinal aberto, quando transmitirem conteúdo de programação audiovisual, tornam-se, automaticamente, integrantes do setor de empresas de Comunicação Social, portanto vinculadas e sujeitas ao que está contido no Capítulo V, artigos 220 a 224, da Constituição Federal?”

Atenciosamente,



ARNALDO NISKIER
Presidente

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

COMISSÃO DO MARCO REGULATÓRIO

COMENTÁRIOS DA ABTA

A grande revolução trazida pelas novas tecnologias baseia-se no fato de que tanto voz, como dados, como vídeo passam a ser transmitidos da mesma forma, digitalmente: uma sucessão de bits e bytes. Este processo de transmissão não discrimina o objeto da comunicação, ou seja, do ponto de vista exclusivamente técnico/tecnológico, não há qualquer diferença entre se transmitir voz, dados ou vídeo. No entanto, um conteúdo audiovisual exige um contexto regulatório específico no que diz respeito ao seu aspecto de comunicação social.

Como foi comentado por vários dos presentes na reunião de 21 de março último, os trabalhos iniciais da Comissão deverão dedicar-se à definição clara e extensiva dos vários conceitos envolvidos nos temas propostos, para que seja possível progredir de forma segura nas formulações posteriores.

Neste sentido, a Comissão deveria, de início, procurar conceituar claramente o que se entende por expressões de uso comum, cujos conceitos não são, entretanto, precisos o suficiente para embasar formulação técnica integrante de um novo marco regulatório. Por exemplo, não são tecnicamente claros os conceitos de:

- comunicação social;
- comunicação social eletrônica;
- conteúdo, particularmente conteúdo audiovisual;
- serviços integrantes dos meios de comunicação social, etc.

Para podermos aprofundar a discussão sobre novos marcos regulatórios para o conteúdo audiovisual sugerimos uma abordagem que, após definir o que são “serviços de comunicação social eletrônica”, focalize as várias etapas da difusão de conteúdo audiovisual e proponha princípios que deverão nortear os marcos regulatórios para cada um dos elos dessa cadeia de valor. Desta forma, produtores, transportadores e distribuidores de conteúdo serão tratados de acordo com suas especificidades.

Para maior clareza dessas denominações adotamos os seguintes entendimentos:

Produtores de Conteúdo – são as entidades que se dedicam à atividade de criar os conteúdos a serem usufruídos pelos espectadores (p. ex: estúdios cinematográficos, empresas de televisão aberta, produtores independentes).

Transportadores de Conteúdo – são as entidades proprietárias e/ou operadoras de redes físicas ou *wireless* pelas quais o conteúdo audiovisual é levado ao equipamento de recepção.

Distribuidores de Conteúdo – são as entidades que prestam o serviço propriamente dito: fazem a interface com o usuário e se encarregam das questões relativas à venda, à instalação, à cobrança, ao Serviço de Atendimento ao Consumidor.

Os Produtores de Conteúdo deverão ter suas atividades balizadas por premissas como liberdade de expressão, preservação da identidade e cultura nacionais, diversidade de fontes de informação e estatutos como as Leis de Imprensa e de Direitos Autorais.

Os Transportadores de Conteúdo deverão observar parâmetros como qualidade da transmissão, manutenção da integridade das comunicações, atendimento a exigências de planejamento urbano, bem como conceitos como interconexão e neutralidade de redes.

Os Distribuidores de Conteúdo estarão sujeitos às normas de prestação do serviço, às leis de proteção ao consumidor, às restrições quanto à transmissão de conteúdo ilegal ou danoso, bem como às questões relativas à publicidade e exclusividade.

Entende a ABTA que essa metodologia progressiva, se adotada pela Comissão, tornará mais produtivos os seus trabalhos, conduzindo, assim, em menor tempo, à consecução de seus objetivos.

Ilustríssimo Senhor

ARNALDO NISKIER

Presidente do Conselho de Comunicação Social

Congresso Nacional

Referência: Ofício nº 48/2006-CCS

Senhor Presidente,

1. Em resposta ao ofício em referência, encaminhado por V.Sa., no último dia 30 de junho, a esta entidade, no qual solicita nosso entendimento a respeito do âmbito de aplicação do Capítulo V, artigos 220 a 224, da Constituição Federal, a Associação Nacional das Operadoras Celulares (Acel) vem expor o que segue.
2. Os artigos 220 a 224 da Constituição, dedicados à Comunicação Social, fazem referência específica aos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, às empresas jornalísticas e às diversões e espetáculos públicos. É inequívoco, portanto, que o universo da Comunicação Social seja textualmente restrito a essas atividades, sem possibilidade de interpretação extensiva, menos ainda "automática" (como mencionado no ofício). Nesse sentido, é relevante ressaltar que o Capítulo V da Constituição disciplina heterogeneamente as várias atividades referidas como Comunicação Social. Dessa maneira, não é nem mesmo possível a extensão "automática" das restrições de todos os artigos a todas as formas de comunicação contidas no mesmo Capítulo V.
3. As referências específicas do texto constitucional exclui, portanto, as atividades de telecomunicações e de serviço de valor adicionado, mesmo quando oferecerem transmissão, emissão e recepção de conteúdo audiovisual conforme disposto na LGT. Essas atividades, de fato e de direito, não podem ser confundidas com as de radiodifusão sonora e de sons e imagens que, como não possuem relação contratual entre emissor e receptor, apresentam características de atingirem irrestritamente público indeterminado, anônimo e em forma unidirecional. Em resumo, na radiodifusão é o conteúdo e o seu emissor que têm acesso a população (comunicação de massa).
4. De maneira diversa, as empresas de telecomunicações oferecem conteúdo audiovisual com base restrita, mediante contrato de serviço com assinantes específicos, com facilidade bidirecional e de solicitação sob demanda. Essas características fazem com que seja do usuário a opção de ter acesso a um

5. Com efeito, para esta Associação é relevante o claro entendimento da Consultoria Legislativa do Senado Federal que, na Nota Técnica n.º 812, de 2003, apresenta as mesmas posições acima expostas:

"Situação distinta é a dos serviços de radiodifusão, cuja regulamentação é bem mais extensa que a dos serviços analisados até o momento [ndr: serviços de telecomunicações e televisão por assinatura]. De fato, os princípios norteadores da exploração desses serviços encontram-se definidos, de forma específica, no texto constitucional."

6. E ainda:

"Em função das características desses serviços, o ordenamento jurídico lhes impõe finalidades específicas, ausentes nos demais serviços examinados até o momento."

7. Finalmente, ressalta-se que seria importante entender em que contexto se originou essa consulta. Em particular, em qual estudo, parecer, recomendação ou outra solicitação que tenha sido encaminhada pelo Congresso Nacional (conforme as atribuições que a Lei confere ao Conselho de Comunicação Social) se origina a solicitação formal. Somente com esse conhecimento é possível desenvolver nossa inteira compreensão.

Certos de ter contribuído ao esclarecimento devido do tema, reiteramos a profícua relação das operadoras do SMP com este Conselho, manifestando nossa estima e consideração.

Atenciosamente,



MARCELO L. CAMARGOS
Presidente Executivo

CT 292/06

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2006.

Exmo. Sr.
Prof. Arnaldo Niskier
MD Presidente do
Conselho de Comunicação Social do
Congresso Nacional

*Recebido em
3-8-06 às 9h30*

Referência: Ofício 48/2006-CCS de 30 de junho de 2006

[Assinatura]
Maristela de Figueiredo
Chefe de Serviço
Mat. 29960-1

Senhor Presidente

No Ofício supra referido V.Sa. solicita o entendimento da **TELEBRASIL – Associação Brasileira de Telecomunicações** sobre o seguinte tema:

“As empresas de telecomunicações, as de tecnologia e internet, de televisão por satélite, de televisão a cabo e de televisão de sinal aberto, quando transmitirem conteúdo de programação audiovisual, tornam-se, automaticamente, integrantes do setor de empresas de Comunicação Social, portanto vinculadas e sujeitas ao que está contido no Capítulo V, artigos 220 a 224, da Constituição Federal?”

1. Da Comunicação Social

Antes de tudo, se faz necessário que se estabeleça o entendimento que temos do significado da expressão **“Comunicação Social”** referida no título do Capítulo V da Constituição Federal já que ela não é explicitamente definida na própria constituição.

A expressão **“Comunicação Social”**, no contexto do tema ora tratado, foi introduzida pela Igreja Católica através do decreto **“Inter Mirifica sobre os Meios de Comunicação Social”**, promulgado pelo Papa Paulo VI por mandato do Concílio Vaticano II, ao se referir aos então chamados **“Meios de Comunicação de Massa”**, como a seguir demonstramos (destacamos):

“Entre estes meios, salientam-se aqueles que, por sua natureza, podem atingir e mover não só cada um dos homens, mas também as multidões e toda a sociedade humana, como a imprensa, o cinema, a rádio, a televisão e outros que, por isso mesmo, podem chamar-se, com toda a razão meios de comunicação social”.

Logo a seguir, ao tratar da relação destes meios com a **“Ordem Moral”** dispõe o decreto (destacamos):

“Em face disto, ..., considera seu dever ocupar-se das principais questões respeitantes aos meios de comunicação social. Confia, além disso, em que a sua doutrina e disciplina, assim apresentadas, aproveitarão não só ao bem dos cristãos, mas também ao progresso de toda a sociedade humana”.

E que questões são essas consideradas principais pelo Concílio?

De pronto as identificamos no próprio texto onde são tratadas: a primeira trata da **"Formação de uma consciência reta sobre a informação"**; a segunda fala **"Sobre a relação entre arte e moral"** e a terceira **"Sobre a apresentação do mal moral"**, texto que, após tratar de cada uma delas, faz uma conclamação aos membros da sociedade para que **"com o auxílio destes meios, se procure formar e divulgar uma reta opinião pública"**.

Em outra fonte de consulta, no **Dicionário de Ciências Sociais** editado pela Fundação Getúlio Vargas, 1ª edição de 1986, lemos no verbete **"Comunicação de Massa"** (destacamos):

"Trata-se de uma forma especial de **comunicação dirigida ao grande público**, i.e., a **um número de seres humanos vasto, heterogêneo e anônimo**. Dela se **exclui, por meio da técnica, toda relação pessoal e privada**, como nos telegramas, telefonemas, etc. **O fundamental é que se dirija a uma multidão de indivíduos** através de **meios técnicos** de transmissão do som e da imagem: rádio, televisão, cinema, jornal, etc. Cada um destes é chamado **meio de comunicação de massa**, denominação correspondente à inglesa originária de *mass media of communication*.

A comunicação de massa oferece duas vertentes fundamentais de estudo. A primeira se ocupa com sua **instrumentalização técnica**, da sua organização e do conteúdo do material transmitido. A segunda vertente trata das **consequências sociais** da comunicação de massa, seu impacto na estrutura e processo sociais, seus efeitos psicológicos coletivos e individuais. **Este aspecto é o que mais importa para as ciências sociais**".

Destas duas fontes podemos formar os seguintes entendimentos:

Comunicação Social é uma forma especial de comunicação dirigida ao grande público, i.e., a um número de seres humanos vasto, heterogêneo e anônimo. Dela se exclui, por meio da técnica, toda relação pessoal e privada.

Meios de Comunicação Social são meios de comunicação "que, por sua natureza, podem atingir e mover não só cada um dos homens, mas também as multidões e toda a sociedade humana".

Veículos da Comunicação Social são técnicas de transmissão do som e da imagem dirigida a uma multidão de indivíduos.

As técnicas de transmissão do som e da imagem utilizadas para transmitir mensagens da comunicação social, **na oportunidade e com conteúdos pré-determinados pelo próprio emissor**, só permitem a transmissão **unidirecional para os receptores** - uma multidão de indivíduos - **não permitindo qualquer interação do receptor da comunicação social com o emissor da mensagem**, como na comunicação pessoal e privada.

As questões associadas à Comunicação Social podem ser classificadas em **duas classes de questões**:

a) a que trata da sua **instrumentalização técnica**, da sua organização e (da organização) do conteúdo do material transmitido; e

b) a que trata das **consequências sociais** da comunicação de massa, seu impacto na estrutura e processo sociais, seus efeitos psicológicos coletivos e individuais.

2. Da Comunicação Social na Constituição Federal

A questão da “**Comunicação Social**” é tratada no Capítulo V – “Da Comunicação Social” da Constituição Federal.

Este capítulo faz parte do Título VII que trata “**Da Ordem Social**”, que faz uma única referência substancial ao que é “disposto no art. 5º, IV V, X, XII e XIV” que trata de “**Direitos e Deveres Individuais e Coletivos**”.

Cumprе recordar que o Título VII – Da Ordem Social trata das seguintes questões:

Capítulo II – Da Seguridade Social: Saúde, Previdência Social e Assistência Social

Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto

Capítulo IV – Da Ciência e Tecnologia

Capítulo V – Da Comunicação Social

Capítulo VI – Do Meio Ambiente

Capítulo VII – Da Família, da Criança e do Adolescente

Capítulo VIII – Dos Índios

e que, de início, dispõe que:

“Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais”.

Da sua localização, da estrutura temática do Título VII – “Da Ordem Social” e do disposto no artigo inaugural deste título (acima transcrito), podemos formar o entendimento de que a Constituição dispõe sobre a classe de questões da Comunicação Social que trata, primordialmente, “**das consequências sociais da comunicação de massa, seu impacto na estrutura e processo sociais, seus efeitos psicológicos coletivos e individuais**”; e não da classe de questões que trata da instrumentalização técnica, da organização da própria comunicação social e da organização do conteúdo do material transmitido na Comunicação Social.

3. Do Capítulo V - Da Comunicação Social

O Capítulo V – “Da Comunicação Social” é composto por 5 (cinco) artigos que serão analisados e comentados com o objetivo de se fundamentar o entendimento que formulamos sobre a questão proposta; quais sejam:

3.1. Do Art. 220

Transcrevemos abaixo o texto completo deste artigo onde **destacamos** os termos e expressões que dizem de perto ao tema sob análise:

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º - Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º - É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º - Compete à lei federal:

I - regular as **diversões e espetáculos públicos**, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de **programas ou programações de rádio e televisão** que contrariem o disposto no art. 221, bem como da **propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.**

§ 4º - A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

§ 5º - Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de **monopólio ou oligopólio.**

§ 6º - A publicação de veículo impresso de comunicação independe de **licença de autoridade.**

Transcrevemos também o caput do Art. 5º e com os itens referidos - IV, V, X, XIII e XIV que diz respeito **“à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social”**:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

...

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

...

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

Da leitura deste Art. 220 depreendemos o seguinte:

a) A constituição considera que o **objeto da comunicação social** (o conteúdo da mensagem da comunicação social, em outras palavras) é **“a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação”** (Art. 220, caput);

b) A constituição faz distinção entre "**veículo de comunicação social**", expressão utilizada no § 1º, e "**meio de comunicação social**", expressão utilizada no § 5º, ambas subordinadas às expressões "**forma, processo ou veículo**" mencionadas no caput do artigo; no § 1º se refere ainda a "**veículo impresso de comunicação**" que entendemos ser uma espécie de "veículo de comunicação social";

c) A constituição, neste artigo, se refere a "**formas e processos**" de comunicação social; a saber:

- c.1) informação jornalística (§ 1º);
- c.2) diversões e espetáculos públicos (§ 3º - I);
- c.3) programas ou programações de rádio e televisão (§ 3º - II);
- c.4) propaganda de produtos, práticas e serviços (§ 3º - II);
- c.5) propaganda comercial (§ 4º);

d) A constituição **não define**, nem implicitamente, o que é "**Meio de Comunicação Social**" nem o que é "**Veículo de Comunicação Social**"; também não identifica os meios ou veículos específicos classificáveis em cada uma das classes de objetos;

Da leitura das disposições deste artigo da constituição, fica claro que elas foram enunciadas sem que houvesse um "**conjunto estruturado de conceitos e definições**" que lhes desse estrutura, consistência e abrangência para o tratamento de questões da "Comunicação Social". No entanto, ainda que tentativamente, podemos "inferir" um "quadro-de-referência conceitual" deste conjunto de disposições de modo a que possamos dar uma certa organicidade ao nosso entendimento sobre o que elas dispõem; qual seja:

e.1) Este artigo da constituição trata da **Comunicação Social** (Comunicação de Massa), entendida como **comunicação dirigida ao grande público, i.e., a um número de seres humanos vasto, heterogêneo e anônimo, sendo que dela se exclui toda relação pessoal e privada** (vide item 1 acima);

e.2) O **Objeto da Comunicação Social** (ou o Conteúdo da Mensagem da Comunicação Social) é "**a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação**" (vide caput do Art. 220);

e.3) **A forma e o processo** utilizados em "a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação", referidos no caput do Art. 220, serão por nós chamados de "**Meios de Comunicação Social**" e se distinguem dos "**Veículos de Comunicação Social**";

e.4) Os **Meios de Comunicação Social** são meios (**forma e processo**) de comunicação "que, por sua natureza, podem atingir e mover não só cada um dos homens, mas também as multidões e toda a sociedade humana";

e.5) Os **Meios de Comunicação de Massa** citados neste artigo são:

- 1) informação jornalística (no § 1º);
- 2) diversões e espetáculos públicos (no § 3º - I);
- 3) programas ou programações de rádio e televisão (no § 3º - II);

- 4) propaganda de produtos, práticas e serviços (no § 3º - II); e
- 5) propaganda comercial (no § 4º);

e.6) Os **Meios de Comunicação de Massa** são citados como tal no § 5º;

e.7) Os **Veículos de Comunicação Social** são técnicas de transmissão do som e da imagem dirigida a uma multidão de indivíduos;

e.8) Os **Veículos de Comunicação de Massa** são citados como tal no § 1º e como uma de suas espécies (veículo impresso) no § 6º;

Cumpra assinalar que as referências feitas neste artigo a formas, processos e veículos específicos dizem respeito a **todas as exceções ou restrições à aplicação do princípio geral** fixado no caput do Art 220; qual seja:

“Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer **forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição**, observado o disposto nesta Constituição”.

Mais ainda: estas exceções e restrições se fundamentam no fato de que a **Comunicação Social** é uma espécie de **comunicação dirigida ao grande público, i.e., a um número de seres humanos vasto, heterogêneo e anônimo, sendo que dela se exclui toda relação pessoal e privada**, inclusive no diz respeito à **escolha do conteúdo e da oportunidade da veiculação da mensagem**.

3.2. Do Art. 221

Transcrevemos abaixo o texto completo deste artigo onde **destacamos** os termos e expressões que dizem de perto ao tema proposto:

Art. 221. A **produção e a programação das emissoras de rádio e televisão** atenderão aos seguintes princípios:

- I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;
- II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;
- III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;
- IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Este artigo nos informa que a **"produção e programação"** das **"emissoras de rádio e televisão"** atenderão princípios que dizem respeito à classe de questões da Comunicação Social que trata, primordialmente, **"das consequências sociais da comunicação de massa, seu impacto na estrutura e processo sociais, seus efeitos psicológicos coletivos e individuais"**; e não da classe de questões que trata da instrumentalização técnica, da organização da própria comunicação social e da organização do conteúdo do material transmitido na Comunicação Social.

Informa-nos ainda que as **emissoras de rádio e televisão** podem não só **programar** como também **produzir** mensagens a serem por elas transmitidas (emitidas

unidirecionalmente) para o grande público: vasto, heterogêneo e anônimo, atendendo os princípios nele estabelecidos.

Combinando as disposições deste artigo com as do Art. 220 (§ 3º - II), podemos afirmar que a **produção (do conteúdo da comunicação social) das emissoras de rádio e televisão (emissor da comunicação social)** deve ser organizada na forma de **programa ou programação de rádio e televisão (meio de comunicação social)**.

Cumpre assinalar que nenhuma menção ou restrição é feita à **técnica de transmissão do som e da imagem** (veículo de comunicação social) utilizada pelo emissor da comunicação social (emissoras de rádio e televisão). Ou seja: **este artigo trata da Produção de Conteúdo da Comunicação Social e de Meio de Comunicação Social e não de Veículo da Comunicação Social**.

3.3. Do Art. 222

Mais uma vez, transcrevemos o texto completo deste artigo onde **destacamos** os termos e expressões que dizem de perto ao tema proposto:

Art. 222. A propriedade de **empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens** é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

§ 1º Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das **empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens** deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a **gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação**.

§ 2º A **responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada** são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer **meio de comunicação social**.

§ 3º Os **meios de comunicação social eletrônica**, independentemente da **tecnologia utilizada para a prestação do serviço**, deverão observar os princípios enunciados no art. 221, **na forma de lei específica**, que também garantirá a prioridade de profissionais brasileiros na execução de **produções nacionais**.

§ 4º Lei disciplinará a **participação de capital estrangeiro** nas empresas de que trata o § 1º.

§ 5º As alterações de controle societário das empresas de que trata o § 1º serão comunicadas ao Congresso Nacional.

Este artigo trata de **funções e responsabilidades de empresas jornalísticas e de empresas de radiodifusão sonora e de sons e imagens**, bem como de sua **propriedade**.

No caput, dispõe que "A **propriedade** de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é **privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos**, ou de pessoas **jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País**".

No seu § 1º fixa que "Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das **empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e**

imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos” que “exercerão obrigatoriamente a **gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação**”; ou seja: as **funções essenciais dessas empresas** são: a) gestão das atividades da programação; e b) estabelecimento do conteúdo da programação.

Mais uma vez nenhuma menção ou restrição é feita à **técnica de transmissão do som e da imagem** - dirigida a uma multidão de indivíduos (veículo de comunicação social) – utilizada pelo emissor da comunicação social (empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens).

Ou seja: a **constituição continua tratando da Produção de Conteúdo da Comunicação Social e de Meio de Comunicação Social e não de Veículo da Comunicação Social**.

No seu § 2º, a constituição continua ainda tratando dessas questões; senão vejamos: “A **responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada** ..., em qualquer meio de comunicação social”.

Já no seu § 3º a constituição separa claramente os “**meios de comunicação social eletrônica**” da “**tecnologia utilizada para a prestação do serviço**”, onde, de acordo com o entendimento construído até agora:

Meios de Comunicação Social Eletrônica são meios de comunicação **eletrônica** “que, por sua natureza, podem atingir e mover não só cada um dos homens, mas também as multidões e toda a sociedade humana”.

Veículos da Comunicação Social Eletrônica são técnicas de transmissão **eletrônica** do som e da imagem dirigida a uma multidão de indivíduos.

As técnicas de transmissão **eletrônica** do som e da imagem utilizadas para transmitir mensagens da comunicação social **eletrônica**, **no tempo e com conteúdos pré-determinados** pelo próprio emissor, só permitem a transmissão **eletrônica unidirecional para os receptores** - uma multidão de indivíduos – **não permitindo qualquer interação do receptor da comunicação social eletrônica com o emissor da mensagem**, como na comunicação **eletrônica** pessoal e privada.

Se utilizarmos os exatos termos da constituição até agora apreciados, a expressão “**prestação do serviço**” em “**independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço**” só pode significar o seguinte:

- prestação de serviços de transmissão eletrônica
- de programas e programações de rádio e televisão,
- produzidos por emissora de rádio e televisão,
- veiculados por empresas de radiodifusão sonora ou de sons e imagens que assumem a responsabilidade editorial e executam as funções de seleção e direção das programações por elas veiculadas,
- independentemente da tecnologia utilizada (na transmissão eletrônica das programações veiculadas).

Entendemos ainda que os **serviços de transmissão eletrônica** acima referidos são os nomeados no Art. 21, item XII, alínea a), da Constituição que dispõe:

Art. 21. Compete à União:

....

XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 8, de 15/08/95)

Entendemos também que estes serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens, são regulados pelas disposições do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, com atualizações, que "Aprova o **Regulamento dos Serviços de Radiodifusão**" onde, por exemplo, está disposto (**destacamos**) o seguinte:

Art. 1º Os serviços de radiodifusão, compreendendo a **transmissão de sons (radiodifusão sonora) e a transmissão de sons e imagens (televisão)**, a serem **direta e livremente recebidas pelo público em geral**, obedecerão aos preceitos da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do Decreto nº 52.026, de 20 de maio de 1963, deste Regulamento e das normas baixadas pelo Ministério das Comunicações, observando, quanto à outorga para execução desses serviços, as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24.12.1996)

Parágrafo único. Os serviços de radiodifusão obedecerão, também, às normas constantes dos atos internacionais em vigor e dos que no futuro se celebrarem, referendados pelo Congresso Nacional. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24.12.1996)

Art 2º **Compete, exclusivamente**, à União dispor sobre qualquer assunto referente aos serviços de radiodifusão.

Art 3º Os serviços de radiodifusão tem **finalidade educativa e cultural**, mesmo em seus **aspectos informativo e recreativo**, e são **considerados de interesse nacional**, sendo permitida, apenas, a **exploração comercial dos mesmos**, na medida em que não prejudique esse interesse e aquela finalidade.

Este Regulamento também dispõe que a transmissão de sons (radiodifusão sonora) e a transmissão de sons e imagens (televisão) é para serem **direta e livremente recebidas pelo público em geral**, sinônimo de **grande público**, i.e., **a um número de seres humanos vasto, heterogêneo e anônimo**, sendo que dela se exclui, por meio da técnica, **toda relação pessoal e privada**.

Mesmo no regulamento fica patente a importância dada pelo marco regulatório em tela ao **Conteúdo da Comunicação Social**.

3.4. Do Art. 223

Transcrevemos abaixo o texto completo deste artigo onde **destacamos** os termos e expressões que dizem de perto ao tema proposto:

Art. 223. Compete ao Poder Executivo **outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens**, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º - O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º - A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º - O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º - O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º - O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as **emissoras de rádio e de quinze para as de televisão**.

Neste ponto cumpre lembrar que a Constituição dispõe que:

Art. 21. Compete à União:

...

XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 8, de 15/08/95)

As disposições deste artigo trazem para o Congresso Nacional a deliberação final sobre os atos de outorga, de renovação ou de não renovação de concessão ou permissão para **a prestação de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens**, que antes era prerrogativa exclusiva do Poder Executivo, e fixam os prazos das concessões ou permissões para as **emissoras de rádio e de televisão**.

Cumpramos assinalar que entendemos também que não há qualquer dúvida de que a prestação do serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens é de **competência da União**, de acordo com os termos do Art. 21, item XIII, alínea a, acima transcrito.

3.5. Do Art. 224

Por fim, nesta análise que já se faz longa, transcrevemos abaixo o texto completo deste artigo onde **destacamos** os termos e expressões que dizem de perto ao tema proposto:

Art. 224. Para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o **Conselho de Comunicação Social**, na forma da lei.

Entendemos que o **Conselho de Comunicação Social**¹ se constitui num lugar ímpar para a formulação, construção de consensos e encaminhamento de solução legislativa para o deslinde das **graves questões do marco regulatório das comunicações brasileiras**, inclusive a nível constitucional, que estão a impedir que elas atendam as demandas da sociedade pela aceleração do processo de Inclusão Social do povo brasileiro.

4. Do Entendimento da TELEBRASIL sobre o Tema proposto

Depois da análise e das considerações sobre o tema que nos foi proposto; qual seja:

¹ O Conselho de Comunicação Social foi instituído pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, com atribuição de "realizar estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações que lhe forem encaminhadas pelo Congresso Nacional a respeito do Título VIII, Capítulo V, da Constituição Federal".

“As empresas de telecomunicações, as de tecnologia e internet, de televisão por satélite, de televisão a cabo e de televisão de sinal aberto, quando transmitirem conteúdo de programação audiovisual, tornam-se, automaticamente, integrantes do setor de empresas de Comunicação Social, portanto vinculadas e sujeitas ao que está contido no Capítulo V, artigos 220 a 224, da Constituição Federal?”

a **TELEBRASIL – Associação Brasileira de Telecomunicações**, nos termos de seu Estatuto Social, por **deliberação unânime de sua Diretoria Colegiada**, reunida em 28 de julho de 2006 em sua sede social, entende que:

“As empresas de telecomunicações, as de tecnologia e internet, de televisão por satélite, de televisão a cabo e de televisão de sinal aberto, quando **transmitirem conteúdo** de programação audiovisual”: **NÃO SE TORNAM**, “automaticamente, integrantes do setor de empresas de Comunicação Social, portanto vinculadas e sujeitas ao que está contido no Capítulo V, artigos 220 a 224, da Constituição Federal”.

Entende ainda que o que está disposto no Capítulo V, artigos 220 a 224, da Constituição Federal **não impede que** “As empresas de telecomunicações, as de tecnologia e internet, de televisão por satélite, de televisão a cabo e de televisão de sinal aberto” **transmitam** “conteúdo de programação audiovisual”, desde que observados os termos dos respectivos marcos regulatórios.

Prezado Presidente Prof. Arnaldo Niskier

Apresentado o entendimento da **TELEBRASIL – Associação Brasileira de Telecomunicações** sobre o tema que nos foi proposto, só nos restar agradecer a consideração que o **Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional** tem dispensado à nossa **TELEBRASIL**.

Colocamo-nos à inteira disposição desse Conselho para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários ou para oferecer a nossa modesta contribuição para a realização de iniciativas desse Conselho em prol do aperfeiçoamento do marco regulatório das comunicações brasileiras.

Atenciosamente



Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira
TELEBRASIL – Associação Brasileira de Telecomunicações
Presidente

CT.022/2006

São Paulo, 28 de julho de 2006.

Ilmo Sr
Arnaldo Niskier
M.D. Presidente do
Conselho de Comunicação Social
Congresso Nacional
Brasília DF

Ref.: **Ofício nº 48/2006 – CCS, de 30.06.2006**

Senhor Presidente,

Acusamos o recebimento do Ofício em referência, e agradecemos a oportunidade que nos é aberta por este nobre Conselho para emitir o entendimento desta Associação sobre tema que reputamos da mais alta relevância.

Considerando a complexidade do tema proposto e a multiplicidade de aspectos eminentemente jurídicos envolvidos, anexamos "opinião legal" que consubstancia e traduz o entendimento desta Associação sobre a questão.

Colocando-nos à disposição deste Conselho para continuar a debater o tema sempre que considerado oportuno.

Atenciosamente,

José Fernandes Pauletti
Presidente Executivo

José Roberto Manesco
Eduardo Augusto de Oliveira Ramires
Marcos Augusto Perez
Floriano de Azevedo Marques Neto
Ane Elisa Perez
Tatiana Matiello Cymbalista
Fábio Barbalho Leite

Licínio dos Santos Silva Filho
Cornélio Vieira de Moraes Júnior
José Aníbal Freitas Marques
Luís Justiniano de Arantes Fernandes
Wladimir Antonio Ribeiro

Magali Favaretto Prieto
Adriana Roldan Pinto de Lima

Adalberto Pimentel Diniz de Souza
Maria Célia Nogueira Moscati
Denise Nefussi
Rodrigo Françoço Martini
Eduardo Pannunzio
Fernanda Meirelles
Juliana Nunes de Menezes Fragoso
José Alexandre Ferreira Sanches
Carlos Renato Lonel Alva Santos
Bianca Quatrochi Caldas Marques
Eduardo Ferreira Jordão
Carlos Eduardo Bergamini Cunha
Carolina de Fátima Silvério
Ana Luíza Simoni Paganini
Mateus Piva Adami
Carlos Alberto Laurino
Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth
Ticiane Nogueira da Cruz Lima

*Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia*

São Paulo
Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
Brasília
SAUS, Quadra 1, Bloco N salas 706/707
CEP: 70070 - 941 Brasília - DF
Tel. (61) 223-7895 Fax 223-7895
www.manesco.com.br

Opinião legal

A **Associação Brasileira de Concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado – ABRAFIX** solicita a análise, fundamentação jurídica e resposta à seguinte indagação:

“As empresas de telecomunicações, as de tecnologia e internet, de televisão por satélite, de televisão a cabo e de televisão de sinal aberto, quando transmitirem conteúdo de programação audiovisual, tornam-se, automaticamente, integrantes do setor de empresas de Comunicação Social, portanto vinculadas e sujeitas ao que está contido no Capítulo V, artigos 220 a 224, da Constituição Federal?”

Diante da clareza do questionamento, passamos diretamente a respondê-lo.

Para tanto, parece-nos imprescindível, inicialmente, definir os contornos precisos da questão. A pergunta diz respeito ao comportamento das empresas de comunicação e tecnologia de uma maneira geral e suas eventuais consequências jurídicas. Questiona-se a transmissão de conteúdo de programação audiovisual faria com que estas empresas fossem juridicamente enquadradas como integrantes do setor de comunicação social e se sujeitem, portanto, ao Capítulo V do Título VIII da Constituição Federal, dedicado à disciplina da Comunicação Social (artigos 220 a 224). Pode-se assim traduzir a questão nos seguintes termos: o simples fato de

transmitir conteúdo de programação audiovisual por si só caracteriza o setor da comunicação social e é suficiente para ensejar o enquadramento jurídico de empresas nesse setor, sujeitando-as, assim à sua disciplina constitucional?

Assim colocada a questão, vê-se que ela envolve a articulação de alguns conceitos cujos contornos precisam ser definidos. O debate a respeito desse tema pressupõe, portanto, que se esclareça (i) o que se entende por Comunicação Social, na forma como definida pela Constituição Federal; (ii) o que se entende por transmissão de conteúdo de programação audiovisual e finalmente (iii) a extensão da aplicação do Capítulo constitucional dedicado à Comunicação Social (artigos 220 a 224 da Constituição Federal). Vejamos cada um desses pontos.

1. O conceito de comunicação social

Apesar de dedicar um capítulo inteiro à Comunicação Social, a Constituição Federal não oferece definição precisa do que se pode entender por esse conceito. Impõe-se deduzir do próprio texto constitucional os seus contornos.

Os artigos 220 a 224 da Constituição fazem referência aos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, às empresas jornalísticas e às diversões e espetáculos públicos. Deve-se entender, portanto, que este é universo da “Comunicação Social”. Depreende-se do texto constitucional que o conceito de Comunicação Social é indissociável da noção de **comunicação de massa**, ou seja, a Comunicação Social trata das comunicações com abrangência e relevância social, dirigidas a um grande público indeterminado, heterogêneo e anônimo. Além da **anonimidade e indeterminação** dos destinatários da comunicação, as atividades compreendidas na Comunicação Social caracterizam-se também por sua **unidirecionalidade**, ou seja, pela impossibilidade do destinatário escolher seu conteúdo.

A combinação desses três fatores – unidirecionalidade, indeterminação e anonimidade dos destinatários - explica a razão da disciplina específica das Comunicações Sociais na Constituição. É exatamente por se dirigir a um grande público, indefinido e anônimo, e pelo fato do conteúdo ser pré-determinado pelo seu emissor, que essas comunicações adquirem maior relevância social e merecem atenção e tratamento regulatório específico e intenso na Constituição.

O conceito de comunicação social contrapõe-se, assim, à noção de comunicação pessoal, essa essencialmente bi-direcional, direcionada a destinatários singulares e identificados, que têm capacidade de escolha do conteúdo e eventualmente o produzem. Essas comunicações pessoais excluem-se, a toda evidência, do campo de abrangência da Comunicação Social tal qual delineado na Constituição Federal.

Aportaremos maiores precisões sobre a abrangência do conceito de Comunicação Social, em oposição com outros conceitos constantes da Constituição, notadamente o conceito de Comunicação Social Eletrônica, no item 3 da presente Opinião Legal. Importa pelo momento consignar que, se a Constituição Federal segregou essas atividades - a radiodifusão sonora e de sons e imagens, a imprensa escrita e as diversões e espetáculos públicos – e destinou-lhes tratamento específico, é porque essas comunicações possuem características particulares que lhes conferem relevância social igualmente singular, relacionadas à abrangência de seu público e à impossibilidade deste interferir no conteúdo da comunicação veiculada.

2. A transmissão de conteúdo de programação audiovisual

Por outro lado, há que se definir igualmente o que se entende por transmissão de conteúdo de programação audiovisual.

Em sentido amplo, qualquer comunicação pressupõe a transmissão de conteúdo, ou seja, o encaminhamento de informação de um emissor para um destinatário. A noção de conteúdo [mensagem] se confunde, assim, com a própria noção ampla de comunicação, seja ela dado, imagem ou som.

Entretanto, utiliza-se aqui a noção de "conteúdo" de maneira mais específica, conforme o valor comercial que ele adquire na comunicação. Pode-se distinguir entre a comunicação cujo valor esteja no conteúdo pré-estabelecido que veicula e a comunicação cujo valor encontra-se na comercialização do transporte da informação, cujo conteúdo se produz durante a comunicação em si. No primeiro caso, o conteúdo (e não o transporte dele) consubstancia a essência e o fundamento de valor da comunicação, ainda que o transporte seja muitas vezes prestação ancilar. No segundo, o valor encontra-se no uso da rede que possibilita a comunicação. Em analogia, no primeiro caso contrata-se o fornecimento de uma mercadoria [ainda que, para entregá-la, o fornecedor tenham eventualmente, que transportá-la], no segundo contrata-se o transporte. As telecomunicações normalmente dizem respeito à contratação do transporte (ex. rede de telefonia para transportar o conteúdo que os usuários produzem ao falar), enquanto as Comunicações Sociais têm em geral seu valor ditado pelo conteúdo pré-existente que os usuários pretendem adquirir (música ou vídeo, por exemplo).

A referência à programação audiovisual pressupõe, por sua vez, a transmissão de grade de conteúdo de imagens em movimento, unilateralmente pré-determinada por seu emissor. A ideia de programação pressupõe que o destinatário da comunicação não tem poder sobre o conteúdo veiculado, não podendo alterá-lo ou determiná-lo.

Pode-se então conceituar a transmissão de conteúdo de programação audiovisual como a atividade cujo valor essencial encontra-se nas imagens veiculadas e que tem suas características (conteúdo, momento da transmissão) determinadas unilateralmente pelo emissor.

3. A extensão da aplicação dos artigos 220 a 224 da Constituição Federal

Feitas essas considerações terminológicas, há que se enfrentar a extensão da aplicação do Capítulo constitucional dedicado à "Comunicação Social". Vê-se pela análise dos artigos 220 a 224 da Constituição Federal que eles não se aplicam de maneira uniforme às atividades compreendidas no universo da Comunicação Social. Alguns artigos destinam-se a empresas de cunho específico e não admitem interpretação extensiva a outras atividades.

Assim é que o art. 221 da Constituição tem aplicabilidade restrita às emissoras de rádio e televisão e não diz respeito às empresas jornalísticas ou às diversões públicas. Também o art. 222 refere-se tão somente a empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por sua vez, o art. 223 regula o procedimento estrito de outorga para o serviço de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, enquanto o art. 220, §6º, prevê expressamente que a publicação de veículo impresso de comunicação independe de autorização. Ou seja, independentemente da noção de comunicação social, não se pode pretender aplicar generalizadamente os preceitos contidos naquele Capítulo da Constituição.

Questão específica diz respeito à "comunicação social eletrônica", noção introduzida pela Emenda Constitucional nº 36, de 28 de maio de 2002. Não há qualquer outra referência a esse conceito no texto constitucional, a não ser a do art. 222, §3º, que prevê que "os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do

serviço, deverão observar os princípios enunciados no art. 221, na forma de lei específica, que também garantirá a prioridade de profissionais brasileiros na execução de produções nacionais”.

O art. 221, ao qual esse dispositivo faz referência, estabelece princípios editoriais para a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão: a preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; a promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; a regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; o respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família

Da previsão de aplicação dos princípios editoriais previstos no art. 221, pode-se depreender que a noção de “comunicação social eletrônica” pressupõe atividades com oferta de conteúdo pré-programado, ou seja, determinado prévia e unilateralmente pelo emissor. Entretanto, isso não é suficiente para determinar o alcance dessa expressão.

Não parece ser aceitável equiparar toda e qualquer transmissão de conteúdo por meio eletrônico à comunicação social eletrônica referida em tal dispositivo constitucional. Nada na Constituição Federal indica ou autoriza tal equiparação. Ao contrário, o texto constitucional aponta claramente que não é este o alcance do art. 221, §3º. Vejamos.

Em primeiro lugar, a sua localização na Constituição Federal restringe a abrangência do conceito. Por se encontrar inserida no Capítulo da Comunicação Social, não se pode atribuir a ele uma extensão desmesurada. Há que se inseri-la no contexto da comunicação de massa, que adquire relevância social específica em razão das já referidas características de unidirecionalidade e de pré-determinação do conteúdo.

Dai porque não se pode entender que a introdução do conceito de “comunicação social eletrônica” no texto constitucional teve por finalidade ou por consequência estender a responsabilidade editorial constante do art. 221 a toda e qualquer comunicação eletrônica que envolva transmissão de conteúdo, *“independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço”*.

Em segundo lugar, a interpretação sistemática da Constituição obriga à constatação de que a Constituição Federal reservou tratamento distinto para a comunicação social e para os outros setores de comunicação, como, por exemplo, a internet ou os serviços de telecomunicações. A Constituição prevê regramento separado, distinto e peculiar para a radiodifusão ou jornalismo e para as telecomunicações (v., por exemplo, os arts. 220 a 224, que se referem tão somente à radiodifusão sonora e de imagens e às empresas jornalísticas; ver também o tratamento topograficamente distinto no âmbito do art. 21, XI e XII, a). Ao referir-se à comunicação **social** eletrônica, o texto constitucional deixou claros os limites de sua regulação. Refere-se – repise-se - tão somente àqueles serviços de comunicação com relevância social específica, por atingirem ao grande público e terem caráter unidirecional. Fosse outra a intenção do regulador, e teria expressamente previsto a abrangência dos princípios do art. 221 a toda e qualquer comunicação eletrônica.

Infere-se, então, do conjunto do capítulo da Comunicação Social que os serviços por ela abrangidos atualmente têm características de serviços de **comunicação de massa**, caracterizados pelo provimento de conteúdo pré-programado de forma unidirecional e permanente a usuários indeterminados e inidentificados. É tão forte esta dimensão de definição prévia e unilateral do conteúdo distribuído unidirecionalmente na comunicação social que o art. 222, §2º, deixa entender ser sempre inerentes à comunicação social as atividades de editoração, seleção e direção de **programação**. Dai descaber incluir no conceito de comunicação social, eletrônica ou não, o transporte de conteúdos que não sejam propriamente dirigidos ou inderrogavelmente selecionados (caso das

tevês por assinatura com oferta ampla de canais) ou no caso da oferta de conteúdo buscável pelo usuário ou disponibilizável por demanda deste.

Decorre daí uma terceira e última razão. Há que se reconhecer que, do ponto de vista material, existe evidente diferença entre os meios de comunicação social referidos na Constituição e os demais serviços de comunicação que não receberam tal tratamento regulatório diferenciado. Existem evidentes diferenças materiais entre os serviços de comunicação de massa e os demais serviços que envolvem provimento de conteúdo.

Enquanto na radiodifusão, na televisão por assinatura e no jornalismo, o usuário tem acesso a um conteúdo pré-programado, o que restringe a sua liberdade às alternativas de sim ou não (em regra, não se pode escolher a quais programas de televisão assistir em determinado horário – assistimos ou não àqueles que estão sendo veiculados, por opção da empresa difusora), nos demais serviços de provimento de conteúdo há ampla possibilidade de escolha do que “consumir”, já que o programador do conteúdo é o próprio usuário. O fornecimento de conteúdo por telecomunicações ou por serviços de valor adicionado (ex. internet) sempre será customizado. Esta característica tem implicações fundamentais na regulamentação jurídica da sua disponibilização.

Daí porque seria incoerente e absurdo, do ponto de vista prático, atribuir-se alcance amplo ao conceito de comunicação social eletrônica. Não há como conceber que o constituinte pretendeu estender a responsabilidade editorial prevista no art. 221 para um serviço como o “disque-piadas” ou a previsão meteorológica, por exemplo.

4. Conclusões

Explicitados os termos e o âmbito da discussão, convém agora tirar deles nossas conclusões quanto à questão que nos é submetida.

Embora a abrangência do conceito de comunicação social possa ser objeto de discussão, ela não é indefinida. Da análise dos arts. 220 a 224 da Constituição Federal é possível concluir que são meios de comunicação social apenas as empresas jornalísticas (imprensa escrita) e de radiodifusão (rádio e TV aberta), já que os dispositivos constitucionais mencionam apenas esses serviços. Seu universo pressupõe atividades de peculiar relevância social, por atingir um grande público indeterminado e anônimo e por pressupor a transmissão ponto- multiponto de conteúdo pré-determinado.

O conceito de comunicação social relaciona-se, portanto, à forma de propagação do conteúdo (ponto-multiponto), à sua abrangência (comunicação de massa de grande alcance e relevância social) e, em certa medida, à "impotência" do destinatário em relação ao objeto da transmissão (conteúdo pré-programado, anonimato, unilateralidade, acesso de massa). Compreende, essencialmente, a radiodifusão sonora e de sons e imagens, bem como as empresas de jornalismo escrito e as diversões públicas. Diversamente, não engloba serviços de telecomunicações (tvs por assinatura) e internet (serviço de valor adicionado), exatamente por faltar-lhes as características de anonimato, indeterminação e unidirecionalidade acima referidas.

A Constituição Federal é clara ao estabelecer tratamento diferenciado às telecomunicações e à radiodifusão (cf., p. ex., art. 21, XI e XII, da CF) e, quando trata da Comunicação Social, em seu Capítulo V, Título VIII, não faz qualquer menção aos serviços de telecomunicações ou à internet.

Impõe-se concluir, portanto, que a submissão das empresas ao disposto no Título VIII, Capítulo V, da Constituição Federal (artigos 220 a 224), não decorre do **simples fato delas transmitirem conteúdo de programação audiovisual, mas sim da natureza da**

atividade que exploram ser (e poder ser, já que o texto constitucional não deixa margem ao legislador ordinário para incluir atividades no conceito de comunicação social) enquadrada como comunicação social ou como comunicação social eletrônica (no caso apenas para os princípios editoriais elencados no art. 221), espécie do gênero mais amplo serviços de comunicação que, como vimos, não engloba todos os serviços que importem transmissão de conteúdo.

Além disso, há que se ressaltar que, ainda que se enquadre determinado serviço como comunicação social ou como comunicação social eletrônica, não incidem automaticamente sobre eles os condicionamentos constantes dos arts. 220 a 224. A maior parte das disposições constitucionais constantes do Capítulo V tem seus destinatários expressamente indicados em cada artigo e não admitem sua extensão para outros serviços ou empresas. É o caso, notadamente, das restrições à propriedade estrangeira (art. 222), ou ainda das disposições relativas a outorga dos diferentes serviços.

Há que se distinguir claramente entre as disposições relativas à restrição de propriedade estrangeira (notadamente o art. 222) e as previsões que dizem respeito à responsabilidade editorial pelo provimento de conteúdo.

No caso das primeiras, não há cogitar-se em estender tais restrições de propriedade a outros serviços que não os expressamente elencados no caput do art. 222, ainda que estes serviços envolvam transmissão de conteúdo audiovisual ou que sejam enquadrados como comunicação social ou comunicação social eletrônica.

Em se tratando da segunda ordem de condicionamentos, relativa à responsabilidade editorial, as empresas de radiodifusão aberta ou de jornalismo estarão submetidas aos princípios de responsabilidade editorial por serem expressamente visadas no texto constitucional.

Conforme o art. 221, §3º, são sujeitos a esses condicionamentos os meios de comunicação social eletrônica, *"independentemente da tecnologia preparada para a prestação do serviço"*.

Contudo, deste universo estão excluídas as atividades de telecomunicações e de acesso à Internet. Qualquer que seja o contorno que se pretenda dar aos conceitos de comunicação social ou comunicação social eletrônica, essas atividades não estarão neles compreendidas. Elas jamais estarão sujeitas aos condicionamentos constantes do art. 220 a 224, em sua redação atual, porque, ainda que provejam conteúdo de programação audiovisual, não poderão ser enquadradas como comunicação social, por faltar-lhes as características de anonimidade, indeterminação e unidirecionalidade na comunicação.

Era o que tínhamos a consignar.

São Paulo, 21 de julho de 2006.

Floriano de Azevedo Marques Neto
Advogado

Tatiana Cymbalista
Advogada

OFÍCIO Nº 307/2006/DAAS/SSCE/MC

Brasília, 26 de julho de 2006.

A Sua Senhoria o Senhor

Doutor Arnaldo Niskier

Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional

Senado Federal – Praça dos Três Poderes

Ala Senador Dinarte Mariz – Sala nº 6

CEP.: 70165-900 – Brasília – D.F

Assunto: Informação

Ref.: Ofício nº 48/2006-CCS, de 30 de junho de 2006

Senhor Presidente,

1. Em atenção ao Ofício nº 48/2006-CCS, de 30 de junho de 2006, de autoria de Vossa Senhoria, cujo teor do assunto trata de solicitação para que este órgão se pronuncie sobre a indagação abaixo transcrita, informamos o que segue:

“As empresas de telecomunicações, as de tecnologia e Internet, de televisão por satélite, de televisão a cabo e de televisão de sinal aberto, quando transmitirem conteúdo de programação audiovisual, tomam-se, automaticamente integrantes do setor de empresas de Comunicação Social, portanto vinculadas e sujeitas ao que está contido no capítulo V, artigos 220 e 224, da constituição Federal?”

2. A questão relativa à transmissão de conteúdo de programação audiovisual, no que diz respeito à televisão de sinal aberto, já está contemplada no **Código Brasileiro de Telecomunicações**, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962; no **Regulamento dos Serviços de Radiodifusão**, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e recepcionado no **Capítulo V da Carta Maior**.

3. Segundo os ensinamentos da doutrina, tão bem explicitados pela obra de Marcos Alberto Sant'Anna Bitelli, *in* Direito da Comunicação e da Comunicação Social, Ed. Revista dos Tribunais, pág. 235, apregoa:

“O surgimento de uma legislação que seja capaz de unificar o tratamento de radiodifusão e telecomunicações, quanto aos seus meios e os conteúdos (mensagens), é uma reclamação sentida pelos que operam no campo da comunicação social. A própria Constituição ao determinar ao legislador que trate de criar os meios de defesa da sociedade em relação à programação de rádio e televisão, acrescido da determinação nova do art. 222 da mesma CF para que os serviços de telecomunicação (ou eletrônicos de massa) atendam ao art. 221, imporá certamente o surgimento de normas mais abrangentes e quem sabe uma unicidade de tratamento legal dos *media* em face da convergência tecnológica.”

4. Esclarecemos que o fato essencial que não se pode esquecer neste cenário de mudanças profundas é que o Brasil precisa de nova lei não apenas para a televisão aberta ou o rádio, mas para todas as formas de comunicação eletrônica de massa. Uma lei que reconheça o papel da comunicação de massa em sua plenitude, dentro dos limites éticos que a sociedade quer e que a Constituição contempla.

5. Lembramos que a matéria relacionada às empresas de telecomunicação, as de tecnologia, as de televisão por satélite, e de televisão a cabo, quando transmitirem conteúdo de programação audiovisual é de competência da Agência Nacional de Telecomunicações para discorrer o assunto, e do Comitê Gestor de Internet, para dirimir a matéria concernente a Internet, razão pela qual este órgão deixa de contribuir a respeito desses temas.

6. Para tanto, colocamo-nos à disposição desse digno Conselho, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



JOA NILSON L. B. FERREIRA
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

PARECER Nº 2, DE 2006 - CCS

EMENTA: Princípios e finalidades constitucionais para a programação das emissoras de rádio e televisão. Liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação. Tipificação criminal de programação televisiva. Alteração do Código Penal Brasileiro.

Projeto de Lei Nº. 5040 DE 2001.

Interessado: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados.

Assunto: solicita parecer acerca do PL 5040 de 2001, de autoria do Deputado Severino Cavalcanti, que *“tipifica como crime a exibição, por emissora de televisão, de cena de nudismo ou de relações sexuais”*.

Relatora: Conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra.

1. Relatório:

O Projeto de Lei em análise, propõe a alteração do art. 234 do Decreto-lei n. 2848 de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal Brasileiro e foi originalmente apresentado na Câmara Federal no ano de 2001, tendo sua tramitação apensada ao PL3654 de 2000, com base no art. 151, III do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Em maio de 2002, por requerimento do relator do referido PL na Comissão de Seguridade Social e Família, o mesmo é desapensado voltando a tramitar de forma autônoma sendo distribuído para análise das Comissões pertinentes.

Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados, datado de abril de 2003 defere o desarquivamento da proposição, em atenção ao requerido pelo autor. Em 24 de agosto de 2005, a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, aprecia o projeto acatando sugestão da Deputada Luisa Erundina no sentido de que fosse ouvido, sobre a matéria, o Conselho de Comunicação Social, de modo a *“dar mais subsídios para a consolidação da opinião dos parlamentares”* daquela Comissão.

Mediante o ofício nº 1944, de outubro de 2005, a presidência da Câmara Federal solicita o parecer do CCS, consoante o disposto no art. 2º da Lei 8389/91. Em novembro do mesmo ano, a Secretaria Geral da Mesa do Senado, encaminha o processado do referido Projeto de Lei, para os efeitos do art. 3º do Regimento Interno do Conselho.

Em dezembro de 2005, recebemos, do Presidente do Conselho de Comunicação Social, a incumbência de analisar a matéria e apresentar ao Colegiado proposta de manifestação, que cumpro e materializo através do seguinte parecer.

É o relatório.

2 – Parecer:

O autor do Projeto de Lei em questão justifica sua proposição em pouco mais de dez linhas, argumentando a necessidade de preservação dos *“valores morais e cristãos da nossa sociedade”*. Informa que a *“unidade familiar”* brasileira vem sendo *“agredida”* pela veiculação de *“programas de televisão que têm em vista unicamente pregar o amor livre, o erotismo, a sensualidade desenfreada, a afronta aos preceitos morais e religiosos”*. Finalmente, prega o Deputado que o PL apresentado *“... não censura a atividade intelectual ou artística. Mas não concorda que ela se exprima de forma perniciosa”*.

Entende o Deputado Severino Cavalcanti que as mazelas da família brasileira podem ser solucionadas, ao menos em parte, com a reclusão – de dois a cinco anos, dos responsáveis pelos programas e pelas emissoras que veicularem, cenas de nudismo e relações sexuais em TV aberta. Os mesmos estarão sujeitos ainda, a multa de R\$ 18.000,00 a R\$ 180.000,00, devida por cada veiculação da cena, do programa que a contenha ou do anúncio que a exponha.

No que pesem as boas intenções do parlamentar, entendemos que o Projeto é equivocado. Ainda que a alteração do Código Penal Brasileiro fosse o caminho para elevar a qualidade da programação da TV aberta, o autor poderia elencar no seu inventário de proibições, ao menos, as cenas de violência ficcional que proliferam na programação e que tanto impacto causam, comprovadamente, na formação de crianças e adolescentes telespectadores. Poderia também tentar induzir as emissoras a definir horários próprios para os programas voltados ao público adulto. Poderia ao menos, tentar articular seu projeto com inúmeros outros que tramitam na casa, com muito maior legitimidade como aqueles derivados do *“Movimento contra a Baixaria na TV”*, o que emprestaria base teórica e densidade pública à proposição.

Ao restringir seu propósito a intenção de banir das telas de TV cenas - inclusive raríssimas, de nudismo e relações sexuais, ainda que não queira, o autor está, em nosso entender, afrontando a Constituição Brasileira que protege, de modo inequívoco, a liberdade de expressão e comunicação, haja visto o disposto nos artigos art.5º IX, art.215 e especialmente no art.220, parágrafos 1º e 2º, onde se enuncia de forma clara que:

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou

veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística, em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

No entanto, mesmo amplamente protegidas, tais atividades, estão sujeitas pela própria CF a uma regulamentação especial destacada no art. 220, parágrafo 3º, I e II. Tratam-se das diversões e espetáculos públicos e da garantia de defesa da pessoa e da família frente ao eventual descumprimento dos princípios e finalidades estabelecidos no art. 221, para a produção e programação das emissoras de rádio e TV.

Os espetáculos públicos que conforme ensina José Afonso da Silva, na obra “Curso de Direito Constitucional Positivo, 19ª edição, pág. 257, *trata-se de representação teatral, exibição cinematográfica, rádio, televisão ou qualquer outra demonstração pública de pessoa ou conjunto de pessoas*” ficam sujeitos a indicação classificatória de idade, local e horário.

Além disso, a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão, segundo o art. 221 da Constituição, deverão atender, dentre outros princípios: a preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; e o respeito aos valores éticos e sociais da família.

Repare-se que a Constituição reserva para a União a competência de exercer, *para efeito indicativo*, a classificação das diversões públicas e dos programas de rádio e TV, conforme art. 21, XVI. Assim, estabelece a CF, ao mesmo tempo, que os limites que possa haver à liberdade de expressão não podem importar em censura e tão pouco pode seu exercício entrar em confronto com outros valores tutelados, como a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, não havendo portanto um valor absoluto e ilimitado. A CF impõe o alcance de um *equilíbrio* que possibilite que o privilegiamento de um valor não elimine outro

Ou seja, a cultura de massa, entendida como aquela produzida pelos meios de comunicação social, mesmo gozando de proteção constitucional, como forma de manifestação artística e de comunicação (art. 5, IX) e como forma de manifestação do pensamento, de criação, de expressão e de informação, sob qualquer forma, processo ou veículo (art. 220), ela está sujeita aos princípios impostos no art. 221. E esta é a base constitucional para a atuação da cultura de massa, com limitações que visam precisamente a conciliar os objetivos comerciais da indústria cultural com a defesa da cultura em geral e dos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Infelizmente, é bem verdade que basta acompanhar por uma semana a programação de redes de televisão para se perceber a resistência concreta à regulamentação do art. 221. É

flagrante o descumprimento dos princípios norteadores da programação, na televisão brasileira. Isto é claro, quando se vê que semanalmente são exibidos na TV aberta dezenas de filmes estrangeiros e programas, que não educam, nem informam, tampouco são artísticos e só podem ser chamados de culturais se forem tomados pelo aspecto mais amplo possível do termo.

É preciso que se diga que se não fossem fundamentais, os princípios norteadores da produção da programação televisiva, enunciados no art. 221, não teriam sido confirmados na emenda constitucional nº 36, estatuto que deveria ter efeitos estritamente econômicos e que no entanto os reitera, atualiza e amplia para “os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço”.

Assim, ao tempo em que concordamos com o PL na sua identificação da existência de um certo “anseio da população brasileira” no que diz respeito à programação televisiva, precisamos deixar claro, que um tal sentimento não pode ser respondido transformando em crime a atividade.

Conforme o dito popular, entendemos que o Projeto de Lei quer “tapar o sol com a peneira”. Nossa Constituição já apresenta os rumos a serem tomados: é preciso regulamentar o art. 221, determinação descumprida pelo Congresso Nacional há 18 anos. É preciso criar instâncias de controle social sobre os meios de comunicação. É preciso democratizar os meios de comunicação social, porque o anseio da população, captado pelo Deputado dentre seu eleitorado, não é anseio de tutela moralista, mas sim anseio de participar das decisões a respeito do quê, de qual programação a família brasileira estará recebendo na TV de sua casa.

Lembramos ainda aos Srs. Deputados, membros da Comissão que solicita a manifestação do CCS, que já se encontra em vigor, aprovada pelo Congresso Nacional, a Lei nº 10359 de 7/12/2001, que teve sua vigência alterada pela Lei 10672 de 15/5/2003 para vigorar a partir de 30 de junho de 2004, portanto em vigor, e que estabelece para a Indústria de aparelhos televisivos, a obrigatoriedade de instalação nos aparelhos fabricados, de dispositivo intitulado V-chip, que possibilita a programação de veto a canais, programas e horários televisivos, conforme a vontade, a consciência os valores, a cultura e até o gosto estético do detentor do aparelho.

Finalmente, considerando que o art. 234 do CPB, que o PL em questão pretende alterar, situa-se dentre aqueles previstos no Título VI, que tipifica os Crimes Contra os Costumes e em seu Capítulo VI, dentre aqueles crimes que se referem ao Ultraje Público ao Pudor, sendo acréscimo ao crime de Escrito ou Objeto Obsceno, gostaríamos que os Srs. Deputados refletissem sobre ao caráter inócuo da Lei que se pretende aprovar, por dois motivos estritos: primeiro porque o legislador já prevê, no inciso II do referido artigo que

“incorre na mesma pena quem:

II – realiza em lugar público ou acessível ao público, representação teatral ou exibição cinematográfica de caráter obsceno, ou qualquer outro espetáculo que tenha o mesmo caráter;”

ou seja, ao prever a penalização de exibição cinematográfica, já em 1940, o legislador tinha clara a convicção de que a emissão de imagens e sons, se viessem a ultrapassar os limites do pudor público, poderiam dar margem a competente ação penal. Assim, é de se supor que, se provocado, haverá o magistrado de estender às contestadas emissões audiovisuais, ainda que agora televisivas, os mesmos rigores já previstos.

Segundo, porque os crimes contra os costumes, com exceção daqueles onde há presunção de violência pela menoridade da vítima, enquadram-se todos dentre aqueles que somente se procede mediante Ação Penal Privada, isto é, aquela que depende do manifesto interesse de agir do ofendido, para o intento processual que visa a obtenção da prestação jurisdicional necessária e adequada. O bem tutelado neste caso é o pudor público contra sua ofensa pública. Pudor este, lastreado em princípios e valores da sociedade em matéria sexual. Entende o legislador que em matéria de Costumes - como informa Ada Pellegrini Grinover em seu Teoria Geral do Processo, editora Revista dos Tribunais, 1979 -, *“a publicidade do delito pode afetar profundamente a esfera íntima e secreta do indivíduo, que é preferível relegar a segundo plano a pretensão punitiva do Estado...”* cabendo assim, nestes casos, ação penal exclusivamente privada. Ou seja, a aprovação da referida Lei não garante a prestação jurisdicional mediante ação pública incondicionada.

Concluindo, em respeito aos dispositivos constitucionais, em defesa da plena liberdade de manifestação do pensamento, de criação, de expressão e de informação jornalística, em qualquer veículo de comunicação social, e contra qualquer censura de natureza política, ideológica e artística nosso parecer é pela NÃO APROVAÇÃO do PL 5040/01 e seu conseqüente e definitivo arquivamento.

É o voto.

Brasília, 07 de agosto de 2006.

O Conselho de Comunicação Social, em reunião ordinária realizada em 7 de agosto de 2006, aprovou, por unanimidade, o parecer da Relatora, Conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra.

Estiveram presentes o Sr. Presidente, Conselheiro Arnaldo Niskier, a Relatora, Conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra, e os Conselheiros Paulo Machado de Carvalho Neto, Gilberto Carlos Leifert, Paulo Ricardo Tonet Camargo, Eurípedes Corrêa Conceição, Geraldo Pereira dos Santos, Dom Orani João Tempesta, Phelippe Daou, Roberto Wagner Monteiro e João Monteiro de Barros Filho.



ARNALDO NISKIER
Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 8ª REUNIÃO DE 2006

Ata Circunstanciada da 8ª Reunião do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 9 de outubro de 2006, segunda-feira, às 10h30min, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Conselheiro Arnaldo Niskier, destinada a: ITEM I – Audiência Pública: O papel do rádio na Comunicação Social. Palestrante: Daniel Pimentel Slaviero – Presidente da ABERT; ITEM II – Audiência Pública: Rádios Piradas. Palestrante: Edílson Ribeiro dos Santos – Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização da Anatel; ITEM III – Audiência Pública: A lei dos Direitos Autorais. Palestrantes: Glória Cristina Rocha Braga – Superintendente Executiva do ECAD e João Carlos de Camargo Éboli – Presidente da Comissão Permanente de Direito de Propriedade Intelectual do IAB; ITEM IV – Audiência Pública: Como preservar a Identidade Nacional. Palestrante: Ministro Gilberto Gil, Ministro de Estado da Cultura. Estiveram presentes os Srs. Conselheiros:

ARNALDO NISKIER
Presidente

JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO
Vive-Presidente

GILBERTO CARLOS LEIFERT
Representante das empresas de televisão

PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO
Representante das empresas de rádio

ROBERTO WAGNER MONTEIRO
Representante da Sociedade Civil

PAULO RICARDO TONET CAMARGO
Representante de empresas da imprensa escrita

EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO
Representante da categoria profissional dos radialistas

GERALDO PEREIRA DOS SANTOS
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo

CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representação da categoria profissional dos jornalistas

SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da Sociedade Civil (suplente)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Meus amigos, bom dia.

Vamos dar início à 8ª Reunião do ano de 2006 do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

Saúdo os Conselheiros, mesmo os que se encontram em pé, conversando. E, aos demais presentes, o meu abraço carinhoso.

Informo que a Secretaria recebeu comunicação dos Conselheiros D. Orani João Tempesta, Berenice Isabel Mendes Bezerra e Fernando Bittencourt de que não poderão participar da reunião.

Assinalo que ao meu lado se encontra o meu querido João Monteiro de Barros Filho, Vice-Presidente eleito deste Conselho, a quem eu sempre agradeço a presença e os bons conselhos.

Informo que o Conselheiro Stepan Nercessian, Suplente da Conselheira Berenice Bezerra, foi convocado, mas, por motivos profissionais, não pôde confirmar a sua presença.

Informo ainda que não foi possível a convocação do Conselheiro Roberto Dias Lima Franco, Suplente do Conselheiro Fernando Bittencourt, visto que a comunicação de ausência do referido Conselheiro não nos chegou a tempo.

Anuncio a presença do Conselheiro Segisnando Ferreira Alencar, Suplente do Conselheiro D. Orani João Tempesta, na representação da sociedade civil, cujo termo de posse será assinado hoje à tarde. Mas já se encontra, digamos assim, autorizado a participar dos debates.

Lembro aos presentes que as reuniões do nosso Conselho são transmitidas pela **TV Senado**, às sextas-feiras à tarde e às segundas-feiras pela manhã.

As atas já aprovadas estão à disposição da sociedade civil, na página eletrônica do Conselho, e são publicadas no **Diário do Senado Federal**.

Informo que as notas taquigráficas relativas à 7ª Reunião, realizada no dia 4 de setembro, foram enviadas por meio eletrônico aos Srs. Conselheiros.

Indago aos colegas se haveria algum registro ou correção a ser feita. *(Pausa)*

Tomo o silêncio como aprovação.

Não havendo nenhuma manifestação, pois, a Ata está aprovada.

Autorizo a sua publicação no **Diário do Senado Federal** e que sejam tomadas as providências necessárias para que esteja disponível na página eletrônica do Conselho.

Vamos iniciar, então, os nossos trabalhos relativos ao Item 1 da pauta.

Faremos a inversão na ordem prevista anteriormente, a pedido do palestrante Edílson Ribeiro dos Santos, a quem convido para tomar assento à Mesa.

O Sr. Edilson Ribeiro dos Santos é Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização da Anatel.

Convido também o Sr. Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, para que tome assento à Mesa.

Não é o filho dele; é o próprio.

Nosso tema inicial será rádios piratas. Pales-trante: Edilson Ribeiro dos Santos, que falará dentro em pouco.

Ele é formado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis da Fundação Visconde de Cairu, graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Salvador, pós-graduado e MBA em Direito Econômico e das Empresas, pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas.

Atualmente, é Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização da Anatel.

Passo a palavra ao Sr. Edilson Ribeiro dos Santos, lembrando que o senhor dispõe de vinte minutos para a sua apresentação.

O SR. EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS – Bom dia a todos.

Inicialmente, em nome do Conselho Diretor da Agência, agradeço o honroso convite para mais uma vez estarmos aqui para trazer algumas informações sobre essa questão extremamente delicada que envolve a atividade da Agência.

Gostaria de prestar algum esclarecimento sobre a terminologia que foi utilizada no convite – rádio pirata –, para estabelecer um balizamento sobre essa questão, porque normalmente, quando se fala em rádio pirata, há uma confusão com rádio comunitária e rádio clandestina, no contexto penal brasileiro. E eu tive o cuidado de tentar trazer alguma equação para essa questão, a princípio, apresentando a definição legal de rádio comunitária.

Nos termos da lei, rádio comunitária é a radiodifusão sonora em frequência modulada, que traz no seu bojo a sua operação em baixa potência, com cobertura restrita. Além do mais, tem como pré-requisito *sine qua non* a outorga prévia à fundação ou associação comunitária, as quais não deverão ter fins lucrativos e possuir sede na localidade da prestação do serviço. Isso é o que prescreve a lei que trata de rádios comunitárias.

De outra parte, a Lei Geral de Telecomunicações trata da atividade clandestina, que conceitua como toda aquela que é desenvolvida sem a competente concessão, permissão ou autorização, seja para a exploração de um serviço, seja para o uso de um es-

pectro de radiofrequência, seja para a utilização de posição orbital.

Então, qualquer entidade ou pessoa que explore serviço ou use um espectro de radiofrequência sem a devida autorização, concessão ou permissão, nos termos da Lei Geral, estaria exercendo uma atividade clandestina.

Com isso, poderíamos agora analisar a terminologia “rádio pirata”, comumente utilizada.

Todos que assistimos àqueles belos filmes, que inclusive eu gosto muito, assistimos, de qualquer forma, a um filme de pirata, que, de acordo com a pesquisa feita, vem do latim *pirata*, expressão usada no Direito Marítimo para designar o ladrão do mar ou a pessoa que se entrega à pilhagem ou ao saque de navios ou embarcações quando em plena navegação. Essa seria a terminologia clássica de “pirata”.

No entanto, vulgarmente utilizamos essa expressão para identificar a operação de telecomunicações realizada ao arrepio da legislação vigente.

Como o convite foi para tratar de rádio pirata, entendemos que estamos tratando de rádios clandestinas, ou seja, aquelas rádios que estão operando sem a devida permissão, concessão ou autorização do poder concedente, particularmente no que se refere ao uso do espectro de radiofrequência, porque esta é a parcela de competência da Agência Nacional de Telecomunicações.

E gostaria de fazer uma separação bem clara entre as duas áreas de atuação para a exploração de um serviço de radiodifusão. O primeiro aspecto é o do serviço propriamente dito, o problema do transporte de conteúdos nessa prestação de serviço; e o outro diz respeito à parte de infra-estrutura, formada pelo bem público denominado espectro de radiofrequência.

Nesse contexto, o serviço de radiodifusão é de inteira competência do Ministério das Comunicações. O que a Anatel faz previamente é estabelecer o seu plano básico de utilização, com base no qual o Ministério faz as suas outorgas e licitações, cabendo à Anatel a edição de todo o arcabouço regulatório referente à utilização desse bem público denominado espectro de radiofrequência, de utilização limitada em todo o mundo, não apenas aqui no Brasil. E já existem algumas áreas no Brasil extremamente críticas, como por exemplo é o caso de São Paulo.

Ora, se cabe à Anatel, nos termos do art. 157 da Lei Geral de Telecomunicações, a administração do espectro de radiofrequência, é natural que lhe caiba também todos os cuidados para a utilização eficiente, econômica e harmoniosa desse bem público, sem o que o mundo inteiro ou a UIT, por exemplo, não estaria gastando uma fortuna para tentar manter uma co-

ordenação da utilização desses recursos. Os países começariam a interferir uns nos outros, assim como os serviços, e todos ficariam prejudicados, porque não haveria uma harmonização nessa área. Essa é a finalidade primordial no que se refere à administração desse bem público.

Então, volto a frisar que compete ao Ministério todo esse processo de outorga, toda a questão de qualidade de conteúdo, etc., e cabem à Anatel tão somente os aspectos relacionados à administração do espectro e seu uso eficiente, econômico e harmonioso.

O Conselho, há quinze dias, interpretando a legislação vigente, entendeu que toda a parte de sancionamento, mesmo no tocante à utilização do espectro, pertence ao Ministério das Comunicações, cabendo à Agência, além da emissão do plano básico, apenas a fiscalização, chegando até a interromper. No entanto, a parte de utilização clandestina do espectro, esta sim ficaria toda a cargo da Agência Nacional de Telecomunicações, inclusive a instauração dos correspondentes processos administrativos, seu trâmite, seu julgamento e a aplicação das respectivas sanções.

É importante aproveitar a oportunidade para falar sobre a administração do espectro, considerado um ponto primordial, crucial, para o desenvolvimento das telecomunicações, e do uso desse bem como forma de alavancagem de crescimento, de desenvolvimento tecnológico e de participação da sociedade no contexto geral, inclusive no conhecimento que se encontra à disposição, particularmente das camadas mais pobres.

Hoje é sabido que o aluno que tem acesso à Internet conta com uma facilidade de aprendizagem diferente daquele que não tem acesso a esse recurso. E não se pode falar da utilização desse instrumental sem fazer referência à utilização do espectro de radiofrequência.

A tendência é de que cada vez mais se utilize esse bem público, e, para isso, é preciso uma atuação cada vez mais firme e segura dos órgãos controladores, de modo que essa utilização seja a mais harmoniosa possível.

Temos tido algumas experiências extremamente delicadas na área de utilização do espectro. E volto a dizer que não apenas as rádios piratas, mas toda a utilização do espectro não dotada de determinadas características e cuidados poderá gerar rádio-interferência. Por isso todo o cuidado na utilização desse bem tem sido adotado pela Agência, de modo que os riscos de rádio-interferência sejam reduzidos a níveis aceitáveis.

Há algum tempo, recebemos denúncia de uma radiodifusão que estava interferindo no serviço móvel celular, no oitavo harmônico.

São fenômenos técnicos extremamente delicados que precisam de uma atenção muito grande por parte do órgão regulador.

Várias podem ser as origens de uma questão de rádio-interferência, desde a manutenção dos equipamentos e das estações legalmente constituídas até a utilização desordenada, não autorizada, com equipamentos não-certificados.

Temos gravações, por exemplo, de conversa de aeronave com rádio-interferência, inclusive de telefones sem fio, de longo alcance, que são utilizados em fazendas, por exemplo. Existe uma gama enorme de formas de telecomunicações que podem gerar rádio-interferência.

A título de dados que eu poderia fornecer aos Srs. Conselheiros, este ano, até o mês de julho, recebemos quatro mil denúncias de rádios que funcionavam ao arrepio da lei. Na verdade, foram 4.094 denúncias, para ser mais preciso, das quais atuamos, através da fiscalização, em 3.006 estações. E 1.018 estão em processo de fiscalização.

Há uma falácia que se comenta bastante, ao dizer que houve um incremento no processo de fiscalização dessas estações. Isso não é verdade. O nível de fiscalização permanece mais ou menos o mesmo, inclusive porque 90% das estações que hoje operam já sofreram fiscalização e se tornaram reincidentes. Os casos de iniciativas novas nessa área são poucos e há uma predominância em anos eleitorais, principalmente quando se trata de eleição municipal. Em 2003, por exemplo, houve um incremento muito grande, conforme identificamos. Nos anos anteriores, pelo contrário, verifica-se uma redução nessas atuações, porque as estações estão se conscientizando de que operar sem a devida autorização não é um bom negócio.

A Justiça tem expedido mandados de busca e apreensão e, em alguns casos, tem condenado essas empresas a pagar multas diárias pelo seu funcionamento de forma irregular. Assim, temos conseguido reduzir o funcionamento não-autorizado dessas estações que geram uma certa perturbação na administração desse bem público denominado espectro de radiofrequência.

Tenho aqui o levantamento dessa situação, no qual se verifica que não há nenhum acréscimo nesse processo de fiscalização, mesmo porque o percentual de recursos humanos que a Agência destina para essa atividade corresponde a um e poucos por cento, sendo o restante aplicado na área de telefonia, principalmente na telefonia de interesse coletivo, em que há

uma atenção muito grande e os trabalhos de fiscalização são mais prolongados do que a simples atuação numa rádio não-outorgada. Portanto, resta para essa área um percentual muito pequeno no contexto das nossas atividades de fiscalização.

Existem algumas questões muito interessantes, particularmente nessa faixa de frequência que é utilizada para a radiodifusão na área de FM, que fica muito próxima da comunicação aeronáutica e de alguns instrumentos aeronáuticos.

Uma vez me perguntaram por que essa interferência não derruba um avião. Na verdade, a interferência em si não derruba um avião. Não se trata de um laser que detona um avião, fazendo-o pegar fogo e cair. Não é assim que a coisa funciona. Mas é verdade que qualquer frequência, não só essa, pode gerar interferência por vários fenômenos próprios da engenharia de comunicações, como espúrio, harmônico e intermodulação. São fenômenos gerados por essas estações que poderão causar alguma interferência. E os equipamentos utilizam essas faixas de frequência naturalmente. Por exemplo: a faixa de FM termina em 108 megahertz e a comunicação começa logo depois, numa faixa contígua. Qualquer equipamento utilizado de forma inadequada ou que não obedeça rigidamente às operações, sem um filtro apropriado para manter o funcionamento dessas faixas de frequência nos seus limites, poderá gerar interferências.

Se houver uma visada de um aeroporto, não haverá problema algum, porque o piloto enxerga a pista e vai descer tranquilamente, com interferência ou não. A questão é quando ele não vê a pista, porque terá que descer cegamente, confiando nos instrumentos que estão a sua disposição. E, ao chegar à cabeceira da pista, ele estará muito baixo. Um ILS desses traz um boeing a 100 metros da cabeceira e a vinte de altura da cabeceira da ponte. Ao enxergar a cabeceira da pista, ele já está em cima.

Se houver a geração de rádio-interferência no localizador de rumo, a aeronave pode estar fora “da-quilo”, então ela vai arremeter. Nesse momento, ela usa toda a sua potencialidade, o que aumenta o risco de acontecer um acidente.

A Aeronáutica registra todas essas denúncias, faz um controle de tudo isso e nos mantém informados sobre essas ocorrências.

A interferência seria somente nesses casos?

Não. Dispomos de gravações de quase quinze minutos de uma aeronave a 32 pés que ouve a conversa de uma senhora no interior do Paraná, num telefone sem fio de uma fazenda. Isso também é possível.

Cito esses exemplos para demonstrar que há várias formas de ocorrência de rádio-interferência, e

o papel da Agência é reduzir isso ao mínimo possível, de modo que o risco seja trazido a patamares controláveis e passíveis de administração.

Este ano, já interrompemos o funcionamento de 1.883 estações de radiodifusão, em decorrência do trabalho que temos feito no combate a essas estações, mediante prévia denúncia. Temos atuado praticamente quando há denúncias, a não ser quando, numa atividade de fiscalização, identificamos outra ocorrência.

De forma geral, seriam essas as nossas informações. Estou à disposição para responder a possíveis perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Muito obrigado, Dr. Edílson Ribeiro dos Santos, Superintendente de Rádio-Frequência e Fiscalização da Anatel.

Passaremos agora para os debates e depois, com muito prazer, ouviremos o Presidente da ABERT.

Concedo a palavra ao Conselheiro Eurípedes Corrêa Conceição, depois, aos Conselheiros Celso Schröder e Paulito.

O SR. EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de fazer a minha pergunta, quero tecer algumas considerações.

Percebe-se que a questão da radiodifusão comunitária em alguns Estados é partidarizada.

Como entendemos que comunicação é disputa de poder, percebemos que algumas cidades são mapeadas durante o pleito eleitoral, não só em termos de municípios, mas também nos Estados, como agora. E são criadas cooperativas de rádios comunitárias por candidatos.

Alguns políticos avaliam a sua importância em termos de densidade eleitoral. E essa mapeação é sorteada para que esses candidatos fiquem com as cidades de maior importância. Lá em Goiás, por exemplo, existe a Coopercom Goiás, com 90 emissoras de rádios comunitárias nas mãos de Parlamentares.

Como se trata de uma questão política, neste momento, não existe fiscalização. Talvez por questões políticas ou ideológicas, nenhum dos órgãos competentes fiscalizam essas cooperativas.

O senhor disse que havia quatro mil emissoras realizando trabalho irregular. Houve uma repressão forte, e eu queria saber, dentre as três mil e poucas atuações, quantas dessas emissoras foram regulamentadas.

No início deste ano, soubemos que havia 38 mil pedidos de outorga tramitando no Ministério das Comunicações. A demora na concessão dessas outorgas não incentivaria essas rádios a trabalharem irregularmente?

O SR. EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS – Essa é uma pergunta meio complicada.

É importante conhecer o papel da Agência. E, na medida em que há um pedido do Ministério, ela não demora mais de sete dias para expedir a licença para o uso de rádio-freqüência.

A Anatel faz um estudo de engenharia prévio e emite o que nós chamamos de Plano Básico de Rádios Comunitárias, o que significa a definição por localidade dos canais que estariam disponíveis para a utilização, mediante estudo técnico, sem o risco de provocar rádio-interferência. Esse é o papel da Agência, posto à disposição do Ministério das Comunicações, que, com base nisso, adota as providências para regularizar essas situações.

Quando o Ministério autoriza o funcionamento dessas estações, ele solicita que a Anatel libere o uso de rádio-freqüência, o que é feito no prazo de sete dias. E aqui está presente o Superintendente de Comunicação de Massa.

Portanto, na Agência não há gargalos em relação a qualquer operação dessas estações, desde que haja a solicitação do Ministério das Comunicações, dizendo que aquela estação está autorizada a funcionar, porque o uso de rádio-freqüência é associado à exploração de algum serviço. Então, há uma correlação entre o uso de rádio-freqüência e a prestação do serviço.

De outra parte, devemos considerar que a grande maioria das estações fiscalizadas têm uma potência acima de 25 watts, estabelecida pela lei. E essas rádios, de uma forma geral, não querem ser regularizadas. Essa não é a finalidade delas, porque aquele limite estabelecido não atende aos seus anseios. E, muitas vezes, não existe uma associação por trás delas, e sim uma pessoa que pretende explorar comercialmente aquele serviço.

Então, com base na nossa experiência, eu diria que grande parte dessas estações funcionaria com esse objetivo.

Aquelas que estão abaixo também não têm essa característica, porque fazem proselitismo, comerciais e tudo isso. Não estou entrando no mérito da justiça disso, porque não fomos nós que fizemos a lei. Só estamos tentando fazê-la cumprir.

Uma pequena parte dessas estações tem cunho eminentemente social, mas, com esse slogan de rádio comunitária, nós já pegamos estações com um quilo de potência e duas faixas transmitindo. Havia metralhadoras dentro das estações. E estava sob a égide de rádio comunitária, mas não tinha absolutamente nada a ver com esse meio de comunicação.

Então, é importante que se faça uma separação dessas duas questões. E, para nós, brasileiros, seria

ótimo se houvesse um número de rádios comunitárias funcionando de forma mais simples. Assim, com certeza absoluta, haveria uma democratização maior dos meios de comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Conselheiro Celso Augusto Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente.

Queria cumprimentar o Dr. Edílson, que fez um esforço, ao definir rádio comunitária, para sair da armadilha para a qual o título desta audiência pública nos remeteu: rádio pirata.

Imaginei que, ao tratar deste tema, nós falaríamos da ilegalidade em que a radiodifusão brasileira se encontra de maneira geral. E o Dr. Edílson fez um esforço, ao definir rádio comunitária, para retirá-la da naturalidade com que às vezes se atribui a ela o epíteto de rádio pirata ou de rádio ilegal, qualquer coisa desse tipo.

No entanto, continuando a sua exposição, o Dr. Edílson volta ao leito da armadilha ao tratar de rádio comunitária como sinônimo de rádio pirata. A tônica da palestra seria a interferência, ou seja, questões técnicas oriundas da utilização não-legalizada dessas rádios.

Concordo com o Conselheiro Eurípedes que, na verdade, boa parte da ilegalidade é fruto do poder do Estado. Ou seja, se o Estado não outorga essas rádios, elas permanecem na ilegalidade, criando um problema sobre o qual já discutimos aqui.

Mas eu queria tratar de outra questão. Por exemplo: as rádios comerciais, para existir, precisam cumprir a legislação, produzindo informação, educação e entretenimento.

O Epcom, Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação, que era conduzido pelo Jornalista Daniel Herz, fez uma pesquisa há algum tempo e detectou, num estudo que chamou “Os Donos da Mídia”, ilegalidade em quase toda a radiodifusão brasileira com um simples expediente: telefonemas. Eles ligavam para as rádios e perguntavam quem eram os proprietários. Elas diziam quem eram. E consignou-se um mapa muito peculiar, onde havia uma redundância de propriedade, demonstrando uma ilegalidade bastante visível.

A fiscalização sobre as rádios comunitárias é visível e legal. Mas por que a Anatel não desempenha a sua atribuição legal estendendo essa fiscalização, por exemplo, para abarcar toda a radiodifusão e verificar o que vem ocorrendo ilegalmente, de maneira geral, em termos de propriedade cruzada ou além do limite que a própria lei determina?

Espera-se que a Anatel saia um pouco desse papel que é legal e necessário, de fiscalização da questão técnica, e cumpra esse outro aspecto legal,

por exemplo, da obrigatoriedade de produção de jornalismo, educação e entretenimento. Portanto, que seja alvo da fiscalização a radiodifusão como um todo e os seus problemas de maneira geral.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Com a palavra o Dr. Edílson.

O SR. EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS – Sobre essa questão, vou deixar o Conselheiro sem uma resposta tão positiva, única e exclusivamente por carência de competência para responder-lhe com toda a profundidade que esta questão merece, porque a Anatel não tem competência para cuidar de conteúdo, situação econômico-financeira ou situação societária das operadoras, o que diz respeito à outorga do serviço, e não ao uso de radiofrequência. Conseqüentemente, essa competência é do Ministério das Comunicações. A Anatel age, conforme um termo de acordo com o Ministério, para fiscalizar essas questões de conteúdo mediante demanda do Ministério das Comunicações. Nós não temos, de ofício, competência para agir nesse sentido.

Todavia, sempre que somos provocados pelo Ministério, nós temos agido prontamente, emitindo um relatório. Não fazemos auto de infração, porque isso não nos compete. Enviamos o relatório para o Ministério das Comunicações, a quem cabe cuidar do assunto.

No que se refere ao uso do espectro, sim, nós temos competência para atuar de ofício. E agora também enviamos relatório para o Ministério, porque, de acordo com a última decisão do Conselho, cabe àquele órgão instaurar processo e aplicar as devidas sanções. Embora a Anatel tenha o dever de administrar, neste caso específico, ela não tem competência para sancionar.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Obrigado, Sr. Edílson.

Com a palavra o Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO – Dr. Edílson, Srs. Conselheiros, boa tarde.

Dr. Edílson é uma pessoa com a qual, ao longo dos anos, nós aprendemos a conviver. Há muitos anos o Dr. Edílson ocupa essa Superintendência da Anatel e, evidentemente, desenvolve o seu trabalho com absoluta isenção.

Porém, Dr. Edílson, alguns comentários da sua exposição de hoje me causaram preocupação. E vou aproveitar a oportunidade até para manifestar-lhe uma segunda preocupação que talvez seja decorrente daquilo que o senhor nos expôs.

O senhor nos disse que apenas 1,5% do valor tributário arrecadado é aplicado em fiscalização. Pelo

que entendi, isso, de alguma forma, tem uma incidência maior no período eleitoral, em função do uso dessas emissoras ilegais por parte de terceiros.

Como Representante Titular das Emissoras de Rádio, quero registrar o meu descontentamento pelo uso de ínfima importância para a fiscalização de um setor extremamente importante. Mas também gostaria, Dr. Edílson, de registrar para o senhor uma enorme preocupação vivida pela Rádio Panamericana S/A, no último dia 2 de outubro.

O senhor sabe que nós somos uma emissora jornalística *all news* ou somente de notícias que abriga hoje um corpo de aproximadamente 300 profissionais operando em São Paulo. Trata-se de uma emissora que preza fundamentalmente o ponto de vista e a verdade dos fatos.

Ocorreu a eleição no último dia 1º de outubro, e, para nossa surpresa, recebemos a fiscalização da Anatel exatamente na segunda-feira, dia 2, proveniente de uma renovação de outorga a nosso pedido, que deve ter alguns anos de tramitação.

Quero crer, Dr. Edílson, que isso se deva exclusivamente a uma coincidência. Logo após o término do primeiro turno, na segunda-feira, nós recebemos uma fiscalização bastante rigorosa da Anatel na geradora de FM de São Paulo.

Nós somos uma empresa estruturada, temos equipamentos de análise bastante sofisticados – o senhor tem conhecimento disso – e, nesse dia, tivemos que deslocar uma quantidade muito grande de pessoas para buscar esses equipamentos que estavam disponíveis em outros locais de trabalho da própria empresa, para apresentá-los à Anatel.

Então, eu queria registrar esse fato, que nos causou uma certa surpresa, porque essa coincidência numa emissora jornalística logo após a eleição do primeiro turno, como o senhor há de convir, faz com que os profissionais que nela trabalham se sintam surpreendidos.

Novamente, insisto que 1,5% do valor arrecadado para a fiscalização é muito pequeno para um segmento extremamente importante. E temos hoje mais de três mil emissoras comerciais em operação e talvez uma quantidade maior de rádios comunitárias na mesma linha.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Muito obrigado, Dr. Paulo.

Com a palavra, Dr. Edílson.

O SR. EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS – Nós temos duas questões.

Quanto à primeira, creio que não me fiz entender com precisão. Eu disse que a aplicação de recursos humanos e horas de fiscalização, dada a gama de

serviços que nós temos responsabilidade de fiscalizar, da ordem de 1,5% a 1,6%, são utilizados para o combate às estações não-autorizadas, envolvendo não só radiodifusão, mas telecomunicações também, porque hoje a quantidade de estações que estão operando de forma não-autorizada é mais ou menos a mesma. E há uma diretriz do Conselho Diretor que nos obriga a atuar no prazo máximo de 45 dias toda vez que recebemos denúncia de funcionamento de estações não-outorgadas, seja de que tipo for, inclusive satélite. Recebemos denúncia também de utilização clandestina de capacidade de satélite. Então, não se trata apenas da área de FM.

Com referência à questão da renovação da outorga, quem nos demanda qualquer trabalho na área de renovação de outorga de radiodifusão é o Ministério. A Anatel não tem iniciativa própria. Sempre que há um processo de renovação, o Ministério demanda a Anatel, que tem que atuar, de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Conselho, no prazo máximo de 30 dias, além de fazer o relatório que é enviado para o Ministério das Comunicações.

Então, tenho certeza absoluta de que houver uma mera coincidência, mesmo porque a Anatel “não tem fiscal na prateleira”, de modo que, “quando chega um negócio, tira o cara dali e manda fazer”. Existe um planejamento que é feito semanalmente, para a semana seguinte. Todas as atividades são planejadas. Portanto, acredito piamente que houve apenas uma coincidência.

No tocante à profundidade desse trabalho, fico bastante a cavalo, porque o nosso laudo de vistoria é único, está, inclusive, na Internet, para todos verem. Todo o processo de fiscalização da Agência está disponível na Internet, para que todos possam tomar conhecimento do *modus operandi* e, inclusive, nos ajudar caso algum de nós faça algo que não esteja dentro dos limites dos procedimentos padrões estabelecidos e aprovados pela Agência. E o formulário utilizado é único para todas as situações de renovação de outorga, para todas as operadoras.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Com a palavra o Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS – Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço ao Sr. Edílson as observações feitas pela Anatel sobre este primeiro ponto de pauta. Fiz algumas anotações, Dr. Edílson, e vou tentar organizar o meu raciocínio.

Vou reforçar o que o Schröder já mencionou em relação à terminologia “pirata”, que, segundo a sua própria versão, tentou distinguir para não haver uma confusão.

É uma rotulagem um pouco forte, que confunde, principalmente para as pessoas que estão nos assistindo em casa, os telespectadores da **TV Senado**, tenham clara e nítida a certeza de que radiodifusão comunitária não tem nada a ver com pirataria, com crime, com delito. É o direito mais do que nobre de comunicar, como é o do radiodifusor comercial. O direito do radiodifusor comunitário, do telecomunicador comunitário é o de exercer o seu pensamento, a sua opinião, de expressar e levar um outro tipo de comunicação para o ouvinte. Isso é importante ressaltar.

O segundo ponto é em relação às reincidências, às repetidas incursões de fiscalização em rádios comunitárias que já foram fiscalizadas.

Penso, Dr. Edílson, que isso vai continuar, porque é como algumas tentativas que vimos no mundo que precisaram de anos ou décadas para se conseguir alguma coisa. No Brasil, por exemplo, o nosso Presidente atual tentou algumas vezes até conseguir. E o radiodifusor comunitário – acredito eu – não vai desistir. Então, serão dez fiscalizações, dez fechamentos, e a comunidade ao lado dele vai continuar insistindo para que ele seja um comunicador comunitário.

Sobre os argumentos, preocupou-me profundamente – repito para o nosso telespectador – a sua menção a um ou dois casos – não me lembro ao certo – da fiscalização ser recebida ou visualizar armamentos pesados em algum local, ocorrendo disputa de rádio contra rádio, algo vinculado ao tráfico ou a quadrilhas, algo desse tipo.

É bom frisar para o nosso telespectador que isso não é o normal em relação à radiodifusão comunitária.

Por fim, Dr. Edílson, faço uma analogia, respeitadas as propriedades: um estudante acaba de se formar e, para conseguir um emprego, é exigida dele uma série de requisitos e critérios. Um deles, a experiência. O trabalhador depara-se ocasionalmente com empecilhos para ter o seu primeiro emprego.

O radiodifusor comunitário não pode funcionar, porque não tem a sua legalização definitiva. Ele quer comunicar, mas não tem a legalização. E há uma situação complicada no Ministério das Comunicações, que já foi objeto de reuniões deste Conselho, porque não dá conta da demanda sob a sua responsabilidade.

Estamos falando de rádio comunitária de verdade.

Além do caso do estudante que não obtém a legalização para ter o seu primeiro emprego, há também a forma, geralmente não muito gentil, Dr. Edílson, com que a Polícia faz as suas incursões nas rádios comunitárias, com algumas mortes inclusive.

Relatei aqui um caso apresentado em reunião que o Grupo Parlamentar de Apoio à Rádio Comunitária realizou na Câmara dos Deputados, em que uma companheira do Estado do Piauí, salvo engano, senhora de idade radiodifusora de comunidade, veio a falecer devido ao susto com o armamento que apresentaram na sua rádio. Ela nunca teve problemas de coração, e veio a falecer devido à surpresa com o que aconteceu.

Então, faço-lhe duas perguntas: primeira, como o radiodifusor poderá exercer o seu pleno direito de comunicar, tendo em vista essa situação do Ministério das Comunicações, que não é atribuição da Anatel. O senhor está certo, mas está lá o gargalo, existem ali inúmeros processos. Estamos aguardando até hoje o relatório que um grupo interministerial ficou de apresentar, e não apresenta. A Dr^a Amália sempre pergunta, mas não está disponível, está na Casa Civil, mas precisamos saber como continuar o debate no Conselho sobre este assunto.

E a segunda, como poderemos resolver ou minimizar o sofrimento dessas pessoas diante de ações às vezes não muito gentis da Polícia?

O SR. EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS – Tentarei ser bastante objetivo em relação a essas questões.

A outorga passa pelo Legislativo. Não vejo como se tornar mais eficiente esse processo, a não ser com a mudança da lei vigente.

Como servidor público, ou você cumpre ou descumpra a lei. Se você descumprir a lei, o Ministério Público argúi a sua responsabilidade, como já ocorreu em relação a vários agentes nossos, porque não mediram potência, frequência, etc. Então, o órgão fiscalizador fica entre duas espadas. A única solução é se manter exatamente em cima da linha, ou dentro da lei, nem mais nem menos. Se faz menos, prevarica; se faz mais, configura-se abuso de poder.

Para mim, a solução está na mudança da legislação.

Com referência à ação da Polícia Federal nesse caso do Estado do Piauí, tanto a Polícia Federal como a Corregedoria da Anatel instauraram inquérito, e o processo foi arquivado exatamente porque aquela senhora já sofria de cardiopatia há muito tempo. Então, realmente, naquela atuação, aconteceu esse incidente desagradável para todos nós. Os dois inquéritos foram arquivados por falta de provas.

E, quando a Justiça manda a Polícia proceder a uma busca e apreensão, ela tem que agir. Agora, temos que levar em consideração que, pelo contrário, já tivemos exemplo de Polícia presa em igreja, Polícia enfrentando “corredor polonês” e saindo da cidade às

carreiras para não morrer, houve Polícia ameaçada e tudo. E os nossos agentes, também.

Então, existem os dois lados nessas questões, quando ocorre um embate desse tipo no interior. E é preciso muita cautela quando se discutem essas questões, porque tudo na vida tem duas faces que devem ser analisadas com tranquilidade e cuidado, para não se cometerem injustiças.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – A última pergunta é do Conselheiro Gilberto Carlos Leifert.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Bom dia.

Dirijo a minha pergunta ao Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização da Anatel.

Dr. Edilson, no exercício da fiscalização, a Anatel distingue, quando da elaboração do planejamento e da execução do serviço de fiscalização, as rádios comerciais das comunitárias ou em relação às clandestinas, às piratas, enfim? Os recursos são utilizados de forma diferenciada ou à medida que as ocorrências são transmitidas à Agência essa fiscalização é exercida?

Foi noticiado aqui, hoje, que uma importante emissora de rádio de São Paulo recebeu a fiscalização, que deve ter critérios para ser executada.

O SR. EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS – Como eu disse anteriormente, o nosso planejamento começa no ano anterior. Por exemplo: agora estamos iniciando o planejamento para o ano que vem, mas precisamos equacionar, porque nem sempre dispomos de recursos suficientes para atender toda a nossa demanda, por vários motivos: contingenciamento, orçamento, tudo isso. Este ano, enfrentamos uma situação gritante de redução de orçamento; tivemos que reduzir as nossas atividades. Mas há sempre um planejamento para a execução de todo esse contexto fiscalizador da Agência. E ouvimos o Ministério das Comunicações na época em que fazemos o planejamento, porque ele faz as previsões de suas atividades fiscalizadoras para o exercício seguinte, inclusive renovação de outorga, como foi comentado.

Este ano, a Anatel desenvolveu atividades além do que foi previsto inicialmente pelo Ministério em relação às estações outorgadas, na área de radiodifusão.

Temos alguns equipamentos que fazem o acompanhamento praticamente diário do funcionamento dessas estações de radiodifusão. Fazemos isso em nome do Ministério das Comunicações, porque é dele a competência. E tratamos essa questão de uma forma extremamente isenta. A Anatel não olha nomes de proprietários; ela tem uma missão para ser cumprida, dispõe de agentes para isso e está acabado.

Uma vez, aqui em Brasília mesmo, nós interrompemos os trabalhos de uma estação que, à época,

pertencia a um Senador que era Líder do Governo no Senado. Então, para nós, não existe essa questão de tratamento diferenciado para qualquer estação.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Quero agradecer, em nome do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, a participação do Dr. Edílson Ribeiro dos Santos, Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização da Anatel. Acredito que as suas palavras e as suas respostas tenham sido de extrema valia para o nosso conhecimento sobre a matéria.

Muito obrigado.

Convido V. S^a para permanecer conosco, porque agora apresentaremos o Dr. Daniel Pimentel Slaviero, eleito para ser o novo Presidente da ABERT em setembro, que vai assumir dentro em pouco, e vai falar sobre o papel do rádio na comunicação social.

Com a palavra, durante vinte minutos, o Dr. Slaviero.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, quero dizer que é uma satisfação receber o convite para conversar com o Conselho sobre o papel do rádio. O nosso setor reconhece a suma importância do Conselho como fórum de discussão e debates sobre os assuntos de comunicação social do país, brilhantemente conduzido pelo Presidente Arnaldo, pelo Vice-Presidente João Monteiro e por todos os Srs. Conselheiros.

Entregaremos uma cópia impressa e uma cópia desta apresentação para os senhores.

Resolvemos estruturá-la com um pequeno preâmbulo para rememorar um pouco a história do rádio e o perfil e a penetração do setor junto à população brasileira.

Em 1883, como é de conhecimento de todos, houve a primeira transmissão falada pela Cientista brasileiro Roberto Landell, em São Paulo; em 1922, a primeira transmissão radiofônica e, em 1923, a fundação da primeira estação de rádio no Rio de Janeiro.

Em 1932, houve um marco importante para o setor, com a edição do primeiro diploma legal sobre a radiodifusão, definindo o rádio, naquela época, como “um serviço de interesse nacional e de finalidade educativa”.

Em 1985, um fato muito importante ocorreu quando a Empresa Sony desenvolveu o *walk-man*, que, junto com os rádios nos veículos automóveis, se tornou um fator de penetração muito grande para os ouvintes do rádio.

Em 2002, foi aprovada pelo Congresso Nacional a possibilidade de venda de 30% do capital e, em 2006, o próximo passo da radiodifusão será a autorização para

as quinze primeiras emissoras que estão operando em caráter de teste o novo sistema de rádio digital.

Ainda neste preâmbulo, quero falar sobre o perfil do rádio no Brasil.

Pode-se notar que o rádio, somando-se as frequências AM e FM, é ouvido por 90% da população brasileira, sendo 91% homens e 89% mulheres. Como todos sabem, o rádio perde apenas, em termos de penetração, para a televisão.

A classe econômica que predomina entre os ouvintes de rádio é formada pelas classes C e D, as quais, somadas, equivalem a 60% dos ouvintes, o que mostra que o rádio é um veículo do povo.

Em termos de faixa etária, verificamos que a concentração do rádio ocorre entre jovens e novos adultos entre 15 e 50 anos, com mais de 55% dos ouvintes. Esse é o perfil dos consumidores do meio rádio.

Esse quadro mostra a população que ouve o rádio pelo menos uma vez por semana. A fonte desses dados, que não consta ali, é o Ibope, segundo o qual 90% da população ouve o rádio pelo menos uma vez por semana. E, na linha vermelha, estão os ouvintes que escutaram o rádio ontem, 60% ao longo desses últimos anos, e os nossos dados vão até 2003.

Isso prova que essa convergência tecnológica, a internet, outros meios, não têm tomado espaço do rádio. O rádio tem o seu público, a sua posição, e a tendência é que isso se mantenha ao longo do tempo por algumas características que são predominantes no rádio. Primeiro, é a penetração que falamos, cerca de 90% da população escuta rádio AM ou FM.

O segundo ponto que o setor entende como diferencial do rádio é sua facilidade de consumo. É possível consumir o meio rádio fazendo outras atividades, dirigindo, trabalhando, assistindo à televisão. Esse é um diferencial muito competitivo do rádio.

O terceiro ponto que enxergamos que é uma característica predominantemente do rádio, e isso ao longo do País, mostra claramente que o rádio tem o seu foco local. O diferencial do rádio é que ele tem a proximidade com a comunidade local e a velocidade, como nenhum outro meio, de gerar as informações locais sobre trânsito, sobre temperatura, sobre clima e esta que gera a sua grande atratividade, a sua audiência com o ouvinte.

Aqui também, fazendo uma projeção da penetração do rádio dividida pelas regiões do País, pode-se notar que na Região Sul, por exemplo, 92% (noventa e dois por cento) da população tem acesso ao rádio e na Região Norte 72% (setenta e dois por cento) tem acesso e contato com aparelhos de radiodifusão.

Aqui também nessas próximas duas lâminas são alguns exemplos de cidades, e pegamos algumas capi-

tais, que mostram a penetração do rádio, quem escutou da população rádio nos últimos 30 (trinta) dias. Se os senhores avaliarem, em Belo Horizonte, por exemplo, 98% (noventa e oito por cento) da população escutou rádio pelo menos uma vez nos últimos 30 (trinta) dias e no Distrito Federal, 96% (noventa e seis por cento) da população. Mais uma vez essa fonte é o Ibope. Isso prova a força, a penetração, o trabalho e a proximidade que o rádio tem com a população.

Nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, pode-se notar que praticamente mantém-se muito similar entre 96% (noventa e seis por cento), 97% (noventa e sete por cento), 98% (noventa e oito por cento) da população que tiveram contato com o meio nesse período.

Findo esse preâmbulo, vamos entrar no diagnóstico do rádio no Brasil.

Hoje temos entre 4.000 (quatro mil) rádios entre rádios comerciais e educativas, sendo destas 1.700 (um mil e setecentas) na frequência AM e quase 2.300 (dois mil e trezentas) na FM. Oitenta por cento das rádios são optantes do sistema Simples. São rádios de baixo porte e de pequeno faturamento, tanto na frequência AM, quanto na FM.

Um ponto que entendemos importante frisar dentro desse contexto é que muito tem-se discutido, inclusive aqui no âmbito do Congresso Nacional, sobre a democratização dos meios. O setor entende que dentre essas 4.000 (quatro mil) rádios, são quase 5.000 (cinco mil) empresários brasileiros com responsabilidade sobre o conteúdo e com o compromisso de veiculação de programações eleitorais, de programações educativas e de mensagens de valorização da cidadania. Então, o setor rádio no Brasil, e a televisão também segue o mesmo raciocínio, é um setor democrático, porque são quase 5.000 (cinco mil) empresários brasileiros que são proprietários de rádio.

Um outro ponto que também às vezes gera alguma confusão é a questão da geração de conteúdo e propriedade de rádio.

No rádio especificamente algumas empresas e alguns grupos se unem para distribuir sobre o mesmo conteúdo, sobre a mesma bandeira, mas, na grande maioria dos casos, a propriedade dessas rádios no Brasil são de diferentes empresários e sem nenhuma interferência e sem nenhuma ingerência sobre a administração dessas referidas empresas. Vou citar o exemplo da empresa da qual sou diretor, as emissoras do Grupo Paulo Pimentel, no Paraná, filiadas ao SBT. Temos um contrato de filiação com o SBT, mas somos completamente independentes. Não temos ingerência nenhuma sobre a questão de administração ou qualquer outro assunto. No caso do rádio, isso é

amplificado muitas vezes, tanto que na minha cidade, em Curitiba, as principais rádios em audiência na capital e no interior não têm nenhuma filiação de conteúdo. São empresas de proprietários e donos locais e geram conteúdos locais.

Aqui também já foi mencionado. A fonte é a Anatel. Há mais ou menos 2.500 (duas mil e quinhentas) rádios comunitárias em operação e mais ou menos 7.000 (sete mil) processos em tramitação para autorização entre o Ministério das Comunicações e o Congresso Nacional. Há aproximadamente 15.000 (quinze mil) rádios ilegais. Essa é uma estimativa. Também não gostamos de usar o termo pirata, mas usamos ilegal. Isso é um dano para o setor.

Outro ponto que considero importante esclarecer, Sr. Presidente, é sobre a questão de rádio comercial e comunitária, o que foi amplamente debatido inclusive nesta manhã. O setor não é contra a rádio comunitária. O setor considera que a rádio comunitária, nos critérios da lei, é saudável. O que o setor é contra é rádio ilegal travestida de rádio comunitária. Esse é um dano não só para o setor, para os empresários produtivos, mas para todo o País. Foi mencionada aqui também a questão das rádios ilegais, que têm interferência em aeroportos e em tantos outros assuntos. Entendemos, como está na lei, que rádios comunitárias operando com baixa potência, sem possibilidade de comercialização de publicidade, o setor as apóia. Agora, rádio ilegal, travestida de comunitária, isso é um dano para todo o País, para a sociedade.

Agora, entrando objetivamente na questão da função social do rádio, aqui fiz questão de escrever alguns pontos. Entendemos que entre as grandes funções do rádio está a de manifestar o pensamento, a criação, a expressão, a informação demandada pela sociedade, garantir a liberdade de expressão da sociedade. O rádio é um meio pluralista, como todos sabem. É um meio diversificado. É um meio, como foi dito, que tem a proximidade com a comunidade local. Ele faz os assuntos locais repercutirem. Ele que trata das questões do bairro, das questões da comunidade, das questões das ruas e das reivindicações da população. Essa é uma característica que o rádio tem que, realmente, é um diferencial do meio rádio.

Outra contribuição que o rádio dá, e todas as rádios por todo o País, é a divulgação de campanhas de política social, de saúde pública, de educação ambiental, de segurança e de trânsito, de forma gratuita, além das questões obrigatórias, como a transmissão do Horário Eleitoral Gratuito, que entendemos que temos uma contribuição através disso, que damos uma contribuição para que o eleitor possa tomar a sua decisão sobre os políticos e de forma geral. Nós aqui

estimamos R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), em 2005, com promoção e divulgação de ações de responsabilidade social comunitária. Esse é um número não oficial, mas retirado de algumas entidades estaduais, como a AGERT, no Rio Grande do Sul, no Mato Grosso, que fazem o seu balanço social e nós, por intermédio do IPC, estimamos isso para o Brasil. Um compromisso da Abert, dessa gestão, é que a partir do próximo ano publicar o seu balanço social, compilando os dados de todas as empresas do setor. Então, senhores, são R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) que o setor dá em espaço publicitário para a divulgação e fortalecimento das questões de cidadania. São quase 100.000 (cem mil) profissionais mobilizados pela radiodifusão entre profissionais, técnicos, locutores, artistas etc.

Se eu tivesse que resumir e, na verdade, fiz isso para deixar uma lembrança bem forte, quais seriam os três principais pontos que a rádio enxerga e quais suas três principais necessidades? Primeiro, e acima de todos eles, é o combate à radiodifusão ilegal, por intermédio da fiscalização e controle. Isso é absolutamente necessário, sem os excessos, como foi mencionado pelo Conselheiro Geraldo, mas é necessário que haja a fiscalização contra as emissoras que estão operando fora dos limites da lei.

O segundo ponto, que o setor entende fundamental para o seu desenvolvimento, é um novo marco regulatório, distinguindo serviço de radiodifusão e de telecomunicações.

O Dr. Evandro Guimarães esteve aqui, se não me engano no último mês, proferindo uma palestra exatamente sobre isso, Sr. Presidente. Esse é um fato fundamental, porque a evolução tecnológica tem deixado as coisas um pouco confusas. Aqui nesse mesmo Conselho, várias vezes, foi mencionado que radiodifusão é radiodifusão, tem o seu tratamento constitucional, tem as suas características constitucionais e tem que ser tratada em um novo marco regulatório, distinguindo bem o que é radiodifusão e o que é telecomunicações. Radiodifusão, como o Dr. Evandro falou na época, tem alguns princípios que é a divulgação livre, aberta e gratuita de um para "n", em comparação com as telecomunicações, que todos nós sabemos, são serviços pagos.

O terceiro ponto, que nós, do setor, entendemos como fundamental para a evolução do rádio, é a transição da tecnologia analógica para a digital. Isso é fundamental para o rádio. O radiodifusor quer fazer essa transição não por vaidade, mas por sobrevivência. A transição é o único meio do rádio se manter competitivo em um ambiente onde todas as outras redes, todos os outros meios são competitivos. Assim

como acontece na televisão, que o Governo, na nossa opinião, muito adequadamente, discutiu amplamente o padrão e definiu pelo padrão nipo-brasileiro, precisamos também fazer a transição do rádio analógico para o rádio digital.

Quais são as características do rádio digital? Ele permite transmitir o rádio difusor em alta qualidade de áudio digital. Vai ser o grande salto das rádios AMs, porque elas terão a qualidade de som das FMs e FMs terá a qualidade de CD. Defendemos não necessariamente padrões específicos. Defendemos que padrões sejam adequados às nossas necessidades: queremos respeitar a mesma concessão analógica atual, ou seja, queremos transmitir o analógico e o digital na mesma banda, na mesma frequência e sobre a mesma máscara. Além disso, a tecnologia permite a agregação de novos serviços, como a transmissão de dados, nomes, informações jornalísticas, junto com a transmissão tradicional das músicas e jornalismo.

Além disso, o rádio digital vai reduzir significativamente o consumo de energia. Hoje o maior custo de uma pequena rádio do interior é a energia, e a manutenção do transmissor ligado representa de 80% (oitenta por cento) a 90% (noventa por cento) do custo de energia. Em sendo assim, os transmissores digitais, que reduzem o consumo, também estaremos contribuindo com o meio ambiente.

Finalmente, como o tempo está quase se esgotando, queremos reforçar o DNA da radiodifusão, tanto de rádio quanto de televisão: ela é livre, aberta e gratuita. Esse é o nosso DNA. É isso que nos diferencia de qualquer outro tipo de serviço de comunicação ou de telecomunicação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Nossas felicitações ao Dr. Daniel Pimentel Slaviero, que assumirá em breve a Presidência da Abert.

O debate está aberto.

Conselheiro Celso Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Sr. Presidente. Vou ver se agora consigo levar minha fala sem interrupção.

Quero cumprimentar o Dr. Daniel, primeiro pela sua posse, tão jovem e assumindo uma entidade tão importante, segundo pela sua apresentação, que de alguma maneira reafirma o que tem sido apresentado aqui pelos radiodifusores sobre vários aspectos, inclusive sobre esse importante aspecto final que é o paradigma para a digitalização.

Quero fazer algumas ponderações, Dr. Daniel, e não sei será exatamente uma pergunta, mas, enfim, são algumas considerações para iniciar o diálogo.

Primeiro, o diagnóstico correto é que boa parte das rádios do Brasil são pequenas rádios distribuídas. Elas cumprem um papel inegável, e nesse ponto concordamos, de retratar o povo brasileiro, a regionalização, a singularidade dos rincões, enfim, esse é um papel indiscutível. Mas também é indiscutível que esse sistema está em crise. Se olharmos os financiamentos distribuídos inclusive pelas revistas especializadas, verificaremos que a participação das rádios vem caindo nos pacotes de financiamentos. Já foi 20% (vinte por cento), mas hoje está em 13,9% (treze e nove décimos por cento), segundo revista especializada da área, perdendo inclusive para uma nova mídia, que começa aparecer, que são as mídias digitais, e inclusive para a mídia externa, que é muro, que é cartaz na rua, que também cresce, infelizmente, em relação ao rádio, dada a sua importância. Esse financiamento de 4% (quatro por cento) obviamente torna esse segmento vulnerável. Vulnerável a quê? A qualquer outra mídia e a qualquer outra concorrência que se apresente com possibilidade de disputar esse naco.

É óbvio que as rádios comunitárias, muito mais que qualquer problema tecnológico apresentado pelo Dr. Edilson, muito mais que qualquer outra questão ideológica ou não, são uma ameaça do ponto de vista comercial, ou seja, atuam nesse campo porque precisam sobreviver e de alguma maneira, descumprindo ou não ou mesmo faturando dentro dos limites da lei, que são aquelas contribuições culturais que aparecem, elas entram em um segmento de financiamento por causa da exigüidade dos recursos que lhes são dados. Esse é um problema porque ideologizamos o debate quando, na verdade, o debate é também comercial. Parece-me que se todos pensássemos, por exemplo, em políticas públicas que reorganizasse o segmento, ou seja, que trouxessem a patamares semelhantes ao de outros países, em que a rádio tem um tipo de financiamento, em que jornais tem outro tipo de financiamento, em que a televisão, que no Brasil abocanha essa enorme quantidade de recursos, não tem essa dimensão. Bem essa é uma questão que gostaria de trazer.

O senhor também traz alguns elementos, por exemplo, sobre as rádios comunitárias, e o senhor também tem o cuidado de distinguir, e as rádios travestidas de comunitárias. Queria trazer também outro elemento: rádios predatórias, rádios características, como rádios partidárias, de políticos do interior. O senhor cita o número de rádios como exemplo de democratização, e concordo com isso, mas há um dado, citando a pesquisa do Epcon, em que o maior número de rádios no Brasil está no Norte e no Nordeste, onde há a menor renda **per capita** e o menor número inclusive de população, invertendo a situação, ou seja, há

menos rádios em São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, Belo Horizonte, do que, por exemplo, no Norte e no Nordeste – e estou falando em números concretos, não proporcionais –, demonstrando que a partir de algum momento na história brasileira as rádios começaram a ser moeda de troca política. Então, temos também rádios predadoras travestidas de comerciais, que precisam de alguma maneira ser tratadas por nós todos. Tenho certeza, por exemplo, que a Abraço está preocupada com as suas rádios ilegais, ou seja, que não são rádios comunitárias, que são rádios ilegais e que não estão adequadas à lei. O que a Abert faz em relação a esse segmento que utiliza o nome de rádio comercial, mas que, na realidade, trafega em um outro espaço, em uma outra esfera, que é a política partidária.

Encerro com isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Obrigado Conselheiro Schröder.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Conselheiro Schröder, suas ponderações são muito pertinentes, mas o setor entende em questão de financiamento é que não devemos ter financiamento a não ser pelos critérios públicos comerciais de compra de publicidade. Qualquer outro tipo de financiamento que não seja para evolução tecnológica e algumas outras coisas nesse sentido refulamos, se é bem que entendi o termo de financiamento que o Conselheiro manifestou.

O segundo ponto a que o senhor se referiu, realmente, algumas rádios foram no passado levadas como moeda de troca. Isso evidentemente, é notório, aconteceu. Agora as rádios comerciais, independente da sua indicação política, comercial ou de programação, têm o ônus do pagamento dos impostos, da veiculação de Horário Eleitoral Gratuito e têm que andar dentro das suas limitações legais. Então, a Abert entende que rádio independente de ser comercial ou comunitária, se estiver fora da lei, tem que sofrer fiscalização dura dos órgãos competentes, independente de ser comunitária ou comercial. Somos muito contra, e voltamos a falar, as rádios ilegais, rádios que operam fora da lei, rádios que não têm obrigação, que têm limitação de potência e operam com potência mínima. Se alguma rádio comercial tiver autorização para uma classe “c”, por exemplo, e estiver operando com potência de classe “a” ou de classe especial, deve ser fiscalizada e punida por isso, independente da sua origem. Somos contra a rádio ilegal, seja ela de natureza comunitária ou comercial.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Com a palavra o Conselheiro Paulo Ricardo Tonet Camargo.

O SR. PAULO RICARDO TONET CAMARGO – **Eminente Presidente, eminente Vice-Presidente, meu caro Presidente da Abert, Dr. Daniel, é real-**

mente uma satisfação tê-lo conosco no Conselho de Comunicação Social falando de um assunto tão caro e tão importante como o rádio no Brasil.

Gostaria de enfocar uma questão que o Conselheiro Schröder colocou com muita propriedade e que nos preocupa. Com o curso dos anos o investimento do mercado publicitário nas rádios comerciais, e aqui vou me fixar nas rádios comerciais, cuja única fonte de custeio é efetivamente baseada no mercado publicitário, no correr dos anos, a participação do rádio brasileiro, e o Conselheiro Paulo Machado de Carvalho pode me ajudar nisso, vem caindo substancialmente e hoje temos números inferiores a 4% (quatro por cento). Fico preocupado com isso porque quando se desce fundamentalmente a fonte de custeio desse serviço, estamos colocando em risco a própria existência do próprio serviço.

Então, talvez um ponto de reflexão, Sr. Presidente, que devemos fazer, e tenho certeza que o senhor fará na sua gestão à frente do Conselho Superior da Abert, é examinar as causas. Vamos perguntar para quem compra publicidade por que não compra mais em rádio. Vamos perguntar para as agências de publicidade, vamos perguntar para os anunciantes, vamos perguntar para a Abra, enfim, para quem compra espaço nas rádios, por quê? Porque, quando assistimos a essa queda da participação da rádio no mercado publicitário, na verdade, estamos vendo o risco de um setor enorme de pequenas e médias empresas, vemos o risco de emprego de milhares de radialistas e jornalistas pelo Brasil, e vemos fundamentalmente em risco um bem brasileiro que é feito de forma muito importante nas comunidades. Quem conhece o interior do Brasil sabe o papel comunitário extraordinário das rádios. No interior do Rio Grande, Schröder, que você conhece também, lá nas regiões das Missões, de onde você é, é impressionante, no final do dia, a audiência das rádios, que mandam, hoje não sei se ainda é preciso isso por causa da telefonia, mas há uns anos, o meio de comunicação da cidade com o campo, com as instâncias, eram os recados enviados pelas rádios: “Atenção, Estância tal, fulano de tal, beltrano avisa que não vai chegar” Ou “O fulano adoeceu”. Era a forma de comunicação. Esse é um espaço comunitário extraordinário, que ainda é praticado. Agora, se não houver fonte de custeio para isso, e a fonte de custeio é o mercado publicitário, vamos colocar em risco essa conquista do povo brasileiro de tantos anos.

Então, a reflexão que deixo, Presidente Daniel e Presidente Niskier, neste Conselho é tentar detectar o porquê que o meio rádio é tão pouco anunciado e que vem caindo ao longo do tempo. Vamos perguntar para o mercado publicitário, para as agências e para

os anunciantes. De repente, as empresas de rádio têm que fazer uma reflexão, mudar suas práticas. Não sei, mas acho que essa reflexão precisa ser feita. Tenho certeza que o Presidente vai levar adiante essa reflexão, que é muito importante para o setor.

Era essa a mensagem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Peço permissão apenas para fazer um adendo às judiciosas palavras do nosso amigo Paulo Tonet Camargo para dar um exemplo que está acontecendo hoje no Rio de Janeiro.

Durante 20 (vinte) anos, Haroldo de Andrade foi a maior audiência da Rádio Globo, que era durante esse tempo toda a primeira colocada na audiência no espectro do Rio de Janeiro. Ele resolveu partir para uma aventura própria e criou a sua rádio, a Rádio Haroldo de Andrade. Ela já está em terceiro lugar no Rio de Janeiro, em audiência. Ele teve durante mais de 10 (dez) anos o patrocínio das Casas Sendas. Ele se transferiu para uma outra rádio, já está em terceiro lugar e perdeu o patrocínio das Casas Sendas, que não colocou em nenhuma outra estação de rádio a programação publicitária que fazia com Haroldo de Andrade, na Rádio Globo. Tenho impressão que aí está um pouco também de um acréscimo que gostaria de dar às palavras do Conselheiro Paulo Tonet, que esses fenômenos fossem de uma certa forma interpretados. Por que a Rádio Globo tinha, já tendo inclusive passado ao segundo lugar, o patrocínio Sendas durante mais de 10 anos e depois, quando o mesmo Haroldo fez a sua rádio e já está em terceiro lugar, perdeu esse patrocínio? É isso. Há perdas sucessivas, explicáveis ou não, que enfraquecem o setor rádio, para desgosto de nós todos.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Perfeito, Sr. Presidente, considero que as suas palavras e as palavras do Conselheiro Tonet são importantes. Cada vez que há uma oportunidade, uma janela para um grande salto tecnológico, como estamos fazendo a transição do analógico para o digital na televisão, e assim queremos que aconteça com o rádio, é o momento algumas reflexões, como o próprio Conselheiro Tonet colocou.

A primeira pergunta é: Como um meio que tinha 19% (dezenove por cento), 20% (vinte por cento) e agora está com menos de 4% (quatro por cento), como foi colocado pelo Conselheiro Schröder, irá sobreviver? Isso vai afetar muito a todos, não apenas os grandes. Se continuar nessa balada, todos serão grandemente prejudicados.

Faço uma autocrítica como um setor, cabe ao rádio se perguntar se o que ele está fazendo, se o

que estamos fazendo está adequado às necessidades dos ouvintes. Então, acho que é muito oportuna essa sugestão de reflexão para que definamos se estamos fazendo o que é adequado. O que era adequado há cinco anos não necessariamente é adequado hoje e não necessariamente será adequado no futuro.

Mais uma questão. Quando eu disse que o setor quer a transmissão para o analógico e isso vai ser um processo gradual, não será uma coisa estratosférica, mas será um processo de crescimento gradual, que não é por vaidade. É exatamente por isso, porque, se não fizermos essa transição e não nivelarmos essa condição de jogo, o que é 4% (quatro por cento) hoje pode virar 2% (dois por cento) amanhã, que poderá se transformar em 1,5% (um e meio por cento). Se não tomarmos os passos de reavaliação, de repensar e de fazer as transições para equiparar as condições de jogo, nossa tendência é um tanto quanto sombria.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Com a palavra o Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero parabenizar o Dr. Daniel pela apresentação muito oportuna desse veículo, desse instrumento poderoso que ao longo de quase 90 (noventa) anos vem transformando, informando e educando de variadas formas a nossa população. Hoje temos uma variedade enorme de modelos, música nordestina, música brasileira, só notícia, de possibilidades, muito mais do que na televisão, de conteúdo no rádio brasileiro.

A pergunta, Dr. Daniel, é em relação ao custeio, que confesso não ficou muito claro para mim a transição do analógico para o digital. Antes, porém, quero lembrar que esse assunto rádio no Brasil, no caso específico do rádio, já tivemos oportunidade aqui neste Conselho de receber um representante da família Roquette Pinto, que também foi um momento importante de debruçar sobre a importância do rádio no Brasil aqui neste Conselho.

A pergunta, Dr. Daniel, que não entendi – confesso que ficou um pouco vago – seria a seguinte: em relação aos equipamentos para essa transição, transmissão, e aí poderia um pouco passar pela rádio comunitária – mas o Dr. Edílson teve que sair, eu não sei se o Dr. Ara poderia nos ajudar – mas no caso das comerciais seria com o senhor, em que monta isso vai representar, se isso vai prejudicar pequenas ou grandes rádios, esse custeio de equipamento de transmissores e equipamentos subsidiários? E no caso dos ouvintes, que somos todos nós, na verdade tanto na TV como no rádio, é que vamos pagar a conta, vamos ter que ter novos aparelhos, fazer novos investimentos, se há algum número, alguma previsão desses custeios?

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Perfeito, Conselheiro Geraldo.

Na questão do rádio, estamos estimando que o custo de transição de uma rádio pequena, dependendo da escolha do padrão pelo Governo e pelos órgãos competentes, mas que seja o padrão que defendemos, que é a transmissão na mesma banda, na mesma frequência e sob a mesma máscara em que se tenha a analógica e a digital e que não se tenha a necessidade de fazer uma transição para outros canais, a exemplo do que vai ocorrer com os canais consignados na TV digital, estamos estimando que isso vai custar entre US\$100,000.00 (cem mil dólares) a US\$125,000.00 (cento e vinte e cinco mil dólares) para uma emissora de médio porte. Para as emissoras maiores, isso vai ser proporcional ao tamanho dos seus transmissores e assim por diante. Como enxergamos a parte do financiamento disso? Queremos financiamento de mercado, seja por intermédio de bancos privados ou estatais, ou até mesmo o BNDES, se for o caso, usando linhas específicas, mas com critérios de mercado e com contrapartidas de mercado. Todos sabemos que independente do banco, todos são profissionais e precisam gerar resultados. Ninguém mais dá dinheiro sem contrapartida nenhuma, ninguém mais empresta dinheiro sem contrapartida, sem nenhuma segurança de retorno. Defendemos financiamento com condições de mercado, seja em bancos privados ou públicos.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Com a palavra o Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, queria em primeiro lugar cumprimentar nosso Presidente Daniel Pimentel Slaviero pela brilhante exposição que fez sobre rádio, ressaltando fundamentalmente que S. S^a não é empresário de rádio. O grupo, ao qual ele presta serviço, não possui nenhuma emissora de rádio. O Dr. Daniel está muito bem colocado na posição de Presidente do Conselho da Abert porque também entende de rádio sem militar no meio.

Queria, Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, ressaltar uma palavra aqui colocada pelo Presidente Daniel que, certamente, deve significar se não todo pelo menos grande parte do problema vivido pelo rádio, que é adequação, e colocaria adiante segmentação. No meu ponto de vista, a subsistência do rádio se fará e se faz efetivamente pela segmentação ou pela adequação, como bem colocou o Presidente, ou seja, possibilidade de que possamos ofertar ao ouvinte um cardápio, um leque de opções para que ele possa escolher o que melhor se adapte.

No caso, Sr. Presidente, do específico, apenas para tentar encontrar uma eventual justificativa, no caso das lojas Sendas, no programa do Haroldo de Andrade, resta analisar até que ponto o comércio varejista tem sido muito hábil nessa mutação, e temos aqui o Conselheiro Gilberto Leifert, que é um grande especialista, um grande publicitário no assunto, que é efetivamente a mudança do perfil do consumidor. Então, de repente, a loja Sendas tinha um público consumidor mais voltado a um programa popular, estou apenas raciocinando por hipótese, como era o caso do Haroldo de Andrade e, de repente, em função do próprio mercado a loja optou por uma linha de produtos talvez um pouco mais sofisticado, destinado ao público consumidor, e o programa do Haroldo de Andrade deixaria ou deixou de ter a adequação, a segmentação suficiente ou necessária para poder atendê-los.

Queria também contestar também uma posição colocada aqui pelo Conselheiro Schröder de que o grande problema, um dos grandes problemas vividos pelo rádio comercial seria o aspecto concorrencial provocado pela rádio comunitária. Não entendo dessa forma, Conselheiro. Entendo que o grande aspecto da rádio comunitária não é a concorrência comercial e sim a concorrência desleal, a concorrência à margem da lei e, principalmente, a possibilidade que existe de se oferecer o mesmo produto em condições absolutamente diferenciadas em função de não se ter os compromissos obrigatórios da rádio comercial, que é a exibição de horários obrigatórios, o registro de pessoal, o pagamento de impostos e encargos, coisa que a emissora comunitária certamente não tem esses compromissos. Então faz com que o mesmo produto, que na verdade é o comercial, acabe sendo colocado ao mercado publicitário em uma concorrência, no meu ponto de vista, desleal. Então, entendo eu que esse é o grande prejuízo da comercialização da radiodifusão comunitária que age de maneira ilegal porque, na verdade, o próprio conceito dessa emissora era de que fosse sustentado pela própria comunidade. E eu me lembro de que em determinado momento em ainda Presidente da Anatel era o Dr. Renato Guerreiro e que em um dia, em um debate conosco, ele disse: “Mas, veja, essa rádio comunitária vai viver do pequeno comércio, do pequeno lojista, que está na sua comunidade.” Aí eu lhe perguntei: “Mas, Dr. Ricardo, quem é o anunciante do rádio de hoje?” É esse próprio comerciante, o pequeno varejista, que é o que sustenta as emissoras de rádios comerciais, que antes de mais nada são comunitárias. Por quê? Porque a origem do rádio, como bem lembrou o Conselheiro Tonet, sempre foi voltada à comunidade. Então, a própria denominação “comunitária”, entendo eu, de alguma forma, fere princípios

de quem há 90 anos milita nesse mercado, porque o rádio sempre foi comunitário.

Com os meus cumprimentos ao Presidente, era isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Antes dessas bonitas palavras serem elogiadas, e já o foram, gostaria de dizer aos membros do Conselho de Comunicação Social que estamos tendo o privilégio, hoje, de contar com a transmissão direta não apenas da **TV Senado**, mas também, em associação, da **TV Câmara**. Então, estamos ampliando o alcance das discussões que aqui são travadas.

Pergunto se o Dr. Daniel quer dizer alguma coisa, ou se bastou o elogio.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Estou amplamente satisfeito com a deferência.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Ele falou “amplamente”. Se eu dissesse que a Ampla cobra, no Rio de Janeiro, R\$20 mil de taxa de uma estação de 25 KW... São R\$20 mil por mês! É o pagamento que se faz à fornecedora Ampla, no Rio de Janeiro, numa emissora de 25 KW. Isso é para se ter uma idéia dos custos, porque essas coisas não são de graça, alguém tem que pagar.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Presidente, eu tenho uma pequena dúvida, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Você não está mal da garganta, não? Já melhorou?

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Para essa dúvida, não, Presidente. Se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Diga.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Serei muito breve; não se trata de debate.

O Dr. Daniel falou do custo da transmissão, a pedido do Conselheiro Geraldo. E falou em US\$125 mil. Porém, ao fazer a radiografia do cenário da radiodifusão, ele localiza pequenas rádios.

Continuo preocupado com o seguinte: esse custo, seja de onde vier o financiamento, certamente terá como consequência algo que sempre ocorre quando há transições tecnológicas, ou seja, há alguns que ficam fora do mercado, porque não conseguem fazer a transição, que não têm recursos para fazer isso. E depois desta transição, dessa monta, com esse valor que o senhor traz, certamente ficarão muitas dessas rádios.

Como o senhor, representando uma associação, aponta a digitalização e a transição como uma saída para essa crise que tem, parece-me, uma origem econômica anterior?

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Obrigado, Schröder.

Com a palavra o Dr. Slaviero.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Conselheiro Schröder, é perfeita a sua ponderação. Até peço desculpas, porque essa dúvida estava contida na pergunta do Conselheiro Geraldo, e ficou uma lacuna.

Como nós enxergamos esse processo?

Primeiro, será um processo gradual. O radiodifusor não fará isso imediatamente, ainda mais por saber como é o Brasil. Vai haver cada vez mais rádios digitais à medida que houver cada vez mais receptores digitais. Então, o que vem antes: a galinha ou o ovo?

Sem geração de conteúdo, não haverá condições de existirem receptores. Portanto, isso deve ser fomentado nas grandes cidades, onde, primeiro, as rádios têm uma capacidade de investimento um pouco maior, assim como o consumidor, para que gradualmente esse processo seja decantado dos grandes centros para o interior.

O segundo ponto é que, à medida que ocorrer a evolução tecnológica, um receptor digital daqui a pouco será mais barato do que um receptor analógico. Então, essa também será uma tendência natural se houver essa migração, porque, quando houver ganhos de escala mundiais e brasileiros para a produção de receptores, haverá uma questão de preços e de custos relativa a essa situação.

E o último ponto que eu gostaria de ressaltar, Conselheiro Schröder, é o seguinte: quando um empresário, como todos aqui sabem muito bem, faz um investimento, ele o faz pensando em quanto isso vai agregar em termos de faturamento e quando vai retornar. Ao aplicar US\$120 mil ou R\$120 mil, qualquer valor, você tem que pensar o seguinte: se esse capital estivesse investido no banco, eu receberia tanto. Se eu investir num negócio, em quanto tempo esse dinheiro vai retornar?

Então, isso vai ocorrer ou para se faturar mais com o retorno desse investimento ou, como no caso que nós enxergamos em relação ao rádio, como manter o meu nível de faturamento atual nos próximos anos, porque, se não houver essa transição, o empresário não apenas deixará de faturar mais; dificilmente ele vai faturar o mesmo que consegue hoje.

Portanto, leva-se em conta o que esse investimento vai agregar, mas principalmente o fato de que, se isso não for feito ao longo dos anos, o que poderá representar em termos de faturamento e de penetração e quais serão as condições de competição no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Conselheiro Gilberto Carlos Leifert.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Sr. Presidente, eu gostaria de dirigir os meus cumprimentos ao ilustre Dr. Daniel Pimentel Slaviero, o novo Presidente da ABERT. Também sou representante da ABERT no

Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária, represento aqui as emissoras de televisão e fico imensamente feliz por ter presenciado a sua exposição hoje, sobretudo porque a sua presença à frente da ABERT demonstra a capacidade da radiodifusão brasileira de se renovar também nos seus quadros.

Fiquei muito feliz, sobretudo por ter a oportunidade de presenciar o encontro do ilustre ex-Presidente Paulo Machado de Carvalho Neto com o novo Presidente Daniel Pimentel Slaviero.

A minha consideração, Presidente Arnaldo, é muito breve.

Apesar da renovação tecnológica que a era digital poderá proporcionar ao rádio, sabe-se que o fenômeno da rádio-interferência poderá continuar perturbando o rádio. E sabe-se também que o prestígio do meio rádio perante o mercado publicitário foi seriamente afetado pelos distúrbios provocados pela rádio-interferência, que foi examinada nesta manhã, com o depoimento do Superintendente da Anatel.

De modo que quando o ilustre Presidente se refere às transmissões da radiodifusão aberta, gratuita, livre e direta, valeria a pena incorporar nesse enunciado “e em conformidade com as leis”, porque esses atributos podem ser repetidos pelas emissoras clandestinas, sem status legal perante as autoridades incumbidas da fiscalização e, antes até, de outorga. E faz grande diferença para o mercado anunciante e para o prestígio do meio rádio a observância da legislação em vigor.

Renovo, então, os meus cumprimentos ao ilustre Presidente e agradeço a sua exposição.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Muito bem.

Conselheiro Eurípedes Corrêa Conceição.

O SR. EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO – Obrigado, Sr. Presidente.

Queria também cumprimentar, em nome dos radialistas, a eleição do Dr. Daniel, um jovem empreendedor que vai contribuir muito...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Você votou nele?

O SR. EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO – É lógico! ...que vai contribuir bastante para o crescimento da instituição.

Dr. Daniel, o senhor cobra um combate mais consistente às rádios comunitárias irregulares. Ao mesmo tempo, o senhor não entende que o poder público tem que cumprir o seu papel não só ao reprimir, mas também de procurar organizar, visto que há uma parte extremamente importante nesse contexto que pertence a esse poder?

As rádios comunitárias estão instaladas em determinados bairros e têm a sua programação voltada para a sua comunidade, com notícias e programas musicais específicos, ou seja, noticiam aquilo que a comunidade quer saber a respeito do seu bairro e, ao mesmo tempo, tocam a música que aqueles ouvintes querem ouvir. Entendemos que isso faz com que diminua a audiência das rádios comerciais e consequentemente o seu faturamento.

Ao assumir a ABERT, como o senhor vai analisar esse cenário que está se mostrando?

O companheiro Paulo Tonet fez uma observação muito pertinente com relação à importância social do rádio. Entendemos, inclusive, que a Radiobrás não foi privatizada em virtude dessa importância e, ao mesmo tempo, por ser um instrumento fisiológico dos políticos da Região Norte.

Então a pergunta que eu queria lhe fazer seria esta: ao assumir a ABERT, como o senhor analisa o cenário atual, em consequência inclusive das rádios *web* que estão aí, as quais poderão complicar um pouco essa questão?

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Dr. Daniel.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Como o Conselheiro Eurípedes observou, o trabalho de gestão do setor será em relação, principalmente, ao órgão competente, porque é ele quem julga, seja o Ministério, seja a Anatel, e fiscaliza.

Quanto à competição entre rádio comercial e rádio comunitária, teoricamente não há competição entre a rádio comunitária legal e a rádio comercial legal também, porque elas têm diferentes coberturas e potências. Só há competição, e do tipo predatória, como os Conselheiros ressaltaram, quando a rádio comunitária opera fora do seu âmbito legal. Se ela estiver dentro do seu âmbito legal, haverá uma complementaridade.

E o terceiro ponto que o Conselheiro mencionou, em relação a como enxergamos esse cenário, lembro que já foi dito aqui, no sentido de cobrar do órgão competente a fiscalização de rádio que opera legalmente – citando algo que o Conselheiro Gilberto mencionou, que considero muito oportuno: incluir o termo “legal”. Não existe apenas rádio ilegal travestida de comunitária; existe rádio ilegal travestida de comercial também. Tem que haver uma fiscalização rigorosa em relação a todos os que andam fora da lei. É isso que o setor quer e defende.

Por último, Sr. Presidente, agradeço a carinhosa manifestação de todos, em especial do Conselheiro Gilberto...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Não, ainda falta um, mas pode agradecer. Naturalmente, o agradecimento é de todos nós.

Eu queria pedir ao nosso Vice-Presidente, João Monteiro de Barros Filho, que fizesse, em nome do nosso Plenário, os agradecimentos ao Daniel Pimentel Slaviero.

O SR. JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO

– Daniel, nós nos permitimos, em nome dos Conselheiros e dos amigos que aqui se encontram, cumprimentá-lo. E eu tenho condições de fazê-lo, porque comecei a trabalhar em rádio com 16 anos, na PRJ8, Rádio Barretos, então das Emissoras Coligadas. Depois, fui Gerente da Rede Piratininga, da Rádio Piratininga de Barretos. Tenho mais de 50 anos de rádio.

Esse rádio comunitário sobre o qual nós falamos, naquela época, quando nós estávamos começando, o meu gerente dizia: “Rádio só é divertimento para quem ouve; para quem o faz, é um trabalho como outro qualquer”. E o nosso era um rádio comunitário. Ele vivia plenamente a vida da nossa pequena cidade.

A minha alegria, como radialista e homem do rádio que conhece toda essa história da evolução das pequenas e das grandes emissoras, participando de todos os congressos da AESP, da ABERT, e ouvindo inclusive aqueles velhos orientadores que nos diziam: “Vamos fazer um rádio sério, um rádio responsável, ajudando o crescimento do Brasil”...

E o cumprimento, Daniel, é porque você, moço, permita-me, quase um neto meu ou um filho, assumindo a presidência da Associação Brasileira ABERT, é uma responsabilidade bonita para um jovem que demonstra para nós, brasileiros, como é bom acompanhar a evolução e a coragem dos jovens que assumem a presidência de uma entidade tão importante.

Agora, queremos nos congratular porque os Conselheiros deram uma contribuição extraordinária para que você possa realmente, somando tudo o que ouviu, ajudar não apenas a parte do rádio, como também a da televisão na ABERT.

Seja feliz! Você o merece, tem conteúdo. Você faz parte de uma família que tem essa vivência de comunicação. E nós, do Conselho, estamos felizes em contar com um jovem para nos ajudar a refletir sobre um tema tão importante para o Brasil como é o rádio.

Quando todos estamos preocupados em como conseguir dinheiro para fazer evoluções, faço-lhe uma recomendação. Eu sou filho de peão de boiadeiro, não casei com mulher rica e, no rádio, vendendo propaganda, naquela época em que nós fazíamos isso, os comerciantes diziam: “Ah, ponha aí uma verbazinha para ajudar o Monteirinho”. Lá na minha cidade, nós criamos a mentalidade publicitária: não, vamos fazer o

seguinte: vocês põem um dinheirinho, e o Monteirinho vai ajudá-los pelo rádio a vender mais. É isso que o rádio do interior, a pequena emissora, o rádio brasileiro continua fazendo.

Os problemas são muitos. Nós vivemos em um país que precisa, em todos os setores da atividade humana, buscar, com o pé no chão, uma nova realidade, para sermos um país responsável e enfrentarmos todos os nossos problemas, principalmente no rádio.

Parabéns para o moço que assume a presidência da ABERT.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Suas palavras de despedida.

O SR. DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – Presidente, quero agradecer sinceramente toda a gentileza ao me receber e a condução dos trabalhos ao Presidente Arnaldo e ao Vice-Presidente e as palavras de carinho e de apoio de todos os Conselheiros.

Estamos completamente abertos para vir aqui conversar sempre que for necessário, porque, como eu disse inicialmente, o setor reconhece a suma importância do Conselho como grande fórum de discussão e debate de todas as questões de comunicação do Brasil.

O trabalho que aqui tem sido feito, liderado pelo Presidente Arnaldo, pelo Vice-Presidente, João Monteiro, e por todos os Srs. Conselheiros é um trabalho de extrema importância para o setor, mas principalmente para o Brasil.

Mais uma vez, agradeço as palavras de apoio e a gentileza com que fui recebido neste nobre Conselho. Estou, assim como a ABERT, à disposição de todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Agradeço a presença de todos.

O último orador é nosso convidado para o almoço, se puder. E a sessão fica suspensa, aguardando a nossa volta às 14h30min.

Não se esqueçam de que à tarde contaremos com a presença do Ministro Gilberto Gil.

Está suspensa a reunião.

(Suspende-se a reunião às 12h18min.)

(Reabre-se a reunião às 14h34min.)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Boa tarde. Está reaberta a reunião.

Antes de anunciar os palestrantes, gostaria de comunicar aos Conselheiros um fato que considero auspicioso. O livro que lançamos há alguns meses, “Desafio da Comunicação Social no Brasil”, tem tido uma carreira na distribuição muito bonita. Nós todos, que somos homens também do livro, conhecemos bem as dificuldades na distribuição de um livro em nosso País. Com as providências adotadas, sob a orienta-

ção do Plenário do Conselho de Comunicação Social, procedemos a uma distribuição inteligente, de tal maneira que 850 (oitocentos e cinquenta livros) já foram colocados no mercado brasileiro. Enviamos livros para as bibliotecas de todas as universidades – as que se manifestaram desejando uma quantidade maior foram atendidas –, as assembleias legislativas, as autoridades do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas da União, entre outros órgãos. Todo o Estado do Rio de Janeiro se manifestou profundamente interessado na matéria. Temos tido, o que nos alegra bastante, uma resposta formidável.

O brasileiro não é muito bom de resposta, a não ser em debates acalorados, mas temos tido respostas em forma de bilhetes, de cartas, até mesmo Ministros de Estado e de Tribunais Superiores se manifestaram. É uma coleção muito bonita, e até sugeri hoje a nossa Secretaria Executiva que a mostrasse ao Dr. Raimundo Carreiro, que foi uma figura extraordinária para nós porque apoiou a elaboração do livro, e o fez em um tempo relativamente curto, o que abre caminho, naturalmente, para quem vier no ano que vem fazer outro livro, cuja primeira colaboração nós já temos, e é a do Conselheiro Paulo Tonet, que foi escolhido para abrir o próximo livro.

Não gostaria de deixar de fazer essa remissão porque o livro foi um trabalho de nós todos. O Conselho ali se colocou e a repercussão tem sido altamente favorável.

Passemos agora ao **item III** da nossa Pauta, a Lei dos Direitos Autorais.

Convido para tomar assento à mesa, o Sr. João Carlos de Camargo Éboli, Presidente da Comissão Permanente de Direito de Propriedade Intelectual do Instituto dos Advogados do Brasil, IAB, e Assessor Jurídico da Socinpro; e a Srª Glória Cristina Rocha Braga, Superintendente Executiva do ECAD.

Ouviremos em primeiro lugar o Sr. João Carlos de Camargo Éboli.

S. Srª é Bacharel em Ciências Jurídicas pela antiga Faculdade Nacional de Direito. Por 27 anos prestou serviços à gravadora EMI MUSIC, antiga EMI-ODEON, como Advogado e Diretor Jurídico. Foi o primeiro presidente do Comitê Jurídico da FLAIE, atual FILAIE – Federação Ibero Latino-americana de Artistas Intérpretes e Executantes – e membro do extinto CNDA – Conselho Nacional de Direito Autoral. Há mais de 30 anos atua como Assessor Jurídico (externo) da Socinpro – Sociedade Brasileira de Administração e Proteção de Direitos Intelectuais. É também Presidente da Comissão Permanente de Direito de Propriedade Intelectual do IAB, membro da Codepin – Comissão Estadual de Defesa da Propriedade Intelectual do Es-

tado do Rio de Janeiro – e Consultor Jurídico (externo) do Grupo Editorial EMI *Publishing*. Exerce atualmente a atividade profissional de advogado, no escritório Müller Chaves Advocacia.

Ressalto ainda que o Sr. João Carlos Éboli é neto – e pela manhã, tivemos outro neto brilhando aqui, o neto do Dr. Paulo Pimentel – do grande escritor brasileiro Joracy Camargo, membro da Academia Brasileira de Letras, autor do clássico “Deus lhe Pague”. Joracy Camargo é uma figura realmente notável da cultura brasileira. O Sr. João Carlos Éboli irá falar de um assunto técnico e tenho certeza que o Joracy Camargo, se vivo fosse, não entenderia nada do que o seu neto vai falar. Os tempos são outros.

Concedo a palavra ao Sr. João Carlos de Camargo Éboli por 20 minutos.

O SR. JOÃO CARLOS DE CAMARGO ÉBOLI

– Srs. Conselheiros e Sr. Presidente Arnaldo Niskier, essa apresentação me traz muita responsabilidade. Eu diria que o ponto mais importante do meu currículo hoje é que, além de neto Joracy Camargo, sou avô três vezes, o que para mim é a maior motivação.

Arnaldo Niskier é um amigo de longa data. Fico muito orgulhoso, como cidadão brasileiro, por ter esse Conselho presidido por alguém com a capacidade, com a integridade, com o talento do Professor Arnaldo Niskier. Isso é, sem dúvida, alentador, em se tratando de um órgão de consulta do Congresso Nacional.

O primeiro drama de um advogado com 20 (vinte) minutos para se pronunciar são exatamente os 20 (vinte) minutos, dos quais eu já utilizei 02 (dois). Tenho, portanto, 18 (dezoito) minutos. Vou tentar usar do poder de síntese. Dizem que a síntese é a virtude do talento. Como não tenho talento, vamos ver quem ganha essa briga no final.

Senhores, a Dr^a Glória Braga, que falará em último lugar, ocupa um dos cargos mais espinhosos do Brasil. S. S^a é Superintendente do Ecad. Vou fazer a preliminar e, humildemente, então, tentarei desenvolver a questão sob o aspecto mais estritamente jurídico.

O que nos traz aqui é a preocupação com mais um anteprojeto de lei. Costumo dizer que há anteprojetos de lei, mas que, algumas vezes, surgem antiprojetos de lei, que são contra tudo, contra todos, contra a ordem constituída. Como disponho de pouco tempo, e talvez inspirado pelo tom, digamos, incisivo do debate de ontem, eu diria que esse anteprojeto que nos traz aqui, que altera a redação de artigos da Lei nº 9.610, de 1998, que disciplina os direitos autorais em nosso País, é desses antiprojetos perigosos, não mal-intencionados, mas pouco cuidadosos, pouco atentos à realidade do direito autoral, não só no âmbito brasileiro como, de resto, no âmbito internacional.

O legislador deve ter um cuidado imenso, sobretudo quando ele legisla e desse ato legislativo surge a supressão de um direito, sobretudo quando é um direito universalmente reconhecido, conquistado ao longo de décadas de luta de autores, compositores e artistas do mundo inteiro, quando é um direito que está consagrado no diploma internacional maior, que é a Convenção de Berna, de 1886, uma convenção centenária que conta hoje com mais de 150 Estados-Membros, que foi revista em Paris, que foi atualizada, que foi assinada pelo Brasil com a primazia de ser o primeiro Estado latino-americano a fazê-lo e, posteriormente, ratificá-la já com as modificações feitas em Paris, em 1971, e isso ocorreu em 1975.

Vamos ao assunto.

Três são os princípios básicos, a meu ver, que asseguram a boa proteção dos direitos intelectuais. O primeiro é um princípio basilar. Todas as criações intelectuais protegidas são enumeradas nos diplomas dos países mais evoluídos de maneira exemplificativa, porque a criação intelectual é absolutamente irrestrita. Então, não convém limitar. Mas todas as exceções ou limitações ao exercício do direito autoral, em sentido amplo, compreendendo os direitos do autor e os direitos que lhe são conexos, dos artistas, são enumerados nas legislações mais evoluídas, inclusive na brasileira, de maneira taxativa, exaustiva. Por outro lado, todas as questões envolvendo matéria autoral e os negócios autorais se interpretam restritivamente, ou seja, o direito autoral repele, por natureza, a interpretação extensiva. Esse é um ponto vital. Outro ponto, que eu diria que é o terceiro ponto de um tripé, e um tripé faz um plano, é o aspecto de que, em matéria autoral, todas as modalidades de utilização são independentes.

O que pretende esse anteprojeto de lei? O que faz esse anteprojeto de lei? Ele simplesmente suprime a **facultas agende**, a faculdade de agir, o direito do autor de autorizar ou proibir a execução pública de suas obras musicais e letras musicais através da cinematografia. A licença concedida para a inclusão da obra em obras audiovisuais, incluindo as películas cinematográficas, por esse texto, compreende também, automaticamente, sem uma licença própria, conseqüentemente, sem uma remuneração específica, o direito de obter a execução pública dessas composições quando da apresentação ou exibição da obra audiovisual. Isso vai não ao encontro, mas de encontro ao art. 14, parágrafo 1º, da Convenção de Berna; agride o art. 29, da Lei Brasileira de Regência, a Lei nº 9.610.

Tentam sofismar dizendo que esse dispositivo tem fundamento no art. 14, bis, letra “b”, da mesma Convenção de Berna. Não é verdade e não procede. Esse artigo não tira do autor essa faculdade. Diz ape-

nas que, no silêncio do contrato, há uma presunção dessa extensão. Mas, na prática, posso lhes asseverar que nenhum autor, nenhum artista, ao deferir a inclusão de sua obra ou de suas interpretações gravadas em películas cinematográficas, silenciam em relação à execução pública e, pelo contrário, discriminam que a execução pública deverá ser obtida através de autorização em separado.

O Direito Autoral tem duas grandes vertentes: Direito de Reprodução, aí compreendido o direito de reprodução, que é o direito básico, o *copyright*, dos anglo-saxônicos, e o direito de distribuição; e o Direito de Comunicação ao Público. Ora, o direito de distribuição, esse, sim, está implícito. É possível extrair cópias da película cinematográfica para fins de exibí-la. Agora a execução pública que decorre da exibição da película é um direito absolutamente autônomo e tem que ser preservado como tal.

Graças a Deus, esse anteprojeto caiu nas malhas desse Conselho, que tem independência, autonomia, exatamente como órgão de consulta e assistência do Poder Legislativo no Brasil, para aconselhar a sua rejeição. Trata-se de um projeto que, inclusive, se vier a ser adotado, e aí meu avô Joracyr Camargo daria socos na tumba, porque meu avô, além de Presidente da Asbate por 10 (dez) anos e Presidente de honra da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, foi um dos Vice-Presidentes da CISAC, da Confederação Internacional da Sociedade dos Autores e Compositores, isso colocaria o Brasil, como país civilizado, como o país que tem uma das legislações autorais mais avançadas do mundo, compatível com as legislações espanhola, francesa, italiana, legislações que consagram esses dois direitos de maneira autônoma, nos colocaria no concerto das Nações em uma posição extremamente melindrosa, extremamente difícil.

Venho aqui, falando em nome do Instituto dos Advogados Brasileiros, falando em nome de colegas que militam comigo na área do Direito Autoral há quase 40 (quarenta) anos, falando em nome do bom-senso, falando em nome de uma legislação conquistada com muito sacrifício e muita luta, em perfeita harmonia com o Ecad, pois uma das associações que o integram é a Socimpro – Sociedade Brasileira de Proteção e Administração dos Direitos Intelectuais – para a qual advogo há quase 40 (quarenta) anos. Enfim, em nome de todo esse universo, apelo para o bom-senso do Congresso Nacional, através de V. Sr^{as}, para que repilam essa tentativa, que eu diria, não é maldosa, mas sim, mais uma aventura irresponsável.

Desculpem-me a franqueza, mas o tempo não me permite deixar de ser franco. Tenho pouco tempo para dizer muita coisa. Vai aqui um pouco de desabafo. O

Brasil tem uma responsabilidade muito grande na área dos direitos intelectuais, porque é vanguardeiro desde a Convenção de Berna, passando pela Convenção de Genebra, chegando à Convenção de Roma, de 1961, que regula os direitos conexos.

Vejo aqui nesse anteprojeto, como todo anteprojeto mal-redigido, um enorme paradoxo. Depois de dizer que o direito não existe, o projeto estabelece um preço mínimo para o direito: 1% (um por cento) da receita de bilheteria. Como vou remunerar um direito que simplesmente não foi exercido? E mais ainda – esse ponto é mais grave – é uma ofensa ao inciso XXVII, do art. 5º, da Constituição Federal, uma cláusula pétrea que dá aos autores brasileiros a faculdade não só de autorizar ou proibir a utilização de suas obras por qualquer modalidade, como também de fixar-lhes o preço. Então, não será de maneira supletiva que o Poder Legislativo ou que o Poder Judiciário estabelecerá o preço que tem que ser livremente fixado pelos titulares dos direitos autorais. E isso vem mostrar a maneira pouco técnica como esse projeto foi redigido.

Em suma, o projeto é uma afronta aos direitos autorais brasileiros e uma afronta aos próprios direitos autorais no âmbito internacional.

Tenho um minuto e meio para dizer inclusive da importância da legislação pátria no âmbito continental. O Direito brasileiro é fonte de leis continentais como o caso das leis colombiana, salvadorenha, paraguaia. Ele influenciou praticamente todas as legislações da América Central e do Caribe. O Brasil exportou dispositivos de natureza autoral e, hoje, a nossa lei está no tempo da informática, no tempo da Internet, tanto com relação à legislação civil quanto à legislação penal, com a terceira modificação sofrida pelo nosso diploma penal a partir de 1940.

Faço um apelo aos senhores, porque, com muito mais brilhantismo, estará a cargo da Dr^a Glória Braga, minha amiga, no sentido de que recomendem ao Congresso Brasileiro, a rejeição desse projeto, o que significará a aceitação de uma conquista histórica, importante e definitiva dos autores patrícos.

Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, muito obrigado pela atenção de todos. Fui rigoroso na observação dos 20 (vinte) minutos.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Muito obrigado ao Dr. João Carlos de Camargo Éboli.

A próxima palestrante é a Dr^a Glória Cristina Rocha Braga.

S. S^a é advogada, formada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); pós-graduada em Gestão de Empresas pela PUC-RJ; especializada em Direito Autoral. Atualmente, é Superintendente do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad),

professora de Direito Autoral da UniverCidade e do MBA em Propriedade Intelectual da Escola Superior de Advocacia (ESA), da OAB-RJ, e Conselheira do Conselho Estadual de Propriedade Intelectual do RJ e do Conselho de Cultura da Associação Comercial deste Estado. Já proferiu palestras sobre o tema em diversos cursos de pós-graduação e seminários no Brasil e no exterior.

Com a palavra S. S^a.

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA

– Muito obrigada pelo convite, Dr. Arnaldo Niskier, pela oportunidade de estarmos aqui no Conselho de Comunicação Social falando de Direito Autoral. Ouso dizer que entendo esse convite como reconhecimento da importância que o Direito Autoral assume quando falamos no conteúdo transmitido, radiodifundido, e que será cada vez mais utilizado nesse mundo digital que se avizinha.

Fico muito honrada por estar aqui hoje, na presença de pessoas conhecidas, amigas, algumas de muitos anos, que entendem, assim como nós no Ecad, que quando se fala em Direito Autoral está se falando de uma parte importante que é a parte criativa que dá início a todo um processo de utilização musical das mais diversas formas, quer pelas emissoras de rádio, quer pelas emissoras de televisão ou outras formas tantas.

Quero registrar a minha presença aqui e aproveitar a oportunidade para entregar para o Presidente deste Conselho um exemplar do livro que fala da cadeia produtiva da economia da música, cuja pesquisa foi patrocinada, entre outras entidades, pelo Ecad. É uma pesquisa que foi levada a efeito pela encubadora de negócios da PUC, Instituto Gênesis, e que tratou de forma muito interessante toda a cadeia produtiva da criação musical, começando pela criação em si, com os compositores e músicos, mostrando todas as fases de aproveitamento e desenvolvimento do produto musical, da música como um todo. Queria entregar e ofertar para a biblioteca desse Conselho. Esse livro é fruto de uma pesquisa extensa e já recebeu inclusive comentários do Presidente deste Conselho, Dr. Arnaldo Niskier, no momento do seu lançamento.

Considero importante falarmos não só do Direito Autoral em si, mas da importância do que ele representa. O Direito Autoral hoje é a forma moderna que se tem de retribuir aos criadores intelectuais pelo uso de suas criações nas mais diversas formas possíveis. Estamos aqui falando de radiodifusão, de transmissão das mais diversas e variadas formas, em um mundo que cada vez mais necessitará de conteúdo e, conseqüentemente, precisará remunerar os criadores desse conteúdo para fazer com que eles continuem

criando, propiciando e fornecendo informação, conteúdo e obras criativas para o desenvolvimento de toda essa cadeia.

Apesar de ser advogada, não entendo mais qualquer discussão sobre Direito Autoral que não seja em função da utilização e da importância econômica das obras criativas para o mundo da cultura. Por isso, nós, do Ecad, patrocinamos esse estudo e temos orgulho de estar aqui hoje para falarmos um pouco sobre isso.

Gostaria de dar início à minha apresentação, que dará um panorama geral do Ecad.

(Projeção)

O Ecad é o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, que representa 12 (doze) associações de compositores musicais, músicos, gravadoras e editoras. Segundo alguns conhecedores do assunto, algumas pessoas com as quais conversamos sempre, até pelos próprios pesquisadores da cadeia produtiva, o Ecad é tido hoje como um dos vetores de distribuição de renda no nosso País, porque coleta direitos autorais em todo o território nacional e, através de pesquisas e coleta de informações, repassa aos legítimos titulares dos direitos das músicas executadas os direitos autorais que lhes são devidos.

Peço licença para exibir aqui um vídeo que vai falar um pouco sobre o papel do Ecad e que demonstra que toda essa cadeia representa milhares de compositores, músicos e gravadoras que estão representados nas associações que fazem parte de todo esse sistema de arrecadação e distribuição de direitos autorais no Brasil.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Esse vídeo, na verdade, resume um pouco o papel e as atividades do Ecad, mas fala principalmente na abrangência e na importância de uma arrecadação nacional dos direitos autorais. Falamos na quantidade de titulares representados. Hoje há quase 200.000 (duzentos mil) em todo Brasil. Por isso, estamos aqui hoje no Conselho falando do cuidado que se deve ter quando se pretende fazer qualquer modificação na Lei de Direitos Autorais.

Toda a cadeia produtiva da música hoje no Brasil é montada sobre conceitos e critérios que existem na Lei de Direitos Autorais, a qual reflete, como já falou o Dr. Éboli, princípios internacionais, aos quais o Brasil está obrigado pelo fato de ser signatário de tratados e acordos comerciais. Toda a estrutura montada hoje de cobrança e de defesa de direitos autorais respeita o que está disciplinado na lei. O que percebemos algumas vezes que acontece no Congresso Nacional e em algumas comissões na Câmara é que, de forma pouco cuidadosa, são apresentados projetos de lei para mo-

difícil a Lei de Direitos Autorais e, conseqüentemente, intervir, de forma lesiva, aos interesses dos criadores, com a mudança dessa lei.

Na época da promulgação da lei, o Caetano Veloso disse algo que nos ficou muito marcado: “Essa não é a lei dos nossos sonhos, mas foi a lei possível.” A Lei de Direitos Autorais hoje é fruto de dez anos de discussão no Congresso Nacional, recebeu naquela ocasião várias emendas, houve vetos e, ao longo dos últimos anos, vem criando jurisprudência e posicionamentos muito interessantes dos nossos Tribunais.

O nosso pedido aqui no Conselho de Comunicação Social, que, vez por outra, analisa pedidos de modificação nessa Lei de Direitos Autorais é que todos esses pedidos de modificação sejam vistos com muita cautela porque, forçosamente, pretendem minimizar o direito dos artistas e criadores. Mas entendemos, e queremos levar isso à discussão, que não se caminha minimizando ou mesmo acabando, cassando o direito daqueles que criam.

Somos uma empresa organizada em todo o território nacional. Temos convênios e contratos com inúmeras entidades das mais diversas categorias e segmentos da economia. Temos uma postura de conversa e entendimento, porque essa cadeia produtiva, de que tanto falamos, é composta por quem cria e por quem usa. Esse é um negócio que tem que ser bom para todos. Não deve pressupor que um dos componentes dessa cadeia deva ser sempre minimizado, tenha que ter seus direitos às vezes até restringidos.

Esse anteprojeto de lei, sobre o qual falava o Dr. Éboli, pretende minimizar esses direitos, ou até mesmo, em alguns momentos, extingui-los, subvertendo de forma totalmente, diria eu, e vou também ser um pouco leviana porque sou mais nova. Fico indignada quando vejo às vezes a irresponsabilidade de se mexer em uma legislação que tem, ao longo dos últimos 10 (dez) anos, posto em prática todos os conceitos fundamentais aos quais estamos obrigados – e quando falo “estamos” falo do Brasil –, pondo em risco os direitos não só dos criadores nacionais, como dos criadores de obras estrangeiras também, que são representados aqui no Brasil por força de contratos de reciprocidade firmados pelas associações que integram o Ecad.

Nosso pedido é para que, nesse tipo de matéria, sempre que se fale em direito autoral, haja um cuidado e se pense sempre que a melhor solução jamais será restringir ou acabar com direito dos criadores. Enquanto eles existirem, haverá conteúdo para ser veiculado e transmitido da forma que se bem entender. Mas, quando esses criadores tiverem seus direitos extirpados, minimizados ou mesmo esquecidos em

qualquer modificação legislativa, isso não será bom para ninguém.

A música hoje, costume dizer, é o bem cultural mais importante desse País, porque nos une a todos, com gêneros fantásticos e que fizeram com que nosso País fosse reconhecido internacionalmente. Quando falamos aqui de música, eu e o Dr. Éboli, estamos falando desse bem e de pessoas que criam isso há muitos anos e que fizeram um pouco da história do nosso País.

Peço desse Conselho é ter sempre muito cuidado quando se falar de direito autoral e quando se falar de direito autoral da música.

É isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Agradeço muito a contribuição do Dr. Éboli e da Dr^a Glória Braga.

Quero combinar aqui um esquema. Já há três inscritos, e certamente outros se inscreverão, mas está chegando a qualquer momento o Ministro Gilberto Gil, com uma agenda muito intensa. Parece que hoje mesmo S. Ex^a irá viajar para o exterior. Podemos começar o debate e, contando com a boa vontade dos conferencistas, depois que o Ministro se for, pois S. Ex^a pode ficar inexoravelmente até as 16h30min, teríamos ainda meia hora para complementar o debate em torno de uma matéria de tanto relevo.

Se todos estiverem de acordo, dou a palavra ao conselheiro Gilberto Leifert para suas indagações, mas sabendo que a qualquer momento posso interrompê-lo pela chegada do Ministro.

O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT – Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar o Dr. João Carlos Éboli, pela síntese que efetivamente fez, e também a Dr^a Glória.

Em vez de me dirigir a ambos, vou me permitir ceder a vez ao Conselheiro Tonet. Gostaria de obter notícia a respeito desse anteprojeto de lei que estaria tramitando no Conselho. Como o Conselheiro Tonet está referido nesse documento que acabo de receber, passo a palavra a S. S^a.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Com a palavra o Conselheiro Tonet.

O SR. PAULO TONET CAMARGO – Sr. Presidente, eminente Dr. Éboli, Dr^a Glória, nosso Vice-Presidente, Dr. Monteiro, tive duas surpresas. Primeiro, direito autoral sempre é um tema muito palpitante, pelo menos para mim, mas fui surpreendido por esse documento da Dr^a Glória, que refere que eu sou o Relator do anteprojeto dessa matéria. Desconheço a matéria, até porque, vou levantar uma preliminar Dr^a Glória. Este Conselho não pode se manifestar sobre um anteprojeto, mas sim se ele for um projeto. Fica-

mos, portanto, na preliminar que acabo de levantar, porque, veja, esse anteprojeto vem de onde? Não sei! Claro que qualquer pessoa pode levantar, o Conselho pode até discutir, proceder a estudos, não há dúvida nenhuma. Agora, um anteprojeto de um texto legal só vem à apreciação do Conselho quando ele for efetivamente um projeto. Até admito a idéia, e estamos fazendo isso, e sou o Relator disso, com relação ao conceito do que seria comunicação social. Estamos procedendo a um estudo em tese sobre esse assunto. Jamais nos pronunciaríamos sobre um texto legal que não viesse do Parlamento, que não fosse um projeto de lei. Nesse caso estamos falando de um anteprojeto. Em sendo um anteprojeto, não poderíamos, a meu juízo, salvo melhor juízo, ser objeto de discussão no Conselho. Se fosse objeto de discussão no Conselho, sendo eu o Relator, sempre que sou honrado com o título de Relator, recebo um simpático despacho do nosso Presidente me nomeando Relator. Sobre esse tema não recebi.

De qualquer forma, já quero adiantar que, pelo que pude observar rapidamente, porque tomei conhecimento desse texto agora, há alguns pontos que realmente causam perplexidade. Quero deixar a ambos, absolutamente tranquilos, à Dr^a Glória e também ao Dr. Camargo Éboli, esse é dos camargos que deram certo, ele é da ala inteligente da família...

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Mas que se espalhou pelo Rio Grande do Sul. (*Risos.*)

O SR. PAULO TONET CAMARGO – Quero deixar claro que vejo, enfim, em uma primeira passada de olhos, muitos problemas. Realmente, o país é signatário de acordos internacionais. É signatário do acordo que cria a Organização Mundial do Comércio. Isso não é tão simples de se alterar a legislação.

Tenho me dedicado ao estudo desse tema, em função dessa relatoria, Sr. Presidente, sobre a questão da propriedade intelectual relativamente à mídia impressa na Internet, que é um tema palpitante. Não há nada posto sobre ele. Recentemente, na Bélgica, houve uma decisão, pude ver pelos jornais. Enfim, é um tema muito complexo.

Posso lhe dizer, Dr^a Glória, que, se chegar o tema aqui, e pelo menos se for desse Relator, e tenho certeza que também com os outros companheiros será da mesma forma, será objeto de acurado exame. Tenham certeza de uma coisa: jamais, e tem sido assim que o Presidente Arnaldo Niskier tem pautado esse Conselho, partiríamos para a apresentação de qualquer projeto, mas sim de relatório, sem que ele não fosse precedido de uma oitiva de experts, como o Dr. João Carlos de Camargo Éboli e do Ecad, que, evidentemente, é a entidade que procede a essa arrecadação no País.

Sr. Presidente, eram essas as considerações que queria levantar no sentido de que não me parece que um anteprojeto, cuja autoria eu agora aqui, pelo menos, não me recordo. Se alguém me refrescar a memória, eu posso chegar à conclusão de onde veio.

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA

– Eu posso dizer. Inclusive a discussão já foi pauta de reunião desse Conselho. Quem apresentaria seria o Conselheiro Roberto Wagner, que preside, se não me engano, uma comissão. O assunto estaria na comissão. Foi inclusive dessa comissão que o texto foi enviado para nós.

O SR. PAULO TONET CAMARGO – Na comissão deliberamos que um tema apenas seria objeto de discussão preliminar e que essa discussão preliminar, o tema preliminar, por ser de transcendental importância o seu exame, foi afetado novamente ao Plenário do Conselho, que é exatamente o que eu dizia: o Conselho pretende votar em sua última reunião do ano o estudo sobre o conceito ou a definição do que seja comunicação social. Na primeira reunião desta Comissão do Marco Regulatório, realmente o Conselheiro Roberto Wagner elencou 35 (trinta e cinco) ou 40 (quarenta) temas – não me recordo agora, mas foram muitos os temas – entre os quais estava lá o direito autoral. Além dessa referência, a questão do direito autoral não foi objeto de discussão, pelo menos pelos membros da Comissão ou mesmo do Conselho. Um tema de tal importância não seria tratado dessa maneira. Até perguntei à Secretaria, quando falava a Dr^a Glória, de onde havia vindo. Sou o Relator e não sabia de onde veio.

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – A única coisa que sei é que o anteprojeto foi apresentado pelo Conselheiro Roberto Wagner e que teria vindo daquele projeto de lei que já foi apreciado no Senado Federal, Projeto de Lei nº 532, do Senado Federal, que foi rejeitado. Seria quase que um renascimento daquele projeto de lei. Foi justamente na Comissão do Marco Regulatório. Fico feliz porque, se ele não existe, está resolvido o problema.

O SR. PAULO TONET CAMARGO – Vou requerer, Sr. Presidente, que a Presidência, em função de não termos maiores informações sobre o anteprojeto, baixasse em diligência para que o Conselheiro Roberto Wagner, que lamentavelmente está ausente, possa se pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Assim o farei. Temos que considerar que nosso tempo foi ganho em uma discussão fundamental para os meios de comunicação de massa. O tema é pertinente e atual. As contribuições foram e são valiosas. Não esgotamos ainda os que desejam se pronunciar. Como Presidente

do Conselho, entendendo que estamos avançando em uma discussão que é importante para nós. Infelizmente, o Conselheiro Roberto Wagner não se encontra. Baixarei em diligência, conforme a solicitação do Conselheiro Tonet, para que o assunto não morra.

Com a palavra o Conselheiro Eurípedes.

O SR. EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO – Boa-tarde, Dr^a Glória.

O Conselheiro Paulo Tonet já se pronunciou sobre o anteprojeto, mas, como trabalho em rádio, gostaria de abordar alguns pontos, visto que temos críticas muito graves dos compositores, uma delas é sobre a forma como são pagos pelo Ecad, pois os mais famosos têm acesso à maior fatia da distribuição e os demais são contemplados com pequenas partes, e essa divisão não fica clara para eles. Por exemplo, autores de músicas regravadas por cantores famosos alegam que não recebem essa arrecadação.

Em razão disso, temos algumas perguntas: Quanto arrecada o Ecad? Esta pergunta já foi respondida no filme. Quem fiscaliza o Ecad? Quem controla a arrecadação? Como é feita a contratação dos trabalhadores do Ecad, por concurso, por anúncio? Como é feita a prestação de contas das despesas da instituição? Qual o critério para o pagamento dos artistas?

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – O senhor se importa de irmos uma a uma?

O SR. EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO – Sim. Quanto arrecada o Ecad já foi explicado no filme. A forma de distribuição, conforme alegado pelos compositores, não é clara.

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – A distribuição é feita mensal ou trimestralmente, dependendo do caso. Essas críticas a que o senhor se refere são sempre até muito bem-vindas, porque é lógico que uma entidade como o Ecad, que paga em cada distribuição a 35.000 compositores, músicos e intérpretes, sempre receberá alguma crítica. E vou além, o Ecad, quando afere as músicas tocadas no Brasil, acaba por fotografar a realidade musical desse País, o que significa dizer que execuções em massa de determinadas músicas contemplam os seus titulares de forma muito maior do que os outros. Nesse particular, como o Ecad faz uma aferição matemática, digamos assim, do que é executado, não pode emitir nenhum juízo de valor em relação a determinado compositor que, às vezes, até possui um repertório muito significativo para a música popular brasileira, mas que, por algum motivo, não está sendo tão tocado nos meios de comunicação. Essa é uma realidade do nosso País. Como o Ecad afere o que de fato se executa, a distribuição reflete o que de fato é executado, sem nenhum juízo de valor, seja de gênero musical, seja de música.

Infelizmente, essas críticas sempre existirão enquanto a execução musical no Brasil ocorrer desta forma: muitas vezes há predomínio de determinado tipo de música, ou mesmo de uma ou duas músicas, em um mês, nas emissoras de rádio e televisão. O Ecad simplesmente paga aos compositores o reflexo imediato do que está sendo executado. Não pode ser diferente. Por isso, alguns recebem muito mais do que os outros, sim, e será sempre assim enquanto nossa realidade musical for essa.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Conselheiro Eurípedes, apenas um segundo. Temos que aproveitar, enquanto o Ministro não chega, a presença do nosso colega Roberto Wagner Monteiro, que foi citado há 10 (dez) minutos. Louve-se a rapidez com que S. S^a se deslocou até aqui.

Queremos saber se existe ou não um projeto de Lei de Direitos Autorais. Aqui se chegou à conclusão de que existe ou poderia existir é um anteprojeto, quando então não nos caberia tomar qualquer decisão a respeito. Disse a Dr^a Glória Braga que V. S^a esclareceu que havia algo no ar em relação ao assunto. Os nossos palestrantes de hoje fizeram ótimas exposições. Mas queremos saber se há realmente algum projeto no Congresso que se refira ao assunto.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO – Sr. Presidente, sim. Há alguns projetos de lei em andamento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, na esteira da legislação que estava sendo proposta pelo Governo quando se pretendia criar a Ancinav. Naquele projeto do Governo, nos que já estão em tramitação no Congresso Nacional, buscava-se atualizar o Ecad.

O Ecad é uma instituição já meio caduca. Para quem não sabe, houve uma alteração no Estatuto Social do Ecad e criou-se a figura do voto qualificado, isto é, vale mais o voto de quem arrecada mais. Então, temos hoje uma situação esdrúxula: duas entidades de editores não brasileiros que arrecadam mais dominam no Brasil a arrecadação dos direitos autorais. É um contra-senso, uma aberração jurídica. Está se permitindo que editores estrangeiros venham ao nosso País e montem um sistema, com alteração do estatuto, em que quem arrecada mais domina os direitos autorais no Brasil.

Esses projetos em tramitação no Congresso Nacional buscam dar ao Ecad o mínimo viabilidade. Pena que a Lei do Audiovisual tivesse aquela carga contra ela invencível, porque naquela lei, no Projeto da Ancinav, ficava muito claro que as entidades que pagam o Ecad teriam assento no Ecad. Pago, porque sou um radiodifusor, mas vou controlar o uso, a distribuição daquele dinheiro que ajudo a arrecadar. Como está hoje é uma caixa-preta. Dois editores não brasileiros

dominam o Ecad. Criaram uma estrutura – a Dr^a Glória é há muito tempo Diretora do Ecad – e as pessoas que ficam em volta não têm conhecimento do que lá ocorre. Essa é a razão pela qual estamos agora no início do ano que vem, os radiodifusores certamente vão fazer um trabalho mais articulado, para que haja um estudo profundo da legislação do Ecad. Criou-se um escritório único, mas nesse escritório único, na formação do estatuto, criou-se um feudo, onde quem arrecada mais vale mais.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Dr. Éboli ou Dr^a Glória?

O SR. JOÃO CARLOS DE CAMARGO ÉBOLI – Vou dizer o que acho e o que presencio. É muito comum as pessoas criticarem o Ecad sem ter o cuidado de conhecê-lo internamente. A maneira mais efetiva de se criticar uma estrutura ou uma organização é conhecendo-a mais profundamente.

O Ecad existe há exatos 30 anos. Veio resolver um problema sério existente no Brasil: a dualidade de máquinas de cobrança. Isso havia antes de 1976. De um lado, o Serviço de Defesa do Direito Autoral, o SDDA, que congregava as entidades com sede no Rio de Janeiro, duelava com a Sicam, uma sociedade criada em São Paulo. A existência de duas máquinas de cobrança trouxe uma verdadeira perplexidade para os usuários. Houve por bem, então, o legislador de 1973, por intermédio do art. 115 da Lei nº 5.988, determinar a criação de uma central única de cobrança, arrecadação e distribuição.

O Brasil é detentor de alguns recordes mundiais estranhos, esdrúxulos, um deles é de sociedades autorais. O Brasil possui hoje simplesmente 10 (dez) entidades autorais. Era impossível que tivéssemos no nosso País 10 (dez) balcões de arrecadação, distribuição e gestão de direitos coletivos no campo dos direitos de execução pública.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Dr. Éboli, conforme alertei, e para alegria nossa, já está chegando o Ministro Gilberto Gil. Após a saída de S. Ex^a continuaremos a conversar a respeito, com os esclarecimentos, que, certamente, ainda o Geraldo quer dar, as indagações do Eurípedes foram interrompidas.

Suspendo a reunião por dois minutos para que recebamos o Ministro Gilberto Gil.

(Suspende-se a reunião às 15h40min.)

(Reabre-se a reunião 15h42min.)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Reabrimos a nossa reunião para recebermos com muita alegria, mais uma vez, aqui no plenário do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional o Ministro Gilberto Gil.

S. Ex^a tem tido uma atuação muito expressiva na área externa, com pronunciamentos sucessivos que se referem à inclusão digital no nosso País. Recentemente participou na Associação Brasileira de Imprensa, ABI, de um grande debate em que expôs muitas das suas idéias, que, naturalmente, vão sendo atualizadas a cada momento pela própria velocidade com que o assunto está sendo tratado na sociedade brasileira. Com muita alegria, saúdo o Exm^o Sr. Ministro Gilberto Gil.

S. Ex^a veio acompanhado do Dr. Juca Ferreira, Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, do Sr. Jorge Vinas, Assessor Parlamentar, e da Sr^a Nanan Catalão, Assessora de Imprensa.

Lembro rapidamente, porque S. Ex^a nos promete uma hora de dedicação integral – não vamos abusar do tempo do Ministro –, que o Ministro Gilberto Gil é Bacharel em Administração pela Universidade Federal da Bahia, foi Diretor da Empresa Gessy Lever, em São Paulo, pertenceu ao Conselho de Cultura da Bahia, foi Vereador, em Salvador; foi fundador do movimento Onda Azul, em Salvador; integrou o Conselho do Fundo Nacional de Música do Ministério da Cultura; foi diretor artístico do festival internacional de percussão em Salvador. Recebeu diversos prêmios e condecorações, inclusive o Golfinho de Ouro do Governo do Estado do Rio de Janeiro, tem o título de Cavaleiro da Ordem das Artes e das Letras do Ministério da Cultura da França, é Comendador da Ordem do Rio Branco em Brasília, recebeu a Ordem Nacional do Mérito em Paris, é Comendador da Ordem das Letras e das Artes da França. Escreveu uma série de livros e também participou de diversos filmes, um dos quais Doces Bárbaros. O Ministro tem uma vastíssima discografia: Louvação, Gilberto Gil, Tropicália, Gilberto Gil, Copacabana Mon Amour, Expresso 2222/69, Refazenda, Doces Bárbaros, Refestança, Brasil com João Gilberto, Caetano e Betânia, Gilberto Gil em Concerto, Soy Loco por ti América etc.

O tema, para nós, ficou claro, é a respeito da identidade nacional, de que maneira se discute isso, de que maneira estamos trabalhando, nós todos.

Ainda agora, Ministro, estávamos discutindo o sério problema dos direitos autorais, mas ninguém pôs dúvida sobre a importância da música, da qual V. Ex^a é uma parte ponderável na vida brasileira. Gostaríamos de ouvir de V. Ex^a algo a respeito da identidade nacional e do que podemos fazer para que ela se valorize cada vez mais.

Passo a palavra ao Ex^o Ministro de Estado da Cultura, Gilberto Gil.

O SR. MINISTRO (Gilberto Gil) – Muito obrigado, Presidente Niskier, muito obrigado a todos os prezados Conselheiros aqui presentes, aos prezados represen-

tantes dos diversos setores da Comunicação Social, aos prezados Assessores do Congresso, aos nossos colaboradores no Ministério da Cultura, a todos da imprensa, a todos que aqui vieram, boa tarde a todos.

Quero iniciar agradecendo o convite feito a mim, sublinhando a oportunidade e significado deste encontro e manifestando a enorme satisfação de vir ao Parlamento Nacional – aqui, neste que é um dos seus mais importantes órgãos auxiliares – para manifestar as considerações do Ministério da Cultura sobre a importância da comunicação social na perspectiva cultural da vida brasileira, aspecto focal, que eu escolho para tratar dentro desse vasto tema que é a identidade nacional, ou as identidades nacionais, em todos os seus movimentos, em todos os deslocamentos históricos e contemporâneos e as perspectivas futuras.

Aproveitarei igualmente para anunciar alguns passos importantes que o Governo brasileiro planeja para este fim de ano no campo da televisão pública brasileira, já que está dentro do campo das comunicações sociais, da visão do espaço público, essa é uma das questões importantes que temos que enfrentar no Brasil, especialmente pela conhecida e considerada debilidade do setor da comunicação social pública, através dos seus veículos públicos no Brasil, entendido aqui como agenda, esse importante eixo da comunicação social no Brasil, a TV pública, entendida aqui como agenda estratégica e contemporânea da sociedade brasileira. Ações que pretendem vir como forma de apoiar o aprofundamento do debate e a geração de um novo ciclo de desenvolvimento para a televisão pública no Brasil.

O debate proposto pelo Conselho não poderia ser mais sensível aos anseios da vida brasileira. O contexto atual me parece ser de aprofundamento e exigência cada vez maior de um padrão republicano do Estado no trato da coisa pública, e também no trato e respeito do espaço público, em cujas ondas e infra-estruturas digitais transita hoje a comunicação social mundial. Esta exigência ocorre em todo mundo, e no Brasil hoje se tornou ampla, irrestrita, envolvendo a pauta da população, dos Partidos, desta Casa – o Congresso – das diversas identidades, das minorias, em suma, do País.

E é justamente de espaço público, de espaço comum, que vou falar um pouco.

A oportunidade de tratar este assunto em meio a um período eleitoral acrescenta até um interesse especial. Refiro-me à possibilidade de que colocar definitivamente em pauta nossa ultrapassada legislação de comunicação social e realizar, sem medos e censuras, um amplo debate na sociedade brasileira para que possamos atualizar nosso modelo de comunicação.

Venho notando um crescente interesse sobre essa agenda em todas as esferas da sociedade. Por onde caminho, a questão parece gravitar como a descoberta progressiva de um direito, de um sentimento até então parcialmente adormecido ou mal compreendido em sua profundidade e inter-relação com todos os aspectos da vida humana. A comunicação social perdeu o status de agenda de especialistas para se tornar um dos eixos de um projeto de desenvolvimento para o Brasil.

Creio que um novo e necessário modelo de desenvolvimento – verdadeiramente sustentável e contemporâneo – lidará igualmente com as demandas mais e menos sofisticadas de uma comunidade. No Brasil, temos uma república não acabada, com demandas não realizadas tanto do século XIX, como do século XX e do século XXI. Todas precisam ser enfrentadas. Ainda que essa tarefa seja, como todos sabemos, muito complexa. Ao mesmo tempo erradicar a miséria – tarefa que muitos países realizaram há cem anos – enquanto planejamos e atuamos com o contexto do século XXI propondo novas formas de produzir e distribuir riqueza material e imaterial.

As demandas elementares da cidadania – como a segurança alimentar, a habitação digna, o trabalho, apenas realizam plenamente a cidadania se são respeitados as demandas e os direitos contemporâneos de uma sociedade cada dia mais complexa e diversa. O aprofundamento da democracia impacta diretamente na qualidade e quantidade das demandas da população brasileira, que quer hoje mais acesso à informação, deseja elaborar e proteger sua memória, estabelece-se como sujeitos de direitos culturais e outros direitos cada vez mais difusos. A pauta dos direitos difusos que vem ocupando seguramente as agendas de todos os países com relação a essa questão da cidadania e o atendimento dela através do quadro dos direitos.

Portanto, o Ministério da Cultura – por meio de seus muitos editais e seleções públicas que hoje mapeiam os grupos culturais de todas as regiões – registra hoje uma ampla demanda por produção de subjetividade e participação em formas mais elaboradas de expressão.

O acesso à informação, tanto pelo direito ao consumo como pelo direito à expressão, se consolida hoje como demanda decisiva para atualização do Brasil como nação republicana e democrática.

Estamos hoje debatendo finalmente a comunicação social: tarefa que países avançados concluíram no passado como pressuposto indispensável do ingresso na modernidade. Não seria agora, quando já ingressamos na pós-modernidade que nos eximiríamos dessa tarefa. Temos que cumpri-la imediatamente. A modernidade já, para usar uma expressão

bem popular da minha época de juventude, num certo sentido já vai tarde.

Aqui, estamos invertendo o que ocorreu em muitos países desenvolvidos, onde o público antecedeu o privado, ou foi simultâneo a ele, países onde a cidadania antecedeu o consumo de massas, e onde afirmou-se com mais facilidade o lugar – por exemplo – da televisão pública.

Nos aproximadamente 20 anos de período autoritário, o Estado brasileiro agiu pela censura e pela legislação para que a televisão fosse um instrumento de segurança e controle, de centralização simbólica e de integração nacional. Nem sempre conseguia, a exemplo de programas como o Abertura da Tv Tupi, e de outras expressões culturais antenadas na redemocratização e aspirando acelerá-la por meio da televisão.

A presença dessa orientação centralizadora no passado recente do Brasil explica porque hoje certas regiões e Estados do Brasil têm menos presença na televisão pública e comercial aberta, contrariando o que ocorre em muitos países avançados, e apesar de nossa riqueza cultural e apesar dos inúmeros programas de regionalização que realizamos nessa gestão – como o vitorioso DOC-TV – documentários para a televisão, um programa que vem abrangendo produção, distribuição de documentários numa linguagem cinematográfica muito importante, emergente, cada vez com mais força, um programa que temos realizado no Brasil, que se estende para a América Latina e agora para a África, para os países de língua portuguesa. Esperamos que vá se estendendo para onde a receptividade for boa.

Se deixamos escapar alguma vez a chance de um projeto de desenvolvimento, que possa dialogar abertamente com as diferenças entendidas como ativos culturais, me parece ser o momento de recuperar o fio da meada. Seu povo e uma diversidade de saberes e formas de vida, que são hoje a herança mestiça e refinada das populações que formaram o Brasil a partir de um vasto território, são o maior patrimônio do Brasil. Populações aportaram neste continente pelo mercado global Atlântico da Europa e pelo trato negreiro da África e aqui interagiram com outras populações originárias, e se apropriaram das tecnologias culinárias, arquitetônicas, linguísticas das populações indígenas.

A cultura com C maiúsculo, como símbolo romântico do processo de colonização iniciado pela Europa com os descobrimentos, foi deslocada por uma antropologia local complexa que fez surgir tanto a dinâmica de particularismos e culturas singulares como também de uma outra forma de civilização, que nasce da força desse processo de múltiplos encontros.

A diversidade cultural brasileira espalhou-se como um traço bem distinto de nossa singularidade no mundo. Já nascemos globalizados pelo descobrimento, pelo mercado Atlântico e suas extensões até a Ásia, e nossa formação nunca deixou de assimilar a diversidade do Planeta e das Américas. Avesso a xenofobias e estereótipos, o Brasil e sua identidade são uma preciosa mensagem ao mundo em meio ao processo acelerado de globalização, cenário de guerras econômicas e estratégias que desconsideram o cultural. Não por acaso, certas vezes, notamos com pesar e perplexidade o retorno do discurso de uma certa “civilidade” contra formas novas de um assim chamado “barbarismo”. É lamentável que a cultura e a religião ressurgam hoje como desculpas da geração voluntária de conflitos e não como o território de símbolos que realiza a humanidade do Planeta de forma mais plena.

Quero, nesse contexto, destacar como as economias mais avançadas migram hoje para um formato leve, dinâmico, numa ordem de valor que se baseia nas dinâmicas mais imateriais. As noções de escala, eficiência, custo e benefício estão hoje remodeladas pelo acesso aos saberes das populações e das comunidades. Grandes corporações enviam antropólogos para mapear e cartografar essas formas de vida e conhecimento. Sejam eles ligados à biodiversidade, aos fármacos, sejam ligados ao corpo, ao lazer, à indústria do prazer e da cultura.

No Ministério da Cultura estamos, de um lado, criando formas de registro dos saberes brasileiros, das populações mais humildes e sofisticadas, que possam repercutir em todo o sistema de ensino, para garantir a transmissão de saberes dentro de todo o ensino formal. E também, de outro lado, flexibilizando formas de registro autoral rígidas demais e que acabam limitando o acesso das populações e dos artistas ao seu direito de exercer o acesso e a difusão ampla a bens culturais industrializados.

É por isso que as políticas culturais migram hoje para um centro de importância do Estado. O canto suave e triste dos congos e as formas manuais de arquitetura indígena obrigam o Ministério da Cultura a ser um dos órgãos mais sensíveis e disponíveis do corpo de Estado brasileiro, cumprindo talvez uma missão civilizatória dentro dele.

No Brasil, o reconhecimento das diferenças como riqueza, como ativo simbólico, como direito de todos, é uma das premissas desta gestão do Ministério da Cultura, e creio ser também uma das molas propulsoras de um ciclo duradouro de realização econômica num plano efetivamente tecnológico, que tenha na comunicação e na cultura duas agendas decisivas. E isso tem

absolutamente tudo a ver com uma política contemporânea e democrática de comunicação social.

A discussão sobre a comunicação e cultura deve ocorrer nesse amplo marco conceitual que conecta expressão e meios de expressão, cultura e estruturas de comunicação social. O debate sobre a televisão digital brasileira me parece ter oferecido um grande salto de qualidade no debate nacional sobre projetos governamentais dessa natureza versando democracia, comunicação e desenvolvimento.

E, por isso, quero lembrar e saudar a atitude do então Ministro das Comunicações Miro Teixeira, que investiu milhões de reais em inteligência brasileira, consorciando dezenas de universidades e centros de pesquisas, gesto fundamental para que hoje quase anos depois no Brasil, possamos, como Estado, ter uma estratégia clara de apropriação da tecnologia digital com foco na sociedade, nas possibilidades do usuário interagir com a liberdade entre muitas opções de conteúdos local e regional e muitas interpretações do Brasil.

Produzimos tecnologias nacionais desenvolvidas nessas nossas universidades e temos, como diretriz, a possibilidade de um número maior de canais, de fontes de informação e de conteúdo.

O Ministério da Cultura vem se dedicando, desde 2003, a preparar o Brasil para ser um produtor cultural à altura da diversidade cultural de seu território. As políticas públicas do Ministério por isso dão atenção tanto à diversidade cultural e às culturas populares como à alta tecnologia – o que viemos praticando, eu diria exemplarmente, nos Pontos de Cultura, revelando como essa interação é vital para realizar a tecnologia como cultura, e realizar a cultura como tecnologia.

A demanda por conteúdo só tende a crescer e, se a revolução digital fosse hoje concluída, provavelmente não teríamos todo o conteúdo audiovisual nacional disponível para programar a televisão digital. Pergunto nesse sentido aos senhores, perguntamos a nós todos:

Com poucos pólos regionais e locais de produção teremos uma Tv digital capaz de partir de baixo para cima, da diversidade das raízes para as antenas?

Sem um orçamento progressivamente ampliado para o fomento à produção cultural, teremos um conteúdo produzido compatível com a sofisticação do meio?

Sem um marco regulatório amplo sobre a comunicação social, que segurança terão os novos investidores, os novos capitais para uma competição com regras claras?

São perguntas que apontam para um novo papel do Estado. Um Estado democrático, laico, que trate a

diversidade cultural como traço identitário da nação e a cultura como um ativo dinâmico e dinamizador. Nesse sentido, é preciso seguir com projetos como o DOC-TV formando os produtores audiovisuais brasileiros, levando-os a migrar para a televisão de forma consciente e inteligente, fortalecendo os arranjos produtivos regionais e locais.

E temos ainda outros grandes ativos simbólicos que podem ser aproveitados. Quero lembrar que hoje boa parte importante do financiamento da cultura é realizada por recursos públicos, seja por mecanismos de renúncia fiscal, seja por orçamento direto do Governo. Nada mais legítimo que esses conteúdos tenham finalidade pública, que a televisão pública possa exibir esses conteúdos, garantindo maior acesso aos brasileiros. As leis que versam sobre direitos patrimoniais privados precisam dialogar mais flexivelmente com essas possibilidades de difusão, que são legítimas e republicanas, e, em última análise, darão sentido à existência de uma comunicação pública neste País, da existência de veículos de comunicação pública no Brasil, entre eles a televisão.

São horas e horas de conteúdo potencial – que se forem devidamente formatados para a linguagem televisiva, podem vir a ser grandes sucessos de programação de qualidade na televisão pública.

Os programas que já realizamos em parceria com a Tv pública mostram como é possível exercer um papel fundamental na geração de novos paradigmas para a televisão brasileira, atuando como ambiente dinamizador de novos modelos de negócio, novas maneiras de fazer e de ver televisão. A Tv pública estabelece hoje novos níveis de compromisso com o público telespectador, respeitando seus direitos e reconhecendo suas demandas.

Enfim, por todas estas razões, nos parece absolutamente fundamental estabelecer um fórum nacional onde possamos discutir detalhadamente todos estes temas, diagnosticar os problemas e estabelecer quais são nossas metas e desafios.

Nesse sentido, o Ministério da Cultura, por meio de sua Secretaria do Audiovisual, em parceria com a Casa Civil e o Gabinete da Presidência da República, deflagram os preparativos do I Fórum Nacional de TVs Públicas. Neste encontro poderemos discutir, formular e enunciar as questões essenciais de um necessário plano de desenvolvimento para a Tv pública brasileira. Pretendemos discutir com os diversos atores do setor, reunir pela primeira vez representantes de vários Ministérios e de todas as televisões públicas, contando com diversas instâncias e níveis de Governo e convocando também o Parlamento.

Poderemos discutir eixos temáticos, tais como:

Uma política de fortalecimento dos conteúdos brasileiros para a televisão pública, aprofundando a capacidade de produção e diálogo das televisões com a produção independente.

A infra-estrutura e a necessidade de atualização tecnológica de nossas Tvs públicas.

O financiamento do conjunto da sua operação, incluindo a capacidade de investimento para o desenvolvimento de programações.

A necessária revisão dos aspectos jurídicos e institucionais que orientam a atuação dessas Tvs.

Discutir a estratégia de afirmação de uma instituição pública num contexto onde há forte competição por audiência.

Discutir as redes e novas malhas de troca e conexão de programações, respeitando as especificidades.

E, finalmente, discutir como racionalizar a relação do Governo Federal com as Tvs públicas. Hoje, o conjunto de demandas das Tvs públicas passa por oito Ministérios e inúmeras Secretarias, repartições do serviço público e Agências Reguladoras. Temos o Ministério da Casa Civil, o Ministério da Comunicações, o Ministério da Justiça, o Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Fazenda, além da Agência Nacional de Telecomunicações e a Agência Nacional de Cinema.

É necessário, portanto, uma nova conceituação a respeito da transversalidade das questões da Tv pública, para a configuração de novas políticas de fomento à sua atividade e à plena realização do potencial do setor.

Estes são alguns temas, mas, certamente, outros serão incorporados a partir de oportunos debates como este.

O Governo brasileiro considera urgente e estratégica esta reflexão para o melhor enfrentamento destas questões a partir de uma perspectiva cultural e de desenvolvimento.

Uma Tv pública cada mais próxima da escola, da universidade, dos centros de pesquisa, de centros culturais e comunitários, articulada junto ao mais amplo espectro institucional para o desenvolvimento de conteúdos e serviços voltados ao atendimento público.

Certamente, se construirmos esta agenda estratégica, estaremos contribuindo para realizar todo este potencial, aprofundar a democracia no Brasil, garantir direitos culturais dos brasileiros e ampliar a geração de emprego e renda a partir de nossa diversidade cultural.

Não esqueçamos que é paradigmático hoje para o mundo todo, especialmente para os países desen-

volvidos, mas eu diria que mais especialmente seria para os países em desenvolvimento, a conceituação da cultura como uma economia. Em territórios amplos e de populações diversas como a nossa, esse potencial se multiplica muitas e muitas vezes em relação a países até muito mais desenvolvidos que o nosso, mas sem essa potencialidade para o futuro.

Enfim, a televisão pública já se torna uma das agendas estratégicas para o desenvolvimento cultural do Brasil e a consolidação de um país socialmente justo, atendendo às demandas variadas, cada vez mais difusas, como eu tive a oportunidade de manifestar aqui, de uma população cada vez mais diversa, e antenado tudo isso nas forças criativas do povo brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas!*)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Ministro, parabéns. V. Ex^a conseguiu quebrar aqui um protocolo, porque aqui nós não aplaudimos. Se V. Ex^a mereceu aplausos é porque o seu pronunciamento agradou. Em função disso, eu pergunto se temos alguns minutinhos para questões que serão colocadas, a partir do Conselheiro Roberto Wagner Monteiro.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO – Sr. Ministro, meu amigo Juca, quando o Governo do Presidente Lula se empossou, eu me lembro que o Ministro Gushiken – eu já fiz a análise desse pronunciamento do Ministro Gushiken aqui no Conselho. Ele teve a coragem, eu diria, mais do que a coragem, ele teve o espírito de patriotismo, de defender, Sr. Presidente, que todo conteúdo financiado por dinheiro público deveria ter uma contrapartida de uma inclusão social. Isto é, eu quero fazer um filme financiado pelo Poder Público – entendia o Governo, no início da gestão do Presidente Lula, de que esse filme, essa novela, essa minissérie, enfim, o conteúdo a ser financiado deveria ter a obrigatoriedade de uma inclusão social na contrapartida da renúncia fiscal do Estado. Houve uma pressão da indústria do cinema no Rio de Janeiro, estiveram no Palácio do Planalto, isso há uns 3 anos ou mais, e houve um recuo do Governo. Isso foi uma pena, foi uma lástima. Porque, se o dinheiro é público, tem que haver uma contraprestação do interesse público. Depois o Ministério – eu me lembro quando V. Ex^a esteve aqui – noticiou que estaria em gestação uma lei que talvez sintetizasse toda a produção e a veiculação do audiovisual no nosso País. Eu me lembro que perguntei a V. Ex^a se o Conselho teria acesso para discutir essa lei, antes de que esse projeto fosse encaminhado à Presidência da República. E V. Ex^a, eu me lembro, achou que seria interessante, mas o certo é que a Lei da Ancinav foi remetida à Casa Civil sem que tivesse uma discussão mínima aqui no Conselho, que é o fórum constitucional para discutir esta maté-

ria. E foi uma pena, Sr. Ministro, porque hoje mesmo, eu não sabia que V. Ex^a estaria aqui, fiz referência a alguns dispositivos que estavam no Projeto da Ancinav, sobretudo em relação à questão do recolhimento dos direitos autorais. Achei que o Projeto da Ancinav estava perfeito, porque ele criava um Conselho no âmbito do Ministério da Cultura, para que as empresas de radiodifusão, os artistas, os compositores, num grande Conselho, pudessem ali dispor a forma pela qual se ia recolher e distribuir os direitos autorais. Foi uma pena. Eu até coloquei aqui, a Lei da Ancinav, é um bom projeto encaminhado de maneira inadequada. Foi uma pena.

Mas eu queria pedir a V. Ex^a – aqui no Conselho existe uma Comissão do Marco Regulatório, onde estamos tentando, como V. Ex^a disse, atualizar a lei. Eu represento empresas de televisão aberta. Não nego isso. Sou o Presidente de uma associação de empresas de Tv aberta. Mas, nem por isso, perco o direito de ter o mínimo de interesse nacional por trás daquilo que penso ou falo.

O SR. MINISTRO (Gilberto Gil) – Até por isso?

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO – Até por isso. Então veja V. Ex^a, como há um vácuo jurídico no País, não de propósito, mas enfim, em função dos novos paradigmas de emissão de audiovisual. Veja V. Ex^a as Tvs abertas. Existe uma limitação de 30% de capital estrangeiro, e é um setor absolutamente regulamentado. Provavelmente, é o setor mais regulado do nosso País, o de Tvs abertas. A Tv a cabo já tem uma regulamentação muito menor, e o limite do capital estrangeiro é 49%. A Tv por satélite, pouca regulamentação e sem limite do capital estrangeiro. As empresas de telecomunicações são um modelo de gestão. Eu tenho pelas empresas de telecomunicações uma admiração impressionante, porque conheço, já fui advogado de empresas, sei como elas trabalham, como investiram no Brasil, mas elas não têm limite de capital estrangeiro. E pelo avanço da tecnologia, as empresas de telecomunicações e as empresas de internet, que também não têm limite de capital estrangeiro, estão agora, com todo o direito, propensas a também transmitir conteúdo. Só que as empresas de telecomunicações, de internet e por satélites estão muito capitalizadas, estão absolutamente capitalizadas.

E com isso, o que quero dizer, Sr. Ministro, a minha preocupação, que as empresas de Tvs abertas, que são aquelas que fundamentalmente transmitem um conteúdo nacional por excelência, nesse contexto, o novo paradigma, elas vão ficar numa posição extremamente difícil. Por quê? Porque elas só poderão

transmitir conteúdo em Tv aberta, que não é paga, porque é de graça. Vem a Tv a cabo transmitindo os mesmos conteúdos, muitos capitalizados. A Tv por satélite, a união da Sky com a Direct TV criou uma grande empresa, certamente, muito capaz, profissionalmente falando, de capacidade, eu sei, eu conheço o tanto que eles são capazes e estão absolutamente líquidos em questão de dinheiro. As empresas de telecomunicações e as empresas de internet, eu penso que se o Governo não atentar para isso, dar o mínimo de proteção às Tvs abertas brasileiras, elas vão se tornar, nos próximos anos inviáveis. Aí sim, haverá dificuldade da transmissão do conteúdo nacional regional.

Então, eu queria, aproveitando a presença de V. Ex^a, sei que na Casa Civil existe uma comissão estudando esse novo Marco Regulatório. Mas seria interessante que V. Ex^a dissesse ao Presidente que tem que se colocar nessa comissão não só representante dos Ministérios, mas membros da sociedade civil, das empresas e que não fazem parte da comissão. Eles serão chamados para, em dado momento, para opinar sobre o que pensam, mas, infelizmente, eles não fazem parte da comissão. Nem o Conselho também tem integrante nessa comissão.

Eu acho que pedir a V. Ex^a em função do que acabo de dizer, que é um pedido meu pessoal, não é do Conselho, que V. Ex^a pensasse nessa hipótese de sugerir ao Presidente Lula que alargasse mais os membros dessa comissão e que tivesse lá além de representantes do Conselho de Comunicação Social, também membros das empresas de radiodifusão abertas, de empresários de audiovisual, de representantes de artistas, de produtores. Porque com essa nova tecnologia digital, se nós não tivermos o cuidado, eu vou encerrar e dizer a V. Ex^a, temo que a radiodifusão brasileira aberta, nesse cenário que estou a dizer, não vai sobreviver.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Muito obrigado Conselheiro Wagner.

Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO (Gilberto Gil) – Eu gostaria de tecer alguns comentários.

Conselheiro, no País em que a existência de uma comunicação, a admissão pública dela é garantida com a existência de veículos públicos e tal, mas ainda num País em que a produção cultural é olhada do ponto de vista da visão republicana, deve ser garantida ao público, a idéia de contrapartida me parece um absurdo. Não pelo que ela significa, é absurdo que ainda se tenha que pensar em contrapartida. É absurdo que isso

não seja um fato automático que as leis, que o quadro, o marco legal brasileiro, construído ao longo de tantos anos, não tenha previsto a inclusão necessária do espaço público como espaço de desembocadura da produção cultural. Pelo menos, a que é feita através dos veículos, dos meios públicos.

Portanto, para mim, contrapartida é um contrasenso nesse sentido, quer dizer, é um absurdo que a gente ainda tenha hoje que pedir contrapartida, que as escolas públicas brasileiras, que as bibliotecas brasileiras tenham acesso ao que é produzido, aos livros que são produzidos com leis de incentivo fiscal, que a televisão pública brasileira tenha acesso aos conteúdos produzidos pela Tv pública ou pelos agentes autônomos que produzem conteúdos a partir de dinheiro público. Enfim, que as escolas, que as comunidades, que as áreas carentes tenham acesso à cultura automaticamente, que o espaço público tenha afluência de um bem que é produzido em nome e com seu recurso. Então, para mim, a contrapartida, que a gente ainda peça a contrapartida, como pedia o Ministro Gushiken, naquela época, é um absurdo. É um sinal evidente, eloquente do nosso atraso.

O modelo híbrido de que aqui o Conselheiro se referia, com a televisão aberta, com as televisões a cabo, com as outras formas, com as televisões comunitárias chegando daqui a pouco, a participar dos novos meios, dos novos suportes, das novas formas de transmissão, produção e transmissão de conteúdo, como a telefonia e etc etc, é de novo uma questão, a existência desse modelo híbrido e dos interesses em choque, necessariamente em choque, dentro desse modelo, das constituições físicas mais fortes e menos fortes de uns de e de outros, das corpulências maiores e menores de uns e de outros, a capacidade, enfim, portanto, o poder diferenciado de uns e de outros é evidente. É eloquente também a necessidade de um marco regulatório. Quando nós falávamos sobre a questão da existência de uma Agência Reguladora nesse setor que regule relações de produção e difusão, que mediem interesses etc etc nesse setor, é uma coisa tão óbvia, tão clara, quer dizer, nós estamos atrasados. A crescente complexidade desse jogo de interesses, dessa quantidade de atores entrando no cenário da disputa, recomendam evidentemente a existência de um Marco Regulatório digno desse nome, à altura dessa complexidade, à altura dessas dificuldades que vão surgindo. Portanto, muitos argumentam, eu me lembro na época da discussão da Ancinav, havia uma argumentação em favor da auto-regulação. O Próprio Conselheiro manifestou aqui a sua crença em que a

televisão aberta é um setor suficientemente, se não excessivamente regulado já. O senhor manifestou também a fraqueza, a insuficiência dessa capacidade regulatória para outros tipos de televisão, para outros tipos de veículos.

Todas essas questões, e poderíamos ainda falar de muitas outras, tratar dessa complexidade de várias outras formas, mas toda essa complexidade recomenda, exige, evidentemente, a criação de um Marco Regulatório específico, uma Agência de Regulação. Todos os outros setores da economia, das relações entre economia, produção e consumo, as várias pontas das cadeias produtivas no Brasil, todas elas, no mundo inteiro, estão reguladas. É uma norma, é uma máxima do capitalismo contemporâneo, capitais, capitalismo, capitais regulados, essa é uma das maneiras, é um dos modos civilizatórios, é um dos modos de chamar a responsabilidade a todas as responsabilidades sociais, culturais, produtivas e etc os agentes de produção. Por que no setor das comunicações deveria ser diferente?

Eu gostaria de passar a palavra para o nosso Secretário Juca, que, talvez, gostasse de tecer algumas pequenas considerações sobre os assuntos que ora tratamos, para trazer um pouco a visão de dentro do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Com a palavra ao Senhor Juca Ferreira.

O SR. JUCA FERREIRA – Boa tarde a todos. A questão levantada pelo Conselheiro Roberto, que aliás já levantava na época, não é Roberto, foi um dos interlocutores mais civilizados no momento, onde vários interesses e várias concepções se enfrentaram. Eu queria só sublinhar uma questão que o Ministro já se referiu, na idéia da contrapartida social estava implícita a idéia de que o investimento na cultura precisava de um referencial externo, evidentemente meritório, de disponibilização de serviços e bens, para que aquele investimento se justificasse com dinheiro público. Mas, na verdade, o investimento da cultura em si já é meritório sob o ponto de vista do conjunto dos interesses sociais da coletividade. Por exemplo, nós precisamos ter a capacidade de produzir conteúdos audiovisuais, nós precisamos garantir que o Brasil continue sendo um grande produtor e cada vez maior de conteúdos audiovisuais. Isso é um objetivo estratégico, importante, porque um país que não é capaz de produzir a sua própria imagem, não tem nem a sua soberania garantida num mundo globalizado, onde se você não faz a sua imagem, alguém a fará. Certamente que a imagem dos mexicanos, uma certa época, de “grandes borrachos

embaixo daquele chapéu enorme” não foi produzido pelos próprios mexicanos. E se eles tivessem uma indústria cultural forte, certamente que a imagem seria absolutamente outra. Então começa aí. É um interesse estratégico de soberania. Mas se formos analisar, a cultura qualifica as relações sociais, adensa o sentido social, inclui, incorpora, permiti o aprofundamento da capacidade da sociedade em incorporar todos os seus segmentos sociais. Então, hoje, qual é o investimento que o Ministério faz, e nesse sentido talvez recupere seu otimismo, em vez de buscar uma contrapartida externa ao investimento social, nós produzimos no Ministério da Cultura, sob a direção do Ministro Gilberto Gil, uma idéia de que toda vez que tem recurso público investido num evento, num processo, num projeto cultural, o demandante, o proponente tem que apresentar uma proposta de acessibilidade, ou seja, em que aquele investimento público representou em termos de ampliação do acesso por segmentos maiores da população, seja barateando custos, seja de que forma for, para que se justifique o investimento naquele processo. A gente trouxe a contrapartida para dentro do próprio fenômeno cultural que está sendo financiado, e com isso, a gente realiza plenamente o conceito de investimento público, sem precisar buscar o mérito fora do próprio processo cultural. Então, essa é uma dimensão importante que é a evolução daquela discussão inicial, seminal, no momento em que estávamos assumindo e modificando completamente o conceito do papel do Estado. A gente foi obrigado a evoluir, no sentido de garantir à cultura uma centralidade no projeto de desenvolvimento, o reconhecimento da sua importância, o conjunto do processo de desenvolvimento.

Em relação a essa questão da regulação, é óbvio que o Brasil precisa de regulação em todas as áreas culturais. Quanto maior o mercado cultural, mais sob o ponto de vista da Nação, do nosso desenvolvimento, é necessário um projeto de um modelo regulatório. Porque, senão, nós ficamos vulneráveis à ação predatória externa. E não há nenhum mecanismo tecnológico que evite essa ação predatória externa monopolista, no sentido de substituir nossa capacidade de produção por mecanismos outros. Hoje se fala muito da convergência tecnológica. Eu estive recentemente representando o Ministério da Cultura na Argentina, e um dos teóricos da Comunicação pegou o seu telefone celular e disse: “Só por questão de preguiça, podemos chamar ainda esse aparelho de telefone.” Porque ele já transmite imagem, ele já conecta com a internet, ou seja, a convergência tecnológica filma, fotografa, só falta fazer a barba” segundo ele. Mas possivelmente,

brevemente, vai ter outras funções dessa ordem. Então é o seguinte, a convergência tecnológica permite uma incorporação de tal ordem de mercado, mas também de linguagem, de suporte. Os conteúdos audiovisuais, por exemplo, transitam de um suporte para outro, e não há possibilidade de termos uma regulação satisfatória, senão a gente não se adapta a essa velocidade das mudanças tecnológicas. Uma parte da nossa legislação ainda é da época que não existia videotape. Tudo era feito ao vivo. E como bem disse o Conselheiro, temos também uma fragmentação de uma regulamentação que não disponibiliza exigências de igual maneira em todos esses suportes. Então, é uma necessidade básica. O Japão, de cinco em cinco anos, faz uma revisão de toda a sua legislação nessa área de audiovisual para permitir acompanhar essa velocidade das transformações tecnológicas. Nós estamos atrasados. É necessário. Alguns setores reagem à idéia de uma regulação sem compreender que é uma regulação econômica, e que ela é fundamental para proteger os produtores nacionais, proteger, como foi aqui manifestado pelos Conselheiros, as empresas nacionais. Porque os mecanismos tecnológicos, para evitar essa ação predatória, são todos vulneráveis. Quer dizer, o que vai definir mesmo é essa supra-estrutura legal que o País legar para que a gente possa, de fato, ter um sistema que seja disponível, que multiplique os emissores nacionais, que possibilite a diversidade da produção independente, da produção das TVs abertas, ou seja, de todas as formas possíveis, e como bem ressaltou o Ministro, cada vez mais ampla, dessa produção. Então a regulação é fundamental, estratégica, é uma necessidade. Estando no Parlamento, acho que esse é o aspecto principal a ser ressaltado, porque essa é uma demanda, que, certamente, nós não podemos mais nos atrasar, sob pena de certos espaços ficarem irrecuperáveis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Muito obrigado, Dr. Juca Ferreira.

Agora, com a palavra, o Conselheiro Celso Augusto Schröder.

O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER – Obrigado, Presidente.

Quero, primeiramente, saudar a presença do Ministro e de seu staff aqui e dizer que só lamento, Ministro, que essa sua fala não tenha sintonia, por exemplo, com a fala do Ministro Hélio Costa, das Comunicações, ou seja, a sua fala traz um tipo de alento e algumas definições. Eu quero tirar dois conceitos que eu acho fundamentais.

Primeiro, identificar a cultura com os meios de comunicação de massa, identificar no mundo contemporâneo, a cultura sendo produzida, essencialmente, pelos meios de comunicação de massa. Portanto, para democratizar a cultura, é essencial e fundamental democratizar esses meios de comunicação. E depois dar um sentido estratégico à cultura, colocá-la no centro do debate político e no comando do País. A partir disso, era lógico que surgisse dessa idéia o conceito da Ancinav, que era uma idéia generosa, no meu entendimento, de reorganizar o sistema de financiamento e claro que tinha que decidir sobre a regulação, de alguma maneira, dos meios de comunicação de massa. Isso foi massacrado pelos meios de comunicação que vêm em qualquer tipo de atividade regulatória um tipo de censura. Na verdade, sabem que não é isso. É um negócio que precisa ser, de alguma maneira, regulado, e é óbvio que qualquer regulação retira benefícios desse negócio. Nós precisamos pensar sobre isso de alguma maneira. Foi massacrado, expondo, inclusive o Ministério, a uma situação frágil, que só não foi pior graças ao esforço pessoal do Ministro, enfim, da produção que o próprio Ministério produziu. Enfim, vem fazendo ao longo do tempo. Bem, a partir daí, eu compreendo que o Ministério agora faça sempre a sua atividade, por exemplo, no debate sobre Tv pública. Eu queria fazer uma provocação ao Ministro e ao seu staff. Eu não sei se nesse momento o debate sobre televisão pública é mais essencial do que o debate sobre a natureza pública da televisão. Parece-me que um fórum de debate sobre televisão pública é essencial e fundamental. Mas ele me parece posterior a um debate anterior, não sei se é um fórum, mas uma conferência nacional, por exemplo. Então o debate cobrado pelo Wagner que a sociedade debatesse sobre uma regulação quando todos os interesses, de alguma maneira, fossem colocados sobre a mesa, por exemplo, os interesses antagônicos que foram referidos há pouco aqui, entre as telecomunicações e as comunicações. Mas não são esses os interesses. Porque não é só um negócio a comunicação. É um serviço, antes de mais nada. E, portanto, a sociedade civil tem que estar presente.

A provocação que eu faço, Ministro, é antecedendo essa necessária regulação e regulamentação, que tenho certeza, o Brasil vai produzir, é o mais importante. Junto ou antecedendo um fórum de televisão pública, uma conferência nacional que produzisse o debate, com todos os atores, todos os agentes políticos e econômicos deste País a respeito de uma organização do sistema de comunicação no Brasil.

O SR. MINISTRO (Gilberto Gil) – Muito interessante. Bela sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Está registrado.

Com a palavra o Conselheiro Paulo Tonet Camargo.

O SR. PAULO TONET CAMARGO – Sr. Ministro, Dr. Juca Ferreira, chamou-me muito a atenção, e aliás, eu tenho conversado muito com o Dr. Eugênio Buci, da Radiobrás, sobre essa questão da Tv pública. E eu acho que é um espaço, Ministro, importante, em que o Ministério da Cultura se debruça sobre esse assunto, porque isso é algo que vem lá de trás e muito mal colocado. Eu tenho me batido neste fórum aqui, Ministro, sobre a má utilização das chamadas emissoras educativas no Brasil. Muito poucas, mas muito poucas mesmo. Dessas permissões de emissoras de rádio e televisão, elas são efetivamente educativas. E nós vemos, por exemplo, no meu Estado, no Rio Grande do Sul, que tem uma TV Educativa e que faz difusão da cultura local. Isto não é papel da televisão educativa, é papel da Tv pública. Eu acho que é um espaço fantástico para ser trabalhado em relação à Tv Pública. Mas, talvez, talvez. E aí não é caso do Ministério da Cultura evidentemente, mas essa plataforma enorme que existe no País de televisões educativas devesse ser revisada.

O SR. MINISTRO (Gilberto Gil) – É um conceito anacrônico.

O SR. PAULO TONET CAMARGO – É um conceito que passou.

O SR. MINISTRO (Gilberto Gil) – Exatamente, é um conceito que vem da época a que me referi aqui, que queria controle, que queria instrumentos de comando e de controle, via, evidentemente, de forma muito inteligente, aliás, muito natural, via na televisão um instrumento para isso.

O SR. PAULO TONET CAMARGO – E nós temos discutido aqui, Ministro, e preocupados ficamos, quando nós vemos o seguinte, que do ponto de vista da Constituição Federal não há nenhuma espécie de restrição ou nenhuma espécie de regulação, melhor dizendo, restrição não seria a palavra, nenhuma espécie de regulação para a produção de conteúdo. Nenhuma espécie de regulação. Vale dizer, que se um brasileiro nato tiver uma emissora, e quem produzir para essa emissora foi uma empresa de estrangeiros, com capital 100% estrangeiro, não há nenhuma restrição constitucional a isso. O que há é a propriedade e a difusão do meio de comunicação e não da produção. Talvez esse seja o ponto, Ministro, e nós discutimos aqui, eu disse

para alguns companheiros quando se fala na produção independente. Não basta só falar na produção independente, tem que falar na produção independente brasileira. Porque só nós obrigarmos as emissoras brasileiras a fazer “x” por cento de produção independente e não dissermos que essa produção independente tem que ser brasileira, nós vamos estabelecer um cartório para os produtores de conteúdo estrangeiros. Isso é altamente perigoso para a nossa cultura e para tudo o que o senhor quer preservar e nós também.

Então eu deixo, Sr. Ministro, essa reflexão e, ao mesmo tempo, pergunto se há alguma idéia dessa discussão passar, primeiro, por uma revisão dessa plataforma educativa, e, segundo, por uma revisão desse comando constitucional em relação à regulação do emissor e desregulação total de quem produz conteúdo, ou seja, o corpo completamente regulado, e a alma sem nenhuma regulação.

O SR. MINISTRO (Gilberto Gil) – É uma das questões, que, aliás, perpassa as discussões de todos os setores interessados em comunicação social no Brasil. Se é suficiente ou não a existência de uma agência nos moldes da que existe hoje, que é a que regula suportes, que é a que regula a parte física, digamos assim, do aparato comunicativo, comunicacional brasileiro.

O que o Conselheiro está levantando é a existência de um outro corpo espiritual, álmico, há uma alma, que não é um corpo, é parte do corpo, mas ela tem sua configuração, tem seu perfil autônomo, que é a alma. E nessa alma quem toma conta dela? Quem diz? Qual a interface múltipla entre Estado, sociedade e setores produtivos e etc que vai receber esses elementos estimuladores, formadores dessa alma? Quer dizer, essa agência reguladora. Uma agência reguladora que vá além da questão de distribuir se o canal vai para “a” ou vai para “b”, fiscalizar a emissão do sinal e etc etc. Aqui vai diretamente nas questões da cultura, das relações entre o veículo, os seus conteúdos e a vida cultural do povo brasileiro, a vida cultural do Brasil no mundo e etc e etc. Foi daí a idéia uma agência reguladora do audiovisual brasileira era uma coisa necessária. E, portanto, a proposição foi feita, e ainda que, digamos, talvez mal encaminhada, como disse o Conselheiro Roberto, a validade da proposição permanece, ou mais ainda, ela cresce. O valor dessa proposta cresce a cada dia, cresce a olhos vistos a cada, tal, por outro lado, o crescimento da complexidade do setor, que também, enfim, é a cada dia, uma coisa imensa, imensa, imensa.

Acho que é preciso mesmo, chegou a hora. Essa questão de que os agentes individuais da produção defendam os seus interesses individuais é natural, é assim mesmo. Em qualquer setor produtivo é assim. Mas o setor, como um todo, e toda a economia brasileira tem interesse em que as relações entre todos os agentes seja a mais harmônica possível, e seja, exponencialmente, benéfica para o todo, e não necessariamente para uma parte ou outra ou para as partes. Essa é uma das máximas do capitalismo também. É preciso que os setores produtivos defendam interesses coletivos de produção. Enfim, que prevaleça o interesse de um determinado canal de televisão, de um determinado grupo de radiodifusão em relação aos outros, não é admissível para a racionalidade do processo produtivo do setor inteiro. Então, mais uma das razões a recomendar urgentemente a existência de uma agência reguladora.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Ministro, nós vamos nos encaminhando para o final, respeitando o seu horário, mas eu não poderia deixar, é claro, de fazer o agradecimento e um pequeno comentário baseado, em parte, no que inspirou a declaração muito oportuna e muito inteligente do Juca Ferreira sobre a velocidade das conquistas científicas e tecnológicas.

Na semana passada, eu conversei com um Diretor do Ministério da Educação e perguntei-lhe, depois de saber que o Ministério tinha entregue 110 milhões de livros didáticos a alunos carentes da rede pública em todo o Brasil, como é que eles encaravam a decisão de um determinado grupo de astrônomos que tinham cassado Plutão, transformando-o num asteroide, depois de tantos anos em que nós decorávamos a constituição completa do sistema solar. Então ele me disse algo que me preocupou, e que volto agora para lhe falar, ele disse: “Dada a atuação do MEC na compra maciça de livros para que o preço de capa se torne mais baixo, portanto, que haja economicidade, nós não teremos velocidade para corrigir isso, para substituir o Plutão. Isso que está hoje nas televisões...”

O SR. MINISTRO (Gilberto Gil) – Desplanetarizar.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Desplanetarizar, seria um bom nome, eu creio, num Planetário no Rio de Janeiro. Eu já gostei.

Mas veja V. Ex^a aí a ironia um pouco das coisas sobre as quais estamos falando. Em nenhum momento queremos abrir mão do livro como um instrumento insubstituível de cultura. Não há, V. Ex^a sabe melhor do que eu, algo que encaixe, que tenha essa intercomplementaridade tão adequada quanto aquilo que se faça

se faça nas novas mídias, mas com lastro no velho livro retangular, com aquele aspecto que vem vindo desde a Idade Média. Muito bem. Então, eu fiquei pensando na ausência de velocidade do seu Ministério irmão e na probabilidade que existe, a partir de agora, e de muito pouco tempo, para que essas correções sejam feitas na mídia eletrônica, de tal maneira que haja uma harmonia. O garoto, na escola, vai aprender, através de um livro oficial, que o sistema planetário tem o Plutão, mas a televisão pode dizer a ele que Plutão já não existe mais e que, portanto, ali existe uma contradição que precisa ser corrigida. Por que eu falo isso? Porque, já calejado nessa matéria, com estudos há mais de 40 anos, eu sempre me bati pela idéia de que a Tv educativa deveria ter um comportamento identificado com a política nacional de educação. O que nunca aconteceu. O que nunca aconteceu, eu lhes afianço com toda a convicção. Cada Tv educativa faz a seu modo, inventa o programa que quer, mexe com a educação de uma forma precária, com a cultura de uma forma incompleta. Não atende à diversidade do País que V. Ex^a tanto defende. Enfim, é um saco de gatos de primeira ordem. Eu vejo que como a cultura é a origem da educação, e não é o contrário. A educação é parte da cultura de um país. Se não seria a hora de se pensar, porque está se pensando isso. V. Ex^a, em nível, de Governo, está participando das reuniões. E obrigar essas instituições educativas a seguir a política nacional de educação que tem as suas preferências numa determinada hora, de uma forma equivocada, protege o ensino superior, mas, em outras horas, fala da importância da educação fundamental. Se isso não se passa com clareza para o operador da Tv educativa, é evidente que a confusão está armada e nós não podemos tirar proveito das potencialidades de uma determinada mídia e de outra mais moderna, mais avançada, mais rápida, mais veloz. Eu tenho a impressão que com isso perde a cultura e perde também a própria educação.

Então a pergunta que faço objetivamente é a seguinte: Nesses estudos que estão sendo feitos em comissões daqui e dali, se essa idéia tão simples, tão singela de vincular a programação das televisões educativas ao sistema, à política nacional de educação que existe. Existe um Plano Nacional de Educação em pleno vigor, apesar de ter alguns artigos sido vetados pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, e até hoje não terem sido votados os vetos, mas o Plano Nacional de Educação, na sua base, existe.

Acho que V. Ex^a não gostaria, ou não defenderia essa hipótese que aqui trago como pergunta final a V. Ex^a.

O SR. MINISTRO (Gilberto Gil) – Presidente, deixe-me informá-lo. Recentemente, nós estabelecemos, acho que depois de muito tempo, pioneiramente eu acho, com o Ministério da Educação uma pauta comum. É a discussão sobre uma pauta comum, é evidente, que toda uma dinâmica de vasos comunicantes e tal sobre o que é preciso, de como a cultura desemboca na área de educação, como a educação desemboca na área da cultura, que programas comuns, que projetos, que processos comuns podemos deflagrar.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – A função artística, Ministro, é obrigatória na Lei de Diretrizes e Bases e ninguém faz.

O SR. MINISTRO (Gilberto Gil) – O divórcio entre a institucionalidade da educação no Brasil e a ainda fraca institucionalidade da cultura, estou dizendo aí os Governos, os âmbitos de Governo, a cultura nos Governos, na instituição pública, este divórcio é mortal para a vida brasileira. É preciso acabar com isso. Fizemos um cartão retratando o casamento com o Ministério da Cultura e, sem dúvida alguma, uma pauta comum para a questão da comunicação social e da Tv pública a serviço de ambas, da educação e da cultura, é uma questão óbvia. Dentro de um primeiro elenco de possibilidades de cooperação entre os dois Ministérios, a questão da televisão está lá colocada.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Concluo dizendo que isso é formidável. Porque, não há muito tempo, eu fui convidado por um Ministro da Educação para almoçar, e ele, com um orgulho imenso, me mostrou a grade de programação da Tv Educativa, aulas de História, e com o subtítulo: A História da Jordânia. A História do Canadá. A História da Irlanda. Eu disse: Ministro, onde é que isso cabe na programação das nossas crianças? Ele disse: Não, isso aí é porque são filmes de embaixadas. Recebemos de graça. São filmes formidáveis. Isso aconteceu há não muito tempo. Então eu fico abismado com a irresponsabilidade com que se cuida da formação das nossas crianças, dos nossos jovens. Isso é uma irresponsabilidade.

O SR. MINISTRO (Gilberto Gil) – Isso é uma irresponsabilidade. Não tem cabimento dentro de uma responsabilidade de uma programação, de uma programação responsável.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Aí alguém começa a ficar preocupado, porque não se valoriza o negro na História do Brasil, ou coisa que o valha. É evidente. Os programas estão entupidos por

coisas gratuitas que vieram de fora e são, na verdade, propaganda desses países.

Eu queria apenas mostrar a minha indignação.

Vou pedir ao Geraldo, que por último, faça a sua pergunta e saúde os nossos oradores.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS –

Obrigado, Presidente.

Não é exatamente uma pergunta. É atestar um sentimento pessoal e fazer uma observação. Todas as vezes que li textos do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, eu o assisti em alguns momentos, aqui mesmo, no Conselho, na Câmara dos Deputados, texto da aula inaugural na Universidade de São Paulo, todos os textos e documentos e entrevistas que a gente observou do Ministro e de seus assessores, que aliás é uma equipe competente, salvo pelos problemas, que são naturais, os problemas. A gente atesta aqui, Presidente, eu não ia sair daqui bem se não atestasse isso, que a gente não percebeu na História recente deste País um Ministro, um Ministério da Cultura no Brasil com uma percepção e uma compilação tão próxima do que representa a cultura neste País em todas as suas diversidades. Nunca, neste País, alguém tentou, mas não conseguiu tudo, mas tentou chegar tão perto da cultura, da diversidade cultural deste País como o Ministro Gilberto Gil neste Governo. Com todos os problemas, a despeito de todos os ataques, contra todos os inimigos visíveis e invisíveis.

Parabéns, Ministro da Cultura pelo papel que desempenhou à frente deste Ministério. É uma honra ter uma pessoa como esta no Ministério da Cultura no nosso País. A minha preocupação, Presidente, é a descontinuidade desse trabalho. O DOC-TV, o Ponto de Cultura, que poderiam ser mais...o DOC-TV, nós poderíamos ter mais. Mas ele fez, este Ministério fez o que outros não tiveram a capacidade de perceber a importância daquele que quer consumir cultura e daquele que quer produzir, quer realizar, mas nunca pôde.

Então, parabéns à sua equipe, Ministro, ao senhor e ao Governo Lula, que todos os problemas, esperamos que ele seja reeleito para esse trabalho ter continuidade e não ser interrompido.

Parabéns e obrigado pela vinda aqui de novo.

O SR. MINISTRO (Gilberto Gil) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Queremos agradecer. A Ata não constará esta parte final, porque somos proibidos de fazer política partidária. Agora, a idéia é muito simpática.

O SR. MINISTRO (Gilberto Gil) – Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – De toda forma, é isso, Ministro, que nós queríamos dizer.

O SR. MINISTRO (Gilberto Gil) – Eu só queria agradecer ao Presidente e a todos os Conselheiros, enfim, essa oportunidade, convocá-los, a todos, para esse fórum, e dizer da importância que as contribuições, no sentido de diversificar as possibilidades de discussão, ampliar o debate, tais como a sugestão do Conselheiro Celso, são absolutamente bem-vindas.

Nossas portas continuam abertas, esperamos chegar ao final desses quatro anos de Governo tendo apresentado para o País um elenco importante de iniciativas nos vários campos, seja no campo próprio do fomento, da produção, enfim, do suporte material à produção cultural no Brasil, seja na exigência de aperfeiçoamento de marco legal, de marco regulatório, enfim, seja na articulação dos setores populares com a produção e a fluência do produto cultural, enfim, todas essas áreas, essas frentes que abrimos, que continuamos a abrir no Ministério.

Eu queria, portanto, agradecer a todos os Conselheiros pela oportunidade de vir aqui, mais uma vez, falar disso, falar deste nosso compromisso com essas realizações e esse nosso compromisso com o diálogo intensivo com setores da sociedade, tais como esse Conselho, que visito hoje, com muita honra e muita satisfação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Obrigado então, Ministro. Muito obrigado a Juca Ferreira.

Eu preciso apenas dar dois avisos, enquanto o Ministro se despede.

O primeiro é de que nós vamos passar para novembro, dia 6 de novembro, a discussão final sobre as questões de direitos autorais no Brasil.

Convidei o Conselheiro Roberto Wagner para ser o Relator da matéria e renovei o convite ao Éboli e à Dr^a Glória que venham novamente complementar, inclusive, os seus argumentos, porque nós estamos aqui inteiramente abertos para entender o problema e fazer o que for possível.

Muito obrigado a todos.

DOCUMENTOS PERTINENTES À REUNIÃO:

Lista de Presença dos Conselheiros (1 folha);
Termo de Posse (1 folha).

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier) – Está encerrada a reunião.

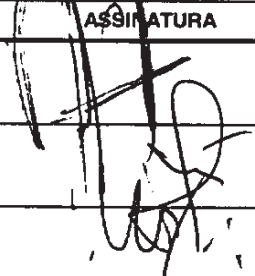
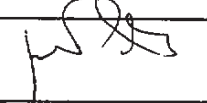
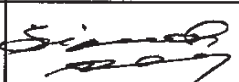
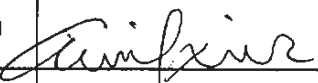
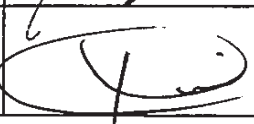
(Levanta-se a reunião às 16h58min.)

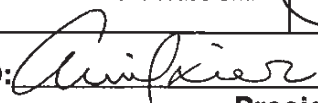
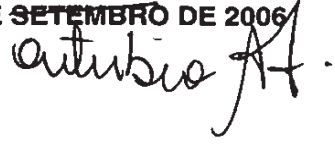
CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
8ª REUNIÃO DE 2006
EM 9 DE OUTUBRO DE 2006, ÀS 10H30,
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

LISTA DE PRESENÇA

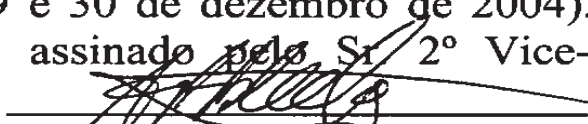
Presidente: ARNALDO NISKIER

Vice-Presidente: JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO

	TITULARES	ASSINATURA	SUPLENTE	ASSINATURA
I -	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO Representante das empresas de rádio		EMANUEL SOARES CARNEIRO	
II -	GILBERTO CARLOS LEIFERT Representante das empresas de televisão		ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO	
III -	PAULO RICARDO TONET CAMARGO Representante de empresas da imprensa escrita		SIDNEI BASILE	
IV -	FERNANDO BITTENCOURT Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social		ROBERTO DIAS LIMA FRANCO	
V -	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER Representante da categoria profissional dos jornalistas		Vago	
VI -	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO Representante da categoria profissional dos radialistas		MARCIO CÂMARA LEAL	
VII -	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA Representante da categoria profissional dos artistas		STEPAN NERCESSIAN	
VIII -	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo		ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO	
IX -	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA Representante da Sociedade Civil		SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR	
X -	ARNALDO NISKIER Representante da Sociedade Civil		GABRIEL PRIOLLI NETO	
XI -	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO Representante da Sociedade Civil		PHELIPPE DAOU	
XII -	ROBERTO WAGNER MONTEIRO Representante da Sociedade Civil		FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ	
XIII -	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da Sociedade Civil		PAULO ROBERTO FRANCO MARINHO	

VISTO:  , EM 9 DE SETEMBRO DE 2006
Presidente 

TERMO DE POSSE

Aos 9 dias do mês de outubro de dois mil e seis, compareceu perante o Sr. 2º Vice-Presidente do Senado Federal, Senador ANTERO PAES DE BARROS (art. 8º do RICCS), o Sr. SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR, suplente do Sr. DOM ORANI JOÃO TEMPESTA, representante da sociedade civil (Inciso IX do art. 4º da Lei nº 8.389, de 1991), e tomou posse, em virtude da comunicação do titular da impossibilidade de comparecer à reunião do Conselho, a realizar-se nesta data (art. 15 combinado com o art. 20, inciso VII, do RICCS). O Sr. SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR foi eleito suplente na 2ª Composição do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional em sessão conjunta realizada em 16 de dezembro de 2004 (DCN de 17, 23, 24, 29 e 30 de dezembro de 2004). O presente Termo de Posse vai assinado pelo Sr. 2º Vice-Presidente do Senado Federal,  Senador ANTERO PAES DE BARROS, e pelo empossado,  Conselheiro SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR. Para constar, eu,  RAIMUNDO CARREIRO SILVA, Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal, lavrei o presente Termo.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia
PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro
BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão
PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará
PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco
PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais
BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás
PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso
PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul
PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará
PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba
PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Moraes**
PRB – Roberto Cavalcanti **^S

Espírito Santo
PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí
PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte
PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina
PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas
P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotonio Vilela Filho**

Sergipe
PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas
PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná
PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre
BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul
PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PT – Delcídio Amaral **
PMDB – Valter Pereira **

Distrito Federal
PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins
PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá
PMDB – José Sarney *
PMDB – Geovani Borges**^S
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia
PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima
PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ^{(1) (5)}	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ^{(2) (6)}	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Shhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho ³ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira ⁵	MG	2244	1. Leomar Quintanilha ⁴ (PCdoB)-cessão	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
(Vago) ⁸			3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges ⁶	AP	1712
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁷	SP	3213
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 20.11.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o OF. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁵ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁶ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁷ Eleito na Sessão do SF do dia 3.10.2006. Indicado de acordo com o Ofício nº 32/2006-GLDBAG-CSCOM, de 6.9.2006.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet até a data de seu falecimento, em 17.11.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 1º.9.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Retornou em 31.8.2006, após término da licença concedida de acordo com Requerimento nº 498, de 2006 (DSF de 1.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. SERYS SLHESSARENKO (PT/MT)
EDUARDO SUPICY (PT/SP)	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
(vago)	1. (vago)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 08.11.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA PMDB-MG
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 334 PÁGINAS